



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 892

Quinta-feira - 22 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	3
Antônio Carlos	8
Ascurra.....	10
Braço do Trombudo	87
Caçador.....	95
Camboriú.....	103
Campo Alegre	125
Campos Novos	145
Capinzal	146
Chapadão do Lageado	156
Concórdia	159
Coronel Martins.....	168
Corupá	185
Curitibanos	188
Forquilha.....	216
Fraiburgo.....	224
Garopaba.....	271
Garuva	271
Gaspar	272
Guaramirim.....	284
Herval do Oeste	285
Imbituba	304
Iomerê	316
Irineópolis	316
Itapoá	316
Joaçaba.....	317
Lages	324
Lindóia do Sul	329
Luzerna	329
Macieira.....	330
Massaranduba.....	336
Meleiro	412
Navegantes.....	412
Nova Trento	415
Novo Horizonte	428
Palhoça	429
Palmitos	431
Paulo Lopes	431
Pinheiro Preto	432
Porto Belo.....	436
Porto União.....	437
Rio do Sul.....	449
Salto Veloso.....	466
São Bento do Sul.....	468
São Lourenço do Oeste.....	472
São Pedro de Alcântara.....	480
Schroeder	480
Siderópolis.....	493
Timbó	503

Tunápolis.....	620
Vargeão.....	635
Videira.....	635
Vitor Meireles.....	643

Associações

CIS/AMUNESC.....	643
------------------	-----

Consórcios

ARIS	645
CIMVI.....	645

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 153/2011

DECRETO Nº 153/2011 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC AFETADA POR VENDAVAL .

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI PREFEITA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE/SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso XIX, art. 72 da Lei Orgânica do Município, com o art. 7º do Decreto Federal nº 7257 de 04/08/2011, Lei Estadual nº 10.925/98 de 22/09/98, Decreto Estadual nº 3.924 de 11/01/06 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e de acordo com as demais normas legais aplicáveis a matéria, e

Considerando a precipitação de granizo e a presença de vendaval em parte do Município de Água Doce/SC, na noite de 13 para 14 de dezembro de 2011, aproximadamente às 21:30 horas, causando graves prejuízos econômicos e danos materiais, nas áreas urbana e rural do Município;

Considerando a deliberação da Comissão de Defesa Civil do Município de Água Doce, reunida emergencialmente, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.
Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para as áreas deste Município comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Civil no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado a situação real deste desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela secretaria executiva da COMDEC.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias da reserva de contingência, consignado no orçamento municipal e outras eventualmente transferidas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de dezembro de 2011, permanecendo em vigor por 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar o máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce/SC, 14 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 326/2011

PORTARIA Nº 326/2011 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2011
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o Veículo Ducato placa MJG 3029, usado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte ficará a disposição do Fundo Municipal de Saúde nos dias 13 e 14 de dezembro de 2011 até às 12 horas.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria 327/2011

PORTARIA Nº 327/2011 de 16 de Dezembro de 2011
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em II alínea a da lei orgânica do Município e Lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) Jorge Peliciolli ocupante do cargo efetivo de Motorista no período de 15/12/2011 a 14/01/2012, férias referente ao ano de 10/11.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento

Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de Dezembro de 2011
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI EDNA VIEIRA BISSANI
Prefeita Diretor RH.

Portaria 328/2011

PORTARIA N.º 328/2011 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011
"TRANSFERE LOTAÇÃO DE VEÍCULOS QUE ESPECIFICA".

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72, da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

ARTIGO 1º. Transferir a lotação dos veículos abaixo identificados das respectivas Secretarias para utilização pela Defesa Civil Municipal, no período de vigência do Decreto nº 153/2011, que Declara Situação Anormal, Caracterizada como Situação de Emergência, por conta da precipitação de granizo e a presença de vendaval no Município de Água Doce:

VEÍCULO	Nº PAT.	PLACAS	SECRETARIA
Fiat Uno Mille	145	MHU-5575	AGRICULTURA
Caminhão basculante	20	MBA-0779	AGRICULTURA
Fiat Uno Mille	144	MHU-5925	URBANISMO
Caminhão Car. Aberta VW/6.80	43	MAQ-0397	URBANISMO
Caminhão Basculante	25	MDT-0260	URBANISMO
VW/Kombi	114	MFJ-4181	URBANISMO
VW/Gol	132	MGO-7069	ADMINISTRAÇÃO
Fiat Strada	134	MGD-4473	TRANSPORTES
Caminhão Basculante	13	MCH-5382	TRANSPORTES
Caminhão Basculante	104	MBN-2234	TRANSPORTES
Fiat Van	155	IJE-8114	TRANSPORTES
Fiat Strada	117	MGJ-8132	FUNDO MUN. SAÚDE
Retroescavadeira	126	--	URBANISMO

ARTIGO 2º. As despesas decorrentes da execução da presente portaria, correrão por conta de dotações do orçamento Municipal - Reserva de Contingência.

ARTIGO 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, retroagindo efeitos a 15 de dezembro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de Dezembro de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 575, de 16 de Dezembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, COM AS ENTIDADES QUE IDENTIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termos de Convênio, objetivando a cooperação financeira com as entidades a seguir relacionadas, e com a finalidade de contribuir e cooperar na manutenção e desenvolvimento das atividades sociais, assistenciais e culturais das seguintes entidades:

I - Grupo de Veteranos Sempre Unidos, de Alto Bela Vista, no valor R\$ 6.100,00 (Seis mil e cem reais);

II - Grupo de Idosos Raios de Sol, da localidade de Volta Grande, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

III - Grupo de Idosos Nova Amizade, da localidade de Linha Floresta, no valor de R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais);

IV - Grupo de Idosos Paz e Amor, da localidade de Linha Nova Entre Rios, no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais);

V - Grupo de Idosos União Faz a Força, da localidade de Linha Entre Rios, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

VI - Grupo de Idosos Vida e Esperança, da localidade de Vila União, no valor de R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais);

VI - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 44.240,00 (Quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais);

VII - Associação de Cantores Concórdia, da localidade de Nova Entre Rios, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

VIII - Sociedade de Cantores Belavistense, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

IX - Grupo Folclórico Hoche Schöne Aussicht Volkstanzgruppe, da cidade de Alto Bela Vista, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais);

X - Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude de Linha Araraquara, exclusivamente para a realização da Festa Municipal de Integração das Comunidades - FEMIC, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais);

XI - Associação dos Moradores da Cidade de Alto Bela Vista, no valor de 12.000,00 (Doze mil reais);

XII - Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem Itá, no valor de R\$ 12.930,00 (Doze mil novecentos e trinta reais);

XIII - Associação Cultural de Alto Bela Vista, no valor R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

§ 1º Os termos de convênio serão celebrados, depois de cumpridas as determinações estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Celebrados termos de convênios deles será dada ciência à Câmara Municipal de Vereadores, conforme disposto no art. 21 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA a vigorar em 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 16 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

Lei Municipal Nº 576, de 16 de Dezembro de 2011

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais), para inclusão de novo elemento de despesa e de nova vinculação nas seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.2.058 Manutenção e Reforma das Unidades Básicas de Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 1.200,00

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de diagnóstico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

10.301.0034.2.061 Assistência em Saúde - AUXÍLIOS E PASSAGENS

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.128 Formação de Recursos Humanos

10.128.0033 Profissionais Capacitados e Atualizados

10.128.0033.2.056 Capacitação, Atualização e Treinamentos Servidores da Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 820,00

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.1.025 Aquisição de Ambulâncias e Veículos

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 177,99

10.301.0034.1.026 Mobiliário e Equipamentos Médicos-Ambulatoriais

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 2.816,73

10.301.0034.2.100 Atividades e Serviços do NASF

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

10.301.0038 Farmácia Básica

10.301.0038.2.067 Assistência Farmacêutica Básica

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 685,28

10.306 Alimentação e Nutrição

10.306.0041 Alimentação, Nutrição e Aleitamento

10.306.0041.2.071 Suplementação e Complementação Alimentar

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 1.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 16 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.440, de 30 de Novembro de 2011.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.01 Coordenadoria de Assistência Social

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244 Assistência Comunitária

08.244.0023 Assistência Social e Comunitária

08.244.0023.2.036 Participação em Projetos Comunitários

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.0.1.0000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 22.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.02 Educação Infantil

12 EDUCAÇÃO

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.2.076 Manutenção e Reforma das Escolas - EDUCAÇÃO INFANTIL

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente nos vínculos:

a) "0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 22.000,00 (vinte e dois Mil Reais)e,

b) "0.1.0106 - Recursos Vinc. - Educação Básica R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.441, de 30 de Novembro de 2011.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE

01.01 Gabinete do Prefeito e Vice

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0001 Coordenação e supervisão da Gestão Municipal

04.122.0001.2.001 Ações de Coordenação da Gestão Governamental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.01 Alimentação Escolar

12 EDUCAÇÃO

12.306 Alimentação e Nutrição

12.306.0042 Alimentação Escolar de Qualidade

12.306.0042.2.073 Atividades de Alimentação Escolar

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na redução de valores na mesma ação orçamentária, conforme segue:

01.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE

01.01 Gabinete do Prefeito e Vice

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0001 Coordenação e supervisão da Gestão Municipal

04.122.0001.2.001 Ações de Coordenação da Gestão Governamental

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.01 Alimentação Escolar

12 EDUCAÇÃO

12.306 Alimentação e Nutrição

12.306.0042 Alimentação Escolar de Qualidade

12.306.0042.2.073 Atividades de Alimentação Escolar

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.444, de 12 de Dezembro de 2011.

ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BALSA MUNICIPAL

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os seguintes horários para a prestação de serviços de transporte hidroviário, através da balsa que faz a travessia do Rio do Peixe, ligando a sede do município, as comunidades de Volta Grande, Linha São Francisco e Linha Bandeirantes neste Município:

I. De Segunda-feira á Sábado das 06:00 as 23:00 horas

II. Aos Domingos e Feriados das 07:00 as 19:00 horas;

Parágrafo Único: Excepcionalmente no período do horário brasileiro de verão o funcionamento aos domingos e feriados será das 07:00 as 21:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 335 de 25 de setembro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 16 de Dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.445, de 12 de Dezembro de 2011.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.216,77 (dez mil, duzentos e dezesseis reais, setenta e sete centavos), para utilizar

recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

02.00 GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e Finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.1.003 Estruturação das Atividades Administrativas

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 70,77

04.122.0003.2.007 Atividades Administrativas e Burocráticas

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB., IND. E COM.

07.04 Sistemas Municipal de Saneamento Básico

17 SANEAMENTO

17.512 Saneamento Básico Urbano

17.512.0032 Serviços de Saneamento Básico Urbano

17.512.0032.2.054 Manutenção Sistema Abast. Água

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

06.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

06.02 Educação Infantil

12 EDUCAÇÃO

12.365 Educação Infantil

12.365.0043 Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil

12.365.0043.1.033 Mobiliário e Equipamentos - Educação Infantil

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 146,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.446, de 16 de dezembro de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 576, de 16 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais), para inclusão de novo elemento de despesa e de nova vinculação nas seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.2.058 Manutenção e Reforma das Unidades Básicas de Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 1.200,00

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de diagnóstico

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

10.301.0034.2.061 Assistência em Saúde - AUXÍLIOS E PASSAGENS

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldos nas seguintes ações orçamentárias:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.128 Formação de Recursos Humanos

10.128.0033 Profissionais Capacitados e Atualizados

10.128.0033.2.056 Capacitação, Atualização e Treinamentos Servidores da Saúde

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 820,00

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.1.025 Aquisição de Ambulâncias e Veículos

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 177,99

10.301.0034.1.026 Mobiliário e Equipamentos Médicos-Ambulatoriais

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas

R\$ 2.816,73

10.301.0034.2.100 Atividades e Serviços do NASF
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

10.301.0038 Farmácia Básica
10.301.0038.2.067 Assistência Farmacêutica Básica
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 685,28

10.306 Alimentação e Nutrição
10.306.0041 Alimentação, Nutrição e Aleitamento
10.306.0041.2.071 Suplementação e Complementação Alimentar
3 DESPESAS CORRENTES
3.3 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301 Aplicações Diretas
R\$ 1.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 16 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LENKE
Responsável pelas publicações

Decreto Nº 1442, de 07 de dezembro de 2011.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

ELIZUR RAIZER, Prefeito Municipal em Exercício, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

Considerando a necessidade em virtude da grande demanda de serviços nos setores Administrativos e Tesouraria no encerramento do ano letivo e programação para o início das atividades do ano seguinte.

DECRETA:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos Servidores em Cargo de Provimento em Comissão, de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO.

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
Carlos Alberto Maltauro	01/11/2009 a	07/12/2011 a
	31/10/2010	21/12/2011

Art. 2º. Sendo que um terço (1/3) do período de gozo convertido em dinheiro, em conformidade com o Capítulo III, art. 77, parágrafo 1º e 2º da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 07 de Dezembro de 2011.

ELIZUR RAIZER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta data.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações.

Processo de Licitação Nº 051/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
Processo de Licitação nº 051/2011
Modalidade: Concorrência nº 005/2011

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o processo de licitação, na modalidade de Concorrência, destinada à concessão de direito real de uso, de dependências da incubadora empresarial, destinadas à instalação de empreendimento econômico, com a finalidade de geração de oportunidades de emprego e renda e que estará recebendo os envelopes com os documentos de habilitação e aqueles com as propostas, até às 09h, do dia 13 de fevereiro de 2012 e que na mesma data, promoverá, através da Comissão Permanente de Licitações, sessão pública, para a abertura e julgamento da habilitação e das propostas dos concorrentes interessados. Íntegra do Edital e seus anexos, pode ser obtida pela internet, através o sítio <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, ou solicitadas através do endereço eletrônico compras@altobelavista.sc.gov.br, ou ainda junto à Prefeitura Municipal, sita à Rua do Comércio 1.015, centro, telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista/SC, em 19 de dezembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Processo de Licitação Nº 052/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2011
Modalidade: TOMADA DE PREÇO nº 003/2011

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, objetivando a Execução, de forma indireta, por empreitada por preço global, das obras de Melhorias no sistema de Abastecimento de Água do Município, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09:00 horas, do dia 05 de janeiro de 2012 em sessão pública, na mesma dirigida por comissão de licitação designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital, Projeto, Orçamento, Memorial, Cronograma Físico Financeiro encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: compras@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 19 de dezembro de 2011.
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Contrato Administrativo N.º 115/2011

Extrato de Contrato 115/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de equipamentos agrícola novo, colhedora de forragens, para milho - sorgo - cana de açúcar e demais variedades.

Valor Total R\$ 13.300,00 (treze mil reais e trezentos reais).

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 19 de dezembro de 2011, e expirará em 29 de fevereiro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 115/2011

Alto Bela Vista (SC), em 19 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
Contratado

Contrato Administrativo N.º 116/2011

Extrato de Contrato 116/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa INDUMAPAL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de equipamentos agrícola novos, distribuidor de adubo seco sólido e calcário, distribuidor de esterco líquido.

Valor Total R\$ 48.300,00 (Quarenta e oito mil reais e trezentos reais).

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 19 de dezembro de 2011, e expirará em 29 de fevereiro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 116/2011

Alto Bela Vista (SC), em 19 de dezembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa INDUMAPAL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA
Contratado

Antônio Carlos**PREFEITURA****Decreto Nº 160/2011**

DECRETO Nº 160/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 116,90 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.10.306.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 116,90

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo

anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 116,90

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 161/2011

DECRETO Nº 161/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 150,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.28.361.0002.0.006-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.28.361.0002.0.006-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 150,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 162/2011

DECRETO Nº 162/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.018-3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 6.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 6.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 20 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 174/ 2011 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº 174/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 093/2011 - Pregão Presencial nº. 056/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Antônio Carlos Comércio de Gramas Ltda ME; Objeto: locação de 500 (quinhentas) horas de serviços com escavadeira hidráulica do tipo médio porte, com potencia líquida mínima de 115 hp, peso operacional nominal mínimo de 16.000 kg, capacidade mínima da caçamba de 0,80 m³, profundidade mínima de escavação de 6,000mm, em perfeitas condições operacionais, ano de fabricação não inferior a 2005 para reconstrução/recuperação das estradas vicinais do perímetro rural e manutenção dos serviços urbanos do Município de Antonio Carlos; Valor do Aditivo: R\$ 15.812,50 (quinze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos); Valor do Contrato Aditivado: 79.062,50 (setenta e nove mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Antônio Carlos, 21 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 112/ 2011 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato: nº. 112/2011; Origem: Tomada de Preços nº. 009/2011 - Processo Licitatório nº. 075/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA Construção Pesada Ltda; Objeto: Execução de serviços de Terraplanagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica na Rua Militão José Coelho, Centro, Município de Antônio Carlos-SC, Estaca 14 pp até 36 10,00m, numa extensão de 450 metros; Prorrogação de Prazo: 120 (cento e vinte) dias - 24/12/2011 a 23/04/2012.

Antônio Carlos, 21 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Legislativa

LEI EGISLATIVA Nº151/2011

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA, CULTURAL e COMUNITÁRIA - VILA DOZE FUTEBOL CLUBE.

O povo de Antônio Carlos, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública a "Associação Esportiva, Cultural e Comunitária - Vila Doze Futebol Clube", com sede a Rua Benjamim Thomaz Felipe nº 11.130, Vila Doze - Antônio Carlos-SC, com foro na Comarca de Biguaçu-SC. Fundada em 10 de março de 2011, inscrita no CNPJ Nº 13.701.301/0001-94, é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos e de duração indeterminada.

Art. 2º Ficam assegurados a esta entidade, todos os benefícios e vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2011.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER
Presidente

Lei sancionada e publicada no dia 22 de dezembro de 2011

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Lei Legislativa

LEI LEGISLATIVA Nº 152/2011

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL ANTÔNIO CARLOS-SC

O povo de Antônio Carlos, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública a "Associação de Voleibol Antônio Carlos-SC", com sede a Rua Saul Antônio Scherer nº 69, Centro - Antônio Carlos-SC, com foro na Comarca de Biguaçu-SC. Fundada em 12 de agosto de 2010, inscrita no CNPJ Nº 12.745.411/0001-95, é uma entidade sem fins econômicos e de duração indeterminada.

Art. 2º Ficam assegurados a esta entidade, todos os benefícios e vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 13 de dezembro de 2011.

VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER
Presidente

Lei sancionada e publicada no dia 22 de dezembro de 2011

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 114, de 07De Novembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR nº 114, De 07 de novembro de 2011
Cria Cargos de motorista no Quadro de Pessoal da Administração Municipal.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - - Ficam criados mais 03 (três) cargos de Motorista, símbolo MOTS, carga horária semanal de 44 horas, do QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII - GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Motorista	MOTS	44	800,32

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII
-A
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFGHIJ 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Motorista		03	CNH compatível com a função, experiência no serviço, 1.º grau completo

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII
- B
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

CARGO/ FUNÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
------------------	---------------------

Dirigir Veículos para a condução de servidores, nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos;
Viajar para localidades dentro e fora da sede, para conduzir servidores, pacientes, estudantes e transportar máquinas e equipamentos;
anotar no relatório diário de uso dos veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas do setor ao qual está lotado;
Executar a manutenção do veículo, lubrificando-o e efetuando pequenos reparos, para mantê-la em boas condições de funcionamento;
Moto- Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de
rista combustível, água, óleo do carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;
Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;
Verificar as ordens de serviço, verificando as tarefas a serem executadas, os horários e o número de atendimentos;
Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. (Decreto nº 1995, de 28/08/2008)

Art. 2º - Fica pela presente lei, atualizados os Anexos: VII, VII-A e VII-B, QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS, da LC 108, de 18/04/2011.

Art. 3.º - O Executivo Municipal, através de atos de sua competência, fará as alterações previstas nesta Lei, respeitadas às limitações impostas pela Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4.º- Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 07 de novembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 07 de novembro de 2011.
MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

ANEXOS

Lei Complementar n.º 075/2005
ANEXO VIII – CARGOS EM COMISSÃO

NOME DO CARGO	N.º DE CARGOS	SÍMBOLO	SUBSÍDIOS R\$
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor de Gabinete	01	DAS-1	2.411,07
Assessor Jurídico	01	DAS-1	2.411,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Secretário de Administração e Planejamento	01	DAS-1	2.893,29
Assessor de Controle Interno	01	DAS-2	2.099,48
Chefe de Compras	01	DAS-3	1.909,43
Assessor Técnico	01	DAS- 4	1.522,72
Diretor de Serviços de Órgãos Governamentais	02	DAS-6	1.001,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E PROM. SOCIAL			

Secretário de Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social.	01	DAS-1	2.893,29
Diretor de Creches	02	DAS-5	1.049,98
Diretor Cultural1	01	DAS-3	1.909,43
Diretor Esportivo	01	DAS-3	1.909,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretário de Saúde e Assistência Social	01	DAS- 1	2.893,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS.			
Secretário de Transporte e Serviços Urbanos	01	DAS-1	2.893,29
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO-AMBIENTE.			
Secretário de Agricultura	01	DAS-1	2.893,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TURISMO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo	01	DAS-1	2.893,29

QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS – ANEXO VIII

CATEGORIA	N.º FUNÇÕES	SÍMBOLO	VENCIMENTO R\$
Função Gratificada 1	05	FG-1	149,62
Função Gratificada 2	05	FG-2	224,50
Função Gratificada 3	05	FG-3	407,03
Função Gratificada 4	05	FG-4	838,07
Função Gratificada 5	04	FG-5	865,46
Função Gratificada 6	01	FG-6	1.180,39

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO II
GRUPO DE APOIO E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Bibliotecário	BIBL	40	1.498,83
Atendente de Educação Infantil	AEI	40	648,35
Crecheiras	CRE	44	575,26
Fonoaudiólogo	FON	20	1.179,52
Merendeiras	MMD-1	20	348,60
Motorista	MTA	44	800,32
Nutricionista	NUT	20	1.179,52
Orientador Educacional	ORE	20	706,92
Psicólogo	PSI	20	1.179,52
Serventes	SVT-1	40	575,26
Zelador	ZEL	40	646,39

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO II-A
GRUPO DE APOIO E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFHIJ 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Bibliotecário		01	Formação a nível de graduação em Biblioteconomia oficialmente reconhecido e registrado na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.
Atendente de Educação Infantil		25	2.º grau completo e conhecimentos específicos na área de educação infantil.
Crecheiras		22	Com experiência na área de atuação e aptidão para lidar com crianças
Fonoaudiólogo		01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de graduação plena em Fonoaudiologia com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Merendeiras		10	Com experiência na área de atuação
Motorista		05	Habilitação e experiência para área de atuação
Nutricionista		01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Orientador Educacional		01	Habilitação específica para o ensino fundamental, obtida em curso superior à nível de graduação.
Psicólogo		01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Serventes		13	Com experiência na área de atuação
Zelador		02	Com experiência na área de atuação

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO II
- B
GRUPO DE APOIO E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

CARGO/ FUNÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Bibliotecário (a)	Organizar, dirigir e executar serviços técnicos de repartições públicas municipais e autarquias; e o ensino de biblioteconomia; fiscalizar estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; administrar e dirigir e organizar bibliotecas; organizar e dirigir serviços de documentação; executar os serviços de classificação e catalogação de manuscritos e livros, de mapotecas de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência; executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
Servente	Atuar na manutenção e conservação e recuperação do patrimônio público; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO IV
GRUPO – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A AGRICULTURA – SGAA**

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Engenheiro Florestal (a)	ENGF	40	2.343,66
Auxiliar Veterinário	AUV	44	1.213,24
Inseminador	ENS	44	911,71
Médico Veterinário	MEV	20	1.644,29
Operador de Máquina Retroescavadeira	OPM-2	44	1.105,77
Operador de Trator Pneus	OPM-4	44	860,93
Servente	STE	44	575,26
Motorista	MTA	44	800,32

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO IV
- A
GRUPO – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A AGRICULTURA – SGAA**

CATEGORIAS	CLASSES/ NÍVEIS ABCDEFGHIJ 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Engenheiro Florestal (a)		01	Formação a nível de graduação e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Auxiliar Veterinário		01	1.º grau completo e/ou curso de formação na área de atuação, experiência anterior e portador de CNH para veículos leves
Inseminador		01	Experiência na área de atuação
Médico Veterinário		01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Medicina Veterinária, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Operador de Máquina Retroescavadeira		01	Habilitação para o cargo ou comprovada experiência na área de atuação.
Operador de Trator Pneus		03	Habilitação para o cargo e/ou comprovada experiência na área de atuação
Servente		02	Experiência na área
Motorista		01	Carteira de habilitação de acordo como veículo e comprovada experiência na área de atuação.

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO IV
- B
GRUPO – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A AGRICULTURA – SGAA**

CARGO/ FUNÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
------------------	---------------------

Engenheiro Florestal (a)	participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar o desenvolvimento sustentável; coordenar o planejamento, execução e revisão de planos de manejo florestal; planejar e executar planos de implantação florestal e recuperação de áreas degradadas; coordenar o planejamento e execução de atividades de conservação de ecossistemas florestais visando a manutenção da biodiversidade; administrar, operar e manter sistemas de produção florestal em florestas naturais e plantadas; orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais; coordenar o planejamento e linhas de atuação de entidades de defesa do meio-ambiente; cooperar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável; coordenar o desenvolvimento de planos de utilização de recursos florestais por populações tradicionais; coordenar sistemas de monitoramento ambiental em áreas florestadas; coordenar o planejamento e execução de projetos de extensão florestal e educação ambiental; coordenar o planejamento e execução de projetos de abastecimento de indústrias e controle de qualidade de matéria prima florestal; administrar, operar e manter sistemas de processamento de matéria prima florestal; planejar e administrar sistemas de colheita e transporte florestal; executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
--------------------------	---

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO V
GRUPO I – ATIVIDADES TÉCNICAS DA ADMINISTRAÇÃO – ATA**

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Procurador (a)	PRO	40	2.461,82
Engenheiro Civil (a)	ENG-I	40	2.343,66
Contador (a)	CONT	40	2.343,66
Auxiliar Administrativo	AUX	40	1.086,23
Fiscal de Tributos	FTB	40	1.749,33
Fiscal de Postura e Obras	FPO	40	1.089,40
Recepcionista	REP	40	780,98
Supervisor de Adm. e Pessoal	SAP	40	1.831,94
Tesoureiro	TES	40	1.749,33
Telefonista	Tel	36	1.086,23

**QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO V
- B
GRUPO I – ATIVIDADES TÉCNICAS DA ADMINISTRAÇÃO – ATA**

CARGO/ FUNÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
------------------	---------------------

Procurador (a)	Assessorar o Prefeito e demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetido à apreciação; opinar sobre projetos de lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal; elaborar minutas de contratos a serem firmados, nos quais a Municipalidade seja parte interessada; proceder a cobrança pelas vias judiciais ou extrajudiciais da dívida ativa; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhados pelo Prefeito ou pelo diferente órgão da Prefeitura, emitindo parecer à respeito, quando for o caso; representar o Município em juízo; bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área..
Engenheiro Civil (a)	Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar o desenvolvimento sustentável; orientar procedimentos em processo de licitação, no que tange atividades de sua área de competência; elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizadas por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnicas de execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos; executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
Contador (a)	Planejar e operar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisionar e operar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; Controlar, participar e operar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; Proceder e/ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços; Supervisionar e operacionalizar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, e/ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes; Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Preparar relatórios e outros documentos, segundo a legislação que rege a matéria; Assessorar a administração em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores. Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

Fiscal de Postura e Obras	Assessorar a fiscalização com o objetivo de exercer o poder de polícia do Município referente às relações de consumo, bem como o seu efetivo controle, por meio de rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas e faz observar, executar atividades e praticar os atos administrativos previstos na legislação vigente, tais como: participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar, conscientizar e motivar o cidadão quanto aos seus direitos e obrigações nas relações de POSTURAS; atuar de ofício ou a partir de reclamações em questões referentes às relações a saneamento e posturas; atuar em todas as fases do processo administrativo referente às relações de saneamento e posturas, iniciado de ofício ou a partir de reclamação; exarar documentos fiscais e outros que se fizerem necessários, em conformidade com a legislação; proceder a apreensões, inutilizações e coletas de amostras, efetuar embargos e interdições, notificar, intimar, autuar, interditar, advertir, praticar a intervenção administrativa e outros atos administrativos previstos na legislação de relações de consumo; solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito para apuração de delito a legislação vigente; participar de audiências nas quais o Município seja parte; executar outras tarefas previstas na legislação referente às relações as construções civis, na área de sua competência; - fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde; fiscalizar quanto à regularização edificações; fiscalizar obras públicas em todas as suas etapas, bem como obras privadas de acordo com a legislação municipal do Código de Posturas e Obras; efetuar interdição de construções e ou edificações que estão em desacordo com a legislação vigente; efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado; expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica; executar e/ou participar de ações Fiscalização em articulação direta com a fiscalização fazendária e Sanitária - fazer cumprir a legislação federal, estadual e municipal em vigor; - exercer o poder de polícia do município de acordo com o Código de posturas e obras; - executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata; - Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
---------------------------	--

Realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivamento e guarda de documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc);

Auxiliar nos serviços de escritório, arquivando, abrindo pastas, plastificando folhas, reproduzindo documentos, preparando etiquetas, para facilitar o andamento dos serviços administrativos;

Controlar entregas e recebimentos, assinando e solicitando protocolos, para comprovar a execução dos serviços;

Coletar assinaturas em documentos diversos, como ofícios, ofícios circulares, cheques, requisições e outros;

Executar os serviços gerais do setor ao qual está lotado, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia ou digitação de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;

Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;

Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;

Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos;

Participar do controle de requisições e recebimentos do material do setor, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, operar máquinas de duplicação de documentos tais como foto copiadoras, mimeógrafos, scanners e outros;

Operar máquinas e equipamentos de transmissão e recebimento de dados, via telefônica, eletrônica e outras;

Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza;

Auxiliar na execução de trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades;

Auxiliar no acompanhamento da execução de projetos relacionados à área de atuação;

Auxiliar na execução de procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia dos serviços públicos;

Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais;

Auxiliar na supervisão e execução de trabalhos relativos à execução de atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, contabilidade, recursos humanos e outras de cunho administrativos;

Auxiliar a implantar, executar e a acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos;

Auxiliar Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

GRUPO II – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A ADMINISTRAÇÃO – SGAA

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Zelador	ZEL	40	646,39

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO V

-A

GRUPO I – ATIVIDADES TÉCNICAS DA ADMINISTRAÇÃO – ATA

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFGHIJ 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Procurador (a)	PRO	02	Formação a nível de graduação e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Engenheiro Civil	ENG-I	01	Formação a nível de graduação e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Contador	CONT	01	Bacharel em Ciências Contábeis com Registro no CRC.
Recepcionista		01	2.º grau completo, noções de informática
Supervisor de Adm. e Pessoal		01	2.º grau completo e experiência anterior na área
Tesoureiro		01	2.º grau completo e experiência em serviços administrativos.
Auxiliar Administrativo		06	2.º Grau completo, noções de informática e na área administrativa e tributária.
Fiscal de Tributos		01	2.º grau completo e/ou cursando 3.º grau nas áreas de direito, ciências contábeis, administração ou economia, no mínimo no 5.º semestre, com experiência na área e portador de CNH para veículos leves.
Fiscal de Postura e Obras	FPO	01	2.º grau completo, portador de CNH para veículos leves e motocicleta.
Telefonista		01	2.º grau completo e experiência na área de atuação.

GRUPO II – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A ADMINISTRAÇÃO – SGAA

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFGHIJ 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Zelador		03	Alfabetizado e com experiência em serviços gerais de limpeza

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VI GRUPO- SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Operador de máquina carregadeira e patrôla	OPM –1	44	860,93
Operador de máquina em geral	OPG	44	1.105,77
Operador de máquina trator esteira	OPM-3	44	860,93



Motorista	MTA	44	800,32
Mecânico	COM	44	1.607,11
Servente	STE	44	575,26
Servente II	STE-II	44	579,14
Servente III	STE-III	44	608,08
Servente IV	STE-IV	44	702,34
Pedreiro	PDO	44	615,63
Pedreiro II	PDO-II	44	806,41
Vigia Noturno	VIGN	44	579,14
Auxiliar de Mecânico	AM	44	800,32
Eletricista	ELE	44	1.105,54

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VI -A
GRUPO- SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFGHJI 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Operador de máquina carregadeira e patrôla		03	Habilitação para o cargo ou comprovada experiência na área de atuação
Operador de máquina em geral		01	Habilitação para o cargo ou comprovada experiência na área de atuação. Alfabetizado
Operador de máquina trator esteira		03	Habilitação para o cargo ou comprovada experiência na área de atuação
Motorista		07	Carteira de habilitação de acordo como veículo e comprovada experiência na área de atuação
Mecânico		01	Comprovada experiência na área de atuação
Servente		16	Experiência na área de atuação
Servente II		03	Experiência na área de atuação de no mínimo 5 anos
Servente III		03	Experiência na área de atuação de no mínimo 5 anos
Servente IV		01	Experiência na área de atuação de no mínimo 5 anos
Pedreiro		03	Experiência na área de atuação de no mínimo 2 anos
Pedreiro II		05	Experiência na área de atuação de no mínimo 5 anos
Vigia Noturno		02	Experiência anterior
Auxiliar de Mecânico		01	1.º grau completo e conhecimento em mecânica de automóveis, máquinas e tratores.
Eletricista		01	1.º grau completo, curso na área de atuação e/ou autorização pelo órgão competente para realização dos serviços.

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
------------	---------	--------------------------	----------------

Medico (a) Clínico Geral	MECG	10	1.632,68
Medico Ginecologista	MEG	10	2.017,59
Farmacêutico(a)	FAR	40	1.822,05
Odontologo/cirurgião Dentista	ODON	20	1.511,23
Fiscal de Vigilância Sanitária	FVS	44	1.089,40
Agente de Vigilância Sanitária	AVS	44	838,88
Assistente Social	AS	40	1.709,57
Enfermeira	ENF	40	2.418,38
Auxiliar de Enfermagem	AE	44	776,47
Servente de Saúde	SVT-I	44	575,26
Motorista	MOTS	44	800,32
Atendente de enfermagem	ATT	44	739,16
Agente de Saúde	AGS	40	575,26
Auxiliar Administrativo	AUX	40	1.086,23
Psicólogo	PSI	20	1.179,52

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII - A
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

	CLASSES/ NÍVEIS		
CATEGORIAS	ABCDEFGHJI 12345678910	N.º DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Médico (a) Clínico Geral	MECG	02	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e Registro no Conselho Regional de Medicina.
Médico Ginecologista (a)		01	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico, com especialização em Ginecologia e Registro no Conselho Regional de Medicina.
Farmacêutico (a)		01	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia Bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.
Fiscal de Vigilância Sanitária		01	2.º Grau completo e formação na área de atuação e portador da CNH para veículos leves
Agente de Vigilância Sanitária		01	2.º grau completo e curso de formação na área de atuação
Assistente Social		02	Nível superior com diploma registrado no órgão da classe
Enfermeira		02	Nível superior com diploma registrado no órgão da classe
Auxiliar de Enfermagem		10	Primeiro grau completo e curso de formação na área de atuação com registro no COREM
Servente de Saúde		08	Experiência em serviços gerais de limpeza e higiene ou serviços correlatos
Motorista		06	CNH compatível com a função, experiência no serviço, 1.º grau completo

Atendente de enfermagem	03	Experiência na área com serviços comprovadamente prestados.
Agente de Saúde	03	1.º grau completo e experiência na área
Auxiliar Administrativo	01	2.º grau completo ou 1.º grau completo e experiência na área.
Psicólogo	02	Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII - B

GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

CARGO/FUNÇÃO	DESCRIÇÃO SINTÉTICA
Médico Ginecologista (a)	Realizar atendimento na área de ginecologia, desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área.
Médico (a) Clínico Geral	Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar e prestar assistência médico-cirúrgica em ambulatorios, hospitais e órgãos afins; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área.
Psicólogo (a)2	Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social. Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executa outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores Hierárquicos.

Dirigir Veículos para a condução de servidores, nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos;
Viajar para localidades dentro e fora da sede, para conduzir servidores, pacientes, estudantes e transportar máquinas e equipamentos;
anotar no relatório diário de uso dos veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas do setor ao qual está lotado;
Executar a manutenção do veículo, lubrificando-o e efetuando pequenos reparos, para mantê-la em boas condições de funcionamento;
Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;
Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;
Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;
Verificar as ordens de serviço, verificando as tarefas a serem executadas, os horários e o número de atendimentos;
Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. (Decreto nº 1995, de 28/08/2008)

QUADRO DE INATIVOS E PENSIONISTAS – ANEXO IX

GRUPO I - INATIVOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTO R\$	APOSENTADO EM
Professor II	PRF-2	629,13	Fev/74-Maria Zimath
Técnico Contábil	TEC	4.102,30	Jun/95- Jaime J. Fistarol
Secretário de Exp. E Pessoal	SEC	3.524,93	Out/95- Pedro Zonta
Professora II	PRF-2	906,71	Mai/96-Marlene Poffo
Secretário da Câmara de Vereadores		2.490,03	Fev/99-Arlindo Ferrari
Professora	PRF	1.804,64	Abr/99-Schirley C.M. Favero

GRUPO II – PENSIONISTAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R\$	PENSÃO EM
Motorista	MTOS	425,52	Izabel F. Moser Nov/96

(Footnotes)

- 1 Lei Com. Nº 092, de 12 de maio de 2009
- 2 LC 087/2008

Lei Complementar Nº 115, de 21 de Novembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, de 21 de novembro de 2011
 “Incorpora Abono aos Vencimentos dos Servidores Municipais que menciona”.

MOACIR POLIDORO, Prefeita Municipal de Ascurra, faço saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o abono de R\$50,00 (cinquenta reais) concedido através da Lei Municipal nº 1198 de 03 de novembro de 2010,

incorporado aos vencimentos e proventos dos servidores públicos do Poder Executivo e Legislativo, ativos e inativos, da Administração Direta e indireta.

Parágrafo único – Os Anexos II; IV; V; VI; VII, IX da Lei Complementar nº LC 108/2007; o anexo VIII da Lei Complementar nº 075/2005; anexo I da Lei Complementar nº 47/2003 alterada pela Lei Complementar nº 103/2010, anexo I da Lei Complementar nº 33/2001, alterada pela Lei Complementar nº 109/2011 (magistério) e Lei Complementar nº 065/2006 (PSF) e suas alterações, e Lei Complementar nº 096/ 2009 (NASF) ficam atualizados na forma do “caput” deste artigo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações pertinentes do Orçamento Municipal para o corrente ano.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Ascurra, 21 de novembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 21 de novembro de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei Complementar n.º 075/2005
ANEXO VIII – CARGOS EM COMISSÃO

NOME DO CARGO	N.º DE CARGOS	SÍMBOLO	SUBSÍDIOS R\$
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor de Gabinete	01	DAS-1	2.461,07
Assessor Jurídico	01	DAS-1	2.461,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Secretário de Administração e Planejamento	01	DAS-1	2.943,29
Assessor de Controle Interno	01	DAS-2	2.149,48
Chefe de Compras	01	DAS-3	1.959,43
Assessor Técnico	01	DAS- 4	1.572,72
Diretor de Serviços de Órgãos Governamentais	02	DAS-6	1.051,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E PROM. SOCIAL			
Secretário de Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social.	01	DAS-1	2.943,29
Diretor de Creches	02	DAS-5	1.099,98
Diretor Cultural1	01	DAS-3	1.909,43
Diretor Esportivo2	01	DAS-3	1.909,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretário de Saúde e Assistência Social	01	DAS- 1	2.943,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS.			
Secretário de Transporte e Serviços Urbanos	01	DAS-1	2.943,29

SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO-AMBIENTE.			
Secretário de Agricultura	01	DAS-1	2.943,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TURISMO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo	01	DAS-1	2.943,29

LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2011

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO II GRUPO DE APOIO E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Bibliotecário	BIBL	40	1.488,83
Atendente de Educação Infantil	AEI	40	698,35
Crecheiras	CRE	44	625,26
Fonoaudiólogo	FON	20	1.229,52
Merendeiras	MMD-1	20	398,60
Motorista	MTA	44	850,32
Nutricionista	NUT	20	1.229,52
Orientador Educacional	ORE	20	756,92
Psicólogo	PSI	20	1.229,52
Serventes	SVT-1	40	625,26
Zelador	ZEL	40	696,39

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO IV GRUPO – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A AGRICULTURA – SGAA

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Engenheiro Florestal (a)	ENGf	10	2.393,66
Auxiliar Veterinário	AUV	44	1.263,24
Inseminador	ENS	44	961,71
Médico Veterinário	MEV	20	1.694,29
Operador de Máquina Retroescavadeira	OPM-2	44	1.155,70
Operador de Trator Pneus	OPM-4	44	910,93
Servente	STE	44	625,26
Motorista	MTA	44	850,32

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO V GRUPO I – ATIVIDADES TÉCNICAS DA ADMINISTRAÇÃO – ATA

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Procurador (a)	PRO	40	2.511,82
Engenheiro Civil (a)	ENG-I	40	2.393,66
Contador (a)	CONT	40	2.393,66
Auxiliar Administrativo	AUX	40	1.136,23
Fiscal de Tributos	FTB	40	1.799,33
Fiscal de Postura e Obras	FPO	40	1.139,40
Recepcionista	REP	40	830,98
Supervisor de Adm. e Pessoal	SAP	40	1.881,94
Tesoureiro	TES	40	1.799,33
Telefonista	Tel	36	1.136,23

GRUPO II – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO A ADMINISTRAÇÃO

– SGAA

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Zelador	ZEL	40	696,39

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VI
GRUPO- SERVIÇOS DE APOIO AO TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Operador de máquina carregadeira e patrôla	OPM –1	44	910,93
Operador de máquina em geral	OPG	44	1.155,77
Operador de máquina trator esteira	OPM-3	44	910,93
Motorista	MTA	44	850,32
Mecânico	COM	44	1.657,11
Servente	STE	44	625,26
Servente II	STE-II	44	629,14
Servente III	STE-III	44	658,08
Servente IV	STE-IV	44	752,34
Pedreiro	PDO	44	665,63
Pedreiro II	PDO-II	44	856,41
Vigia Noturno	VIGN	44	629,14
Auxiliar de Mecânico	AM	44	850,32
Eletricista	ELE	44	1.155,54

QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ANEXO VII
GRUPO – SERVIÇO DE APOIO A SAÚDE – SAS

CATEGORIAS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$
Médico (a) Clínico Geral	MECG	10	1.682,66
Médico Ginecologista	MEG	10	2.067,59
Farmacêutico(a)	FAR	40	1.872,05
Odontólogo/cirurgião Dentista	ODON	20	1.561,23
Fiscal de Vigilância Sanitária	FVS	44	1.139,40
Agente de Vigilância Sanitária	AVS	44	888,88
Assistente Social	AS	40	1.759,57
Enfermeira	ENF	40	2.468,38
Auxiliar de Enfermagem	AE	44	826,47
Servente de Saúde	SVT-I	44	625,26
Motorista	MOTS	44	850,32
Atendente de enfermagem	ATT	44	789,16
Agente de Saúde	AGS	40	625,26
Auxiliar Administrativo	AUX	40	1.136,23
Psicólogo	PSI	20	1.229,52

QUADRO DE INATIVOS E PENSIONISTAS – ANEXO IX
GRUPO I - INATIVOS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTO R\$	APOSENTADO EM
Professor II	PRF-2	679,13	Fev/74-Maria Zimath
Técnico Contábil	TEC	4.152,30	Jun/95- Jaime J. Fistarol
Secretário de Exp. E Pessoal	SEC	3.574,93	Out/95- Pedro Zonta

Professora II	PRF-2	956,71	Mai/96-Marlene Poffo
Secretário da Câmara de Vereadores		2.540,03	Fev/99-Arlindo Ferrari
Professora	PRF	1.854,64	Abr/99-Schirley C.M. Favero

GRUPO II – PENSIONISTAS

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTOS R\$	PENSÃO EM
Motorista	MTOS	475,52	Izabel F. Moser Nov/96

Lei Complementar n.º 047/2003 e Lei Comp. 103/10
ANEXO I

NOME DO CARGO	N.º DE CARGOS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO R\$
Contador	01	COT	20 h	1.647,95
Secretário Executivo	01	SEC	20 h	1.647,95
Assessor Legislativo	01	ASL	40h	2.461,07
Auxiliar de Limpeza e Conservação	01	ALC	40 h	689,18
Assessor Jurídico (comissionado)	ASS-1	01		2.461,07

Lei Complementar n.º 033/2001 e Lei Complementar 109/2011
ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPO OPERACIONAL - MAGISTÉRIO

CATEGORIAS	SÍMBOLO	N.º DE VAGAS	VENCIMENTO R\$
Professor I	PRF I	11	679,13
Professor II	PRF II	16	1.257,50
Professor III	PRF III	11	794,77
Professor IV	PRF IV	11	1.488,83
Professor V	PRF V	06	864,18
Professor VI	PRF VI	06	1.627,62

Lei Complementar 065/2006 e alterações
QUADRO DE PESSOAL DO PSF

NOME DO CARGO	N.º DE VAGAS	VENCIMENTO R\$
Agente Comunitário de Saúde	12	625,26
Auxiliar de Enfermagem	02	912,14
Cirurgião dentista	02	3.021,72
Enfermeiro	02	2.534,90
Médico Geral Comunitário	02	6.529,91
Atendente de Consultório Dentário	02	912,14

LEI COMPLEMENTAR Nº 096/ 2009
DOS EMPREGOS - NASF

Ocupação	Nº vagas	Carga horária Semanal	Salário base
Assistente social	01	20 h	1.292,17
Psicólogo	01	20 h	1.292,17
Farmacêutico	01	20 h	1.292,17

(Footnotes)

1 Lei Com. Nº 092, de 12 de maio de 2009

2 Lei Com. Nº 108, de 18 de abril de 2011

Lei Complementar Nº 116, de 09 de dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR nº 116, de 09 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a revisão geral anual, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A remuneração dos agentes públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município serão revistos, no mês de janeiro de cada ano, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, será concedida com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de dezembro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência.

§ 2º - A revisão será aplicada a todos os vencimentos, salários, proventos, pensões e/ou subsídios:

I - de cargos de provimento efetivo ou comissionados;

II - de admitidos em caráter temporário (ACT);

III - de Conselheiros Tutelares;

IV - dos empregos da Estratégia de Saúde da Família (PSF/PACS);

V - dos aposentados e pensionistas da municipalidade;

VI - dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador Presidente e Vereadores).

§ 3º - A revisão geral de que trata o caput e § 1º deste artigo incide, inclusive, sobre o valor da bolsa-estágio de que trata a Lei nº 1138, de 05/08/2009.

Art. 2º - As remunerações dos agentes públicos de que trata o "caput" do artigo anterior e seus §§ 2º e 3º, após a revisão, serão objeto de tabelas publicadas por ato dos respectivos Poderes.

Parágrafo único - O percentual da revisão de que trata esta Lei, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas.

Art. 3º - Para as remunerações majoradas devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ASCURRA, em 09 de dezembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 09 de dezembro de 2011

MARIA DE FATIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei Complementar Nº. 113, de 26 de outubro de 2011

Lei Complementar nº. 113, de 26 de outubro de 2011

Ratifica a alteração do Estatuto da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Santa

Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na forma do parágrafo IV do Artigo 72 da Lei Orgânica, de 18/12/2002, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam ratificadas, nos termos do Anexo II desta Lei, na qualidade de ente consorciado da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, as alterações do Estatuto.

Art. 2º. As alterações estatutárias foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária do dia 24 de março de 2011 e publicadas no Diário Oficial dos Municípios, edição nº. 716, de 11 de abril de 2011, p. 142/144 e, observados os demais dispositivos estatutários aprovados pela Lei Complementar Municipal de adesão ao consórcio AGIR, de nº 101 de 16/04/2010 e de acordo com o Artigo 12, caput, da Lei nº. 11.107/05.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra (SC), em 26 de outubro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 26 de outubro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

ANEXO II

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA AGIR (REDAÇÃO APROVADA)

DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 39 O membro do comitê de regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada, notória especialização e conhecimento técnico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Art. 40 É ainda vedada a participação, no comitê de regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR: (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

I - acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - ocupante de cargo ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

III - empregado ou servidor ocupante de cargo em comissão, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras; (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

IV - relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador; e

V - dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como

objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da AGIR.

§ 1º. (Alterado na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144). Também está impedido de exercer cargo no comitê de regulação, qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do poder público municipal, estadual ou federal.

§ 2º. - Os prestadores de serviços poderão indicar empregados e/ou servidores, estes quando ocupantes de cargos efetivos e superado o estágio probatório, mesmo que exercendo cargos em comissão, funções gratificadas ou cargos de chefia e direção. (Acréscimo na AGE de 24.03.2011 e publicado no DOM nº. 716, de 11.04.2011, p. 143/144).

Lei Complementar Nº. 117, de 19 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 117,

De 19 de dezembro de 2011

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ASCURRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ascurra, dos Poderes Executivo e Legislativo, da Administração Direta e Indireta.

§ 1º. O Regime Jurídico do Município de Ascurra é o Estatutário.

Art. 2º. Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei, é adotada a seguinte conceituação:

I - SERVIDOR PÚBLICO: é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - CARGO PÚBLICO: é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pago pelos cofres públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III - QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;

IV - CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

V - CARGO EM COMISSÃO: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional;

VII - GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade;

Art. 3º. É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos

previstos em Lei.

TÍTULO II

DA ADMISSÃO AO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º. São requisitos básicos para investidura em cargo público previstos nesta Lei Complementar:

I - a nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;

VII - a aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo; e

VIII - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

§ 1º. Lei específica pode estabelecer outros requisitos para o ingresso de pessoal no quadro permanente dos Poderes Executivo e Legislativo, em face da natureza das atribuições do cargo.

§ 2º. O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder.

§ 3º. A investidura do servidor em cargo em comissão far-se-á mediante designação pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

DO CONCURSO

Art. 5º. Concurso público é o processo de seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos na lei e no edital respectivo:

§ 1º. O concurso público será de provas ou de provas e títulos.

§ 2º. Não se abrirá novo concurso público para provimento de cargo que ainda exista candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 6º. O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, fixado no edital, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. Se o edital for omissivo, o prazo de validade será de 02 (dois) anos, vedada a sua prorrogação.

Art. 7º. O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação.

Art. 8º. O edital de concurso público, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

I - prazo para inscrição não inferior a 15 (quinze) dias, contados de sua publicação oficial;

II - requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;

III - tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;

IV - forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;

V - critérios de aprovação e classificação;

VI - valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio;

VII - número de vagas, denominação dos cargos e suas respectivas atribuições;
VIII - percentual de vagas para deficiente físico (art. 37, inciso VIII, da CF/88);
IX - o prazo para recurso, em todas as fases do certame; e
X - valor dos vencimentos.

§ 1º. O edital de concurso público deverá ter seu resumo publicado no Diário Oficial dos Municípios e em jornal diário de circulação local ou regional.

§ 2º. As alterações no edital mencionado no caput implicam na reabertura do prazo de inscrição.

§ 3º. O prazo para inscrição no concurso, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§ 4º. O edital do concurso e o respectivo regulamento serão homologados pela autoridade do órgão que o promover.

§ 5º. Às pessoas portadoras de deficiências é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, para as quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de:

- I - 01 (um) Presidente, representado pela autoridade competente, ou por quem este designar;
- II - 01 (um) servidor representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Ascurra;
- III - 03 (três) servidores efetivos estáveis.

Parágrafo Único. A critério da autoridade competente o concurso público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área, desde que seja contratada nos termos da Lei n. 8.666/93, cabendo neste caso a Comissão Especial supervisionar todas as etapas do concurso público.

Art. 10. O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover, que publicará o seu resultado no Diário Oficial dos Municípios, no jornal local de grande circulação e na página da internet do Município de Ascurra.

CAPÍTULO III DA NOMEAÇÃO

Art. 11. Nomeação é o ato através do qual a autoridade confere a alguém determinado cargo efetivo de nível inicial de carreira ou cargo em comissão, satisfeitas as exigências legais.

§ 1º. A nomeação para cargo de carreira de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, observado o número de vagas existentes e obedecidos à ordem de classificação, o cargo objeto do concurso e o prazo de sua validade, atendido o requisito de aprovação em exame de saúde.

§ 2º. A inspeção de saúde será procedida por servidor público efetivo inscrito no Conselho Regional de Medicina, nomeado pelo Chefe de cada Poder, que concluirá pela aptidão ou não para o exercício do cargo público.

§ 3º. É vedado exercer no município de Ascurra cargo efetivo ou em comissão a partir dos 70 (setenta) anos de idade.

CAPÍTULO IV

DA POSSE

Art. 12. A posse é o ato pelo qual o nomeado para um cargo público manifesta, pessoal e expressamente, a sua vontade de aceitar a nomeação e inicia o exercício das respectivas funções.

Art. 13. Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo servidor nomeado, constará a declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, ter conhecimento das atribuições, deveres e responsabilidades e, ainda, compromissar-se com o fiel cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 1º. A requerimento do servidor, o prazo para a posse poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por mais 30 (quinze) dias.

§ 2º. Se a posse não ocorrer no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 14. A posse em cargo efetivo depende da apresentação dos seguintes documentos:

- I - prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial;
- II - declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- III - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- IV - comprovação da habilitação correspondente ao cargo em que irá ocupar previsto no edital de concurso público; e
- V - outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos, ao ingresso no serviço público municipal.

§ 1º. São competentes para dar posse:

- a) o Prefeito Municipal aos servidores do Poder Executivo;
- b) o Presidente da Câmara aos servidores do Poder Legislativo;
- c) o Superintendente aos servidores das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município;
- d) o Diretor Presidente das autarquias.

§ 2º. A nomeação em cargo de provimento em Comissão implica na apresentação dos documentos previstos nos incisos II, III, IV e V do presente artigo.

CAPÍTULO V DO EXERCÍCIO

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º. É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º. O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias da publicação.

§ 3º. À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

§ 4º. O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

CAPÍTULO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Seção I Do Estágio Probatório e da Finalidade

Art. 18. O servidor público municipal submetido ao prévio concurso público, devidamente aprovado e nomeado para cargo de provimento efetivo, fica sujeito ao cumprimento de estágio probatório por um período de 03 (três anos) para a aquisição da estabilidade.

§ 1º. A finalidade do estágio probatório é tecer uma análise do servidor investido em cargo público efetivo, no que tange ao: domínio sobre as atribuições do cargo, pontualidade, assiduidade, iniciativa, flexibilidade, produtividade e qualidade no trabalho, disciplina, ética pública, cuidados com materiais, equipamentos e ambiente, relacionamento interpessoal, capacidade física e mental para o exercício do cargo, de forma a considerá-lo apto ou inapto, capaz ou incapaz para a permanência no respectivo cargo.

§ 2º. O servidor público municipal estável que for aprovado em outro concurso e nomeado em novo cargo, fica sujeito a novo estágio probatório.

§ 3º. No que tange à capacidade física e mental, o servidor deverá realizar 02 (dois) exames médicos, um no ato da admissão e outro 30 dias antes do término do estágio probatório.

§ 4º. Sempre que o servidor for convocado para participar de programas de treinamento e capacitação, cujo conteúdo seja relativo às atividades específicas do cargo para o qual foi nomeado, o afastamento deve ser considerado como de efetivo exercício para efeito de cumprimento do período de estágio probatório.

§ 5º. É vedado ao servidor público municipal, durante o período de estágio probatório:

- I - ser readaptado, excetuando os casos de acidente de trabalho;
- II - requerer licença para tratar de assuntos particulares;
- III - ser cedido, com ou sem ônus, para quaisquer órgãos estranhos àqueles da estrutura organizacional do poder Legislativo ou do poder Executivo Municipal e das Fundações Públicas Municipais;
- IV - requerer licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro (a);
- V - afastar-se do cargo em virtude de condenação por sentença criminal definitiva.

§ 6º. Ao iniciar suas atividades o servidor será informado detalhadamente dos critérios utilizados para sua avaliação de desempenho no período do estágio probatório.

Seção II Do Instrumento e dos Prazos da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório

Art. 19. Durante o período de estágio probatório, o servidor será submetido à Avaliação de Desempenho por uma Comissão designada para tal finalidade.

§ 1º. O servidor, durante seu estágio probatório deverá receber no

mínimo 03 (três) avaliações.

§ 2º. A Avaliação de Desempenho será cumulativa e realizada anualmente através da aplicação de Formulário de Avaliação de Desempenho;

§ 3º. - Após o processamento das médias da pontuação atribuída a cada um dos quesitos avaliados, a Avaliação concluirá pela atribuição dos seguintes conceitos:

- I- ÓTIMO (se obtiver nota igual ou acima de 9,00 pontos)
- II-BOM (se obtiver nota entre 7,00 a 8,99)
- III-REGULAR (se obtiver nota entre 5,00 e 6,99 pontos)
- IV-INSATISFATORIO (se obtiver nota menor que 5,00 pontos)

§ 4º. Os critérios de julgamento e o Formulário de Avaliação de Desempenho serão criados no Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais;

§ 5º. Os servidores aprovados em concurso em cargo que a lei municipal exija a realização de curso de formação profissional estarão sujeitos, no período da realização do curso, a regime excepcional de avaliação do estágio probatório que observará como critério único, a aprovação em todas as disciplinas ofertadas.

§ 6º. A data de conclusão da última Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório antecederá obrigatoriamente em 30 (trinta) dias àquela prevista para aquisição da estabilidade do servidor.

§ 7º. Havendo no período previsto no § 6º deste artigo Processo Administrativo ou tendo sido o processo de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório encaminhado para o Comitê Técnico por não atender ou atender parcialmente os requisitos da avaliação, o Estágio ficará suspenso até o parecer conclusivo da respectiva comissão.

§ 8º. Do parecer conclusivo de que trata o § 7º, poderá resultar na aquisição da estabilidade ou exoneração do servidor avaliado.

§ 9º. A qualquer tempo, a Comissão deve proceder à conclusão da Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, ainda que verificada a ocorrência de uma das seguintes situações:

- I - infração disciplinar, caracterizada pela transgressão de quaisquer dos deveres e proibições do servidor especificados nesta Lei, assegurando a ampla defesa e o contraditório;
- II - restrição física e mental, temporária ou permanente, declarada ou reconhecida perícia médica municipal, que impossibilite o desempenho de suas atividades no cargo de ingresso.

Parágrafo Único - Não alcançando a média mínima de 5,00 (cinco), ou seja, enquadrar-se na classificação "REGULAR", ao final das Avaliações realizadas, o Servidor em estágio probatório será exonerado do serviço público e, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, logo após a conclusão do processo.

Subseção I Da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório

Art. 20. Fica instituída Comissão de Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório com o objetivo de responsabilizarem-se pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho de servidor integrante do quadro permanente do Município, devendo obrigatoriamente se manifestar nos prazos e na forma estabelecidos em lei e em regulamento específico.

§ 1º. A comissão a ser implantada deverá ser composta por 03 (três) servidores efetivos e estáveis, de mesmo nível de

escolaridade ou superior do cargo do servidor avaliado.

§ 2º. Nos casos dos profissionais do magistério, a avaliação será realizada por Comissão Especial devidamente instituída e regulamentada no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Ascurra.

§ 3º. - Além dos servidores estáveis, a comissão de avaliação solicitará o auxílio da chefia imediata do departamento onde o servidor estiver lotado e desempenha suas funções.

§ 4º. - Poderá a Administração contratar empresa para desenvolvimento e aplicação de metodologia de avaliação, com observância da Lei nº 8.666/1993.

§ 5º. - As demais normas relacionadas ao Estágio Probatório dos Servidores do município de Ascurra constarão da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo Municipal.

Seção II Da Estabilidade

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

Parágrafo único. A Portaria que determina a aprovação ou não no estágio probatório deverá ser publicada um dia antes da conclusão do estágio.

Art. 22. Os servidores em cargo de comissão, quando o comissionamento abranger 10 (dez) anos ininterruptos de efetivo exercício na mesma função e não tendo acumulado neste período 30 (trinta) faltas, somente poderá ser exonerado mediante comprovação de justa causa.

§ 1º. O Chefe do Poder ao qual o servidor está vinculado deverá justificar a causa que gerou a exoneração disposta no caput deste artigo através de Portaria, sob pena de nulidade.

§ 2º. A regra disposta neste artigo não se aplica aos cargos de Secretário Municipal.

Art. 23. O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa e contraditório; e
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

Seção III Da Reintegração

Art. 24. Reintegração é a reinvestidura do servidor no quadro a que pertencia, com ressarcimento dos prejuízos, quando invalidada sua demissão ou exoneração por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º. A reintegração dar-se-á no cargo anteriormente ocupado ou resultante de sua transformação.

§ 2º. A reintegração implica a abertura automática de vaga suplementar na classe que deva ser reintegrado o servidor, a qual será extinta quando ocorrer a primeira vaga na classe final da carreira.

§ 3º. Se o cargo tiver sido extinto, o servidor será colocado em disponibilidade, com vencimentos integrais, se não for possível

seu aproveitamento imediato.

§ 4º. O servidor reintegrado será submetido a exame médico e aposentado quando incapaz.

Seção IV Da Recondução

Art. 25. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, em decorrência de:

- I - reintegração do ocupante anterior do cargo;
- II - inabilitação no estágio probatório em outro cargo efetivo; ou
- III - transferência, promoção ou acesso indevidos.

Parágrafo único. Encontrando-se, o cargo de origem, provido, extinto ou declarada a sua desnecessidade, o servidor efetivo ou estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, cujas atribuições e vencimentos sejam equivalentes.

Seção V Da Reversão

Art. 26. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I - quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria; ou
- II - no interesse da administração, desde que o servidor:

- a) tenha solicitado a reversão;
- b) sua aposentadoria tenha sido voluntária;
- c) era estável quando na atividade;
- d) a aposentadoria tenha ocorrido nos 05 (cinco) anos anteriores à solicitação; e
- e) haja cargo vago.

§ 1º. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º. Após a reversão o tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º. No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º. O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º. O servidor de que trata o inciso II, somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo.

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VI Da Reabilitação Ocupacional

Art. 28. Fica instituída a Reabilitação Ocupacional que compreende o conjunto de medidas que visa o aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão e/ou restrições de saúde, em atividade laborativa compatível com as mesmas.

§ 1º. Será reabilitado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por perícia médica, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo efetivo.

§ 2º. A perícia médica municipal e perícia médica previdenciária ficam responsáveis pela avaliação dos procedimentos de reabilitação a serem adotados.

§ 3º. A perícia médica previdenciária avaliará e encaminhará ao órgão competente laudo circunstanciado sobre o potencial laborativo do servidor.

§ 4º. Compete à área de Recursos Humanos, de cada poder, com base no laudo circunstanciado promover o processo de Reabilitação Ocupacional, indicando a função, o cargo ou o local de trabalho, bem como o acompanhamento e o monitoramento do servidor.

§ 5º. O servidor que estiver em processo de Reabilitação Ocupacional poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação pela Inspeção Médica Previdenciária.

§ 6º. A Reabilitação Ocupacional obriga o servidor a adequar-se a todas as medidas definidas por perícia médica.

Art. 29. O processo de Reabilitação Ocupacional é composto dos seguintes procedimentos:

- I - readequação;
- II - readaptação.

Subseção I Da Radequação

Art. 30. A Radequação é o procedimento que autoriza a restrição de algumas atribuições e atividades inerentes ao cargo ocupado, em decorrência de agravos de saúde apresentados pelo servidor, verificado em perícia médica previdenciária, desde que mantido o núcleo básico do cargo.

§ 1º. A Radequação não determina alteração definitiva das atividades e implica na manutenção do servidor no cargo efetivo de ingresso.

§ 2º. Compete à perícia médica previdenciária, definir o lapso temporal da readequação, podendo ter caráter definitivo.

Subseção II Da Readaptação

Art. 31. Readaptação consiste na mudança de cargo decorrente da inaptidão definitiva do servidor para o cargo originário, visando o aproveitamento de sua capacidade laborativa residual.

§ 1º. Será readaptado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por laudo circunstanciado emitido pela perícia médica previdenciária, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo original.

§ 2º. A mudança de cargo dar-se-á uma única vez, para cargo de igual ou inferior escolaridade, respeitadas as restrições de saúde apontadas, bem como os seguintes critérios:

- I - habilitação ou escolaridade e conhecimentos específicos previstos para o novo cargo, na parte especial ou permanente, conforme o caso;
- II - manutenção de carga horária do cargo de origem do servidor,

exceto quando o novo cargo estiver sujeito a jornada legal reduzida;

III - manutenção do servidor no Quadro Geral em que investido.

Art. 32. O servidor readaptado será enquadrado no novo cargo, no padrão e referência de valor equivalente ou imediatamente superior ao percebido no cargo de origem, utilizando-se como critério a compatibilidade de tabelas salariais, observando o princípio de irredutibilidade de vencimento.

§ 1º. Na hipótese de impossibilidade de efetivação do critério previsto no caput deste artigo, fica autorizado o pagamento, através de complementação de vencimento, da diferença nominal necessária a produzir a equivalência com o vencimento do cargo de origem, sobre a qual incidirão todas as vantagens e descontos legais.

§ 2º. A complementação de vencimento a que alude o § 1º deste artigo integrará o cálculo de proventos quando da aposentadoria do servidor, e sofrerá incidência de todas as vantagens e descontos legais, como se vencimento fosse.

Art. 33. A readaptação será procedida mediante mudança do cargo ocupado pelo servidor para outro cargo de carreira em que será reabilitado, transpondo-se a respectiva vaga no quadro geral de vagas previsto em lei, através de decreto.

TÍTULO III DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I DAS FORMAS DE VACÂNCIA

Art. 34. São formas de vacância de cargo público:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - posse em outro cargo inacumulável;
- V - recondução;
- VI - aposentadoria;
- VII - falecimento.

Seção I Da Exoneração

Art. 35. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º. A exoneração do cargo efetivo de ofício dar-se-á:

- I - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado;
- II - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório;
- III - quando for necessário adequar os dispêndios com pessoal, de acordo com a Legislação Federal vigente e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias:

a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão;

b) exoneração dos servidores não estáveis.

§ 2º. O servidor que perder o cargo por decorrência do contido no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, fará jus a uma indenização correspondente a 01 (um) mês de remuneração por ano de serviço.

§ 3º. O cargo objeto da redução prevista no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, deverá ser extinto, vedada a criação de cargo ou

função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos.

§ 4º. A exoneração de cargo comissionado dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Seção II Da Demissão

Art. 36. A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa e o contraditório;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO II DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

Seção I Da Remoção

Art. 37. Remoção é o deslocamento do servidor do quadro permanente de cada poder para preenchimento de vaga no âmbito do mesmo quadro em outra unidade administrativa ou educacional, podendo ser:

- I - a pedido;
- II - de ofício;
- III - por permuta.

§ 1º. A Remoção a pedido dar-se-á por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por serviço de perícia médica oficial e existência de vaga.

§ 2º. A Remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, indicando os fatos e fundamentos que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação.

§ 3º. A Remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa. Os interessados devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

Seção II Da Redistribuição

Art. 38. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder observados os seguintes preceitos:

- I - interesse da Administração;
- II - equivalência de vencimentos;
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo;
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
- V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º. A redistribuição ocorrerá ex-ofício para ajustamento de

lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.

§ 2º. Nos casos de extinção de órgão ou unidade administrativa, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO III DA DISPONIBILIDADE, DO APROVEITAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO

Seção I Da Disponibilidade

Art. 39. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado ao Município, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo. Caso o servidor não tenha, ainda, adquirido estabilidade, será ele exonerado ex-ofício.

Art. 40. O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O aproveitamento será tornado sem efeito, sendo cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Inspeção Médica Previdenciária.

Art. 41. Para o cálculo da proporcionalidade, considerar-se-á, como remuneração mensal do servidor, o vencimento básico, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes relativas ao cargo público.

Parágrafo único. Não se incluem no cálculo da remuneração proporcional:

- I - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- II - o adicional noturno;
- III - o adicional de férias;
- IV - a gratificação natalina;
- V - o salário-família;
- VI - as indenizações; e
- VII - as diárias.

Art. 42. O servidor em disponibilidade contribuirá para o regime de previdência a que estiver vinculado, e o tempo de contribuição, correspondente ao período em que permanecer em disponibilidade, será contado para efeito de aposentadoria e nova disponibilidade.

Art. 43. O servidor em disponibilidade poderá participar de programa de treinamento dirigido para o exercício de novas funções na Administração Pública Municipal, de acordo com a necessidade e conveniência administrativa.

Art. 44. Presente a necessidade da administração, o aproveitamento de servidor posto em disponibilidade dar-se-á em cargo de atribuições, vencimento, nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional compatíveis com o anteriormente por ele ocupado.

Art. 45. O ato que colocar em disponibilidade servidor que se encontra regularmente licenciado ou afastado, somente produzirá efeitos após o término da licença ou do afastamento.

Seção II Do Aproveitamento

Art. 46. Aproveitamento é o retorno a cargo público do servidor colocado em disponibilidade, observadas as seguintes normas:

- I - ocorrendo vaga no quadro de pessoal, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento;
- II - havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais velho;
- III - o aproveitamento far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional;
- IV - é vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado;
- V - no caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado o servidor não sofrerá prejuízos em sua remuneração;
- VI - o aproveitamento dependerá da prova de capacidade física/mental, mediante inspeção médica oficial;
- VII - comprovada pela inspeção médica oficial à incapacidade definitiva do servidor convocado para o aproveitamento, será ele encaminhado ao sistema previdenciário para aposentadoria;
- VIII - será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor convocado não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, salvo caso de doença comprovada de inspeção médica oficial.

Parágrafo único. O servidor poderá ser aproveitado em outras funções quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação das atividades relativas ao seu cargo.

Seção III Da Substituição

Art. 47. Os servidores ocupantes de cargos em comissão, nos seus afastamentos ou impedimentos regulares poderão ter substitutos designados pela autoridade competente.

Parágrafo único. A substituição será feita por servidor designado através de ato da autoridade competente, percebendo durante o período de substituição a remuneração correspondente ao cargo em que se faça a substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 48. Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção, chefia ou assessoramento, poderá ser nomeado para exercer cumulativamente as atribuições de outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e neste caso, só perceberá a remuneração correspondente a um cargo, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo único. A reassunção ou vacância do cargo faz cessar de pronto, os efeitos da substituição.

TÍTULO IV DA DURAÇÃO DO TRABALHO

CAPÍTULO I DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 49. O servidor incluído no Quadro de Pessoal do Município de Ascurra ficará sujeito ao cumprimento da jornada semanal de trabalho, conforme disposto no Plano de Cargos e Salários.

§ 1º. Para os servidores da área do Magistério a jornada de trabalho será estabelecida no Plano de Carreira e Remuneração do

Magistério Público Municipal.

§ 2º. A jornada normal de trabalho do servidor efetivo poderá ser reduzida com a proporcional redução da remuneração, desde que haja concordância expressa das partes envolvidas.

Art. 50. Perderá o vencimento ou remuneração do cargo o servidor:

- I - em exercício de mandato eletivo da União, do Estado ou do Município, salvo do mandato de Vereador se houver compatibilidade de horário;
- II - posto a disposição de outro órgão público da União ou do Estado, ressalvada a opção pelo vencimento, salário ou remuneração do cargo ou emprego efetivo, com a anuência da Administração; e
- III - demais hipóteses previstas em Lei.

§ 1º. Investido no mandato de vereador e havendo incompatibilidade de horário, e na hipótese de optar pelo mandato de Vereador, o servidor será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou subsídio do cargo eletivo.

§ 2º. Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou subsídio do cargo eletivo.

Art. 51. O horário de funcionamento das repartições municipais será fixado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 52. Toda e qualquer redução da jornada diária será simples e provisória concessão, não gerando qualquer direito ao servidor.

Art. 53. Poderá ser concedido, a critério do Chefe do Poder a que pertence, horário especial ao servidor efetivo estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão ou entidade que tiver exercício, e ao servidor efetivo portador de deficiência física, desde que comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigido do servidor efetivo estudante a compensação de horário na repartição, respeitada a carga horária semanal de trabalho, sendo que o afastamento se dará apenas no período que compreender a grade curricular apresentada.

Seção I Da Frequência Subseção I Do Controle de Frequência dos Servidores

Art. 54. Os servidores do quadro permanente submeter-se-ão a controle de ponto, que poderá ser manual, mecânico, eletrônico e biométrico, onde serão registrados os horários de entrada e saída, bem como o intervalo, se houver.

Art. 55. O servidor encarregado do controle de frequência relatará, mensalmente, ao Chefe do Poder ou a quem for delegado competência, as ocorrências relativas à frequência, tais como: entradas tardias, saídas antecipadas, faltas justificadas e injustificadas.

§ 1º. O servidor encarregado do controle de frequência de que trata o caput deste artigo será nomeado pelo Chefe do Poder através de Portaria.

Subseção II Da Frequência dos Servidores

Art. 56. Todos os servidores municipais deverão cumprir integralmente a jornada diária de trabalho que lhe for fixada, comprovada

mediante registros de entradas e saídas.

§ 1º. O registro de frequência deve ser efetuado pelo próprio servidor.

§ 2º. No registro de frequência serão anotados todos os elementos necessários à apuração da mesma.

§ 3º. Poderá o Chefe do Poder, justificadamente e no interesse do serviço público, dispensar servidores do registro de ponto e frequência, desde que o faça através de Portaria.

§ 4º. Nenhum servidor, mesmo que exerça função externa, pode deixar o seu local de trabalho, durante o expediente, sem autorização do Chefe do órgão a que pertence.

Art. 57. Será concedida uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos para o início da jornada diária de trabalho.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) minutos previsto no caput deste artigo, será fechado o ponto pelo servidor encarregado.

§ 2º. Fechado o ponto, o servidor só poderá assinar ou bater o ponto com autorização do chefe imediato, depois de justificar o atraso.

§ 3º. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto, não excedentes de 05 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Art. 58. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por:

I - 01 (um) dia, para doação de sangue;

II - 01 (um) dia para acompanhar filho menor de 15 (quinze) anos quando necessite ir ao médico;

III - 02 (dois) dias consecutivos pelo falecimento de sogro, sogra, tio, tia ou cunhados;

IV - 03 (três) dias consecutivos pelo falecimento dos avós, madrasta ou padrasto;

V - 05 (cinco) dias consecutivos em razão de casamento;

VI - 08 (oito) dias pelo falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela e irmão;

VII - 05 (cinco) dias consecutivos, contados da realização do pedido, para casamento;

Art. 59. Além das ausências previstas no artigo anterior, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercícios de cargo de provimento em comissão em órgãos da União, Estado e Município, suas Autarquias e Fundações Públicas;

III - participação, como instrutor ou treinando, em programa de treinamento regularmente instituído;

IV - desempenho de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal, exceto para promoção por antiguidade;

V - convocação para o serviço militar;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;

VII - missão ou estudo fora do município, quando autorizado, por escrito, pelo Chefe do Poder ao qual pertence;

VIII - o exercício da presidência de entidade de classe ou categoria profissional;

IX - processo disciplinar que não resulte pena;

X - Licença:

a) a gestante, a adotante e a paternidade;

b) para tratamento da própria saúde;

c) para atividade política;

d) por motivo de acidente de serviço ou doença profissional;

e) prêmio;

Parágrafo único. Respeitados os casos previstos nesta Lei, o servidor que interromper o exercício num período de 12 (doze) meses, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) alternados, está sujeito à demissão por abandono do cargo, apurado em processo disciplinar.

Art. 60. O servidor é obrigado a avisar à sua chefia imediata o dia em que, por motivo de força maior, deixar de comparecer ao serviço.

§ 1º. As faltas ao serviço, por motivo de doença, somente serão justificadas para fins disciplinares de anotação no assentamento individual e de pagamento, se a impossibilidade de comparecimento for atestada ou ratificada pelo órgão médico oficial.

§ 2º. As faltas ao serviço, por motivos particulares, não serão justificadas para qualquer efeito, computando-se como ausência o dia da falta, o sábado e domingo subsequentes, ou feriado, quando intercalados.

CAPÍTULO II DAS FALTAS E DESCONTOS

Art. 61. As faltas do servidor ao serviço serão consideradas como justificadas, abonadas ou injustificadas.

Art. 62. São faltas justificadas as expressamente autorizadas em lei.

Art. 63. Faltas abonadas são a relevância da ausência, da chegada tardia ou saída antecipada por decisão do Prefeito Municipal ou por quem receber delegação de competência em caráter excepcional, de sorte que não haja desconto na remuneração ou vencimento.

Parágrafo único. As faltas abonadas limitar-se-ão a 05 (cinco) por ano e serão regulamentadas através de Lei.

Art. 64. Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada que ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, em face de inexistência de motivo previsto em Lei ou não abonação pela autoridade competente.

Art. 65. Todas as faltas serão anotadas na ficha funcional do servidor.

Art. 66. O vencimento ou remuneração do servidor está sujeito aos descontos estabelecidos em Lei, determinados por decisão judicial ou autorizados por escrito pelo servidor.

TÍTULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei.

§ 1º. Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, ressalvada as hipóteses do art. 23 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. A nenhum servidor será atribuída, a título de remuneração, importância inferior ao salário mínimo.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das

vantagens pecuniárias, temporárias ou permanentes, estabelecidas em Lei.

Art. 69. A remuneração e o subsídio dos membros ocupantes de cargos, funções e empregos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, recebido em espécie, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 70. O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço sem motivo justificado;

II - um terço (1/3) da remuneração durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva ou prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou denúncia por crime funcional, ou ainda, condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, com diferença corrigida se absolvido;

III - dois terços (2/3) da remuneração durante o período de afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, de pena que não determine demissão;

IV - a remuneração total, durante o afastamento por motivo de suspensão preventiva, com direito ao pagamento se absolvido, decretada em caso de alcance ou malversação de dinheiro público e cumprimento de pena judicial que não determine demissão.

§ 1º. O disposto nos incisos II e III aplica-se, também, aos casos julgados de contravenção penal.

§ 2º. O comparecimento depois da primeira meia hora de expediente ou a retirada antes da última hora serão computados como ausência para todos os efeitos legais.

Art. 71. Salvo por imposição legal ou mandado judicial nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos.

Art. 72. As reposições e indenizações à Fazenda Pública Municipal poderão ser descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 20% (vinte por cento) do vencimento.

Art. 73. Não caberá desconto parcelado quando o servidor for exonerado, abandonar o cargo ou for demitido.

Art. 74. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado, ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 75. O vencimento e a remuneração não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Art. 76. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá instituir, mediante lei, Comissão de Política e Remuneração de Pessoal com objetivo de colher subsídios e formular sugestões que orientem as políticas municipais de pessoal e de remuneração.

Parágrafo único. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos

cargos componentes de cada carreira;
II - os requisitos para a investidura; e
III - as peculiaridades dos cargos.

TÍTULO VI DA ACUMULAÇÃO

Art. 77. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I - de dois cargos de professor;

II - de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou

III - de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange as autarquias e fundações.

§ 2º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários.

TÍTULO VII DAS VANTAGENS

Art. 78. Juntamente com o vencimento, quando devidas, deverão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações:

a) indenização de diárias e adiantamentos; e
b) indenização de transportes.

II - gratificações:

a) Gratificação natalina;
b) Gratificação especial;

III - adicionais:

a) Adicional por tempo de serviço;
b) Adicional de férias;
c) Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;
d) Adicional pela prestação de serviço extraordinário; e
e) Adicional pelo trabalho noturno.

Parágrafo único. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

CAPÍTULO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 79. Constituem indenizações ao servidor:

a) indenização de diárias e adiantamentos; e
b) indenização de transportes.

Seção I Da indenização de Diárias e Adiantamentos

Art. 80. O servidor que se afastar temporariamente da sede de suas funções para cumprimento de atividades com finalidade pública, fará jus ao recebimento de diárias visando o pagamento de despesas com alimentação e hospedagem, desde que tenham sido previamente autorizadas pelo responsável do órgão correspondente, cujas condições para sua concessão, serão estabelecidas em Lei específica.

§ 1º. As despesas com passagens aéreas ou terrestres, quando não for adotado regime de adiantamento, serão suportadas diretamente pelos cofres públicos.

§ 2º. Os servidores quando em missões de que trata esta Lei, deverão obrigatoriamente emitir relatório circunstanciado da viagem.

Art. 81. Em substituição ao regime de diárias poderá ser adotado o regime de adiantamento, sempre que convir aos interesses da administração, em razão das despesas com alimentação, pernoite, ligações telefônicas e locomoção urbana, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado em ato do chefe de cada poder.

Art. 82. O servidor tem direito ao recebimento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pelo responsável do órgão, promovendo-se a tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até 05 (cinco) dias após o retorno.

§ 1º. Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis.

§ 2º. As solicitações de diárias e adiantamentos deverão ser encaminhadas ao setor competente com a antecedência de 02 (dois) dias úteis.

Art. 83. As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento serão suportadas pelo Município, podendo ser adotado o regime de diárias ou adiantamento, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo organizador do evento ou poder público.

Seção II Da Indenização de Transportes

Art. 84. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que utilizar veículo particular para execução de atividades externas, por força das atribuições próprias do cargo, que visem o exclusivo atendimento dos serviços e do interesse público, fazendo jus nesta situação, a uma indenização de combustível na ordem de 20% (vinte por cento) do valor do menor preço pago pelo Município do litro da gasolina, por quilometro rodado.

§ 1º. A utilização de veículo automotor próprio dependerá de prévia autorização do responsável do órgão correspondente, aos quais competem o controle e fiscalização da indenização prevista no caput deste artigo.

§ 2º. Para o recebimento da indenização de combustível prevista no caput deste artigo o servidor ou o agente público devem observar previamente as seguintes condições:

I - comprovar a sua propriedade relativa ao veículo e efetuar o respectivo cadastramento no órgão competente do Município;
II - emitir declaração que isenta o Município de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros.

§ 3º. A indenização do combustível será concedida mediante a comprovação da quilometragem percorrida, a partir do ponto de partida a ser fixado pela Administração, com base no relato do percurso e dos serviços efetivados, vinculados ao interesse público.

§ 4º. Nos casos de viagem a serviço, a indenização prevista no caput, será feita em conformidade com a quilometragem percorrida,

utilizando-se como parâmetro o mapa do Estado de Santa Catarina editado pelo DEINFRA ou DNIT.

§ 5º. A indenização será creditada diretamente na folha pagamento do servidor, através de documento próprio e devidamente autorizada pelo responsável do órgão e assinada pelo servidor a ser indenizado.

CAPÍTULO II DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 85. Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações:

- a) gratificação natalina;
- b) gratificação especial;
- c) gratificação pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento.

Seção I Da Gratificação Natalina

Art. 86. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano, salvo as situações em que houver remuneração variável durante o exercício, quando então dever-se-á efetuar a média do período.

§ 1º. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será paga como mês integral.

§ 2º. A gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 3º. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§ 4º. O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

§ 5º. A critério da administração municipal a gratificação natalina poderá ser antecipada em 50% (cinquenta por cento) no mês de junho de cada ano, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício.

§ 6º. A gratificação natalina será estendida aos inativos e pensionistas e, neste caso, terá por base o valor dos proventos do mês de pagamento.

Seção II Da Gratificação Especial

Seção II Da Gratificação Especial

Art. 87 - Poderá ser instituída gratificação especial em razão do desempenho de função ou outros encargos de especial responsabilidade que não justifiquem a criação de cargos.

Parágrafo Único - A gratificação poderá corresponder a no máximo 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo, quando o servidor exercer uma das atividades abaixo:

Atividade de Pregoeiro;
Contabilização de Fundos e Fundações Municipais;
Membro da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório;
Membro de Comissão de Avaliação imobiliária;

Membro de Comissão Avaliação Contribuição de Melhoria;
Membro de Comissão de Concessão de Desconto/isenção tributos;
Membro da Comissão Permanente de Licitação;
Membro do Comitê Permanente de progressão na Carreira;
Membro de Comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar;
Membro da Equipe de Apoio nos Processos de Pregão;

Art. 88 . As gratificações previstas nos artigos 87 e 89 serão devidas durante a vigência da designação para realização da atividade.

Art. 89 - As funções gratificadas que se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento serão criadas e regulamentadas através de lei específica de iniciativa do chefe de cada poder.

Parágrafo Único - O servidor que fará jus a gratificação prevista neste artigo, terá acrescido ao seu vencimento do cargo de carreira a proporção 1/10 por ano de exercício da função, ininterrupto ou não.

CAPÍTULO III DOS ADICIONAIS

Art. 90. Aos servidores serão concedidos os seguintes adicionais:

- a) adicional por tempo de serviço;
- b) adicional de férias;
- c) adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;
- d) adicional pela prestação de serviço extraordinário; e
- e) adicional pelo trabalho noturno.

Seção I Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 91. Será concedido ao servidor público o adicional por tempo de serviço, o qual dar-se-á na razão de 6% (um por cento) há cada 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal incidente sobre o vencimento base do servidor integrante do quadro permanente da administração municipal.

§ 1º. O adicional de que trata o caput deste artigo é devido a partir do dia imediato aquele em que o funcionário completou o tempo de serviço exigido.

§ 2º. O servidor público que exercer, cumulativamente, mais de um cargo terá direito ao adicional com relação a cada cargo.

Seção II Do Adicional de Férias

Art. 92. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

§ 1º. Na hipótese de parcelamento do usufruto das férias, o servidor receberá o adicional de férias quando da utilização do primeiro período.

§ 2º. No caso de o servidor estar investido em função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo, exceto na hipótese de substituição.

Subseção III Do Adicional pelo Exercício de Atividade em Condições Insalubres ou Perigosas

Art. 93. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade ou

de periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

§ 1º. Para efeitos desta Lei, entende-se:

- I - por atividades consideradas perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, expõem a contínuo perigo, a vida;
- II - por atividades consideradas insalubres, aquelas que, por sua própria natureza ou métodos de trabalho, expõem continuamente, direta e permanentemente a agentes físicos, químicos ou biológicos, nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância;

§ 2º. O valor do adicional a que trata o caput deste artigo terá por base o vencimento do servidor, observados os percentuais abaixo:

- I - 40% (quarenta por cento) para grau máximo;
- II - 20% (vinte por cento) para médio;
- III - 10% (dez por cento) para grau mínimo.

§ 3º. O adicional de que trata o caput será incorporado aos vencimentos do servidor para os efeitos da aposentadoria respeitados os termos da legislação previdenciária vigente.

§ 4º. Os vários setores da administração serão classificados e ou enquadrados no grau de insalubridade ou perigosos de acordo com laudos periciais existentes ou ainda, em caso de dúvidas solicitar perícias atualizadas.

§ 5º. O laudo pericial deverá ser efetuado através de convênio ou ainda com a contratação regular de entidades e ou profissionais especializados.

§ 6º. O pagamento do adicional estabelecido nesta Lei cessará quando constatada a eliminação ou neutralização da insalubridade e ou periculosidade.

§ 7º. Deixará de perceber o adicional a que se refere esta Lei o servidor afastado do exercício de suas funções, com exceção dos afastamentos relativos a férias, licença prêmio, licença gestação e tratamento de saúde.

§ 8º. A administração poderá, a qualquer tempo, proceder a revisão dos laudos, visando atingir o disposto nesta Lei, bem como baixar normas complementares que se fizerem necessárias à fiel execução da mesma.

§ 9º. Os pagamentos dos adicionais serão suspensos sempre que for constatada qualquer irregularidade.

Art. 94. É proibido a servidora gestante ou lactente o trabalho em atividade ou operações consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 95. Os locais de trabalho e os servidores que operem com Raios-X ou substâncias radioativas, devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo devem ser submetidos a exames médicos periódicos a cargo do município.

Seção IV Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 96. O serviço extraordinário é aquele prestado em condições anormais à jornada diária do servidor efetivo e será calculado por hora de trabalho, levando-se em conta a remuneração, acrescida de 50% (cinquenta por cento), exceto aos domingos e feriados

quando este acréscimo será de 100% (cem por cento).

Parágrafo único. Em se tratando de serviço noturno extraordinário, o valor da hora normal será acrescido de mais 25% (vinte cinco por cento).

Art. 97. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas pelo superior hierárquico e autorizadas pelo Chefe do Poder a que pertence, respeitada sempre o limite 60 (sessenta) horas mensais.

§ 1º. O limite de horas extras mensais será dividido em no máximo de 44 (quarenta e quatro) horas de 50% e 16 (dezesseis) horas de 100%.

§ 2º. Não serão abrangidos pelo regime previsto nesta subseção, os servidores que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na ficha funcional do servidor.

§ 3º. A requisição/autorização e controle dos limites para a realização de horas extras será de responsabilidade da chefia imediata de cada setor onde o servidor estiver lotado.

§ 4º. A chefia imediata ficará responsável pelo ressarcimento aos cofres públicos dos valores devidos pelas horas extras realizadas acima do máximo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 98. O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias.

Seção V Do Adicional Noturno

Art. 99. O adicional de trabalho noturno, assim entendido o que for prestado no período entre 22h00m (vinte e duas horas) e 05h00m (cinco horas) do dia seguinte.

§ 1º. As horas prestadas no período definido neste artigo serão acrescidas de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal de serviço.

§ 2º. A hora de trabalho noturno será computada como de 52m30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§ 3º. Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplicam-se às horas de trabalho noturno o disposto nestes parágrafos.

CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 100. Desenvolvimento Funcional é o deslocamento do servidor nos níveis de referência contidos no seu cargo.

Art. 101. O desenvolvimento funcional do servidor na carreira dar-se-á mediante:

- a) Progressão;
- b) Promoção;

§ 1º. Progressão é o enriquecimento horizontal do cargo, medido através de tempo e títulos, significando o aperfeiçoamento das aptidões do servidor na função. Passa de uma referência salarial para outra sem mudar de classe vertical.

§ 2º. Promoção é o enriquecimento vertical do cargo, medido

através de outros títulos, e significa a assunção de responsabilidades de nível hierárquico de tarefas mais alto.

Art. 102. O processamento das progressões e promoções obedecerá ao disposto na lei do plano de carreira de cada categoria.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DA PERDA DE CARGO PÚBLICO POR INSUFICIÊNCIA DE DESEMPENHO DO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO OU ESTÁVEL

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 103. Este Capítulo disciplina a perda de cargo público com fundamento no artigo 23, inciso III, desta Lei.

Art. 104. As disposições aplicam-se também aos profissionais de educação efetivos ou estáveis da Administração Pública do Município de Ascurra.

Art. 105. As normas gerais sobre processo administrativo são aplicáveis subsidiariamente aos preceitos desta Lei, observado o respectivo âmbito de validade.

Seção II Dos Critérios de Julgamento e Conceitos de Avaliação

Art. 106. O servidor público efetivo e estável submeter-se-á a avaliação anual de desempenho, obedecidos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º. O órgão ou a entidade dará conhecimento prévio a seus servidores dos critérios, das normas e dos padrões a serem utilizados para a avaliação de desempenho.

§ 2º. A avaliação anual de desempenho de que trata este Capítulo, será realizada mediante a observância de fatores comportamentais, estratégicos e operacionais, necessários à confirmação do servidor no cargo, com a disciplina, assiduidade, pontualidade, iniciativa, presteza, responsabilidade, eficiência, idoneidade moral, expectativa profissional e produtividade.

§ 3º. Os critérios de julgamento poderão ser adaptados, em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou da entidade a que esteja vinculado.

§ 4º. Os sistemas de avaliação deverão prever em regulamento a escala de pontuação adotando os seguintes conceitos:

- I - EXCELENTE (se obtiver nota igual ou acima de 9,00 pontos);
- II - MUITO BOM (se obtiver nota entre 8,00 e 8,99 pontos);
- III - BOM (se obtiver nota entre 7,00 a 7,99);
- IV - REGULAR (se obtiver nota entre 5,00 e 6,99 pontos);
- V - INSATISFATORIO (se obtiver nota menor que 5,00 pontos).

§ 5º. Receberá o conceito de desempenho insatisfatório o servidor efetivo ou estável cuja avaliação total, considerados todos os critérios de julgamento, seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima admitida.

Seção III Do Processo de Avaliação

Art. 107. A avaliação anual de desempenho será conduzida por comissão de avaliação composta por 05 (cinco) servidores, sendo pelo menos 03 (três) servidores efetivos ou estáveis, preferencialmente

todos de nível hierárquico igual ou superior ao do servidor a ser avaliado, além do chefe imediato e de um servidor indicado pelo sindicato da categoria.

§ 1º. A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 2º. O conceito de avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório relativo ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 3º. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

§ 4º. O servidor será notificado do conceito anual que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

Art. 108. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 109. Os conceitos anuais atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Seção IV

Do Treinamento Técnico do Servidor com Desempenho Insatisfatório ou Regular

Art. 110. O termo de avaliação anual, quando concluir pelo desempenho insatisfatório ou regular do servidor, indicará as medidas de correção necessárias, em especial as destinadas a promover a respectiva capacitação ou treinamento.

Art. 111. O termo de avaliação obrigatoriamente relatará as deficiências identificadas no desempenho do servidor, considerados os critérios de julgamento previstos nesta Lei.

Art. 112. As necessidades de capacitação ou treinamento do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insatisfatório ou regular serão consideradas e priorizadas no planejamento do órgão ou da entidade.

Seção V

Da Perda de Cargo Por Insuficiência de Desempenho

Subseção I

Do Processo de Desligamento

Art. 113. Será exonerado o servidor efetivo ou estável que receber:

I - 02 (dois) conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; ou
II - 03 (três) conceitos intercalados de desempenho insatisfatório nas últimas cinco avaliações.

Art. 114. Observado o disposto nos Artigos 106 a 113 desta Lei, confirmado o segundo conceito sucessivo ou o terceiro interpolado

de desempenho insatisfatório, o recurso hierárquico será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou da entidade para decisão irrecurável em 60 (sessenta) dias.

Art. 115. É indelegável a decisão dos recursos administrativos previstos neste capítulo.

Subseção II

Da Publicação da Decisão Final

Art. 116. O ato de desligamento será publicado, de forma resumida, no órgão oficial, com menção apenas do cargo, do número da matrícula e lotação do servidor.

Subseção III

Da Contagem dos Prazos

Art. 117. Os prazos previstos neste Capítulo começam a correr a partir da data da cientificação ou publicação oficial, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou se este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º. Os prazos previstos contam-se em dias corridos.

Art. 118. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais previstos nesta Lei não serão prorrogados.

CAPÍTULO VI

DO TREINAMENTO

Art. 119. Para efeito da presente Lei, treinamento consiste no conjunto de atividades desenvolvidas para propiciar ao servidor público condições de melhor desempenho funcional.

Art. 120. A instituição de treinamentos visa criar e manter condições para que o potencial criativo de todos os servidores seja expresso e utilizado na sua plenitude, aperfeiçoar o ambiente organizacional e das relações de trabalho, buscando combinar produtividade com a satisfação dos anseios e necessidades do usuário final da administração pública.

Parágrafo único. Constituirá a participação em cursos e treinamentos, um dos requisitos para a progressão na carreira.

CAPÍTULO VII

DAS FÉRIAS

Art. 121. O servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas que podem ser acumuladas até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço.

§ 1º. Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas no período de recesso escolar.

§ 2º. As férias serão reduzidas para 24 (vinte e quatro dias) se o servidor no período aquisitivo contar até 06 (seis) faltas não justificadas; para 18 (dezoito dias) se o servidor tiver entre seis e quinze faltas; e para 12 (doze) dias se o servidor tiver entre 15 (quinze) e 20 (vinte) faltas.

§ 3º. O servidor não fará jus às férias se tiver mais de 20 (vinte) faltas não justificadas.

§ 4º. Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares serão assegurados 45 (quarenta e cinco) dias

consecutivos de férias anuais, fazendo jus os demais integrantes do Magistério a 30 (trinta) dias por ano.

§ 5º. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata este artigo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

§ 6º. As férias não gozadas na época da aposentadoria serão pagas total ou parcialmente ao servidor.

§ 7º. Poderá ser permitido o parcelamento do usufruto das férias em até 02 (duas) etapas, mediante requerimento do servidor e no interesse da administração.

§ 8º. A critério da autoridade competente e no interesse da administração poderão ser concedidas férias coletivas.

Art. 122. O pagamento da remuneração relativa ao mês em que o servidor estiver usufruindo as férias poderá ser efetuado antes do início do respectivo período.

Art. 123. O servidor exonerado de cargo efetivo, ou em comissão, ocorrendo a ruptura de vínculo, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito, e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que o servidor for exonerado.

Art. 124. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou pela imperiosa necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o restante das férias interrompidas será gozado de uma só vez, de forma a resguardar ao servidor o direito à previsibilidade de seu descanso anual.

Art. 125. É facultado a administração converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário.

Parágrafo único. No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 96.

Art. 126. O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente, com Raios-X e substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte dias consecutivos de férias por semestre da atividade profissional, proibida em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único. Ao servidor, a que se refere este artigo, não fará jus ao abono pecuniário de que trata o artigo anterior.

CAPÍTULO VIII DAS LICENÇAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 127. Conceder-se-á licença ao servidor:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por acidente em serviço;
- III - por motivo de doença em pessoa da família;
- IV - para repouso à gestante, adotante e licença paternidade;
- V - para a prestação de serviço militar obrigatório;
- VI - para atividade política;
- VII - para tratar de interesses particulares;

VIII - prêmio;

IX - para participar em Cursos, Congressos e Competições Esportivas;

X - para o desempenho de mandato classista.

Parágrafo único. É competente para a concessão de licença a autoridade superior de cada Poder, admitida a delegação de competência.

Art. 128. O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos I, II e VI do artigo anterior.

Art. 129. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, salvo nos casos de prorrogação ex-offício ou a pedido.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação será apresentado, por escrito, antes de findo o prazo de licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 130. O servidor em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

Subseção I Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 131. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença com remuneração, pelo período máximo de 15 (quinze) dias mediante competente inspeção do órgão médico oficial, após o que será encaminhado ao sistema previdenciário.

Art. 132. O servidor portador de doença transmissível poderá ser compulsoriamente licenciado, enquanto durar essa condição, a juízo do órgão médico oficial.

Art. 133. A inspeção médica será feita por intermédio de órgão médico oficial e, subsidiariamente, por outros especialistas.

§ 1º. O servidor licenciado não poderá recusar a inspeção médica por órgão médico oficial, sob pena de suspensão imediata da licença.

§ 2º. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença para tratamento de saúde, sob pena de exoneração do cargo.

§ 3º. Será admitido laudo de médico ou especialista não credenciado, mediante a homologação do médico oficial do município.

§ 4º. Não sendo homologado o laudo, na forma do parágrafo anterior, o período de ausência será considerado como de licença para tratamento de interesses particulares, sem prejuízo das investigações necessárias e cominações legais, inclusive quanto à responsabilidade do médico atestante.

Art. 134. A licença concedida dentro de 05 (cinco) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Subseção II Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 135. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço, ocupante de cargo efetivo ou de comissão.

Art. 136. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente,

com as atribuições do cargo exercido.

§ 1º. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo; ou
II - sofrido no horário de trabalho respectivo ou no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

§ 2º. A prova do acidente será efetuada no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias exigirem.

Art. 137. A licença para tratamento de saúde ou por motivo de acidente em serviço do servidor atacado de moléstia profissional grave, esgotados os mecanismos de readaptação, e ao servidor atacado alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia e cardiopatia grave, será concedida pelo prazo de 15 (quinze) dias, quando a inspeção médica não concluir pela necessidade imediata da aposentadoria.

Subseção III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 138. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e dependente que viva às expensas do servidor e conste dos seus assentamentos funcionais, mediante laudo médico comprovado por junta médica oficial.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º. Para a licença de que trata este artigo será concedida remuneração integral durante o primeiro mês e proporcional quando ultrapassar esse limite, sendo:

I - 80% (oitenta por cento) no 2º (segundo) mês;
II - 60% (sessenta por cento) no 3º (terceiro) e 4º (quarto) mês;
III - 40% (quarenta por cento) no 5º (quinto) e 6º (sexto) mês;
IV - sem remuneração a partir do 7º (sétimo) mês.

Subseção IV

Da Licença para Repouso à Gestante, Adotante e Licença Paternidade

Art. 139. À servidora gestante e adotante é assegurada, mediante inspeção médica, licença com remuneração, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º. A licença maternidade de que trata o caput deste Artigo poderá ser prorrogada por mais 60 (sessenta) dias. (Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei Federal nº. 11.770, de 10 de setembro de 2008).

§ 2º. Durante todo o período da Licença Maternidade a mãe da criança não poderá exercer qualquer atividade remunerada e nem colocá-la em creche.

§ 3º. A licença poderá ser concedida a partir do início do 8º (oitavo) mês de gestação, salvo no caso de parto prematuro ou prescrição médica.

§ 4º. Além da licença a que se refere este artigo, é assegurado à gestante, quando se fizer necessário, licença para tratamento de saúde.

§ 5º. No caso de aborto, após o 6º (sexto) mês de gestação, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 120 (cento e

vinete) dias de repouso remunerado.

§ 6º. No caso de aborto não criminoso, antes do 6º (sexto) mês de gestação, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 15 (quinze) dias de repouso remunerado.

§ 7º. No caso de natimorto, a servidora também fará jus à licença de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 140. À servidora gestante, a critério do órgão médico oficial, é assegurado o direito a readaptação eventual.

Art. 141. A servidora gestante terá garantia de emprego, desde a concepção até 05 (cinco) meses após o parto, nos termos da alínea "b", inciso II, artigo 10º das disposições transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo no caso de:

I - rescisão contratual por justa causa;
II - pedido de demissão;
III - se até a data da comunicação da dispensa, por qualquer motivo o órgão empregador não tiver sido avisado por escrito, do estado gravídico da servidora.

Art. 142. Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, à uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em 02 (dois) períodos de meia hora.

Art. 143. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos.

Subseção V

Da Licença para Prestação de Serviço Militar Obrigatório

Art. 144. Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração, cuja duração será idêntica a do período em que estiver servindo as Forças Armadas.

§ 1º. A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º. Ao servidor desincorporado será concedido o prazo de 10 (dez) dias para que reassuma o exercício do cargo sem perdas de vencimento.

Subseção VI

Da Licença para Atividade Política

Art. 145. É assegurada ao servidor licença com remuneração para a promoção de sua campanha eleitoral, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 10º. (décimo) dia seguinte ao do pleito, estabelecido o limite máximo de 03 (três) meses.

Parágrafo único. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o 10º. (décimo) dia seguinte ao do pleito.

Subseção VII

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 146. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor que não esteja em estágio probatório, licença para o tratamento de interesses particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos

consecutivos, sem remuneração.

Parágrafo único. Não se concederá a licença prevista neste artigo ao servidor que esteja respondendo a processo disciplinar ou servidor ocupante de cargo em comissão.

Art. 147. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, devendo nesse caso o mesmo assumir imediatamente o serviço.

Art. 148. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, no interesse da administração, sendo que neste caso o servidor deverá reassumir dentro de 30 (trinta) dias da notificação feita por escrito, sob pena de sofrer processo administrativo e a consequente perda do cargo por abandono de emprego.

Parágrafo único. Em caso de interrupção, no interesse do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do processo anteriormente concedido.

Art. 149. Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

Art. 150. Não se concederá licença a servidor nomeado, removido e transferido antes de completar dois anos no exercício, ou que esteja respondendo processo disciplinar.

Art. 151. O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido da licença que será comunicado ao servidor no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 152. Terminada a licença o servidor reassumirá imediatamente o exercício, salvo nos casos de prorrogação a pedido ou aposentadoria.

§ 1º. No caso de magistério, retornando da licença o servidor terá exercício no local de sua escolha, consideradas as vagas existentes na oportunidade.

§ 2º. O pedido de prorrogação será apresentado antes de findo o prazo da licença e se indeferido, entre a data do seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 153. O servidor que estiver em licença para tratar de assuntos particulares não poderá ser contratado pelo Município sob forma alguma.

Parágrafo único. Não poderá haver a contratação de servidor, inclusive em Caráter Temporário, para suprir vaga decorrente da licença de que trata o art. 148 desta Lei Complementar.

Subseção VIII Da Licença Prêmio

Art. 154. Após cada quinquênio de exercício, no serviço público municipal, nas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo município, ao servidor que a requerer, conceder-se-á licença-prêmio de noventa (90) dias consecutivos com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Terão os mesmos direitos e vantagens os servidores em cargos de comissão quando o comissionamento abranger 10 (dez) anos ininterruptos.

Art. 155. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

- I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
- II - afastar-se do cargo em virtude de condenação a pena privativa

de liberdade por sentença definitiva;
III - contar com mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período.

§ 1º. As faltas injustificadas ao serviço que não excedem a cinco (5), retardarão a concessão da licença prevista neste artigo na proporção de um mês para cada falta.

§ 2º. Na ocorrência das situações previstas neste artigo, iniciará-se a contagem de novo período aquisitivo para efeito de licença.

§ 3º. Na hipótese do servidor afastar-se no período aquisitivo em virtude de licença para tratamento de interesses particulares, licença para tratamento de saúde, licença por acidente de trabalho, retardará a concessão da Licença no mesmo período do afastamento.

Art. 156. O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um sexto (1/6) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 157. O servidor público municipal, com direito a licença-prêmio, poderá, optar pelo recebimento em pecúnia, de importância correspondente a metade ou ao período total da licença-prêmio dependente dos recursos disponíveis.

§ 1º. No caso de optar pela conversão em pecúnia da metade do período da licença-prêmio, deverá o servidor gozar o restante a partir do recebimento da primeira metade.

§ 2º. Para efeito de cálculo será considerada a remuneração que o cargo do servidor estiver ocupando na data do início do gozo.

Art. 158. Decairá o direito de receber a licença-prêmio não gozada o servidor que não a requerer no prazo de 90 (noventa) dias da data da respectiva exoneração.

Art. 159. A licença-prêmio será usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época de fruição, desde que se manifeste com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Subseção IX Da Licença para Participação em Cursos, Congressos e Competições Esportivas

Art. 160. O servidor terá direito a licença com remuneração integral quando for convocado ou designado para participar de cursos, congressos, seminários ou competições esportivas oficiais, de interesse do município mediante expressa autorização da autoridade de que estiver vinculado.

Parágrafo único. O prazo da licença de que trata o caput deste artigo corresponderá ao período de duração do evento correspondente.

Subseção X Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 161. É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para desempenho de mandato de Presidência no sindicato representativo da categoria dos servidores municipais, sem remuneração do cargo efetivo.

§ 1º. A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada em caso de reeleição e por uma única vez.

§ 2º. O servidor ocupante de cargo em comissão, efetivo ou não, deverá ser exonerado do cargo comissionado quando for empossado no mandato de que trata este artigo.

CAPÍTULO IX DOS AFASTAMENTOS

Seção I

Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade

Art. 162. O servidor poderá ser cedido para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança com o ônus da remuneração para o órgão ou entidade cessionária.

Parágrafo único. Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Municipal, que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo, com remuneração.

Seção II

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 163. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração do cargo efetivo; e

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; e

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício.

TÍTULO VIII

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 164. Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, mediante petição, e observadas as seguintes normas:

I - deverá ser dirigida à autoridade competente para decidir e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o peticionante, o qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de 60 (sessenta) dias;

II - só cabe pedido de reconsideração à autoridade que emitiu decisão a respeito, não podendo ser dirigido à mesma autoridade por mais de uma vez;

III - cabe recurso para a autoridade imediatamente superior a que expediu o ato que decidiu em primeira instância, e sucessivamente em escala ascendente, as demais autoridades;

IV - os requerimentos, recursos ou pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo;

V - o direito de requerer prescreve:

a) em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial em créditos resultantes da relação de trabalho;

b) em 01 (um) ano nos demais casos.

VI - o prazo para recorrer ou pedir reconsideração é de 30 (trinta)

dias, contados da data da publicação ou data em que o servidor for cientificado pessoalmente;

VII - o pedido de reconsideração e o recurso interrompem o prazo de prescrição.

§ 1º. Para o exercício do direito de petição é assegurada vista do processo ou do documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, bem como cópia das peças que tenha interesse à sua defesa.

§ 2º. Todas as páginas do processo deverão ser devidamente numeradas, carimbadas e assinadas, sob pena de nulidade absoluta.

§ 3º. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 165. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 166. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 167. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo.

TÍTULO IX

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DOS DEVERES

Art. 168. São deveres do servidor:

I - apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

II - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

III - ser leal à instituição a que servir;

IV - conhecer e observar as normas legais e regulamentares;

V - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

VI - atender com presteza:

a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal; e

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VII - ao imediato cumprimento de decisões e ordem do Poder Judiciário.

VIII - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

IX - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

X - prestar contas dos bens públicos sob sua responsabilidade;

XI - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

XII - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

XIII - ser assíduo e pontual ao serviço;

XIV - tratar com urbanidade as pessoas; e

XV - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A declaração de que trata o inciso I, é obrigatória no ato de posse, exoneração e aposentadoria de qualquer servidor.

CAPÍTULO II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 169. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- IX - quando, convocado pela administração, recusar-se a apresentar documentos e informações cadastrais;
- X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio em estabelecimento que transacione com o município, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XIV - proceder de forma desidiosa;
- XV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVI - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo, função e horário de trabalho.

Art. 170. É lícito ao servidor criticar atos do Poder Público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 171. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 172. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º. A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em parcelas mensais não excedentes a 10% (dez por cento) da remuneração ou provento, em valores atualizados, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 173. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 174. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo, praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 175. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independentes entre si.

Art. 176. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 177. São penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão; e
- VI - destituição de função comissionada.

Art. 178. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 179. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação do disposto no Título IX, Capítulo II - Das Proibições, artigo 169, incisos I a IX, e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 180. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1º. Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando, uma vez cumprida a determinação, os efeitos da penalidade, a contar do retorno às atividades, computando-se como pena de suspensão somente os dias em que efetivamente o servidor ficou afastado.

§ 2º. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) do dia, calculada sobre a remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 181. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono do cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; e
- XIII - transgressão dos incisos X a XVII, do artigo 169, disposto no Título IX, Capítulo II - Das Proibições.

Art. 182. Verificada em processo administrativo acumulação proibida e provada boa fé, o servidor público optará por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, será exonerado de qualquer deles, a critério da administração.

§ 1º. Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, emprego ou função exercido em outro órgão, entidade ou Poder, a demissão lhe será comunicada.

§ 3º. Fica instituído o procedimento sumário para apuração e regularização imediata de acumulação ilegal, estipulado em 30 (trinta) dias.

Art. 183. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 184. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita as penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada "a juízo da autoridade competente" ou "a pedido do próprio servidor" será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 185. A demissão ou destituição de cargo, nos casos dos incisos IV, IX, XI e XII do art. 181 implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 186. A demissão, ou a destituição do ocupante de cargo em comissão por infringência do disposto no Título IX, Capítulo II - Das Proibições, artigo. 169, incisos X e XII, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência ao art. 181, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 187. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, independente de convocação ou intimação.

Art. 188. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 189. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 190. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Chefe do Poder ou Dirigente de Autarquia ou Fundação Pública instituída e mantida pelo Município, as de exoneração, cassação de aposentadoria e disponibilidade; e

II - outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência e de suspensão de até trinta (30) dias.

Art. 191. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão; e

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º. O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º. Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º. Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO X DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 192 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 193 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 194 - Da sindicância poderá resultar:

- a) arquivamento do processo;
- b) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; e
- c) instauração de processo disciplinar.

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 195 - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

CAPÍTULO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 196 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora ou condutora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 197 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a

apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 198 - O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores efetivos e estáveis, indicados pela autoridade competente, possuidores de formação preferencialmente em nível de terceiro grau, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função, a gratificação mensal.

§ 1º. - O presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 2º. - A Comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 3º. - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 199- A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo Único - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 200 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- a) instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, que deverá conter a indicação de autoria, com o nome e matrícula do servidor e da materialidade ou indicação precisa do caso;
- b) inquérito administrativo, que compreende a instrução, defesa e relatório; e julgamento.

Art. 201 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º. - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º. - As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção I Do Inquérito

Art. 202 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 203 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 204 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis,

objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando julgar conveniente, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 205 - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º. - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 206 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo Único - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 207 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º. - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º. - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art. 208 - Concluído o interrogatório do acusado, a comissão promoverá a inquirição das testemunhas, observados os procedimentos previstos nos artigos 206 e 207.

§ 1º. - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º. - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 209 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, na qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 210 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º. - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º. - Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º. - O prazo de defesa poderá ser prorrogado, uma vez, pelo mesmo período, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º. - No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 211 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 212 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 213 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º. - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º. - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou do mesmo nível, ou nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 214 - Apiciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º. - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º. - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 215 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Seção II Do Julgamento

Art. 216 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior proferirá a sua decisão.

§ 1º. - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º. - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º. - Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá à autoridade de que trata o inciso I, do artigo 190.

§ 4º. - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

Art. 217 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo Único - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior, motivadamente, poderá agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 218 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior, declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

§ 1º. - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º. - A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 191, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo III do Título V, desta Lei.

Art. 219 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 220 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 221 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, caso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o inciso I do art. 35, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 222 - Serão assegurados transporte e diárias:

- a) ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado; e
- b) aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Seção III Da Revisão do Processo

Art. 223 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos, ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º. - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º. - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 224 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 225 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

Art. 226 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Chefe do Executivo Municipal ou à autoridade por este delegada, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do

órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo Único - Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do artigo 198.

Art. 227 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo Único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 228 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 229 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 230 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 231 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO XI DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 232. Os servidores titulares de cargos efetivos, em comissão e temporários, do Poder Executivo e Legislativo do município de Ascurra, incluídas suas autarquias e fundações públicas, ficam vinculados ao regime Geral da Previdência Social, de acordo com a Lei Federal nº 9.717 de 27.11.98.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS

Seção I Da Aposentadoria

Art. 233. É assegurada aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei.

Art. 234. Observado o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da Lei.

Parágrafo único. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Lei, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto.

Art. 235. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do Plano de Seguridade Social do servidor, do regime próprio de previdência do servidor público, dos militares das Forças Armadas e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos em Lei, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 236. O servidor titular de cargo efetivo será aposentado compulsoriamente quando atingir a idade de 70 (setenta) anos, conforme dispõe o Artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 237. Poderá a Administração Municipal instituir através de Lei Específica, Regime de Previdência Complementar, destinado a beneficiar os Servidores que no ato da aposentadoria recebam valor superior ao teto do INSS.

Seção II Da Assistência à Saúde

Art. 238. A assistência à saúde do servidor, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, ou ainda poderão ser asseguradas mediante contratos ou convênios firmado com outras instituições, cuja adesão do servidor será facultativa, nos termos da legislação específica.

§ 1º. Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a celebrar contratos ou convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares.

§ 2º. A parte de contribuição do servidor às entidades oficiais de assistência à saúde, será compatível com os planos oferecidos e disponíveis, observada a manifestação de interesse do servidor.

Seção III Do Auxílio Natalidade

Art. 239. O auxílio natalidade será devido à servidora por ocasião do nascimento de filho ou adoção e corresponderá ao menor vencimento dos servidores públicos municipais.

§ 1º. Tratando-se de parto múltiplo, serão devidos tantos auxílios-natalidade quantos os filhos nascidos.

§ 2º. Quando o pai e mãe forem servidores, o benefício será pago uma única vez e para a mãe.

§ 3º. O auxílio-natalidade deverá ser requerido no prazo de 90 (noventa) dias que se seguirem à data de nascimento ou adoção, devendo ser instruído com a certidão de nascimento do menor.

§ 4º. Não sendo a parturiente servidora pública, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro na condição de servidor.

§ 5º. Na hipótese da servidora falecer durante o parto, os herdeiros habilitados junto à previdência receberão o auxílio-natalidade.

§ 6º. O auxílio-natalidade será pago, ainda, em caso de natimorto.

Seção V Do Auxílio Funeral

Art. 240. O auxílio funeral será devido à família do servidor, efetivo

ou em comissão, falecido na atividade ou do aposentado, correspondente a 02 (duas) vezes o valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais;

§ 1º. No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio de que trata este artigo será pago somente em razão de um cargo.

§ 2º. O auxílio funeral será pago no prazo de até 05 (cinco) dias a partir do requerimento, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral, mediante comprovação.

§ 3º. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado observado o caput deste artigo.

§ 4º. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão a conta de recursos oficiais.

TÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241. O Dia do Servidor Público será comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 242. Os prazos fixados nesta Lei Complementar serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 243. São isentos de taxas, emolumentos ou custas, os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nesta qualidade.

Art. 244. Caberá ao Chefe do Poder Executivo disciplinar, mediante lei específica, a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

Art. 245. A despesa com pessoal ativo e inativo, não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na Lei, o município adotará, além das providências enumeradas no Artigo 22, da Lei de Responsabilidade Fiscal, as seguintes providências:

I - redução em pelo menos 20% (vinte) por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; e

II - exoneração dos servidores não estáveis.

Art. 246. Por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 247. Ao servidor público municipal é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical, dentre outros, dela decorrentes.

TÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 248. Fica também extinto o acréscimo previsto no artigo 267 da Lei Complementar nº. 14/95 de 20 de abril de 1995 e os servidores que tiverem adquirido a vantagem ao longo da carreira continuarão recebendo como provento nominalmente identificado como "adicional de cursos" e sofrerá a mesmas atualizações pela concessão de reajustes salariais e pela ocasião da revisão geral anual.

Art. 249- Fica também extinto o adicional de faculdade previsto no artigo 3º. da Lei Complementar nº. 06/91 de 31 de outubro de 1991 e os servidores que tiverem adquirido a vantagem ao longo da carreira continuarão recebendo como provento nominalmente identificado como "adicional ensino superior" e sofrerá a mesmas atualizações pela concessão de reajustes salariais e pela ocasião da revisão geral anual.

Art. 250. A licença remunerada para a atividade classista somente será concedida se o servidor exercer o cargo de Presidente da entidade que representa.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo cessará automaticamente ao encerrar o mandato do servidor junto à entidade que representa.

Art. 251. O Chefe do Poder Executivo regulamentará, mediante lei específica, acerca da admissão dos servidores em caráter temporário.

Art. 252. O Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, no que couber.

Art. 253. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 254. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 255 - Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Complementar nº. 14/1995, a Lei Complementar nº. 22/97, o Parágrafo Único do Artigo 17 da Lei Complementar nº. 075, de 03 de dezembro de 2007e a Lei Complementar nº. 085, de 22 de outubro de 2008.

Prefeitura Municipal de Ascurra, 19 de dezembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei Complementar Nº. 118, de 19 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 118, De 19 de dezembro de 2011
"INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ASCURRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso d e suas atribuições;
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I



DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, com vistas a organizar os cargos de provimento efetivo e os em comissão, visando assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público.

Art. 2º. Os servidores vinculados à área do Magistério da Rede Pública Municipal serão regidos por Plano de Carreira e Vencimentos estabelecido em Lei Específica.

Art. 3º. O Quadro de Pessoal do Município de Ascurra é integrado por cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, classificados na forma desta Lei.

Art. 4º. Os cargos públicos de provimento efetivo são organizados em plano de carreira fundamentada nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia ao serviço público municipal, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º. O regime jurídico aplicado aos servidores públicos do Município de Ascurra será o estatutário.

**CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS**

Art. 6º. Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei, é adotada a seguinte conceituação:

I - PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos dos cargos, vencimento, remuneração e desenvolvimento na carreira dos servidores efetivos;

II - CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional do servidor na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo;

III - QUADRO DE PESSOAL: é o conjunto de cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo;

IV - CARGO PÚBLICO: é a designação dada ao conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um funcionário segundo sua habilitação profissional, caracterizando-se por ser criado por lei, possuir denominação própria, número certo, pagamento pelos cofres do Município e por ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ascurra;

V - CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: é aquele que depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e validade, consistindo em um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

VI - CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VII - GRUPO PROFISSIONAL: é o conjunto de cargos de provimento efetivo, reunidos segundo a formação, qualificação, atribuições e grau de complexidade e responsabilidade;

VIII - CATEGORIA FUNCIONAL: é a profissão ou conjunto de atribuições afins, vinculadas a um Grupo Profissional;

IX – NÍVEL: é a graduação de responsabilidade e vencimento de cada cargo;

X – REFERÊNCIA: é o posicionamento do servidor no nível em que se enquadra o cargo;

XI - TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS: é o conjunto de coeficientes atribuídos aos níveis;

XII – VENCIMENTO: é o resultado da multiplicação do Valor Referencial de Vencimento pelos coeficientes constantes da Tabela Única de Vencimentos;

XIII - DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL: é o deslocamento do servidor nos níveis de referência contidos no seu cargo;

XIV – PROGRESSÃO: é o enriquecimento horizontal do cargo, medido através de tempo e títulos, significando o aperfeiçoamento das aptidões do servidor na função. Passa de uma referência salarial para outra sem mudar de classe vertical.

XV – PROMOÇÃO: é o enriquecimento vertical do cargo, medido através de outros títulos, e significa a assunção de responsabilidade de nível hierárquico de tarefas mais alto. Deve ocorrer alternadamente por tempo e mérito.

XVI - SERVIDOR PÚBLICO: é a designação atribuída a toda pessoa que presta serviço ao Município de Ascurra, sob o regime estatutário em caráter efetivo ou comissionado ou em caráter temporário.

Art. 7º. São considerados critérios fundamentais para estruturação dos cargos e grupos profissionais para efeitos desta Lei:

I - análise das atividades identificadas e agrupadas, conforme grau de complexidade e demais requisitos previamente definidos, para fins de hierarquização das carreiras; e

II - definição dos requisitos de escolaridade e experiência.

**CAPÍTULO III
DA CARREIRA**

Art. 8º. Carreira é a perspectiva de crescimento profissional do servidor efetivo na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo.

§ 1º. O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referência inicial do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

§ 2º. O avanço na carreira do servidor estável a partir da presente Lei Complementar poderá ser efetivado mediante Progressão por Aperfeiçoamento e Promoção por Nova Titulação ou Habilitação.

§ 3º. Fica vedado o avanço na carreira para o servidor estável durante o período que estiver nomeado para os cargos de Secretário Municipal.

Art. 9º. São requisitos básicos para investidura em cargo público previstos nesta Lei Complementar:

I - a nacionalidade Brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;

VII - a aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo;

VIII - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação

proibida de cargo, emprego ou função pública;

Art. 10. Constituem requisitos de escolaridade e habilitação para o ingresso nos casos de:

I - NÍVEL SUPERIOR, diploma de curso superior e habilitação legal, quando se tratar de atividade profissional regulamentada;

II - NÍVEL TÉCNICO-PROFISSIONAL, experiência comprovada e habilitação legal, quando se tratar de atividade profissional regulamentada;

III - NÍVEL OPERACIONAL, comprovante de escolaridade até a o 5º. ano do Ensino Fundamental, experiência comprovada e habilitação legal quando exigida; e

IV - NÍVEL AUXILIAR E GERAL, comprovante de escolaridade até a o 5º ano do Ensino Fundamental e habilitação legal quando exigida.

Art. 11. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art. 12. Após a homologação do resultado do concurso público, serão nomeados os candidatos habilitados, obedecida à ordem de classificação e o número de vagas a serem providas, estabelecidas no respectivo edital.

Art. 13. Nomeado, o servidor cumpre estágio probatório de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ascurra, combinado com o disposto no Anexo IX desta Lei.

§ 1º. Durante o Estágio Probatório serão realizadas no mínimo 03 (três) avaliações, através da aplicação no todo ou em parte do questionário constante do Anexo IX, combinado com a pontuação estabelecida no Anexo X.

Art. 14. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência.

Parágrafo único. Serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso público às pessoas portadoras de deficiência.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

Art. 15. Fica instituída a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal com objetivo de colher subsídios e formular sugestões que orientem as políticas municipais de pessoal e de remuneração.

§ 1º. A comissão mencionada no "caput" deste artigo será composta por:

- I - Secretário Municipal de Administração;
- II - 01 (um) servidor indicado pela Procuradoria do Município;
- III - 01 (um) servidores indicados pelo Prefeito Municipal pertencente ao quadro geral dos servidores, devendo um deles estar lotado no Departamento de Recursos Humanos;
- IV - 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- V - 01 (um) servidor indicado pelo Chefe do Poder Legislativo;
- VI - 01 (um) servidor indicado pela Associação dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º. Além das competências previstas no "caput", deverá a comissão instituída, participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de Política de Pessoal e de Remuneração.

§ 3º. A designação dos membros da comissão será anual, formalizada por Portaria, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPÍTULO V COMITÊ PERMANENTE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA

Art. 16. Fica instituído o Comitê Permanente de Progressão na Carreira que tem como objetivo:

I - analisar e homologar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os diplomas de cursos de capacitação e aperfeiçoamento apresentados pelo servidor com vistas a Progressão por Aperfeiçoamento.

II - analisar e homologar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento dos títulos apresentados pelo servidor com vistas a Promoção por Nova Titulação ou Habilitação.

Art. 17. O Comitê Permanente de Progressão na Carreira será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis, observando-se na indicação da composição:

I - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao Departamento de Recursos Humanos;

II - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao quadro geral dos servidores;

III - 01 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

Parágrafo único. A designação dos membros será realizada anualmente, formalizada por Portaria, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPÍTULO VI DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 18. Progressão é a elevação do servidor da classe a que pertence para a imediatamente superior, na carreira, de forma horizontal, obedecidos os critérios de Capacitação e Aperfeiçoamento.

Seção I Da Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação

Art. 19. O processo de avaliação da Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação acontecerá a cada 03 (três) anos.

Parágrafo único. A carga horária necessária para a primeira promoção prevista no "caput" deste artigo será computada a partir da data da publicação desta Lei Complementar e o primeiro levantamento será realizado no mês de dezembro de 2014.

Art. 20. Para efeitos da promoção prevista no "caput" deste artigo, o servidor deverá acumular a seguinte carga horária mínima, em curso na área de atuação ou considerado de interesse da administração pública municipal:

- I - Atividades de Nível Superior - ANS - 120 (cento e vinte) horas/aula;
- II - Atividades Técnico-Profissionais de Nível Médio - ATP - 100 (cem) horas/aula;
- III - Atividades Auxiliares - AAU - 60 (sessenta) horas/aula;
- IV - Transportes, Obras e Serviços Gerais - TSG - 40 (quarenta) horas/aula.

§ 1º. A carga horária excedente da promoção anterior não poderá ser utilizada para novas promoções.

§ 2º. A Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, que acontecerá horizontalmente na Tabela de Vencimentos, corresponderá a um acréscimo de 2,0 % (dois por cento) no vencimento do Servidor.

Seção II DA PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO

Art. 21. A Promoção por Nova Titulação ou Habilitação dos servidores do Município de Ascurra se dará verticalmente na carreira mediante apresentação de nova titulação ou habilitação e a devida comprovação de permanência, por no mínimo, 03 (três) anos no exercício do cargo.

§ 1º. Para o cargo em que é exigido como a habilitação mínima a conclusão das séries iniciais, o primeiro título seqüencial é a conclusão do ensino fundamental; para os cargos em que é exigido o ensino fundamental, será considerado como primeiro título seqüencial a apresentação da conclusão no ensino médio; para os cargos em que é exigido o ensino médio, será considerado como primeiro título seqüencial a apresentação da conclusão no curso de graduação; para os cargos em que é exigido o curso de graduação, será considerado como primeiro título seqüencial a apresentação da conclusão em curso de pós-graduação e assim sucessivamente.

§ 2º. O Servidor que ao tomar posse no cargo para o qual prestou concurso já possuir habilitação superior daquela mínima exigida para o cargo, terá que cumprir o interstício mínimo de 03 (três) anos para fazer jus à promoção por titulação ou habilitação.

§ 3º. A Promoção por Nova Titulação ou Habilitação de que trata este artigo será efetuada no mês de julho de cada ano, através de edital e corresponderá a um acréscimo de 10% (dez por cento) no vencimento do Servidor.

Art. 22. Os atuais servidores do Município de Ascurra que excepcionalmente concluíram habilitação superior ao exigido para o ingresso na carreira, poderão requerer a promoção devida a partir do mês de julho de 2014, e seus efeitos entrarão em vigor no mês seguinte da apresentação do requerimento.

§ 1º. Os servidores públicos municipais de Ascurra poderão receber ao longo da carreira o limite de 02 (duas) promoções por Titulação ou Habilitação, de acordo com o disposto no § 1º. do Artigo 21 desta Lei Complementar.

§ 2º. Os atuais servidores que foram beneficiados com adicional de faculdade previsto na Lei Complementar nº. 06/91 de 31/10/91, terão direito apenas a mais 01 (uma) Promoção por Titulação ou Habilitação, correspondente ao curso de Pós-Graduação.

Seção III DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 23. A Promoção por Antigüidade, denominada de "Triênio", corresponde a um adicional de 6%, (seis por cento), , calculados sobre o vencimento base do cargo ocupado pelo servidor, nos mesmos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra.

§ 1.º - O acréscimo automático de que trata este artigo, dar-se-á a cada período de três anos de serviço prestado pelo servidor, contados da última promoção por esta modalidade ou, para os novos servidores, do início do exercício.

§ 2.º - As promoções já conquistadas permanecem na nova classe adquirida e o servidor transferido não sofrerá qualquer prejuízo para efeito desta progressão.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL

Art. 24. Os quadros de pessoal dos órgãos ou entidades de que trata o artigo 1º. serão organizados de acordo com as diretrizes desta Lei e deverão compreender:

- I - os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração; e
- II - os cargos de provimento efetivo;

Art. 25. Os cargos em comissão que integram o Quadro de Pessoal da Administração Pública do Município de Ascurra que encontram-se especificados no Anexo I desta Lei são os seguintes:

I - do Gabinete do Prefeito:

- a) Assessor Jurídico;
- b) Assessor de Gabinete

II – dos Secretários Municipais:

- a) Administração e Planejamento;
- b) Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social;
- c) Saúde e Assistência Social;
- d) Transporte e Serviços Urbanos;
- e) Desenvolvimento Econômico e Turismo, e;
- f) Agricultura e Meio Ambiente.

III - Diretores, Assessores e Chefes:

- a) Assessor de Controle Interno;
- b) Chefe de Compras;
- c) Assessor Técnico;
- d) Diretor Cultural;
- e) Coordenador Educacional,
- f) Diretor de Esportes;
- g) Assessor de Serviços de Órgãos Governamentais.

Art. 26. Os cargos de provimento efetivo, serão reunidos através dos seguintes grupos profissionais:

- I - Atividades de Nível Superior – ANS;
- II - Atividades Técnico-Profissionais de Nível Médio - ATP;
- III - Atividades Auxiliares – AAU;
- IV - Transportes, Obras e Serviços Gerais – TSG.

Art. 27. Constituem ainda partes integrantes desta Lei os anexos:

- I - TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, distribuídos em Grupo de Direção Superior e Direção Intermediária, com cargos, número de vagas, carga horária, níveis e referência;
- II - QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, por categoria funcional, cargos, níveis e número de vagas, carga horária e habilitação profissional;
- III - QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, com grupo ocupacional, cargo, nível, amplitude de referências, carga horária, habilitação profissional necessária e atividades típicas inerentes aos cargos efetivos;
- IV - QUADRO DE TRANSPOSIÇÃO DOS CARGOS ATUAIS PARA OS CARGOS FUTUROS;
- V - TABELA DE REENQUADRAMENTO;
- VI - TABELA DE ENQUADRAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS;
- VII - TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS, com a descrição dos coeficientes aplicados a cada nível;
- VIII - QUESTIONÁRIO DOS QUESITOS PARA A AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.
- IX - PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA QUESITO DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

CAPÍTULO VIII DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 28. O servidor incluído no Quadro de Pessoal do Município de Ascurra ficará sujeito ao cumprimento da jornada semanal de trabalho, conforme disposto no Anexo I ao III desta Lei.

Parágrafo Único - A jornada normal de trabalho do servidor efetivo poderá ser reduzida com a proporcional redução da remuneração, desde que haja concordância expressa das partes envolvidas.

Art. 29. Perderá o vencimento ou remuneração do cargo o servidor:

I - em exercício de mandato eletivo da União, do Estado ou do Município, salvo do mandato de Vereador se houver compatibilidade de horário;

II - posto a disposição de outro órgão público da União ou do Estado, ressalvada a opção pelo vencimento, salário ou remuneração do cargo ou emprego efetivo, com a anuência da Administração; e

III - demais hipóteses previstas em Lei.

§ 1º. Investido no mandato de vereador e havendo incompatibilidade de horário, e na hipótese de optar pelo mandato de Vereador, o servidor será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou subsídio do cargo eletivo.

§ 2º. Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou subsídio do cargo eletivo.

Art. 30. As reposições e indenizações serão descontadas do servidor em parcelas mensais não excedentes a 20% (vinte por cento) da remuneração.

Art. 31. O horário de funcionamento das repartições municipais será fixado através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 32. Toda e qualquer redução da jornada diária será simples e provisória concessão, não gerando qualquer direito ao servidor.

CAPÍTULO IX DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES

Art. 33. Todos os servidores municipais deverão cumprir integralmente a jornada diária de trabalho que lhe for fixada, comprovada mediante registros de entradas e saídas.

Parágrafo único. Poderá o Chefe do Poder Executivo, justificadamente e no interesse do serviço público, dispensar servidores do registro de ponto e frequência, desde que o faça através de Portaria.

Art. 34. Será concedida uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos para o início da jornada diária de trabalho.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) minutos previsto no "caput" deste artigo, será fechado o ponto pelo servidor encarregado.

§ 2º. Fechado o ponto, o servidor só poderá assinar ou bater o ponto com autorização do chefe imediato, depois de justificar o atraso.

Art. 35. O servidor encarregado do controle de frequência relatará, mensalmente, ao Prefeito Municipal ou a quem for delegada competência, as ocorrências relativas à frequência, tais como:

entradas tardias, saídas antecipadas, faltas justificadas e injustificadas.

Parágrafo Único - O servidor encarregado do controle de frequência de que trata o "caput" deste artigo será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto.

CAPÍTULO X DAS FALTAS E DESCONTOS

Art. 36. As faltas do servidor ao serviço serão consideradas como justificadas, abonadas ou injustificadas.

Art. 37. São faltas justificadas as expressamente autorizadas em lei.

Art. 38. A falta abonada é a relevação da ausência, da chegada tardia ou saída antecipada por decisão do Prefeito Municipal ou por quem receber delegação de competência em caráter excepcional, de sorte que não haja desconto na remuneração ou vencimento.

Parágrafo Único. As faltas abonadas limitar-se-ão a 05 (cinco) por ano e serão regulamentadas através de Lei.

Art. 39. Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada que ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, em face de inexistência de motivo previsto em Lei ou não abonação pela autoridade competente.

Art. 40. Todas as faltas serão anotadas na ficha funcional do servidor.

Art. 41. O vencimento ou remuneração do servidor está sujeito aos descontos estabelecidos em Lei, determinados por decisão judicial ou autorizados por escrito pelo servidor.

Parágrafo único. Todas as faltas previstas nesta seção, não serão base para programas de benefícios específicos.

CAPÍTULO XI DA TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

Art. 42. A Tabela Única de Vencimento dos servidores Efetivos e Comissionados do Poder Executivo do Município de Ascurra é organizada em níveis e referências, nos termos do Anexo VII desta Lei Complementar.

§ 1º. Os níveis, em linha vertical, são designados pelos algarismos romanos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LII, LIII, LIV, LV, LVI, LVII, LVIII, LIX e LX e destinam-se ao enquadramento dos cargos.

§ 2º. As referências, em linha horizontal, são designadas pelos algarismos arábicos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12, que constituem a faixa de progressão funcional dos servidores nos seus cargos.

§ 3º. As Progressões Horizontais (progressão por cursos de aperfeiçoamento) correspondem a um acréscimo de 2 % (dois por cento), e as Promoções Verticais (Promoção por Nova Titulação ou Habilitação) correspondem a um acréscimo de 10% (dez por cento).

Art. 43. O vencimento do cargo de provimento efetivo corresponde à referência inicial do nível fixado no Anexo I desta Lei, apurado segundo a tabela de vencimentos.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 44. A aposentadoria, morte, exoneração ou demissão, abre automaticamente, vaga na referência inicial do cargo que ocupava o servidor.

Art. 45. Os vencimentos, as vantagens nominalmente identificadas e as funções gratificadas serão reajustados na mesma época, pelo mesmo percentual.

Art. 46. Para efeito de identificação dos cargos definidos nesta Lei, levar-se-á em conta os seguintes elementos:

- I - sigla do grupo profissional;
- II - código da carreira funcional;
- III - nível; e
- IV - referência.

Art. 47. A criação, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão, cargos de provimento efetivo, funções gratificadas e categorias funcionais, serão sempre através de Lei.

Art. 48. Fica autorizada a contratação de servidores em caráter temporário, atendendo vencimentos e quadro de vagas desta Lei, para os casos abaixo relacionados, sendo de extrema necessidade que haja previsão na lei de cargos, fixação do tempo determinado e que a contratação seja revestida da necessidade temporária e de interesse público excepcional:

- I – substituição de servidor licenciado, exceto nos casos de licença para tratar de interesses particulares;
- II – preenchimento de cargos de classe inicial de carreira até a realização de Concurso Público;
- III – execução de serviço por profissional especializado que não exija a criação de cargo;
- IV – situação de Calamidade Pública e combate a surtos epidêmicos que exijam suplementação da mão-de-obra;
- V – outros casos autorizados em Lei.

§ 1º. O prazo de contratação não será superior:

- I – ao da licença, no caso do inciso I;
- II – há seis meses, nos casos dos incisos II, III, e IV.

§ 2º. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado cujo procedimento será regulado em Lei Específica.

§ 3º. Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis iniciais de vencimentos constantes da escala do Anexo VII, para atividades assemelhadas.

Art. 49 – As funções gratificadas que se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento serão criadas e regulamentadas através de lei específica de iniciativa do chefe de cada poder.

Art. 50. O enquadramento dos servidores deverá, obrigatoriamente:

- a) seguir os mesmos requisitos para investidura no cargo existente do plano anterior;
- b) observar a correlação de atribuições e escolaridade compatíveis com o novo cargo; e
- c) obedecer ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Parágrafo único. Não poderá haver enquadramento em outros cargos criados, cuja habilitação seja distinta.

Art. 51. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 52. Aplicam-se aos inativos e pensionistas, os benefícios desta Lei.

Art. 53. O acréscimo das vagas do cargo de Atendente de Educação Infantil existentes no quadro atual (de 25 para 47 vagas) somente poderão ser providos a medida que forem vagando os cargos de crecheira (cargo em extinção).

Art. 54. – Os cargos de Supervisor de Recursos Humanos, Analista Financeiro e Auditor Fiscal somente poderão ser providos quando vagarem os cargos de Supervisor de Administração e Pessoal, Tesoureiro e Fiscal de Tributos, respectivamente, que foram postos em extinção, através desta Lei Complementar.

Art. 55. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar e os limites de pessoal fixados pela Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 56. As progressões e promoções funcionais de que trata esta Lei Complementar, somente ocorrerão após a comprovação de que não haverá comprometimento dos limites de gastos com pessoal na forma da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 57. Havendo a necessidade da implantação do Regime de Sobreaviso, esta será regulamentada por Lei Específica.

Art. 58. Havendo a necessidade do pagamento de Vale Transporte, esta será regulamentada por Lei Específica.

Art. 59. Os proventos dos servidores inativos e pensionistas foi definido através da concessão do percentual médio final resultante da reclassificação de todos os cargos atingidos por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Com base no “caput” deste artigo, o incremento nos proventos dos inativos e pensionistas do Município de Ascurra, será de 3,38% (três vírgula trinta e oito por cento).

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 61 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Leis Complementares nº. 02, de 10 de dezembro de 1990; nº. 03, de 16 de maio de 1991; nº. 04, de 15 de julho de 1991; nº. 09, de 21 de janeiro de 1993; nº. 12, de 09 de agosto de 1993; nº. 16, de 04 de julho de 1995; nº. 18, de 04 de julho de 1995; nº. 19, de 04 de julho de 1995; nº. 20, de 04 de julho de 1995; nº. 21, de 04 de julho de 1995; nº. 029, de 05 de julho de 2001; nº. 034, de 13 de março de 2002; nº. 036, de 04 de julho de 2002; nº. 037, de 27 de abril de 2002; nº. 041, de 04 de novembro de 2002; nº. 048, de 04 de novembro de 2003; nº. 059, de 30 de junho de 2005; nº. 054, de 28 de março de 2005; nº. 058, de 30 de junho de 2005 ; nº. 061, de 15 de dezembro de 2005; nº. 062, de 02 de março de 2006; nº. 064, de 10 de agosto de 2006; nº. 067, de 10 de abril de 2007; nº. 069, de 18 de março de 2007; nº. 073, de 26 de outubro de 2007; nº. 079, de 10 de abril de 2008; a Lei Complementar nº. 081, de 05 de junho de 2008; nº. 087, de 22 de outubro de 2008; nº. 092, de 12 de maio de 2009; nº. 094, de 03 de setembro de 2009 e nº. 099, de 29 de março de 2010, n.º 108, de 18 de abril de 2011, n.º 109, de 18 de abril de 2011, n.º 114, de 07 de novembro de 2011, n.º 115, de 21 de novembro de 2011..

Art. 62. Ficam, ainda, revogadas as Leis Municipais nº. 692, de 06 de março de 1995; nº. 649, de 03 de dezembro de 1993; nº. 717, de 11 de dezembro de 1995; nº. 735, de 28 de novembro de

1996; nº. 753, de 28 de janeiro de 1997; nº. 769, de 22 de julho de 1997 e nº. 791, de 23 de dezembro de 1997.

Art. 63. Fica também revogado o Decreto nº.1995, de 28 de agosto de 2008.

Município de Ascurra, 19 de dezembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar, Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2011.

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

ANEXO I
Art. 27, Inciso I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR
DIGO: DSU

CÓ-

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
	Secretário de Administração e Planejamento			
	Secretário de Educação, Desp., Cultura e Promoção Social			
	Secretário da Saúde e Assistência Social			
	Secretário de Transportes e Serviços Urbanos			
	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Desen-	40	DSU-1	Lei própria
01	volvimento	40	DSU-1	Lei própria
01	Econômico e	40	DSU-1	Lei própria
01	Turismo	40	DSU-1	Lei própria
01	Assessor de	40	DSU-1	Lei própria
01	Gabinete			
01	Assessor	40	DSU-1	LII – 1
01	Jurídico	40	DSU-1	LII – 1

GRUPO: DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA
DIGO: DIN

CÓ-

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
--------	-------	---------------	-------	------------------

	Assessor de Controle Interno			
	Chefe de Compras			
	Assessor Técnico			
	Diretor Cultural			
	Diretor de Esportes	40	DIN-1	XLIX – 1
01	Coordenador	40	DIN-1	XL – 1
02	Educacional	40	DIN-1	XXXI – 1
01	Assessor de	40	DIN-1	XLIII – 1
01	Serviços de	40	DIN-1	XLIII – 1
02	Órgãos Gover-	40	DIN-1	XXVIII – 1
02	namamentais	40	DIN-1	XIX – 1

ANEXO II
Art. 27, Inciso III

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR
SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Bibliotecário				
Fonoaudiólogo				
Nutricionista				
Psicólogo				
Engenheiro Florestal				
Médico Veterinário				
Procurador				
Engenheiro Civil	XXVIII	01	40	
Supervisor de Recursos Humanos	XXII	01	20	
Analista Financeiro	XXII	02	20	
Auditor Fiscal	XXII	03	20	
Médico Clínico Geral	XLIX	01	40	
Médico Ginecologista	XXXIV	01	20	
Médico Pediatra	LII	02	40	
Farmacêutico	XLIX	01	40	
Assistente Social	XLVI	01	40	
Enfermeiro	XLVI	01	40	
Contador	XLVI	01	40	
	XLVI	01	40	
	XXXIV	02	10	
	XL	01	10	
	XL	01	10	
	XLVII	01	40	
	XLVI	02	40	
	XLIX	02	40	
	XLIX	01	40	

Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.

GRUPO II
ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO
SIGLA - ATP

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	--------	-------	---------------	--------------------------

Auxiliar Administrativo				
Fiscal de Postura e Obras				
Fiscal de Vigilância				
Sanitária				
Agente de Vigilância				
Sanitária				
Atendente de Enfermagem				
(EM EXTINÇÃO)				
Técnico de Segurança do Trabalho				
Atendente Geral				
Técnico de Enfermagem				
Agente de Combate à Endemias	XIX	07	40	
(Dengue)	XIX	01	40	
Tesoureiro	XIX	01	40	
(EM EXTINÇÃO)	XIII	01	40	Conforme detalhamento
Super. de	XL	01	40	específico
Adm. de	XIII	07	40	do cargo,
Pessoal (EM EXTINÇÃO)	XIII	08	40	constante
Fiscal de	VII	02	40	no Anexo IV,
Tributos (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	que é parte integrante
	XL	01	40	desta Lei.

GRUPO III
ATIVIDADES AUXILIARES
SIGLA - AAU

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Veterinário (EM EXTINÇÃO)				
Crecheiras (EM EXTINÇÃO)				
Atendente de Educação infantil				Conforme detalhamento
Eletricista				específico
Auxiliar de Serviços Gerais	XXII	01	40	do cargo,
	I	22	40	constante
	IV	47	40	no Anexo IV,
Auxiliar de Educação	XIX	01	40	que é parte integrante
Atendente	I	28	40	desta Lei.
Veterinário	IV	03	40	
	XVI	03	40	

GRUPO IV
TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS
SIGLA - TSG

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Mecânico				
Motorista				
Operador de Equipamentos				
Auxiliar de Mecânico				
Agente Operacional				
Guarda de Patrimônio Público				
Oficial de Manutenção e Conservação				
Zelador (EM EXTINÇÃO)				
Merendeira (EM EXTINÇÃO)				
Operador de Maquina				
Retro Escavadeira (EM EXTINÇÃO)	XXXI			
	XVI	01	44	
Operador de Maquina	XIX	20	44	
Tra- tor de Pneu	XVI	15	44	
EM EXTINÇÃO)	I	01	44	
	IV	28	44	
Operador de Maquina	X	02	44	
Tra- tor Esteira	I	09	44	
(EM EXTINÇÃO)	I	04	44	
	XIII	03	40	Conforme detalhamento
		****	44	específico
	XIII			do cargo,
		****	44	constante
	XIII			no Anexo IV,
		****	44	que é parte integrante
	XIII			desta Lei.
		****	44	

Anexo III
Art. 27, Inciso III
QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO		BIBLIOTECÁRIO		
NÍVEL	XXVIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXVIII-1 a XXX-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Planejar e executar a aquisição de material bibliográfico, consultando catálogos de editoras, bibliografia e leitores, e efetuando a compra, permuta e doação de documentos, para atualizar o acervo da biblioteca; Executar os serviços de catalogação e classificação de manuscritos, livros raros ou preciosos, publicações oficiais e seriados, bibliografia e referência, utilizando regras e sistemas específicos para armazenar e recuperar informações e colocá-las à disposição dos usuários; Organizar fichários, catálogos e índices, utilizando ficha-padrão ou processos mecanizados para possibilitar o armazenamento, busca e recuperação da informação; Compilar bibliografias brasileiras e estrangeiras gerais ou especializadas, utilizando processos manuais ou mecanizados, para efetuar o levantamento da literatura existente, exaustivamente ou dentro de um período determinado; Elaborar vocabulário controlado, determinando palavras-chaves e analisando os termos mais relevantes para possibilitar a indexação e controle da terminologia específica; Orientar o usuário, indicando-lhe as fontes de informações para facilitar as consultas; Supervisionar os trabalhos de encadernação e restauração de livros e demais documentos, dando orientação técnica às pessoas que executam as referidas tarefas para assegurar a conservação do material bibliográfico; Difundir o acervo da biblioteca, organizando exposições e distribuindo catálogos para despertar no público maior interesse pela leitura; Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Formação a nível de graduação em Biblioteconomia oficialmente reconhecido e registrado na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	FONOAUDIÓLOGO		
NÍVEL	XXII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXII-1 a XXIV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Atuar em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área de comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz; Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação oral e escrita, voz e audição; Participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação a comunicação oral e escrita, voz e audição; Realizar terapia fonoaudiológicas dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; Realizar o aperfeiçoamento dos padrões de voz e fala; Colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; Projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; Dirigir serviços fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos; Supervisionar profissionais e alunos em trabalho teóricos e práticos de fonoaudiologia; Assessorar órgãos e estabelecimentos públicos autárquicos, privados ou mistos no campo de audiofonia; Participar de equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos; Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de graduação plena em Fonoaudiologia com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	NUTRICIONISTA		
NÍVEL	XXII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXII-1 a XXIV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, relativas a nutrição e outras atividades correlatas.

Proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições balanceadas.

Programar e desenvolver o treinamento, em serviço, de pessoal auxiliar de nutrição, realizando entrevistas e reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos pelos comensais, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços. Orientar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento de gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço.

Atuar no setor de nutrição dos programas de saúde, planejando e auxiliando sua preparação para atender às necessidades de grupos particulares ou da coletividade.

Preparar programas de educação e readaptação em matéria de nutrição, avaliando a alimentação de coletividades sadias e enfermas, para atender às necessidades individuais e/ou do grupo e incutir bons hábitos alimentares.

Efetuar o registro das despesas e das pessoas que receberam refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estimar custo médio da alimentação.

Promover o conforto e a segurança do ambiente de trabalho, dando orientações a respeito para prevenir acidentes.

Participar de comissões e grupos de trabalho encarregados da compra de gêneros alimentícios, alimentos semi-preparados e refeições preparadas, aquisição de equipamentos, maquinaria e material específico, emitindo opiniões de acordo com seus conhecimentos para garantir regularidade no serviço.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	PSCICÓLOGO		
NÍVEL	XXII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXII-1 a XXIV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano;
Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras;
Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social.
Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares;
Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar;
Executa outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores Hierárquicos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	ENGENHEIRO FLORESTAL			
NÍVEL	XLIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLIX-1 a LI -15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Prestar assistência técnica em atividades relacionadas às áreas florestal e ambiental, bem como realizar autorização, fiscalização e controle de licenciamentos ambientais, e outras atividades correlatas.
participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar o desenvolvimento sustentável;
coordenar o planejamento, execução e revisão de planos de manejo florestal;
planejar e executar planos de implantação florestal e recuperação de áreas degradadas;
coordenar o planejamento e execução de atividades de conservação de ecossistemas florestais visando a manutenção da biodiversidade;
administrar, operar e manter sistemas de produção florestal em florestas naturais e plantadas; orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais;
coordenar o planejamento e linhas de atuação de entidades de defesa do meio-ambiente;
cooperar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável;
coordenar o desenvolvimento de planos de utilização de recursos florestais por populações tradicionais;
coordenar sistemas de monitoramento ambiental em áreas florestadas;
coordenar o planejamento e execução de projetos de extensão florestal e educação ambiental;
coordenar o planejamento e execução de projetos de abastecimento de indústrias e controle de qualidade de matéria prima florestal;
administrar, operar e manter sistemas de processamento de matéria prima florestal; planejar e administrar sistemas de colheita e transporte florestal;
executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Certificado de conclusão de curso superior de Engenharia Florestal, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	MÉDICO VETERINÁRIO		

NÍVEL	XXXIV	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXXIV-1 a XXXVI -15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			
<p>Executar ações relacionadas a prevenção, erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária.</p> <p>Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica, relacionados com a pecuária e a saúde pública, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho.</p> <p>Fazer profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais.</p> <p>Promover o melhoramento do gado, procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes e fixando os caracteres mais vantajosos, para assegurar o rendimento da exploração pecuária.</p> <p>Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações, para baixar o índice de conversão alimentar, prevenir doenças carenciais e aumentar a produtividade.</p> <p>Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita in loco, para fazer cumprir a legislação pertinente.</p> <p>Desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes, conservação e industrialização dos mesmos, para incrementar a exploração econômica e melhorar os padrões de alimentação da população.</p>			

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Medicina Veterinária, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL				ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR		SIGLA		ANS	
CARGO		PROCURADOR							
NÍVEL		LII		AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS			LII-1 a LLIV-15		
CARGA HORÁRIA SEMANAL				40 (quarenta) horas semanais					
ATIVIDADES ESPECÍFICAS									

Assessorar o Prefeito e demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetido à apreciação; opina sobre projetos de lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal;
elaborar minutas de contratos a serem firmados, nos quais a Municipalidade seja parte interessada;
proceder a cobrança pelas vias judiciais ou extrajudiciais da dívida ativa; atender consultas de ordem jurídica que lhe forem encaminhados pelo Prefeito ou pelo diferente órgão da Prefeitura, emitindo parecer à respeito, quando for o caso;
representar o Município em juízo; bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior de Direito, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	ENGENHEIRO CIVIL		
NÍVEL	XLIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLIX-1 a LI-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar o desenvolvimento sustentável;
orientar procedimentos em processo de licitação, no que tange atividades de sua área de competência;
elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizadas por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnicas de execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos;
executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior de Engenharia Civil, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	CONTADOR		
NÍVEL	XLIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLIX-1 a LI-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Planejar e operar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário;
Supervisionar e operar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado;
Controlar, participar e operar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;
Proceder e/ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços;
Supervisionar e operacionalizar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, e/ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;
Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição;
Preparar relatórios e outros documentos, segundo a legislação que rege a matéria;
Assessorar a administração em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior de Ciências Contábeis, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS		
NÍVEL	XLVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI-1 a XLVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Contribuir para a realização dos processos de concurso público para cargos efetivos e para contratação temporária identificando vagas existentes, efetuando inscrições e convocando os classificados para assumir o cargo.

Contribuir com atividades operacionais do setor como: admissões, férias, rescisões, licenças, controle de variáveis mensais, encargos sociais, arquivo de documentos de setor, entre outros, cumprindo as normas e políticas da Prefeitura.

Contribuir para a elaboração da folha de pagamento mensal e 13º salário, através da operacionalização do Sistema de Folha, realizando lançamentos, processando os cálculos, efetuando a conferência e emissão dos relatórios específicos.

Realizar conferência dos descontos de farmácia, empréstimos, auxílio alimentação, auxílio financeiro para curso de nível superior e especialização, plano de saúde, seguro de vida e outros; cadastrar e excluir usuários, verificar alterações dos planos.

Contribuir para a operacionalização do sistema de informações para a Receita Federal, referente aos encargos sociais.

Manter atualizado no sistema da folha de pagamento as informações referente ao edital de concurso público, Edital de Processo de Seleção, candidatos inscritos, candidatos aprovados, etapas do concurso, candidato aprovado por etapa, candidatos que desistiram dos cargos.

Cadastrar atos legais de nomeação, reintegração, reenquadramento, demissão, exoneração, concessão de aposentadoria, falecimento, concessão de gratificação e outras.

Manter atualizado a ficha funcional do servidor.

Acompanhar processo de estágio probatório incluindo: nomeação da comissão de avaliação em estágio probatório, fichas de avaliação, acompanhar e controlar avaliações, orientar e caminhar fichas de avaliações para as chefias, fazer o intercâmbio com a comissão de Avaliação, encaminhar resultado final das avaliações em estágio probatório ao Prefeito Municipal encaminhar para a estabilidade ou para a abertura de processo administrativo de exoneração.

Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais; Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, na área de Contabilidade, Administração ou Direito.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
-------------------	------------------------------	-------	-----

CARGO ANALISTA FINANCEIRO

NÍVEL XLVI AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS XLVI-1 a XLVIII-15

CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 (quarenta) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Dar assistência às matérias que envolvam as seguintes áreas;
Planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria
Controlar fluxo de caixa;
Acompanhar o registro de entrada e saída de numerários, cheques, notas fiscais e outros documentos;
Controlar saldos médios e reciprocidade
Fazer aplicações financeiras junto ao mercado;
Efetuar transações bancárias diversas;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, na área de Contabilidade, Administração ou Ciências Econômicas.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
-------------------	------------------------------	-------	-----

CARGO MÉDICO CLÍNICO GERAL

NÍVEL XXXIV AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS XXXIV-1 a XXXVI-15

CARGA HORÁRIA SEMANAL 10 (dez) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva.

Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista.

-Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico.

Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.

Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada.

Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais.

Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e Registro no Conselho Regional de Medicina.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
-------------------	------------------------------	-------	-----

CARGO MÉDICO GINECOLOGISTA

NÍVEL XL AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS XL -1 a XLII -15

CARGA HORÁRIA SEMANAL 10 (dez) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, com especialidade no atendimento de mulheres gestantes e outras atividades correlatas. Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. -Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente. Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais. Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas. Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico, com especialização em Ginecologia e Registro no Conselho Regional de Medicina.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	MÉDICO PEDIATRA		
NÍVEL	XL	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XL -1 a XLII -15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	10 (dez) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, com especialidade no atendimento a crianças e adolescentes e outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata. Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. -Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente. Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais. Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas. Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico, com especialização em Pediatria e Registro no Conselho Regional de Medicina.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	FARMACÊUTICO		
NÍVEL	XLVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI -1 a XLVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			
Assumir a responsabilidade técnica da Farmácia do Município; Aviar, classificar e arquivar receitas; Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio; Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque; Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados; Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados; Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas; Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas; Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros; Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades; Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização; Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios; Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal; Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional; Planejar e executar as políticas locais de fornecimento de medicamentos à população carente; Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico. Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.			

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia Bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	ASSISTENTE SOCIAL		
NÍVEL	XLVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI -1 a XLVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas.

Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas.

Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo

suas potencialidades.

Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade.

Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros.

Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus

próprios problemas.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior de Assistência Social, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
-------------------	------------------------------	-------	-----

CARGO ENFERMEIRO

NÍVEL	XLIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLIX-1 a LI-15
-------	------	--------------------------	----------------

CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 (quarenta) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública

Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade;

Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso;

Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso;

Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central;

Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas;

Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do Centro de Saúde,

Desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem;

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior na área de Enfermagem, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
-------------------	------------------------------	-------	-----

CARGO AUDITOR FISCAL

NÍVEL	XLVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI-1 a XLVIII-15
-------	------	--------------------------	--------------------

CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 (quarenta) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

exigir a exibição de livros e documentos gerenciais, fiscais e contábeis comprobatórios dos atos e operações que apurem a existência de obrigação tributária;

lavrar termo, intimação, notificação, notas de lançamento, auto de infração e auto de apreensão;

fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações;

apreender bens ou mercadorias, quando necessário para comprovar a existência de infração à legislação tributária;

exigir informações escritas ou verbais necessárias para a apuração de obrigação tributária;

notificar ou intimar o sujeito passivo ou o responsável por obrigação tributária;

autuar o sujeito passivo ou o responsável por infringência à legislação tributária;

opinar sobre solicitação de restituição de tributos;

proceder à orientação aos contribuintes;

promover a educação tributária municipal;

praticar outros atos indicados na legislação municipal.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior, na área de Direito, Contabilidade, Administração ou Ciências Econômicas.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
-------------------	-------------------------------	-------	-----

CARGO SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

NÍVEL	XL	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI-1 a XLII-15
-------	----	--------------------------	------------------

CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 (quarenta) horas semanais

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Contribuir para a realização dos processos de concurso público para cargos efetivos e para contratação temporária identificando vagas existentes, efetuando inscrições e convocando os classificados para assumir o cargo.

Contribuir com atividades operacionais do setor como: admissões, férias, rescisões, licenças, controle de variáveis mensais, encargos sociais, arquivo de documentos de setor, entre outros, cumprindo as normas e políticas da Prefeitura.

Contribuir para a elaboração da folha de pagamento mensal e 13º salário, através da operacionalização do Sistema de Folha, realizando lançamentos, processando os cálculos, efetuando a conferência e emissão dos relatórios específicos.

Realizar conferência dos descontos de farmácia, empréstimos, auxílio alimentação, auxílio financeiro para curso de nível superior e especialização, plano de saúde, seguro de vida e outros; cadastrar e excluir usuários, verificar alterações dos planos.

Contribuir para a operacionalização do sistema de informações para a Receita Federal, referente aos encargos sociais.

Manter atualizado no sistema da folha de pagamento as informações referente ao edital de concurso público, Edital de Processo de Seleção, candidatos inscritos, candidatos aprovados, etapas do concurso, candidato aprovado por etapa, candidatos que desistiram dos cargos.

Cadastrar atos legais de nomeação, reintegração, reenquadramento, demissão, exoneração, concessão de aposentadoria, falecimento, concessão de gratificação e outras.

Manter atualizado a ficha funcional do servidor.

Acompanhar processo de estágio probatório incluindo: nomeação da comissão de avaliação em estágio probatório, fichas de avaliação, acompanhar e controlar avaliações, orientar e caminhar fichas de avaliações para as chefias, fazer o intercâmbio com a comissão de Avaliação, encaminhar resultado final das avaliações em estágio probatório ao Prefeito Municipal encaminhar para a estabilidade ou para a abertura de processo administrativo de exoneração.

Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais; Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	TESOUREIRO		
NÍVEL	XL	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XL-1 a XLII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES	ESPECÍFICAS		

Dar assistência às matérias que envolvam as seguintes áreas;
Planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria
Controlar fluxo de caixa;
Acompanhar o registro de entrada e saída de numerários, cheques, notas fiscais e outros documentos;
Controlar saldos médios e reciprocidade
Fazer aplicações financeiras junto ao mercado;
Efetuar transações bancárias diversas;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
-------------------	-------------------------------	-------	-----

CARGO	FISCAL DE TRIBUTOS		
NÍVEL	XL	AMPLITUDE DE REFE- RÊNCIAS	XL-1 a XLII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

exigir a exibição de livros e documentos gerenciais, fiscais e contábeis comprobatórios dos atos e operações que apurem a existência de obrigação tributária;
lavar termo, intimação, notificação, notas de lançamento, auto de infração e auto de apreensão;
fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações;
apreender bens ou mercadorias, quando necessário para comprovar a existência de infração à legislação tributária;
exigir informações escritas ou verbais necessárias para a apuração de obrigação tributária;
notificar ou intimar o sujeito passivo ou o responsável por obrigação tributária;
autuar o sujeito passivo ou o responsável por infringência à legislação tributária;
opinar sobre solicitação de restituição de tributos;
proceder à orientação aos contribuintes;
promover a educação tributária municipal;
praticar outros atos indicados na legislação municipal.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO		
NÍVEL	XIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIX-1 a XXI-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES	ESPECÍFICAS		

Realizar atividade auxiliares, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos, contábeis e de secretaria.
prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas;
efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos;
otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros;
monitorar e desenvolver as áreas de protocolo, serviço de malote e postagem;
organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações;
operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação;
operar máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho;
redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial;
realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetuando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	FISCAL DE POSTURA e OBRAS		
NÍVEL	XIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIX-1 a XXI-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			
Fiscalizar a higiene das vias e logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças, monumentos históricos e fontes, além de coibir qualquer tipo de obstrução ao livre escoamento das águas pluviais e ainda, a instalação ou funcionamento de qualquer atividade comercial, que resulte em prejuízo de seus habitantes; fiscalizar o trânsito público em geral, tanto de veículos, como de pedestres, com relação à ordem, segurança e o bem estar da população, como o depósito de materiais, a condução de animais, estacionamento, e tráfego de volumes de grande porte, construção e conservação de muros e calçadas e ainda, a instalação e funcionamento das bancas de jornal e revistas, uso da calçada para colocação de mesas e cadeiras, por parte de bares e restaurantes e a proibição de seu uso para exposição de mercadorias; fiscalizar a criação de animais e insetos nocivos;			
fiscalizar as queimadas, cortes de árvores e a exploração de pedreiras, cascalheiras e olarias e a extração de areia; fiscalizar todo tipo de publicidade, contribuindo com o controle de poluição visual e sonora da cidade;			
fiscalizar a proteção de rios, córregos, canais e riachos;			
fiscalizar o licenciamento de qualquer atividade comercial ou industrial, seja ela, eventual ou não, incluindo o licenciamento do seu horário de funcionamento;			
fiscalizar o licenciamento e a fiscalização de vendedores ambulantes, garantindo ao cidadão seu direito de livre circulação nos espaços públicos;			
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.			

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio e formação na área de atuação e portador da CNH para veículos leves. Curso técnico em edificação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
NÍVEL	XIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIX-1 a XXI-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar, conscientizar e motivar o cidadão quanto aos seus direitos e obrigações nas relações de consumo;

Atuar de ofício ou a partir de reclamações em questões referentes às relações de consumo;

Atuar em todas as fases do processo administrativo referente às relações de consumo, iniciado de ofício ou a partir de reclamação;

Exarar documentos fiscais e outros que se fizerem necessários, em conformidade com a legislação referente às relações de consumo;

Proceder a apreensões, inutilizações e coletas de amostras, efetuar embargos e interdições, notificar, intimar, autuar, interditar, advertir, praticar a intervenção administrativa e outros atos administrativos previstos na legislação de relações de consumo;

Elaborar réplicas e tréplicas fiscais em processos de recursos oriundos de penalidades impostas em decorrência do poder de polícia do município nas relações de consumo;

Solicitar dos órgãos competentes e instauração de inquérito para apuração de delito contra o consumidor;

Participar de audiências nas quais o município seja parte;

Propor, viabilizar e fiscalizar a celebração de convênios nos quais seja parte o município no âmbito das relações de consumo.

Executar outras tarefas previstas na legislação referente às relações de consumo, na área de sua competência;

Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, executando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área de saúde;

Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;

Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;

Fiscalizar estabelecimentos de serviço, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante as questões higiênico-sanitárias;

Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;

Fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios, e envasem bebidas e águas minerais;

Encaminhas para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;

Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;

Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;

Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;
 Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;
 Executar e/ou participar de ações de vigilância sanitária em articulação direta com as de vigilância epidemiológica e atenção à saúde, incluindo as relativas à saúde do trabalhador, controle de zoonoses e ao meio ambiente;
 Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;
 Exercer o poder de polícia do município na área de saúde pública;
 Relatar ou proferir voto nos processos relativos aos créditos dos municípios, enquanto membros de juntas de julgamentos e de recursos fiscais sanitários;
 Fiscalizar estabelecimentos que comercializam no atacado, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneantes e outros de interesse da saúde;
 Fiscalizar estabelecimentos que fabricam alimentos, medicamentos, drogas, e insumos farmacêuticos e correlatos, saneantes doimissanitários, cosméticos. Perfumes e produtos de higiene, produtos médico-hospitalares e de diagnóstico e outros de interesse da saúde;
 Fiscalizar farmácias hospitalares, farmácias privativas e dispensários de medicamentos de unidades hospitalares e congêneres;
 Fiscalizar hospitais e serviços intra-hospitalares, ambulatorios hospitalares gerais e especializados, públicos e privados, serviços de assistência médica e odontológica, pronto-socorros gerais e especializados, unidades mistas e especializadas de saúde, policlínicas e serviços públicos de saúde afins, clínicas e consultórios médico-odontológicos gerais e especializados, centros e postos de saúde e congêneres;
 Fiscalizar serviços de apoio diagnóstico de patologia clínica e citologia, análises clínicas, anatomia patológica, serviços de rádio-imuno-ensaio, medicina nuclear, posto de coleta, análises metabólicas e endocrinológicas e outros serviços afins;
 Fiscalizar serviços de apoio diagnóstico por imagem e radiações ionizantes, tais como: radiologia médica e odontológica, hemodinâmica, tomografias, ultrasonografias, ecocardiografias, ressonância magnética, cintilografia, endoscopia, e outros serviços afins;

Fiscalizar serviços de apoio e diagnóstico por métodos gráficos, tais como: eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletromiografia, ergometria, função pulmonar e outros serviços afins;
 Fiscalizar serviços de apoio terapêutico, tais como: radioterapia, quimioterapia, serviços de diálise, de hemodiálise e outros serviços afins;
 Fiscalizar serviços de hemoterapia e hematologia, bancos de tecidos e órgãos, bancos de leite e outros serviços afins;
 Fiscalizar serviços de aplicação de produtos saneantes domissanitários, tais como: desinsetizadoras e congêneres;
 Fiscalizar serviços de próteses dentárias, estabelecimentos ópticos, creches, asilos e congêneres;
 Fiscalizar serviços de esterilização, tais como: eto, processos físicos e outros serviços afins;
 Fiscalizar hospitais, clínicas e consultórios veterinários e congêneres;
 Encaminhar para análise laboratorial medicamentos e outros produtos para fins de controle sanitário;
 Apreender medicamentos, mercadorias e outros produtos de interesse da saúde que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
 Elaborar relatórios, laudos, comunicações e outros documentos relacionados com a fiscalização sanitária;
 Expedir autos de intimação, interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas;
 Executar e/ou participar de ações de vigilância sanitária em articulação direta com as de vigilância epidemiológica, controle de zoonoses, saúde do trabalhador e do meio ambiente;
 Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;
 Exercer o poder de polícia do município na área de saúde pública;
 Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata;
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio na área de atuação e portador da CNH para veículos leves.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	ATENDENTE DE ENFERMAGEM (EM EXTINÇÃO)			
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII a XV - 15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde.
 Anotar, identificar e encaminhar roupas e/ou pertences dos clientes; preparar leitos desocupados.
 auxiliar a equipe de enfermagem no transporte de clientes de baixo risco; preparar macas e cadeiras de rodas.
 receber, conferir, guardar e distribuir a roupa vinda da lavanderia; zelar pela conservação e manutenção da unidade, comunicando ao enfermeiro os problemas existentes;
 auxiliar em rotinas administrativas do serviço de enfermagem.
 receber e conferir os prontuários do setor competente e distribuí-los nos consultórios;
 ajudar na preparação do corpo após o óbito.
 Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Primeiro grau completo e curso de formação na área de atuação com registro no COREM.

DESCRIÇÃO DO CARGO



GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII-1 a XV -15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			
Desenvolver ações de agente sanitário e auxiliar nos espaços das unidades de saúde e no domicílio/comunidade; Executar funções de cadastramento e auxiliando a aplicação das normas da vigilância sanitária; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. Demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação, etc.			
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA			
Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio e formação na área de atuação e portador da CNH para veículos leves.			

DESCRIÇÃO DO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO			
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA ATP
CARGO	TÉCNICO DE SEGURANÇA NO TRABALHO		
NÍVEL	XL	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XL-1 a XLII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, observando o cumprimento de toda a legislação pertinente.

Promover inspeções nos locais de trabalho, identificando condições perigosas, tomando todas as providências necessárias para eliminar as situações de riscos, bem como treinar e conscientizar os funcionários quanto a atitudes de segurança no trabalho.

Preparar programas de treinamento sobre segurança do trabalho, incluindo programas de conscientização e divulgação de normas de segurança, visando ao desenvolvimento de uma atitude preventiva nos funcionários quanto à segurança do trabalho.

Determinar a utilização pelo trabalhador dos equipamentos de proteção individual (EPI), bem como indicar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, quando as condições assim o exigirem, visando à redução dos riscos à segurança e integridade física do trabalhador.

Colaborar nos projetos de modificações prediais ou novas instalações da empresa, visando a criação de condições mais seguras no trabalho.

Pesquisar e analisar as causas de doenças ocupacionais e as condições ambientais em que ocorreram, tomando as providências exigidas em lei, visando evitar sua reincidência, bem como corrigir as condições insalubres causadoras dessas doenças.

Promover campanhas, palestras e outras formas de treinamento com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, bem como para informar e conscientizar o trabalhador sobre atividades insalubres, perigosas e penosas, fazendo o acompanhamento e avaliação das atividades de treinamento e divulgação.

Supervisionar os serviços de cantina, vigilância e portaria, visando garantir o bom atendimento ao público interno e visitantes.

Distribuir os equipamentos de proteção individual (EPI), bem como indicar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, quando as condições assim o exigirem, visando à redução dos riscos à segurança e integridade física do trabalhador.

Levantar e estudar estatísticas de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, analisando suas causas e gravidade, visando a adoção de medidas preventivas.

Elaborar planos para controlar efeitos de catástrofes, criando as condições para combate a incêndios e salvamento de vítimas de qualquer tipo de acidente.

Preparar programas de treinamento, admissional e de rotina, sobre segurança do trabalho, incluindo programas de conscientização e divulgação de normas e procedimentos de segurança, visando ao desenvolvimento de uma atitude preventiva nos funcionários quanto à segurança do trabalho.

Avaliar os casos de acidente do trabalho, acompanhando o acidentado para recebimento de atendimento médico adequado.

Realizar inspeções nos locais de trabalho, identificando condições perigosas, tomando todas as providências necessárias para eliminar as situações de riscos, bem como treinar e conscientizar os funcionários quanto a atitudes de segurança no trabalho.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico na área de atuação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII-1 a XV-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Auxiliar na atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal;
Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos;
Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental;
Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas;
Manter atualizado o prontuário dos pacientes;
Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários;
Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos;
Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde;
Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA	ATP
CARGO	AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS – DENGUE		
NÍVEL	VII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	VII-1 a IX-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Execução de todas as atividades de vigilância e controle do *Aedes aegypti* no município.
Realizar inspeção em armadilhas e pontos estratégicos para descobrimento de focos, pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice do município infestados ou com a presença do *Aedes aegypti*.
Realizar a eliminação de criadouros tendo como método de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc).
Orientar a população com relação aos meios de evitar a proliferação de retorno.
Utilizar corretamente o equipamento de proteção individual indicados para a situação.
Repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade não selecionados.
Manter atualizado o cadastro de imóveis de pontos estratégicos da sua área de trabalho.
Registrar as informações referentes as atividades executadas nos formulários específicos.
Realizar palestras de formação sobre as endemias nas escolas do município.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

FUNÇÃO DO CARGO			
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVID. TÉCNICO-PROFISSIONAIS	SIGLA ATP
CARGO	ATENDENTE GERAL		
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII-1 a XV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Recepcionar e encaminhar visitantes para os devidos departamentos; marcar reuniões; Enviar e receber correspondências ou produtos.
Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para o destinatário.
Arquivar documentos e auxiliar nos trabalhos burocráticos dos departamentos administrativos.
Informar e repassar informações aos superiores com clareza e presteza.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO	AUXILIAR VETERINÁRIO (EM EXTINÇÃO)		
NÍVEL	XXII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXII a XXIV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Realização de primeiros socorros, realização e aplicação de medicamentos, auxílio ao procedimentos veterinários;
Auxiliar o médico veterinário nos trabalhos de defesa animal;
Executar tarefas de manutenção dos equipamentos utilizados;
Recolher os animais para a ordenha;
Identificar e apontar animais com problemas de fertilidade, doenças e reprodução;
Auxiliar as fêmeas nos partos;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Primeiro grau completo e/ou curso de formação na área de atuação, experiência anterior e portador de CNH para veículos leves.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO	ATENDENTE VETERINÁRIO		
NÍVEL	XVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XVI -1 a XVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais	

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Realização de primeiros socorros, realização e aplicação de medicamentos, auxílio ao procedimentos veterinários;
Auxiliar o médico veterinário nos trabalhos de defesa animal;
Realizar trabalhos de inseminação artificial;
Manejar equipamentos diversos destinados a produção animal;
Realizar trabalhos inerentes à criação e guarda de animais;
Executar tarefas de manutenção dos equipamentos utilizados;
Recolher os animais para a ordenha;
Identificar e apontar animais com problemas de fertilidade, doenças e reprodução;
Auxiliar as fêmeas nos partos;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Primeiro grau completo e/ou curso de formação na área de atuação, experiência anterior e portador de CNH para veículos leves.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES AUXILIA-RES	SIGLA	AAU
CARGO	ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
NÍVEL	IV	AMPLITUDE DE REFE-RÊNCIAS	IV-1 a VI-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Promover a adaptação das crianças admitidas ou remanejadas nos Centros de Educação Infantil (creches);
Executar as atividades de acordo com o planejamento pedagógico, respeitando o estágio de desenvolvimento das crianças;
Orientar as crianças em suas indagações e estimulando seu desenvolvimento, para lhes proporcionar, em toda sua amplitude, a convivência familiar; orienta a participação das crianças na vida da comunidade, acompanhando-as em passeios, excursões, atividades religiosas, cívicas e demais eventos previstos, para promover a sua integração social;
cuidar da saúde das crianças. conservar o vestuário das crianças; prepara e serve a alimentação das crianças para possibilitar a oportunidade de ensinar-lhes o correto procedimento durante as refeições;
cuidar da higiene diária das crianças, banhando-as, vestindo-as e transmitindo hábitos de higiene pessoal, para lhes proporcionar asseio e boa aparência.

Participar do planejamento das atividades psicopedagógicas a serem desenvolvidas sob orientação da Educação Técnica e Diretora;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO	ELETRICISTA			
NÍVEL	XIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIX-1 a XXI -15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica em geral, de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso.
Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos.
Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos.
Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento dos mesmos.
Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços.
Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços.
Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços.
Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho,
Executar reparos ou substituir equipamentos elétricos com problemas.
Testar a segurança de serviços elétricos.
Registrar o histórico de problemas com equipamentos e o reparo que foi executado.
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio, curso na área de atuação e/ou autorização pelo órgão competente para realização dos serviços. Carteira de Motorista para veículos leves.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	I-1 a III-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	40 (quarenta) horas semanais		

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e dependências escolares, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;
Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;
Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;
Preparar a alimentação, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas;
Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita; Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos a deterioração para providenciar as reposições necessárias;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

PLANEJAMENTO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO		CRECHEIRA		
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	I-1 a III-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Auxiliar crianças com dificuldade de aprendizado, elaborar e aplicar brincadeiras, acompanhar o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e dar suporte aos professores.
Auxiliar a Educadora em suas atividades;
Verificar agendas e encaminhar a Coordenação;
Auxiliar nas refeições, trocas e passeios em grupo;
Aplicar atividade diferenciada da sala: pinturas, contação de histórias e jogos.
participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;
disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
auxiliar nas atividades de recuperação da auto-estima, dos valores e da afetividade;
observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados; responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;
cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade;
dominar noções primárias de saúde;
ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão até a 5º. ano do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES AUXILIARES	SIGLA	AAU
CARGO	AUXILIAR DE EDUCAÇÃO			
NÍVEL	IV	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	IV-1 a VI -15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
<p>Auxiliar crianças com dificuldade de aprendizado, elaborar e aplicar brincadeiras, acompanhar o desenvolvimento de crianças com necessidades especiais e dar suporte aos professores.</p> <p>Auxiliar a Educadora em suas atividades;</p> <p>Verificar agendas e encaminhar a Coordenação;</p> <p>Auxiliar nas refeições, trocas e passeios em grupo;</p> <p>Aplicar atividade diferenciada da sala: pinturas, contação de histórias e jogos.</p> <p>Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.</p>				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio.				

DESCRIÇÃO DO CARGO

DESCRIPÇÃO DO CARGO		TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA	TSG
GRUPO OCUPACIONAL				
CARGO	MECÂNICO			
NÍVEL	XXXI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XXXI-1 a XXXIII-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		44 (quarenta e quatro) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
<p>Consertar peças e máquinas, fazer soldas elétricas ou a oxigênio; Converter ou adaptar peças;</p> <p>Fazer conservação de instalações eletro-mecânicas;</p> <p>Inspecionar e reparar automóveis, tratores, caminhões, compressores, bombas, etc.;</p> <p>inspecionar, ajustar, reparar, reconstruir e substituir, quando necessário, unidade ou partes relacionadas, com motores, válvulas, pistões, mancais, sistemas de lubrificação, de refrigeração, de transmissão, diferenciais, embreagens, eixos dianteiros e traseiros, freios, carburadores, acelerador, magnetos, geradores e distribuidores; esmerilhar e assentar válvulas, substituir buchas de mancal; ajustar anéis de segmento, desmontar e montar caixas de mudança; recuperar e consertar hidrovácuos;</p> <p>Reparar máquinas a óleo diesel, gasolina e querosene; socorrer veículos acidentados ou imobilizados por desarranjo mecânico.</p> <p>Outras atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo serviços de mecânica geral, nos veículos de qualquer porte e marca de fabricação, pertencentes a Prefeitura Municipal;</p> <p>Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.</p>				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e curso na área de atuação.				

DESCRIÇÃO DO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO			
GRUPO OCUPACIONAL		TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA TSG
CARGO	MOTORISTA		
NÍVEL	XVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XVI-1 a XVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		44 (quarenta e quatro) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Dirigir veículos leves e pesados, transportando pessoas e/ou materiais;

Verificar, diariamente estado do veículos, vistoriando pneumáticos, direção, freios, nível de água e óleo, bateria, radiador, combustível, sistema elétrico e outros itens de manutenção, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

Recolher passageiros em lugares e horas predeterminados, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instrução específicas;

Transportar pacientes, conduzindo-os pelos itinerários estabelecidos conforme instruções específicas;

Realizar viagens para outras localidades, segundo ordens superiores e atendendo às necessidades dos serviços, de acordo com o cronograma estabelecido;

Recolher o veículo à garagem quando concluído o serviços, comunicando, por escrito

qualquer defeitos observado e solicitando os reparos os necessários, para assegurar seu bom estado;

Responsabilizar-se pela segurança de passageiros, mediante observância do limite Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Carteira de habilitação Categoria "D" e comprovada experiência na área de atuação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS		SIGLA	TSG
CARGO		OPERADOR DE EQUIPAMENTO			
NÍVEL	XIX	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS		XIX-1 a XXI-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL			44 (quarenta e quatro) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS					
Controlar e realizar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos e implementos utilizados nos diversos serviços, limpando-os, abastecendo-os, lubrificando-os e efetuando outras operações necessárias ao seu funcionamento, para conservá-lo em bom estado e em perfeita condições de uso;					
Realizar atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de qualquer das máquinas e equipamentos que integre a Patrulha Mecanizada do município de Ascurra.					
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.					
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA					
Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Carteira de habilitação Categoria "C" e comprovada experiência na área de atuação.					

DESCRIÇÃO DO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO			
GRUPO OCUPACIONAL		TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA TSG
CARGO	OPERADOR DE MÁQUINA (Retroescavadeira, Trator de Pneu, Patrola e Carregadeira) (EM EXTINÇÃO)		
NÍVEL	XIII	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XIII-1 a XV-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL		44 (quarenta e quatro) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS			

Controlar e realizar serviços de manutenção de máquinas, equipamentos e implementos utilizados nos diversos serviços, limpando-os, abastecendo-os, lubrificando-os e efetuando outras operações necessárias ao seu funcionamento, para conservá-lo em bom estado e em perfeita condições de uso;

Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação e manutenção de máquinas e equipamentos específicos (Patrola, Pá-Carregadeira, Trator de Pneus, Retro-escavadeira ou Trator de Esteira).

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Carteira de habilitação Categoria "C" e comprovada experiência na área de atuação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	AUXILIAR DE MECÂNICO		
NÍVEL	XVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XVI-1 a XVIII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	44 (quarenta e quatro) horas semanais		

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Auxiliar na execução e manutenção de veículos, desmontando, reparando, substituindo, ajustando e lubrificando o motor e peças conexas, do sistema de transmissão, freios, direção e suspensão e equipamentos auxiliares de veículos, automotores, para assegurar-lhes condições de funcionamento regular;

Soldar peças de metal, utilizando chama de um gás combustível por arco voltaico ou outra fonte de calor, materiais diversos, para montar, reforçar ou reparar partes e conjuntos metálicos e mecânicos;

Preparar, chanfrar e limpar as peças a serem soldadas, posicionando-as corretamente, para obter uma soldagem perfeita;

Selecionar o tipo de material e o tipo de solda a ser empregado visando garantir a segurança da soldagem;

Reparar os diversos tipos de pneus, câmaras de ar usadas em veículos, consertando as partes avariadas e desgastadas, com equipamentos apropriados para restituir-lhes as condições de uso;

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental e curso na área de atuação.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	AGENTE OPERACIONAL		
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	I-1 a III-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	44 (quarenta e quatro) horas semanais		

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores;

Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de manutenção e conservação de vias públicas, praças, jardins, abertura de valas, trabalhos auxiliares a carpinteiros, pedreiros, pintores, lavagem, manutenção e lubrificação de veículos em geral;

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão até a 5ª. ano do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		
NÍVEL	X	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	X-1 a XII-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	44 (quarenta e quatro) horas semanais		

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Executar trabalhos de pedreiro e carpintaria na construção e reconstrução de pontes do sistema viário municipal;

Executar trabalhos de pedreiro, carpintaria, eletricidade, pintor, nas reforma e manutenção de imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal;

Zelar pela conservação dos equipamentos que possui a sua disposição; Executar trabalhos de carpintaria; montar formas de madeira e painéis; construir andaimes; proteção de madeira e estruturas de madeira para telhado; escorar lajes de pontes, viadutos e grandes vãos; montar portas e esquadrias; finalizar serviço de desmonte de andaimes; limpeza e lubrificação de formas metálicas; selecionar materiais reutilizáveis.

Executar serviços de assentamento de meio-fio, sarjeta e manilha de barro ou concreto;

Construir alicerces, assentar tijolos, blocos, pedras, pisos e azulejos, segundo as técnicas pertinentes; orientar ou executar a mistura de materiais para obtenção de argamassa; rebocar as estruturas construídas; realizar trabalhos de manutenção preventiva e corretiva em prédios e logradouros públicos municipais; construir túmulos e fechar sepulturas; zelar pela limpeza do local de trabalho e conservação do equipamento usado;

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão das Séries iniciais do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL	TRANSP. OBRAS E SERV. GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	GUARDA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO		
NÍVEL	IV	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	IV-1 a VI-15
CARGA HORÁRIA SEMANAL	44 (quarenta e quatro) horas semanais		

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Executar rondas diurnas ou noturnas nos logradouros, prédios, suas dependências e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias para prevenir roubos, incêndios e outros danos.

Controlar movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, bolsas e sacolas, anotando o número dos mesmos, nome de pessoas, examinando os volumes transportados, conferindo notas fiscais e fazendo os registros pertinentes para evitar desvios e outras falhas.

Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda.

Registrar a movimentação de pessoas fora dos horários de expediente, anotando, nome, hora de entrada e saída, finalidades e objetos que portava, podendo revistar bolsas, sacolas, porta-malas e outros.

Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	MERENDEIRA (EM EXTINÇÃO)			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	I-1 a III-15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
Preparar e servir merenda escolar; fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências e prédios públicos; limpar pisos, vidros, lustres, móveis, instalações sanitárias, etc; remover lixo e detritos e encarregar-se da reciclagem; lavar encerrar assinalhos; fazer arrumações em locais de trabalho; proceder à remoção e conservação de móveis, máquinas e matérias em geral; fazer a limpeza de pátios; zelar para que os utensílios utilizados estejam sempre em boas condições de higiene e uso; operar com fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, refrigeração e outros a recolher, lavar e guardar utensílios da merenda, encarregando-se da limpeza geral da cozinha e do refeitório; executar outras tarefas correlatas.				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão até a o 5º. ano do Ensino Fundamental.				

DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO OCUPACIONAL		TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	SIGLA	TSG
CARGO	ZELADOR (EM EXTINÇÃO)			
NÍVEL	IV	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	IV-1 a VI -15	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
manutenção e conservação dos equipamentos constantes no órgão onde está lotado; exercer atividades rotineiras, envolvendo a execução de limpeza e conservação das instalações dos órgãos públicos municipais; realizar serviços relacionados com a cozinha e copa do órgão; proceder a limpeza e conservação das dependências do setor em que estiver lotado (a) sempre que for necessário; manter a higiene possibilitando o ambiente propício do trabalho; organizar pedidos de materiais necessários ao funcionamento dos serviços sob sua responsabilidade Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.				

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão até a o 5º. ano do Ensino Fundamental.

ANEXO IV

Art. 27, Inciso IV

QUADRO DE TRANSPOSIÇÃO DOS CARGOS ATUAIS PARA OS CARGOS FUTUROS

A) CARGOS EFETIVOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CÓDIGO	VALOR	CARGOS	CÓDIGO	NÍVEL
Bibliote- cário	BIBL	1.438,71	Bibliote- cário	XXVIII □ XXX	1.500,00
Fonoaudi- ólogo	FON	1.179,52	Fonoaudi- ólogo	XXII □ XXIV	1.250,00
Nutricio- nista	NUT	1.179,52	Nutricio- nista	XXII □ XXIV	1.250,00
Psicólogo	PSI	1.179,52	Psicólogo	XXII □ XXIV	1.250,00
Enge- nheiro Florestal	MEV	2.343,60	Enge- nheiro Florestal	XLIX □ LI	2.390,00
Médico Veteriná- rio	ENG F	1.644,29	Médico Veteriná- rio	XXXIV □ XXXVI	1.700,00
Procura- dor	PRO	2.461,82	Procura- dor	LII □ LIV	2.550,00
Engenhei- ro Civil	ENG-I	2.343,60	Engenhei- ro Civil	XLIX □ LI	2.390,00
Médico Clínico Geral	MECG	1.632,68	Médico Clínico Geral	XXXIV □ XXXVI	1.700,00
Médico Ginecolo- gista	MEG	2.017,59	Médico Ginecolo- gista	XL □ XLII	1.900,00
Farmacêu- tico	FAR	1.822,05	Farmacêu- tico	XLVI □ XLVIII	2.200,00
Assistente Social	AS	1.709,57	Assistente Social	XLVI □ XLVIII	2.200,00
Enfermei- ro	ENF	2.418,38	Enfermei- ro	XLIX □ LI	2.390,00
Contador	CONT	2.343,66	Contador	XLIX □ LI	2.390,00
-----	-----	-----	Médico Pediatra	XL □ XLII	1.900,00
-----	-----	-----	Super- visor de Recursos Humanos	XLVI □ XLVIII	2.200,00
-----	-----	-----	Supervisor Financeiro	XLVI □ XLVIII	2.200,00
-----	-----	-----	Auditor Fiscal	XLVI □ XLVIII	2.200,00
Supervisor de Admi- nistração e Pessoal	SAP	1.831,94	EM EX- TINÇÃO	XL □ XLII	1.900,00
Tesoureiro	TES	1.749,93	EM EX- TINÇÃO	XL □ XLII	1.900,00
Fiscal de Tributos	FTR	1.749,33	EM EX- TINÇÃO	XL □ XLII	1.900,00

Auxiliar Administrativo Telefo-nista	AUX TEL	1.086,23 1.086,23	Auxiliar Administrativo	XIX <input type="checkbox"/> XXI	1.130,00
Fiscal de Posturas	FPO	1.088,97	Fiscal de Posturas e Obras	XIX <input type="checkbox"/> XXI	1.130,00
Fiscal de Vigilância Sanitária	FVS	1.088,97	Fiscal de Vigilância Sanitária	XIX <input type="checkbox"/> XXI	1.130,00
Orien-tador Edu-cacional		706,92	EXTINTO	-----	-----
Atendente de Enfer-magem	ATT	776,47	EM EX-TINÇÃO	XIII <input type="checkbox"/> XV	850,00
Agente de Vigilância Sanitária	AVS	762,62	Agente de Vigilância Sanitária	XIII <input type="checkbox"/> XV	850,00
			Técnico de Segu-rança do Trabalho	XL <input type="checkbox"/> XLII	1.900,00
			Auxiliar de Educação	IV <input type="checkbox"/> VI	690,00
			Agente de Com-bate a Endemias - Dengue	VII <input type="checkbox"/> IX	710,00
Recepçio-nista	REP	780,98	Atendente Geral	XIII <input type="checkbox"/> XVI	850,00
Auxiliar de Enferma-gem	AE	776,47	Técnico de Enfer-magem	XIII <input type="checkbox"/> XVI	850,00
Auxiliar Veteriná-rio	AUV	1.213,23	EM EX-TINÇÃO	XXII <input type="checkbox"/> XXVI	1.250,00
Insemina-dor	ENS	911,69	Atendente Veteriná-rio	XVI <input type="checkbox"/> XVIII	950,00
Aten-dente de Educação Infantil	AEI	648,35	Aten-dente de Educação Infantil	IV <input type="checkbox"/> VI	710,00
Crecheira	CRE	575,26	EM EX-TINÇÃO	I <input type="checkbox"/> III	640,00
Eletricista	ELE	1.105,54	Eletricista	XIX <input type="checkbox"/> XXI	1.130,00
Mecânico	COM	1.607,11	Mecânico	XXXI <input type="checkbox"/> XXXIII	1.600,00
Motorista	MOT	800,32	Motorista	XVI <input type="checkbox"/> XVIII	950,00

Opera-dor de Máquina (Carreg. e Patrola)					
Operador de Máqui-na (Trator de Pneu)					
Opera-dor de Máquina (Trator de Esteira)	OPM-1 OPM-3 OPM	860,93	EM EX-TINÇÃO	XIII <input type="checkbox"/> XVI	850,00
Opera-dor de Máquina Retroes-cavadeira (EM EX-TINÇÃO)	OPM-2	1.105,76	EM EX-TINÇÃO	XIII <input type="checkbox"/> XVI	850,00
Operador de Má-quina em Geral	OPM-2	1.105,76	Operador de Equip-amentos	XIX <input type="checkbox"/> XXI	1.130,00
Auxiliar de Mecânico	AM	800,32	Auxiliar de Mecânico	XVI <input type="checkbox"/> XVIII	950,00
Servente					
Servente II	STE	572,75			
Servente III	STE – II STE – III	579,14 608,08	Agente Operacio-nal	I <input type="checkbox"/> III	640,00
Zelador	ZEL	649,50	EM EX-TINÇÃO	IV <input type="checkbox"/> VI	690,00
Meren-deira		348,59	EM EX-TINÇÃO	I <input type="checkbox"/> III	640,00
Agente de Saúde					
Servente de Saúde		572,75			
Servente/educação	AGS SVT - 1	572,75 572,75	Auxiliar de Serviços Gerais	I <input type="checkbox"/> III	640,00
Vigia Noturno	VIGN	579,14	Guarda de Patri-mônio Público	IV <input type="checkbox"/> VI	710,00
Pedreiro					
Pedreiro II	PDO	615,63	Oficial de Manu-tenção e Conserva-ção	X <input type="checkbox"/> XII	795,00
Servente IV	PDO – II STE - IV	806,41 702,23			

B) CARGOS COMISSIONADOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CÓDIGO	VALOR	CARGOS	CÓDIGO	VALOR
Secretário de Admi-nistração e Planeja-mento	DAS-1	2.943,29	Secretário de Admi-nistração e Planeja-mento	DSU-1	2.943,29

Secretário de Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social	DAS-1	2.943,29	Secretário de Educação, Desporto, Cultura e Promoção Social	DSU-1	2.943,29
Secretário da Saúde e Assistência Social	DAS-1	2.943,29	Secretário da Saúde e Assistência Social	DSU-1	2.943,29
Secretário de Transportes e Serviços Urbanos	DAS-1	2.943,29	Secretário de Transportes e Serviços Urbanos	DSU-1	2.943,29
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	DAS-1	2.943,29	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	DSU-1	2.943,29
Secretário de Desenv. Econômico e Turismo	DAS-1	2.943,29	Secretário de Desenv. Econômico e Turismo	DSU-1	2.943,29
Assessor de Controle Interno	DAS-2	2.149,48	Assessor de Controle Interno	DIN-1	2.390,00
Assessor de Gabinete	DAS-1	2.461,07	Assessor de Gabinete	DSU-1	2.550,00
Assessor Jurídico	DAS-1	2.461,07	Assessor Jurídico	DSU-1	2.550,00
Chefe de Compras	DAS-3	1.959,43	Chefe de Compras	DIN-1	2.000,00
Assessor Técnico	DAS-4	1.572,72	Assessor Técnico	DIN-1	1.600,00
Diretor Cultural	DAS-3	1.959,43	Diretor Cultural	DIN-1	2.000,00
Diretor Esportivo	DAS-3	1.959,43	Diretor Esportivo	DIN-1	2.000,00
Diretor de Creche	DAS-5	1.058,53	Coordenador Educacional	DIN-1	1.500,00
Diretor de Serviços de Órgãos Governamentais	DAS-6	1.051,33	Assessor de Serv. de Órgãos Governamentais	DIN-1	1.130,00

ANEXO V

Art. 27, inciso V

TABELA DE REENQUADRAMENTO

NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR	CARGO	NÍVEL	VALOR
GABINETE DO PREFEITO					
Carlos Alberto Moser	Assessor Jurídico	2.461,07	Assessor Jurídico	LII - 1	2.550,00
Gilberto Jose Felippi	Assessor de Gabinete	2.461,07	Assessor de Gabinete	LII - 1	2.550,00
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
Alexandre Dias	Diretor de Serviços e Org. Gov	1.051,33	Asses. de Serviços e Org. Gov.	XIX - 1	1.130,00
Alexandre Fistarol	Assessor de Controle Interno	2.059,48	Assessor de Controle Interno	XLIX - 1	2.390,00

Andreza Cristina Frainer Grava	Telefonista	1.136,23	Auxiliar Administrativo	XIX - 2	1.152,60
Claudia Dalfovo	Auxiliar Administrativo	1.136,23	Auxiliar Administrativo	XIX - 2	1.152,60
Elenice Tomio	Supervisor de Administração	1.881,94	Supervisor de Administração	XL - 1	1.900,00
Eliosmar de Moura	Engenheiro Civil	2.250,00	Engenheiro Civil	XLIX - 1	2.390,00
Ivan Luis Merini	Secretário de Admin. e Planej.	2.943,29	Secretário de Admin. e Planej.	-----	2.943,29
Juliana Fistarol	Recepcionista	830,98	Atendente Geral	XIII - 1	850,00
Leandro Chiarelli	Tesoureiro	1.799,93	Tesoureiro	XL - 1	1.900,00
Maria de Fátima Martins	Fiscal de Tributos	1.799,93	Fiscal de Tributos	XL - 1	1.900,00
Renato Moser	Chefe de Compras	1.959,43	Chefe de Compras	XLVI - 1	2.200,00
Rodrigo Morbach	Assessor Técnico	1.572,72	Assessor Técnico	XXXI - 1	1.600,00
Saulo Luiz Andreani	Motorista Saúde	850,31	Motorista	XVI - 1	950,00
Saulo Luiz Andreani	Secretário de Desenv. Econ.	2.943,29	Secretário de Desenv. Econ.	-----	2.943,29
Solange Maria Lourenço	Auxiliar Administrativo	1.136,23	Auxiliar Administrativo	XIX - 2	1.152,60

AGRICULTURA

Albino Fusinato	Operador de Maq. II (Retro)	1.155,70	Operador de Maq. II (Retro)	XIX - 3	1.175,65
Hilário Ferrari	Operador Trator Pneus	910,93	Operador Trator Pneus	XIII - 5	920,07
Ademir Frainer	Secretário da Agricultura	2.943,29	Secretário da Agricultura	-----	2.943,29
Calisto Mori	Servente	625,26	Agente Operacional	I - 1	640,00
Murilo Luiz Merini	Operador Trator Pneus	910,93	Operador Trator Pneus	XIII - 5	920,07
Odirlei Fistarol	Engenheiro Florestal	2.393,60	Engenheiro Florestal	XLIX - 2	2.437,80
Pedro Ventura	Auxiliar de Veterinário	1.263,24	Auxiliar de Veterinário	XXII - 2	1.275,00
Wilson Bonacolsi	Inseminador	961,71	Inseminador	XVI - 2	969,00

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anderson Giovani Rachadel	Farmacêutico	1.872,05	Farmacêutico	XLVI - 1	2.200,00
Angel De Faveri	Médico	1.682,68	Médico	XXXVI - 1	1.700,00

Beatriz Lunardi Dematte	Técnico de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Cacilda Venancio	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Carmen M. Alves Fernandes	Técnico de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Elisabeth Schork	Técnico de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Erich Sigfried Prochnow	Agente Vigilância Sanitária	838,88	Agente Vigilância Sanitária	XIII - 1	850,00
Estelita Evan-gelista Voigt	Técnico de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Etinéia Berkembrock	Diretor de Serviços e Org. Gov	1.051,33	Asses. de Serviços e Org. Gov.	XIX - 1	1.130,00
Fabio Fronza	Auxiliar Administrativo	1.136,23	Auxiliar Administrativo	XIX - 2	1.152,60
Glauber Luiz de Souza	Fiscal de Vigilância Sanitária	1.136,23	Fiscal de Vigilância Sanitária	XIX - 2	1.152,60
Glauber Luiz de Souza	Secretario da Saúde	2.943,29	Secretario da Saúde	-----	2.943,29
Janete T. Fraire Andrean	Assistente Social	1.705,57	Assistente Social	XLVI - 1	2.200,00
Juliana Fusinato	Psicólogo	1.229,52	Psicólogo	XXII - 1	1.250,00
João Paulo Waltrick	Motorista	838,88	Motorista	XVI - 1	950,00
Joseane Fátima Testoni Faust	Enfermeiro	2.468,38	Enfermeiro	XLIX - 3	2.486,56
Luiz Carlos Vilagran Peres	Motorista	850,32	Motorista	XVI - 1	950,00
Marcos Willian Gomes da Sikva	Médico	1.682,68	Médico	XXXIV - 1	1.700,00
Maria Iolanda de Lima da Silva	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Maria Salete Poffo	Auxiliar de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Marilene Odorico	Auxiliar de Enfermagem	826,47	Técnico de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Marlene Krucynski da Silva	Enfermeiro	2.468,27	Enfermeiro	XLIX - 3	2.486,56
Marli Maria Piza Dalfovo	Atendente de Enfermagem	789,16	Atendente de Enfermagem	XIII - 1	850,00

Marli Terezinha Becker	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Mery Moser	Auxiliar Administrativo	1.136,26	Auxiliar Administrativo	XIX - 2	1.152,60
Orlando Zonta	Motorista Saúde	850,32	Motorista	XVI - 1	950,00
Rejane Rufino	Atendente de Enfermagem	826,47	Atendente de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Roberto Moser	Atendente de Enfermagem	826,47	Atendente de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Salete Aparecida de Lima	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Sergio Possamai	Motorista	850,32	Motorista	XVI - 1	950,00
Tania Margaretti Lemos	Atendente de Enfermagem	789,16	Atendente de Enfermagem	XIII - 1	850,00
Wilson Carlos da Silva	Atendente de Enfermagem	826,47	Atendente de Enfermagem	XIII - 1	850,00
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					
Edlind Butzke Matos Santiago	Nutricionista	1.229,52	Nutricionista	XXII - 1	1.250,00
Juliana Tayna Depiné	Diretor Cultural	1.959,43	Diretor Cultural	XLIII - 1	2.000,00
Adilson da Silva	Zelador	696,39	Zelador	IV - 1	710,00
Deobaldina Jantsch	Merendeira I	348,60	Merendeira I	I - 8	367,58
Eliana de Oliveira	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Ivanir Branger	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Janete Maria Sevegnani	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Jose Alcir Roza Junior	Secretario da Educação	2.943,29	Secretario da Educação	-----	2.943,29
Lorines Fátima Osório	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I - 1	640,00
Nilzete Guimaraes Reis	Bibliotecária	1.488,83	Bibliotecária	XXVIII - 1	1.500,00
Sislaine Olga Dalfovo Bagatoll	Fonoaudiólogo	1.229,52	Fonoaudiólogo	XXII - 1	1.250,00
Tania Maria Pereira Fusinato	Zelador	696,39	Zelador	IV - 1	710,00
Verônica Prochnov	Crecheira	625,26	Crecheira	I - 1	640,00
Adulce Maria Moser	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV - 1	710,00
Analice Regina Cardozo	Crecheira	625,26	Crecheira	I - 1	640,00

Andreia Feretti Schmitz	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Andreza Gentila Filipini	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Ane Carolina Debarba	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Angela C. Machado Massma	Merendeira I	348,60	Merendeira I	I – 8	367,58
Ariane de F. Botelho da Silva	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Barbara Alessandra Pintarelli	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Carmem Maria Gadotti	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Catia Araceli Cunha Moser	Diretor de Creche	1.099,98	Diretor Educacional	XXVIII – 1	1.500,00
Christiane das Neves Fonseca	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Cinara Machado	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Cláudio Alfredo Geske	Diretor Esportivo	1.959,43	Diretor Cultural	XLIII – 1	2.000,00
Cristiane Munari Reck	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Daiana Gomes de Azevedo	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Débora Juliana Polidoro	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Débora Andreia Leal dos Santos	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Eliane Domingos Bacural	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Dalva Maria Jacinto Felipe	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Elisangela Mahlstedt Klug	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Graciela Ilani Possamai Fey	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Grasiela Debarba	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00

Iraci Teresa Coelho Prade	Diretor de Creche	1.099,98	Diretor Educacional	XXVIII – 1	1.500,00
Irany Gomes de Freitas Viviani	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Isabel Moreira Hasse	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Isolde Maria Dalmolin Sais	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Ivete Maria Mattiuzzi Sais	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Jane Aparecida F. Vansuita	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Joice Schell	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Juraci Fernandes	Merendeira I	348,60	Merendeira I	I – 8	367,58
Larissa da Silva Costa	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Lauriani da Silva C. dos Santos	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Lilian C. Machado Trindade	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Maria Aparecida Vanelli	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Maria Cacalheiri Poffo	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Maria de Lurdes Mori	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Marilene Wolf Merini	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Marineusa Malkowski Strey	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Marlene Heinz	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Marineusa Martins Flor	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Patricia Pahl Morbach	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Regina Aparecida Gomes	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Rita Lenir Vicente Cardozo	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Rosalina Carvalho Correia	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Santa Jandira G Floriano	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Silvia Rosita Poffo Moser	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00

Terezinha Ap. da Silva	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Vania Pessotti Dias	Atendente Educação Infantil	698,35	Atendente de Educação Infantil	IV – 1	710,00
Veronica Amabile Girardi Dalpi	Crecheira	625,26	Crecheira	I – 1	640,00
Vilma Reinert	Servente	625,26	Auxiliar de Serviços Gerais	I – 1	640,00
Aristeu Jorge dos Santos	Motorista Educação	850,32	Motorista	XVI – 1	950,00
Gilberto Manoel da Silva	Motorista Transp.	850,32	Motorista	XVI – 1	950,00
Luiz Antonio Borges	Motorista Educação	910,93	Motorista	XVI – 2	969,00
TRANSPORTES E OBRAS					
Adilson Manoel da Silva	Operador de Maquina	910,93	Operador de Equipamento II	XIII – 5	920,07
Adolar Carvalho	Servente III	658,08	Agente Operacional	I – 3	665,86
Alair Sardagna	Pedreiro II	856,41	Ofic. de manut. e Conservação	X – 5	860,53
Dirceu Demarch	Servente	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Dirceu de Souza Campinas	Pedreiro I	665,63	Ofic. de manut. e Conservação	X – 1	795,00
Edwin Klabunde	Vigia Noturno	629,14	Guarda de Patrimônio Público	IV – 1	710,00
Ervim Possamai	Secretário de Transp.Ser.Urb.	2.943,29	Secretário de Transp.Ser.Urb.	-----	2.943,29
Flavio Degracia	Op. Máquina (Carregadeira)	910,93	Operador Equipamento II	XIII – 5	920,07
Francisco Valdecir Demarch	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Gabriel Uller	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Gilmar Ferrari	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Guido Lunelli	Pedreiro I	665,63	Ofic. de manut. e Conservação	X – 1	795,00
Ilto Luiz Mattiuzzi	Eletricista	1.155,54	Eletricista	XIX – 3	1.175,65
Iria Ambrosina Sardagna	Servente	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Irion Gramkow	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Ivanor Dognini	Motorista	850,32	Motorista	XVI – 1	950,00
João Cardoso	Pedreiro I	665,63	Ofic. de manut. e Conservação	X – 1	795,00
João Floriano da Costa	Servente II	629,14	Agente Operacional	I – 3	665,86
João Paulo Floriano da Costa	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Jose da Silva	Servente III	658,08	Agente Operacional	I – 3	665,86
Jucemar Candido	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Leoncio da Cunha	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00

Leoni da Silva	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Lorival Cavallheri	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Luiz Carlos Wunsch	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Luzmar Gonçalves	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Moacir Pinho	Mecânico	1.657,11	Mecânico	XXXI – 3	1.664,64
Orlando Krause	Servente IV	752,33	Ofic. de manut. e Conservação	X – 1	795,00
Osni Correia	Servente II	629,14	Agente Operacional	I – 1	640,00
Otávio Avelino da Rocha	Servente III	658,08	Agente Operacional	I – 3	665,86
Vicente Pereira	Servente I	625,26	Agente Operacional	I – 1	640,00
Vilmar Domingos Pessotti	Motorista	850,32	Motorista	XVI – 1	950,00

ANEXO VI
Art. 27, inciso VI

TABELA DE REENQUADRAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Nome do Servidor	Situação	VALOR ATUAL	Nível	VALOR
Ivanir Tomio	Pensionista	230,00		237,77
Izabel Furlani Moser	Pensionista	475,52		491,59
Jaime Jose Fistal	Aposentado	4.152,30		4.292,60
Maria M C Zimath	Aposentado	679,13		702,08
Marlene Poffo	Aposentado	956,71		989,04
Pedro Zonta	Aposentado	3.579,93		3.695,72
Schirley Cecilia Merini Favero	Aposentado	1.854,64		1.917,31
Vilmar Berembrock	Aposentado	410,00		423,85
Bernardo Zimath	Aposentado	574,77		594,19

ANEXO VII
Art. 27, Inciso VII

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
I	640,00	652,80	665,86	679,17	692,76	706,61	720,74	735,16	749,86	764,86	780,16	795,76
II	704,00	718,08	732,44	747,09	762,03	777,27	792,82	808,67	824,85	841,35	858,17	875,34
III	774,40	789,89	805,69	821,80	838,24	855,00	872,10	889,54	907,33	925,48	943,99	962,87
IV	710,00	724,20	738,68	753,46	768,53	783,90	799,58	815,57	831,88	848,52	865,49	882,80
V	781,00	796,62	812,55	828,80	845,38	862,29	879,53	897,12	915,07	933,37	952,03	971,08
VI	859,10	876,28	893,81	911,68	929,92	948,52	967,49	986,84	1.006,57	1.026,70	1.047,24	1.068,18
VII	740,00	754,80	769,90	785,29	801,00	817,02	833,36	850,03	867,03	884,37	902,06	920,10
VIII	814,00	830,28	846,89	863,82	881,10	898,72	916,70	935,03	953,73	972,81	992,26	1.012,11
IX	895,40	913,31	931,57	950,21	969,21	988,59	1.008,37	1.028,53	1.049,10	1.070,09	1.091,49	1.113,32
X	795,00	810,90	827,12	843,66	860,53	877,74	895,30	913,21	931,47	950,10	969,10	988,48
XI	874,50	891,99	909,83	928,03	946,59	965,52	984,83	1.004,53	1.024,62	1.045,11	1.066,01	1.087,33
XII	961,95	981,19	1.000,81	1.020,83	1.041,25	1.062,07	1.083,31	1.104,98	1.127,08	1.149,62	1.172,61	1.196,06
XIII	850,00	867,00	884,34	902,03	920,07	938,47	957,24	976,38	995,91	1.015,83	1.036,15	1.056,87
XIV	935,00	953,70	972,77	992,23	1.012,07	1.032,32	1.052,96	1.074,02	1.095,50	1.117,41	1.139,76	1.162,55
XV	1.028,50	1.049,07	1.070,05	1.091,45	1.113,28	1.135,55	1.158,26	1.181,42	1.205,05	1.229,15	1.253,74	1.278,81
XVI	950,00	969,00	988,38	1.008,15	1.028,31	1.048,88	1.069,85	1.091,25	1.113,08	1.135,34	1.158,04	1.181,21
XVII	1.045,00	1.065,90	1.087,22	1.108,96	1.131,14	1.153,76	1.176,84	1.200,38	1.224,38	1.248,87	1.273,85	1.299,33
XVIII	1.149,50	1.172,49	1.195,94	1.219,86	1.244,26	1.269,14	1.294,52	1.320,41	1.346,82	1.373,76	1.401,23	1.429,26
XIX	1.130,00	1.152,60	1.175,65	1.199,17	1.223,15	1.247,61	1.272,56	1.298,01	1.323,98	1.350,45	1.377,46	1.405,01
XX	1.243,00	1.267,86	1.293,22	1.319,08	1.345,46	1.372,37	1.399,82	1.427,82	1.456,37	1.485,50	1.515,21	1.545,51
XXI	1.367,30	1.394,65	1.422,54	1.450,99	1.480,01	1.509,61	1.539,80	1.570,60	1.602,01	1.634,05	1.666,73	1.700,07
XXII	1.250,00	1.275,00	1.300,50	1.326,51	1.353,04	1.380,10	1.407,70	1.435,86	1.464,57	1.493,87	1.523,74	1.554,22
XXIII	1.375,00	1.402,50	1.430,55	1.459,16	1.488,34	1.518,11	1.548,47	1.579,44	1.611,03	1.643,25	1.676,12	1.709,64
XXIV	1.512,50	1.542,75	1.573,61	1.605,08	1.637,18	1.669,92	1.703,32	1.737,39	1.772,13	1.807,58	1.843,73	1.880,60
XXV	1.400,00	1.428,00	1.456,56	1.485,69	1.515,41	1.545,71	1.576,63	1.608,16	1.640,32	1.673,13	1.706,59	1.740,72
XXVI	1.540,00	1.570,80	1.602,22	1.634,26	1.666,95	1.700,28	1.734,29	1.768,98	1.804,36	1.840,44	1.877,25	1.914,80
XXVII	1.694,00	1.727,88	1.762,44	1.797,69	1.833,64	1.870,31	1.907,72	1.945,87	1.984,79	2.024,49	2.064,98	2.106,28
XXVIII	1.500,00	1.530,00	1.560,60	1.591,81	1.623,65	1.656,12	1.689,24	1.723,03	1.757,49	1.792,64	1.828,49	1.865,06
XXIX	1.650,00	1.683,00	1.716,66	1.750,99	1.786,01	1.821,73	1.858,17	1.895,33	1.933,24	1.971,90	2.011,34	2.051,57
XXX	1.815,00	1.851,30	1.888,33	1.926,09	1.964,61	2.003,91	2.043,98	2.084,86	2.126,56	2.169,09	2.212,47	2.256,72
XXXI	1.600,00	1.632,00	1.664,64	1.697,93	1.731,89	1.766,53	1.801,86	1.837,90	1.874,66	1.912,15	1.950,39	1.989,40
XXXII	1.760,00	1.795,20	1.831,10	1.867,73	1.905,08	1.943,18	1.982,05	2.021,69	2.062,12	2.103,36	2.145,43	2.188,34
XXXIII	1.936,00	1.974,72	2.014,21	2.054,50	2.095,59	2.137,50	2.180,25	2.223,86	2.268,33	2.313,70	2.359,97	2.407,17
XXXIV	1.700,00	1.734,00	1.768,68	1.804,05	1.840,13	1.876,94	1.914,48	1.952,77	1.991,82	2.031,66	2.072,29	2.113,74
XXXV	1.870,00	1.907,40	1.945,55	1.984,46	2.024,15	2.064,63	2.105,92	2.148,04	2.191,00	2.234,82	2.279,52	2.325,11
XXXVI	2.057,00	2.098,14	2.140,10	2.182,90	2.226,56	2.271,09	2.316,52	2.362,85	2.410,10	2.458,31	2.507,47	2.557,62
XXXVII	1.800,00	1.836,00	1.872,72	1.910,17	1.948,38	1.987,35	2.027,09	2.067,63	2.108,99	2.151,17	2.194,19	2.238,07
XXXVIII	1.980,00	2.019,60	2.059,99	2.101,19	2.143,22	2.186,08	2.229,80	2.274,40	2.319,89	2.366,28	2.413,61	2.461,88
XXXIX	2.178,00	2.221,56	2.265,99	2.311,31	2.357,54	2.404,69	2.452,78	2.501,84	2.551,87	2.602,91	2.654,97	2.708,07
XL	1.900,00	1.938,00	1.976,76	2.016,30	2.056,62	2.097,75	2.139,71	2.182,50	2.226,15	2.270,68	2.316,09	2.362,41
XLI	2.090,00	2.131,80	2.174,44	2.217,92	2.262,28	2.307,53	2.353,68	2.400,75	2.448,77	2.497,74	2.547,70	2.598,65
XLII	2.299,00	2.344,98	2.391,88	2.439,72	2.488,51	2.538,28	2.589,05	2.640,83	2.693,64	2.747,52	2.802,47	2.858,52
XLIII	2.000,00	2.040,00	2.080,80	2.122,42	2.164,86	2.208,16	2.252,32	2.297,37	2.343,32	2.390,19	2.437,99	2.486,75
XLIV	2.200,00	2.244,00	2.288,88	2.334,66	2.381,35	2.428,98	2.477,56	2.527,11	2.577,65	2.629,20	2.681,79	2.735,42
XLV	2.420,00	2.468,40	2.517,77	2.568,12	2.619,49	2.671,88	2.725,31	2.779,82	2.835,42	2.892,12	2.949,97	3.008,97
XLVI	2.200,00	2.244,00	2.288,88	2.334,66	2.381,35	2.428,98	2.477,56	2.527,11	2.577,65	2.629,20	2.681,79	2.735,42
XLVII	2.420,00	2.468,40	2.517,77	2.568,12	2.619,49	2.671,88	2.725,31	2.779,82	2.835,42	2.892,12	2.949,97	3.008,97
XLVIII	2.662,00	2.715,24	2.769,54	2.824,94	2.881,43	2.939,06	2.997,84	3.057,80	3.118,96	3.181,34	3.244,96	3.309,86
XLIX	2.390,00	2.437,80	2.486,56	2.536,29	2.587,01	2.638,75	2.691,53	2.745,36	2.800,27	2.856,27	2.913,40	2.971,66
L	2.629,00	2.681,58	2.735,21	2.789,92	2.845,71	2.902,63	2.960,68	3.019,89	3.080,29	3.141,90	3.204,74	3.268,83
LI	2.891,90	2.949,74	3.008,73	3.068,91	3.130,29	3.192,89	3.256,75	3.321,88	3.388,32	3.456,09	3.525,21	3.595,71
LII	2.550,00	2.601,00	2.653,02	2.706,08	2.760,20	2.815,41	2.871,71	2.929,15	2.987,73	3.047,49	3.108,44	3.170,60
LIII	2.805,00	2.861,10	2.918,32	2.976,69	3.036,22	3.096,95	3.158,89	3.222,06	3.286,50	3.352,23	3.419,28	3.487,66
LIV	3.085,50	3.147,21	3.210,15	3.274,36	3.339,84	3.406,64	3.474,77	3.544,27	3.615,16	3.687,46	3.761,21	3.836,43
LV	2.700,00	2.754,00	2.809,08	2.865,26	2.922,57	2.981,02	3.040,64	3.101,45	3.163,48	3.226,75	3.291,28	3.357,11
LVI	2.970,00	3.029,40	3.089,99	3.151,79	3.214,82	3.279,12	3.344,70	3.411,60	3.479,83	3.549,42	3.620,41	3.692,82
LVII	3.267,00	3.332,34	3.398,99	3.466,97	3.536,31	3.607,03	3.679,17	3.752,76	3.827,81	3.904,37	3.982,45	4.062,10
LVIII	3.000,00	3.060,00	3.121,20	3.183,62	3.247,30	3.312,24	3.378,49	3.446,06	3.514,98	3.585,28	3.656,98	3.730,12
LIX	3.300,00	3.366,00	3.433,32	3.501,99	3.572,03	3.643,47	3.716,34	3.790,66	3.866,48	3.943,81	4.022,68	4.103,14
LX	3.630,00	3.702,60	3.776,65	3.852,19	3.929,23	4.007,81	4.087,97	4.169,73	4.253,12	4.338,19	4.424,95	4.513,45

ANEXO VIII

Art. 27, inciso VIII

QUESTIONÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Nome do Servidor:	
Departamento de Lotação:	
Cargo que Ocupa:	
Data de Admissão:	
Identificação da Avaliação:	
Tipo da Avaliação:	

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.

No período de avaliação o(a) servidor(a) não apresentou faltas injustificadas.

No período de avaliação o(a) servidor(a) não recebeu nenhuma advertência.

No período de avaliação o(a) servidor(a) esteve designado dias para ocupar cargo em comissão.

No período de avaliação o(a) servidor(a) não sofreu nenhuma suspensão.

1. Idoneidade Moral

1.1. Ética Profissional

1.1.1. Guarda sigilo quanto as informações da instituição.

Avalie o comportamento do servidor com relação às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe são repassadas pela chefia imediata ou que tem acesso em decorrência da função.

a. () O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações confidenciais de seu trabalho.

b. () O servidor sempre mantém em sigilo as informações do seu trabalho.

c. () O servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo, portanto, confiança de superiores e colegas.

d. () Pela forma como o servidor costuma agir não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas e confidenciais do local de trabalho.

e. () O Servidor tem sido impecável na manutenção de sigilo e confidências que lhe são confiadas, merecendo confiança total dos superiores e servindo de exemplo aos demais colegas do trabalho.

1.1.2. Observância da hierarquia.

Avalie o grau em que o servidor observa, e cumpre a hierarquia funcional dentro do ambiente de trabalho:

a. () O servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional.

b. () O servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições

c. () O servidor observa a hierarquia funcional, porém as vezes atropela e não cumpre a delegação de competência que lhe é atribuída.

d. () O Servidor sempre cumpre com responsabilidade a hierarquia funcional.

e. () O Servidor além de não observar a hierarquia costuma promover a discórdia entre a chefia e os subordinados.

1.2. Relacionamento Interpessoal

1.2.1. Ambiente de trabalho.

Avalie a forma com que o Servidor costuma agir e procura manter um bom clima de trabalho:

a. () O servidor age mantendo um bom clima de trabalho.

b. () O servidor não se envolve com o seu grupo de trabalho.

c. () O servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas respeita as diferenças individuais e coletivas.

d. () O servidor não se integra ao grupo de trabalho e nem sempre os trata com respeito e dignidade.

e. () O Servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar a moral e de seus colegas e demais servidores.

1.2.2. Relacionamento com a comunidade escolar.

Avalie a maneira como o Servidor se relaciona na comunidade em

a. () O servidor demonstra educação porém, às vezes tem um temperamento explosivo.

b. () O servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas.

c. () O servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente com as pessoas com quem convive.

d. () O servidor trata a todos com educação, mostrando ser ponderado com as pessoas.

e. () O servidor é demasiadamente anti-social, criando constantemente atritos e desavenças no ambiente de trabalho.

1.3. Zelo por Equipamentos e Materiais

1.3.1. Materiais de trabalho.

Avalie o grau de interesse e preocupação que o servidor apresenta pela guarda, zelo e economia dos materiais de trabalho:

a. () O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais.

b. () O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho.

c. () O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais da escola, incorrendo no desvio dos mesmos.

d. () O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.

e. () O servidor além de responsável, zeloso e econômico, procura difundir entre os demais colegas a importância e necessidade da questão.

1.3.2. Patrimônio público.

Avalie o em que nível o servidor contribui para a conservação do patrimônio público

a. () O servidor utiliza o bem público de maneira adequada.

b. () O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

c. () O servidor se utiliza do patrimônio público, sem no entanto se importar com sua conservação.

d. () O servidor utiliza-se de forma inadequada dos bens públicos, demonstrando ser desnecessário zelar pela sua conservação.

e. () O servidor é totalmente desleixado e irresponsável no trato e uso dos bens públicos, constantemente causando danos aos mesmos.

1.4. Postura Profissional

1.4.1. Receptividade às críticas.

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas que lhe são dirigidas:

a. () O servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao seu local de trabalho.

b. () O servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente.

c. () O servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre.

d. () O servidor mostra-se indiferente às críticas que lhe são dirigidas.

e. () O servidor quando recebe críticas analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.

1.4.2. Capacidade de decidir e inovar.

Avalie a capacidade que o Servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:

a. () Não apresenta idéias e nem procura tomar a frente diante de novas situações.

- b. () Demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente.
- c. () Demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica.
- d. () Normalmente está a frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas.
- e. () Além de não apresentar idéias e criatividade, atrapalha os colegas que tomam a frente nas inovações e decisões importantes.

1.4.3. Superação de dificuldades.

Avalie o grau em que o Servidor supera as dificuldades e carências profissionais:

- a. () O servidor tem facilidade e sempre supera as dificuldades que surgem no trabalho.
- b. () Ocasionalmente o servidor consegue superar as dificuldades.
- c. () Raramente o servidor consegue superar as dificuldades no trabalho.
- d. () Normalmente o servidor supera as carências profissionais e dificuldades que surgem no trabalho.
- e. () O Servidor tem muita dificuldade de superação e dificilmente consegue superar as carências profissionais.

2. Assiduidade

2.1. Presença ao Trabalho e Pontualidade

2.1.1. Frequência no local de trabalho.

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local do trabalho:

- a. () O servidor não faltou ao trabalho até o presente momento.
- b. () O servidor raramente falta ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.
- c. () O servidor raramente falta ao trabalho, porém não costuma apresentar justificativa.
- d. () O servidor além de faltar com muita frequência ao trabalho, nunca apresenta justificativa.
- e. () O servidor falta com muita frequência ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.

2.1.2. Permanência no local de trabalho.

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:

- a. () Não se ausenta do local de trabalho.
- b. () Raramente ausenta-se, porém não justifica.
- c. () Raramente ausenta-se, porém justifica.
- d. () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.
- e. () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa.

2.1.3. Observância de horário e comparecimentos.

Avalie a capacidade do servidor de cumprir horários ou compromissos rotineiros de seu trabalho:

- a. () O servidor não se atrasa demonstrando sempre bastante pontualidade.
- b. () Eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso.
- c. () Raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou algum compromisso
- d. () Quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromisso.
- e. () Eventualmente se atrasa ao trabalho ou a compromisso, por motivo alheio a sua vontade.

3. Disciplina

3.1. Comprometimento, Interesse e Iniciativa

3.1.1. Zelo e dedicação às suas atribuições.

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

- a. () O servidor sempre, com muita frequência, exerce com zelo e dedicação as suas atribuições.

- b. () O servidor esporadicamente exerce com zelo as suas atribuições.
- c. () O servidor raramente exerce com dedicação e zelo as suas atribuições.
- d. () O servidor quase sempre exerce as suas atribuições com zelo e dedicação,
- e. () O servidor dificilmente tem desenvolvido as suas atribuições com zelo e dedicação.

3.1.2. Responsabilidade com o trabalho.

Avalie o grau em que o Servidor atende aos prazos previstos e o nível de supervisão necessário.

- a. () O servidor realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização.
- b. () O servidor merece confiança e raramente necessita de fiscalização.
- c. () O servidor costuma precisar ser alertado quando ao cumprimento de suas tarefas.
- d. () É impossível depender de seus serviços, e necessita de constante vigilância.
- e. () Em hipótese alguma se pode confiar e depender de seus serviços, pois é muito irresponsável.

4. Eficiência e Produtividade

4.1. Qualidade no Trabalho e Conhecimento

4.1.1. Qualidade dos trabalhos realizados.

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o servidor realiza este trabalho.

- a. () Os documentos demonstram clareza, objetividade, denotando cuidado no seu feito e manuseio.
- b. () Os documentos contém erros e o trabalho denota falta de cuidado, de clareza e objetividade, além de atraso.
- c. () Os documentos geralmente satisfazem a solicitação.
- d. () Não entrega os documentos na data prevista.
- e. () Os documentos tem objetividade mas não demonstram muita clareza.

4.1.2. Conhecimento na área.

Avalie o conhecimento e domínio que o servidor possui sobre o trabalho realizado.

- a. () Domina totalmente os conhecimentos e desempenha bem sua função.
- b. () Satisfaz as exigências do cargo.
- c. () Possui conhecimento na área, mas precisa melhorar.
- d. () Possui conhecimento insuficiente e/ou ultrapassado.
- e. () O servidor ao possui nenhum conhecimento e a falta de domínio põe em risco o desempenho e rendimento da função.

5. Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional

5.1. Colaboração, Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional

5.1.1. Colaboração com colegas de trabalho.

Avalie a disponibilidade que o servidor possui em colaborar com a equipe de trabalho.

- a. () Regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho.
- b. () Colabora com o grupo de trabalho quando solicitado.
- c. () É prestativo, colaborando com a equipe de trabalho.
- d. () Não mostra disponibilidade em colaborar com o grupo de trabalho.
- e. () Sempre está disponível, tem grande preocupação em colaborar e ver o progresso de toda a equipe de trabalho.

5.1.2. Aperfeiçoamento e atualização.

Avalie se o servidor aprimora e/ou atualiza seus conhecimentos considerando as oportunidades oferecidas pela Instituição.

- a. () Atualização do conhecimento raramente é procurada pelo servidor.
 b. () Procura manter-se atualizado, aprimorando seus conhecimentos.
 c. () Eventualmente procura atualizar-se, apenas para manter seus conhecimentos.
 d. () O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.
 e. () O servidor é muito preocupado e está sempre atento as oportunidades para aprimorar seus conhecimentos e de toda a equipe que o cerca.

5.1.3. Atinge a expectativa da área em que atua.

Avalie se o servidor atinge as expectativas da área em que atua.

- a. () O servidor atinge totalmente as expectativas da área.
 b. () O servidor ocasionalmente atinge as expectativas da área.
 c. () Na maioria das vezes atinge as expectativas da área.
 d. () O servidor atinge muito pouco as expectativas da área.
 e. () O servidor tem desempenho excelente, inclusive superando as expectativas esperadas.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO

ANEXO IX

Art. 27, Inciso IX

PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA QUESITO DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

1. Idoneidade Moral	A	B	C	D	E
1.1. Ética Profissional					
1.1.1. Guarda sigilo quanto as informações da instituição.	3	4	2	1	5
1.1.2. Observância da hierarquia.	3	2	4	5	1
1.2. Relacionamento Interpessoal					
1.2.1. Ambiente de trabalho.	4	2	3	1	5
1.2.2. Relacionamento com a comunidade escolar.	3	5	2	4	1
1.3. Zelo por Equipamentos e Materiais					
1.3.1. Materiais de trabalho.	2	4	1	3	5
1.3.2. Patrimônio público.	4	5	3	2	1
1.4. Postura Profissional					
1.4.1. Receptividade às críticas.	5	3	1	2	4
1.4.2. Capacidade de decidir e inovar.	2	4	3	5	1
1.4.3. Superação de dificuldades.	5	3	2	4	1

2. Assiduidade	A	B	C	D	E
2.1. Presença ao Trabalho e Pontualidade					
2.1.1. Frequência no local de trabalho.	5	4	3	1	2
2.1.2. Permanência no local de trabalho.	5	3	4	2	1
2.1.3. Observância de horário e comparecimentos.	5	2	4	1	3

3. Disciplina	A	B	C	D	E
3.1. Comprometimento, Interesse e Iniciativa					
3.1.1. Zelo e dedicação às suas atribuições.	5	3	2	4	1
3.1.2. Responsabilidade com o trabalho.	5	4	3	2	1

4. Eficiência e Produtividade	A	B	C	D	E
4.1. Qualidade no Trabalho e Conhecimento					
4.1.1. Qualidade dos trabalhos realizados.	5	1	4	2	3
4.1.2. Conhecimento na área.	5	4	3	2	1

5. Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional	A	B	C	D	E
5.1. Colaboração, Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional					
5.1.1. Colaboração com colegas de trabalho.	2	3	4	1	5
5.1.2. Aperfeiçoamento e atualização.	2	4	3	1	5
5.1.3. Atinge a expectativa da área em que atua.	4	2	3	1	5
ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO					

Lei Complementar Nº. 119, de 19 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº. 119, De 19 de dezembro de 2011
DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes para a implantação do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério de Ascurra, integrado por cargos efetivos classificados na forma desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - O Plano de Carreira e Remuneração de que trata o "caput" deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho dos profissionais de educação.

Art. 2º. Integram a carreira do Magistério, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

TÍTULO II**DOS CONCEITOS**

Art. 3º. Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se:

I - PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos dos cargos, vencimento, remuneração e desenvolvimento na carreira dos profissionais do magistério;

II - CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional do servidor na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo;

III - CARGO: é a designação dada ao conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, caracterizando-se por ser criado por lei, possuir denominação própria, número certo, pagamento pelos cofres do Município e por ser regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ascurra;

IV - CATEGORIA FUNCIONAL - conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

V - PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO - conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do Magistério;

VI - PROFESSOR - membro do magistério que exerce atividade docente nas áreas de atuação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos e no ensino médio;

VII - ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - membros do Magistério que desempenham atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico;

VIII - VENCIMENTO - retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público com valor fixado em Lei;

IX - REMUNERAÇÃO - vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei;

X - GRUPO OCUPACIONAL - conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

XI - NÍVEL - graduação vertical ascendente, existente no Grupo Ocupacional Magistério;

XII - CLASSE - graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

XIII - PROGRESSO FUNCIONAL - deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo;

XIV - PROGRESSÃO: é o enriquecimento horizontal do cargo, medido através de tempo e títulos, significando o aperfeiçoamento das aptidões do servidor na função. Passa de uma referência salarial para outra sem mudar de classe vertical.

XV - PROMOÇÃO: é o enriquecimento vertical do cargo, medido através de outros títulos, e significa a assunção de responsabilidade de nível hierárquico de tarefas mais alto.

XVI - ENQUADRAMENTO - atribuições de novo cargo, grupo, nível e referências ao servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado;

XVII - QUADRO DE PESSOAL - conjunto de cargos de provimento efetivo dos profissionais do magistério.

TÍTULO III**DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA**

Art. 4º. O Plano de Carreira do Município de Ascurra será constituído de:

I - Quadro de Pessoal dos Profissionais do Magistério;

II - Tabelas de Unidades de Vencimento;

III - Enquadramento, e

IV - Progressão Funcional.

Parágrafo Único - Constituem ainda partes integrantes desta Lei os anexos:

TABELA DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO, com descrição, número de vagas, níveis e vencimentos;

QUADRO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, com quantidade, níveis e percentual do vencimento;

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AOS CARGOS EFETIVOS;

TABELA ÚNICA DE VENCIMENTOS;

TABELA DE REENQUADRAMENTO;

QUESTIONÁRIO DOS QUESITOS PARA A AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL.

PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA QUESITO DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO FUNCIONAL.

CAPÍTULO I**DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

Art. 5º. O Quadro de Pessoal de que trata este Plano de Carreira e Remuneração do Magistério é composto pelos cargos efetivos

de Professor e Orientador Pedagógico criados e providos com os respectivos quantitativos fixados no Anexo I, da presente Lei.

Art. 6º. Os cargos de provimento efetivo referentes ao Grupo Ocupacional Magistério, têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante do Anexo III.

CAPÍTULO II

DA TABELA DE UNIDADES DE VENCIMENTO

Art. 7º. A tabela de unidades de vencimento do Grupo Ocupacional Magistério será composta por níveis verticais e referências horizontais, conforme Anexo IV, parte integrante desta Lei.

§ 1º. Os níveis, em linha vertical, são designados pelos algarismos romanos MAG-I, MAG-II, MAG-III, MAG-I-A, MAG-II-A, MAG-III-A, MAG-I-B, MAG-II-B, MAG-III-B, MAG-I-C, MAG-II-C E MAG-III-C e destinam-se ao enquadramento dos cargos.

§ 2º. As referências, em linha horizontal, são designadas pelos algarismos arábicos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12, que constituem a faixa de progressão funcional dos servidores nos seus cargos.

§ 3º. As Progressões Horizontais (progressão por cursos de aperfeiçoamento) correspondem a um acréscimo de 2% (dois por cento), e as Promoções Verticais (Promoção por Nova Titulação ou Habilitação) correspondem a um acréscimo de 10% (dez por cento) do Magistério para a Graduação, 10% (dez por cento) da Graduação para a Pós-Graduação e de 10% (dez por cento) da Pós-Graduação para o Mestrado.

SEÇÃO I DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 8º. Ao profissional em educação designado para exercer o cargo de Diretor ou Secretário de Escola será concedida função gratificada, com percentuais especificados no Anexo II desta Lei.

Art. 9º. O servidor ocupante do cargo de professor (efetivo ou temporário) fará jus a gratificação de incentivo à regência de classe sobre o vencimento do cargo, considerando-se a carga horária de efetivo exercício do ensino fundamental (séries iniciais e finais) e educação infantil no percentual de 15% (quinze por cento).

Art. 10. As gratificações de que tratam os artigos 8º e 9º, respectivamente, serão suspensas quando o profissional em educação afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, exceto no caso de licenças para tratamento de saúde, gestação, paternidade, prêmio e férias.

Art. 11. Os valores das gratificações previstas por esta Lei não serão incorporadas ao valor do vencimento normalmente percebido pelo profissional em educação, bem como não servirão de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e de férias.

Art. 12. As funções gratificadas, privativas do membro do magistério ocupante de cargo permanente são regidas pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. O vencimento dos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional - Magistério é fixado em níveis e referências segundo os valores constantes do Anexo IV desta Lei Complementar.

TÍTULO IV DO INGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 14. A investidura na carreira do Magistério dar-se-á pôr concurso público de provas e títulos, após atendidos os pré-requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º - Comprovada a existência de vagas nas escolas e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concursos anteriores, deverá ser realizado concurso público para preenchimento das mesmas.

§ 2º - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 3º - O ingresso na carreira dar-se-á no padrão inicial de vencimento do nível I do cargo para o qual o servidor foi concursado e nomeado.

Art. 15. Os profissionais em educação serão lotados na Secretaria de Educação do Município.

Parágrafo Único: O concursado, ao ser empossado, terá direito a escolha de vaga, entre as disponíveis na Secretaria de Educação do Município, conforme a sua classificação em concurso público.

Art. 16. O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado durante o período de três (03) anos, ocorrerá entre a posse e a investidura permanente no cargo.

Parágrafo único. Durante o Estágio Probatório serão realizadas no mínimo 03 (três) avaliações, através da aplicação no todo ou em parte do questionário constante do Anexo VI, combinado com a pontuação estabelecida no Anexo VII.

CAPÍTULO I DO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 17. Os profissionais em educação, que detenham habilitação profissional nos termos desta Lei Complementar, serão enquadrados nos respectivos cargos, em nível e referência constantes do Anexo V, observando o vencimento atual.

CAPÍTULO II DO PROGRESSO FUNCIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 18. A progressão funcional do Grupo Ocupacional Magistério, ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório, nos níveis e referências contidas no seu cargo, da seguinte forma:

I - Pela progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;
II - Pela promoção por nova titulação ou habilitação;
III - Pela promoção por antiguidade (triênio)

SEÇÃO I DA PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Art. 19. O Servidor do Grupo Ocupacional Magistério fará jus a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar cem (100) horas/aula na área de atuação ou formação profissional, não sendo considerados títulos aqueles mencionados como requisitos para a ocupação do cargo.

§ 1º - A Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação do membro do Magistério acontecerá a cada 03 (três) anos.

§ 2º - A carga horária necessária para a primeira progressão prevista no caput deste artigo será computada a partir da data da publicação da presente lei.

§ 3º - Terão validade os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação

realizados na área de atuação do membro do Magistério, registrados no órgão competente e concluídos após a efetivação do servidor no Sistema Municipal de Ensino.

§ 4º. - A carga horária excedente da promoção anterior não poderá ser utilizada para novas promoções.

§ 5º. - A Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, corresponderá a um acréscimo de 2% (dois por cento) nos vencimentos do Servidor.

Art. 20. Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação ou por ela autorizados.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO

Art. 21. Os servidores do Grupo Ocupacional Magistério poderão progredir verticalmente na carreira mediante apresentação de nova habilitação na área de atuação e a devida comprovação de permanência na área de ensino, de pelo menos 03 (três) anos.

§ 1º. - Terão direito a promoção que se refere o caput deste artigo, todos os servidores do Magistério que preencherem os requisitos previstos.

§ 2º. - As promoções verticais (Promoção por Nova Titulação ou Habilitação) correspondem a um acréscimo de 10% (dez por cento) da Graduação para a Pós-Graduação e de 10% (dez por cento) da Pós-Graduação para o Mestrado.

Art. 22. A Promoção por Nova Titulação ou Habilitação ocorrerá no nível correspondente a nova habilitação e em referência imediatamente superior ao seu nível salarial.

§ 1º. A promoção de que trata este artigo será efetuada no mês de julho de cada ano, através de edital.

§ 2º. Os atuais servidores do Grupo Ocupacional Magistério que foram beneficiados pela Lei Complementar nº 033/2001, de 21/12/2001, que ingressaram no Município com nível de Magistério e já obtiveram acesso as duas promoções por nova titulação, não terão mais direito a nova promoção deste nível;

§ 3º. Os atuais servidores do Grupo Ocupacional Magistério que foram beneficiados pela Lei Complementar nº 033/2001, de 21/12/2001, que ingressaram no Município com nível de graduação e já obtiveram uma promoção por nova titulação, terão direito apenas a mais 01 (uma) Promoção por Titulação ou Habilitação.

Art. 23. As promoções de que trata o § 2º., do Artigo 21, dependerá da comprovação de curso correspondente, acompanhado de requerimento junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 24. O exercício da docência na carreira de Magistério exige como qualificação mínima:

I - ensino médio completo, na modalidade normal, para a docência na educação infantil e nas cinco primeiras séries do ensino fundamental;

II - ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitação especificada em área própria, para a docência nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Art. 25. Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares serão assegurados 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos de férias anuais, fazendo jus os demais integrantes

do Magistério a 30 (trinta) dias por ano.

Seção III DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 26. A Promoção por Antigüidade, denominada de "Triênio", corresponde a um adicional de 6%, (seis por cento), calculados sobre o vencimento base do cargo ocupado pelo servidor, nos mesmos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra.

§ 1.º - O acréscimo automático de que trata este artigo, dar-se-á a cada período de três anos de serviço prestado pelo servidor, contados da última promoção por esta modalidade ou, para os novos servidores, do início do exercício.

§ 2.º - As promoções já conquistadas permanecem na nova classe adquirida e o servidor transferido não sofrerá qualquer prejuízo para efeito desta progressão.

TÍTULO V JORNADA DE TRABALHO

Art. 27. A jornada de trabalho do professor do Quadro do Magistério Público Municipal será:

I – de 20 (vinte) e/ou 40 (quarenta) horas semanais, para os docentes que atuam nas turmas de educação infantil, anos/séries iniciais e finais do ensino fundamental.

II – de 20 (vinte) e/ou 40 (quarenta) horas para os professores de artes, educação física, língua estrangeira e música.

III – de 40 (quarenta) horas semanais, para o servidor que atua como orientador pedagógico.

Parágrafo Único - Os professores relacionados nos itens I e II deste artigo cumprirão integralmente a jornada semanal de trabalho, inclusive em mais de uma unidade educacional se necessário.

Art. 28. A jornada de trabalho incluirá um percentual de 20% (vinte por cento), considerada como horas-atividades, destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola que o profissional em educação estiver atuando.

Parágrafo único - As horas atividades farão parte do trabalho escolar, sendo realizadas dentro do recinto escolar e durante o período de aulas.

Art. 29. Os professores poderão exercer, temporariamente, suas atividades em jornada semanal de até 40 (quarenta) horas com aumento proporcional dos respectivos vencimentos.

Art. 30. A extensão da jornada de que trata o artigo anterior será permitida nas hipóteses de afastamentos do servidor efetivo do exercício do cargo no prazo máximo de 12 (doze) meses, para:

I – exercer cargo de provimento em comissão ou função de confiança no Município, suas autarquias e fundações públicas.

II – exercer a função de diretor de unidade educacional no Município;

III – cumprir mandato eletivo municipal, estadual ou federal;

IV – estar em gozo de licença prêmio;

V – para atender demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal;

VI – para provimento de vagas de professor, na execução do

convênio de municipalização da educação;
VII – para execução de convênio de cooperação entre o Município, Estado, União e/ou através de suas fundações e autarquias.

Parágrafo Único - A extensão de jornada poderá ser revogada, a qualquer momento, nas seguintes hipóteses:

- I – a pedido do servidor;
- II – devido ao retorno do servidor titular da vaga;
- III – desaprovação em avaliação de desempenho realizada pela chefia imediata;
- IV – mediante motivação em regular processo administrativo.

Art. 31. A extensão de jornada temporária será considerada, pela média, no cálculo da gratificação natalina e das férias e não se incorporará à remuneração do servidor para nenhum efeito.

Art. 32. A definição dos servidores com direito a extensão de jornada temporária será efetuada mediante processo seletivo, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, na forma e condições estabelecidas em lei.

TÍTULO VI DA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Art. 33. Fica autorizada a contratação de docentes em caráter temporário, para atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público:

I – substituição de servidor em férias, licenciado ou designado para exercer outra função, tanto do quadro do Município como também de outros órgãos públicos, colocado à serviço do Município;

II – preenchimento de cargo inicial de carreira, desde que as vagas não tenham sido preenchidas através de Concurso público;

III – para atender demanda de matrícula imprevista na rede Pública Municipal;

IV – para execução de convênios de cooperação entre o Município, Estado, União e/ou através de suas Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e de Economia Mista.

§ 1º - O prazo de contratação não será superior:

- I – Ao das férias, licença, ou designação, no caso do inciso I;
- II – A 11 (onze) meses, por ano letivo, no caso dos incisos II e III;
- III – Porquanto perdurar o convênio, no caso do inciso IV.

§ 2º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo de acordo com edital específico.

§ 3º - Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis de vencimentos constantes do Anexo IV desta Lei, para as mesmas atribuições.

§ 4º - As contratações por período determinado seguirão a Lei Municipal específica.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 34. A pedido do profissional em educação e sendo de interesse do Município, a carga horária poderá ser reduzida, com a conseqüente redução salarial na mesma proporção, mediante requerimento do interessado.

Art. 35. Cabe às Secretarias de Administração e da Educação, a

coordenação e implantação do presente Plano.

Art. 36. As progressões funcionais de que trata esta Lei Complementar somente ocorrerão após a comprovação de que não haverá comprometimento dos limites de gastos com pessoal na forma da Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 37. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar e os limites de pessoal fixados pela Lei Complementar nº. 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. Havendo a necessidade do pagamento de Vale Transporte este será regulamentado por Lei Específica.

Art. 39. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Complementar nº 033, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei Municipal nº. 721, de 10 de abril de 1996.

Município de Ascurra, em 19 de dezembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na forma regulamentar;
Município de Ascurra em, 19 de dezembro de 2011.

MARIA DE FATIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ACORDO COM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS, COM A DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS, VAGAS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

GRUPO OPERACIONAL - MAGISTÉRIO

CARGOS	SÍMBOLO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Professor I				
Professor I				
Professor II				
Professor II				
Orientador				
Pedagógico				
Professor de Artes				
Professor de Educação	PRF I	20	15	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo III, que é parte integrante desta Lei.
Física	PRF I	40	10	
Professor de Educação	PRF II	20	20	
Física	PRF II	40	10	
Professor de Física	ORP	40	01	
Professor de Língua Estrangeira	PRFA	20	02	
	PRFEF	20	07	
	PRFEF	40	02	
Professor de música	PRFLE	20	02	
	PRFM	20	02	

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL MAGISTÉRIO
FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG
GRUPO OPERACIONAL - MAGISTÉRIO

CATEGORIA	QUANTIDADE DE VAGAS	SIMBOLO	Valor da Função Gratificada
Diretor (a) Escolar	02	DIR	40% do Vencimento
Secretario (a) de Escola	02	SEC	20% do Vencimento

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		MAGISTÉRIO	SIGLA	PRF I
CARGO	PROFESSOR I			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-1 a MAG-III-12 ou MAG-I-A-1 a MAG-III-A-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais e 40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
Docência na educação infantil e ou anos iniciais de ensino fundamental, incluindo entre outras, as seguintes atribuições:				
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;				
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;				
Zelar pela aprendizagem dos alunos;				
Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;				
Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;				
Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;				
Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;				
Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem;				
Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extra-curriculares e de interesse do processo educacional do Município.				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Formação em Curso do Magistério, admitido também, como formação mínima e obtida em nível médio, na modalidade normal.				

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO					
GRUPO OCUPACIONAL		MAGISTÉRIO		SIGLA	PRF II
CARGO	PROFESSOR II				
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-B-1 a MAG-III-B-12 ou MAG-I-C-1 a MAG-III-C-12		
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais e 40 (quarenta) horas semanais			
ATIVIDADES ESPECÍFICAS					

Docência na educação infantil, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ou ensino médio, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;

Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;

Zelar pela aprendizagem dos alunos;

Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem

Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extra-curriculares e de interesse do processo educacional do Município.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Formação em curso superior de graduação, de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com complementação pedagógica, nos termos de legislação vigente.

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		MAGISTÉRIO	SIGLA	ORP
CARGO	ORIENTADOR PEDAGÓGICO			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-C-1 a MAG-III-C-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

Dar assistência às matérias que envolvam as seguintes áreas;
Assessorar o corpo docente das escolas municipais na organização e distribuição de matérias;
Seguir as diretrizes do ensino procedentes do órgão superior competente;
Contribuir no aprimoramento da qualidade de ensino;
Zelar pelo cumprimento do calendário de ensino;
Coordenar e auxiliar as atividades pedagógicas;
Disponibilizar informações e apoio às necessidades dos professores no planejamento curricular;
Executar outras atividades correlatas ou complementares inerentes a função ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
Orientar, acompanhar e coordenar, junto aos outros membros da equipe gestora, a elaboração, sistematização, implementação e avaliação da proposta pedagógica da unidade educacional a partir da política educacional da Sistema Municipal de Ensino;
Desenvolver estudos, propor, coordenar, implementar, controlar e avaliar medidas que visem a melhoria do processo educacional da Secretaria Municipal de Educação de acordo com indicadores e metas estabelecidas no âmbito do sistemas educacional.
Coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos planos de estudo e dos regimentos escolares; investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da educação e integrantes da comunidade; supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente; velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino;
assegurar o processo de avaliação de aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da comunidade escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação;
emitir parecer concernente à supervisão escolar; acompanhar estágios no campo da supervisão educacional; planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;
propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço; promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola;
assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica; executar outras atividades afins.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior de Pedagogia ou especialidade na modalidade de orientação, supervisão e gestão escolar.

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL	MAGISTÉRIO		SIGLA	PRFA
CARGO	PROFESSOR DE ARTES			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-B-1 a MAG-III-B-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;
participar da elaboração do projeto pedagógico, discutindo a proposta da escola, fixando metas, definindo objetivos, cronogramas e selecionando conteúdos;
selecionar materiais e informações necessárias para as aulas de educação artística;
interagir com a família e a comunidade;
participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;
participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;
participar de projetos de inclusão escolar;
participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;
realizar pesquisas na área de educação;
executar outras atribuições afins.
Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da Arte; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes.

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL	MAGISTÉRIO		SIGLA	PRFEF
CARGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-B-1 a MAG-III-B-12 ou MAG-I-C-1 a MAG-III-C-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais e 40 (quarenta) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;

estudar as necessidades e a capacidade física dos alunos, atentando para a compleição orgânica dos mesmos, aplicando exercícios de verificação do tônus respiratório e muscular ou examinando fichas médicas, para determinar um programa esportivo adequado;
elaborar o programa de atividades esportivas, baseando-se na comprovação de necessidades e capacidades e nos objetivos visados, para ordenar a execução dessas atividades;
instruir os alunos sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, fazendo demonstrações e acompanhando a execução dos mesmos pelos alunos, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios;
efetuar testes de avaliação física, cronometrando, após cada série de exercícios e jogos executados pelos alunos, os problemas surgidos, as soluções encontradas e outros dados importantes, para permitir o controle dessas atividades e avaliação de seus resultados;
interagir com a família e a comunidade;
participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;
participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;
participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional;
participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;
realizar pesquisas na área de educação;
executar outras atribuições afins.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física.

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL	MAGISTÉRIO		SIGLA	PRFLE
CARGO	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-B-1 a MAG-III-B-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				

ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo proposta pedagógica da escola;
Zelar pela aprendizagem dos alunos;
Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem;
Atender às determinações dos superiores para auxílio em atividades extra-curriculares e de interesse do processo educacional do Município;
Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da língua estrangeira; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA

Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Inglês.

Anexo III – Artigo 4º.

QUADRO DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA E ATIVIDADES TÍPICAS INERENTES AO CARGO

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		MAGISTÉRIO	SIGLA	PRFM
CARGO	PROFESSOR DE MÚSICA			
NÍVEL	I	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	MAG-I-B-1 a MAG-III-B-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL		20 (vinte) horas semanais		
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
<p>ministrar aulas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e educação infantil;</p> <p>participar da elaboração do projeto pedagógico, discutindo a proposta da escola, fixando metas, definindo objetivos, cronogramas e selecionando conteúdos;</p> <p>selecionar materiais e informações necessárias para as aulas de música;</p> <p>interagir com a família e a comunidade;</p> <p>participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;</p> <p>participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos quando solicitado;</p> <p>participar de projetos de inclusão escolar;</p> <p>participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade do exercício da cidadania, ética, bem como frequência escolar das crianças do Município;</p> <p>realizar pesquisas dentro da área de atuação;</p> <p>executar outras atribuições afins.</p> <p>Planejar, executar o trabalho docente, levantar dados e interpretá-los; contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da Música; estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; trabalhar em equipe; executar atividades correlatas ao cargo.</p>				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				

Formação em Curso Superior em Artes, Licenciatura em Música.

ANEXO IV

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTO (PROFESSOR I) - CARGA HORÁRIA DE 20 (vinte) HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
MAG-I	720,00	734,40	749,09	764,07	779,35	794,94	810,84	827,05	843,59	860,47	877,68	895,23
MAG-II	792,00	807,84	824,00	840,48	857,29	874,43	891,92	909,76	927,95	946,51	965,44	984,75
MAG-III	871,20	888,62	906,40	924,52	943,01	961,88	981,11	1.000,73	1.020,75	1.041,16	1.061,99	1.083,23

ANEXO IV-A

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTO (PROFESSOR I) - CARGA HORÁRIA DE 40 (quarenta) HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
MAG-I-A	1.420,00	1.468,80	1.498,18	1.528,14	1.558,70	1.589,88	1.621,67	1.654,11	1.687,19	1.720,93	1.755,35	1.790,46
MAG-II-A	1.584,00	1.615,68	1.647,99	1.680,95	1.714,57	1.748,86	1.783,84	1.819,52	1.855,91	1.893,03	1.930,89	1.969,50
MAG-III-A	1.742,40	1.777,25	1.812,79	1.849,05	1.886,03	1.923,75	1.962,23	2.001,47	2.041,50	2.082,33	2.123,98	2.166,46

ANEXO IV-B

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTO PARA PROFESSOR II E PROFESSOR COM LICENCIATURA EM (ARTES, ARTES – MÚSICA, EDUCAÇÃO FÍSICA E LÍNGUA ESTRANGEIRA), CARGA HORÁRIA DE 20 (vinte) HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
MAG-I-B	792,00	807,84	824,00	840,48	857,29	874,43	891,92	909,76	927,95	946,51	965,44	984,75
MAG-II-B	871,20	888,62	906,40	924,52	943,01	961,88	981,11	1.000,73	1.020,75	1.041,16	1.061,99	1.083,23
MAG-III-B	958,32	977,49	997,04	1.016,98	1.037,32	1.058,06	1.079,22	1.100,81	1.122,82	1.145,28	1.168,19	1.191,55

ANEXO IV-C

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTO (PROFESSOR II, PROFESSOR COM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA e ORIENTADOR PEDAGÓGICO) CARGA HORÁRIA DE 40 (quarenta) HORAS SEMANAIS

NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
MAG-I-C	1.584,00	1.615,68	1.647,99	1.680,95	1.714,57	1.748,86	1.783,84	1.819,52	1.855,91	1.893,03	1.930,89	1.969,50
MAG-II-C	1.742,40	1.777,25	1.812,79	1.849,05	1.886,03	1.923,75	1.962,23	2.001,47	2.041,50	2.082,33	2.123,98	2.166,46
MAG-III-C	1.916,64	1.954,97	1.994,07	2.033,95	2.074,63	2.116,13	2.158,45	2.201,62	2.245,65	2.290,56	2.336,37	2.383,10

ANEXO V

TABELA DE REENQUADRAMENTO

NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR	CARGO	NÍVEL	VALOR
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS					
Adriana D. Merini Mengarda	Professor II	1.627,62	Professor I	MAG – III-A – 1	1.742,40
Alvaro Paulino Possamai	Professor V	864,18	Professor Educação Física	MAG – II-B – 2	888,62
Daniela Hasse Dallabona	Professor III	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Daniel Noriller	Professor III	794,77	Professor Educação Física	MAG – I-B – 2	807,84

Fabia Chiste Volkman	Professor III	864,18	Professor de Artes	MAG – I-B – 6	874,63
Graciele Alessandra Stolmeier	Professor III	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Hilda Dag-noni	Professor III	794,77	Professor Inglês	MAG – I-B – 2	807,84
Janice Antonia A. Furlani	Professor II	1.627,62	Professor I	MAG – III-A – 1	1.742,40
Jilmar Humberto Chiarelli	Professor VI	1.627,62	Professor Educação Física	MAG – II-C – 1	1.742,40
Luciane Moser	Professor I	679,13	Professor I	MAG – I – 2	734,40
Belmira Bassani Beninca	Professor II	1.627,62	Professor I	MAG – III-A – 1	1.742,40
Catia Vanil-de Darolt	Professor III	864,18	Professor II	MAG – II-B – 1	871,20

Fabio Tomio	Professor III	864,18	Professor Educação Física	MAG – II-B – 1	871,20
Gisele Razini	Professor V	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Ilda Tambo-si Vicente	Professor III	794,77	Professor II	MAG – II-B – 1	871,20
Ivonete Valle da Silva Possamai	Professor III	794,77	Professor II	MAG – II-B – 1	871,20
Laudete M. Possamai Massane	Professor II	1.627,62	Professor I	MAG – III-A – 1	1.742,40
Maraise Poffo	Professor II	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Marilete Pisa Poffo	Professor V	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Micheli Silvani Fava	Professor III	794,77	Professor II	MAG – II-B – 1	871,20
Micheli Silvani Fava	Professor III	794,77	Professor II	MAG – II-B – 1	871,20
Rita Graceli Pegoretti	Professor IV	1.438,83	Professor I	MAG – III-A – 1	1.742,40
Rosi Lucia Agostini Gadotti	Professor V	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Sandra Magali Leintempergher	Professor V	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20
Sandra Maria Pasqualini Vansui	Professor V	864,18	Professor I	MAG – III – 1	871,20

ANEXO VI QUESTIONÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Nome do Servidor:	
Departamento de Lotação:	
Cargo que Ocupa:	
Data de Admissão:	
Identificação da Avaliação:	
Tipo da Avaliação:	

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.
No período de avaliação o(a) servidor(a) não apresentou faltas injustificadas.
No período de avaliação o(a) servidor(a) não recebeu nenhuma advertência.
No período de avaliação o(a) servidor(a) esteve designado dias para ocupar cargo em comissão.
No período de avaliação o(a) servidor(a) não sofreu nenhuma suspensão.

1. Idoneidade Moral

1.1. Ética Profissional

1.1.1. Guarda sigilo quanto as informações da instituição.

Avalie o comportamento do servidor com relação às informações confidenciais do seu trabalho, que lhe são repassadas pela chefia imediata ou que tem acesso em decorrência da função.

a. () O servidor geralmente guarda sigilo sobre as informações confidenciais de seu trabalho.

b. () O servidor sempre mantém em sigilo as informações do seu trabalho.

c. () O servidor já vazou informações confidenciais, não merecendo, portanto, confiança de superiores e colegas.

d. () Pela forma como o servidor costuma agir não é conveniente repassar-lhe informações sigilosas e confidenciais do local de trabalho.

e. () O Servidor tem sido impecável na manutenção de sigilo e confidências que lhe são confiadas, merecendo confiança total dos superiores e servindo de exemplo aos demais colegas do trabalho.

1.1.2. Observância da hierarquia.

Avalie o grau em que o servidor observa, e cumpre a hierarquia funcional dentro do ambiente de trabalho:

a. () O servidor raramente observa e cumpre a hierarquia funcional.

b. () O servidor não observa, nem cumpre seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições

c. () O servidor observa a hierarquia funcional, porém as vezes atropela e não cumpre a delegação de competência que lhe é atribuída.

d. () O Servidor sempre cumpre com responsabilidade a hierarquia funcional.

e. () O Servidor além de não observar a hierarquia costuma promover a discórdia entre a chefia e os subordinados.

1.2. Relacionamento Interpessoal

1.2.1. Ambiente de trabalho.

Avalie a forma com que o Servidor costuma agir e procura manter um bom clima de trabalho:

a. () O servidor age mantendo um bom clima de trabalho.

b. () O servidor não se envolve com o seu grupo de trabalho.

c. () O servidor mantém uma certa distância de seus colegas, mas respeita as diferenças individuais e coletivas.

d. () O servidor não se integra ao grupo de trabalho e nem sempre os trata com respeito e dignidade.

e. () O Servidor mantém sempre um bom clima de trabalho e age procurando elevar a moral e de seus colegas e demais servidores.

1.2.2. Relacionamento com a comunidade escolar.

Avalie a maneira como o Servidor se relaciona no ambiente escolar (corpo técnico, administrativo, pedagógico, professores, pais e alunos)

a. () O servidor demonstra educação porém, às vezes tem um temperamento explosivo.

b. () O servidor demonstra ser uma pessoa educada e paciente, chegando muitas vezes a surpreender na forma positiva com que trata as pessoas.

c. () O servidor tem temperamento explosivo, demonstrando ser impaciente com as pessoas com quem convive.

d. () O servidor trata a todos com educação, mostrando ser ponderado com as pessoas.

e. () O servidor é demasiadamente anti-social, criando constantemente atritos e desavenças no ambiente de trabalho.

1.3. Zelo por Equipamentos e Materiais

1.3.1. Materiais de trabalho.

Avalie o grau de interesse e preocupação que o servidor apresenta pela guarda, zelo e economia dos materiais de trabalho:

a. () O servidor não é zeloso nem econômico com seus materiais.

b. () O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho.

c. () O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais da escola, incorrendo no desvio dos mesmos.

d. () O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos.

e. () O servidor além de responsável, zeloso e econômico, procura difundir entre os demais colegas a importância e necessidade da questão.

1.3.2. Patrimônio público.

Avalie o em que nível o servidor contribui para a conservação do patrimônio público

a. () O servidor utiliza o bem público de maneira adequada.

b. () O servidor demonstra interesse com o patrimônio público, utilizando-o de forma adequada, preocupando-se com sua manutenção e conservação.

c. () O servidor se utiliza do patrimônio público, sem no entanto se importar com sua conservação.

d. () O servidor utiliza-se de forma inadequada dos bens públicos, demonstrando ser desnecessário zelar pela sua conservação.

e. () O servidor é totalmente desleixado e irresponsável no trato e uso dos bens públicos, constantemente causando danos aos mesmos.

1.4. Postura Profissional

1.4.1. Receptividade às críticas.

Avalie o nível de receptividade do servidor a críticas que lhe são dirigidas:

- a. () O servidor é receptivo a críticas, discute-as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao seu local de trabalho.
- b. () O servidor ouve as críticas, porém não as utiliza para progredir profissionalmente.
- c. () O servidor não gosta de ser criticado e revolta-se quando isso ocorre.
- d. () O servidor mostra-se indiferente às críticas que lhe são dirigidas.
- e. () O servidor quando recebe críticas analisa-as e adota aquelas que julga convenientes.

1.4.2. Capacidade de decidir e inovar.

Avalie a capacidade que o Servidor possui para decidir e inovar diante de novas situações:

- a. () Não apresenta idéias e nem procura tomar a frente diante de novas situações.
- b. () Demonstra potencial para inovar e decidir, pondo em prática ocasionalmente.
- c. () Demonstra potencial para inovar e decidir mas não pratica.
- d. () Normalmente está a frente de novas situações, tomando decisões e resolvendo problemas.
- e. () Além de não apresentar idéias e criatividade, atrapalha os colegas que tomam a frente nas inovações e decisões importantes.

1.4.3. Superação de dificuldades.

Avalie o grau em que o Servidor supera as dificuldades e carências profissionais:

- a. () O servidor tem facilidade e sempre supera as dificuldades que surgem no trabalho.
- b. () Ocasionalmente o servidor consegue superar as dificuldades.
- c. () Raramente o servidor consegue superar as dificuldades no trabalho.
- d. () Normalmente o servidor supera as carências profissionais e dificuldades que surgem no trabalho.
- e. () O Servidor tem muita dificuldade de superação e dificilmente consegue superar as carências profissionais.

2. Assiduidade

2.1. Presença ao Trabalho e Pontualidade

2.1.1. Frequência no local de trabalho.

Avalie o grau de frequência com que o servidor se faz presente ao local do trabalho:

- a. () O servidor não faltou ao trabalho até o presente momento.
- b. () O servidor raramente falta ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.
- c. () O servidor raramente falta ao trabalho, porém não costuma apresentar justificativa.
- d. () O servidor além de faltar com muita frequência ao trabalho, nunca apresenta justificativa.

e. () O servidor falta com muita frequência ao trabalho, porém sempre apresenta justificativa.

2.1.2. Permanência no local de trabalho.

Avalie o grau de permanência do servidor em seu local de trabalho:

- a. () Não se ausenta do local de trabalho.
- b. () Raramente ausenta-se, porém não justifica.
- c. () Raramente ausenta-se, porém justifica.
- d. () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, com justificativa.
- e. () Ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa.

2.1.3. Observância de horário e comparecimentos.

Avalie a capacidade do servidor de cumprir horários ou compromissos rotineiros de seu trabalho:

- a. () O servidor não se atrasa demonstrando sempre bastante pontualidade.
- b. () Eventualmente se atrasa na chegada ao trabalho ou a algum compromisso.
- c. () Raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou algum compromisso.
- d. () Quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromisso.
- e. () Eventualmente se atrasa ao trabalho ou a compromisso, por motivo alheio a sua vontade.

3. Disciplina

3.1. Comprometimento, Interesse e Iniciativa

3.1.1. Zelo e dedicação às suas atribuições.

Avalie em que nível o servidor exerce com zelo e dedicação as suas atribuições:

- a. () O servidor sempre, com muita frequência, exerce com zelo e dedicação as suas atribuições.
- b. () O servidor esporadicamente exerce com zelo as suas atribuições.
- c. () O servidor raramente exerce com dedicação e zelo as suas atribuições.
- d. () O servidor quase sempre exerce as suas atribuições com zelo e dedicação,
- e. () O servidor dificilmente tem desenvolvido as suas atribuições com zelo e dedicação.

3.1.2. Responsabilidade com o trabalho.

Avaliei o grau em que o Servidor atende aos prazos previstos e o nível de supervisão necessário.

- a. () O servidor realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização.
- b. () O servidor merece confiança e raramente necessita de fiscalização.
- c. () O servidor costuma precisar ser alertado quando ao cumprimento de suas tarefas.
- d. () É impossível depender de seus serviços, e necessita de constante vigilância.
- e. () Em hipótese alguma se pode confiar e depender de seus serviços, pois é muito irresponsável.

4. Eficiência e Produtividade

4.1. Qualidade no Trabalho e Conhecimento

4.1.1. Qualidade dos trabalhos realizados.

Avalie a exatidão, apresentação, ordem e o cuidado com que o servidor realiza este trabalho.

- a. () Os documentos demonstram clareza, objetividade, denotando cuidado no seu feito e manuseio.
- b. () Os documentos contém erros e o trabalho denota falta de cuidado, de clareza e objetividade, além de atraso.
- c. () Os documentos geralmente satisfazem a solicitação.
- d. () Não entrega os documentos na data prevista.

e. () Os documentos tem objetividade mas não demonstram muita clareza.

4.1.2. Conhecimento na área.

Avalie o conhecimento e domínio que o servidor possui sobre o trabalho realizado.

a. () Domina totalmente os conhecimentos e desempenha bem sua função.

b. () Satisfaz as exigências do cargo.

c. () Possui conhecimento na área, mas precisa melhorar.

d. () Possui conhecimento insuficiente e/ou ultrapassado.

e. () O servidor ao possui nenhum conhecimento e a falta de domínio põe em risco o desempenho e rendimento da função.

5. Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional

5.1. Colaboração, Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional

5.1.1. Colaboração com colegas de trabalho.

Avalie a disponibilidade que o servidor possui em colaborar com a equipe de trabalho na escola.

a. () Regularmente mostra boa vontade em colaborar com o grupo de trabalho.

b. () Colabora com o grupo de trabalho quando solicitado.

c. () É prestativo, colaborando com a equipe de trabalho.

d. () Não mostra disponibilidade em colaborar com o grupo de trabalho.

e. () Sempre está disponível, tem grande preocupação em colaborar e ver o progresso de toda a equipe de trabalho.

5.1.2. Aperfeiçoamento e atualização.

Avalie se o servidor aprimora e/ou atualiza seus conhecimentos considerando as oportunidades oferecidas pela Instituição.

a. () Atualização do conhecimento raramente é procurada pelo servidor.

b. () Procura manter-se atualizado, aprimorando seus conhecimentos.

c. () Eventualmente procura atualizar-se, apenas para manter seus conhecimentos.

d. () O servidor não demonstra interesse em atualizar-se.

e. () O servidor é muito preocupado e está sempre atento as oportunidades para aprimorar seus conhecimentos e de toda a equipe que o cerca.

5.1.3. Atinge a expectativa da área em que atua.

Avalie se o servidor atinge as expectativas da área em que atua.

a. () O servidor atinge totalmente as expectativas da área.

b. () O servidor ocasionalmente atinge as expectativas da área.

c. () Na maioria das vezes atinge as expectativas da área.

d. () O servidor atinge muito pouco as expectativas da área.

e. () O servidor tem desempenho excelente, inclusive superando as expectativas esperadas.

ANEXO VII

PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA A CADA QUESITO AVALIADO DE ACORDO COM A OPÇÃO ESCOLHIDA PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

1. Idoneidade Moral	A	B	C	D	E
1.1. Ética Profissional					
1.1.1. Guarda sigilo quanto as informações da instituição.	3	4	2	1	5
1.1.2. Observância da hierarquia.	3	2	4	5	1

1.2. Relacionamento Interpessoal

1.2.1. Ambiente de trabalho.	4	2	3	1	5
------------------------------	---	---	---	---	---

1.2.2. Relacionamento com a comunidade escolar.	3	5	2	4	1
---	---	---	---	---	---

1.3. Zelo por Equipamentos e Materiais

1.3.1. Materiais de trabalho.	2	4	1	3	5
-------------------------------	---	---	---	---	---

1.3.2. Patrimônio público.	4	5	3	2	1
----------------------------	---	---	---	---	---

1.4. Postura Profissional

1.4.1. Receptividade às críticas.	5	3	1	2	4
-----------------------------------	---	---	---	---	---

1.4.2. Capacidade de decidir e inovar.	2	4	3	5	1
--	---	---	---	---	---

1.4.3. Superação de dificuldades.	5	3	2	4	1
-----------------------------------	---	---	---	---	---

2. Assiduidade	A	B	C	D	E
----------------	---	---	---	---	---

2.1. Presença ao Trabalho e Pontualidade

2.1.1. Frequência no local de trabalho.	5	4	3	1	2
---	---	---	---	---	---

2.1.2. Permanência no local de trabalho.	5	3	4	2	1
--	---	---	---	---	---

2.1.3. Observância de horário e comparecimentos.	5	2	4	1	3
--	---	---	---	---	---

3. Disciplina	A	B	C	D	E
---------------	---	---	---	---	---

3.1. Comprometimento, Interesse e Iniciativa

3.1.1. Zelo e dedicação às suas atribuições.	5	3	2	4	1
--	---	---	---	---	---

3.1.2. Responsabilidade com o trabalho.	5	4	3	2	1
---	---	---	---	---	---

4. Eficiência e Produtividade	A	B	C	D	E
-------------------------------	---	---	---	---	---

4.1. Qualidade no Trabalho e Conhecimento

4.1.1. Qualidade dos trabalhos realizados.	5	1	4	2	3
--	---	---	---	---	---

4.1.2. Conhecimento na área.	5	4	3	2	1
5. Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional	A	B	C	D	E
5.1. Colaboração, Aperfeiçoamento e Expectativa Profissional					
5.1.1. Colaboração com colegas de trabalho.	2	3	4	1	5
5.1.2. Aperfeiçoamento e atualização.	2	4	3	1	5
5.1.3. Atinge a expectativa da área em que atua.	4	2	3	1	5
ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO					

Decreto Nº 2284 de 19 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 2284 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Declara de Utilidade Pública e Autoriza a Desapropriação de Área Destinada ao Alargamento da Rua Dante Zonta, antiga PM 65.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica deste Município, combinados com os arts. 5º, letra "i" e 6º do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e também:

CONSIDERANDO, que a Rua Dante Zonta situada no Bairro Estação, encontra-se implantada e ao longo da mesma existem várias famílias residindo e há considerável tráfego de veículos e pedestres;

CONSIDERANDO, que dita via pública, no trecho existente em frente ao terreno matriculado sob nº 3.867 do Registro de Imóveis de Ascurra, atualmente pertencente à Julieta Ines Depiné Chiarelli, Sandro Pisa e esposa, possuía apenas 04,00 metros de largura, o que prejudica o trânsito e a segurança das pessoas que por ali transitam;

CONSIDERANDO, que dita situação necessita ser regularizada, pois prejudica a comunidade servida por aquela via e todos os municípios que necessitem por ela transitar;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriada, por via administrativa ou judicial, a área a seguir descrita e caracterizada, destinadas ao alargamento da Rua Dante Zonta, a saber:

I - Área 01: parte do imóvel matriculado sob nº 3.867 do Ofício do Registro de Imóveis de Ascurra/SC., destinada ao alargamento da Rua Dante Zonta, antiga PM 65, localizada no lado par da Rua Vereador José Moser, Bairro Estação, nesta cidade de Ascurra, de propriedade de Julieta Ines Depiné Chiarelli, Sandro Pisa e esposa, com 1.031,62m² de área e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: 244,77 metros no lado par da Rua Dante Zonta;

FUNDOS: 243,50 metros em terras de Julieta Inês Depiné Chiarelli e Sandro Pisa e esposa; LADO DIREITO: 04,93 metros no lado par da Rua Dante Zonta; LADO ESQUERDO: 04,33 metros no lado par da Rua Vereador José Moser;

Art. 2º A individualização da área ora declarada de utilidade pública, está representada na planta constante do Anexo I, e, a matrícula nº 3.867 do Ofício de Registro de Imóveis da cidade de Ascurra consta do Anexo II, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementada, se necessário.

Art. 4º O expropriante poderá invocar caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para o fim do disposto no art. 15, §§ 1º e 2º, do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1.941.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, em 19 de Setembro de 2011

MOACIR POLIDORO

Prefeito do Município de Ascurra

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 19 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

ANEXO I

ANEXO II

Decreto Nº 2288, de 19 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 2288, de 19 de setembro de 2011.

Autoriza a anulação e suplementação orçamentária.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207/2010 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$11.100,00 (onze mil e cem Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na seguinte Dotação:

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URBANOS
15.452.0030.2061 MANUT. MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
40000000000000 Despesas de Capital
44000000000000 Investimento
44900000000000 Aplicações Diretas
011700-Vínculo Contribuição para o Cosip 11.100,00
TOTAL 11.100,00

Art. 2º. - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação da Seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Municipal:

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URBANOS
15.452.0030.2061 MANUT. MELHORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
30000000000000 Despesas Correntes
33000000000000 Outras Despesas Correntes
33900000000000 Aplicações Diretas
011700-Vínculo Contribuição para o Cosip 11.100,00
TOTAL 11.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 19 de setembro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 19 de setembro de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2285 de 19 de setembro de 2011.

DECRETO Nº. 2285 de 19 de setembro de 2011.
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0070.2024 Manutenção Fundo Municipal de Saúde
30000000000000 Despesas Correntes
33000000000000 Outras Despesas Correntes
33900000000000 Aplicações Diretas
010200 - Vínculo Rec. de Impostos e de Transf.Imp.Saúde
80.000,00
TOTAL 80.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 19 de setembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 19 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2286 de 19 de setembro de 2011.

DECRETO Nº. 2286 de 19 de setembro de 2011.
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
08.244.0080.2019 Manutenção Geral da Assist. Social
30000000000000 Despesas Correntes
33000000000000 Outras Despesas Correntes
33900000000000 Aplicações Diretas
010000 - Vínculo Recursos Ordinários 15.000,00
TOTAL 15.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 19 de setembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 19 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2287 de 19 de setembro de 2011.

DECRETO Nº. 2287 de 19 de setembro de 2011.
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

07.001 SECRET. TRANSP. SERV. URBANOS
15.452.0030.2016 Manutenção Depart. De Obras e Est. De Rod.
30000000000000 Despesas Correntes
33000000000000 Outras Despesas Correntes
33900000000000 Aplicações Diretas
010000 - Vínculo Recursos Ordinários 80.000,00
TOTAL 80.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 19 de setembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 19 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2289, de 20 de setembro de 2011.

DECRETO Nº. 2289, de 20 de setembro de 2011.
Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207/2010 de 16/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0070.2018 Manut. do Fundo Municipal
40000000000000 Despesa de Capital
44000000000000 Investimentos
44900000000000 Aplicações Diretas
32355 Vínculo - Trans. De Convênios do Estado Saúde
38.401,98
TOTAL 38.401,98

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de setembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 20 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2290 de 21 de setembro de 2011.

DECRETO Nº. 2290 de 21 de setembro de 2011.
Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0070.2025 Manutenção Saúde Recurso SUS
3000000000000000 Despesas Correntes
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais
3190000000000000 Aplicações Diretas
017100 - Vinculo Outros Recursos do Fundo Municipal de Saúde
25.000,00
TOTAL 25.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 21 de setembro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 21 de setembro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 068/2011

Decreto nº 068/2011 07.12. 2011.
Prorroga o Decreto nº 038/2011, de 12 de setembro de 2011, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurrada.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 52, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de setembro de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou e os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 038/2011, de 12 de setembro de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Braço do Trombudo - SC, 07 de dezembro de 2011.
NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal em Exercício

Ata de Registro Preço 04/2011 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aparelho CD c/MP3 portátil 3,5 W, 220 V. (1906)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	BRITÂNIA	0	279,0000	1
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Lenox	0	280,7700	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Philps	0	285,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nks	0	286,0000	4
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	LENOXX	0	286,5000	5
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	PHILLIPS	0	286,5000	6
2	Aparelho DVD c/karaokê s/microfone, 220v. (1907)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	CCE	0	145,5000	1
			TODT COMERCIAL ME (6595)	CCE	0	146,0200	2
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	BRITANIA	0	149,0000	3
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	MONDIAL	0	149,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	britania	0	149,0000	5
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Britania	0	149,0000	6
3	Aquecedor a óleo 1500 w, display digital, 7 elementos de calefação, , 3 níveis de potência, controle digital da temperatura, função timer em até 16 h, sistema de segurança com desligamento automático, alça e base com rodas, tensão/voltagem de 220 v, controle de tempetarura, pés com rodízios. (1901)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	PHILCO	0	257,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	midea	0	264,0000	2
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	VENTISOL	0	264,0000	3
4	Ar condicionado 7.500 btus reverso c/controle, 220 v, tipo janela, ciclo quente e frio, termostato, ventilação, desumidificação, timer, sleep, selo procel A, vazão de 420m³/h, de cor branco, voltagem 220 v. (1904)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	Springer	0	1.230,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	SPRINGER	0	1.232,0000	2
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	CONSUL	0	1.239,0000	3
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	CONSUL	0	1.250,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ELETROLUX	0	1.250,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	springer	0	1.250,0000	6
5	Arquivo de aço 03 gavetas para pasta suspensa e 02 gavetas duplas para fichas 5x8 confeccionada em cha e aço, altura 1,30, largura 0,50 e profundidade de 0,68. (2533)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	GGL	0	548,5000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	RCH	0	549,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Lunasa	0	560,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	LUNASA	0	561,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pank	0	561,0000	5
6	Arquivo de aço com 03 gavetas, para pasta suspensa, confeccionada em chapa de aço, altura 1,00 m, largura 0,470 e profundidade de 0,60m. (1908)	UND	NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	RCH	0	279,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	LUNASA	0	279,5000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Lunasa	0	281,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pank	0	282,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Arquivo de aço com 04 gavetas, para pasta suspensa, confeccionada em chapa de aço, altura 1,00 m, largura 0,470 e profundidade de 0,60m. (2609)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	GGI	0	305,5000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	RCH	0	306,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Lunasa	0	314,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pank	0	315,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	LUNASA	0	315,0000	5
8	Cadeira longarina de 2 lugares em polipropileno sólido, na cor azul, estrutura cromada, com altura total de 81,5cm e profundidade total de 52,5cm (1776)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	Frisokar	0	330,2600	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pethiflex	0	336,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martiflex	0	337,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	pethiflex	0	337,0000	4
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	MIC	0	337,0000	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MS ESTOFADOS	0	337,0000	6
9	Cadeira longarina de 3 lugares em polipropileno sólido, na cor azul, estrutura cromada, com altura total de 81,5cm e profundidade total de 52,5cm (1775)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	Frisokar	0	439,0400	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pethiflex	0	447,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MS ESTOFADOS	0	448,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	pethiflex	0	448,0000	4
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	MIC	0	448,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martiflex	0	448,0000	6
10	Cadeira longarina de 4 lugares em polipropileno sólido, na cor azul, estrutura cromada, com altura total de 81,5cm e profundidade total de 52,5cm (1774)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	Frisokar	0	583,1000	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pethiflex	0	595,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MS ESTOFADOS	0	595,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martiflex	0	595,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	pethiflex	0	595,0000	5
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	MIC	0	595,0000	6
11	Cadeira tipo secretária, em couro, estrutura metálica fixa 4 pés, na cor preta, largura total de 43 cm, altura total de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. (1768)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	Staufflex	0	69,5000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	MIC	0	70,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pethiflex	0	72,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	PETHIFLEX	0	72,0000	4
12	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatômicamente com densidade de 45 a 50 kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem Sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamento em polipropileno injetado de alta resistência com alma de aço, rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104cm e profundidade total de 59 cm. (1767)	UND	NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	MIC	0	386,6000	1
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Staufflex	0	387,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Camera Digital resolução de 14.1 mp; zoom óptico 4x; zoom digital 8x; memória interna 28mb; display LCD: 2.7"; gravação de vídeo com áudio; redução de olhos vermelhos; modos de cena: 10 modos: equilíbrio de branco automático, luz do dia, nublado, fluorescente 1/2/3, incandescente, flash, equilíbrio de branco subaquático 1/2, automático; tipo de foco: automático; macro; conexões: usb; a/v; formatos de arquivo de imagem: jpeg; tempo entre os disparos: 2,9 segundos; velocidade de obturador: iauto (1/8" - 1/1600) / program auto(1" - 1/1600); mega burst; formatos dos arquivos de vídeo: avi; modo alta sensibilidade (iso): 80; 100; 200; 400; 800; 1600; 3200; auto iso; armazenamento e energia: alimentação lithium-ion; modo de cor colorido; distância mínima de foco: 4.7 - 18.8 mm; sensor de imagem: super had ccd tipo 1/2.3 (7.76mm); cor preto; lente: carl zeiss vario-tessar; cartões de memória compatíveis: memory stick card; estabilizador de imagem; face detection; impressão direta/ picbridge (via cartão); smile shutter; super steady shot; timer: desligado / 10 segundos / 2 segundos; funções específicas: impressão de data e hora; peso: 101 gramas dimensões (lxaxp): 9,3 x 5,2 x 1,7 cm; leitura de cartão até 32gb; conteúdo da embalagem: câmera, bateria recarregável, cartão de memória 4gb, carregador, cabo av, cabo usb, cabo de alimentação, cordão de mão, cd-rom de instalação, manual do usuário, capa protetora. (2528)	UND	SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pethiflex	0	394,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	PETHIFLEX	0	395,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JS	0	395,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sony	0	562,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	SONY	0	562,5000	2
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Sony	0	563,6900	3
14	Carro funcional para limpeza, três prateleiras, feito em polipropileno resistente, lixeira com retirada frontal do lixo, acompanha carro, placa piso molhado, esfregão, conjunto mop pó 60, pá de lixo, cantos arredondados para evitar acidentes, display para fixação do programa de limpeza, haste fixadora do saco de lixo. (1900)	UND	NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	HP	0	572,5000	4
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	MIRAGE	0	575,0000	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SONY	0	575,2000	6
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	BRALIMPIA	0	1.942,0000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	TOMKI	0	1.944,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Plafi	0	1.950,0000	3
15	COMPUTADOR COM PROCESSADOR socket LGA 1156, 3.06 Ghz, NÚCLEO DUPLO, 4MB cache L3, 512kb cache L2, 2,5GT/s, 73W potência, 32nm. 2GB DE MEMÓRIA DDR3 1333MHz . PLACA MÃE SOCKET 1156 COM 4 SLOT DE MEMÓRIA SUPTANDO O Máximo de 16 GB, DDR3 1333/1066, Dual Channel. SLOTS DE EXPANÇÃO 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 2 x PCI, PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VÍDEO VGA: HDMI/DVI-D/RGB. REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 8 CANAIS DE ÁUDIO, 12 PORTAS USB 2.0/1.1 (6 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 6 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO). 6 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA ULTRA DMA 100/66, 1 x PORTA PS/2 PARA TECLADO, 1 x PORTA PS/2 PARA MOUSE, 1 x PORTA COM. HD SATA II 500GB 7200RPM. GRAVADORA DE DVD SATA. GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAIAS ENTRADA DE USB FRONTAL FONTE DE 450WATTS. MOUSE PS/2 OPTICO PRETO. TECLADO PS/2 PRETO. CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB (2606)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	plafi	0	1.960,0000	4
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	MOVITECH	0	1.960,0000	5
			YOX INFORMATICA-ANDERSON C. DE SOUZA INFORMATICA (6385)	YOX MONTADO	0	858,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Divisória tipo PP (H= 2,77) 51,82 M² em divisórias moduladas, composta de painéis de Eucaplac, fabricado com miolo "Honey Comb" (colmeia de alta gramatura) e revestimento em pintura ultravioleta na cor branco com rodapés e demais montantes em perfis h de aço tratado e pintado na cor branco. Desmonta/monta de divisória serviços de mão de obra para desmontagem e remontagem de 6,39m² em divisórias moduladas com aproveitamento de materiais existentes. Forro de isopor 1.243x0.618 - 40 mm, substituição de 04 placas de isopor. (2615)	01	SUPER-AR LTDA ME (6631)	Pauta	0	1.184,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pauta	0	1.185,0000	3
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	PAUTA	0	1.185,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	moser	0	6.850,0000	1
17	Forno microondas 31 lt, 220 v sem grill (1896)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ELECTROLUX	0	390,0000	1
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Eletrolux	0	390,5000	2
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Electrolux	0	397,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	eletrolux	0	400,0000	4
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	ELECTROLUX	0	400,0000	5
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	PHILCO	0	400,0000	6
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	ELECTROLUX	0	400,0000	7
18	IMPRESSORA JATO DE TINTA Velocidade de impressão preto (rascunho, A4): Até 16 ppm, Velocidade de impressão cor (rascunho, A4): Até 12 ppm, Velocidade de impressão preto (normal, carta): Até 5,5 ppm, Velocidade de impressão colorido (normal, carta): Até 4 ppm, Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 ppp, Qualidade de impressão cor (ótima): Até 4800 x 1200 dpi, Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 1000 páginas, Bandeja de entrada para 60 folhas, Bandeja de saída para 25 folhas, Capacidade máxima de entrada (envelopes): Até 5 envelopes, Tamanhos de mídia suportados: A4; B5; A5; A6; Envelope DL, Tipos de suportes suportados: Papel (brochura, jato de tinta, normal), fotográfico, envelopes, etiquetas, cartões (saudações), transparências, Conectividade padrão: 1 x USB 2.0, Consumo de energia: 10 watts no máximo; Garantia limitada de um ano para o hardware, Conteúdo da caixa: Impressora; Cartucho de tinta preta; Cartucho de tinta tricolor; CD do software; Guia de configuração; Fonte de alimentação; Cabo de alimentação e Bolsa reutilizável, Peso bruto: 3,2Kg, Dimensão: 12,20cm x 42,00cm x 21,10cm (Altura x Largura x Comprimento). (2608)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	HP	0	211,6800	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	hp	0	216,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	216,0000	3
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	HP	0	216,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL : IMPRESSORA/ COPIADORA/ SCANNER / FAX ; Funções: Imprimir, copiar, digitalizar, fax, Velocidade de impressão preto (normal, A4) Até 18 ppm, Velocidade de impressão preto (normal, carta); Até 19 ppm, Ciclo de trabalho (mensal, A4) Até 8000 páginas, Volume mensal de páginas recomendado 250 até 2000 Tecnologia de impressão; Laser, Qualidade de impressão preto (ótima) Até 600 x 600 dpi (1200 dpi efetivos), Bandeja de entrada para 150 folhas ,Bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, Capacidade máxima de entrada (envelopes) Até 10 envelopes, Tamanhos de mídia suportados A4; A5; ISO B5; ISO C5; ISO C5/6; ISO C6; ISO DL; 16K; Cartão-postal europeu; Cartão-postal J (Hagaki); Cartão-postal J duplo (Oufuku Hagaki), Tamanho personalizados das mídias 76 x 127 a 216 x 356 mm, Tipos de suportes suportados Papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, Velocidade do processador 400 MHz, Memória padrão 64 MB, Tipo de digitalização Base plana, alimentador automático de documentos, Resolução ótica de digitalização Até 1200 dpi, Profundidade de bits 24 bits, Tamanho da digitalização no scanner de mesa (máximo) 216 x 297 mm, Qualidade de digitalização preto (normal) Até 6 ppm, Especificações da copiadora Resolução de cópia (texto em preto) Até 600 x 400 dpi, Resolução de cópia (gráficos e texto em cores) Até 600 x 400 dpi, Dimensionamento da copiadora 25 até 400%, Máximo de cópias Até 99 cópias, Especificações de Fax Velocidade de transmissão de fax 33,6 kbps, Páginas A4 guardadas na memória Até 500 páginas, Resolução (preto e branco, melhor modo) Até 300 x 300 dpi, Marcação de números com a máxima velocidade Até 100 números, Remarcação automática Sim, Envio de fax adiado Sim, Suporte de junk barrier Sim, Impressão fotográfica, Monitor LCD, 2 linhas, Conectividade padrão, Porta USB 2.0 de alta velocidade; porta para rede Ethernet 10/100Base-T; Porta RJ-11 para telefone, Dimensões do produto (L x P x A) 435 x 265 x 306 mm, Peso do produto 8.3 kg, Requisitos de energia Tensão de entrada de 110 a 127 VCA (+/- 10%), 60 Hz (+/- 2 Hz); 220 até 240 VCA (+/- 10%), 50/60 Hz (+/- 2 Hz), Consumo de energia (ativo) 375 watts, Consumo de energia (em espera) 4,7 Watts, Consumo de energia (suspensão) 2 watts (desligado automático) Conteúdo da caixa impressora: cabo(s) de alimentação; cabo(s) de telefone; Bandeja de entrada para 150 folhas; bandeja de saída; cartucho de impressão preto, Garantia limitada de um ano para o hardware. (2605)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	1.212,0000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	HP	0	1.214,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	1.218,0000	3
			TODT COMERCIAL ME (6595)	HP	0	1.220,1000	4
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	HP	0	1.245,0000	5
20	Máquina de lavar e secar, capacidade 10,5 k, 220 v, função 2 em 1 - lavadora e secadora de roupa, secagem por condensação, nível automático de água, tecnologia nano silver, programa preferido, programa rápido, sistema anti rugas, secagem passa fácil, função destravar porta, motor de alta tecnologia com 1200 rpm, pré-lavagem, 5 opções de enxague, adiar início, auto balanceamento do cesto. (1897)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ELECTROLUX	0	3.412,0000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	ELECTROLUX	0	3.414,0000	2
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Eletrolux	0	3.418,0000	3
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Electrolux	0	3.490,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	brastemp	0	3.500,0000	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	ELECTROLUX	0	3.500,0000	6
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	Lexmark	0	3.500,0000	7
21	Mesa com 03 gavetas com chave, comprimento de 1,20, tampo de 25 mm, bordas arredondadas, largura de 67 cm, com teclado retrátil e suporte para CPU, cor branca. (1910)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	LUNASA	0	372,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	METAMOVEIS	0	373,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pank	0	377,0000	3
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Inam Moveis	0	377,5000	4
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Multivisão	0	388,0000	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	EJS	0	389,0000	6
22	Mesa com 03 gavetas com chave, comprimento 1,10, tampo 25 mm, bordas arredondadas, largura 67 cm de cor branca. (1911)	UND	BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	LUNASA	0	357,0000	1
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	METAMOVEIS	0	358,0000	2
			TODT COMERCIAL ME (6595)	Inam Moveis	0	359,5000	3
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Multivisão	0	368,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pank	0	369,0000	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	EJS	0	369,5000	6
23	MONITOR COM TELA LCD 18.5 polegadas,Voltagem: 100/240 volts, Brilho: 250 cd/m2, Entrada de sinal de vídeo RGB analógico, Sinc. de Sinal H / V separado, composto, SOG, Conector D-sub 15 pinos,Resolução máxima: 1360x768 pixels, Freqüência Horizontal: 30 ~ 61 kHz, Freqüência Vertical: 56 ~ 75 Hz, Tempo de resposta: 5 ms, Ângulo de Visão (H): 170 ° (graus), Ângulo de Visão (V): 160 ° (graus), Contraste: 20.000:1. (2607)	UND	NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	LG	0	392,5000	1
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	LG	0	393,0000	2
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	PHILIPS	0	394,5000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LG	0	395,0000	4
			TODT COMERCIAL ME (6595)	AOC	0	396,4100	5
24	Televisor 21 polegadas LCD com controle, sem conversor digital, 220 volts. (2535)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Ig	0	739,0000	1
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	CCE	0	739,5000	2
			TODT COMERCIAL ME (6595)	LG	0	741,4900	3
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	LG	0	754,0000	4
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	LG	0	756,6300	5
25	Ventilador de coluna 40 cm branco 220 v e com três velocidade. (1903)	UND	TODT COMERCIAL ME (6595)	Mondial	0	155,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arge	0	156,0000	2
			NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP (6466)	VENTISOL	0	158,0000	3
			BAGATOLI COM. DE MÓVEISLTDA ME (6622)	VENTISOL	0	160,0000	4
			CLIMATINTAS LTDA (6599)	ventisol	0	160,5000	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VENTSOL	0	165,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011

Número do Registro de Preços: 4/2011

Data do Registro: 22/08/2011

Válido até: 22/08/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos de informática, aparelhos domésticos e mobiliário em geral para a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPER-AR LTDA ME (6631)	Ventisol	0	165,0000	7

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Agosto de 2011.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.109 - Resultado Processo Seletivo Educação

DECRETO Nº 5.109, de 20 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a homologação da classificação do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuarem no magistério público municipal - Edital nº 04/2011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art.1º Fica homologa a classificação do Processo de Seleção Simplificado para contratação em caráter temporário para atuarem no magistério público municipal da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Edital nº 04/2011, de 22 de novembro de 2011, conforme consta dos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.217

PORTARIA Nº 21.217, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MIRNA MINGOTTI, ocupante do cargo de Telefonista, com exercício de 35 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme laudo médico, a contar de 22 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Dinamar Aparecida Gomes - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.218

PORTARIA nº 21.218, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 184, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a sexta parte dos seus vencimentos, por completarem 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, especificando: código, nome, cargo, e data do benefício, conforme segue:

Cód.	NOME	CARGO	A contar de
891	Nilton Antonio de Lima	Ag. Serv. Agrícolas e Florestais	24/11/2011
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	Operador de Máquinas	24/11/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.219

PORTARIA Nº 21.219, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, O CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, da cidadã ELVIRA KRUGER, no cargo de Professor Monitor - PETI, com 20 horas semanais, de acordo com classificação em Processo Seletivo Edital 01/2011, de 09/06/2011, a contar de 02 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.221

PORTARIA Nº 21.221, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
499	Josete Maria de Lemos Estrowispy	Professora	005	1/3	12/02/02 a 12/02/07
1098	Rosilene Mannes	Assistente Administrativo	002	1/3	12/12/04 a 12/12/09

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.222

PORTARIA Nº 21.222, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal MARISA DAS GRAÇAS RUPPEL, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 3.784 (três mil setecentos e oitenta e quatro) dias, ou, 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 14 (quatorze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00032/11-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 05/12/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.223

PORTARIA Nº 21.223, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELO, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na EMEB Pierina Santin Perret, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Morada do Sol

e desta para aquela ROVENA SZYMKS RAMOS, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.224

PORTARIA Nº 21.224, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal MARISA DAS GRAÇAS RUPPEL, ocupante do cargo de Professora de Servente da Educação, lotada na EMEB Irmão Venâncio José, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para a EMEB Henrique Júlio Berger e desta para aquela CLEONICE APARECIDA MOFKA, ocupante do cargo de Servente da Educação, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 12 de dezembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.225

PORTARIA Nº 21.225, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, especificando: código, nome, cargo, secretaria e período:

Cód.	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de
3296	Ana Mara Soletti Rotta	Professora Ed. Física	Educação	01/02/2012
8620	Maristela da Silva Calixto	Servente	Educação	20/12/2011
2630	Adir Antonio da Silva	Operador de Máquina	Infra	12/12/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.226

PORTARIA Nº 21.226, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos concedida a Servidora Pública Municipal SILÉSIA MENEZES VEIGA, ocupante do cargo de Professora de Geografia, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.227

PORTARIA Nº 21.227, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinado com as Emendas Constitucionais nºs 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, pagamento do abono de permanência, especificando código, nome, cargo e secretaria de lotação:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar
707	Lúcia Spegiorin	Professora	Educação	20/09/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.228

PORTARIA nº 21.228, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
6948 2532	Adriana Loss Kornmann	Professora	005	45	22/11/11
10545	Ana Carla Casagrande	Secretário Escolar	005	60	18/11/11
10876 10987	Deisiane Aparecida Paulo	Professora	005	15	29/11/11
6944 10562	Dilma Bueno de Oliveira Gomes	Professora	005	20	01/12/11
8660	Ecleides de Fátima Bleichuehl Cruz	Professora	005	20	22/11/11
3378	Iliane da Silva Pa-gotto	Servente Educação	005	30	22/11/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.229

PORTARIA Nº 21.229, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Patrícia Gonçalves Ribeiro	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Alto Bonito	v.v. Dilma Bueno - licença saúde	30/11/11 a 20/12/11

Laureci Teresinha de Paulo	Professora	20	EMEB Hilda G. Souza	v.excedente aposentadoria titular	29/10/11 a 20/12/11
Fernanda da Silva Prestes	Servente	44	EMEB Ulysses Guimarães	v.v. Iliane Pagotto - licença saúde	20/11/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.230

PORTARIA Nº 21.230, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Saúde, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Data rescisão
Adair das Graças Martins Cardoso	Aux. Enfermagem PACS -PSF	31/12/11
Adriano Luiz Mafessoni	Fisioterapeuta	21/12/11
Elizabeth Mary Kinceler	Médica 20h	31/12/11
Estela Maris Padilha de Souza	Auxiliar Enfermagem	22/12/11
Flávia Morona	Odontólogo PSF	21/12/11
Giuliano Weiler	Terapeuta Dependência Química	31/12/11
Grace Kanarek Szylicz	Odontólogo PSF	21/12/11
Graziela Debarba	Odontólogo	31/12/11
Jorge Henrique Muller João	Terapeuta Dependência Química	31/12/11
Luiz Carlos Longo	Monitor Dengue	31/12/11
Mônica Varela Regges	Odontólogo PSF	31/12/11
Nely Ramos Nizer Cunha	Aux. Enfermagem PACS -PSF	22/12/11
Norton André Felipe Knolauch	Médico 20h	31/12/11
Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	31/12/11
Sérgio Luiz Figueroa	Fisioterapeuta	31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.231

PORTARIA nº 21.231, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, e art. 35, inciso I, da Lei Complementar Nº 07 de 27 de dezembro de 1999, e suas alterações

RESOLVE:

PRORROGAR os efeitos da Portaria nº 21.122, de 18/10/11, que ALTEROU TEMPORARIAMENTE a carga horária da servidora RENATA PADILHA DE ANDRADE, Professora de 1ª a 4ª série, Ref. 1.3/A, de 20 para 40 horas semanais, para atuar na EMEB Alto Bonito, em vaga vinculada a Dilma Bueno que se encontra em licença pra tratamento de saúde, durante o período de 30 de novembro a 20 de dezembro 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.232

PORTARIA Nº 21.232, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
10862	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitário de Saúde	006	29/11/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.233

PORTARIA Nº 21.233, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, item II da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO dos Servidores abaixo relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Saúde, especificando nome, cargo, referência, carga horária semanal, razão e data do contrato:

Nome	Cargo	Ref.	CH	Razão	Data
Daniela Kist Busnardo Cabral	Médica	39	20	Falta servidores concursados	01/01/12 a 31/12/12
Oscar Armando Puim Manrique	Médico	39	20	Falta servidores concursados	01/01/12 a 31/12/12
Walter Syrello das Neves	Médico	40	20	Falta servidores concursados	01/01/12 a 31/12/12
Paula Dobrochinski Zanchet Rizzatti	Médica	40	40	Até realização concurso - emprego público	01/01/12 a 30/03/12
Sander Murrillo Ferreira Ceccatto	Médico	40	40	Até realização concurso - emprego público	01/01/12 a 30/03/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.234

PORTARIA Nº 21.234, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
488	Leni da Silva Machado	Servente	Educação	01/02/02 a 01/02/07 - 1 mês	08/02/12 a 08/03/12
2084	Neide Fátima da Silva	Servente	Educação	16/03/05 a 16/03/10 - 3 meses	20/01/12 a 20/04/12
1516	Neuza Carro Cordeiro	Servente	Educação	17/09/03 a 17/09/08 - 3 meses	01/02/12 a 01/05/12
774	Sandra Maria Ferreira	Professora	Educação	02/02/98 a 02/02/03 - 2 meses	

02/02/03 a 02/02/08 - 3 meses	01/02/12 a 01/07/12				
3557	Sidnéia Dominiak	Professora	Educação	03/02/03 a 03/02/08 - 3 meses	01/02/12 a 01/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.236

PORTARIA Nº 21.236, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da exoneração, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Exon.
7992	Leomir Engel Lopes	Agente M. de Seg. e Trânsito	Dittesc	02/12/11
10943	Naipi Hommerding Delgado	Assistente Administrativo	Saúde	30/11/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.237

PORTARIA Nº 21.237, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATA, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
------	-------	------	--------	--------	------------------------

Daiane Maria Bento de Andrade	Professora	20	EMEB Henrique J. Berger	v.v. Deisiane Paulo - licença saúde	01/12/11 a 20/12/11
Giseli Hoffmann de Souza	Prof. Ed. Física	18	EMEB Tabajara	v.v. Ana M.S. Rotta - licença prêmio	01/12/11 a 20/12/11
Mari Luci Gonçalves dos Santos	Servente Educação	44	EMEB Morada do Sol	v.v. Janete C. Silva - licença sem vencimentos	01/12/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.238

PORTARIA Nº 21.238, de 05 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ALINE CRISTIANE TELLES DE LIMA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, devido ao nascimento de seu filho em 30/11/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.239

PORTARIA Nº 21.239, de 07 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR, os contratos por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs) da Secretaria de Saúde, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo e período da contratação, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Motivo	Prorrogação até
------	------	-------	--------	-----------------

8069	Cintia Regina Back	Enfermeira - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
8613	Deyse Aparecida Heine	Enfermeira - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
9350	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
9381	Gislaine Ortiz de Quadras	Auxiliar de Enfermagem - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
8052	Graziela Lea Gallina	Enfermeira - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
8416	Iraci de Fátima Ribeiro Lopes	Auxiliar de Enfermagem - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
9382	Mara Luiza Veber da Rocha	Enfermeira - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
8400	Nelson Florencio da Silva	Auxiliar de Enfermagem - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012
10064	Vagner Andreatto da Silva	Enfermeiro - PACS-PSF	Até realização concurso emprego público	30/03/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.243

PORTARIA Nº 21.243, de 12 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais da Fundação Municipal de Cultura, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Data rescisão
Leila Aparecida Schmidt de Sousa	Auxiliar de Biblioteca	20/12/11
Cristiane Kasectari	Auxiliar de Biblioteca	20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.244

PORTARIA Nº 21.244, de 12 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação e data da exoneração, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Exon
10499	Ricardo Guzela	Médico Clínico Geral 10h	Saúde	15/12/11
10508	Rachele de Brito Fernandes	Médico 20h	Saúde	15/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 12 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária De Saúde.

Portaria Nº 21.248

PORTARIA Nº 21.248, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec	Período Aquisição	Período Gozo
511	Jandir Bortotto	Professor 40h	Educação	27/11/02 a 27/11/07 - 3 meses	06/02/12 a 06/05/12
5684	Maria Antonia Fabiani Padilha	Professora 20h	Educação	01/04/05 a 01/04/10 - 3 meses	05/02/12 a 05/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.250

PORTARIA Nº 21.250, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, das cidadãs abaixo relacionadas, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Prorrogação
Jenifer Tomazi Begnini	Prof. Ed. Infantil	40	EMEB Hilda G. de Souza	v.v. Sidnéia Dominiak - licença saúde	24/11/11 a 20/12/11
Nair Bella-ver Moriggi	Professora	20	EMEB Pierina S. Perret	v.v. Juliana Velasques - licença saúde	06/12/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.252

PORTARIA nº 21.252, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E :

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
7774	Andressa de Fátima de Bastiani	Professora	005	07	06/12/11
10876 10987	Deisiane Ap. de Paulo	Professora	005	90	01/12/11
1561	Eliane Cavalheiro Cachinski	Professora	005	15	06/12/11
10558	Gislaine Aparecida Batista	Professora	005	15	28/11/11

2528	Salute Pan- dini Consoni	Servente Educação	005	11	13/12/11
------	-----------------------------	----------------------	-----	----	----------

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.253

PORTARIA nº 21.253, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 20.533, de 17/05/11, que ALTEROU TEMPORARIAMENTE a carga horária das servidoras Públicas da Secretaria de Educação, no que se refere a data fim da alteração da servidora abaixo relacionada que passa a ser até 31 de dezembro de 2011.

Código	Nome	Cargo	Alteração		Local de Atuação
			DE	PARA	
1560	Edite Salete Venz	Professora	20	40	SEMEC

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Aviso de Licitação Concorrência 04-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

Secretaria Municipal de Infraestrutura

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Concorrência nº 04/2011

Processo licitatório nº 105/2011

Tipo: Técnica e Preço

OBJETO: Concessão para Prestação e Exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo Regular urbano no Município de Caçador/SC - Concessão Onerosa - valor fixado no Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/02/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/02/2012.

Visita técnica até o dia: 10/02/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e contratos, situada na Avenida Santa Catarina, 195, pelo e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC, 20 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 001 - Processo Seletivo FUNDEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 19 de dezembro de 2011.

Convoca aprovados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva, para atuar junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA no Município de Caçador - Edital nº 002/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, classificados no Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 002/2011, de 08/08/2011, para TOMAR POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.001, de 22/09/2011 que homologou o resultado final do Processo, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Amilto Melo Cesar

Marcio Silveira Pinto

Jocelim Gonçalves de Freitas

Rudinei Góes

Izaías Ribeiro dos Santos

Rene Luiz Santin

Jose Monteiro da Silva

Scheila Maris de Oliveira dos Santos

José Luiz Dalla Santa

Marcos Antônio dos Santos

Izaltino Fernandes

Claudia Aparecida Gomes Marques

Gilberto Carlos Gomes

Antonio Marcos Borges Gonsalves

Delio Borges

a) Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, munidos de identidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Ingresso.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Edital Retificação Nº 02 - Educação

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02 AO EDITAL SEMEC/Nº 04/2011

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, RETIFICA OS TERMOS DO EDITAL SEMEC Nº 04/2011, publicado em 22 de novembro de

2011, nos seguintes termos:

Os itens abaixo relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

9. DA ESCOLHA DE VAGAS

9.1 A Escolha de Vagas será realizada no salão nobre da Secretaria Municipal de Educação, situada na rua Curitibaanos, nº 600- Centro, Caçador- SC nos dias 01,02 e 03 de fevereiro de 2012.

9.13- A escolha das vagas ocorrerá nas seguintes datas e horários:

01 DE FEVEREIRO		02 DE FEVEREIRO		03 DE FEVEREIRO	
08h 00 min	Servente	08h 00min	Ensino Fundamental- 1º ano e Séries Iniciais	08h 00min	Língua Portuguesa- Séries Finais de 6º ano à 8ª série
08h 40min	Merendeira	09h 30 min	Ensino Fundamental- 2º a 5º ano das Séries Iniciais e Escolas do Campo	09h 30min	Inglês- de 4º ano à 8ª série
09h 20min	Auxiliar de Biblioteca	14h 00 min	Matemática- Séries Finais de 6º ano à 8ª série	11h 00min	Ensino Religioso- Séries Finais de 6º ano à 8ª série
10h 00min	Secretário Escolar	14h 50 min	Ciências- Séries Finais de 6º ano à 8ª série	14h 00min	Artes- de 1º ano à 8ª série
11h 00min	Assistente Técnico Pedagógico ou Especialista	15h 40 min	Geografia- Séries Finais de 6º ano à 8ª série	15h 20min	Educação Física- de 1º ano à 8ª série
14h 00min	Educação Infantil- Auxiliar de Creche e Berçário	16h 20 min	História - Séries Finais de 6º ano à 8ª série		
15h 00min	Educação Infantil- Pré-Escolar e CMEI's				

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de dezembro de 2011.

IMAR ROCHA,
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação.

7. DAS VAGAS

7.1. As vagas disponíveis são as relacionadas abaixo: ESCOLA	CARGA HORÁRIA	TURNOS
Nossa Senhora Salete	20h	matutino
	20h	vespertino
Padre José Chamot	20h	matutino
	20h	vespertino

Castelhano	10h	matutino
	10h	vespertino
Ulysses Guimarães	20h	Vespertino
Esperança	20h	Vespertino
Maria Luiza Barbosa	40h	matutino/vespertino
Alto Bonito	40h	matutino/vespertino
Walsin Nunes Garcia	20h	Vespertino
Alcides Tombini	40h	matutino/vespertino
	20h	matutino
Vereda dos Trevos	20h	vespertino

Camboriú

PREFEITURA

Lei Complementar nº. 036/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2011

Altera a Lei Complementar Municipal nº 019 de 02 de julho de 2008.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 019 de 02 de julho de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

(...)

VI - Suporte Pedagógico corresponde às atividades pedagógicas desenvolvidas diretamente a docência e será ocupado pelo Diretor, Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Pedagogo e Psicopedagogo.

(...)

Art. 4º A carreira dos Profissionais do Magistério será integrada pelos cargos de provimento efetivo de Docente (Professor) e Suporte Pedagógico (Diretor, Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Pedagogo e Psicopedagogo), sendo estruturada em classes, níveis e referências.

(...)

Art. 6º (...)

II - (...)

(...)

f) Pedagogo;

g) Psicopedagogo.

(...)

Art. 11. (...)

(...)

VI - Pedagogo;

VII - Psicopedagogo.

(...)

Art. 17-A. São atribuições do Suporte Pedagógico na função de Pedagogo:

I - prestar atendimento pedagógico de acordo com a Lei Federal

nº. 9.394/96;

II - diagnosticar as necessidades de aperfeiçoamento e atualização dos professores e propor medidas para atendê-los, garantindo a melhoria dos padrões de ensino;

III - elaborar, coordenar e executar as capacitações a partir das tendências pedagógicas;

IV - elaborar o Plano Técnico-Pedagógico da respectiva área educacional, de modo a garantir a sua unidade e a efetiva participação da equipe;

V - favorecer a participação dos professores nas decisões pertinentes à proposta pedagógica, às necessidades específicas do educando, numa dinâmica de intercâmbio, conhecimento e experiência;

VI - informar ou elaborar propostas de diretrizes para avaliação do processo ensino e aprendizagem nas unidades escolares;

VII - participar de fechamento de avaliações para decisões da entrada, matrícula e permanência do candidato na Instituição;

VIII - fazer encaminhamentos e solicitações de avaliações médicas ou de outros especialistas;

IX - documentar a avaliação dos alunos na Instituição e elaborar parecer técnico destes;

X - disponibilizar informativos preventivos relativos ao seu domínio profissional e participar da análise dos programas da Instituição;

XI - realizar pesquisas no contexto da Instituição e intervenções preventivas com alunos e professores;

XII - acompanhar projeto de avaliação do aluno e orientar a organização do plano individualizado;

XIII - contribuir na organização de instrumentos, procedimentos e avaliações nas diferentes áreas de atendimento;

XIV - participar da elaboração de projetos de estudos coletivos, a fim de ampliar o campo de conhecimento dos professores e coordenadores;

XV - participar das reuniões coletivas periódicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e das extraordinárias, sob convocação;

XVI - participar de programas, cursos ou outras atividades com alunos, pais, professores e servidores, sob convocação;

XVII - participar de estudos de casos, quando necessário;

XVIII - participar de palestras, cursos, encontros, seminários, simpósios, congressos e outros para atualização ou complementação da formação profissional;

XIX - gerar estatísticas de atendimentos e relatórios de atividades realizadas;

XX - zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;

XXI - manter seu quadro de horários atualizado;

XXII - supervisionar estagiários;

XXIII - executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Art. 17-B. São atribuições do Suporte Pedagógico na função de Psicopedagogo:

I - realizar avaliação psicopedagógica dos alunos e participar de coordenações pedagógicas com os professores;

II - entrevistar professores externos e pais, investigando a história escolar do aluno;

III - planejar intervenções psicopedagógicas com alunos e orientar professores e coordenadores;

IV - fazer encaminhamentos e solicitações de avaliações médicas ou de outros especialistas;

V - acompanhar projeto de avaliação do aluno e orientar a organização do plano individualizado;

VI - contribuir na organização de instrumentos, procedimentos e avaliações nas diferentes áreas de atendimento;

VII - documentar a avaliação do aluno na Instituição e elaborar parecer técnico dos alunos acompanhado pelos pais;

VIII - participar de fechamento de avaliações para decisões da entrada, matrícula e permanência do candidato na Instituição;

IX - disponibilizar informativos preventivos relativos ao seu domínio

profissional e participar da análise dos programas da Instituição;
X - participar das reuniões coletivas periódicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e das extraordinárias, sob convocação;

XI - participar de programas, cursos ou outras atividades com alunos, pais, professores e servidores, sob convocação;

XII - realizar pesquisas no contexto da Instituição e intervenções preventivas com alunos e professores;

XIII - orientar pais no acompanhamento acadêmico dos filhos, bem como sobre a legislação que ampara as pessoas com deficiência mental e múltipla;

XIV - supervisionar estagiários;

XV - participar da elaboração de projetos de estudos coletivos, a fim de ampliar o campo de conhecimento dos professores e coordenadores;

XVI - participar de estudos de casos, quando necessário;

XVII - manter seu quadro de horário atualizado;

XVIII - gerar estatísticas de atendimentos e relatórios de atividades realizadas;

XIX - executar outras atividades compatíveis com o cargo.

(...)

Art. 43. (...)

(...)

§ 2º (...)

a) Formação em nível superior em cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em administração, supervisão escolar, orientação educacional e coordenação, ou com habilitação em Educação Especial e/ou Pós Graduação em Educação Especial, ou com Pós-Graduação em Psicopedagogia, devidamente credenciados pelo MEC, receberá sobre a jornada integral de trabalho a importância de 28,7% (vinte e oito vírgula sete por cento) sobre o vencimento base de R\$ 1.305,60 (um mil trezentos e cinco reais e sessenta centavos);

(...)

Art. 49. (...)

(...)

§ 4º Para os serviços de Suporte Pedagógico na função de Administrador Escolar, Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Diretor, Pedagogo e Psicopedagogo o regime de trabalho será de:

(...)

Art. 56. (...)

(...)

c) Para especialista em assuntos educacionais: Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Administrador Escolar, Coordenador Pedagógico, Pedagogo e Psicopedagogo será de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base da categoria.

Art. 2º Ficam alteradas as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Docentes da Educação, relativas à categoria funcional Suporte Pedagógico, constante do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 019 de 02 de julho de 2008, que passam a vigorar da seguinte forma:

Categoria funcional: Suporte Pedagógico										
Cargos: Diretor, Administrador Escolar, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Pedagogo e Psicopedagogo										
Carga horária: 20 horas semanais										
	Referência									
Qualificação Profissional	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
										J

Diretor, Administrador Escolar, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e Supervisor Escolar: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em administração, supervisão escolar, orientação educacional e coordenação, devidamente credenciados pelo MEC; Pedagogo: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial e/ou Pós Graduação em Educação Especial, devidamente reconhecido pelo MEC; Psicopedagogo: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Psicopedagogia devidamente reconhecido pelo MEC.	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)												

Categoria funcional: Suporte Pedagógico
 Cargos: Diretor, Administrador Escolar, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Supervisor Escolar, Pedagogo e Psicopedagogo
 Carga horária: 40 horas semanais

Qualificação Profissional	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
---------------------------	-------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Diretor, Administrador Escolar, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e Supervisor Escolar: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em administração, supervisão escolar, orientação educacional e coordenação, devidamente credenciados pelo MEC; Pedagogo: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial e/ou Pós Graduação em Educação Especial, devidamente reconhecido pelo MEC; Psicopedagogo: formação em nível superior em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-Graduação em Psicopedagogia devidamente reconhecido pelo MEC.	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)												

Art. 3º As alterações previstas na presente Lei Complementar não produzirão efeitos retroativos.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 19 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
 Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
 Secretário M. de Administração

Lei Complementar nº. 037/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2011

Altera a Lei Complementar Municipal nº 30 de 02 de dezembro de 2010.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam acrescidos os § 4º e § 5º ao artigo 212 da Lei Complementar Municipal nº 30 de 02 de dezembro de 2010, que passa

a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Ficam concedidos os seguintes incentivos para pagamento em cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

I - 15% (quinze por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento até a primeira data de vencimento;

II - 10% (dez por cento) para o contribuinte que efetuar o pagamento até a segunda data de vencimento.

§ 5º Após as datas previstas nos incisos do § 4º deste artigo o incentivo não poderá ser concedido, ainda que o pagamento seja realizado em cota única.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 20 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei Complementar Nº. 035/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2011

Institui o Programa Acolher e Encaminhar e o Núcleo de Prevenção as Drogas e a Pedofilia e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o acolhimento de crianças e adolescentes sob situação de risco e o seu devido encaminhamento para seus pais ou responsável legal, com a finalidade de proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º A presença e permanência de crianças - pessoas até 12 anos de idade - e adolescentes - pessoas entre 12 e 18 anos incompletos - desacompanhados dos pais ou responsável legal nas vias públicas e logradouros do Município de Camboriú no horário entre as 23:00hs e 06:00hs caracteriza possível situação de risco.

Parágrafo único. A disposição prevista no caput deste artigo não se aplica quando se tratar de adolescentes regressos para seus lares de curso escolar noturno, comprovadamente nele matriculado.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA ACOLHER E ENCAMINHAR

Art. 3º Fica criado o Programa Acolher e Encaminhar, o qual terá a finalidade de fiscalizar e realizar o devido encaminhamento em caso de descumprimento da proibição prevista no artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, será

responsável pela execução do programa previsto no caput deste artigo.

Art. 4º O Programa Acolher e Encaminhar terá a atuação de profissionais capacitados para identificar a situação de cada criança ou adolescente encontrado e promover os devidos encaminhamentos a todos os setores necessários, podendo para tanto ser requisitada a atuação do Conselho Tutelar, dentro de suas atribuições legais.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar será acionado quando identificada a existência de criança ou adolescente em situação de risco, devendo encaminhá-la, preferencialmente, aos pais ou responsável legal, mediante termo de responsabilidade, aplicando as medidas de proteção que se fizerem necessárias.

Art. 5º O programa previsto na presente Lei atuará por meio de rondas de proteção, as quais serão efetivadas com veículo próprio do Programa Acolher e Encaminhar, com a presença de um Psicólogo, um Assistente Social e outros servidores públicos imprescindíveis para atender os critérios de proteção à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Para dar efetividade às rondas de proteção, quando as circunstâncias exigirem, a Polícia Militar deverá ser acionada pelos agentes do programa.

Art. 6º Caberá ao Psicólogo e ao Assistente Social, acompanhado do Conselho Tutelar, efetuar a primeira abordagem, de modo a verificar a documentação da criança ou adolescente abordado e colher os respectivos dados a fim de criar um cadastro municipal para controle de atendimentos e encaminhamentos futuros.

Art. 7º No caso de reincidência de criança ou adolescente encontrado em situação de risco, os pais serão notificados e poderá ser marcada uma audiência junto ao Poder Judiciário para esclarecimentos, orientação ou até mesmo punição nos casos comprovados de negligência.

Art. 8º Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social solicitar, mensalmente, ao Comissariado da Infância e Juventude da Comarca de Camboriú uma listagem com os nomes de adolescentes que possuem restrições judiciais.

Parágrafo único. A listagem prevista no caput deste artigo deverá ser utilizada nas rondas de proteção, com a finalidade de avaliar a permanência de adolescentes em horários incompatíveis com aqueles fixados ou até mesmo com mandado de busca em aberto.

Art. 9º O conselheiro tutelar que atuar no Programa Acolher e Encaminhar ou o servidor público que vier a ser convocado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social para atuar nos casos de situação de risco de crianças e adolescentes previsto nesta Lei, sem prejuízo de outras atribuições, receberá um adicional de 20% (vinte por cento) sobre seu subsídio ou vencimento.

§ 1º Para ter direito ao recebimento do adicional previsto no caput deste artigo, o conselheiro tutelar ou o servidor público deverá atuar, no mínimo, em 04 (quatro) diligências mensais.

§ 2º O Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social deverá informar, mensalmente, ao órgão responsável pelo controle e pela emissão da folha de pagamento sobre o atendimento da exigência prevista no § 1º deste artigo.

CAPÍTULO III DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO AS DROGAS E A PEDOFILIA

Art. 10. Fica criado o Núcleo de Prevenção as Drogas e a Pedofilia

no Município de Camboriú, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, o qual será composto por equipe multidisciplinar para atuar nos casos de prevenção ao uso de drogas, de pedofilia, nos encaminhamentos de crianças e adolescentes aos centros de recuperação, além de atuar nas áreas ligadas a infância deste Município.

§ 1º Além da função prevista no caput deste artigo, o Núcleo de Prevenção as Drogas e a Pedofilia auxiliará nos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes, bem como de abusos e exploração sexual.

§ 2º A equipe multidisciplinar será composta por um Psicólogo e um Assistente Social pertencente ao quadro de servidores do Município.

Art. 11. O Núcleo de Prevenção as Drogas e a Pedofilia terá como responsável um Diretor, cargo este criado especificamente para atuar nas questões pertinentes ao Núcleo.

Art. 12. O Núcleo de Prevenção as Drogas e a Pedofilia realizará palestras junto a escolas, associações de bairros, entre outras entidades.

Art. 13. Fica acrescentado ao Anexo XVI da Lei Complementar Municipal nº. 026, de 18 de dezembro de 2009 o seguinte cargo:

Nº	CARGO	SÍMBOLO
01	CHEFE DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO AS DROGAS E A PEDOFILIA	CC-4

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Caso seja necessário, a presente Lei Complementar poderá ser regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no que couber.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.422/2011

LEI Nº 2.422/2011
Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "ANA BERTOLDI GARDINI", a estrada situada na localidade do Lageado, registrada na Secretaria do Planejamento como "Estrada Rural "B" Alemães, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6687,

na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na Rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.424/2011

LEI Nº 2.424/2011

Dispõe sobre a autorização de celebração de contrato de comodato entre o Município de Camboriú e a 43ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a celebrar contrato de comodato com a 43ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 82.519.190/0044-52, com sede na Rua São Paulo, nº 1.271, Ed. Fórum, Loteamento Santa Regina III, Bairro Areias, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do contrato consiste no repasse em comodato da área de terra de 890,88 m² (oitocentos e noventa, oitenta e oito metros quadrados), de propriedade do Município de Camboriú, situada na Rua Dr. Acácio Bernardes, Loteamento Jardim Residencial das Palmeiras, Centro, Camboriú/SC, registrada no Ofício de Registro de Imóveis de Camboriú sob a matrícula nº. 9521, fl. 01, Livro nº 02, conforme planta anexa que faz parte integrante desta Lei como se transcrita estivesse.

Parágrafo único. A área de terra prevista no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente a LESTE, com a Rua "A" - atual Rua Dr. Acácio Bernardes, onde mede 38,30 metros; fundos a OESTE, com terras de João Augusto de Souza, Sergio T. Hatsusegana, Romeu da Paula, Rafael dos Santos, Ângelo Gervásio, Helio Valdemar Pinho, Sérgio Murilo de Souza, Oscar José Teixeira, Adão Ademar Pereira, Osvaldo Enrique Savóia, Augusto Lana, Adão Saul Adato, onde mede 38,63 metros; estrema ao NORTE com a Área Verde onde mede 24,01 metros; estrema ao SUL com o Lote 15, onde mede 22,15 metros.

Art. 3º O repasse da área descrita no artigo 2º desta Lei tem por objetivo a construção da sede da 43ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina.

Art. 4º O contrato de comodato será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência pelo período de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado caso exista interesse entre as partes.

Art. 5º O contrato de comodato poderá ser rescindido ou suspenso

unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 6º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.425/2011

LEI Nº 2.425/2011

Dispõe sobre desafetação e autorização de doação de área de terras do Município de Camboriú ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 106, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 17 da Lei Federal n. 8.666 de 21/06/1993, autorizada a doar as áreas de terras a seguir descritas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal - CEF, conforme plantas anexas que constituem parte integrante desta lei como se transcritas estivessem:

I - área de 1.870,69m² (um mil, oitocentos e setenta vírgula sessenta e nove metros quadrados), situada na quadra 06 - na esquina das Ruas: Projetada A, atual Rua San Marino, Rua Jesuino Anastácio Pereira e Rua Projetada B, atual Rua Luxemburgo, bairro Santa Regina, Camboriú - SC; e;

II - área de 2.968,50m² (dois mil, novecentos e sessenta e oito vírgula cinquenta metros quadrados), situada na Rua Georgetown, esquina com na Rua Cingapura, quadra 07, bairro Santa Regina, Camboriú - SC.

§ 1º Fica desafetada de sua destinação originária a área descrita no inciso I deste artigo, de propriedade do Município de Camboriú, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal.

§ 2º A área descrita no inciso I deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - fazendo frente a Leste com a Rua Luxemburgo, onde mede 43,81 metros; fundos a Oeste, com a Rua San Marino, onde mede 43,81 metros; estrema ao Norte, com a Área Remanescente da Área "A" destinada a implantação de equipamentos públicos, onde mede 42,70 metros; estrema ao Sul com os lotes 08 e 16, onde mede 42,70 metros.

§ 3º A área descrita no inciso II deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - MATRÍCULA Nº 00244, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 06 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00

m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 07, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 05, onde mede 30,00 metros;

II - MATRÍCULA Nº 00245, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 07 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 08, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 06, onde mede 30,00 metros;

III - MATRÍCULA Nº 00246, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 08 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 09, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 07, onde mede 30,00 metros;

IV - MATRÍCULA Nº 00247, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 09 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 10, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 08, onde mede 30,00 metros;

V - MATRÍCULA Nº 00248, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 10 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 11, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 09, onde mede 30,00 metros;

VI - MATRÍCULA Nº 00249, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 11 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com a Viela Sanitária do Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 12, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 10, onde mede 30,00 metros;

VII - MATRÍCULA Nº 00250, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 12 da QUADRA 07, do Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 360,00 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 12,00 metros; fundos ao SUL, com o Loteamento Santa Regina II, onde mede 12,00 metros; estrema a LESTE com o Lote 13, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 11, onde mede 30,00 metros;

VIII - MATRÍCULA Nº 00251, um terreno situado na cidade de Camboriú/SC, representado pelo LOTE 13 da QUADRA 07, do

Loteamento MORADIAS SANTA REGINA III, com área total de 448,50 m², possui as seguintes medidas e confrontações: faz frente ao NORTE, com a Rua Projetada D, atual Rua Georgetown, onde mede 14,95 metros; fundos ao SUL, com o Loteamento Santa Regina II, onde mede 14,95 metros; estrema a LESTE com a Rua Cingapura, onde mede 30,00 metros; estrema a OESTE, com o Lote 12, onde mede 30,00 metros.

Art. 2º As áreas descritas no artigo 1º desta Lei serão doadas para uso exclusivo na construção de moradias para famílias de baixa renda, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, regido pela Lei Federal n. 10.188, de 12/02/2001.

Art. 3º As mencionadas áreas constarão dos bens e direitos integrantes do patrimônio do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens e direitos, as seguintes restrições:

I - não integrem o ativo da CEF;

II - não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da CEF;

III - não compõem a lista de bens e direitos da CEF, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV - não podem ser dados em garantia de débito de operação da CEF.

Art. 4º Para efeito de atendimento desta Lei, as despesas decorrentes da transferência de titularidade da área descrita no artigo 1º correrão por conta do donatário.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.426/2011

LEI Nº 2.426/2011

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública da Área de Preservação Permanente - APP que especifica para fins de abertura de via pública e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, com fundamento na Resolução CONAMA nº 369/2006, que prevê a possibilidade de intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, a área total de 11.183,17m², situada no lugar João da Costa, Camboriú/SC, registrada no Ofício de Registro de Imóveis de Camboriú sob as matrículas nº 4340, fls. 167, Livro nº 02-O, nº 4339, fls. 166, Livro nº 2-O e nº. 66135, fls. 235, Livro nº 2-HY.

Parágrafo único. A área de terra prevista no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz estrema ao NORTE, em 08 linhas, partindo da estrema a Oeste com sentido a Leste, com ângulo interno de 68º11'55", onde mede 91,54 metros, segue com ângulo interno de 177º53'41", onde mede 46,13 metros, segue com ângulo interno de 159º22'21", onde mede 30,20 metros, segue com ângulo externo de 165º36'21", onde mede 92,62 metros, segue com externo de 152º21'57", onde mede 24,83 metros, segue com ângulo externo de 156º25'01", onde mede 16,83 metros, segue com ângulo externo de 131º53'40", onde mede 29,13 metros, segue com ângulo interno de 88º55'37", onde mede 48,69 metros, até chegar à estrema Leste com ângulo interno de 90º5'20"; estrema ao SUL, 06 linhas, partindo da estrema Oeste com sentido a Leste, com ângulo interno de 62º24'14", onde mede 16,23 metros, segue com ângulo externo de 130º36'9", 100,07 metros, segue com ângulo externo de 157º16'2", onde mede 32,34 metros, segue com ângulo interno de 165º36'21", onde mede 103,79 metros, segue com ângulo interno de 152º21'57", onde mede 38,47 metros, segue com ângulo interno de 156º25'1", onde mede 61,01 metros até chegar na estrema Leste com ângulo interno de 132º52'43"; estrema a LESTE, partindo da estrema Norte com sentido ao Sul, com ângulo interno de 90º5'20", onde mede 25,24 metros até chegar na estrema Sul com ângulo interno de 132º52'43"; estrema a OESTE, partindo da estrema ao Norte com sentido ao Sul, com ângulo interno de 68º11'55", onde mede 45,59 metros, até chegar na estrema Sul com ângulo interno de 62º24'14.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º desta Lei destina-se a abertura de via pública que ligará o bairro Centro ao Distrito Monte Alegre, em razão da importância de se criar uma alternativa para o trânsito de Camboriú, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social da região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.427/2011

LEI Nº 2.427/2011

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Andrônico Pereira.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.453/2001, fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Municipal Andrônico Pereira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 76.702.869/0001-40, com sede na Rua São José, S/N Bairro São Francisco de Assis, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.428/2011

LEI Nº 2.428/2011

Autoriza o Município de Camboriú a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina para instalação e manutenção de sistema de monitoramento urbano e de trânsito.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para instalação e manutenção de sistema de monitoramento urbano e de trânsito, composto de central de monitoramento e câmaras de vídeo no município de Camboriú/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 0203.04.122.0003.2017.33.50.00.00 - Movimentação dos Encargos Gerais da Administração - orçamento de 2012.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.429/2011

LEI Nº 2.429/2011

Dispõe sobre a autorização de repasse de subvenção social com celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundação Municipal de Esportes e a Associação Camboriú Futebol Clube e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Camboriú Futebol Clube, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.615.268/0001-51, com sede na Rua Francisco Barreto, nº 106, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros à Associação Camboriú Futebol Clube, com o objetivo de custear as despesas relativas à locação de arquibancada móvel a ser instalada no Estádio Municipal Roberto Santos Garcia no período compreendido entre o dia 20/12/2011 a 20/05/2012.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), dividido em 04 (quatro) parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e as demais no montante de R\$ 17.333,00 (dezesete mil trezentos e trinta e três reais) que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir da data da sua assinatura e terá vigência até 31 de maio de 2012.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as cláusulas do convênio ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.430/2011

LEI Nº 2.430/2011

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "ERNESTO BERTOLDI", a rua situada na localidade do Braço, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6700, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.431/2011

LEI Nº 2.431/2011

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "ADELAIDE BORBA DA SILVA", a rua situada no Bairro Centro, registrada na Secretaria do Planejamento como "Travessa 5" devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 355-3, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.432/2011

LEI Nº 2.432/2011

Institui o Programa Cidadão Mirim e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Camboriú o dia do Programa Cidadão Mirim, a ser comemorado anualmente no dia 25 de outubro, com o objetivo de oportunizar o exercício da cidadania aos estudantes, através da escolha de Representantes mirins do Poder Executivo e Legislativo.

Art. 2º O Programa Cidadão Mirim será realizado através de um concurso de redação implantado em parceria com as escolas da rede Municipal, Estadual, Particular e APAE do Município de Camboriú.

Art. 3º A escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, terá como objeto assunto relacionado aos tópicos de civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 4º Cada escola participante do concurso constituirá uma comissão julgadora formada por professores, selecionará as melhores redações, e encaminhará para a Secretaria de Educação e Cultura:

- I - os 2 (dois) melhores trabalhos para representar o cargo de prefeito;
- II - os 2 (dois) melhores trabalhos para cargo de vice prefeito;
- III - os 5 (cinco) melhores trabalhos para representar o cargo de vereador;

IV - os 5 (cinco) melhores trabalhos para o cargo de secretários administrativos.

Art. 5º A definição dos vencedores do concurso será feita pela Secretaria da Educação e Cultura, mediante sorteio, através de um globo giratório, onde serão colocadas o número de bolas equivalente com o número de redações, devendo o sorteio ser feito na seguinte ordem:

- I - do prefeito e vice- prefeito;
- II - dos vereadores;
- III - dos secretários administrativos.

Art. 6º O sorteio será realizado na presença de uma comissão escolhida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, composta pelos seguintes membros:

- I - dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- II - um jornalista da imprensa local;
- III - três vereadores, representando o Poder Legislativo;
- IV - três professores da rede municipal de ensino.

Art. 7º Os representantes sorteados para os cargos de Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores e Secretários Mirins terão o mandato de 1 (um) ano, vedada a reeleição.

Art. 8º Fica a cargo da Secretaria de Educação e Cultura a regulamentação, organização e divulgação do evento comemorativo do dia do cidadão mirim.

Art. 9º Fica revogada a Lei Municipal nº 1670 de novembro de 2005.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2.433/2011

LEI Nº 2.433/2011

Dispõe sobre a disponibilização de cadeiras de rodas nos prédios públicos do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Camboriú autorizado a disponibilizar nos prédios públicos pelo menos 1 (uma) cadeira de rodas para pessoas portadoras de deficiência, ou pessoas que estiverem temporariamente com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. A cadeira de rodas deverá ser colocada à disposição do público que dela necessite e distribuída em dependências e locais apropriados.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 20 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Lei nº. 2423/2011

LEI Nº 2.423/2011

Altera dispositivo na Lei Municipal nº 2353/2011 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei 2353/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rua: “MARTINHO PEDRO DA SILVA”, a rua situada no loteamento San Thiago, Bairro Cedro, registrada na Secretaria do Planejamento com “Rua Projetada F” devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 572, na Cidade de Camboriú.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto 1.376/2011

DECRETO Nº 1.376/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;
DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do fundo de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0002 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 09
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face de suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú, apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 15 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal
Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.353/2011

DECRETO Nº 1.353/2011

Regulamenta a Lei Complementar nº 30 de 02 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Camboriú/SC.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2010, que dispõe Sobre o Código Tributário do Município de Camboriú/SC - CTM, disciplinando a tributação, fiscalização, arrecadação e administração dos tributos municipais, que compreende o Sistema Tributário Municipal.

CAPÍTULO I
DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 2º A legislação tributária aplica-se imediatamente a fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início e não esteja completa.

Art. 3º A lei será aplicada a ato ou fato pretérito, conforme disposto no artigo 106 do Código Tributário Nacional, quando:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- a) quando deixe de defini-lo como infração;
- b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
- c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Art. 4º Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária, utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais de direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

Art. 5º Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- II - outorga de isenção;
- III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 6º A lei tributária que define infrações, ou lhe comine penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado em caso de dúvida quanto:

- I - à capitulação legal do fato;
- II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV - à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

CAPÍTULO II DA RESTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PAGO INDEVIDAMENTE

Art. 7º Nos casos em que ficar comprovado o erro por parte do poder público, a restituição total ou parcial será igual ao desembolso, devidamente atualizado, na forma da lei, pelos mesmos índices aplicáveis ao recolhimento em atraso do tributo.

Art. 8º A restituição deverá ser solicitada por meio de:

- I - requerimento solicitando reembolso do valor pago indevidamente e motivo pelo qual o requer;
- II - original e cópia do comprovante de pagamento, em relação à quantia objeto do pedido;
- III - demais documentos que se acharem necessários para comprovação do valor exato.

§ 1º Quando o solicitante for pessoa física serão necessários os seguintes documentos:

- I - cópia do documento de identidade;
- II - cópia do CPF.

§ 2º Quando o solicitante for pessoa jurídica serão necessários os seguintes documentos:

- I - cópia do contrato social ou alteração que contenha cláusula administrativa ou estatuto acompanhado da ata da assembléia de eleição da última diretoria;
- II - cópia do documento de identidade;
- III - cópia do CPF do sócio-gerente, diretor ou presidente.

§ 3º Do Procurador serão necessários os seguintes documentos:

- I - original ou cópia autenticada em cartório da procuração;
- II - cópia dos documentos de identidade;
- III - cópia do CPF.

Art. 9º Sempre que a restituição corresponder a 100% (cem por cento) do valor total da guia recolhida deve-se juntar ao requerimento a guia original do pagamento efetuado.

Art. 10. Caberá ao requerente informar o banco, agência e conta corrente para que seja efetuada a restituição.

Art. 11. Só será restituído o valor pago indevidamente a pessoa física ou jurídica que efetuou o pagamento.

CAPÍTULO III DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 12. O prazo de que trata o artigo 97 do CTM para alteração ou inscrição de imóvel no Cadastro Imobiliário é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de expedição:

- I - da averbação da propriedade junto ao Registro de Imóveis;
- II - da averbação que consolida a posse ou o domínio útil junto ao Registro de Imóveis;
- III - da convenção condominial, quando da constituição de condomínio;
- IV - da promessa de compra e venda;
- V - do registro, quando do desmembramento;
- VI - da abertura do inventário, falência ou liquidação judicial;
- VII - de qualquer outro documento hábil que identifique o proprietário, o possuidor ou o domínio útil do bem imóvel.

Art. 13. Do cadastro imobiliário deverá constar a existência de litígio sobre o domínio de imóvel, cabendo ao interessado informar tal condição, por meio de certidão emitida pelo cartório do juízo onde correr a ação, devendo constar os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel e a natureza do feito.

Art. 14. Considera-se frente efetiva, para fins de inscrição no cadastro imobiliário, a testada principal gravada junto ao Registro de Imóveis.

Art. 15. Sempre que necessário, e no interesse do Município, a Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar a atualização do Cadastro Imobiliário, mediante recadastramento.

CAPÍTULO IV DO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 16. O Cadastro Mobiliário será constituído de informações indispensáveis à identificação e à caracterização econômica ou profissional de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que vierem a se estabelecer ou iniciar atividade no Município, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam qualquer atividade, habitual ou temporária, individual ou em sociedade, ainda que, por meio de agência, posto, sucursal ou escritório.

Art. 17. Toda inscrição no Cadastro Mobiliário deverá ser promovida por meio eletrônico do REGIN, no site www.jucesc.sc.gov.br.

Art. 18. Considerar-se-á estabelecimentos autônomos:

- I - os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
- II - os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, que funcionem em locais diversos.

Parágrafo único. Não serão considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, bem como os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 19. Os registros no Cadastro Mobiliário serão efetuados:

- I - por solicitação do interessado ou de seu representante legal ou preposto;
- II - de ofício;
- III - por meio de recadastramento.

Parágrafo único. As solicitações de registros, quando efetuadas por representante legal ou preposto, deverão ser acompanhadas de procuração hábil.

Art. 20. São obrigados a promover a inscrição junto ao Cadastro Mobiliário:

- I - as seguintes pessoas jurídicas de direito público, nos termos da lei civil:
 - a) a União;
 - b) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

- c) os Municípios;
 - d) as autarquias, inclusive as associações públicas;
 - e) as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- II - as seguintes pessoas jurídicas de direito privado, nos termos da lei civil:
- a) as associações;
 - b) as sociedades;
 - c) as fundações.
 - d) as organizações religiosas;
 - e) os partidos políticos.
- III - as pessoas jurídicas de direito internacional, nos termos da lei civil;
- IV - os condomínios;
- V - o empresário individual;
- VI - as demais pessoas físicas que exercerem atividades no Município.

Art. 21. A inscrição de pessoa jurídica no Cadastro Mobiliário será concedida mediante a apresentação do ato constitutivo e da inscrição no CNPJ, além do fornecimento dos seguintes dados:

- I - natureza jurídica do estabelecimento;
- II - endereço do estabelecimento e de correspondência, se este for diverso;
- III - nome, qualificação, telefones e endereço para correspondência dos sócios ou responsáveis;
- IV - identificação do(s) sócio(s) administrador(es) ou responsável(eis);
- V - atividade(s) a ser(em) desenvolvida(s), com indicação do(s) código(s) CNAE correspondente(s);
- VI - contabilista responsável, com indicação da inscrição no CRC;
- VII - área útil a ser usada para o desenvolvimento da(s) atividade(s);
- VIII - número de empregados;
- IX - indicação da opção pelo Simples Nacional, na condição de ME ou EPP;
- X - caracterização do estabelecimento como matriz ou filial e indicação do tipo de estabelecimento, conforme segue:
 - a) sede do estabelecimento;
 - b) depósito fechado;
 - c) garagem própria;
 - d) posto de coleta;
 - e) escritório administrativo;
 - f) almoxarifado;
 - g) unidade de reparação;
 - h) unidade de abastecimento de combustíveis;
 - i) ponto de exposição;
 - j) centro de treinamento;
 - k) centro de processamento de dados;
 - l) ERBT / Telecomunicações;
 - m) unidade de trabalho.

Parágrafo único. Além dos dados previstos no caput, poderão se solicitadas informações complementares.

Art. 22. A inscrição de pessoa física no Cadastro Mobiliário será concedida mediante a apresentação do CPF e da habilitação profissional, quando exigível, podendo ainda ser solicitado o fornecimento dos seguintes dados:

- I - endereço da atividade e de correspondência, se este for diverso;
- II - atividade(s) a ser(em) desenvolvidas.

Parágrafo único. Além dos dados previstos no caput, poderão se solicitadas informações complementares.

Art. 23. O número de inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário deverá obrigatoriamente constar:

- I - em quaisquer documentos que apresentar às repartições públicas municipais;
- II - nos livros e documentos de uso obrigatório, exigidos pela

legislação tributária.

Parágrafo único. A isenção, imunidade ou a não incidência de tributos municipais não dispensa a observância do disposto neste artigo.

Art. 24. Sempre que necessário, e no interesse do Município, a Secretaria Municipal Finanças poderá determinar, em caráter geral ou setorial, a atualização do Cadastro Mobiliário, mediante recadastramento.

CAPÍTULO V DOS LIVROS E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Art. 25. Em observância ao artigo 108 do CTM, são considerados obrigatórios os seguintes livros e documentos:

- I - blocos de notas fiscais de prestação de serviço;
- II - segunda via das notas fiscais de prestação de serviço;
- III - livro(s) de registro de ISSQN (Registrado);
- IV- livro(s) razão;
- V- livro(s) diário;
- VI - livro(s) caixa;
- VII - cópias das guias de recolhimento de ISSQN próprias;
- VIII - cópias das guias de recolhimento de ISSQN de terceiros;
- IX - cópias das guias de recolhimento de ISSQN por substituição tributária;
- X - cópias das taxas do Alvará de Licença de Localização;
- XI - cópias das taxas do Alvará de Fiscalização de Funcionamento;
- XII - cópias das taxas de Alvará Sanitário;
- XIII - cópias dos contratos de prestação de serviços como contratada;
- XIV- cópias dos contratos de prestação de serviços como contratante;
- XV- declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- XVI - balanços;
- XVII - balancetes mensais;
- XVIII - cópias do Contrato Social e alterações;
- XIX - notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços;
- XX - recibos provisórios de serviços - RPS.

§ 1º Os Livros Fiscais de que trata este artigo, quando encerrados, serão apresentados ao Fisco Municipal para registro e deverão ser conservados pelo sujeito passivo até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

§ 2º Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá registrar a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência de imposto.

§ 3º Além dos livros e documentos dispostos neste artigo o Fisco Municipal poderá solicitar a exibição de outros documentos que se fizerem necessários a fiscalização.

CAPÍTULO VI DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO - REF

Art. 26. Conforme preceitua o § 3º do artigo 320 do CTM, o Fisco Municipal poderá instituir Regime Especial de Fiscalização - REF, nas seguintes hipóteses:

- I - embargo a fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos em que se assente a escrituração das atividades do sujeito passivo, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado;
- II - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades do sujeito passivo, ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

III - evidências de que a pessoa jurídica esteja constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;
IV - realização de operações sujeitas à incidência tributária, sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes apropriado;
V - prática reiterada de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. O Regime Especial de Fiscalização será aplicado em virtude de ato do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 27. A aplicação do Regime Especial de Fiscalização poderá ter como consequência a adoção das seguintes medidas, isolada ou cumulativamente, em relação a um ou mais tributos administrados pelo Fisco:

I - manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento do sujeito passivo, inclusive com presença física permanente de fiscais de tributos;
II - utilização compulsória de controle das operações realizadas e recolhimento diário dos respectivos tributos;
III - exigência de comprovação sistemática do cumprimento das obrigações tributárias;
IV - controle especial da impressão e emissão de documentos comerciais e fiscais e da movimentação financeira.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata o inciso I poderá abranger todos os turnos de funcionamento da empresa e os dias não úteis ocorridos dentro do período fixado para aplicação do regime.

Art. 28. Cabe ao fiscal responsável pela execução do procedimento fiscal solicitar a aplicação do Regime Especial de Fiscalização, com base em relatório circunstanciado, contendo, no mínimo:

I - a identificação do sujeito passivo submetido a procedimento de fiscalização;
II - o enquadramento em uma ou mais das hipóteses previstas no artigo 26 deste Decreto;
III - descrição dos fatos que justificam a aplicação do regime;
IV - cópia dos termos de constatação lavrados e das notificações efetuadas;
V - relação dos tributos que devam ser objeto do regime;
VI - proposta de medidas previstas no artigo 27 deste Decreto e o período de vigência do regime;
VII - nome e matrícula do fiscal responsável pela execução do procedimento fiscal.

Art. 29. O Regime Especial de Fiscalização será aplicado por despacho fundamentado do Secretário de Finanças, no qual constará a motivação, as medidas adotadas, os tributos em relação aos quais se aplica e o prazo de sua duração.

§ 1º O prazo estabelecido para o Regime Especial de Fiscalização poderá ser ampliado se persistirem as hipóteses que ensejaram a sua aplicação.

§ 2º A qualquer tempo as autoridades fazendárias poderão determinar medidas adicionais ou a suspensão de medidas que não forem mais necessárias, inclusive a interrupção do regime.

Art. 30. O Regime Especial de Fiscalização terá início com a ciência do despacho de que trata o artigo 29 deste Decreto pelo sujeito passivo.

CAPÍTULO VII DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Art. 31. Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária principal, o tributo será lançado de ofício, por meio de notificação de lançamento, com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação.

Parágrafo único. No caso de não cumprimento de obrigação tributária acessória, serão aplicadas as multas previstas na legislação, por meio de auto de infração, com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação.

Art. 32. A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial estabelecido em Portaria do Secretário Municipal de Finanças, será preenchida sem rasuras e sem emendas e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo, bem como o número de sua inscrição;
II - descrição clara e precisa do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido e sua penalidade;
III - hora, local, data de emissão, identificação e assinatura do notificante;
IV - intimação para pagamento ou impugnação com indicação dos respectivos prazos e datas;
V - assinatura e identificação do notificado, seu representante legal ou preposto idôneo.

CAPÍTULO VIII DO VALOR VENAL DO IMÓVEL

Art. 33. A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU é o valor venal do imóvel, verificado no 1º (primeiro) dia de cada exercício financeiro pela aplicação dos critérios previstos no CTM.

Parágrafo único. O valor venal do imóvel edificado corresponde ao valor venal do terreno somado ao valor venal da edificação.

Art. 34. O valor venal calculado pela aplicação dos critérios legais não poderá exceder o valor real do imóvel, verificado junto ao mercado imobiliário local.

§ 1º O sujeito passivo que discordar do valor venal utilizado como base de cálculo do imposto poderá apresentar 03 (três) avaliações de imobiliárias à Secretaria Municipal de Finanças, para fins de revisão.

§ 2º As avaliações a que se refere o § 1º serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Finanças para análise, parecer e laudo de avaliação.

§ 3º Confirmado valor venal inferior à base de cálculo apurada pela aplicação dos critérios legais, o lançamento do imposto dar-se-á sobre o valor do Laudo de Avaliação emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, o que não impedirá:

I - a atualização do valor venal na forma prevista na legislação para os demais lançamentos;
II - o cálculo do valor venal pela aplicação de nova Planta Genérica de Valores vigente no Município;
III - a partir do exercício seguinte à emissão do laudo, a reavaliação pelo Município, de ofício ou a pedido do sujeito passivo apresentado na forma do § 1º.

CAPÍTULO IX DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Seção I Do Regime de Estimativa do ISSQN

Art. 35. O sujeito passivo que optar pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na forma do artigo 250 do CTM, deverá recolher o imposto da seguinte forma:

I - até a data do início das atividades temporárias ou provisórias, no caso do inciso I do artigo 250 do CTM;
II - até o último dia de cada mês do exercício para qual deverá vigor a estimativa, nos demais casos previstos no artigo 250 do

CTM.

Art. 36. A declaração de que trata o § 2º do artigo 250 do CTM (Anexo 01) deverá ser acompanhada das seguintes informações e documentos:

I - identificação do requerente;

II - cópia atualizada do CNPJ;

III - endereço do local onde se realizarão as prestações, com cópia do contrato de locação do imóvel ou "stand", quando for o caso;

IV - descrição detalhada dos serviços que serão prestados, bem como da previsão da respectiva receita;

V - tempo, mesmo que aproximado, de permanência no local onde serão desenvolvidas as atividades;

VI - demonstrativo das despesas necessárias para a manutenção do estabelecimento no período;

VII - identificação de seu contador ou empresa contábil;

VIII - outras informações e documentos exigidos pela Secretaria de Finanças;

IX - demais informações obtidas pelo Fisco Municipal.

Seção II

Dos Critérios de Arbitramento do ISSQN

Art. 37. A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo do ISSQN lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores ou a contribuintes que promovam prestações semelhantes, ou ainda tomando-se como base:

I - o valor da matéria-prima, insumos, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II - o valor dos ordenados, salários, retiradas, pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios titulares ou preposto;

III - o valor de aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;

IV - o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;

V - impostos, taxas, contribuições e encargos em geral.

§ 1º O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios.

§ 2º O valor apurado com base em despesas ou custo para manutenção dos serviços será acrescido de 30% (trinta por cento) a título de lucro ou vantagem remuneratória.

Art. 38. Para a apuração da base de cálculo arbitrada, a autoridade competente poderá utilizar-se, além dos critérios mencionados no artigo anterior, outros que julgar pertinentes e especialmente observará o seguinte:

I - constatada a utilização de nota fiscal de prestação de serviços, da mesma série e número, mas com valores diversos entre as vias, o imposto será arbitrado;

II - constatada a emissão de qualquer documento paralelo à nota fiscal de prestação de serviços far-se-á o arbitramento pela média aritmética dos valores dos documentos apreendidos, multiplicando-se pelo maior número sequencial destes, quando não for possível a apuração do valor exato dos documentos junto aos tomadores dos serviços;

III - constatada declaração de fatos geradores irregularmente para estabelecimentos sediados em outros municípios, sendo possível a verificação, a base de cálculo será arbitrada considerando-se os valores efetivamente declarados e que estejam na competência tributária municipal;

IV - para os contribuintes submetidos a procedimento especial de fiscalização, sendo o caso, a base de cálculo será arbitrada tomando-se por base os fatos apurados durante o procedimento.

Art. 39. Em procedimento regular de fiscalização, verificados os pressupostos legais, a autoridade fiscal competente efetuará o

arbitramento da base de cálculo do ISSQN.

§ 1º O arbitramento do valor dos serviços será precedido de intimação ao sujeito passivo para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os esclarecimentos e provas que julgar necessários.

§ 2º Independente da intimação prevista no § 1º, a autoridade fiscal fará a apuração de dados e elementos junto:

I - ao tomador dos serviços, quando conhecido;

II - a contribuintes que promovam operações ou prestações semelhantes;

III - ao próprio sujeito passivo, relativamente a operações ou prestações realizadas em períodos anteriores;

IV - as demais fontes possíveis.

Art. 40. O sujeito passivo que discordar do valor arbitrado poderá contestar a avaliação do valor arbitrado na ocasião da impugnação a notificação de lançamento.

Seção III

Da Retenção do Imposto na Fonte

Art. 41. O Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte - CRIF, disposto no artigo 267 do CTM, seguirá o modelo emitido na ocasião do pagamento realizado no site www.cidadedecamboriu.sc.gov.br, por meio do "link" Gefisco.

Art. 42. Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos contribuintes prestadores dos serviços descritos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços prevista na Lei Complementar nº 116/2003;

II - aos contribuintes prestadores de serviço sujeitos ao pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada no momento do pagamento;

III - aos contribuintes que apresentarem:

a) nota fiscal de prestação de serviços avulsa fornecida pela Secretaria de Finanças do Município;

b) certidão de isenção de pagamento do imposto, ou imunidade;

c) comprovante do pagamento do imposto devido, anteriormente a data em que deveria ocorrer a retenção na fonte.

§ 2º Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 43. O responsável pelo ISSQN que deixar de efetuar a retenção na fonte nas hipóteses mencionadas no artigo anterior fica obrigado a conservar os documentos comprobatórios da exoneração enquanto não extinto o crédito tributário.

Art. 44. Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, na forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime, para exame periódico da fiscalização municipal.

Seção IV

Do Pagamento do ISSQN

Art. 45. Quando fixo o imposto poderá ser pago em 03 (três) parcelas por meio de requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Finanças, devendo ser identificado o sujeito passivo e o total do tributo a ser parcelado.

Parágrafo único. O parcelamento só será confirmado após a quitação da primeira parcela.

Seção V Da Escrituração Fiscal

Art. 46. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN emitirão livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados e mantidos em um de seus estabelecimentos, ou na falta destes, em seu domicílio conforme modelos disponíveis no link Gefisco.

Seção VI Das Obrigações Acessórias do ISSQN

Art. 47. Considera estabelecimentos autônomos sujeitos a inscrição obrigatória no Cadastro Municipal de Contribuintes:

I - os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;

II - os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, que funcionem em locais diversos.

Art. 48. Os documentos fiscais serão impressos e numerados em ordem sequencial de forma crescente.

Art. 49. O documento fiscal será obrigatoriamente emitido:

I - no reajustamento de preço em virtude de contrato, quando ocorrer acréscimo do valor do serviço;

II - na regularização em virtude de diferença de preço dos serviços quando efetuada no período de apuração do imposto em que tenha sido emitido o documento original;

III - para correção do valor do imposto, se este tiver sido destacado a menor em virtude de erro de cálculo, quando a regularização ocorrer no período de apuração do imposto em que tenha sido emitido o documento original.

§ 1º Na hipótese do inciso I, o documento fiscal será emitido até o último dia do mês em que se efetivou o reajuste do preço.

§ 2º O documento fiscal também será emitido se, nas hipóteses previstas nos incisos II e III, a regularização não se efetuar dentro dos prazos mencionados, devendo o imposto ser recolhido em documento de arrecadação específico com as informações relativas à regularização e constar no documento fiscal o número e a data do documento de arrecadação.

Art. 50. Sempre que for obrigatória a emissão de documentos fiscais, aqueles a quem se destinarem os serviços são obrigados a exigir tais documentos dos que devam emití-los.

Art. 51. Os documentos fiscais emitidos com irregularidades poderão ser corrigidos mediante carta dirigida ao emitente, com descrição minuciosa dos dados incorretos, sendo que uma via, depois de visada pelo prestador ou emitente do documento fiscal, será arquivada juntamente com o respectivo documento fiscal.

§ 1º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, à alíquota, ao valor do imposto destacado ou à identificação do tomador ou destinatário do serviço.

§ 2º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Art. 52. Quando o documento fiscal for cancelado, conservar-se-ão todas as suas vias, com declaração dos motivos que determinaram o cancelamento e referência, se for o caso, ao novo documento emitido, sob pena de exigência do imposto como se a prestação houvesse sido efetivamente realizada.

Art. 53. Os sujeitos passivos e demais pessoas obrigadas a

inscrição cadastral deverão escriturar e regularizar os livros obrigatórios até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente ao ano base.

Parágrafo único. Considera-se ano base o ano anterior ao da regularização.

Art. 54. As pessoas jurídicas estabelecidas no Município, que prestarem ou contratarem serviços sujeitos à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, deverão informar ao órgão fazendário, até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, a Declaração Eletrônica de Serviços - DES das notas fiscais de prestação de serviços emitidas ou recebidas, da seguinte forma:

I - pela internet, no endereço eletrônico www.cidadedecamboriu.sc.gov.br, por meio do link Gefisco;

II - no órgão fazendário por meio de arquivo eletrônico.

§ 1º A obrigatoriedade prevista neste artigo é extensiva aos condomínios e demais entidades sem personalidade jurídica tomadoras de serviços sujeitos a incidência do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS.

§ 2º A entrega da Declaração Eletrônica de Serviços - DES, em meio eletrônico, poderá ser realizada conforme preceitua os incisos I e II deste artigo.

§ 3º A entrega da Declaração Eletrônica de Serviços - DES, na forma do parágrafo anterior, poderá ser realizada pelo contabilista ou empresa contábil credenciada pelo órgão fazendário, observadas as disposições estabelecidas na legislação tributária.

Art. 55. A Declaração Eletrônica de Serviços - DES deverá ser preenchida conforme informações solicitadas pela internet, no endereço eletrônico www.cidadedecamboriu.sc.gov.br, por meio do link Gefisco.

Art. 56. Não será aceita Declaração Eletrônica de Serviços - DES cujo arquivo eletrônico estiver ilegível ou danificado.

Art. 57. Os prestadores de serviços que optarem pela emissão de cupom fiscal deverão registrar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF junto à Administração Tributária Municipal, declarando o atendimento dos requisitos específicos previstos na legislação tributária do Estado de Santa Catarina, especialmente as disposições do RICMS/2001 (ANEXO 9), ou outro que vier a regulamentar a matéria no âmbito Estadual.

Art. 58. Conforme preceitua o artigo 358, inciso II, do CTM, fica instituída a Nota Fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica - NFPS-e para adesão voluntária dos contribuintes do município de Camboriú, até 31 de dezembro de 2011, não sendo autorizado o seu retorno as notas impressas.

Art. 59. Ficam todas as empresas prestadoras de serviço estabelecidas neste município obrigadas, a partir de primeiro de janeiro de 2012, a utilizarem da NFPS-e por meio do endereço eletrônico <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (internet), por meio do Link: Gefisco, Nota Fiscal de Prestação de Serviço Eletrônica.

Art. 60. A Prefeitura Municipal disponibilizará terminal de acesso a internet para os devidos lançamentos da NFPS-e.

Art. 61. No caso de eventual impedimento da emissão on-line da NFPS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS, registrando todos os dados que permitam sua conversão por NFPS-e.

Art. 62. O Recibo Provisório de Serviços - RPS é o documento a ser usado por emitentes da NFPS-e no eventual impedimento da emissão on-line da NFPS-e. O RPS, com layout a critério do contribuinte, deverá ser impresso em gráfica autorizada pela Secretaria Municipal de Finanças, com a necessidade de solicitação da Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF e dados específicos estipulados pelo Fisco municipal.

Art. 63. O RPS deverá ser substituído por NFPS-e até o décimo dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviços, sendo que o prazo em questão inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não-útil.

Art. 64. Caso não ocorra a substituição do RPS pela NFPS-e haverá a perda de sua validade após transcorrido o prazo de conversão, ocasionando o efeito de não-emissão de documento fiscal e sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor, sendo que a conversão fora do prazo sujeitará o prestador, da mesma forma, às referidas penalidades.

Art. 65. O RPS também poderá ser utilizado pelos prestadores sujeitos à emissão de grande quantidade de NFPS-e, sendo que, neste caso, o prestador emitirá o RPS para cada transação e providenciará sua conversão em NFPS-e mediante o envio de arquivos (processamento em lote).

Art. 66. O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial a partir do número 1 (um). Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

Art. 67. O RPS deve ser emitido em 02 (duas) vias, sendo a 1ª entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª em poder do emitente (via fixa do bloco).

Art. 68. O restante das notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos, tendo como prazo limite de 31 de dezembro de 2012, quando deverão ser entregues a unidade competente da Secretaria Municipal de Finanças para serem inutilizadas.

Parágrafo único. A nota fiscal convencional emitida deverá ser substituída pela NFPS-e, e, para todos os fins de direito, perderá sua validade após transcorrido o prazo de conversão previsto no caput deste artigo.

Art. 69. O contribuinte ao utilizar os blocos de notas fiscais de serviços já impressas como RPS, deverá providenciar carimbo padronizado pela Secretaria Municipal de Finanças para identificação deste.

Art. 70. As empresas constituídas a partir de primeiro de janeiro de 2012 estarão obrigadas a confecção de Recibo Provisório de Serviço - RPS.

Art. 71. O recolhimento do ISSQN, referente às NFPS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de documento de arrecadação emitido pelo aplicativo da NF-e no endereço eletrônico <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br>.

Art. 72. Motéis e Estacionamentos de Veículos deverão emitir Recibo Provisório de Serviço - RPS para cada serviço prestado (entrada), com a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviço - NFPS-e com os números dos recibos ao final do expediente.

Art. 73. O disposto no artigo anterior também é aplicável as empresas rudimentares, desde que solicitado administrativamente e aprovado pela autoridade competente.

Art. 74. Os Cartórios e Tabelionatos deverão emitir NFPS-e diariamente relativo ao total de serviços prestados.

Art. 75. As NFPS-e serão automaticamente lançadas no Livro Fiscal.

Art. 76. O recolhimento do ISSQN, referente às NFPS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de documento de arrecadação emitido pelo aplicativo da NFPS-e no endereço eletrônico <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br>.

§ 1º A guia de recolhimento de ISSQN fica disponível para emissão a partir da emissão da primeira NFPS-e dentro do mês.

§ 2º Ficam dispensados da emissão da guia de recolhimento pelo sistema da NFPS-e:

- I - as empresas de fora da área territorial de Camboriú;
- II - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Camboriú, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município;
- III - as microempresas estabelecidas no Município de Camboriú e enquadradas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 77. Caso a guia de recolhimento seja emitida após a data de vencimento do ISSQN, esta sofrerá a majoração dos devidos acréscimos legais.

Art. 78. Não será permitido o cancelamento das NFPS-e após escrituração, salvo requerimento administrativo protocolado junto à Secretaria Municipal de Finanças.

Seção VII

Do Recolhimento do ISSQN para Empresas Optantes do Simples Nacional

Art. 79. Conforme preceitua o § 3º do artigo 309 do CTM, o requerimento para a inscrição dos sujeitos passivos na repartição fiscal estará disponível por meio do Sistema Gefisco, disponibilizado no site www.cidadedecamboriu.sc.gov.br, observadas as exigências referentes ao Capítulo IV deste Decreto.

Art. 80. Conforme preceitua o § 3º do artigo 320 do CTM, o Fisco Municipal poderá instituir Regime Especial de Fiscalização - REF às empresas optantes do Simples Nacional após fiscalização orientadora, nas seguintes hipóteses:

- I - embargo a fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos em que se assente a escrituração das atividades do sujeito passivo, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado;
- II - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades do sujeito passivo ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;
- III - evidências de que a pessoa jurídica esteja constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;
- IV - realização de operações sujeitas à incidência tributária, sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes apropriado;
- V - prática reiterada de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. O Regime Especial de Fiscalização - REF será aplicado às empresas optantes do Simples Nacional em virtude de ato do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 81. A aplicação do REF poderá ter como consequência a adoção das seguintes medidas, isolada ou cumulativamente, em relação a um ou mais tributos administrados pelo Fisco:

I - manutenção de fiscalização ininterrupta no estabelecimento do sujeito passivo, inclusive com presença física permanente de Fiscais de Tributos;

II - utilização compulsória de controle das operações realizadas e recolhimento diário dos respectivos tributos;

III - exigência de comprovação sistemática do cumprimento das obrigações tributárias;

IV - controle especial da impressão e emissão de documentos comerciais e fiscais e da movimentação financeira.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata o inciso I poderá abranger todos os turnos de funcionamento da empresa e os dias não úteis ocorridos dentro do período fixado para aplicação do regime.

Art. 82. Cabe ao fiscal responsável pela execução do procedimento fiscal solicitar a aplicação do REF, com base em relatório circunstanciado, contendo, no mínimo:

I - a identificação do sujeito passivo submetido a procedimento de fiscalização;

II - o enquadramento em uma ou mais das hipóteses previstas no artigo 26 deste Decreto;

III - descrição dos fatos que justificam a aplicação do regime;

IV - cópia dos termos de constatação lavrados e das notificações efetuadas;

V - relação dos tributos que devam ser objeto do regime;

VI - proposta de medidas previstas no artigo 27 deste Decreto e o período de vigência do regime;

VII - nome e matrícula do fiscal responsável pela execução do procedimento fiscal.

Art. 83. O REF será aplicado por despacho fundamentado do Secretário de Finanças, no qual constará a motivação, as medidas adotadas, os tributos em relação aos quais se aplica e o prazo de sua duração.

§ 1º O prazo estabelecido para o REF poderá ser ampliado se persistirem as hipóteses que ensejaram a sua aplicação.

§ 2º A qualquer tempo as autoridades poderão determinar medidas adicionais ou a suspensão de medidas que não sejam mais necessárias, inclusive a interrupção do regime.

Art. 84. O REF terá início com a ciência do despacho de que trata o artigo 29 deste Decreto pelo sujeito passivo.

CAPÍTULO X DAS TAXAS

Art. 85. O prazo para pagamento da Taxa de Fiscalização para Funcionamento é até o último dia do mês de fevereiro do ano a que se refere.

Art. 86. Quanto à Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, seu pagamento deverá ser efetuado por ocasião da solicitação da licença quando no início da atividade ou quando da transferência de local ou ramo de atividade.

Art. 87. A empresa poderá solicitar o Alvará Provisório de três meses, caso dependa de alguma exigência para aprovação de Habite-se e/ou outra que se faça obrigatória pelas secretarias envolvidas ou Bombeiro, por meio do link Gefisco disponibilizado no site www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Art. 88. Para distribuição de prospectos, panfletos e similares, deverá ser requerido autorização indicando o conteúdo da

propaganda e locais para distribuição, bem como a quantidade impressa para distribuição.

Parágrafo único. Os impressos para distribuição deverão conter os seguintes dizeres: Mantenha sua cidade limpa! Coloque o lixo no local apropriado.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 89. Os modelos oficiais dos documentos fiscais que trata este Decreto estão estabelecidos na Portaria nº 001/2011, instituída pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 90. A Secretaria Municipal de Finanças poderá instituir novos modelos e séries de documentos fiscais, regulando seu uso e procedimento.

Art. 91. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 27 de outubro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

ÍNDICE

CAPÍTULO I
DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (Art. 2º)

CAPÍTULO II
DA RESTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PAGO INDEVIDAMENTE (Art. 7º)

CAPÍTULO III
DO CADASTRO IMOBILIÁRIO (Art. 12)

CAPÍTULO IV
DO CADASTRO MOBILIÁRIO (Art. 16)

CAPÍTULO V
DOS LIVROS E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (Art. 25)

CAPÍTULO VI
DO REGIME ESPECIAL DE DISCALIZAÇÃO - REF (Art. 26)

CAPÍTULO VII
DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO (Art. 31)

CAPÍTULO VIII
DO VALOR VENAL DO IMÓVEL (Art. 33)

CAPÍTULO IX
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER
NATUREZA - ISSQN (Art. 35)

CAPÍTULO X
DAS TAXAS (Art. 85)

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (Art. 89)

Decreto nº. 1.372/2011

DECRETO Nº 1.372/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.236,00 (mil duzentos e trinta e seis reais) no orçamento do Fundo Municipal de Educação, conforme órgão e unidade orçamentária abaixo.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0150 - Programa Dinheiro Direto na Escola

Código Reduzido: 17

VALOR: R\$ 1.236,00

Art. 2º Para fazer face de suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação dos recursos do P.D.D.E - Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar no valor de R\$ 1.236,00 (mil duzentos e trinta e seis reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.374/2011

DECRETO Nº 1.374/2011

Concede benefícios tributários previstos na Lei nº. 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº. 961 de 29 de março de 1993, e;

CONSIDERANDO o requerimento de isenção ao pagamento de tributos municipais formulado pela Empresa Tradição Administradora e Incorporadora Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.523.764/0001-15;

CONSIDERANDO o parecer nº 888/2011 exarado pela Secretaria Municipal de Finanças em 01 de dezembro de 2011, que opinou, após análise da documentação constitutiva e do requerimento apresentado pela citada empresa, pela isenção ao pagamento de

tributos municipais;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento sócio-econômico ao Município, especialmente o aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à Empresa Tradição Administradora e Incorporadora Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.523.764/0001-15, o benefício de isenção ao pagamento de tributos municipais por um período de 10 (dez) anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 2º A isenção prevista no artigo 1º deste Decreto não abrange taxas e contribuições de melhoria em razão do disposto no artigo 177, inciso I, do Código Tributário Nacional.

Art. 3º Se a empresa beneficiada com a isenção do pagamento de tributos municipais não cumprir o estabelecido na Lei Municipal nº 961/1993 perderá automaticamente todos os benefícios concedidos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 12 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.375/2011

DECRETO Nº 1.375/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0001 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 42.500,00

Art. 2º Para fazer face de suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação de

recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú, apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 14 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.377/2011

DECRETO Nº 1.377/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Função: 01 - Legislativa
Sub-função: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 - Manut. Da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 5
VALOR: R\$ 2.970,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, na mesma importância.

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores
Função: 01 - Legislativa
Sub-função: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 - Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 - Manut. Da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 7
VALOR: R\$ 2.970,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de Dezembro 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.378/2011

DECRETO Nº 1.378/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do fundo de Saúde
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas de Impostos e Transferências - Saúde
Código Reduzido: 6
VALOR: R\$ 800,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na mesma importância.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do fundo de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.91.00.00 - Aplicações Infra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas de Impostos e Transferências - Saúde
Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de Dezembro 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.379/2011

DECRETO Nº 1.379/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 12.600,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico, na mesma importância.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 11
VALOR: R\$ 4.060,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.91.00.00 - Aplicações Infra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 13
VALOR: R\$ 1.140,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 14

VALOR: R\$ 7.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de Dezembro 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.380/2011

DECRETO Nº 1.380/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
VALOR: R\$ 40.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação de recursos ordinários do Fundo Municipal de Saneamento Básico, apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de Dezembro 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.381/2011

DECRETO Nº 1.381/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária

Atividade: 2.030 - Manut. da Secretaria de Agricult. e Meio Ambiente

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 4

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, na mesma importância.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária

Atividade: 2.030 - Manut. da Secretaria de Agricult. e Meio Ambiente

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 9

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de dezembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.382/2011

DECRETO Nº 1.382/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa

Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 74.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%

Código reduzido: 23

VALOR: R\$ 44.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB 40%

Código reduzido: 24

VALOR: R\$ 16.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, na mesma importância.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB 40%

Código Reduzido: 20

VALOR: R\$ 74.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB 40%
Código reduzido: 26
VALOR: R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.383/2011

DECRETO Nº 1.383/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%
VALOR: R\$ 135.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%
Código reduzido: 23
VALOR: R\$ 87.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB, apurados no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto nº. 1.384/2011

DECRETO Nº 1.384/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.035 - Manutenção do Programa Bolsa Familiar
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0161 - Programa Farmácia Popular do Brasil
Código Reduzido: 16
VALOR: R\$ 14.000,00

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.036 - Manutenção dos Serviços de Atend. de Urgência - SAMU
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0061 - Atenção de Média e Alta Complexidade
Código Reduzido: 19
VALOR: R\$ 17.000,00

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.041 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos - Saúde
Código Reduzido: 29
VALOR: R\$ 74.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) do Programa Farmácia Popular do Brasil, R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) de recursos da Atenção de Média e Alta Complexidade e R\$ 74.000,00 (setenta e

quatro mil reais) de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de dezembro de 2011.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 086 de 20 de Dezembro de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 086 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO ALEGRE - LEI COMPLEMEN-
TAR MUNICIPAL Nº 006/02.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre – Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica extinta a função de Agente de Controle Urbanístico, com suas respectivas atribuições e responsabilidades, descritas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal n. 006/2002.

Art. 2º. Fica criado o cargo de Técnico em Edificações, representado pelo código 85, no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 (Estrutura de Cargos Efetivos), com 01 (uma) vaga, conforme quadro anexo, parte integrante desta lei, que fica atualizado.

Parágrafo único – As atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo de Técnico em Edificações, estão dispostas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal n. 006/02, alterado pela presente lei, que descreve ainda, a denominação própria do respectivo cargo, a categoria funcional a que pertence e a escolaridade/habilitação exigida para o ingresso na carreira e o nível do vencimento correspondente.

Art. 3º. Ficam acrescidas 03 (três) vagas no cargo de Agente Administrativo II, 03 (três) vagas no cargo de Agente Administrativo III, conforme quadro do Anexo I, parte integrante desta lei, que fica atualizado.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓD.	CATE- GORIA FUN- CIONAL	NÍVEL	NOMENCLATU- RA DO CARGO	CARGA HO- RÁRIA SEMA- NAL	Nº DE VAGAS ANTE- RIOR	Nº DE VAGAS PREEN- CHIDAS	Nº DE VAGAS PRO- POSTAS
01	ANS	6	Advo- gado	40 horas	00	00	01
02	ANS	6	Assis- tente Social	40 horas	01	00	01
03	ANS	6	Bibliote- cário	40 horas	00	00	01
04	ANS	6	Conta- dor	40 horas	00	00	01
05	ANS	6	Enfer- meiro	40 horas	01	00	03
06	ANS	6	Enge- nheiro	40 horas	02	01	03
07	ANS	6	Farma- cêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisio- te- rapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoau- diólogo	30 horas	01	00	01
10	ANS	6	Médi- co I	20 horas	07	03	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	00	00	02
12	ANS	6	Médico Veteri- nário	40 horas	01	01	02
13	ANS	6	Nutri- cionista	30 horas	01	00	01
14	ANS	6	Odontó- logo I	20 horas	08	06	06
15	ANS	6	Odontó- logo II	40 horas	03	03	03
16	ANS	6	Psicólo- go	40 horas	01	01	01
17	ANS	6	Tera- peuta Ocupa- cional	30 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	04	04	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10

20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	16	16	19
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	05	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por hora Aula	03	03	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	00	05	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	17	12	18
25	ANB	3	Motorista	40 horas	09	08	12
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	08	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	04	05
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	02	00	04
29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	66	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	00	00	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	04	04	07
32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas Plantão	00	00	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	02	02	02
34	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	00	00	04
35	ANI	4	Instrutor de Informática	40 horas	00	00	02
36	ANIS	5A	Instrutor de Educação Física	40 horas	00	00	01
37	ANB	3A	Agente Operacional V	40 horas	00	00	05

84	ANI	4	Atendente de Sala	40 horas	00	00	07
85	ANI	5	Técnico em Edificações	40 horas	00	00	01

ANEXO I - A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina
12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio

21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
26	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
27	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental
28	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior
32	ANIS	Médico IV Plantonista	Formação Superior em Medicina/Especialidade
33	ANB	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
34	ANI	Agente Operacional IV	Ensino Médio
35	ANI	Instrutor de Informática	Ensino Médio
36	ANIS	Instrutor de Educação Física	Formação Superior/Educação Física
37	ANB	Agente Operacional V	Ensino Fundamental
84	ANI	Atendente de Sala	Ensino Médio
85	ANI	Técnico em Edificações	Curso Técnico em Edificações

ANEXO IV

PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANI - Atividades de Nível Intermediário			Nível: 5
DENOMINAÇÃO DO CARGO	FUNÇÕES	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES	ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO EXIGIDA

Realizar estudos no local das obras, procedendo a medições, analisando amostras de solo e efetuando cálculos para auxiliar a preparação de plantas e especificações destinadas a construção, reparo e conservação de edifícios e outras obras de engenharia civil; Executar esboços e desenhos técnicos estruturais;

Preparar estimativas detalhadas sobre quantidade e custo de mão-de-obra, efetuando cálculos referentes a materiais, pessoal e serviços;

Promover a inspeção dos materiais, estabelecendo testes a serem realizados, de acordo com as especificações e o emprego de cada material para controlar a qualidade e observância das especificações;

Executar levantamentos e pesquisas, coleta de dados e registro de observações relativas a solos, construções, equipamentos, aparelhos, materiais e instalações em geral;

Identificar problemas que surjam, aplicando conhecimentos teóricos e práticos sobre construção, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, para assegurar o desenvolvimento dos trabalhos;

Emitir relatório periódico sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito de irregularidades encontradas;

8. Auxiliar o fornecimento de informações para emissão de Certidões diversas na área do urbanismo quando solicitado pelos Municípios;

9. Auxiliar na elaboração de Projetos e Orçamentos de obras, ruas, estradas e servidões e demais serviços correlatos;

10. Auxiliar na fiscalização de obras, realizar vistorias em ruas, servidões e demais serviços correlatos;

11. Auxiliar os ocupantes do cargo de Fiscal de Obras na consecução de suas atividades;

12. Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação;

13. Executar alinhamento e a medições de ruas e servidões;

14. Levantar dados para o setor de cadastramento tributário para a perfeita execução de serviços de engenharia;

15. Coletar dados para elaboração de Mapas e desenvolver croquis;

16. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas;

17. Executar serviços de numeração de prédios;

18. Executar o parecer técnico emitido pelo ocupante detentor do cargo de Engenheiro sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo;

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	Técnico em Edificações	<p>19. Executar e Controlar Alinhamento em Sepulturas no Cemitério Municipal;</p> <p>20. Executar levantamentos da superfície e subsolo da terra, da sua topografia natural e de obras existentes determinando, o perfil, a localização, as dimensões exatas e a configuração de terrenos, campos e estradas, para fornecer os dados básicos necessários aos trabalhos de construção;</p> <p>21. Analisar e elaborar mapas, estudando-os e calculando medições a serem efetuadas, a fim de preparar esquemas de levantamento topográficos;</p> <p>22. Efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno, a fim de definir as vias de melhor acesso;</p> <p>23. Realizar levantamento de área demarcada, posicionando e manejando aparelhos de medição, para determinar altitudes, distâncias, ângulos e outras características;</p> <p>24. Efetuar registros e cálculos, anotando valores lidos e analisando-os posteriormente, a fim de confirmar sua precisão;</p> <p>25. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;</p> <p>26. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Curso Técnico em Edificações;</p> <p>- Registro no Conselho Regional da Categoria.</p> <p>b) Para Promoção à Referência "F" da Classe 53:</p> <p>Contar com 600 horas aula, no mínimo, contadas desde o ingresso na carreira, em cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, homologados pela Secretaria Municipal de Administração.</p>
Número de Vagas: 01			

Lei Nº 3.799 de 20 de Dezembro de 2011

LEI Nº 3.799 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 89.881,11 (oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e onze centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito
 02.01 - Chefia de Gabinete
 2.042 - Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319113.00.136 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias. R\$ 1.000,00
 04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 2.011 - Contribuição para a formação do PASEP
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.136 - Aplicações Diretas
 339047.00.136 - Obrigações Tributárias e Contributivas
 R\$ 20.000,00

4.010 - Contribuição a AMUNESC
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
 335000.00.136 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativas
 335041.00.136 - Contribuições R\$ 881,11
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.03 - Serviço de Educação Infantil
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil
 300000.00.139 - Despesas Correntes
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.139 - Aplicações Diretas
 319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado
 R\$ 33.000,00
 319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 35.000,00
 TOTAL R\$ 89.881,11

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças
 04.01 - Serviço do Controle Fazendário
 2.044 - Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças
 300000.00.136 - Despesas Correntes
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.136 - Aplicações Diretas
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 10.000,00
 319113.00.136 - Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias. R\$ 11.811,11
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental
 1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unid. Escol de Ensino Fundamental
 400000.00.141 - Despesas de Capital
 440000.00.141 - Investimentos
 449000.00.141 - Aplicações Diretas
 449052.00.141 - Equipamentos e Material Permanente
 R\$ 54.000,00
 05.03 - Serviço de Educação Infantil
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil
 300000.00.141 - Despesas Correntes
 310000.00.141 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.141 - Aplicações Diretas
 319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
 R\$ 14.000,00
 TOTAL R\$ 89.811,11

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.800 de 20 de Dezembro de 2011

LEI Nº 3.800 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO SITUADO NO DISTRITO INDUSTRIAL II E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS - SOLO ENGENHARIA LTDA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 02 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, à situado na Rod. SC-427, medindo 5.048,50m² (cinco mil, quarenta e oito, vírgula cinquenta décimetros quadrados), pelo prazo de 05 (cinco anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à Empresa: SOLO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.743.714/0001-00, devendo a concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

§ 1º) Fica concedida a Isenção de pagamento do IPTU - Imposto Territorial Urbano pelo período de 05 (cinco anos).

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente Lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal n.º 2.230/97, fica vedado à Empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.634 de 19 de DEEMBRO de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.634 DE 19 DE DEEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO

MUNICIPAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal 006/02, em seus Artigos 117 e 126-B, alterado e incluído respectivamente pela Lei Complementar Municipal nº 082 de 21 de Julho de 2011; RESOLVE:

Art.1º) Designar o Servidor Público Municipal, Sr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, ocupante do cargo de Médico II, Registro no Sistema sob nº 954967, para exercer a Responsabilidade Técnico por atividades Médicas e autorizações do SUS, a partir desta data.

Art.2º) Além das disposições de que tratam o caput do Artigo 1º desta Portaria, compete ainda, ao Servidor na condição de Responsável Técnico o cumprimento das atribuições previstas no § 1º e seus Incisos do Artigo 126-B da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.3º) Pela designação de que trata esta Portaria o servidor perceberá mensalmente o valor equivalente ao FG-1 no valor de R\$ 1.026,81 (um mil, vinte e seis reais, oitenta e um centavos).

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.635 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.635 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, ADELINA ARACI COTHOVISKY, Matrícula Funcional nº 000594, Registro no Sistema sob nº 954827, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal
AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.636 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.636 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, ADILSON MANOEL CANDIDO, Matrícula Funcional nº 0162, Registro no Sistema sob nº 469300, referente ao período aquisitivo 09 de julho de 2010 a 08 de julho de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.637 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.637 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, ALISSON MANOEL CANDIDO, Matrícula Funcional nº 000568, Registro no Sistema sob nº 954708, referente ao período aquisitivo 11 de dezembro de 2010 a 10 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.638 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.638 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema sob nº 954516, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.639 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.639 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº

000005, Registro no Sistema sob nº 284400, referente ao período aquisitivo 26 de abril de 2011 a 25 de abril de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.640 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.640 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.641 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.641 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, ANTONIO MIGUEL GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000323, Registro no Sistema sob nº 327101, referente aos períodos aquisitivos: 26 de janeiro de 2010 a 25 de janeiro de 2011 = 10 (dez) dias; 26 de janeiro de 2011 á 25 de janeiro de 2012 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2011 á 25 de janeiro de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.642 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.642 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 000285, Registro no Sistema sob nº 316400, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2010 a 16 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.643 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.643 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, CLAUDIO CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000142, Registro no Sistema sob nº 36100, referente aos períodos aquisitivos: 16 de setembro de 2009 a 15 de setembro de 2010 = 10 (dez) dias; 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro de 2011 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.644 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.644 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 = 10 (dez) dias; 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.645 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.645 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema sob nº 954680, referente aos períodos aquisitivos: 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011 = 10 (dez) dias; 03 de julho de 2011 a 02 de julho de 2012 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.646 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.646 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, FRANCISCO OSNI DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000021, Registro no Sistema sob nº 546000, referente ao período aquisitivo 13 de outubro de 2009 a 126 de outubro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.647 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.647 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, GIOVANE JOSÉ TOMAZ, Matrícula Funcional nº 000477, Registro no Sistema sob nº 954483, referente aos períodos aquisitivos: 03 de outubro de 2007 a 02 de outubro de 2008 = 10 (dez) dias; 03 de outubro de 2009 à 02 de outubro de 2010 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2009 à 02 de outubro de 2010.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.648 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.648 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000292, Registro no Sistema sob nº 317390, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.649 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.649 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, IVONEI FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000338, Registro no Sistema sob nº 351650, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2010 a 01 de junho de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.650 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.650 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, Matrícula Funcional nº 000597, Registro no Sistema sob nº 954832, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.651 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.651 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço de Transporte e Frota, JARBAS JORGE CATONI, Matrícula Funcional nº 000182, Registro no Sistema sob nº 368900, referente aos períodos aquisitivos: 20 de março de 2009 a 19 de março de 2010 = 10 (dez) dias; 20 de março de 2010 á 19 de março de 2011 = 10 (dez) dias.

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 26 de dezembro

de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.652 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.652 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, JOÃO DE PAULA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000030, Registro no Sistema sob nº 292620, referente ao período aquisitivo 09 de março de 2011 a 08 de março de 2012, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.653 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.653 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS DE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Técnico em Nível Médio, JOÃO SAMUEL CUBAS, Matrícula Funcional nº 000384, Registro no Sistema sob nº 115090, referente aos períodos aquisitivos: 03 de março de 2009 a 02 de março de 2010 = 10 (dez) dias; 03 de março de 2010 a 02 de março de 2011 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 03 de março de 2010 a 02 de março de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.654 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.654 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, JOSÉ ODE-NIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 000266, Registro no Sistema sob nº 314960, referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2010 a 19 de junho de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.655 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.655 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, LUIS CARLOS COTHOVISKY, Matrícula Funcional nº 000040, Registro no Sistema sob nº 292970, referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2010 a 03 de janeiro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.656 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.656 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional V, LUIZ ANTONIO CANDIDO, Matrícula Funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2010 a 14 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.657 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.657 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, MARCOS ENGLER, Matrícula Funcional nº 000374, Registro no Sistema sob nº 722140, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.658 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.658 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA DA DEFESA CIVIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Coordenadora da Defesa Civil, MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA, Registro no Sistema sob nº 954789, referente ao período aquisitivo 03 de novembro de 2010 a 02 de novembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.659 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.659 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I, MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, Matrícula Funcional nº 000265, Registro no Sistema sob nº 314880, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2010 a 31 de maio de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.660 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.660 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, MARIO OSVALDO ATNER, Matrícula Funcional nº 000055, Registro no Sistema sob nº 293350, referente ao período aquisitivo 01 de

novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.661 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.661 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, NEURI NAGEL, Matrícula Funcional nº 000404, Registro no Sistema sob nº 954254, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2010 a 14 de abril de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.662 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.662 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE

FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, OSMARIO VERÍSSIMO MICHALSKY, Matrícula Funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.663 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.663 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional IV, PAULO SOARES DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000267, Registro no Sistema sob nº 315000, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.664 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.664 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS DE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I, PEDRO VITOR HOTZ DE ASSUMPCÃO, Matrícula Funcional nº 000483, Registro no Sistema sob nº 954489, referente aos períodos aquisitivos: 03 de outubro de 2009 a 02 de outubro de 2010 = 10 (dez) dias; 02 de outubro de 2010 a 02 de outubro de 2011 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2010 a 02 de outubro de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.665 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.665 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista, SIDNEI DALA MEA, Matrícula Funcional nº 000524, Registro no Sistema sob nº 954622, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.666 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.666 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, Matrícula Funcional nº 000074, Registro no Sistema sob nº 294590, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2010 a 14 de janeiro de 2010, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.667 de 19 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.667 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional III, VENÍCIO NEGHERBON, Matrícula Funcional nº 000582, Registro no Sistema sob nº 954771, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 a 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.668 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.668 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.669 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.669 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor II, ANTONIO MAURI CRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, referente ao período aquisitivo 01 de

janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.669 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.669 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor II, ANTONIO MAURI CRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.670 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.670 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE

FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.671 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.671 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor I, BERTINA BAHAR, Matrícula Funcional nº 0230, Registro no Sistema sob nº 237202, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2011 a 01 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.672 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.672 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor IV, BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.673 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.673 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2011 a 28 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.674 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.674 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor I, CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2010 a 02 de julho de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.675 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.675 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2011 a 18 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro

de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.676 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.676 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professor I, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.677 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.677 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no Sistema sob nº 740400, referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2011 a 14 de agosto de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.678 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.678 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, ELIANE BAUM, Matrícula Funcional nº 000090, Registro no Sistema sob nº 272000, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2011 a 17 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.679 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.679 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, Matrícula Funcional nº 000194, Registro no Sistema sob nº 306000, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2011 a 14 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.680 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.680 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO A EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço de Apoio á Educação, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000084, Registro no Sistema sob nº 867200, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2011 a 14 de janeiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.681 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.681 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.682 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.682 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor V, LUIS ROGÉRIO VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 954467, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.683 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.683 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, MARCIA FRANZ SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 000113, Registro no Sistema sob nº 296610, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2011 a 31 de março de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 à 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.684 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.684 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor I, MARCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, referente ao

período aquisitivo 09 de fevereiro de 2011 a 08 de fevereiro de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.685 de 20 de Dezembro de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.685 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Professor II, MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, referente ao período aquisitivo 04 de agosto de 2011 a 03 de agosto de 2012 pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 á 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Circunstanciada - Pregão 90/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 90/2011)

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às 10 horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Joceli de Souza e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 90/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de material permanente - CORTINAS - para a nova Sede da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Silva Bernardes. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) da empresas proponentes: Wischral Com. E Representações Ltda e Sandra Mara da Rosa Me. Todas as empresas licitantes apresentaram a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como ME para valer-se da Lei Complementar 123/2006. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. Nilberto Wischral representante da empresa Wischral Com. E Representações Ltda, e Sr. Paulo Joel Leindecker da Paixão Júnior representante da empresa Sandra Mara da Rosa Me. Procedeuse a abertura dos envelopes das propostas comerciais. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Global. Sendo que a licitante Sandra Mara da Rosa Me, apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 11.757,00, e a empresa Wischral Com. E Representações Ltda apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 12.006,00. A proposta da empresa Sandra Mara da Rosa Me foi desclassificada por não apresentar marca conforme exigência do edital. Passou para a fase dos lances , a licitante Wischral Com. E Representações Ltda concedeu desconto, fechando o valor em R\$ 11.800,00. Passou-se a abertura do envelope contendo os documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e a habilitação da licitante Wischral Com. E Representações Ltda, com valor total em R\$ 11.800,00 a Pregoeira a declara vencedora do processo licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata Circunstanciada - Processo Licitatório Nº 87/2011

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 87/2011)

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas, em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Joceli de Souza e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 87/2011, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR "PERSONALIZADO" PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2012. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) da empresas proponentes: Máxima Papelaria Ltda, Teel Técnica e Equipamentos para Escritório Leite Ltda, Dial Deptos Ltda e Gráfica e Editora Moraes Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como ME para valer-se da Lei Complementar 123/2006. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de

Habilitação. Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sr. Milton Luiz Pscheidt representante da empresa Máxima Papelaria Ltda, sendo Sr. Ademir Laurindo representante da empresa Dial Deptos Ltda, Sr. Jocemir Ceregatti representante da empresa Gráfica e Editora Moraes Ltda a empresa Teell Técnica e Equipamentos para Escritório Leite Ltda não se fez representar na sessão. Procedeu-se a abertura dos envelopes das propostas comerciais. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Global. Sendo que a licitante Máxima Papelaria Ltda, apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 75.341,10, Dial Deptos Ltda apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 74.996,05, Teell Técnica e Equipamentos para Escritório Leite Ltda apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 83.644,50 e a licitante Gráfica e Editora Moraes Ltda apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 70.079,05. Passou para a fase dos lances, a licitante Dial Deptos Ltda desistiu dos lances, ficando as licitantes Máxima Papelaria Ltda e Gráfica e Editora Moraes Ltda que após os lances fecharam com o seguinte valor: Gráfica e Editora Moraes Ltda fechando o valor total em R\$ 70.030,00 e a empresa Máxima Papelaria Ltda com valor de R\$ 70.070,00. Passou-se a abertura do envelope contendo os documentos da 1ª classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e a habilitação da licitante Gráfica e Editora Moraes Ltda com valor total em R\$ 70.030,00 a Pregoeira a declara vencedora do processo licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.436 de 19/12/2011

DECRETO Nº 6.436 DE 19/12/2011

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente do orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a seguinte rubrica orçamentária:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos
3.3.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo 1º, fica suplementada a seguinte rubrica orçamentaria do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos
3.1.90.00.00.00.00.00.0244 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
19 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.437 de 19/12/2011

DECRETO Nº 6.437 DE 19/12/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminados:

17.512.0036.2.059 - Manutenção dos Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água
3.1.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

28.846.0036.0.007 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - SAMAE
3.3.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
19 de dezembro de 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade 03_11

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO 218/2011 INEXIGIBILIDADE 03/2011
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOWS DE MANOBRAS RADICAIS DE VEÍCULOS, COM PILOTO ANDY MARAN E EQUIPE. PARA COMEMORAR O ENCERRAMENTO DAS FESTIVIDADES NATALINAS DO MUNICIPIO. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. AMPARADO NO ART. 25, INCISO III DA LEI FEDERAL 8.666/93.
VALOR :R\$ 10.000,00

CAMPOS NOVOS 22 DE DEZEMBRO DE 2011.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 01/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio torna público que fará realizar no dia 23/01/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Fundação Hospitalar, Tomada de Preço do Tipo Técnica e Preço, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO E PONTO ELETRÔNICO, PARA TODA A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NOS ANEXOS DO EDITAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 22 de dezembro de 2011.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Extrato do Contrato 448/2011 Processo 212/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 448/2011 PROCESSO 212/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS BERTELI LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS CAMINHÕES PLACA BXC 0905, BXC 0617, BXC 0918, BXC 0920, MEP4349, LYR8228, MDY9090, LXM 6594, LYCO147, LXL 8552, MGM 7688, MGS 6318, MJH 9409, MJH 9699, DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME PROPOSTAPADRONIZADA
VALOR:R\$ 31.125,50 (trinta e um mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 13/12/2011
CONTRATO: 448/2011

Extrato do Contrato 449/2011 Processo 207/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 449/2011 PROCESSO 207/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS FIXAS E GIRATÓRIAS PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR:R\$ 96.539,16 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos).
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 13/12/2011
CONTRATO: 449/2011

Extrato do Contrato 450/2011 Processo 204/2011
EXTRATO DE CONTRATO Nº 450/2011 PROCESSO 204/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CELT ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME,
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NO LOTEAMENTO FAEDO NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA,

CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.
VALOR: R\$ 124.562,48 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 14/12/2011
CONTRATO: 450/2011

Capinzal

PREFEITURA

Dispensa de LICITAÇÃO 154/2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
Nr. 0154/2011 - DL |
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0154/2011|
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

Folha: 1/6 |

|Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |
|Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL SC|
|CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

OBJETO DA DISPENSA: contratação de empresa especializada para locação de sistemas de informática, elaborado em linguagem moderna, para plataforma Windows 95, Windows 98, Windows NT e XP, Multiusuário, destinado ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos administrativos e contábeis, que permita a descrição, controle, digitação e armazenagem do texto em qualquer formato e digitalização dos documentos a fim de preservar sua autenticidade, de forma ordenada, possibilitando a gravação em mídias diversas (disco rígido, CD e DVD), bem como prevendo a possibilidade de disponibilização de todos os textos e dos documentos digitalizados a partir da sua versão original para publicação na WEB, para o exercício de 2012.

Empenho Nr.:

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	UN.	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de Sistema de Informática destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos e procedimentos administrativos, tais como: Correspondências enviadas e recebidas, contratos, pareceres jurídicos, decretos, portarias, Leis Municipais, Editais diversos, bem como prevendo a possibilidade de disponibilização dos textos e dos documentos digitalizados de Leis e Decretos Municipais				

	a partir da sua versão original para publicação na WEB, nos				
	termos do Objeto descrito no processo.	UN	12	213,00	2.556,00
2	Locação de Sistema de Informática destinado ao				
	gerenciamento eletrônico dos documentos contábeis, tais				
	como: Notas de Empenho, Ordens de Pagamento juntamente com				
	os documentos fiscais a que deram causa, tais como				
	Notas-Fiscais, Contratos, recibos, autorizações e outros,				
	nos termos do objeto descrito no processo., possibilitando				
	a gravação em disco rígido, CD e DVD.	UN	12	181,00	2.172,00
	T O T A L :	4.728,00			

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

() I- para obras e serviços de engenharia de valor até 10%(10 por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0154/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0154/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011

| Folha: 2/6 |

| Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |
 | Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL SC |
 | CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

(X) II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

() III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
 () XIV - para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas

forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;

() IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando

caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e
 () IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
 () V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
 () VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
 () VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do Artigo 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;
 () VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
 () X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
 () XI - na contratação de remanescente de obra serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
 () XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes,

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0154/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0154/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 3/6	

| Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |
 | Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL

SC|

|CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

realizadas diretamente com base no preço do dia;
 ()XIX - para as compras de materiais de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto;
 ()XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
 ()XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;
 ()XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;
 ()XVIII - nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento, quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao limite previsto na alínea "a" do inc. II do Artigo 23 desta Lei;
 ()XX - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado
 ()XXI - para aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições oficiais de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.
 ()XXII - na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
 ()XXIII - na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou

alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 ()XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
 ()XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
 ()XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0154/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0154/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 4/6	

|Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |
 |Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL SC|
 |CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
 ()XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.
 ()XXVIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
 ()XXIX - na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.
 ()XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimentalmente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada

detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins

lucrativos;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

()

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do

PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de

gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor

familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da

reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades

quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o

procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes

no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da

Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de

qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

JUSTIFICATIVA:

Lei 8.666/93 artigo 24 inciso II

Dispensavel licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0154/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0154/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 5/6 |

|Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |
|Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL SC|

|CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

realizada de uma só vez;

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 03.0301.04.122.0015.2009.33903900

Reduzido : 017

Órgão : SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Mod. Aplicação : OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.

SERGIO HELT

Prefeito Interino de Capinzal

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0154/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0154/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 6/6 |

|Fornecedor: MARCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME Código: 2817 |

|Endereco.: RUA ERNESTO PRADA, 280 TROMBUDO CENTRAL SC|

|CNPJ/M.F.: 86.731.494/0001-08 Insc.Estad: |

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações acima, aprovo a realização da

despesa, independente de licitação.

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.

VALOR : 4.728,00(quatro mil e setecentos e vinte e oito reais)

PAGAMENTO: Mensal

Dispensa de Licitação 152/2011

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0152/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0152/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 1/6 |

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA Código: 3982 |

|Endereco.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|

|CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

OBJETO DA DISPENSA: Implantação, locação de Software para apresentação das

Audiências Públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais, para o exercício de 2012.

Empenho Nr.:

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	UN.	QUANTI- DADE	V A L O R UNITÁRIO	V A L O R TOTAL
1	Implantação, locação de Software para apresentação das				
	Audiências Públicas de avaliação do cumprimento das metas				
	fiscais.	UN	12	1.200,00	14.400,00
	T O T A L :	14.400,00			

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

()I- para obras e serviços de engenharia de valor até 10%(10 por cento)do limite

previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram

a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda obras e

serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

(X)II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

()III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

()XIV - para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;

()IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e

()IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

()V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

()VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

()VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0152/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0152/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 2/6	

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA Código: 3982 |
 |Endereço.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|
 |CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

superiores aos praticados no mercado nacional ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do Artigo 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

()VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data

anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

()X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

()XI - na contratação de remanescente de obra serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

()XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

()XIX - para as compras de materiais de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto;

()XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

()XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

()XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

()XVIII - nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento, quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao limite previsto na alínea "a" do inc. II do Artigo 23 desta Lei;

()XX - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
 | | Nr. 0152/2011 - DL |
 | CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----
 | RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0152/2011|
 | CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|
 |Folha: 3/6 |

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC
 LTDA Código: 3982 |
 |Endereco.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|
 |CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado
 ()XXI - para aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições oficiais de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.

()XXII - na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

()XXIII - na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

()XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
 ()XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

()XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

()XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

()XXVIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade

tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

()XXIX - na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

()XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimentalmente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins

lucrativos;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

()

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0152/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0152/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 4/6	

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC
 LTDA Código: 3982 |
 |Endereco.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|
 |CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

JUSTIFICATIVA:

Lei de Licitações artigo 22, inciso II

Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS

EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 03.0301.04.122.0015.2009.33903900
 Reduzido : 017
 Órgão : SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Unidade Orçament.: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
 Mod. Aplicação : OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
 Fonte : 00 - Recursos Ordinários
 Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0152/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0152/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 5/6	

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA Código: 3982 |
 |Endereco.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|
 |CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.
 SERGIO HELT
 Prefeito Interino de Capinzal

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0152/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0152/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 6/6	

|Fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS SC LTDA Código: 3982 |
 |Endereco.: RUA DA CONSOLAÇÃO,317 XANXERE SC|
 |CNPJ/M.F.: 07.753.029/0001-93 Insc.Estad: |

DESPACHO FINAL:
 Em vista das justificativas e fundamentações acima, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.

VALOR : 14.400,00(quatorze mil e quatrocentos reais)

PAGAMENTO: Mensal

Dispensa de Licitação 153/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0153/2011 - DL
CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----	
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155	Processo: 0153/2011
CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC	Data : 20/12/2011
Folha: 1/6	

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |
 |Endereco.: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|

|CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

OBJETO DA DISPENSA: contratação de empresa para "disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Capinzal ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº. 008/2010", para o exercício de 2012.

Empenho Nr.:

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	UN.	QUAN- TIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO	MES	1	5.040,00	5.040,00
	T O T A L :	5.040,00			

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
 Art. 24. É dispensável a Licitação:

()I- para obras e serviços de engenharia de valor até 10%(10 por cento)do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
 ()II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
 ()III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
 ()XIV - para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;
 ()IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e
 ()IX - quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
 ()V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
 ()VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
 ()VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente

ESTADO DE SANTA CATARINA	DISPENSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
	Nr. 0153/2011 - DL

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----
 | RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0153/2011|
 | CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|
 |Folha: 2/6 |

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |
 |Endereco.: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|
 |CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

superiores aos praticados no mercado nacional ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo

único do Artigo 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a

adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do

registro de preços, ou dos serviços;

()VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de

bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a

Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data

anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com

o praticado no mercado;

()X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades

precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização

condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de

mercado, segundo avaliação prévia;

()XI - na contratação de remanescente de obra serviço ou fornecimento, em

consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de

classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas

pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

()XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no

tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes,

realizadas diretamente com base no preço do dia;

()XIX - para as compras de materiais de uso pelas Forças Armadas, com exceção de

materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter

a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais,

aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto;

()XV - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de

autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do

órgão ou entidade.

()XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso

da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como para a prestação de

serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por

órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim

específico;

()XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de

garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal

condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

()XVIII - nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios,

embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento, quando em

estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades

diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de

adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a

normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao

limite previsto na alínea "a" do inc. II do Artigo 23 desta Lei;

()XX - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0153/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0153/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 3/6 |

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |

|Endereco.: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|

|CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração

Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que

o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado

()XXI - para aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e

tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras

instituições oficiais de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse

fim específico.

()XXII - na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com

concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação

específica.

()XXIII - na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia

mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de

bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja

compatível com o praticado no mercado.

()XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as

organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de

governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

()XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT

ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

(X)XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

()XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta

seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas

exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder

público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos

compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

()XXVIII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no

País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa

nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade

máxima do órgão.

()XXIX - na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos

contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em

operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à

escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

()XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou

estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou

de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada

detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins

lucrativos;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

()

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0153/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0153/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 4/6 |

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |

|Endereco...: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|

|CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de

gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor

familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os

assentamentos da

reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades

quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o

procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes

no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da

Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de

qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

JUSTIFICATIVA:

Lei 8.666/93 artigo 24 inciso XXVI

É dispensável a licitação na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 03.0301.04.122.0015.2009.33903900

Reduzido : 017

Órgão : SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Mod. Aplicação : OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.

SERGIO HELT

Prefeito Interino de Capinzal

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0153/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0153/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 5/6 |

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |

|Endereco...: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|

|CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

| ESTADO DE SANTA CATARINA | DISPENSA |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0153/2011 - DL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 |Processo: 0153/2011|

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC |Data : 20/12/2011|

|Folha: 6/6 |

|Fornecedor: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUN Código: 5292 |

|Endereco...: PRAÇA XV DE NOVEMBRO,270 FLORIANÓPOLIS SC|

[CNPJ/M.F.: 09.427.503/0001-12 Insc.Estad: |

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações acima, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

CAPINZAL, 20 de dezembro de 2011.

VALOR : 5.040,00(cinco mil e quarenta reais)

PAGAMENTO: Mensal

Edital de Credenciamento Nº 004/2011 - Para Serviços de Fisioterapia

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2011
PARA SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento de Clínicas de Fisioterapia para realização de sessões de fisioterapia clínica, neurológica, hospitalar e domiciliar, para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2012.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 02/01/2012 até 31/12/2012, no horário de expediente em vigor, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal - SC, 22 dezembro de 2011

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário Interino da Saúde e Desenvolvimento Social

Contrato 0061/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0061/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0026/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 1.674,27

VIGÊNCIA: 20/12/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 0001/2011 - Contrato Superior 0011/2011 - FMSC -

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 0001/2011 - FMSC

CONTRATO SUPERIOR 0011/2011

Pregão Eletrônico 0034/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição Fracionada de Materiais de Limpeza para uso das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e gêneros alimentícios para o Grupo de Diabéticos e Hipertensos, durante as atividades do ano de 2011, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 498,93

VIGÊNCIA: 20/12/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 0001/2011 - Contrato Superior 0034/2011

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 0001/2011

CONTRATO SUPERIOR 0034/2011

Pregão Eletrônico 0003/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para uso do Fundo Municipal de Saúde durante as atividades do ano de 2011, recursos próprios.

VALOR R\$: 556,65

VIGÊNCIA: 20/12/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 001/2011- FMSC - Contrato Superior 0053/2011

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2011- FMSC

CONTRATO SUPERIOR 0053/2011

Pregão Presencial 0020/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MAQ.LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para Locação de equipamento multifuncional, com serviço completo de assistência técnica, para uso do Fundo Municipal de Saúde, recursos próprios.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 20/12/2011 A 31/12/2012

SIMAE

Portaria N º 055/2011/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 055/2011/SIMAE-CAO, de 19 de dezembro de 2011. Reajusta as tarifas de água, serviços e multas cobrados pela Autarquia.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei e com fulcro no artigo 2º, das Leis Municipais nº 2.022/97 e nº 1.378/96, de Capinzal e Ouro, respectivamente,

RESOLVE:

Reajustar em 6,5% (seis vírgula cinco por cento) os valores das tarifas da Autarquia, vigentes no mês de dezembro/2011, referentes aos Anexos I, II, III, IV e V, dos Decretos nºs 016/97 e 011/97, das Prefeituras Municipais de Capinzal e Ouro, respectivamente. Os novos valores, decorrentes do referido reajuste, serão aplicados

a partir de 01 de fevereiro de 2012.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDNEI PENSO
Diretor do SIMAE

Extrato de Contrato Nº CAO/32/2011 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/32/2011
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: RIQUETTI CONSTRUTORA LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 00.553.787/0001-19
OBJETO: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA EDIFICAÇÃO CIVIL DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), LOCALIZADA NA RUA DOMINGOS OMIZOLLO, 447, NO BAIRRO SÃO LUIZ, MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC.
VALOR: R\$ 293.993,50 (DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011
VIGÊNCIA: 21/12/2011 A 20/05/2012

Extrato de Contrato Nº CAO/33/2011 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/33/2011
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 03.981.434/0001-08
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2012.
VALOR: R\$ 2,64 (DOIS REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS) POR LITRO DE GASOLINA COMUM.
R\$ 1,89 (UM REAL E OITENTA E NOVE CENTAVOS) POR LITRO DE ÓLEO DIESEL COMBUSTÍVEL
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011
VIGÊNCIA: 02.01.2012 A 31.12.2012

Extrato de Contrato Nº CAO/34/2011 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/34/2011
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 81.322.141/0001-22
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS APLICADOS NA COLETA E NA REALIZAÇÃO ANÁLISES MENSIS, TRIMESTRAIS E SEMESTRAIS DA ÁGUA TRATADA DA ESTAÇÃO TRATAMENTO DE ÁGUA CENTRAL E DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO ISOLADOS DO INTERIOR E DA ÁGUA BRUTA DO RIO DO PEIXE EM CUMPRIMENTO A PORTARIA 518/04, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RESOLUÇÃO Nº 357/2005 DO CONAMA
VALOR TOTAL: R\$ 26.190,00 (VINTE E SEIS MIL CENTO E NOVENTA REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 20/12/2011
VIGÊNCIA: 02/01/2012 A 31/12/2012

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº096 /2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº096 /2011
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.6º, inciso IV da Lei Nº 495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica anulado a importância de R\$ 42.364,22 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
118 - Salário Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 12.364,22

Artigo 2º Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 42.364,22 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
113 - Transferência do Fundeb - 60%
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 42.364,22

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 95 de 21.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 95/2011

"HOMOLOGA RESULTADO DA 4ª AVALIAÇÃO DO ESTAGIO PROBATORIO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2008, DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art.70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/2009 de 01.09.2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da 4ª Avaliação do Estágio Probatório, dos servidores nomeados em decorrência do Concurso Público nº 002/2008, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 376/2009 de 19.10.09, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal.

CHAPADAO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO ESTAGIO PROBATORIO
CONCURSO nº 02/ 2008

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Joelsio Machado	Contador	07.01.2009	Muito Bom
Jaques Ernani Bezerra	Medico Veterinário	01.04.2009	Muito Bom
Sinara Regina Prim de Mello	Fiscal Sanitário	06.04.2009	Muito Bom

Portaria Nº 458 de 20.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 458/2011

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a servidora ELIANA MARQUEZ HINTEMANN, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, nomeada pela portaria nº. 231/2011 de 18.04.2011, a partir de 21.12.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 102/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 102/2011 - PM
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 36/2008

Número do contrato: 36/2008

Processo Licitatório nº 23/2008

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: BFGM - CONSULTORIA E AUDITORIA GOVERNAMENTAL SS

Prazo: até 31 de dezembro de 2012.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 036/2008, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 103/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 103/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 16/2011

Número do contrato: 16/2011

Processo Licitatório nº 8/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: NILTON KLETTENBERG

Prazo: até 31 de dezembro de 2012.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 016/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 104/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 104/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 7/2011

Número do contrato: 7/2011

Processo Licitatório nº 2/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: ALESSANDRO DE SOUZA

Prazo: até 31 de dezembro de 2012.

Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 07/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 105/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 105/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 5/2011

Número do contrato: 5/2011
Processo Licitatório nº 3/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: ALOISIO SCHMIDT
Prazo: até 31 de dezembro de 2012.
Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 05/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 106/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 106/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 4/2011

Número do contrato: 4/2011
Processo Licitatório nº 1/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: NEUZELINE FERREIRA RODRIGUES
Prazo: até 31 de dezembro de 2012.
Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 04/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 108/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 108/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 46/2011

Número do contrato: 46/2011
Processo Licitatório nº 31/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: TECNO INFORMATICA LTDA ME
Prazo: até 31 de dezembro de 2012.
Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 046/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem

executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 109/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 109/2011 - PM

Nº. do Contrato: 109/2011.
Vigência: 20/12/2011 à 31/12/2011.
Processo Licitatório nº 71/2011 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: ARI ADALBERTO DUARTE
Valor: R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um veículo usado do Tipo Microônibus urbano, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, com: Ano de Fabricação 2004; Fabricação Nacional; Com Capacidade para 30 (trinta) passageiros sentados, com cintos de segurança em todos os bancos; Motor a diesel; Potência de 150 CV; Caixa de Câmbio Manual, com 05 (cinco) marchas à frente e de 01 (uma) marcha à ré; Freios à disco; Freio estacionário; Pneus Novos; Pintura em consonância com as determinações do CTB; Presença dos itens de Segurança de acordo com as exigências do CTB; Toda a estrutura do veículo, incluindo a parte mecânica, lataria, vidros, porta, saídas de emergência, deverá estar em perfeita conservação e funcionamento; Para ser utilizado no transporte escolar deste Município.

DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 110/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 110/2011 - PM

Nº. do Contrato: 110/2011.
Vigência: 12 MESES A PARTIR DA ASSINATURA.
Processo Licitatório nº 73/2011 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: EDILSON KRAUS
Valor: R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais).
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 52,00 m² (cinquenta e dois metros quadrados), SITUADA NA ESTRADA GERAL FLORESTAL, PARA INSTALAÇÃO DA EM-PRESA SILVANA KRAUS ALTHOFF ME.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 111/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 111/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 82/2011

Número do contrato: 82/2011
Processo Licitatório nº 58/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA
Prazo: até 30 de março de 2012.
Objeto: Em conformidade com o Art. 57, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994 fica ajustado o Cronograma de Execução dos serviços do Contrato nº 82/2011 ao novo prazo contratual.

Data da assinatura: 22 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº107/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
CONTRATO Nº 107/2011 - PM
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 6/2011

Número do contrato: 6/2011
Processo Licitatório nº 4/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: JOÃO PEDRO MACHADO
Prazo: até 31 de dezembro de 2012.
Objeto: As partes de comum acordo e na forma do Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolvem prorrogar o prazo referente ao Contrato n. 06/2011, por se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua.

Data da assinatura: 20 de dezembro de 2011

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato nº003/2012

Contrato Nº003/2012
Extrato do Contrato nº003/2012
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Estado de Santa Catarina
Estrato de Contrato nº003/2012.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Contratado: Erlon Carlos Thiesen
Objeto: Assessoria de imprensa e relizes,

Valor global: R\$8.400,00.
Valor mensal: R\$700,00.
Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2012.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.
ARLINDO STEIN
Presidente

Extrato do Contrato nº001/2011

Contrato Nº001/2012
Extrato do Contrato nº001/2012
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Estado de Santa Catarina
Estrato de Contrato nº001/2012.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Contratada: Márcia m. da Silva cia Ltda - infodigitalle
Objeto: Locação de sistema de informática GEDOC,

Valor global: R\$2.691,81.
Valor mensal: R\$224,32.
Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2011.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2011.
ARLINDO STEIN
Presidente

Extrato do Contrato nº002-2012

Contrato Nº002/2012
Extrato do Contrato nº002/2012
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Estado de Santa Catarina
Estrato de Contrato nº002/2012.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Contratada: Betha Sistemas Ltda
Objeto: sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema de compras e licitações, sistema de patrimônio.

Valor global: R\$6.686,16.
Valor mensal: R\$557,18.
Data da vigência: 02/01/2012, a 31/12/2012.

Chapadão do Lageado, 02 de janeiro de 2012.
ARLINDO STEIN
Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Aviso Edital de Pregão Presencial Nº 23/2011 -FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2011 - FMS

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação dos pacientes que são atendidos no Centro de Atenção Psico-social - CAPS do Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 03/01/2012.

Abertura: dia 04/01/2012, às 08:30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2125 e pelo fone/fax (0**49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 21 de dezembro de 2011.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 52/2011 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 52/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) para execução de obra de reforma do CMEI ITÁLIA CHIUCHETA, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital.

.Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 07/02/2012.

Abertura: dia 08/02/2012, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato Nº 153/2011 - PMC

Contrato Nº: 153/2011 1º TA 153/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: FORMATTO ENGENHARIA LTDA - EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 6/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01000000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência: Início: 08/12/2011 Término: 30/12/2011

Valor R\$ 16.308,00(DEZESSEIS MIL E TREZENTOS E OITO REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 254/2011 - PMC

Contrato Nº: 254/2011 1º TA 254/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 22/2011

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905107000000.01000000

Dotação: 07.001.000.0020.0606.0025.2026.344905107000000.01240000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 25/12/2011

Valor R\$ 2.857,94(DOIS MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 269/2011 - PMC

Contrato Nº: 269-2011 1º TA 269/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ZIMMERMANN TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 25/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.03010000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA

E OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA EBM SANTA CRUZ.

Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 20/12/2011

Extrato 1º TA Contrato Nº 27/2011 - FUMAS

Contrato Nº: 27/2011 1º TA 27/2011

Contratante: FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCÓRDIA

Contratada: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 8/2010

Dotação: 18.001.000.0004.0302.0068.2352.333903950000000.02000000

Dotação: 18.001.000.0004.0302.0068.2352.333903950000000.06000000

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS NA PRESTACAO DE SERVICO MEDICO, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DE FISIOTERAPIA, NUTRICAÇÃO, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA, EXAMES COMPLEMENTARES PARA DIAGNOSTICO E TRATAMENTO AOS SEGURADOS NOMINADOS NA LEI COMPLEMENTAR N 163, DE 26.07.99 E DECRETO N 4.155, DE 16.09.99.

Vigência: Início: 13/12/2011 Término: 31/12/2011

Valor R\$ 38.727,24(TRINTA E OITO MIL E SETECENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 349/2011 - PMC

Contrato Nº: 349/2011 1º TA 349/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME

Licitação: Pregão 85/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.03010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.03010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905251000000.01190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.01190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.03010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.01190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.03010000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905206000000.01000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905212000000.01000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905233000000.01000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905236000000.01000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.01000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0082.1501.344905233000000.01000000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 21/12/2012

Valor R\$ 1.335,25(HUM MIL E TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 350/2011 - PMC

Contrato Nº: 350/2011 1º TA 350/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: NEW POINT INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão 85/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905251000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
3010000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905206000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905212000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905233000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905236000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0
1000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0082.1501.344905233000000.0
1000000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 21/12/2012

Valor R\$ 718,20(SETECENTOS E DEZOITO REAIS E VINTE CENTAVOS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 352/2011 - PMC

Contrato Nº: 352/2011 1º TA 352/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação: Pregão 85/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0

3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905251000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
3010000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905206000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905212000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905233000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905236000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0
1000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0082.1501.344905233000000.0
1000000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 21/12/2012

Valor R\$ 7.160,00(SETE MIL E CENTO E SESSENTA REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 354/2011 - PMC

Contrato Nº: 354/2011 1º TA 354/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME

Licitação: Pregão 85/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
3010000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905251000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
3010000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
1190000

Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
3010000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905206000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905212000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905233000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905236000000.0
1000000

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0
1000000

Dotação: 21.001.000.0018.0122.0082.1501.344905233000000.0
1000000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.
Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 21/12/2012
Valor R\$ 1.680,00(HUM MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 357/2011 - PMC

Contrato Nº: 357/2011 1º TA 357/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: OLGA NESTOR ME
Licitação: Pregão 85/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905212000000.0
3010000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905242000000.0
3010000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905251000000.0
1190000
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
1190000
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905212000000.0
3010000
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
1190000
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905242000000.0
3010000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905206000000.0
1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905212000000.0
1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905233000000.0
1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905236000000.0
1000000
Dotação: 09.001.000.0008.0122.0037.1010.344905242000000.0
1000000
Dotação: 21.001.000.0018.0122.0082.1501.344905233000000.0
1000000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.
Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 21/12/2012
Valor R\$ 1.752,00(HUM MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 366/2011 - PMC

Contrato Nº: 366/2011 1º TA 366/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP
Licitação: Pregão 87/2011
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0019.1007.344905233000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.0
1190000
Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.0
3890000
Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 09/12/2011 Término: 15/12/2014
Valor R\$ 2.465,00(DOIS MIL E QUATROCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 67/2011 - FMS

Contrato Nº: 67/2011 1º TA 67/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: LUCIANE REGINA HEGLER LUGARINI ME
Licitação: Pregão 14/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905234000000.0
1640000
Objeto: AQUISICAO E INSTALACAO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, NOVOS.
Vigência: Início: 15/12/2011 Término: 08/12/2012
Valor R\$ 1.920,00(HUM MIL E NOVECIENTOS E VINTE REAIS)

Extrato 1º TA Contrato Nº 78/2011 - FMS

Contrato Nº: 78/2011 1º TA 78/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: HUM MIMO PRESENTES LTDA ME
Licitação: Pregão 19/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0
1640000
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0
1650000
Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
Vigência: Início: 15/12/2011 Término: 02/01/2013

Extrato 2º TA Contrato Nº 269/2011 - PMC

Contrato Nº: 269-2011 2º TA 269/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: ZIMMERMANN TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 25/2011
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0
1190000
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0
3010000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA EBM SANTA CRUZ.
Vigência: Início: 09/12/2011 Término: 20/12/2011
Valor R\$ 2.541,19(DOIS MIL E QUINHENTOS E QUARENTA E HUM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 363/2009 - PMC

Contrato Nº: 363/2009 2º TA 363/2009
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: BANCO DO BRASIL SA
Licitação: Contrato Direto
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS EM CONTA PROVENIENTE DE SALÁRIOS, PROVENTOS, SOLDOS, APOSENTADORIA, PENSÕES, DECIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS, RESCISÕES CONTRATUAIS E OUTROS CRÉDITOS SIMILARES.
Vigência: Início: 06/12/2011 Término: 25/11/2012

Extrato 2º TA Contrato Nº 367/2009 - PMC

Contrato Nº: 367/2009 2º TA 367/2009
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA
Contratada: BAR E ARMAZEM LAZZARIN LTDA - ME
Licitação: Pregão 111/2009

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0030.2030.333903928000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Vigência: Início: 13/12/2011 Término: 14/12/2012

Valor R\$ 45.264,24(QUARENTA E CINCO MIL E DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

Extrato 3º TA Contrato Nº 1/2009 - FUMDEMA

Contrato Nº: 1/2009 3º TA 1/2009

Contratante: FUNDAÇÃO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Prorrogação de prazo de prestação de serviços de processamento de créditos em conta, provenientes de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e outros créditos similares, aos empregados.

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 04/01/2013

Extrato 3º TA Contrato Nº 150/2011 - PMC

Contrato Nº: 150/2011 3ºTA 150/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 3/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01240000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.03000000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência: Início: 13/12/2011 Término: 01/02/2012

Extrato 3º TA Contrato Nº 2/2009 - FMC

Contrato Nº: 2/2009 3º TA 2/2009

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA

Contrato Nº: 2/2009 3º TA 2/2009

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORDIA

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Prorrogação de prazo de prestação de serviços de processamento de créditos em conta, provenientes de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e outros créditos similares, aos empregados.

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 04/01/2013

Extrato 3º TA Contrato Nº 2/2009 - FMEC

Contrato Nº: 2/2009 3º TA 2/2009

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Prorrogação de prazo de prestação de serviços de processamento de créditos em conta, provenientes de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e outros créditos similares, aos empregados.

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 04/01/2013

Extrato 3º TA Contrato Nº 26/2009 - PMC

Contrato Nº: 26/2009 3º TA 26/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Contrato Direto

Objeto: Prorrogação de prazo de prestação de serviços de processamento de créditos em conta, provenientes de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e outros créditos similares, aos empregados.

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 04/01/2013

Extrato 6º TA Contrato Nº 384/2007 - PMC

Contrato Nº: 384/2007 6º TA 384/2007

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ELISEU KOPP E CIA LTDA.

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 20/2007

Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.333903999000000.01560000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE VEÍCULOS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA PARA GESTÃO DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CONCORDIA.

Vigência: Início: 13/12/2011 Término: 19/12/2012

Valor R\$ 397.303,20(TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL E TREZENTOS E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 78/2011 - FMS

Contrato Nº: 78/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: HUM MIMO PRESENTES LTDA ME

Licitação: Pregão 19/2011

Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.01640000

Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.01650000

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015

Valor R\$ 149.517,00(CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS)

Extrato Contrato Nº 363/2011 - PMC

Contrato Nº: 363/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: S & V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Licitação: Pregão 87/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.03890000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 15/12/2014

Valor R\$ 42.900,00(QUARENTA E DOIS MIL E NOVECIENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 364/2011 - PMC

Contrato Nº: 364/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação: Pregão 87/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.03890000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 15/12/2014

Valor R\$ 101.360,00(CENTO E HUM MIL E TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 365/2011 - PMC

Contrato Nº: 365/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - EPP

Licitação: Pregão 87/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.03890000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 15/12/2014

Valor R\$ 19.040,00(DEZENOVE MIL E QUARENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 366/2011 - PMC

Contrato Nº: 366/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação: Pregão 87/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.03890000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 15/12/2014

Valor R\$ 10.992,00(DEZ MIL E NOVECIENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS)

Extrato Contrato Nº 367/2011 - PMC

Contrato Nº: 367/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZACAO LTDA

Licitação: Pregão 87/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905233000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905234000000.01190000

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905235000000.01190000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905235000000.03890000

Objeto: Aquisição de equipamentos novos.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 15/12/2014

Valor R\$ 7.600,00(SETE MIL E SEISCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 368/2011 - PMC

Contrato Nº: 368/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: RUMAR AUTOMOVEIS LTDA

Licitação: Pregão 88/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905252000000.01190000

Objeto: Aquisição de veículos

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 01/01/2013

Valor R\$ 59.950,00(CINQUENTA E NOVE MIL E NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 369/2011 - PMC

Contrato Nº: 369/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: CORDIAL - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA

Licitação: Pregão 88/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905252000000.01190000

Objeto: Aquisição de veículos

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 01/02/2013

Valor R\$ 51.395,00(CINQUENTA E HUM MIL E TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

Extrato Contrato Nº 370/2011 - PMC

Contrato Nº: 370/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: FORMATO ENGENHARIA LTDA - EPP

Licitação: Contrato Direto

Objeto: EXECUÇÃO DE MURRO DE CONTENÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA , NO GEM NOVA BRASILIA, NESTE MUNICIPIO

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 31/12/2011

Valor R\$ 3.560,13(TRES MIL E QUINHENTOS E SESENTA REAIS E TREZE CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 371/2011 - PMC

Contrato Nº: 371/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: IMOBILIARIA NMM LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 21/2011

Dotação: 09.001.000.0008.0122.0033.2032.333903910000000.01000000

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO SEGUNDO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

Vigência: Início: 08/12/2011 Término: 08/12/2012

Valor R\$ 12.000,00(DOZE MIL REAIS)

Extrato Contrato Nº 372/2011 - PMC

Contrato Nº: 372/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 30/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905198000000.01450000

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA EM REGIME EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 11/06/2012
 Valor R\$ 691.801,42(SEISCENTOS E NOVENTA E HUM MIL E OITOCENTOS E HUM REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 73/2011 - FMS

Contrato Nº: 73/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: CSA COM.SUPR. ASSIST.TEC. MAQ. COP. LTDA
 Licitação: Pregão 19/2011
 Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0 1640000
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0 1650000
 Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
 Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015
 Valor R\$ 21.089,00(VINTE E HUM MIL E OITENTA E NOVE REAIS)

Extrato Contrato Nº 74/2011 - FMS

Contrato Nº: 74/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: S & V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
 Licitação: Pregão 19/2011
 Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0 1640000
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0 1650000
 Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
 Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015
 Valor R\$ 11.010,00(ONZE MIL E DEZ REAIS)

Extrato Contrato Nº 75/2011 - FMS

Contrato Nº: 75/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA
 Licitação: Pregão 19/2011
 Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0 1640000
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0 1650000
 Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
 Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015
 Valor R\$ 1.200,00(HUM MIL E DUZENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 76/2011 - FMS

Contrato Nº: 76/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP
 Licitação: Pregão 19/2011
 Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0 1640000
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0 1650000
 Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
 Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015
 Valor R\$ 945,00(NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)

Extrato Contrato Nº 77/2011 - FMS

Contrato Nº: 77/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
 Licitação: Pregão 19/2011

Dotação: 13.001.000.0010.0301.0049.2102.344905235000000.0 1640000
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.344905235000000.0 1650000
 Objeto: AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
 Vigência: Início: 02/12/2011 Término: 01/01/2015
 Valor R\$ 5.094,90(CINCO MIL E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

Extrato Contrato Nº 79/2011 - FMS

Contrato Nº: 79/2011
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
 Contratada: COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO
 Licitação: Inexigibilidade de Licitação 19/2011
 Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.0 1650000
 Objeto: Serviços de internação
 Vigência: Início: 16/12/2011 Término: 19/09/2012
 Valor R\$ 11.250,00(ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPFMCIII

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMASPFMCIII, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 21 de dezembro de 2011.
 MAURO KICHEL
 Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPFMC/PAEFI

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMASPFMC/PAEFI, no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais).

Concórdia SC, 21 de dezembro de 2011.
 MAURO KICHEL
 Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPTMC/APAE

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMASPTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 21 de dezembro de 2011.

MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Fiscal Nº 008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2011

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA ao contribuinte abaixo citado, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

EMERSON REMI WUNDER - CPF 949.916.859-15 - Rua Pedro Balbinot, s/ nº - Distrito de Tamanduá - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 04/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 756287.0, Inscrição Imobiliária: 11.01.007.8888.002; vcto.: 09/01/2012 - Valor: 2.044,7100 UFIR Municipal.

REMY WUNDER - CPF 075.800.709-44 - Rua Pedro Balbinot, s/ nº - Distrito de Tamanduá - Concórdia - SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Edital de Contribuição de Melhoria 04/2011, referente à pavimentação asfáltica rel. Imóvel acima descrito, Cadastro Imobiliário: 756289.6, Inscrição Imobiliária: 11.01.007.8888.002; vcto.: 09/01/2012 - Valor: 2.044,7100 UFIR Municipal.

Concórdia, 21 de dezembro de 2011
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

MARIONI ROSA SANTUARI
Fiscal de Tributos

Extrato do Convênio Nº 2/2011 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 2/2011 - FMAS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o Município de Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, senhor MAURO KICHEL, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA.

OBJETO: Cooperação técnico-financeira visando à execução, por parte da conveniente, dos Programas de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoa com Deficiência, com o objetivo de atender os usuários da Política Pública da Assistência Social que necessitem de atendimento especial, através da aplicação dos recursos citados no plano de trabalho.

VALOR: R\$ 83.018,88.

PRAZO: 31.03.2013, a partir da data de assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 20.12.2011

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 2.430**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.430, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
Exonera a servidora Luiziana Klassmann.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LUIZIANA KLASMANN, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 19 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO
Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

ARLAN GULIANI
2º Secretário

Portaria Nº 17

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Autoriza a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Autorizar a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 26 de dezembro de 2011 a 1º de janeiro de 2012, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 4, de 24 de janeiro de 2011.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO
Presidente em exercício

Portaria Nº 18

PORTARIA Nº 18, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 3 de maio de 2011 a 2 de maio de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO
Presidente em exercício

Portaria Nº 19

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora ANA PAULA ZANELLA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ANA PAULA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 6 de abril de 2011 a 5 de abril de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 20

PORTARIA Nº 20, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares ao servidor SANDRO MARTINI.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor SANDRO MARTINI - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 5 de janeiro de 2011 a 4 de janeiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 21

PORTARIA Nº 21, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ROSANGELA ZANELLA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 22

PORTARIA Nº 22, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora KARYN CRISTINE BOTTEGA - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 6 de fevereiro de 2011 a 5 de fevereiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 23

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares ao servidor JOÃO ROBERTO CRIPPA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor JOÃO ROBERTO CRIPPA - Assessor Jurídico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 16 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 14 de janeiro de 2011 a 13 de janeiro de 2012, sendo que 15 (quinze) dias foram gozados de 10 a 24 de outubro de 2011.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 24

PORTARIA Nº 24, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora DELAIR MARA SELBACH DALLEGRAVE - Contador, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 2 de janeiro de 2011 a 1º de janeiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 25

PORTARIA Nº 25, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares à servidora ELENICE ZITTA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora ELENICE ZITTA - Agente Legislativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 10 de julho de 2010 a 09 de julho de 2011.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 26

PORTARIA Nº 26, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares à servidora ZENITE T. MICHELON FARINA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE

CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares à servidora ZENITE T. MICHELON FARINA - Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 11 de janeiro de 2011 a 10 de janeiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Portaria Nº 27

PORTARIA Nº 27, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Concede férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PE-REIRA.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor ROBERTO KURTZ PE-REIRA - Secretário Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de janeiro de 2012, referente ao Período Aquisitivo de 10 de janeiro de 2011 a 9 de janeiro de 2012.

Concórdia, 20 de dezembro de 2011.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal N. 570 de 16 de Dezembro de 2011.

LEI MUNICIPAL N. 570 de 16 de Dezembro de 2011.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O PREFEITO DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011.

Art. 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a

criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

PARÁGRAFO ÚNICO Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo social e/ou parecer, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS - e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 01(um) salário mínimo, e será concedido conforme parágrafo único do Art. 2º desta lei.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º o trabalhador do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor, poderá conceder o benefício mediante justificativa.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - Outros benefícios eventuais instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que visam atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e situações de calamidade pública, os quais deverão estar de acordo com o art. 8º e 9º da presente Lei.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades recém nascido;

II- apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 7º.

III- apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - Comprovante de residência de no mínimo 01(um) ano;

IV - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

V - Documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

Parágrafo único: O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - Atestado de óbito;

II - Comprovante de residência;
III - Comprovante de renda de todos os membros familiares;
IV - Documentos pessoais (CPF e RG).

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo.
Art. 8º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio

II- da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III- da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV- de desastres e de calamidade pública; e

V- de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - Comprovante de residência;

II - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - Documentos pessoais (CPF e RG).

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo social.

§ 5º A concessão de benefícios eventuais previsto no "caput" desse artigo devesse prever na legislação orçamentária anuais com base nos critérios definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

.Art. 9º Para atendimento de vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

§ 1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I - Comprovante de residência;
II - Comprovante de renda de todos os membros familiares;
III - Documentos pessoais (CPF e RG).

§ 3º O auxílio em situação de calamidades pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado.

§ 4º O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização do estudo social.

§ 5º A concessão para o valor do benefício que trata o caput deve ser definida na Lei Orçamentária Anuais do Município.

Art. 10º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 11º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 12º Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 13º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 14º - As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 16º - Revogadas as disposições em contrário em especial a Lei 174/2001 de 11 de outubro de 2001.

Coronel Martins,/SC 16 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 166, de 23 de Novembro de 2011

DECRETO Nº. 166, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.

PRORROGA DECRETO DE CLASSIFICAÇÃO DE TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do edital 011 de 17/11/2010, que Dispõe

sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º Fica prorrogado o decreto 196, de 23 de dezembro de 2010 até 23 de dezembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 23 de novembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 173 , de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 173 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 011, de 17/11/2010, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato das servidoras públicas abaixo relacionadas para continuarem a exercer o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até o final do período letivo de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessite,

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Lucila Bresolim Carasek	Professor Educação Geral	20:00 horas semanais
Dilce Ap. de Medeiros Cadore	Professor Educação Geral	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 02 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 174, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 174, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 011, de 17/11/2010, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de

servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O contrato do servidor publico municipal abaixo relacionado para continuar exercendo o devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até o final do período letivo de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessite.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Sandro Luiz de Freitas	Professor Educação Física	10:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 02 de Dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 177, de 02 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 177, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.560,28 (dois mil e quinhentos e sessenta reais e vinte e oito centavos) utilizando parte do superávit financeiro na fonte de recursos 03.0000 apurado entre o confronto do ativo financeiro (-) menos passivo financeiro do balanço patrimonial da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, suplementando a seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS

Categoria Descrição Fonte Valor

3.3.90.00.00.00 Aplicações diretas 03.0000 2.560,28

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 179, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 179, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

PRORROGA CONTRATOS DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 011, de 17/11/2010, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º Os contratos dos servidores públicos municipais abaixo relacionados para continuarem exercendo os devidos cargos conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até o final do período letivo de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessite.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rogério Carlos Previatti	Monitor de Programa social/ Violão	30:00 horas semanais
Claudia H. Conte	Professor Educação Geral	20:00 horas semanais
Edite de O. Dias	Professor Educação Geral	20:00 horas semanais
Jose Paulo de Moraes	Professor de Informática	20:00 horas semanais
Raquel A. Souza	Professor Líng. Portuguesa	20:00 horas semanais
Sandra R. Previatti	Professor Educação Geral	20:00 horas semanais
Tiago Renan Cenci	Professor Educação Física	20:00 horas semanais
Francieli Santin	Professor Ciência e Agroecologia	20:00 horas semanais
Queila Eliz Mariani	Professor História e Geografia	20:00 horas semanais
Elizangela T. Biazin	Professor Filosofia e Religião	10:00 horas semanais
Serlei de Fatima Camello Cunico	Monitor de Programa social/ Dança	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 20 de Dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 180, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 180, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 011, de 17/11/2010, que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato do servidor público municipal abaixo relacionado para continuar exercer o seu devido cargo conforme discriminação

e carga horária abaixo descrito, junto as Secretarias Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social até 10 de janeiro de 2013, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Ivete Gavioli	Assistente Social	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 181, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 181, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIOS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.4 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 18/01/2010 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato dos servidores públicos municipais abaixo relacionados para continuarem a exercer os seus devidos cargos conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto as Secretarias Municipais de Administração Planejamento e Finanças, Educação, Cultura e Esportes, Transportes, Obras e Serviços Públicos, Saúde e Bem Estar Social e Agricultura e Meio Ambiente até 10 de Fevereiro de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Edineia Cassol	Fisioterapeuta	40:00 horas semanais
Rafael Godoy	Servente Geral/Carteiro	40:00 horas semanais
Lais Fernanda Moreira Brandalise	Auxiliar de Saúde Bucal	40:00 horas semanais
Clecimar da Silva	Servente Geral/Faxineira	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 182, de 20 de DEZEMBR de 2011

DECRETO Nº. 182, DE 20 DE DEZEMBR DE 2011.

EXONERAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR:

Art. 1º Os Servidores Públicos Municipais ocupante de seus Cargos Temporários enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 31 dezembro de 2011.

NOME	CARGO
Vanderlei José Brum	Vigia
Ricardo José Pertille	Vigia

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 183, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 183, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.4 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 18/01/2010 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato do servidor público municipal abaixo relacionado para continuar a exercer o seu devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto a Secretarias Municipal de Saúde até 06 de julho de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Loreni A. Castro dos Santos	Servente Geral/Faxineira	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 184, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 184, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.4 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 18/01/2010 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, RESOLVE:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato do servidor público municipal abaixo relacionado para continuar a exercer o seu devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descritos, junto as Secretarias Municipal de Saúde até 01 de março de 2012, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Flavia Carboni	Nutricionista	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 185 de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 185 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Sr. Leonildo Francisco May, ocupante do Cargo de Secretario Municipal de Transportes, Obras e Serviços públicos, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 31 de Dezembro de 2011, conforme requerimento protocolado sob nº. 2019 de 20/12/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 186 de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 186 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, RESOLVE:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no período de 26 a 30 de dezembro de 2011, em todas as repartições públicas da Administração Pública Municipal em virtude das Comemorações Natalinas e de Ano Novo.

Art. 2º Na Secretaria Municipal de Saúde haverá Plantão para atendimentos e procedimentos de Urgência e Emergência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 187, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 187, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a Senhora Fabiana Cenci Inacio, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Saúde Pública, e o Senhor Lucas Cuchi, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para assinar e responder pelo Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU, bem como autorizados a responder por pagamentos a partir de 19 de dezembro de 2011 a 02 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 141 de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 141 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Neimar Cassol	PCE 02 Agente Administrativo	01/07/2010 à 30/06/2011
Edenilce Pagnoncelli Chitó	Telefonista	01/11/2010 à 31/10/2011
Gilson Eduardo Pahl	Engenheiro Agrônomo	01/04/2010 à 31/03/2011
Edi Marcos Smaniotto	Chefe Div. Compras e Licitações	02/01/2011 à 01/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 142 de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº. 142 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/01/2012 à 01/02/2012.

Nome	Cargo	Referência
Adilson Santeti	Motorista	01/08/2010 à 31/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 143, de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 143, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a Servidora Pública Municipal, Senhora Zenaide Belatto, ocupante do Cargo de PCE 11 Auxiliar de Enfermagem, por um período de 10 (dez) dias, a partir do dia 19 de dezembro de 2011 à 28 de dezembro de 2011, conforme cópia de atestado em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 144, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº. 144, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Maria Nilce M Somavilla	Professor II	03/01/2011 à 02/01/2012
Neiva Terezinha Ghidini	Professor IV	22/02/2011 à 21/02/2012
Lucimara Bolzam May	Professor III	01/04/2011 à 31/03/2012
Marines Bento	Professor III	18/04/2011 à 17/04/2012
Marines Luzia Basso	Professor III	01/08/2011 à 31/07/2012
Vilma Giroto Pertussati	Professor III	01/08/2011 à 31/07/2012
Marcos A. Marmentini	Professor IV	01/08/2010 à 31/07/2011
Raquel Adriana Souza	Professor IV	01/08/2010 à 31/07/2011
Rute de Jesus	Professor IV	21/08/2010 à 20/08/2011
Fatima Ap. T. Basso	Professor Auxiliar	01/08/2010 à 31/07/2011
Maria L. Marchetti Picetti	Professor Auxiliar	01/08/2010 à 31/07/2011
Elenice dos Santos	Servente Geral	13/07/2010 à 12/07/2011

Ines Madali Garbim	Servente Geral	01/08/2010 à 31/07/2011
Salete Biazim Gonçalves	Aux. De Serviços Gerais	20/09/2010 à 19/09/2011
Daiane de Lima Martins	Nutricionista	12/07/2010 à 11/07/2011
Nadir Muniz da Silva	Aux. de Serviços Gerais	10/01/2011 à 09/01/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 145, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº. 145, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Evandro Belato	Diretor Depto Cultura	10/01/2011 à 09/01/2012
Edite de O. Dias	Professor IV	02/02/2011 à 01/02/2012
Elizangela T. Biazin	Professor III	02/02/2011 à 01/02/2012
Francieli Santin	Professor IV	02/02/2011 à 01/02/2012
Jose Paulo de Moraes	Professor III	02/02/2011 à 01/02/2012
Queila Elis Mariane	Professor III	02/02/2011 à 01/02/2012
Sandra R. Previatti	Professor IV	02/02/2011 à 01/02/2012
Thiago Renan Cenci	Professor IV	02/02/2011 à 01/02/2012
Serlei A. C. Cunico	Monitor de Projeto	07/02/2011 à 06/02/2012

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 146 de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 146 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Ademir Restelato	Secretario. Munic. Desenvolv. Econom. e Social	05/03/2010 à 04/03/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 147 de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 147 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 16/01/2012 à 30/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Ilso Antonio Mores	Mecânico Auxiliar	01/04/2010 à 31/03/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 148 de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 148 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Adelar Jose Pinheiro	PCE Aux. Manut. e Conserv.	01/08/2010 à 30/07/2011
Guimar Carlos cassol	Motorista	01/04/2010 à 31/03/2011
Edilso Garbim	Mecânico Auxiliar	01/08/2010 à 31/07/2011
Marcio Pozzer	Motorista	01/08/2010 à 31/07/2011
Cleito Andre Fenes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	12/07/2010 à 11/07/2011
Ataides de Freitas	Diretor Depto Serviços Urbanos	12/09/2010 à 11/09/2011
João Toldo	Operador de Máquina II	12/07/2010 à 11/07/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 149, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº. 149, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Claudete Conte	Professor IV	01/03/2010 à 28/02/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 150, de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 150, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade a Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referências
Lodacir Spricigo	Motorista	2006 à 2009
Mareci Angelo Trento	Motorista	2008 à 2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 151 de 20 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 151 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 02/01/2012 à 31/01/2012.

Nome	Cargo	Referência
Roseli Brandalize	Técnica de Enfermagem	02/03/2010 à 01/03/2011
Volnei Botega	Agente de Saúde	01/09/2010 à 31/08/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 083/2011 de Contrato de 19 de Dezembro de 2011.

/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 083/2011 DE CONTRATO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: DEZEMBRO 2011. NÚMERO CONTRATO: 119/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/12/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 119, de 06 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Segunda do Contrato 119/2011 passará a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo para execução do objeto do presente contrato será contado da data de sua assinatura até a data de 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 05.620.989/0001-50

CONTRATADO: ÁGUA SANTA AMBIENTAL S/S.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 055/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 055/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 005/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 005, de 03 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Segunda do Contrato 005/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

2.1 O prazo do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, sendo prorrogável, automaticamente, após cada período, caso as partes não se manifestem até 30 (trinta) dias antes do término;

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Segunda e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.982.200/0001-00

CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 056/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 056/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 006/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 006, de 03 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 006/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 927.882.979-04

CONTRATADO: LOURDES DALMINA SIVIERO

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 057/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 057/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 009/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 009, de 03 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 009/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E REAJUSTE DE PREÇO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012, sendo que poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo de Contrato, por iguais períodos sucessivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.867.301/0002-06

CONTRATADO: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA - ME

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 058/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 058/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 012/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 012, de 19 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quinta do Contrato 012/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula quinta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 12.940.280/0001-05

CONTRATADO: GAB ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 059/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 059/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 050/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 050, de 18 de fevereiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 050/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 613.110.069-15

CONTRATADO: REGINA PAGLIARI LATREILLE CARACEK

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 060/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 060/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MARÇO/2011. NÚMERO CONTRATO: 060/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 060, de 11 de Março de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 060/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, sendo que o término está previsto para 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 08.779.523/0001-90

CONTRATADO: LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 061/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 061/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MARÇO/2011. NÚMERO CONTRATO: 061/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/03/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 061, de 28 de Março de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 061/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 006/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 08.5005.637/0001-41

CONTRATADO: COOP. DE PREST. DE SERV. E PROD. CULT. - CO-OPEMAR

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 062/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 062/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: ABRIL/2011. NÚMERO CONTRATO: 064/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/04/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quarta do Contrato n. 064, de 11 de Abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quarta do Contrato 064/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 10.556.064/0001-27

CONTRATADO: JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 063/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 063/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MAIO/2011. NÚMERO CONTRATO: 079/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/05/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 079, de 10 de Maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 079/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início na data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 038.027.849-95

CONTRATADO: MARCIONEI BOTTEGA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 064/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 064/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MAIO/2011. NÚMERO CONTRATO: 081/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/05/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta do Contrato n. 081, de 13 de Maio de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Quinta do Contrato 081/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.677.500/0001-90

CONTRATADO: RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 065/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 065/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: AGOSTO/2011. NÚMERO CONTRATO: 101/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/08/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 101, de 15 de Agosto de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 101/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

O presente contrato tem vigência da data da assinatura do contrato até 31 de Agosto de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.718.989/0001-24

CONTRATADO: CLINICA RIO IGUAÇU LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/08/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 066/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 066/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JULHO NÚMERO CONTRATO: 087/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/07/2010

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 087, de 01 de julho de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 087/2010 passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31/01/2012."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do

referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF/CNPJ: 915.631.949-53

LOCADOR: NEDIO PERTUSSATTI.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/01/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 075/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 075/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: ABRIL/2011. NÚMERO CONTRATO: 066/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/04/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 066, de 18 de Abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 066/2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4 do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 009/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 06.087.265/0001-55

CONTRATADO: MENEGATTI E BERTONCELLO LTDA ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2011

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 076/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 076/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: ABRIL/2011. NÚMERO CONTRATO: 067/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/04/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 067, de 18 de Abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 067/2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Item 11.4

do Edital de Licitação Modalidade Convite n. 009/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.385.329/0001-80

CONTRATADO: COMPUMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 077/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 077/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: JUNHO/2011. NÚMERO CONTRATO: 093/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/06/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 093, de 20 de junho de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 093/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, sendo que o término está previsto para 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.100.523/0001-59

CONTRATADO: CLINICA DE DIAGNOSTICO SCARIOT E LONGO LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 078/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 078/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: SETEMBRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 113/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/09/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 113, de 02 de setembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 113/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 30 de Junho de 2012.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 00.412.710/0001-29

CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/06/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 079/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 079/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: OUTUBRO/2011. **NÚMERO CONTRATO:** 115/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 115, de 06 de Outubro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 115/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

O prazo para execução do objeto do presente contrato será contado da data de sua assinatura até a data de 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por livre acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 04.470.877/0001-05

CONTRATADO: MEDIGRAM DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 080/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 080/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2011. **NÚMERO CONTRATO:** 118/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/11/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 118, de 07 de setembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 118/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início em 23 de novembro de 2011, quando se iniciará a prestação dos serviços, sendo que o término está previsto para 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 11.194.806/0001-84

CONTRATADO: CLINICA ODONTOLOGICA DENTYS CLIN LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 081/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 081/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: JANEIRO 2011. **NÚMERO CONTRATO:** 007/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato n. 007, de 03 de janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Terceira do Contrato 007/2011 passará a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura e encerrando-se em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, mediante termos aditivos até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 07.753.029/0001-93

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTADA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 082/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO

ADITIVO Nº. 082/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: JANEIRO 2011. NÚMERO CONTRATO: 031/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 031, de 26 de janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Segunda do Contrato 031/2011 passará a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração a partir da data de implantação do sistema, com vigência até 31/12/2012 podendo ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.456.865/0001-67

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do QUINTO Termo Aditivo Nº. 074/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 074/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: JULHO/2008. NÚMERO CONTRATO: 088/2008

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/07/2008

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 088, de 07 de julho de 2008.

“CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

1 A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31/12/2012.

2. O contrato decorrente do presente certame poderá ser prorrogado por interesse e conveniência da Administração Pública, ou por livre negociação entre as partes.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.328.816/0001-08

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do SEGUNDO Termo Aditivo Nº 053/2011 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 053/2011 DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 071/2003

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/08/2003

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato nº. 071, de 21 de Agosto de 2003.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Segunda do Contrato nº. 071/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente contrato terá início de sua vigência de 21 de Agosto de 2003 e término em 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

LICITAÇÃO:

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.857.862/0001-62

CONTRATADO: O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XANXERÊ E REGIÃO.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: DE FORMA GRATUITA.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do SEGUNDO Termo Aditivo Nº. 069/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 069/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: ABRIL/2010. NÚMERO CONTRATO: 063/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/04/2010

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 063, de 13 de Abril de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Sexta do Contrato nº. 063/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 10.501.585/0001-87

CONTRATADO: RSC EMPREENDIMENTOS MUNICIPAIS LTDA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do SEGUNDO Termo Aditivo Nº. 070/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 070/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: SETEMBRO/2010 NÚMERO CONTRATO: 097/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/09/2010

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira e Quinta do Contrato nº. 097, de 02 de Setembro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Terceira do Contrato nº. 097/2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O preço a ser pago pelos serviços que constituem objeto do presente edital é de R\$ 3.763,70 (três mil setecentos e sessenta e três reais e setenta centavos) mensais, tratando-se de preço final, não sendo admitido qualquer acréscimo, estando incluídas no mesmo todas as despesas e custos, exceto as despesas com custas judiciais, taxas, honorários periciais e demais despesas destinadas à condução de processos de responsabilidade do Município

Cláusula Quinta do Contrato nº. 097/2010, passará a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, em caso de interesse e conveniência para a Administração

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 06.263.675/0001-00

CONTRATADO: VEDANA & OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do TERCEIRO Termo Aditivo Nº. 073/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 073/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 052/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/03/2009

DESCRIÇÃO O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 052, de 02 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 052/2009 passará a vigorar com a seguinte redação

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2012."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: AS & Z. TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do TERCEIRO Termo Aditivo Nº. 054/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 054/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2011 NÚMERO CONTRATO: 048/2010

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/02/2010

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato nº. 048, de 24 de fevereiro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula primeira do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais Nº 048 de 24 de Fevereiro de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Contrato tem o objetivo Permitir o Uso de Bens Móveis e imóveis à PERMISSÃO, abaixo relacionados, de propriedade do Município de Coronel Martins- SC, para uso exclusivo da referida cooperativa:

Código controle patrimonial	Descrição do Bem
699(3703)	Carteira escolar em fórmica.
718(3704)	Carteira escolar em fórmica.
732(3711)	Carteira escolar em fórmica.
972	Carteira escolar em fórmica cor creme.
1049	Carteira escolar em fórmica.
1189	Carteira escolar em fórmica cor creme.
74	Estante em madeira 24 prateleiras, empenho nº. 558.A 1994D 29/13/1994 depósito biblioteca em 10/03/2008 CFE pedido de transferência.
2401	Mesa p/ corte tecido, estrutura tubular preto, tampo medindo 270x180x25 mt, MDF Recaflex.
2402	Mesa em MDF pós estrutura, com estrutura branca em madeira de pinheiro, , de 240x180x15 mt, Recaflex.
2403	Mesa em madeira estrutura branca de 210x80 Recaflex
2404	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
2405	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
2406	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex
516	Armário em madeira 6 portas, 12 gavetas em vernis empenho nº. 70ª 1993 de 15/02/1993.
2408	Mesa em MDF, com estrutura em madeira de pinheiro, branca de 080x0,45 Recaflex

2409	Maquina de costura Industrial Overlok, 4 fios, alta rotação Lanmax, cód. produto GM288-4
2410	Maquina de costura Industrial Overlok, 4 fios, alta rotação Lanmax, cód. produto GM288-4
2411	Galoneira, 2 volantes Lanmax. cód. Produto LM 31016-5
2412	Reta lançadeira grande Lanmax, cód. Produto LM5400
2413	Talhadeira de tecido 4. cód. Produto LM 100
2416	Ferro elétrico a vapor, industrial Takasa, 220 w
2417	Elastiqueira Industrial, 12 fios c/ catraca, Melco, cód. Produto MC 6512PMB
3428	Maquina de costura interlock, marca MANMAX, costura larga pesada, 05 (cinco) fios com motor 400W 3740 RPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3429	Maquina de costura interlock, marca MANMAX, costura larga pesada, 05 (cinco) fios com motor 400W 3740 RPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3430	Maquina de costura perpontadeira, marca LANMAX, com duas agulhas lançadeira grande barra delegável com motor 400W 1740 RPM, com gabinete tipo estante, com aparelho vivo gelasio e 20 agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3431	Maquina de costura reta transportes, modelo LANMAX, simples lançadeira grande, motor 400W 3740 PPM, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas e com 4 (quatro) aparelhos caçadores com guia marca gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3432	Maquina de costura traveti eletrônica, motor diret drive com sistemas de placas blindado em alumínio, área de trabalho (40 x 30) mm velocidade ajustável 49 padrões pré - programados e 50 disponíveis na memória para gravação de costuras especiais interruptor de parada, lubrificações automáticas marca MANMAX, com gabinete tipo estante e 20(vinte) agulhas, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3433	Maquina de costura reta eletrônica, marca MANMAX, transparente simples lançadeira grande, com motor servo POWERMAX, com gabinete tipo estante com 20(vinte) agulhas e com 01 (um) aparelhos de cóis para elatiqueira 12 (doze) agulhas, e com 07 (sete) aparelhos de Cóis gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
3434	Maquina de costura reta eletrônica, marca MANMAX, transparente simples lançadeira grande, com motor servo POWERMAX, com gabinete tipo estante com 20(vinte) agulhas e com 01 (um) aparelho de cóis para elastiqueira 12 (doze) agulhas, e com 07 (sete) aparelhos de Cóis gelasio, aquisição através do empenho nº. 460 e 461 de 2008 de 13/03/2008 prefeitura Secretaria do Desenvolvimento econômico Social.
1875	Balcão pia em fórmica 3 portas 3 gavetas bacia em mármore 1 cuba.
0491	Bebedouro marca Evereste
2242	Mesa infantil arco íris, redonda em formica branca

--	Maquina de costura industrial SIRUBA Overlok 737k-504m2-04, velocidade 7500RPM, ponto 3,6mm, agulha DCX27-11, 23036487, motor importado monofásico Nippon Special, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.
--	Maquina de costura industrial SIRUBA Overlok 737k-504m2-04, velocidade 7500RPM, ponto 3,6mm, agulha DCX27-11, 23036487, motor importado monofásico Nippon Special, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.
--	Maquina de costura industrial SIRUBA Galoneira F007K-W122-364-FHA, plana, cobertura em geral, velocidade 6000, ponto 1, 23186586, motor importado monofásico DEL34HS, tampo e estante para sobrepor a máquina e motor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Quarta do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário de Bens Públicos Municipais Nº 048 de 24 de Fevereiro de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo de duração do presente Contrato inicia-se com a assinatura do presente e escoa até 31.12.2016, podendo ser renovado indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais efeitos.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.208.046/0001

CONTRATADO: COOPER. DE PROD. E COM. PEDRA BRANCA

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do TERCEIRO Termo Aditivo Nº. 071/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 071/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 050/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/03/2009

DESCRIÇÃO:

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 050, de 02 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 050/2009 passará a vigorar com a seguinte redação

"CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2012."

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: CLAUDIR DE SOUZA TRANSPORTES SP ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do TERCEIRO Termo Aditivo Nº. 072/2011 de Contrato 09 de Dezembro de 2011

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 072/2011 DE CONTRATO 09 DE DEZEMBRO DE 2011

MÊS/ANO: OUTUBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 109/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/10/2009

DESCRIÇÃO:

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 109, de 05 de outubro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 109/2009 passará a vigorar com a seguinte redação

“CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS

1. O presente contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2012.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.171.710/0001-23

CONTRATADO: CLAUDIR DE SOUZA TRANSPORTES SP ME.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do QUARTO Termo Aditivo Nº. 068/2011 de Convênio

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 068/2011 DE CONVÊNIO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009 NÚMERO CONVÊNIO: 011/2005

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/11/2005

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Convênio nº. 011, de 01 de novembro de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Convênio 011/2005 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este convênio passa a vigorar na data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, se as partes assim desejarem, mediante Termo Aditivo.”.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido convênio.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Termo de RESCISÃO Nº. 004/2011 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE RESCISÃO Nº. 004/2011 DE CONTRATO

NÚMERO CONTRATO: 088/2004

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/08/2004

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

As partes rescindem o Contrato nº. 088 de 23 de Agosto de 2004, com base legal no Art. 79, II, da Lei 8.666/93, a partir do dia 12 de Dezembro de 2011.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.115.929/0001-91

CONTRATADO: Casa Familiar Rural Inacir José Pieta

Corupá

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 031/11 - CRIA A AUTARQUIA - ÁGUAS de CORUPÁ, e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 031/11

CRIA A AUTARQUIA - ÁGUAS DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criada a Autarquia denominada de Águas de Corupá, entidade de natureza autárquica, integrante da administração indireta, com sede e foro no Município de Corupá e prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único. A natureza autárquica conferida a Águas de Corupá é caracterizada pela sua autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 2º - A Águas de Corupá tem por finalidade coordenar, planejar, executar, operar, conservar e ampliar os serviços públicos de água, esgotamentos sanitários, de coleta e destinação de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - Compete a Águas de Corupá desenvolver, dentre outras, as seguintes atividades:

I - prestar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamentos sanitários e de coleta tratamento e disposição final de resíduos sólidos, compreendendo o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades dos sistemas físicos, bem como, a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento dos usuários;

II - Atuar como órgão coordenador, fiscalizador ou executor de convênios firmados entre o Município e órgãos federais e estaduais para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamentos sanitários de coleta e destinação final de resíduos sólidos;

III - lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas dos serviços de água e esgotamentos sanitários e de coleta e destinação final de resíduos sólidos;

IV - exercer outras atividades relacionadas com a preservação da salubridade do meio ambiente.

Parágrafo único: Os serviços de competência da Águas de Corupá poderão ser prestados mediante contratação de empresas, na forma da Lei 8.666/93.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUTARQUIA

Art. 4º - A estrutura organizacional da Águas de Corupá é composta por uma Diretoria Executiva e uma Chefia de Operação.

Art. 5º - Dentre outras atribuições compreendidas nos poderes gerais da administração, compete ao Diretor Executivo da Águas de Corupá:

I - representar a Águas de Corupá, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por seus procuradores;

II - exercer a direção geral da Águas de Corupá, coordenando e controlando suas atividades e expedindo normas, instruções e ordens para execução dos trabalhos;

III - gerir e administrar o patrimônio e rendas da Águas de Corupá, atendendo sempre as suas finalidades institucionais;

IV - autorizar despesas de acordo com as dotações orçamentárias e ordenar os pagamentos em consonância com a programação financeira;

V - praticar todos os atos relativos à administração de recursos humanos;

VI - adotar todas as providências necessárias ao regular funcionamento da Águas de Corupá e exercer as demais atividades que lhe são inerentes;

VII - dirigir a execução da política administrativa e financeira da Águas de Corupá, e coordenar e promover a execução das respectivas atividades;

VIII - dirigir os serviços administrativos e de apoio;

IX - elaborar, em articulação com a Chefia de Operações, a proposta parcial do orçamento da Águas de Corupá, observadas as diretrizes fixadas;

X - dirigir os serviços de contabilidade e de execução orçamentária;

XI - promover a fiscalização da correta aplicação dos recursos financeiros e prestar contas aos órgãos competentes;

XII - expedir boletins, balancetes e outros documentos de apuração contábil, bem como os balanços gerais e seus anexos;

XIII - executar as medidas e procedimentos necessários à arrecadação das tarifas relativas aos serviços prestados e demais receitas da Águas de Corupá;

XIV - executar e supervisionar os relativos ao pessoal, aquisição de suprimentos e materiais, inventário de bens e controle patrimonial e demais atribuições que lhe forem inerentes.

Art. 6º - São atribuições do Chefe de Operações, dentre outras:

I - planejar, dirigir, orientar e fiscalizar planos, programas e

atividades de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos sanitários, bem como, dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais;

II - planejar, coordenar, promover e fiscalizar a execução das obras necessárias à prestação dos serviços afetos a Águas de Corupá;

III - administrar e supervisionar as atividades técnico-operacionais da Águas de Corupá;

IV - propor a contratação de serviços de manutenção, quando for o caso, e fiscalizar sua execução;

V - fixar padrões de operação e de manutenção preventiva dos sistemas;

VI - propor aperfeiçoamento nos sistemas de operação e manutenção das estruturas utilizadas na prestação dos serviços;

VII - exercer demais atribuições que lhe inerentes ou que lhe forem conferidas pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IV

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 7º - A Águas de Corupá terá quadro de pessoal próprio, compreendendo cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, cargos de provimento efetivo e funções gratificadas.

§ 1º - Poderá, entretanto, a Administração Municipal colocar funcionários de seu quadro a disposição da Águas de Corupá, com ou sem ônus, para esta.

§ 2º - O disposto no paragrafo anterior aplica-se inclusive no que concerne a realização de compras, processos licitatórios, avaliação de desempenho em estágio probatório e demais processos administrativos que se fizerem necessários.

Art. 8º - Ficam criados os cargos em comissão, de Diretor Executivo, Chefe de Operações, cujos vencimentos são os que constam no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 9º - Os demais cargos e funções gratificadas serão criados e estruturados conforme a necessidade e mediante Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 - Os servidores da Águas de Corupá subordinam-se a mesma legislação estabelecida para os servidores da Administração Direta do Município de Corupá.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E DOS RECURSOS

Art. 11 - O patrimônio da Águas de Corupá será constituído:

I - pelos bens móveis e imóveis, instalações, materiais, equipamentos, títulos e valores que lhe forem transferidos pelo Município;

II - pelos auxílios, legados e doações que lhe venham a ser feitas;

III - pelos bens e direitos que adquirir com os seus recursos;

IV - pelos bens reversíveis, direitos e privilégios cabíveis ao Município em decorrência da extinção de concessões anteriores a presente Lei.

§ 1º - Os bens e direitos da Águas de Corupá serão aplicados e utilizados exclusivamente na consecução dos seus objetivos;

§ 2º - Extinguindo-se a Águas de Corupá, seus bens e direito reverterão ao Patrimônio Público do Município de Corupá, excetuando-se as doações ou legados recebidos com cláusula restritiva de direito de disposição.

Art. 12 - A Águas de Corupá, para execução das suas finalidades, disporá de recursos advindos de:

I - tarifas arrecadadas dos usuários e receitas relativas a prestação de serviços de instalação, reparo, manutenção, aferição e fornecimento ou aluguel de equipamentos e bens vinculados aos serviços prestados;

II - dotações consignadas no orçamento do Município de Corupá,

do Estado ou da União;
 III - rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
 IV - créditos abertos em seu favor;
 V - operações de crédito, juros e rendas de bens patrimoniais;
 VI - doações, convênios e subvenções que lhe forem feitas ou concedidas por entidades públicas ou privadas;
 VII - produto de alienação de materiais e equipamentos inservíveis ou de bens patrimoniais que se tornarem desnecessários aos seus serviços;
 VIII - produtos de cauções ou depósitos bancários que reverterem aos seus cofres por eventual inadimplência contratual; e,
 IX - quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.
 Parágrafo único: Mediante prévia autorização legislativa e do Chefe do Poder Executivo, poderá a Águas de Corupá realizar operações de crédito por antecipação de receita ou para financiar a execução de obras e ampliações necessárias à prestação dos serviços que lhe são afetos.

Art. 13 - Todo o bem de propriedade da Águas de Corupá somente poderá ser alienado e/ou transferido, com expressa e prévia anuência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14 - A classificação dos serviços de água e esgoto, as tarifas e taxas respectivas e as condições para a sua concessão serão estabelecidas em regulamento próprio no prazo de 90 (noventa) dias.

CAPITULO VI DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 15 - O orçamento da Águas de Corupá integrará o Orçamento Geral do Município em obediência aos princípios da unidade e universalidade, observando-se na sua elaboração e execução os padrões e normas aplicáveis ao Município.

Art. 16 - A contabilidade da Águas de Corupá poderá ser feita pelo serviço contábil do Município.

Art. 17 - Os empenhos e movimentações financeiras da Águas de Corupá serão processados mediante assinaturas do Prefeito Municipal, do Secretário Municipal de Administração e Fazenda e do Diretor Executivo da Águas de Corupá, sendo necessárias as assinaturas de pelo menos dois destes para conferir legitimidade à operação.

Art. 18 - Os balanços e balancetes da Águas de Corupá serão assinados pelo Contador, pelo Diretor Executivo.

CAPITULO VII DAS ECONOMIAS, LIGAÇÕES, FATURAMENTO E COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E ÁGUA E ESGOTAMENTOS SANITÁRIOS

Art. 19 - Para efeito do cadastro, faturamento e comercialização as economias dos imóveis beneficiados com os serviços de abastecimento de água e esgotamentos sanitários, serão classificados nas seguintes categorias:

- I - residencial;
- II - comercial;
- III - industrial;
- IV - pública.

Parágrafo único: As condições de cadastramento e enquadramento, bem como, as de ligação e faturamento, serão objeto do regulamento.

Art. 20 - Todas as edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamentos sanitários disponíveis e estarão sujeitas ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do

uso desses serviços (Lei 11.445/2007, art. 45).

Art. 21 - As ligações de água somente poderão ser requeridas pelo proprietário ou possuidor do imóvel, ou este conjuntamente com o locatário.

Art. 22 - Os serviços de abastecimento de água e de esgotamentos sanitários serão remunerados sob a forma de tarifa, fixadas por decreto, observadas as disposições constantes do Capítulo VI da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 - Lei Nacional do Saneamento Básico.

Art. 23 - A dívida ativa da Águas de Corupá será cobrada na forma administrativa o judicialmente, independentemente da utilização de faculdade de ser suspenso o fornecimento dos serviços, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - Ressalvados os benefícios da tarifa social, é vedado a Águas de Corupá conceder isenção, remição ou redução de tarifas e/ ou taxas decorrentes da prestação dos seus serviços.

Art. 25 - A Águas de Corupá manterá com o Município, relações de coordenação, devendo operar de tal forma que não haja duplicidade de programas e que, na execução dos serviços, sejam otimizados os recursos e minimizados os danos às vias públicas e os transtornos para a população.

Art. 26 - O Município deverá concorrer com as despesas de instalação da Águas de Corupá.

Art. 27 - O Prefeito Municipal baixará decreto regulamento dos serviços de abastecimento de Água e Esgotamentos Sanitários.

Art. 28 - As contas da Águas de Corupá serão submetidas à apreciação do Município em até (60) sessenta dias após o encerramento de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil.

Art. 29 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Município.

Art. 30 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as publicações em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 08 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de Dezembro de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo	Fator	Vencimento	Vagas
Diretor Executivo	38	3.250,52	01
Chefe de Operação	28	1.806,46	01

Errata - Contrato de Dispensa de Licitação 172/11

ERRATA - CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 172/11

Em virtude de erro formal no preenchimento do número da modalidade licitatória. O setor de licitações através de seu presidente, assim informa:

Onde se lê

Dispensa de Licitação 040/11

Leia -se

Dispensa de Licitação 050/11

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente Da Comissão De Licitação Do Município De Corupá

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.732/2011

LEI Nº 4.732/2011

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "JACINTO PEREZ DE MEIRA"

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominada de "JACINTO PEREZ DE MEIRA" a rua sem saída, localizada no Bairro Bom Jesus

Parágrafo Único - A rua sem saída tem início na rua João Pedro Carneiro, segundo sentido à rua Guerino Fontana.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 076/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2011

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS COMPLEMENTARES N. 026/2002; 023/2002, 015/2000, 016/2000 e 056/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. A presente lei complementar promove revisão do estatuto dos servidores públicos do Município de Curitibanos, com a alteração de dispositivos da Lei Complementar n. 026/2002 e legislação

correspondente.

CAPÍTULO I

Da Lei Complementar n. 026/2002

Art. 2º. Acrescenta dispositivos ao artigo 13 da LC 026/2002:

" § 1º - A nomeação se fará:

I - em caráter efetivo quando se tratar de cargo de provimento efetivo provido após concurso público.

II - em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se apenas as atribuições de direção, chefia e assessoramento, atendidas as disposições da Lei Complementar n. 135 de 04 de junho de 2010.

§ 2º. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade. "

Art. 3º. O artigo 53 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"As reposições e indenizações ao Município poderão ser fracionadas em parcelas mensais, nunca superior a 20% (vinte por cento) nem inferior a 5% de sua remuneração, salvo expressa solicitação do servidor."

Art. 4º. O Parágrafo do artigo 53 fica transformado em § 1º.

Art. 5º . Fica acrescentado ao artigo 53 o § 2º com a seguinte redação:

"§ 2º. O servidor em débito com o erário referente às reposições e indenizações, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria, deverá liquidar o débito no ato de seu desligamento."

Art. 6º. VETADO

Art. 7º. Inclui § 6º ao artigo 55 da LC 026/2002:

"§ 6º O servidor efetivo que ocupar cargo em comissão terá direito a gratificação natalina correspondente à remuneração do cargo em comissão, integral ou proporcionalmente aos meses laborados."

Art. 7º A. O art. 54 da Lei Complementar Municipal nº 26/2002, fica acrescido do inciso X com a seguinte redação:

" X - Bolsa de estudo. "

Art. 7º B. O capítulo VI, da Lei Complementar Municipal nº 26/2002, que trata das Indenizações, dos Auxílios e dos Prêmios, fica acrescido da Seção III, com a seguinte redação:

"SEÇÃO III**DA BOLSA DE ESTUDO**

Art. 71-A. Mediante processo de seleção e a critério da administração poderão ser concedidas bolsas de estudo a servidores públicos municipais, representadas por auxílios pecuniários destinados a custear total ou parcialmente, as despesas e encargos em cursos de graduação e especialização profissionais, observados:

a) os cursos deverão ter conteúdos programáticos idênticos aos cargos ou funções exercidos pelos servidores públicos beneficiados;

b) as bolsas de estudos somente poderão ser concedidas à servidores públicos que contém com pelo menos 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo;

c) as bolsas de estudos terão caráter eminentemente temporário e precário, não se incorporando ou sendo consideradas para quaisquer fins e efeitos da remuneração dos servidores públicos, e poderão ser suprimidas, reduzidas, ou canceladas a qualquer tempo ou título pela Administração Pública, a seu exclusivo critério sem ensejar qualquer direito ou indenização;

d) preferirão aos demais aqueles servidores públicos que, não possuírem recursos próprios suficientes para o custeio integral destes cursos.

Parágrafo único. A administração mediante regulamentação fixará os meios, critérios, condições e demais elementos e pressupostos pertinentes as bolsas de estudos acima preconizadas, e a correspondente concessão.

Art. 7º C. O art. 54, da Lei Complementar 26/2002, fica acrescido do inciso XI com a seguinte redação.

“ Art. 54 ()

XI - Auxílio Funeral, conforme dispuser a lei. “

Art. 7º D. VETADO

Art. 8º. As gratificações de funções, a critério do Chefe do Poder Executivo, serão concedidas a servidores do quadro permanente e ou a servidores cedidos ou colocados a disposição por outros órgãos públicos regidos pelo critério de confiança, destinando-se apenas as atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 9º O artigo 64 da LC 026 e seu parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de efetivo exercício no serviço público municipal ininterrupto ou não, incidente sobre o vencimento até o limite de 35%, a partir da publicação desta lei.

Parágrafo Único: A progressão funcional ou a alteração de cargo não interrompem nem suspendem a contagem de tempo de serviço para fins deste artigo.

Art. 10. Fica revogado o artigo 66 e seu parágrafo único da LC 026.

Art. 11 Fica alterado o disposto no artigo 71 da LC 026/2002 que passa a vigorar com a redação prevista nesta lei:

“Art. 71. Ao servidor que completar vinte e cinco anos de serviço público no município de Curitiba, suas autarquias e Fundações Públicas por ele instituídas e mantidas, será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente a duas vezes a remuneração percebida na data de sua concessão e de uma placa comemorativa ao evento.”

Art. 12 O Capítulo VII do título V da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com as alterações previstas nesta Lei:

“ Art. 72

§ 7º O Município poderá instituir período de férias coletivas a todos ou a parte de seus servidores, por período determinado e inferior a 30 (trinta) dias, inclusive aos servidores que ainda não tenham completado o primeiro período aquisitivo.

§ 8º. Não terá direito a férias, o servidor que, durante o período de sua aquisição estiver ou permanecer em gozo de licença para tratar de interesse particular.

Art. 72 A - Após cada período de 12 (doze) meses de exercício, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não apresentar mais de cinco faltas injustificadas;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 2º - O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

Art. 13 Fica alterado o § 3º e o § 4º do artigo 73 da LC 026/2002 com a seguinte redação:

“§ 3º. As licenças previstas nos incisos IV, V, VI e VII não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas de exercício do cargo em comissão, emprego público ou na qualidade de contratado temporariamente.

§ 4º. Os atestados médicos particulares com prazo de até 15 dias e atendidos os requisitos desta lei e do regulamento deverão ser entregues ao departamento de recursos humanos no prazo máximo de cinco dias após sua concessão sob pena de considerar-se como falta injustificada”.

Art. 14 Acresce parágrafo 2º ao artigo 74, passando o parágrafo único a § 1º:

“ § 2º - O servidor que durante o mesmo exercício atingir o limite de sessenta dias de licença para tratamento de saúde, consecutivos ou trinta dias de licença não consecutivos, para a concessão de nova licença, independentemente do prazo de sua duração, será submetido à inspeção por junta médica oficial.

Art. 15 O artigo 76 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“ Art. 76 ()

§ 1º. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

§ 2º. O servidor não poderá permanecer em licença por moléstia, pelo prazo superior a 02 (dois) anos, caso em que, findo este prazo, deverá ser encaminhado a perícia médica para fins de aposentadoria.

§ 3º O disposto no parágrafo 2º deste artigo, não se aplica aos servidores não efetivos, ocupantes de cargo em comissão.

Art. 16. Fica acrescido ao artigo 80 da LC 026/2002 o § 2º , passando o parágrafo único a § 1º:

“ Art. 80 ()

§ 2º. A licença prevista neste artigo concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação”.

Art. 17. Dá nova redação aos artigos 81 a 85 da Lei Complementar nº 026/2002:

“Art. 81. A servidora gestante é assegurada licença para repouso pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir da data de nascimento da criança, mediante apresentação da certidão de nascimento.

§ 1º. A licença poderá ser concedida a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores a data do parto, mediante perícia médica, podendo ocorrer no caso de parto antecipado, a partir da 23ª (vigésima terceira) semana de gestação.

§ 2º. No caso de natimorto ou aborto será devida licença para tratar de saúde mediante perícia médica.

§ 3º. A critério da perícia médica é assegurado a gestante licença para tratar de saúde antes do parto.

§ 4º É assegurado a gestante o direito a readaptação em função compatível com seu estado físico, a partir do quinto mês de gestação, a critério do órgão médico oficial, sem prejuízo do licença de que trata o § 3º deste artigo.

§ 5º. A licença para repouso à gestante será suspensa quando da ocorrência do falecimento da criança nos 60 (sessenta) dias anteriores ao seu término.

§ 6º. A licença para tratamento de saúde será suspensa quando da concessão da licença para repouso à gestante.

§ 7º. Estando a gestante usufruindo férias ou licença prêmio quando da ocorrência do parto, a mesma será interrompida, e o período restante deverá ter o usufruto iniciado no mesmo exercício de término da licença para repouso.

§ 8º. Ocorrendo o parto sem que a gestante tenha usufruído as férias do exercício as mesmas deverão iniciar no dia subsequente ao término da licença.

§ 9º. Nos sessenta dias anteriores ao término do usufruto da licença, a gestante não poderá exercer atividade remunerada e a criança não poderá estar matriculada em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito de usufruto do período restante e restituição da remuneração do período de ocorrência dos fatos aos cofres públicos, após devidamente comprovado em processo administrativo disciplinar.

§ 10. A gestante poderá renunciar aos sessenta dias anteriores ao término da licença, devendo apresentar em até 30 (trinta) dias anteriores ao seu início, renúncia parcial de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias não se aplicando o disposto no § 9º deste artigo.

§ 11. É assegurado o usufruto proporcional da licença quando entre a ocorrência de parto e o início de exercício no serviço público mediar tempo inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 82. A Lactante é assegurado, sem qualquer prejuízo o direito de ausentar-se do serviço em até 2 (duas) horas diárias ou da escala de trabalho para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais até o filho completar 06 (seis) meses de idade.

§ 1º Para a carga horária inferior ao disposto no caput deste artigo aplicar-se-á a proporcionalidade.

§ 2º A concessão do benefício está condicionada a solicitação pela lactante acompanhada pela certidão de nascimento da criança.

§ 3º O horário da lactação ficará a critério da requerente, podendo ser desdobrada em frações quando a lactante estiver sujeita a dois

turnos ou períodos de trabalho.

Art. 83. O servidor, quando do nascimento de seu filho, poderá faltar ao serviço por até 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 84. É assegurado ao servidor licença de 180 (cento e oitenta) dias em caso de adoção de criança de até 06 (seis) anos incompletos, ou quando obtiver judicialmente a sua adoção ou guarda para fins de adoção.

§ 1º Em caso de adoção por cônjuge ou companheiro, ambos servidores públicos efetivos, a licença de que trata o caput deste artigo será concedida da seguinte forma:

I - 180 (cento e oitenta) dias ao servidor adotante que assim requerer;

II - 15 (quinze) dias ao servidor, cônjuge ou companheiro adotante que assim requerer.

§ 2º O servidor deverá requerer a licença de que trata o caput deste artigo à autoridade competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da expedição, conforme, o caso, do termo de adoção ou do termo de guarda para fins de adoção.

§ 3º O requerimento de que trata o 2º deste artigo, deverá estar instruído com as provas necessárias à verificação dos requisitos para a concessão de licença.

§ 4º A não observância do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo implicará em indeferimento do pedido de licença.

Art. 85. Ao servidor é assegurado licença-paternidade nos termos do art. 84, por todo o período de licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe em caso de falecimento da mesma ou de abandono do lar, seguida de guarda exclusiva da criança pelo pai, mediante provas ou declaração firmada pela autoridade judicial competente.

Art. 18 Acrescenta dispositivos ao artigo 90 da LC 026/2002:

§ 3º. Para efeito de licença prêmio será computado o tempo de serviço público vinculado ao Município em cargo efetivo, excetuados os períodos ocupados em cargo em comissão ou contratados temporariamente. .

§ 4º. Por ocasião da concessão da licença, o servidor deverá firmar compromisso de efetuar o pagamento da contribuição previdenciária ao IPESMUC.

§ 5º - Os períodos de licença prêmio já adquiridas de acordo com o disposto nesta lei e não gozadas pelo servidor que vier a falecer ou nos casos de aposentadoria por invalidez, serão convertidos em pecúnia e pagos no ato do desligamento.

§ 5º - Os períodos de licença prêmio já adquiridas e não gozadas pelo servidor que vier a se exonerar do serviço público municipal ou nos casos de aposentadoria, não poderão ser convertidas em pecúnia, devendo ser desfrutadas, antes da exoneração ou da aposentadoria requerida.

Art. 19 O artigo 91 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com a redação desta lei:

" Art. 91. Não terá direito a licença prêmio o servidor que, no período de sua aquisição houver:

I - sofrido pena de suspensão em processo administrativo disciplinar;

II - sido condenado à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

III - no período aquisitivo ter gozado licença:

a) por motivo de doença por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou não;

c) por motivo de doença em pessoa da família por mais de 180 (cento e oitenta) dias

d) - para tratar de interesses particulares, por mais de 30 (trinta) dias;

V - não obtiver aprovação na avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional, nos termos do Plano de Carreira de sua categoria profissional."

Art. 20 O art. 93 da Lei Complementar n. 026/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. A licença prêmio poderá ser usufruída de forma parcelada, desde que por período não inferior a 90 dias, havendo interesse da administração municipal, com a concordância do servidor. "

Art. 21 Ficam alterados os incisos II e V do artigo 95 da Lei Complementar n. 026/2002:

" Art. 95 - Sem qualquer prejuízo poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - Por 01 (um) dia para doação de sangue;

II - VETADO

III- Por até 08 (oito) dias em virtude de falecimento do cônjuge ou companheiro e parente de até segundo grau;

IV - Por até 08 (oito) dias em virtude de casamento próprio.

Art. 22. Altera o parágrafo único do artigo 97 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. A ausência de que trata este artigo não excederá o período de duração do estudo, objeto da licença. Cessando o motivo da licença, o servidor deverá retornar no prazo máximo de 5 (cinco dias), sob pena de serem consideradas injustificadas suas faltas a partir desta data".

Art. 23. Inclui dispositivos no artigo 100 da LC 026/2002:

" Art. 100. São deveres do servidor:

XIV - retornar ao serviço no dia imediatamente subsequente ao término das férias, ou afastamentos de qualquer espécie, inclusive na hipótese do § 3º do art. 7º da Lei Complementar n. 015/2000, salvo outras disposições desta lei;

Art. 24 Acrescenta parágrafos ao artigo 102 da LC 026/2002:

"Art. 102 ()

§ 1º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta lei e da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. "(art. 37 § 10 CF - EC 20/98).

Art. 25 Acrescenta artigo 102 A à Lei Complementar 026/2002

"Art. 102 A. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 115, notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotar o procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicação em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto no art. 240.

§ 3º - Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º - No prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º - A opção do servidor por um dos cargos até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitidos a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições destes artigos, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições atinentes ao processo disciplinar do Estatuto do Servidor Público do Município de Curitiba.

Art. 26 . Retifica o artigo 106 que passará a vigorar da seguinte forma:

"A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 101 incisos I a VIII desta lei e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna".

Art. 27. Inclui parágrafo 2º ao artigo 107 da Lei Complementar 026/2002 passando o parágrafo único a parágrafo 1º. :

" Art. 107

§ 1º

§ 2º. a pena de suspensão importa:

- a) - na perda dos vencimentos ou remuneração durante o período da suspensão;
- b) - na perda do direito à licença-prêmio, na forma prevista neste Estatuto;
- c) - na perda do direito a licença para tratar de assuntos particulares, no período de 01 (um) ano, a contar da expedição da suspensão, superior a trinta (30) dias.

Art. 28. Dá nova redação ao artigo 108:

"Art. 108. As penalidades serão anotadas nos registros funcionais e terão seus registros cancelados, após o decurso de 05 (cinco) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Art. 29. Retifica o inciso XIII do artigo 109 que passará a vigorar da seguinte forma:

"Art. 109

XIII - Transgressão do artigo 101, incisos IX a XX."

Art. 30. Acrescenta à Lei Complementar 026/2002 o artigo 115 A:

"Art. 115 A. Será adotado o procedimento sumário previsto no artigo 102 A desta lei, na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

- a) - na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias consecutivos;
- b) - no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a dez dias interpoladamente, durante o período de doze meses.

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 31. Acrescenta inciso III ao artigo 117:

"Art. 117.

III - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

Art. 32. Acrescenta à Lei Complementar n 026/2002 o artigo 117

A:

" Art. 117 A. A autoridade que determinar a instauração da sindicância, fixará o prazo para sua conclusão, nunca excedendo a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, à vista de exposição motivada da comissão sindicante.

Parágrafo único: A sindicância será instaurada através de portaria, na qual constará o objeto e a nomeação de 03 (três) servidores estáveis para compor a comissão sindicante, já designando, entre eles, o presidente e o secretário.

Art. 33. Altera o artigo 121 da LC 026/2002:

"Art. 121. O processo disciplinar será conduzido por uma Comissão Única e Permanente de Inquérito e Processo Disciplinar composta de três servidores estáveis titulares e três servidores estáveis suplentes, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles o seu presidente.

§ 3º. A Comissão Única e Permanente de Inquérito e Processo Disciplinar do Poder Executivo terá mandato de 3 anos (três) anos, podendo ser reconduzida.

§ 4º. Os membros da comissão Única de Processo Disciplinar poderão receber gratificação no valor equivalente a 50% do menor vencimento do quadro de salários do município pelo exercício das atribuições no prazo que perdurar cada processo disciplinar e de forma não cumulativa;

§ 5º. O procedimento administrativo disciplinar e as demais atribuições da Comissão serão regulamentados por decreto do Executivo.

Art. 33-A O art. 5º, da Lei Complementar nº 26/2002, fica acrescido de § 3º, com a seguinte redação:

§ 3º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 33-B O art. 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 26/2002, passa vigorar com a seguinte redação:

"I - Prazo para inscrição não inferior a 30 (trinta) dias, contado de sua publicação oficial".

Art. 33-C. Ficam revogados os arts. 24, §§ 1º e 2º; art. 26, inciso I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar nº 26/2002; Anexo I, da Lei Complementar nº 74/2011.

Art. 33-D. Fica revogado o inciso VIII, do art. 12, da Lei Complementar nº 26/2002.

Art. 33-E - VETADO

33-F. O art. 102 da Lei Complementar nº 26/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 102. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 33-G. VETADO

CAPÍTULO II

Da Lei Complementar n. 023/2002

Art. 34. Ficam alterados os dispositivos abaixo da Lei Complementar n. 023/2002:

I - § 1º do artigo 11:

" Art. 11

§ 1º. Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, remuneração superior ao subsídio do Prefeito Municipal."

II - Art. 15

Pós Graduação - 10%

III - Art. 16

§ 1º. A gratificação pelo exercício da função gratificada prevista no artigo 12 da Lei Complementar n. 023/2002, incorpora-se ao vencimento para todos os fins, inclusive de aposentadoria, na proporcionalidade de 10% ao ano de efetivo exercício no cargo em comissão limitado ao teto de duas vezes o valor integral da gratificação.

§ 2º. Outras gratificações somente incorporam-se ao patrimônio do servidor se houver expressa previsão legal.

CAPÍTULO III

Da Lei Complementar n. 015/2000

Art. 35, A Lei Complementar n. 015/2000 passa a vigorar com as alterações dispostas nesta lei:

I - Fica incluído no Título III, Capítulo I, Seção I os artigos 7º A e seguintes:

“ Art. 7º A. O servidor cedido a outro órgão da administração pública em que o pagamento da remuneração seja ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de responsabilidade desta:

I - o desconto da contribuição previdenciária devida pelo servidor; e

II - a contribuição devida pelo ente de origem.

§ 1º Caberá ao cessionário efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor ao IPESMUC.

§ 2º Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições ao IPESMUC no mês imediatamente subsequente, caberá ao Município de Curitiba efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 3º O termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o cessionário, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao IPESMUC, conforme valores informados pelo Município de Curitiba.

Art. 7º B. Na cessão de servidores para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do Município de Curitiba, o desconto e o repasse das contribuições ao IPESMUC.

Art. 7º C. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento do servidor, de que trata o Capítulo VII da Lei Complementar nº 26/2002 (art. 73 e segs), o cálculo da contribuição será feita de acordo com a remuneração do cargo efetivo de que o servidor é titular.

Art. 7º D. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração do Município de Curitiba, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições, até o 5º dia útil de cada mês, nos termos do art. 7º desta Lei.

§ 1º. A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira e tempo no cargo efetivo na constituição de aposentadoria.

§ 2º. Não havendo o recolhimento das contribuições por prazo superior a 90 dias no período da licença ou afastamento a que se refere este artigo, o débito deverá ser inscrito em dívida ativa para cobrança judicial e a licença ou afastamento serão cancelados, devendo o servidor retornar a atividade, sem prejuízo do pagamento das contribuições devidas.

§ 3º. No caso de inadimplemento por parte do servidor, ser-lhe-á concedido o direito de, uma única vez em cada afastamento, permanecer em licença, desde que liquide integralmente o débito no prazo máximo de 10 dias a contar da data de sua notificação, conforme normas estabelecidas em regulamento próprio.

§ 4º. Durante os períodos em que o segurado-ativo encontrar-se em licença ou afastamento, respeitadas as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba, terá sua qualidade de segurado suspensa, salvo se estiver contribuindo na forma prevista no art. 7º e seus parágrafos, desta Lei.

II - Dá nova redação ao parágrafo único e ao inciso I do artigo 66 da LC 015/2002:

“Art. 66.()

I - para o segurado-ativo, o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescido do adicional por tempo de serviço e de adicionais de caráter individual considerados como vantagens pecuniárias permanentes, e das gratificações incorporáveis estabelecidas em lei municipal. “

Parágrafo Único: A remuneração-de-contribuição não poderá em hipótese alguma, ser inferior ao salário mínimo nacional.

II - Altera artigos 73 e 78 da LC 015/2000:

“ Art. 73. A diretoria Executiva do IPESMUC compor-se-á de um

Diretor Executivo que será nomeado pelo Prefeito Municipal dentre os servidores ocupantes de caráter efetivo, em caráter comissionado com remuneração igual ao cargo de Diretor de Departamento previsto na Lei Complementar n. 023/2002.

“Art. 78 - Os servidores que constituirão o quadro de pessoal do IPESMUC serão remunerados por este, podendo o Poder Executivo disponibilizar servidores de seu quadro pessoal para o preenchimento dos cargos previstos no artigo 73 cabendo ao IPESMUC o pagamento de gratificação pela tarefa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo do servidor, a ser fixada por resolução do Instituto.

Seção I

Das Disposições Transitórias Da Lei Complementar 015/2000

Art. 36. Aos servidores que estiverem em débito com as contribuições previdenciárias a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar n. 015/2000 fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua notificação para realizar o recolhimento das parcelas aqui previstas e inadimplidas e que serão devidamente atualizadas segundo o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - índice de revisão da remuneração dos servidores públicos.

CAPÍTULO IV

Da Lei Complementar n. 056/2006

Art. 37 A Lei complementar n. 056/2002 passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - Acrescenta à Lei Complementar n. 056/2006 o artigo 11 A :

“Art. 11 A. Ao final do prazo contratual, fica assegurado ao pessoal contratado nos termos desta lei ao recebimento de:

a) Férias proporcionais em caso de vigência do contrato de trabalho por prazo superior a seis meses e inferior a um ano;

b) 13º salário na proporção de 1/12 avos por mês trabalhado.”

Parágrafo Único: Não se aplica o disposto neste artigo aos casos de extinção do contrato por iniciativa ou culpa do contratado.

CAPÍTULO VI

Das Revogações

Art. 38. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar n. 026/2002:

I - Inciso VIII do artigo 12.

II - Artigos 24,25, 26, 27, 28 e 29

IV - Artigo 66

Art. 39. Fica revogado o artigo 30 da Lei Complementar n. 024/2002 (ADIN 2005.031020-5)

Art. 40. Fica revogado o artigo 1º da Lei Complementar n. 072/2011.

Art. 40-A O estatuto do servidor público municipal será revisado no mesmo período do plano plurianual, com a colaboração do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais previamente ao envio ao Poder Legislativo para discussão e aprovação.

Art. 41 Fica revogado o § 2º do artigo 78 da LC 015/2000.

Art. 42 Fica revogado o art. 2º da Lei Complementar n. 016/2000.

Art. 43 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 077/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2011

ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 049/2006 QUE DISPOE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO



- ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º. Ficam alterados os anexos da Lei Complementar n. 049/2006 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano - zoneamento do Município de Curitiba, que, conforme descrição abaixo, passam a vigorar com as modificações prescritas por esta lei:

I - Altera a ZRP1 - Zona Residencial Predominante 1 : recuo frontal de 3,00m

II - Altera a ZRP2 - Zona Residencial Predominante 2 : recuo frontal de 3,00m. Taxa de Ocupação TO = 70%, Índice de Aproveitamento IA = 5,6. Gabarito = Térreo 7 pavimentos

III - Altera e amplia a ZRP3 - Zona Residencial Predominante 3: recuo frontal 3,00 m

IV - Cria a ZRP5 - Zona Residencial Predominante 5: lotes com 360,00 m², testada mínima de 12,00 m , recuo frontal de 5,00 m taxa de ocupação de 70%, índice de aproveitamento de 4,2, gabarito = térreo (cinco) 5 pavimentos

IV.1 - quando de frente para a avenida o recuo passa a ser de 10,00 m;

V - Cria a ZRP6 - Zona Residencial Predominante 6: lotes com 360,00 m², testada mínima de 12,00 m, recuo frontal de 3,00m, taxa de ocupação de 60%, índice de aproveitamento de 1,2 e gabarito = térreo mais 1 pavimento.

VI - Cria a ZEE - Zona de Expansão educacional

VII - Cria a ZEU 3 - Zona de Expansão Urbana 3: lotes de 360,00 m², testada mínima de 12,00 m, recuo frontal de 5,00 m, taxa de ocupação de 70%, índice de aproveitamento de 4,2, gabarito = térreo cinco pavimentos.

VII.1 - quando de frente para a avenida o recuo passa a ser de 10,00 m;

Art. 2º. Altera a tabela de USO do Solo constante da Lei Complementar n. 049/2006 quanto ao USO 14 e 15 que passa a vigorar conforme anexo.

Art 3º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ADAIR LUIZ ALVES
Secretaria de Planejamento e Urbanismo

Lei Complementar Nº 078/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 078/2011

ALTERA ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 023/2002, CRIA E EXTINGUE CARGOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º. A partir de 01 de janeiro de 2012 o salário inicial do cargo de Médico passa a ser de R\$ 4.845,75 (quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais, setenta e cinco centavos) mediante o cumprimento da carga horária estabelecida para o cargo.

§ 1º Não poderá o médico ausentar-se da Unidade Básica da Saúde antes da carga horária normal de trabalho, a não ser em casos excepcionais, mediante autorização do superior hierárquico, com posterior compensação de horas, sob pena assim não o fazendo, sofrer descontos das horas faltantes e abertura do respectivo procedimento administrativo.

§2º - VETADO

Art. 2º. Os servidores em exercício no cargo de Médico poderão optar pela redução da jornada de trabalho para 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas com o recebimento da remuneração compatível à nova carga horária, devendo formalizar esta opção no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, correndo por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 079/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar como método de atualização dos créditos tributários do Município não pagos no vencimento, a SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia definido pelo Banco Central, ficando sem efeito todas as disposições do Código Tributário em contrário.

Art. 2º. O artigo 74 da Lei Complementar n. 028/2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 73. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento será atualizado pela SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia definido pelo Banco Central:

Parágrafo único: Fica revogado o inciso II do art. 73 da Lei Complementar n.º 028/2002.

Art. 3º. Fica alterado o artigo 294 da LC 028/2002 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 294. Sem prejuízo da adoção e aplicação da SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia definido pelo Banco Central, a falta de pagamento ou retenção do imposto, nos prazos estabelecidos em regulamento, implicará na cobrança dos seguintes acréscimos:

Art. 4º. Ficam alterados os incisos II e III do artigo 283 do Código Tributário Municipal para fixar para o vigésimo dia do mês subsequente ao da apuração o prazo para recolhimento do ISS:

“ Art. 283. ()

I - quando retido na fonte, apurado mensalmente e recolhido pelo tomador do serviço até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da sua apuração;

II - nos demais casos, sobre a soma dos serviços prestados, apurado mensalmente e pago, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da sua apuração. ”

Art. 5º. O inciso I do art. 253 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar n. 028/2002 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ Art. 253 - Na arrematação de bens imóveis penhorados, o valor alcançado em hasta pública; na adjudicação de bens imóveis penhorados, o valor da avaliação judicial e na arrematação extrajudicial o valor venal do imóvel. ”

Art. 6º. O Parágrafo único do artigo 25 da Lei Complementar n. 028/2002 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Art. 25. ()

Parágrafo Único: No caso de arrematação e hasta pública, a sub-rogação ocorre sob o respectivo preço e na adjudicação sub-rogam-se na pessoa do adjudicatário. ”

Art. 7º. Fica alterado o artigo 252 do Código Tributário Municipal para correção de erro material:

“ Art. 252. O valor venal, base de cálculo do imposto dos imóveis localizados no perímetro urbano, será o constante do cadastro imobiliário, calculado conforme determina o artigo 236 deste código, ou o valor declarado pelo sujeito passivo, se o último for maior. ”

Art. 8º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.711/2011

LEI Nº 4.711/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Luiz Ricardo Maurilio, inscrito no CPF sob n.

052.918.349-86, do lote 13 da quadra 03 A (antiga quadra 18) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 432,00 m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), localizado na esquina da Avenida Fernando Damiani com Prologamento da rua Edgar Ko Freitag, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o lote 12;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o Prolongamento da Rua Edgar Ko Freitag;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com a Avenida Fernando Damiani.

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com o Lote 14 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI

Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.712/2011

LEI Nº 4.712/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Nilson Silva de Souza, inscrito no CPF sob n. 769.714.739-49, do lote 10 da quadra 04 A (antiga quadra 19) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Juvenal José Rodrigues, entre o lote 09 e 11 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 21 da mesma quadra e loteamento;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra e loteamento

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o Lote 09 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.713/2011

LEI Nº 4.713/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Osni Carlos Medeiros, inscrito no CPF sob n. 632.706.179-68, do lote 04 da quadra 19 A (antiga quadra 34) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a Nordeste da Rua Projetada "D", entre o lote 03 e o lote 05 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 03 da mesma quadra e loteamento;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra e loteamento;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 15 da mesma quadra e loteamento

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Projetada "D".

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 22 de novembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e sete na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.714/2011

LEI Nº 4.714/2011

ALTERA ANEXOS DA LEI N. 4.680/2011 QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, PARA EXERCÍCIO DE 2012 - LDO/2012.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Ficam alterados os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, de n. 4.680/2011 que passam a vigorar com as seguintes alterações:

1. Demonstrativo XVI

1.1. Programa 0005 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

1.2. Programa 0008 - SAÚDE BÁSICA

1.3. Programa 0018 - PERIMETRO URBANO

1.4. Programa 0021 - SANEAMENTO URBANO

1.5. Programa 0024 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º. Fica revogada a Lei promulgada n. 4.699/2011.

Curitiba, 22 de novembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

17 de novembro de 2011.

OF/PROJUR/ 317/2011.

Assunto: Projeto de Lei nº 114/2011

Senhor Presidente

Atendendo ao contido no ofício CAM.VER 272/2011 estamos encaminhando a V.Exa., o Projeto de Lei n. 114/2011 que visa a alterar os anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias com vistas a manter o texto e as ações em sua forma original, compatíveis com os demais instrumentos de gestão fiscal.

No aguardo de vossa manifestação, subscrevo-me

Atenciosamente

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.716/2011

LEI Nº 4.716/2011

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DAS MULHERES SOROPTIMISTAS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído o dia 26 de outubro como o Dia Municipal das Mulheres Soroptimistas.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 2 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.717/2011

LEI Nº 4.717/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREA DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao SENAI/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina, inscrito no CNPJ 03.774.688/0001-55 área de terra situada nesta cidade, no Bairro da Balança em uma rua existente e sem denominação, atualmente sito ao Leste da Rua Francisco Dorigatti entre as ruas Celina Anjos Ortiz e Rua Vitorio Cavali, com a área superficial de 1.360,00 m² (um mil, trezentos e sessenta metros quadrados), devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, sob nº 1.984, recebido pelo Município através da Lei n. 4.492/2010, com as seguintes confrontações:

Ao Norte : 27,15 m com a Rua Celina Anjos Ortiz
Ao Sul : 24,20m com a Rua Vitorio Cavalli
Ao Leste : 58,50 m com o Patrimônio Municipal
Ao Oeste : 50,00 m com a rua Francisco Dorigatti.

Art. 2º - Fica fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a Entidade protocolar junto á Prefeitura Municipal, o projeto das instalações a serem feitas na área ora doada, e 180 dias para o início da construção, sob pena de, não ocorrendo, reverter a área ao Patrimônio Municipal , assim como em caso de extinção da entidade, ou ainda, caso ocorra mudança de atividades que não sejam direcionadas às atuais finalidade da entidade ou aos objetivos previstos nesta lei.

Art. 3º - A respectiva ordem de escritura somente será concedida por ocasião do início da construção e nela deverá contar a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, sob as penas do artigo 2º desta Lei.

Parágrafo único - Após um ano de emissão do alvará de licença e localização e do efetivo funcionamento da entidade e a requerimento da mesma, poderá ser dispensado o gravame da inalienabilidade através de ato Poder Executivo, devidamente averbado na matrícula imobiliária respectiva, desde que comprovado que os valores dos investimentos superem a 3 (três) vezes o valor da área ora doada.

Art. 4º - A dispensa do gravame da inalienabilidade poderá ser concedida após o cumprimento das exigências impostas, as quais serão analisadas por uma comissão de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, os quais emitirão parecer no prazo e 3 (três) dias após serem notificados.

Parágrafo único: A comissão referida será composta por um membro a ser indicado pelos seguintes órgãos:

- Poder Executivo;
- Poder Legislativo;
- Associação Empresarial de Curitibaanos; e
- Conselho Municipal de Indústria e Comércio.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibaanos, 02 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.718/2011

LEI Nº 4.718/2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.168/2007 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR AREA DE TERRAS AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibaanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei n. 4.168/2007 que autoriza o Poder Executivo a doar área de terras ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI para retificar a área total do imóvel que passará a constar como contendo a área de 6.647,20 m² (seis mil, seiscentos e quarenta e sete metros e vinte centímetros quadrados) de acordo com a transcrição da matrícula imobiliária n. 10.593 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibaanos, 02 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.719/2011

LEI Nº 4.719/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibaanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Curitibaanos para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 59.568.101,00 (Cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e um reais).

§ 1º - A Receita do Orçamento será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES R\$ 55.469.851,00
4.1.1 Receita Tributária R\$ 8.124.086,00
4.1.2 Receita de Contribuições R\$ 2.992.330,00
4.1.3 Receita Patrimonial R\$ 918.027,00
4.1.4 Transferências Correntes R\$ 46.114.311,00
4.1.6 Outras Receitas Correntes R\$ 3.420.279,00
9.1.7 Deduções da Receita Corrente R\$ -6.099.182,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 269.700,00
4.2.1 Operações de Crédito R\$ 25.000,00
4.2.2 Alienação de Bens R\$ 50.250,00
4.2.3 Transferências de Capital R\$ 194.450,00

4.7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS R\$ 3.828.550,00
4.7.2 Receitas de Contribuições R\$ 2.828.550,00

4.7.9 Outras Receitas intra orçamentárias R\$ 1.000.000,00
T O T A L R\$ 59.568.101,00

§ 2º - A Despesa do Orçamento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional e funcional-programática, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Câmara Municipal 1.794.000,00
Gabinete do Prefeito 1.153.950,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças 10.690.206,00
Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Ação Social 580.800,00
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenv. Rural. 1.399.070,00
Secretaria Municipal de Transporte e Obras 5.821.219,00
Secretaria do Planejamento 473.110,00
Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo 1.599.070,00
Secretaria de Esportes e Lazer 1.074.230,00
Fundos 28.749.276,00
Instituto de Previdência - IPESMUC 4.533.400,00
Reserva de Contingência - IPESMUC 1.336.770,00
Reserva de Contingência - Prefeitura 363.000,00
TOTAL 59.568.101,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO FIXADA

2012

01 - LEGISLATIVA 1.794.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO 8.071.466,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA 1.638.730,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.026.765,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL 4.275.670,00
10 - SAÚDE 10.906.925,00
12 - EDUCAÇÃO 15.559.886,00
13 - CULTURA 580.800,00
15 - URBANISMO 5.114.219,00
16 - HABITAÇÃO 102.500,00
17 - SANEAMENTO 180.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL 442.150,00
20 - AGRICULTURA 1.744.420,00
22 - INDÚSTRIA 625.570,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS 45.000,00
25 - ENERGIA 1.597.200,00
26 - TRANSPORTES 565.500,00
27 - DESPORTO E LAZER 1.074.230,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS 1.523.300,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1.699.770,00
SOMA 59.568.101,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 2º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores fixa a despesa em R\$ 1.794.000,00 (Um milhão setecentos e noventa e quatro mil reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Despesas Correntes R\$ 1.417.700,00
- Despesas de Capital R\$ 376.300,00
- Transferência Financeira (Recebida) R\$ 1.794.000,00

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal, estima a receita em R\$ 38.646.004,00 (Trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatro reais), e fixa a despesa em R\$ 23.154.655,00 (Vinte e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Receitas Correntes R\$ 38.468.904,00
- Receitas de Capital R\$ 177.100,00
- Despesas Correntes R\$ 19.261.056,00
- Despesas de Capital R\$ 3.530.599,00
- Reserva de Contingência R\$ 363.000,00
- Transferência Financeiras (Concedidas) R\$ 15.491.349,00

DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS, FUNDAÇÃO E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º O Orçamento dos Fundos Municipais, Fundação e Instituto de Previdência estima a receita em R\$ 20.922.097,00 (Vinte milhões, novecentos e vinte e dois mil, noventa e sete reais) e fixa a despesa em R\$ 34.619.446,00 (Trinta e quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), discriminados em quadros próprios em anexo:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Receitas Correntes R\$ 521.840,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 1.356.595,00
- Despesas Correntes R\$ 1.778.495,00
- Despesas de Capital R\$ 99.940,00

FUNDO MUNIC. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 122.210,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 133.490,00
- Despesas Correntes R\$ 127.850,00
- Despesas de Capital R\$ 127.850,00

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Receitas Correntes R\$ 13.431,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 134.899,00
- Despesas Correntes R\$ 147.120,00
- Despesas de Capital R\$ 1.210,00

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

- Receitas Correntes R\$ 3.479.960,00
- Receitas de Capital R\$ 30.250,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 6.469.370,00
- Despesas Correntes R\$ 9.525.830,00
- Despesas de Capital R\$ 453.750,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 1.599.620,00
- Receitas Intra-Orçamentária (Receita) R\$ 3.828.550,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 442.000,00
- Despesas Correntes R\$ 4.517.670,00
- Despesas de Capital R\$ 15.730,00
- Reserva Legal do R.P.P.S R\$ 1.336.770,00

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Receitas Correntes R\$ 11.263.886,00
- Receitas de Capital R\$ 62.350,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 5.160.995,00
- Despesas Correntes R\$ 15.339.121,00
- Despesas de Capital R\$ 1.148.110,00

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, suplementações orçamentárias e superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA
I - Reserva de Contingência R\$ 363.000,00

UNIDADE GESTORA: IPESMUC
I - Reserva de Contingência R\$ 1.336.770,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, independente do valor constante em cada evento de riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei nº 4.680/2011.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Passivos Contingentes, riscos e eventos fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor, sentenças judiciais e possíveis ocorrências de situações de emergência e calamidade.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante decreto, remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, na forma prevista no artigo 28 parágrafo único, da Lei nº 4.680/2011.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas fontes de recurso e modalidades de aplicação nas ações já existentes para o exercício 2012, mediante decreto, na forma prevista no artigo 29, parágrafo único, da Lei nº 4.680/2011.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 100% (Cem por cento) do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada fonte de recurso, para atender dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, conforme art. 32 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 100% (Cem por cento) do excesso de arrecadação das fontes de recursos vinculados nas áreas de saúde, educação e assistência social, para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, na forma do artigo 31 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 100% (Cem por cento) do excesso de arrecadação na fonte de recursos ordinários para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, limitado a 10% (dez por cento) do total da receita orçada para essa fonte de recurso, na forma do artigo 31 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 11 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados na sua totalidade como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, se utilizadas para abertura de créditos adicionais suplementares não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 14 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos

últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiar despesas de capital.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 2 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.720/2011

LEI Nº 4.720/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS

15.452.0018.2075 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA OBRAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.721/2011

LEI Nº 4.721/2011
DENOMINA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO SÃO JOSÉ DE "OSCAR FERREIRA"

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominada de "Oscar Ferreira", o Centro de Educação Infantil do Bairro São José.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante desta lei, a Biografia de Oscar Ferreira.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.722/2011

LEI Nº 4.722/2011
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Maria Lorandina Souza Silva, inscrito no CPF sob n. 753.576.319-72, do lote 12 da quadra 13 A (antiga quadra 28) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), localizado a sudoeste da Avenida Fernando Damiani, entre o lote 11 e o lote 13 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:
Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra e loteamento
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o lote 13 da mesma quadra;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 14,00 metros

confronta com a avenida Fernando Damiani;
Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 14,00 metros confronta com parte do lote 10 e parte do lote 14 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 7 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.725/2011

LEI Nº 4.725/2011
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.047 RPPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.91.00.00.00.00.00.0221 APLIC. DIR. DEC. OPER. ENTRE ORÇÃOS R\$ 78.000,00
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 98.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 98.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 98.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezembros dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.726/2011

LEI Nº 4.726/2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.2.045 RGPS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.600,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO REC. ORDINÁRIOS R\$ 13.600,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos Ordinários, no valor total de R\$ 13.600,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 78.000,00 (treze mil e seiscentos reais) a saber:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PAB

3.1.90.00.00.00.00.0252 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 78.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO REC. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA R\$ 78.000,00

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos do Bloco de Atenção Básica, no valor total de R\$ 78.000,00.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.727/2011

LEI Nº 4.727/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR APOORTE FINANCEIRO EM FAVOR DO IPESMUC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS -SC

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, a partir do exercício financeiro de 2012, realizar aporte financeiro em favor do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba -SC para cobertura do déficit atuarial constante do Relatório de avaliação atuarial que fica fazendo parte integrante desta lei.

Parágrafo único: O aporte será feito no prazo de até 35 (trinta e cinco) anos e corresponderá aos valores encontrados no cálculo atuarial anual, de acordo com as dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º. O aporte financeiro visa garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto de acordo com o artigo 61 da Lei Complementar n. 015/2000 que estabelece o Plano de Custeio dos Servidores Públicos e a Lei n. 9.717/98.

Art. 3º. Anualmente fica o IPESMUC e o Poder Executivo comprometidos a promover revisão dos valores para adequação à avaliação atuarial.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.731/2011

LEI Nº 4.731/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Curitiba para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 59.568.101,00 (Cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e um reais).

§ 1º - A Receita do Orçamento será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1. RECEITAS CORRENTES R\$ 55.469.851,00
4.1.1 Receita Tributária R\$ 8.124.086,00
4.1.2 Receita de Contribuições R\$ 2.992.330,00
4.1.3 Receita Patrimonial R\$ 918.027,00
4.1.4 Transferências Correntes R\$ 46.114.311,00
4.1.6 Outras Receitas Correntes R\$ 3.420.279,00
9.1.7 Deduções da Receita Corrente R\$ -6.099.182,00

4.2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 269.700,00
4.2.1 Operações de Crédito R\$ 25.000,00
4.2.2 Alienação de Bens R\$ 50.250,00
4.2.3 Transferências de Capital R\$ 194.450,00

4.7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS R\$ 3.828.550,00
4.7.2 Receitas de Contribuições R\$ 2.828.550,00
4.7.9 Outras Receitas intra orçamentárias R\$ 1.000.000,00
T O T A L R\$ 59.568.101,00

§ 2º - A Despesa do Orçamento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional e funcional-programática, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Câmara Municipal 1.794.000,00
Gabinete do Prefeito 1.153.950,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças 10.690.206,00
Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Ação Social 580.800,00
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenv. Rural. 1.399.070,00
Secretaria Municipal de Transporte e Obras 5.821.219,00
Secretaria do Planejamento 473.110,00
Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo 1.599.070,00
Secretaria de Esportes e Lazer 1.074.230,00
Fundos 28.749.276,00
Instituto de Previdência - IPESMUC 4.533.400,00
Reserva de Contingência - IPESMUC 1.336.770,00
Reserva de Contingência - Prefeitura 363.000,00
TOTAL 59.568.101,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO FIXADA
2012
01 - LEGISLATIVA 1.794.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO 8.071.466,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA 1.638.730,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.026.765,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL 4.275.670,00
10 - SAÚDE 10.906.925,00
12 - EDUCAÇÃO 15.559.886,00
13 - CULTURA 580.800,00
15 - URBANISMO 5.114.219,00
16 - HABITAÇÃO 102.500,00
17 - SANEAMENTO 180.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL 442.150,00
20 - AGRICULTURA 1.744.420,00
22 - INDÚSTRIA 625.570,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS 45.000,00
25 - ENERGIA 1.597.200,00
26 - TRANSPORTES 565.500,00
27 - DESPORTO E LAZER 1.074.230,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS 1.523.300,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 1.699.770,00
SOMA 59.568.101,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 2º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores fixa a

despesa em R\$ 1.794.000,00 (Um milhão setecentos e noventa e quatro mil reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Despesas Correntes R\$ 1.417.700,00
- Despesas de Capital R\$ 376.300,00
- Transferência Financeira (Recebida) R\$ 1.794.000,00

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal, estima a receita em R\$ 38.646.004,00 (Trinta e oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatro reais), e fixa a despesa em R\$ 23.154.655,00 (Vinte e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), discriminado em quadros próprios em anexo:

- Receitas Correntes R\$ 38.468.904,00
- Receitas de Capital R\$ 177.100,00
- Despesas Correntes R\$ 19.311.056,00
- Despesas de Capital R\$ 3.480.599,00
- Reserva de Contingência R\$ 363.000,00
- Transferência Financeiras (Concedidas) R\$ 15.491.349,00

DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS, FUNDAÇÃO E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Art. 4º O Orçamento dos Fundos Municipais, Fundação e Instituto de Previdência estima a receita em R\$ 20.922.097,00 (Vinte milhões, novecentos e vinte e dois mil, noventa e sete reais) e fixa a despesa em R\$ 34.619.446,00 (Trinta e quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), discriminados em quadros próprios em anexo:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Receitas Correntes R\$ 521.840,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 1.356.595,00
- Despesas Correntes R\$ 1.778.495,00
- Despesas de Capital R\$ 99.940,00

FUNDO MUNIC. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 122.210,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 133.490,00
- Despesas Correntes R\$ 127.850,00
- Despesas de Capital R\$ 127.850,00

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- Receitas Correntes R\$ 13.431,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 134.899,00
- Despesas Correntes R\$ 147.120,00
- Despesas de Capital R\$ 1.210,00

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

- Receitas Correntes R\$ 3.479.960,00
- Receitas de Capital R\$ 30.250,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 6.469.370,00
- Despesas Correntes R\$ 9.525.830,00
- Despesas de Capital R\$ 453.750,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CURITIBANOS

- Receitas Correntes R\$ 1.599.620,00
- Receitas Intra-Orçamentária (Receita) R\$ 3.828.550,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 442.000,00
- Despesas Correntes R\$ 4.517.670,00

- Despesas de Capital R\$ 15.730,00
- Reserva Legal do R.P.P.S R\$ 1.336.770,00

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Receitas Correntes R\$ 11.263.886,00
- Receitas de Capital R\$ 62.350,00
- Transferência Financeira (Receita) R\$ 5.160.995,00
- Despesas Correntes R\$ 15.339.121,00
- Despesas de Capital R\$ 1.148.110,00

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, suplementações orçamentárias e superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

I - Reserva de Contingência R\$ 363.000,00

UNIDADE GESTORA: IPESMUC

I - Reserva de Contingência R\$ 1.336.770,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, independente do valor constante em cada evento de riscos fiscais previstos no Demonstrativo de Riscos Fiscais da Lei nº 4.680/2011.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Passivos Contingentes, riscos e eventos fiscais", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor, sentenças judiciais e possíveis ocorrências de situações de emergência e calamidade.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, mediante decreto, remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, na forma prevista no artigo 28 parágrafo único, da Lei nº 4.680/2011.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir novas fontes de recurso e modalidades de aplicação nas ações já existentes para o exercício 2012, mediante decreto, na forma prevista no artigo 29, parágrafo único, da Lei nº 4.680/2011.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 20% (Vinte por cento) do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada fonte de recurso, para atender dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, conforme art. 32 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 20% (Vinte por cento) do excesso de arrecadação das fontes de recursos vinculados nas áreas de saúde, educação e assistência social, para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, na forma do artigo 31 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, através de Decreto, utilizando para isso 20% (Vinte por cento) do excesso de arrecadação na fonte de recursos ordinários e recursos vinculados das demais áreas para atender a dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes durante o exercício, limitado a 10% (dez por cento) do total da receita orçada para essa fonte de recurso, na forma do artigo 31 da Lei nº 4.680/2011.

Art. 11 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados na sua totalidade como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Decreto, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, se utilizadas para abertura de créditos adicionais suplementares não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 14 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiar despesas de capital.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogando a Lei nº 4.719/2011 e as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.733/2011

LEI Nº 4.733/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

ANULA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.846.0000.0004 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00

4490000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL
08.244.0020.2081 MANUT. DAS AÇÕES DO BEM ESTAR SOCIAL
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMBIENTAIS E POL. DE PRESERVAÇÃO
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 4.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
3171000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 22.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Suplementar dotações orçamentárias no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL
3190000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.734/2011

LEI Nº 4.734/2011
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Município de Curitiba (SC) o dia 9 (nove) de dezembro para comemoração do Dia Municipal de Combate à corrupção.

Art. 2º. O Poder Público poderá promover atividades em parceria com entidades e afins, no sentido de orientação e divulgação dos

malefícios da corrupção em nossa sociedade.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.735/2011

LEI Nº 4.735/2011
DENOMINA VIA PÚBLICA DE "TIAGO FELIPE"

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominada de "TIAGO FELIPE" a rua projetada localizada no Bairro Getulio Vargas.

Parágrafo Único - A rua projetada tem início na Rua Danilo Sonda e finda com a Rua Adelino França Moreira

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.108/2011

DECRETO Nº 4.108/2011
REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.572/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO F. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3350000000.00.0119 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRAT
R\$ 5.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. DO F. MUN. DE AS-
SISTÊNCIA SOCIAL
3390000000.00.0119 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
5.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO
FMAS
3390000000.00.0268 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
13.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO
FMAS
3190000000.00.0268 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
13.000,00

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de novembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Elite Arruda Garcia Gaboardi
Secretária de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.110/2011

DECRETO Nº 4.110/2011

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 CONSTRUÇÃO DE QUADRAS NAS ESCOLAS DO ENS. FUND.
4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
55.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 55.000,00

Art. 2º. Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.
4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
55.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 55.000,00

Art. 3º. Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.
4490000000.00 .019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
600.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 600.000,00

Art. 4º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso FUNDEB no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais).

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DO ENS. FUND.
4490000000.00 .103 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
95.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso SALÁRIO EDUCACIONAL no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais).

Art. 7º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei nº 4.715/2011, no montante de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2063 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC.
ESTADUAL
3390000000.00 .063 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
17.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Decreto Nº 4.111/2011

DECRETO Nº 4.111/2011
INSTITUI O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS, A ESCRITURAÇÃO ECONÔMICO FISCAL E A EMISSÃO DE GUIA DE RECOLHIMENTO RELATIVAS AO ISS POR MEIOS ELETRÔNICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 286 e seguintes do Código Tributário Municipal - Lei Complementar n. 028/2002:

D E C R E T A

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados, salvo normas em contrário, ao cumprimento das obrigações previstas neste Regulamento

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados, salvo normas em contrário, ao cumprimento das obrigações previstas neste Regulamento e na legislação tributária municipal.

Art. 2º. É da competência da Secretaria de Administração e Finanças instituir guias de recolhimento de ISS, além de modelos e formas de escrituração de livros fiscais e forma eletrônica que o contribuinte esteja obrigado a utilizar conforme art. 286, parágrafo único, da Lei Complementar nº 028/2002.

CAPÍTULO II DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISS

Art. 3º. As pessoas jurídicas de direito privado e público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ficam obrigados a

declararem, mensalmente, via internet, os serviços contratados e/ou prestados, inclusive os de profissionais autônomos.

Parágrafo Único. Ficam obrigados ainda a apresentar a declaração dos documentos fiscais emitidos todos os estabelecimentos que tenham seu recolhimento efetuado por estimativa.

Art. 4º. O Recibo de Declaração de ISS e o Recibo Declaração de ISS Retido, com a apuração deste imposto, serão gerados por programa específico, denominado Livro Eletrônico, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.curitiba-nos.sc.gov.br.

Parágrafo Único. O Livro Eletrônico conterá:

- I - As informações cadastrais do responsável legal;
- II - As informações cadastrais e contábeis do declarante;
- III - Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;
- IV - Os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISS, ainda que não devido ao município de Curitiba (SC);
- V - A natureza, valor e mês de competência dos serviços tomados ou prestados;
- VI - O registro das deduções na base de cálculo admitidas pela legislação do ISS;
- VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;
- VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre registro de estimativa, e do imposto retido na fonte;
- IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

Art. 5º. Ficam substituídas as antigas guias de recolhimento mensal e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços - ISS, regime de Faturamento e Estimativa, pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico, a partir de 01 de janeiro de 2012, no endereço supramencionado.

Art. 6º. O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, especialmente se:
I - deixar de remeter à Secretaria de Fazenda a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, no prazo previsto na legislação, independentemente do pagamento do imposto;
II - apresentar a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º. A Declaração de ISS deverá ser feita, mensalmente com ou sem movimento, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao fato gerador do tributo, e o recolhimento até o dia 20 (vinte).

Parágrafo Único. A declaração deverá ser remetida, individualmente, por prestador, tomador de serviços ou responsáveis tributários a partir de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 8º. O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá, no caso de erro, na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata, entregar declaração retificadora.

Parágrafo Único. A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente ilide a aplicação de penalidade se realizada até o dia anterior ao início de qualquer medida de fiscalização, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 9º. A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido enviados à Procuradoria Geral do Município e ao setor competente para inscrição na Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido enviados para inscrição na Dívida Ativa;

III - em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10. As Guias de Pagamento do ISS, os documentos fiscais ou não, emitidos ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, aos responsáveis tributários ou de dedução da base de cálculo e demais comprovantes dos dados e informações declarados, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data da sua transmissão ou apresentação à Secretaria de Administração e Finanças.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11. O Tomador de Serviços e o Contribuinte emitente de Nota Fiscal, de serviços tributados ou não, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas.

§ 1º O Livro de Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado e processado eletronicamente através da ferramenta específica, constante do endereço mencionado no artigo 4º, pelos Contribuintes Prestadores e Tomadores de Serviços.

§ 2º Findo o exercício fiscal o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, sendo que em virtude da confiabilidade dos dados repassados eletronicamente, no momento do encerramento da escrituração, ficam os contribuintes, desobrigados de obter o visto da repartição competente.

Art. 12. Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Curitiba (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, de acordo com os registros contábeis nas contas do plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que tenham por objeto o registro de serviços, através da ferramenta específica, constante do endereço mencionado no artigo. 4º deste decreto.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, das informações fiscais dos serviços tomados.

Art. 13. Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos dos serviços prestados por não inscritos, de todos os serviços contratados.

Art. 14. O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do responsável pela retenção, observando-se ao prazo de pagamento.

Parágrafo Único. O não recolhimento, no prazo estabelecido será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A apuração do imposto a pagar será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis, em sua escrita fiscal, contábil e comercial, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISS devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 3º Fica dispensado de escrituração, bem como de retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISS, o serviço comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Art. 16. Os responsáveis legais e contábeis de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deverão efetuar os seus respectivos cadastros através da internet para autorização da Prefeitura e liberação da senha de acesso ao sistema.

Art. 17. O manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contribuintes no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.112/2011

DECRETO Nº 4.112/2011

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI Nº 4.720/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n. 4.572/2010,

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei nº 4.720/2011, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais):

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.2075 MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA OBRAS
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 2º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei nº 4.720/2011, no montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado a presente decreto aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.113/2011

DECRETO Nº 4.113/2011

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n. 4.572/2010,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.040 CONSTRUÇÃO, APML. REFORMA UNIDADES DE SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
12.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 12.500,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte dos recursos ordinários.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.114/2011

DECRETO Nº 4.114/2011

INCLUI FONTE DE RECURSOS, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.462/2009:

D E C R E T A

Art. 1º - Inclui no orçamento municipal da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.572/2010

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.602.0023.1033 OBRAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO
4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.572/2010, no montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.602.0023.1033 OBRAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO
4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
150.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio No.16.603/2011-0 firmado com o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - SDR - Curitiba, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 09 de dezembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.116/2011

DECRETO Nº 4.116/2011

INSTITUI E REGULAMEN-TO O SERVIÇO CIDADÃO WEB NO MUNI-
CÍPIO DE CURITIBANOS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba-
nos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, con-
feridas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de
Curitiba- nos e na forma da lei 4.675/2011:

D E C R E T A

Art. 1º. O Serviço Cidadão WEB no município de Curitiba- nos, como
parte o programa Município Transparente instituído pela Lei n.
4.675/2011 fica instituído para vigorar a partir de janeiro de 2012
segundo as normas deste decreto.

Art. 2º. Cidadão WEB constituiu-se em serviço de auto-atendimen-
to via internet para acesso a informações pertinentes ao cadastro
de contribuintes junto ao setor competente do Município de Curitiba-
nos, bem como a emissão de documentos , guias de pagamento
de impostos e taxas, inclusive em atraso, e Certidão Negativa de
Débitos, através de senha.

Art. 3º. Para usufruir deste Serviço será fornecida ao contribuinte
uma SENHA individual a ser obtida junto ao Departamento de Tri-
bunação da Prefeitura.

Parágrafo Único: Para obtenção da senha, o contribuinte deverá
dirigir-se ao departamento competente apresentando os seguintes
documentos

I - Pessoa Física

- a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- b) Cópia do Registro Geral (RG)
- c) Cópia atual do comprovante de residência

II - Pessoa Física Autônomo

- a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- b) Cópia do Registro Geral (RG)
- c) Cópia Registro Profissionalizante do órgão regulamentador da
profissão.
- d) Cópia atual do comprovante de residência.

III - Pessoa Jurídica

- a) Cópia do cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- b) Cópia contrato social ou ultima alteração se consolidada;
- c) Declaração de adesão ao Simples Nacional (caso optante);
- d) Documentação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es);
- d.1. Cópia do Cadastro de Pessoa Física do administrador;
- d.2 . Cópia do Registro Geral (RG)
- d.3. Cópia atual do comprovante de residência.
- d.4.
- e) Termo de Responsabilidade específico para contadores, em ca-
sos de responsabilidade pelo uso do aplicativo.

Art. 4º. O contribuinte poderá autorizar a retirada de senha de
acesso através de procuração com poderes específicos para este
fim, com firma reconhecida por semelhança.

Parágrafo Único. Em caso de imóvel locado a senha poderá ser
retirada pelo inquilino mediante a apresentação do contrato de
locação em que conste esta possibilidade ou declaração firmada
pelo proprietário com firma reconhecida.

Art. 5º. Todos os documentos relacionados neste decreto devem
ser apresentados através de cópias autenticadas ou em originais
com cópias para verificação de autenticidade pelo servidor com-
petente.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba- nos, 09 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos nove dias do mês de dezembro
do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.118/2011

DECRETO Nº 4.118/2011

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO Nº 4.107/2011 QUE RE-
GULAMENTA NORMAS DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba- nos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, con-
feridas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de
Curitiba- nos e na forma da lei Complementar n. 046/2006,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica acrescentado ao Decreto nº 4.118/2011 o artigo 12 A
com a seguinte redação:

“ Art. 12 A. Os valores a que se refere o artigo 12 deste decreto
poderão ser pagos em até seis(06) parcelas desde que o valor de
cada uma delas não seja inferior a 03 (três) Unidades Fiscais do
município de Curitiba- nos.”

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba- nos, 13 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de dezembro
do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

JOSÉ JAIRO DEMENECK
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Decreto Nº 4.119/2011

DECRETO Nº 4.119/2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA UMA ÁREA DE TERRAS PARA
FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba- nos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras rural situada na localidade de Santa Cruz do Peri, neste município com área superficial de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) de propriedade de Lindolfo Paulo Ullirsch e sua mulher, objeto parcial da matrícula Imobiliária n. 16.124 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com as descrições, confrontações e medidas constantes do mapa Planimétrico georreferenciado e do Memorial Descritivo em anexo que ficam fazendo parte integrante deste decreto.

Parágrafo Único: A presente desapropriação destina-se a edificação e funcionamento de uma Escola de Campo.

Art. 2º. Para o futuro desmembramento do imóvel rural ora expropriado o Município adotará a forma determinada pelo art. 2º, I do Decreto Federal nº 62.504/1968 dispensando a anuência do INCRA.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E LINDOLFO PAULO ULLIRSCH E SUA MULHER WALTRUDES DOS SANTOS ULLIRSCH

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal, na condição de EXPROPRIANTE, e de outro lado LINDOLFO PAULO ULLIRSCH e sua mulher, brasileiros, casados em Comunhão Universal de Bens anteriormente à vigência da Lei 6.515/77, ele agricultor, portador da Cédula de Identidade n. 473.677-SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 030.732.979-87 e ela, do lar, portadora da Cédula de Identidade n. 1.752.572-SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 860.501.849-68, residentes e domiciliados em Curitiba, na condição de EXPROPRIADO, de acordo com o que estabelece o Decreto Lei nº 3.365/41, resolvem por consenso efetivar a desapropriação amigável de uma área de terras rural situada na localidade de Santa Cruz do Peri, neste município com área superficial de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados) objeto parcial da matrícula Imobiliária n. 16.124 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com as descrições, confrontações e medidas constantes do mapa Planimétrico georreferenciado e do Memorial Descritivo, tudo conforme documentos anexos ao Decreto nº 4.1169 de 14/12/2011.

O Preço justo e convencionado é de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil), a ser pago em uma só parcela na assinatura do presente termo, mediante recibo, dando os expropriados ampla, geral e irrestrita quitação.

O representante legal, compromete-se a Outorgar a Escritura definitiva em nome da Expropriante, imediatamente, concordando plenamente com os objetivos da desapropriação.

Comprometem-se as partes, por si, seus sucessores e a qualquer título.

E, por estarem assim, justos e acordados, mandaram lavrar o presente termo em que dão plena e geral quitação por todo o estabelecido.

Curitiba, 15 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

LINDOLFO PAULO ULLIRSCH
Waltrudes dos Santos Ullirsch

Decreto Nº 4.120/2011

DECRETO Nº 4.120/2011
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO PARA O FINAL DE ANO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

D E C R E T A

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, nos dias 23/12/2011 - sexta-feira, e no dia 30/12/2011 - sexta-feira em virtude das comemorações relativas ao Natal 2011 e Ano novo.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais, nem tampouco haverá férias coletivas aos servidores cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.121/2011

DECRETO Nº 4.121/2011
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI Nº 4.725/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, na forma autorizada pela Lei nº 4.725/2011, no montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais):

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.047 RPPS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.91.00.00.00.00.00.0221 APLIC. DIR. DEC. OPER. ENTRE OR-
GÃOS R\$ 78.000,00
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.1.042 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
4.4.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 98.000,00

Art. 2º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei nº 4.725/2011, no montante de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
98.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 98.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.122/2011

DECRETO Nº 4.122/2011
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.726/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 3.713/2004:

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde, na forma autorizada pela Lei nº 4.726/2011, no montante de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
12.000,00
06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.045 RGPS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
1.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO REC. ORDINÁRIOS R\$

13.600,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos Ordinários, no valor total de R\$ 13.600,00

Art. 3º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde, na forma autorizada pela Lei nº 4.726/2011, no montante de R\$ 78.000,00 (treze mil e seiscentos reais) a saber:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PAB
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 APLICAÇÕES DIRETAS R \$
78.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO REC. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
R\$ 78.000,00

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos do Bloco de Atenção Básica, no valor total de R\$ 78.000,00

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de dezembro de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4.125/2011

DECRETO Nº 4.125/2011
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.733/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.733/2011, no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

ANULA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.846.0000.0004 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
14.000,00
4490000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
5.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO SOCIAL
08.244.0020.2081 MANUT. DAS AÇÕES DO BEM ESTAR
SOCIAL
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
20.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMBIENTAIS E

POL. DE PRESERVAÇÃO
3390000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
4.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO
3171000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS
R\$ 22.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º - Ficam Suplementadas as dotações orçamentárias no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, na forma autorizada pela Lei nº 4.733/2011, no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais):

SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUT. DAS ATIV. DA CÂMARA MUNICIPAL
3190000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de Preço Nº 16/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de material e serviços de equipamentos de informática para Procon, Junta Militar, Secretaria de Administração, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Indústria e Comércio, Procuradoria Jurídica, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Esportes e Gabinete, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 05/01/2012, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:00 horas do dia 05/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Dezembro de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial PARA Registro de PREÇOS Nº 8/2012.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2012.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para aquisição de materiais de higiene e limpeza, para manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, para os programas: CRAS dos Bairros: São Luis, Bom Jesus e Getulio Vargas, Abrigo Temporário Municipal, Casa de Proteção Infante Juvenil, para indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade, Vaca Mecânica, Abrigo Temporário Municipal, PETI e Casa de proteção Infante Juvenil, no período de fevereiro a dezembro de 2012.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/01/2012, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 06/01/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos localizado na Av. Cel Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, sito a Av. Cel Vidal Ramos, 860 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 16 de Dezembro de 2011
ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Presidente

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Resumo dos Instrumentos de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Dinâmica Com. de Suprim. p/ Inform. e Escritório Ltda ME

CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 53/2011 Número do Processo: 53/2011
Número do Contrato: 314/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de material de limpeza para os Centros de Educação Infantis e Núcleos Municipais de Educação conforme anexo I deste edital.

Data da Assinatura: 01/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 01/11/2011
Vigência: 01/11/2011 a 16/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.048.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.974,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Decar Peças e Acessórios Ltda
CNPJ: 79.501.359/0001-00
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 54/2011 Número do Processo: 54/2011
Número do Contrato: 315/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para os veículos Fiat/ Fiorino, placa MDC 4865, Km 100.299, VW/ Kombi Escolar, placa MGV 8924, Km 70.908, VW/ Kombi Escolar, placa MJC 5260, Km 146.605 e Micro Marcopolo Volare A5, placa MEO 2665, Km 220.015 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Data da Assinatura: 07/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 07/11/2011
Vigência: 07/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.048.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 180,00 Forma de pagamento: Após entrega do mat., prestação de serviço

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Da Caz Auto Peças Ltda
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 54/2011 Número do Processo: 54/2011
Número do Contrato: 316/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para os veículos Fiat/ Fiorino, placa MDC 4865, Km 100.299, VW/ Kombi Escolar, placa MGV 8924, Km 70.908, VW/ Kombi Escolar, placa MJC 5260, Km 146.605 e Micro Marcopolo Volare A5, placa MEO 2665, Km 220.015 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Data da Assinatura: 07/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 07/11/2011
Vigência: 07/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.048.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:

Número do Empenho:
Valor: 2.710,00 Forma de pagamento: Após fornecimento Mat. e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Sordi Peças e Serviços Diesel Ltda
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 54/2011 Número do Processo: 54/2011
Número do Contrato: 317/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para os veículos Fiat/ Fiorino, placa MDC 4865, Km 100.299, VW/ Kombi Escolar, placa MGV 8924, Km 70.908, VW/ Kombi Escolar, placa MJC 5260, Km 146.605 e Micro Marcopolo Volare A5, placa MEO 2665, Km 220.015 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Data da Assinatura: 07/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 07/11/2011
Vigência: 07/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.048.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.165,20 Forma de pagamento: Após Fornecimento Mat. e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Grupo de Teatro Amador Ser ou Não Ser
CNPJ: 07.175.233/0001-74
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Número da Licitação: 59/2011 Número do Processo: 59/2011
Número do Contrato: 318/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Inexigibilidade de licitação para contratação de Grupo Teatral para apresentações teatrais educacionais, "Conta, Contos, Histórias e Causas" e oficinas literárias de 10 horas/aula para alunos dos Núcleos Municipais de Educação e Centros de Educação Infantis, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei nº 8666/93, os quais vem complementar a ação pedagógica dentro da disciplina de artes conforme documento norteador da educação no município de Curitiba/ SC, "Bússola".

Data da Assinatura: 07/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 07/11/2011
Vigência: 07/11/2011 a 15/12/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 12.500,08 Forma de pagamento: Cfme Edital

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME
CNPJ: 09.053.748/0001-27
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011
Número do Contrato: 323/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.885,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Celia Regina Wambommel ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 324/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.610,65 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Eletro Refrigeração Tropical

CNPJ: 80.694.185/0001-10

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 325/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.912,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: João Baroni Informática

CNPJ: 80.709.801/0001-60

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 326/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 21,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Natalício de Jesus Geraldo EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 327/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 22.082,60 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Net Donil Informática e Materiais Elétricos Ltda ME

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 328/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 11.215,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Rei dos Reis Com. Atac. de Equip. de Inf. Ltda ME

CNPJ: 13.729.372/0001-03

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 329/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 5.265,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 56/2011 Número do Processo: 56/2011

Número do Contrato: 330/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de Equipamentos Eletro-Eletrônicos destinados aos Núcleos Municipais de Educação, Centros de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

1.012.4.4.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.180,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Casa Fagundes Com. Varie. Em Geral Ltda ME

CNPJ: 73.22.994/0001-64

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 1/2011 Número do Processo: 1/2011

Número do Contrato: 333/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Adjudicação 2 - referente a aquisição de materiais pedagógicos para uso dos Centros de Educação Infantis, materiais para

distribuição gratuita aos alunos de Educação Infantil, material para distribuição aos alunos dos Núcleos Municipais de Educação, materiais pedagógicos para os alunos dos Núcleos Municipais de Educação, materiais de expediente para uso nos Núcleos Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 25/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 25/11/2011

Vigência: 25/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

2.048.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.424,20 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Aquinpel Suprimentos para Esc. Inf. Pap. Ltda

CNPJ: 00.147.109/0001-56

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 1/2011 Número do Processo: 1/2011

Número do Contrato: 334/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Adjudicação 2 - referente a aquisição de materiais pedagógicos para uso dos Centros de Educação Infantis, materiais para distribuição gratuita aos alunos de Educação Infantil, material para distribuição aos alunos dos Núcleos Municipais de Educação, materiais pedagógicos para os alunos dos Núcleos Municipais de Educação, materiais de expediente para uso nos Núcleos Municipais de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Data da Assinatura: 25/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 25/11/2011

Vigência: 25/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010

2.048.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.096,01 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS

Contratado: Amarildo Lanzini ME

CNPJ: 00.547.664/0001-75

Modalidade: Pregão Presencial

Número da Licitação: 62/2011 Número do Processo: 62/2011

Número do Contrato: 335/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais esportivos para uso nos Centros Educação Infantis da Rede Municipal de Ensino, conforme anexo I deste edital

Data da Assinatura: 29/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 29/11/2011

Vigência: 29/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.365.0014

2.055.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 9.633,60 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Gisleane de Oliveira Cardoso ME
CNPJ: 14.034.833/0001-88
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 62/2011 Número do Processo: 62/2011
Número do Contrato: 336/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de materiais esportivos para uso nos Centros Educação Infantis da Rede Municipal de Ensino, conforme anexo I deste edital

Data da Assinatura: 29/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 29/11/2011
Vigência: 29/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.365.0014
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.310,90 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Contratos**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATOS**

Contratado: Staudt e Francesquett Ltda
CNPJ: 13.674.709/0001-14
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 62/2011 Número do Processo: 62/2011
Número do Contrato: 337/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aquisição de materiais esportivos para uso nos Centros Educação Infantis da Rede Municipal de Ensino, conforme anexo I deste edital

Data da Assinatura: 29/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 29/11/2011
Vigência: 29/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.365.0014
2.055.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.371,70 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: Kastelli Transportes Ltda ME
CNPJ: 10.997.258/0001-68
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 6/2011 Número do Processo: 6/2011
Número do Aditivo: 319/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aditivo de mais 378 Km, pelo período de 09/11/2011 a 16/12/2011, referente a prestação de serviço de transporte escolar do lote 3 linha 3, Horizolândia, tendo em vista a necessidade de uma adequação no trajeto da mesma, ao custo de R\$ 2,89 o Km, totalizando R\$ 1.092,42.

Data da Assinatura: 09/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 09/11/2011
Vigência: 09/11/2011 a 16/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.062.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.092,42 Forma de pagamento: Cfme Edital

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: Pefon Construções Ltda
CNPJ: 11.810.172/0001-47
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 81/2010 Número do Processo: 81/2010
Número do Aditivo: 320/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aditivo de mais R\$ 12.842,20, referente serviços que não estavam previstos inicialmente, tais como serviço de proteção com cobertura em policarbonato, na entrada e lateral da unidade e janelas nas salas, conforme memorial descritivo em anexo referente a reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Alfredo Lemser.

Data da Assinatura: 10/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 10/11/2011
Vigência: 10/11/2011 a 30/11/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.365.0014
1.013.4.4.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 12.842,40 Forma de pagamento: Cfme Edital

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: Industrial Moageira Ltda
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 42/2011 Número do Processo: 56/2011
Número do Aditivo: 321/2011
Fundamento Legal:
Objeto: Aditivo de mais R\$ 1.831,00, referente a aquisição de gêneros de alimentação perecíveis e não perecíveis para manutenção dos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais de Educação, com recursos do PNAE, PNAC e Próprios, conforme anexo I deste edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011
Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011
Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011
Programa de Trabalho: 07.01 12.306.0009
2.068.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:

Número do Empenho:
Valor: 1.831,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: AP Oeste Distribuidora Alimentos
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: Pregão Presencial
Número da Licitação: 42/2011 Número do Processo: 56/2011
Número do Aditivo: 322/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aditivo de mais R\$ 490,00, referente a aquisição de gêneros de alimentação perecíveis e não perecíveis para manutenção dos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais de Educação, com recursos do PNAE, PNAC e Próprios, conforme anexo I deste edital.

Data da Assinatura: 14/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 14/11/2011

Vigência: 14/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.306.0009
2.067.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 490,00 Forma de pagamento: Após entrega e nota fiscal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: Prumo Engenharia e Construções Ltda

CNPJ: 07.895.117/0001-20

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 41/2011 Número do Processo: 41/2011

Número do Aditivo: 331/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aditivo de prazo, pelo período de 22/11/2011 a 31/12/2011, referente a reforma do Ginásio de Esportes "Helga Wilma Grone", no Distrito de Marombas, conforme memoriais descritivo em anexo.

Data da Assinatura: 22/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 22/11/2011

Vigência: 22/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: Forma de pagamento: Cfme Edital

RESUMO DOS INSTRUMENTOS de Termo Aditivo**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO ADITIVO**

Contratado: Dacruz Produtos Agrícolas Ltda

CNPJ: 01.036.395/0001-45

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 8/2011 Número do Processo: 8/2011

Número do Aditivo: 332/2011

Fundamento Legal:

Objeto: Aditamento de mais R\$ 7.286,00, referente a aquisição de cargas de gás P45 e P13 para manutenção dos Centros de Educação Infantil e Escolas de Campo.

Data da Assinatura: 24/11/2011

Data da publicação no Diário Oficial: 24/11/2011

Vigência: 24/11/2011 a 31/12/2011

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010
2.048.3.3.90.00.00.00.00

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.286,00 Forma de pagamento: Após entrega e Nota fiscal

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.756, de 12 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

APROVA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FORQUILHINHA - PLHIS, NOS TERMOS DOS ANEXOS DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Forquilha - PLHIS, nos termos dos ANEXOS a seguir elencados, que ficam fazendo parte integrante da presente Lei:

I - Proposta Metodológica;

II - Diagnóstico Habitacional;

III - Estratégias de Ações.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no Mural e registrado em 12 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Os anexos desta Lei encontram-se publicados no site www.forquilha.sc.gov.br

Lei Nº 1.758, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.758, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

DENOMINA RUA JOSÉ EYNG A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua JOSÉ EYNG a atual Rua nº 112, com início na Rodovia Linha Eyng no sentido norte até o Rio Mãe Luzia e no sentido sul da Rodovia Linha Eyng seguindo até o seu final no Bairro Santa Isabel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.759, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.759, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO FORQUILHINHA FUTEBOL CLUBE.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao Forquilha Futebol Clube, entidade sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 97.533.830/0001-16, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com o objetivo de fomentar a prática de esportes no Município de Forquilha.

Art. 2º Para viabilização da presente Lei fica o Município autorizado a celebrar convênio fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação 08.01.2.041.3.3.50.01.00(119) do orçamento vigente do município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.760, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.760, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros até o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) à Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, de acordo com projeto de captação de recursos junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, Decreto nº. 033, de 25 de abril de 2011 e Resolução CMDCA nº 001/2011.

Art. 2º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento de projetos estão sujeitos à prestação de contas de gestão ao órgão de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 3º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.760, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.760, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros até o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) à Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, de acordo com projeto de captação de recursos junto ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 1.488, de 28 de outubro de 2009 e Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, Decreto nº. 033, de 25 de abril de 2011 e Resolução CMDCA nº 001/2011.

Art. 2º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento de projetos estão sujeitos à prestação de contas de gestão ao órgão de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo único. A prestação de contas será efetuada mediante demonstrativo de balancete financeiro, acompanhado de documentos fiscais originais ou cópias autenticadas.

Art. 3º As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.762, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.762, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

DENOMINA CICLOVIA DO CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Ciclovia do Centenário de Colonização a ciclovia implantada na Avenida Professor Eurico Back, com seu início na rotatória do entroncamento com Rodovia Estadual Gabriel Arns e seu término na rotatória do entroncamento com Avenida 25 de Julho, próximo a Seara Alimentos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.763, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.763, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 1.145.000,00 (hum milhão, cento e quarenta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

13 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

19 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.013 - Manutenção do FUNDEB

53 - 3190.01.12 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

54 - 3190.01.13 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.014 - Manutenção Ensino Fundamental/Depto Educação

59 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

62 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

2.015 - Manutenção do Transporte Escolar

67 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

101 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

102 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.034 - Manutenção da Iluminação Pública

106 - 3390.01.17 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1.034 - Construções de Pontes e Pontilhões

112 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão 08 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

2.041 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

118 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

120 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.030 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

165 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação e Reequip, Unidade de Saúde

1 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.054 - Programa Saúde da Família - PSF

29 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.058 - Programa Vigilância Epidemiológica

36 - 3390.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 1.145.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 02 - GABINETE DO PREFEITO

2.003 - Manutenção Gabinete do Vice-Prefeito

4 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.004 - Manutenção da Procuradoria Geral

7 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

8 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.009 - Manutenção Serviços Convênio c/ Entidades

26 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.011 - Construção, Ampliação Ref. Reequip. Centro Educação Infantil

34 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

1.013 - Construção, Ampliação Ref. Reequip. Unidades Escolares

39 - 4490.01.94 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

40 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.011 - Manutenção Centros de Educação Infantil

44 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 475.000,00

45 - 3191.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

49 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.012 - Manutenção da Merenda Escolar
51 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
2.017 - Manutenção a Bolsistas
74 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Órgão 06 - SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
2.021 - Assistência Financeira a Entidades
88 - 3350.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

1.025 - Aquisição área e Construção de Praças e Jardins
90 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
1.029 - Construção Pórtico Entrada na Cidade
92 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
1.030 - Construção, Restauração Passarela, Acostamento, Calçadas Pedestres e Ciclistas
93 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
94 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
1.035 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação Edificações Públicas
98 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
100 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
1.027 - Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos p/ Frota Municipal
115 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão 09 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1.026 - Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares
141 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1.036 - Implantação Ampliação Parque Industrial
146 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.032 - Manutenção da Divisão, Fiscalização e Controle Ambiental
155 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.051 - Aquisição de Veículos e Viaturas
4 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
4 - 4490.02.94 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.052 - Programa Atenção Básica - PAB
23 - 3390.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.062 - Manutenção Programa SAMU
55 - 4490.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.063 - Reserva de Contingência
56 - 9999.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 1.145.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.764, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.764, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 1.481/2009, Nº 1.576/10 E Nº 1601/10, QUE DISPÕEM SOBRE O PPA 20010/2013, LDO DE 2011, LOA DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, do Programa Desenvolvimento Urbano, o valor de R\$ 37.925,00 (trinta e sete mil, novecentos e vinte e cinco mil reais) na modalidade de aplicação 3.3.3.0.00.00 (0.1.00) - Transferência a Estados e ao Distrito Federal, não incluído nas leis 1481/09, 1.576/10 e 1.601/10 que se referem ao PPA -2010-2013, LDO 2011 e LOA 2011.

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será deduzido do Projeto/Atividade 2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano na modalidade de aplicação 3.3.9.0.00.00 (0.1.00) - Aplicações Diretas, na destinação de recursos ordinários previstos para o orçamento de 2011.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 e Lei do Orçamento Anual/2011, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.765, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.765, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

DENOMINA HORTO FLORESTAL MARIA BERNADETE DA SILVA MOTA (BERNA) O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Horto Florestal Maria Bernadete da Silva Mota (Berna)" o Horto Florestal situado Parque Ecológico São Francisco de Assis, no Bairro Saturno neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.766, de 13 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.766, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.
AUTORIZA O EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CENTRO CULTURAL TEUTO BRASILEIRO CUJO OBJETO É A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação de Amigos do Centro Cultural Teuto Brasileiro, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº. 79.940.086/0001-92, cujo objeto é a realização das festividades de comemoração do centenário de colonização de Forquilha.

Art. 2º. O convênio a ser firmado entre as partes definirá as obrigações de cada ente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.767, de 13 Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.767, DE 13 DEZEMBRO DE 2011.
DENOMINA CICLOVIA IDAIR MINATTO WARMLING O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA
Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Ciclovia IDAIR MINATTO WARMLING a ciclovia implantada na Avenida 25 de Julho, com seu início na rótula da Avenida Professor Eurico Back até o Bairro Vila Lourdes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 108 de 25 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 108 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.601 de 24 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 83.000,00 (oitenta três mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
1.051 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E VIATURAS
06 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 83.000,00

TOTAL R\$ 83.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente ao Termo de Convênio Nº 13623/2011, firmado junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, lançado na rubrica 2.4.7.2.99.00 - Outras Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 109 de 25 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 109 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.732 de 24 de outubro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manutenção e Drenagem Ruas Estradas Municipais
108 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

TOTAL R\$ 105.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.011 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil
49 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.029 - Implantação e Manut. do Centro de Referência Especializada Assistência Social
198 - 4490.01.25 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$105.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 110 de 30 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 110 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.601 de 24 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
53 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
54 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, será utilizado como fonte de recurso o excesso de arrecadação específica na rubrica 4.1.7.2.4.01.00.00 - Transferência de Recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 111 de 02 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 111 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 87.890,00 (Oitenta e sete mil oitocentos e noventa reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1011 Construção, Ampliação Ref. E Reeq. Centro Educação Infantil
35 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Depto. De Educação
65 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2051 Manutenção dos Programas de Saúde Mental - CAPS
19 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 4.890,00

2053 Programa de Agentes Comunitários - PACS
26 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2059 Programa Núcleo Prevenção a Violência - CRISS
43 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

2060 Programa Núcleo de Apoio a Saúde Familiar - NASF
46 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2062 Manutenção do Programa SAMU
51 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 87.890,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1011 Construção, Ampliação Ref. E Reeq. Centro Educação Infantil
34 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2014 Manutenção do Ensino Fundamental/Depto. De Educação
64 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2051 Manutenção dos Programas de Saúde Mental - CAPS
21 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 4.890,00

2053 Programa de Agentes Comunitários - PACS
25 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
27 - 3191 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 10.000,00

2059 Programa Núcleo Prevenção a Violência - CRISS
42 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

2060 Programa Núcleo de Apoio a Saúde Familiar - NASF
47 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2062 Manutenção do Programa SAMU
52 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 87.890,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 02 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 116 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 116 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.763 de 13 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

13 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

19 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.013 - Manutenção do FUNDEB

53 - 3190.01.12 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

54 - 3190.01.13 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.014 - Manutenção Ensino Fundamental/Depto Educação

59 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

62 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

2.015 - Manutenção do Transporte Escolar

67 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

101 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

102 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.034 - Manutenção da Iluminação Pública

106 - 3390.01.17 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1.034 - Construções de Pontes e Pontilhões

112 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão 08 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

2.041 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

118 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

120 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.030 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
165 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.050 - Aquisição Área, Construção, Ampliação e Reequip, Unidade de Saúde

1 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.054 - Programa Saúde da Família - PSF

29 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.058 - Programa Vigilância Epidemiológica

36 - 3390.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 02 - GABINETE DO PREFEITO

2.003 - Manutenção Gabinete do Vice-Prefeito

4 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.004 - Manutenção da Procuradoria Geral

7 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

8 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.009 - Manutenção Serviços Convênio c/ Entidades

26 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.013 - Construção, Ampliação Ref. Reequip. Unidades Escolares

39 - 4490.01.94 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

40 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.011 - Manutenção Centros de Educação Infantil

44 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 475.000,00

45 - 3191.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

49 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.012 - Manutenção da Merenda Escolar

51 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

2.017 - Manutenção a Bolsistas

74 - 3390.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Órgão 06 - SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2.021 - Assistência Financeira a Entidades

88 - 3350.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

1.025 - Aquisição área e Construção de Praças e Jardins

90 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1.029 - Construção Pórtico Entrada na Cidade

92 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1.030 - Construção, Restauração Passarela, Acostamento, Calçadas Pedestres e Ciclistas

93 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

94 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

1.035 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação Edificações Públicas

98 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

100 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1.027 - Aquisição Veículos, Máquinas e Equipamentos p/ Frota Municipal

115 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão 09 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



ECONÔMICO

1.026 - Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares
141 - 4490.01.95 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

1.036 - Implantação Ampliação Parque Industrial
146 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.032 - Manutenção da Divisão, Fiscalização e Controle Ambiental
155 - 3190.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1.051 - Aquisição de Veículos e Viaturas
4 - 4490.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
4 - 4490.02.94 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.052 - Programa Atenção Básica - PAB
23 - 3390.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.062 - Manutenção Programa SAMU
55 - 4490.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

2.063 - Reserva de Contingência
56 - 9999.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 1.100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 117 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 117 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.764 de 13 de dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, do Programa Desenvolvimento Urbano, o valor de R\$ 37.925,00 (trinta e sete mil, novecentos e vinte e cinco mil reais) na modalidade de aplicação 3.3.3.0.00.00 (0.1.00) - Transferência a Estados e ao Distrito Federal, não incluído nas leis 1481/09, 1.576/10 e 1.601/10 que se referem ao PPA -2010-2013, LDO 2011 e LOA 2011.

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será deduzido do Projeto/Atividade 2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano na modalidade de aplicação 3.3.9.0.00.00 (0.1.00) - Aplicações Diretas, na destinação de recursos ordinários previstos para o orçamento de 2011.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 e Lei do Orçamento Anual/2011, que se fizerem

necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de dezembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO
Chefe Departamento de Governo

Decreto Nº. 119 de 13 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 119 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.601 de 24 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.031 - DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DOS RIOS MAE LUZIA E SANGÃO
153 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 1.730.000,00

TOTAL R\$ 1.730.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o valor recebido referente ao Termo de Convênio Nº 728151/2009, firmado junto ao Ministério da Integração Nacional, lançado na rubrica 2.4.7.1.99.00 - Outras Transferências de Convênios da União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de dezembro de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 120 de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 120 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.739 de 22 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.058 - Programa Saúde Bucal, na função Saúde; Subfunção Atenção Básica o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na modalidade de aplicação 3.1.9.0.00.00 (0.2.06) - Aplicações Diretas, não incluído nas leis 1481/09, 1.576/10 e 1.601/10 que se referem ao PPA -2010-2013, LDO 2011 e LOA 2011.

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será deduzido do Projeto/Atividade 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, na função Saúde; Subfunção Atenção Básica na modalidade de aplicação 3.1.9.0.00.00 (0.1.00) - Aplicações Diretas, na destinação de recursos ordinários previstos para o orçamento de 2011.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 e Lei do Orçamento Anual/2011, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 15 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 15 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO
Chefe Departamento de Governo

Decreto Nº. 120 de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 120 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.739 de 22 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.058 - Programa Saúde Bucal, na função Saúde; Subfunção Atenção Básica o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) na modalidade de aplicação 3.1.9.0.00.00 (0.2.06) - Aplicações Diretas, não incluído nas leis 1481/09, 1.576/10 e 1.601/10 que se referem ao PPA -2010-2013, LDO 2011 e LOA 2011.

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será deduzido do Projeto/Atividade 2.050 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, na função Saúde; Subfunção Atenção Básica na modalidade de aplicação 3.1.9.0.00.00 (0.1.00) - Aplicações Diretas, na destinação de recursos ordinários previstos para o orçamento de 2011.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 e Lei do Orçamento Anual/2011, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 15 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 15 de dezembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO
Chefe Departamento de Governo

Extrato do Termo Aditivo FMS 09/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS 09/2011
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 031/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA - CRICIGÁS LTDA ME

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, aquisição de 8.000 m³ (oito mil metros cúbicos) de oxigênio medicinal para uso domiciliar e nas unidades de saúde do município de Forquilha/SC, com empréstimo de acessórios, durante o exercício de 2012.

DO PRAZO - Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO do período contratual que previa o término em 31/12/2011, para 31/12/2012.

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0374/2011

DECRETO Nº 0374, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0034 de 10 de novembro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Miguel**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Agente Comunitário de Saúde - Bairro São Miguel

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	54	ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS	22
2	35	ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI	17
3	27	MARIA ROSARIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	17
4	12	GIANA PAULA CAMPAGNARO	13
5	1	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	12
6	30	SUELLEN RODRIGUES	12
7	17	MISCHELI FAGUNDES	11
8	14	ANGÉLICA PATRÍCIA VIZOLLI	11
9	34	ELIZABETE COSTA	11
10	52	ANA PAULA SBARDELLA	10
11	15	CLEONICE TINELLI	7
12	60	NEREZIN ALVES DA ROSA	7
13	21	JOSELI GONÇALVES DOS SANTOS	7
14	25	CHIRLE SOUZA DOS ANJOS	7
15	48	CLEONICE APARECIDA RIZZO	7
16	6	RAFAELA FIDELIS RIBEIRO	7
17	26	JANAINA DE OLIVEIRA	7
18	37	MARIA RITA DOS SANTOS	7
19	59	NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES	3
20	23	KELLY GONÇALVES	1
21	22	NEIDE APARECIDA TIEQUIN	0
22	41	GLEISEN KELIN OZORIO DE OLIVEIRA	0

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
5	10	0	1	NÃO	15/10/1971
3	2	5	2	NÃO	4/5/1984
2	4	4	2	NÃO	4/9/1974
0	4	2	0	NÃO	8/9/1992
0	0	5	4	NÃO	14/2/1978
0	0	5	0	NÃO	13/9/1993
1	2	1	0	NÃO	15/5/1987
0	2	2	1	NÃO	24/11/1991
0	2	2	0	NÃO	23/9/1978
0	0	3	0	NÃO	29/6/1981
0	0	0	2	NÃO	14/5/1981
0	0	0	2	NÃO	29/6/1985
0	0	0	1	NÃO	23/1/1982
0	0	0	0	NÃO	24/11/1980
0	0	0	0	NÃO	8/11/1985
0	0	0	0	NÃO	9/9/1991
0	0	0	0	NÃO	30/10/1991
0	0	0	0	NÃO	1/6/1992
0	2	1	1	NÃO	3/1/1972
0	0	1	0	NÃO	8/9/1993
0	0	0	2	NÃO	30/1/1982
0	0	0	1	NÃO	14/10/1982

terça-feira, 20 de dezembro de 2011

Página 1 de 2

23	44	ANANDA PADILHA DE GOES	0
24	43	JOCIELE BARTEL	0

0	0	0	0	NÃO	23/10/1991
0	0	0	0	NÃO	24/6/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santo Antonio**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	29	JOCELI PEREIRA	18	3	8	0	0	NÃO	20/6/1980
2	10	MARIA DE FATIMA MACHADO	0	0	0	0	1	NÃO	13/7/1975



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Das Nações**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	51	MARLENE HAMMES	27	5	10	5	0	NÃO	28/10/1961
2	56	EDENILCE DALAGNOL	12	2	2	1	0	NÃO	29/9/1980
3	31	NELI TEREZINHA PICHETTI VARGAS	9	0	2	0	3	NÃO	2/6/1967
4	55	DANIELE WEBER	9	0	0	2	0	NÃO	18/12/1989
5	11	ELIANE APARECIDA DE SOUZA ABRÃO	7	0	0	0	1	NÃO	20/4/1981
6	49	JESSICA OLIVEIRA DE CAMPOS	0	0	0	0	1	NÃO	2/6/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São José**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	42	CHEILA KELEN SCHULZE	11	0	0	4	0	NÃO	22/3/1990
2	38	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	9	0	2	0	1	NÃO	8/1/1991
3	19	FRANCIELE DA SILVA	3	0	0	3	0	NÃO	20/11/1991
4	3	DELIR MORAES FANTIN	0	0	0	0	0	NÃO	11/2/1957



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Jardim América**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	MARIANE SABRINA SANTANA	3	0	0	3	1	NÃO	13/1/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Liberata/São Luiz**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	32	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	22	0	10	5	3	NÃO	14/11/1974
2	47	NATALIA MARIA COSMANN	11	0	4	0	0	NÃO	23/12/1960
3	8	LENI DA SILVA COELHO	0	0	0	0	0	NÃO	10/8/1972



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **7 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Carvalh**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade F**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 7 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE FAXINAL DOS CARVALHOS		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Sebastião**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	40	FATIMA PAULINO IEBIK	22	5	10	0	3	NÃO	27/12/1972
2	50	JESSICA KAROLINE DA SILVA	7	0	0	0	0	NÃO	12/1/1993
3	20	ELISIANE MARQUES DA SILVA	0	0	0	0	1	NÃO	11/9/1993



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Dez de Novembro**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	9	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	22	0	10	5	3	NÃO	21/3/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Linha Baia I**

Critérios de Desempate

Disciplina: Agente Comunitário de Saúde Localidade Linha Baia I				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	18	NEUSA BASSANI SILVA	4	1	2	1	0	NÃO	9/9/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **11 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Rio Mansinho**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentament**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 11 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO RIO MANSINHO		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **17** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Domingues**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	33	ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI	18	1	10	0	2	NÃO	14/11/1967
2	57	CHAIANE ROBERTA BAZZI	0	0	0	0	1	NÃO	17/1/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **12 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Lau Mello**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade L**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 12 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE LAU MELLO		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Roland Mayer**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	36	DEBORA GUIDINI	14	0	2	5	1	NÃO	14/4/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **14** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde – Setor I**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	13	JAQUELINE DOMINGUES	7	0	0	0	1	NÃO	14/11/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Rio Mansinho – FISCHER**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	24	MARILENE MOREIRA	7	0	0	0	1	NÃO	23/10/1970



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **18** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiã Verde				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	61	CLARISSE MOREIRA	7	0	0	0	1	NÃO	25/6/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **15** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Bela Vista**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	53	SILVANA APARECIDA ANTUNES	13	0	2	4	1	NÃO	21/8/1984
2	16	MICHEL FÁTIMA ANTUNES DE LIMA	7	0	0	0	0	NÃO	21/1/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **19 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Chico Mendes**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **19** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentament**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 19 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO CHICO MENDES		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **20 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Domin**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **20** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade F**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 20 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE FAXINAL DOS DOMINGUES		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **21** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Domingues I e II**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	SOLANGE LAZZARETTI VACARIO	17	1	8	1	1	NÃO	6/7/1978
2	62	ROSA PIRES DE SOUSA FELISBINO	4	0	0	4	0	NÃO	10/4/1970



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **22** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Vila Salete**

CrITÉrios de Desempate

Disciplina: Agente Comunitário de Saúde – Bairro Vila Saete									
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	39	DAIANE APARECIDA FERREIRA	1	0	0	1	2	NÃO	20/5/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **23 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Campina do Serro/**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **23** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade C**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 23 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE CAMPINA DO SERRO/SANTA HELENA		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **24 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Assentamento Chico M**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **24** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Assen**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 24 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO ASSENTAMENTO CHICO MENDES		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **25** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade São Cristóvão**

Critérios de Desempate

Disciplina: Agente Comunitário de Saúde Localidade São Cristóvão				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	58	FRANIELI PEDROSO	7	0	0	0	2	NÃO	30/8/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **26** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Barro Preto/Dandara**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	LEANDRO FOGAÇA DA ROCHA	12	0	0	5	0	NÃO	29/7/1992
2	28	LORENI DE LURDES DE ALMEIDE	0	0	0	0	5	NÃO	10/11/1969
3	46	MARILDA SCHIZZI BECHI PINTO	0	0	0	0	1	NÃO	15/5/1975
4	45	CÁTIA ALVES VIEIRA	0	0	0	0	1	NÃO	15/9/1984

Decreto Nº 0375/2011

DECRETO Nº 0375, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

DIVULGA A NOVA CLASSIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS 6, 7, 9 E 16, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0035, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a nova classificação dos Códigos 6, 7, 9 e 16, do Edital de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0035, de 11 de novembro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Educação Física

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	609	ALEXANDRE INDALÉCIO DE ALMEIDA	20
2	553	ROBERTO RIVELINO LEMOS	19
3	222	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	17
4	604	IRONI RAIMUNDO ZANON	16
5	24	VANUSA OLIVEIRA DUARTE	16
6	514	NEDILSON RIBEIRO	15
7	208	ELISANGELA MOREIRA	15
8	16	ANA PAULA GOMES	14
9	423	MONICA MACZEWSKI	14
10	422	DULCELENE DA COSTA	13
11	461	ROSELI ALVES DE SOUZA GEMO	13
12	608	MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS	13
13	84	ROSILENE MARIA SCHNEIDER	12
14	373	MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO	11
15	466	MAURICIO CICERI	11
16	429	ANA CARLA DE SOUZA	10
17	173	DULCINÉIA ROSA MELO	10
18	116	GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS	9
19	339	MARCELO GONÇALVES DE ARAUJO	8
20	221	ELAINE REGINA DA CRUZ	7
21	381	LAURA JOCIANE DOS SANTOS	7
22	459	JOSIELE PADILHA DA SILVA	6

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	4	NÃO	9/11/1981
4	5	4	4	NÃO	7/2/1971
6	5	2	2	NÃO	5/10/1985
4	5	4	1	NÃO	22/12/1980
4	5	3	4	NÃO	14/3/1979
4	5	3	1	NÃO	9/7/1976
4	5	2	4	NÃO	2/3/1983
4	5	3	0	NÃO	28/3/1980
4	5	2	3	NÃO	14/6/1985
6	2	3	0	NÃO	6/10/1980
4	5	2	2	NÃO	23/3/1984
4	5	2	0	NÃO	2/11/1978
4	4	2	2	NÃO	28/1/1984
4	4	2	1	NÃO	4/6/1978
4	3	4	0	NÃO	2/2/1965
4	4	2	0	NÃO	11/1/1976
4	1	1	4	NÃO	23/4/1974
0	5	1	3	NÃO	1/11/1987
0	3	1	4	NÃO	6/2/1984
4	2	1	0	NÃO	7/3/1988
0	3	1	3	NÃO	12/6/1986
0	3	1	2	NÃO	4/5/1987

23	42	MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU	5
24	592	FELIPE DE ALMEIDA GUTIERREZ	4
25	586	ROBERTO RODRIGUES BELLO	4
26	311	GISLEI SAGAI ZORNITTA	3
27	487	DIOGO CONSTANTINO	3
28	513	VALCIR ALVES	3
29	56	DIEGO ZORNITTA	2
30	245	EDINARA LASCOSKI	1
31	29	BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS	1

0	5	0	0	NÃO	6/9/1986
4	0	0	0	NÃO	8/7/1980
0	0	1	3	NÃO	29/9/1985
0	3	0	0	NÃO	25/1/1987
0	2	1	0	NÃO	9/11/1986
0	0	1	0	NÃO	10/4/1983
0	2	0	0	NÃO	16/11/1986
0	1	0	0	NÃO	22/8/1990
0	1	0	0	NÃO	25/1/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	CrITÉRIOS de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento				
6	5	5	4	NÃO	13/8/1962				
6	5	4	4	NÃO	24/10/1967				
6	5	4	4	NÃO	22/1/1973				
6	5	4	4	NÃO	28/3/1980				
6	4	5	4	NÃO	8/6/1960				
6	5	5	2	NÃO	17/10/1963				
6	5	4	3	NÃO	28/8/1963				
6	5	3	4	NÃO	1/3/1969				
6	5	3	4	NÃO	25/8/1981				
6	5	3	4	NÃO	2/11/1984				
6	5	5	1	NÃO	20/8/1958				
6	5	5	1	NÃO	3/1/1965				
6	5	4	2	NÃO	31/5/1975				
6	5	4	2	NÃO	18/8/1978				
6	5	3	3	NÃO	5/1/1978				
6	5	3	3	NÃO	13/8/1979				
6	5	2	4	NÃO	10/10/1984				
6	4	3	4	NÃO	23/6/1982				
6	4	3	4	NÃO	20/5/1983				
6	2	5	4	NÃO	7/12/1967				
6	5	3	2	NÃO	18/12/1977				
6	5	3	2	NÃO	16/2/1983				

23	596	DAYANE GEBROSKI	18
24	365	LUIZA APARECIDA FAGUNDES	18
25	368	ROSANGELA LUCIANO	18
26	164	IVONE VERONA ALVES DA SILVA	18
27	477	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	18
28	583	ELAINE ZAGGO DALAGNOL	18
29	384	ILUIR TROMBETA	17
30	506	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	17
31	237	JULIANE TEREZINHA CORDEIRO	17
32	337	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	17
33	97	MARIA SALETE ALMEIDA LIMA	17
34	526	TERESINHA FORTES MELLO	17
35	109	ARLETE ALVES SANTOS GONÇALVES	17
36	40	DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS	17
37	77	ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA	17
38	158	SHEILA BRIDI PARIZOTTO	17
39	307	ANA CLAUDIA RIBEIRO	17
40	259	MARIA ELISABETH PEREIRA SANTOS	17
41	295	NEIVA CUSTODIA DE OLIVEIRA	17
42	511	FRANCIELE FÁTIMA WEBER	17
43	186	ANA SCHEILA BUENO	17
44	531	MARICLEIA PIROLA	17
45	5	ROZENI DE FÁTIMA GAIO	17
46	405	MARCIA EULINA LUCIANO	17
47	149	ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISSON	16
48	266	MARILSE PRIGOL	16
49	478	DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI	16
50	241	DIANA FATIMA RIBEIRO	16
51	391	IVETE APARECIDA GALON	16
52	74	NEIVA APRECIDA CAMPAGNARO XAVIER	16
53	449	ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON	16
54	562	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	16
55	100	SOLANGE DE PAULA PEREIRA	16
56	163	ELENICE MELLO PHILIPPUS	16
57	546	ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA	16
58	272	MARINÊZ DA ROSA DE OLIVEIRA	16
59	204	ALINE DE FREITAS	16

6	5	3	2	NÃO	24/12/1984
6	5	2	3	NÃO	24/6/1967
6	3	5	2	NÃO	3/10/1973
6	2	5	3	NÃO	12/1/1965
6	2	4	4	NÃO	21/11/1957
4	5	3	4	NÃO	5/9/1982
6	5	4	2	NÃO	10/9/1961
6	5	4	0	NÃO	16/3/1966
6	5	4	0	NÃO	17/12/1975
6	5	3	1	NÃO	22/6/1966
6	5	3	1	NÃO	31/1/1969
6	5	2	4	NÃO	25/3/1960
6	5	2	4	NÃO	18/8/1965
6	5	2	4	NÃO	9/7/1967
6	5	2	4	NÃO	18/8/1975
6	5	2	4	NÃO	8/3/1981
6	5	2	4	NÃO	10/2/1982
6	5	0	4	NÃO	18/8/1958
6	4	2	3	NÃO	14/3/1963
4	5	2	4	NÃO	18/6/1982
4	5	2	4	NÃO	3/10/1983
4	5	2	4	NÃO	11/4/1984
4	4	3	4	NÃO	4/11/1968
4	3	4	4	NÃO	5/1/1970
6	5	5	0	NÃO	24/8/1971
6	5	3	0	NÃO	18/5/1970
6	5	3	0	NÃO	2/3/1971
6	5	3	0	NÃO	13/3/1977
6	5	3	0	NÃO	9/7/1978
6	5	2	3	NÃO	1/9/1959
6	5	2	3	NÃO	6/12/1973
6	5	2	3	NÃO	23/7/1983
6	4	3	1	NÃO	9/5/1967
6	4	2	4	NÃO	10/7/1982
4	5	3	2	NÃO	6/4/1978
4	5	2	3	NÃO	14/7/1975
4	4	2	4	NÃO	12/1/1983

60	157	GLANE COELHO DE ALMEIDA	15
61	491	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	15
62	379	VIVIANE SILVA PADILHA	15
63	261	MARIZETE FÁTIMA GAIO	15
64	520	ADRIANA JUSTIMIANO TOFFOLI	15
65	223	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	15
66	353	EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA	15
67	27	VANESSA BRANDT	15
68	414	SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA	15
69	403	MÔNICA CAMPANHARO ZANELLA	15
70	203	ANGELICA MELO MATHIAS	15
71	21	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ	15
72	161	ROSANE APARECIDA SILVA	15
73	58	MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER	15
74	446	ODETE MEIMBERG	15
75	155	ELIZIANE ANDRADE	14
76	298	ANDRÉA RIBEIRO BORGES	14
77	44	ENIZA COSTA MOREIRA	14
78	123	NANDINE DE FATIMA GUEDES	14
79	301	DULCE DALAGNOL	14
80	361	JACINTA PEREIRA	14
81	107	GISELE CORDEIRO	14
82	551	ROSANA APARECIDA COMACHIO	14
83	61	MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS	14
84	179	QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES	14
85	457	JANE APARECIDA OZÓRIO	14
86	121	FRANCIELI TERESINHA COMERLATO	14
87	358	IARA APARECIDA ANDRADE	14
88	567	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	14
89	93	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	14
90	345	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	14
91	216	MARINEZ DO AMARAL	14
92	408	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	14
93	397	JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA	14
94	570	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	14
95	612	GERUSA KRUGER ZANON	14
96	119	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	14

6	5	4	0	NÃO	23/10/1973
6	5	2	2	NÃO	5/8/1977
6	5	2	2	NÃO	17/3/1983
6	5	2	0	NÃO	15/3/1975
6	5	2	0	NÃO	4/10/1976
6	5	2	0	NÃO	20/1/1980
6	5	0	4	NÃO	25/8/1977
6	5	0	4	NÃO	7/5/1982
6	5	0	4	NÃO	26/10/1983
6	3	2	4	NÃO	4/9/1985
6	2	4	1	NÃO	6/6/1978
6	2	2	3	NÃO	30/7/1981
4	4	4	1	NÃO	4/1/1978
4	3	3	3	NÃO	8/9/1978
0	5	4	4	NÃO	22/2/1978
6	5	3	0	NÃO	16/8/1978
6	5	2	1	NÃO	15/8/1979
6	5	2	1	NÃO	19/6/1982
6	5	1	2	NÃO	19/7/1976
6	5	1	2	NÃO	30/6/1982
6	5	1	2	NÃO	21/7/1983
6	5	1	2	NÃO	8/5/1987
6	5	1	0	NÃO	30/7/1978
6	3	3	0	NÃO	29/11/1980
6	3	2	3	NÃO	5/8/1981
6	2	3	1	NÃO	30/7/1968
6	1	2	3	NÃO	28/6/1981
4	5	3	0	NÃO	22/8/1969
4	5	3	0	NÃO	24/7/1978
4	5	3	0	NÃO	27/6/1979
4	5	2	3	NÃO	30/7/1973
4	5	1	4	NÃO	12/5/1988
4	5	1	2	NÃO	30/10/1979
4	5	0	3	NÃO	26/9/1955
4	4	4	0	NÃO	3/7/1977
4	4	2	4	NÃO	15/1/1987
4	2	4	2	NÃO	11/2/1974

97	497	DENISIA POSANSKE MITTANCK	13
98	281	CLARISSE DE OLIVEIRA	13
99	579	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
100	540	HELENA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA	13
101	144	LUCIANE DA ROSA	13
102	247	KARINA MACHADO DE SOUZA	13
103	90	JUCENI MELLO CAREGNATO	13
104	278	SANDRA CEZARIA RONCHI ROCHA	13
105	129	FABIANA DE FREITAS	13
106	402	MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE	13
107	168	VALÉRIA MATHIAS	13
108	600	JUSSARA BRIDI	13
109	462	LUCILDES DALAGNOLI GAREIS	13
110	524	EVANILDE MARIA MONTOANI CONTE	12
111	445	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	12
112	554	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	12
113	334	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	12
114	474	ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA	12
115	447	SALETE MARINEZ FATTORI	12
116	377	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA	12
117	206	SILVIA MARIA MOREIRA GATTI	12
118	148	IVANIR BENKE FANTINEL	12
119	180	LUCI DOS SANTOS	12
120	472	MARIA DA GLÓRIA PALHANO	11
121	182	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	11
122	202	ILUIR TIBES DOS SANTOS	11
123	394	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	10
124	195	TEREZINHA RICHTER	10
125	228	ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA	10
126	453	MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN	10
127	152	SUZIMAR MICHELON	10
128	271	ARMINDA DO AMARAL PEREIRA	10
129	357	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI	10
130	372	ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO	9
131	530	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	9
132	535	GRAZIE TE BOGO	9
133	46	KATIA FRANCIELLE FELTRIN	9

6	5	2	0	NÃO	14/1/1967
6	5	2	0	NÃO	4/7/1977
6	5	2	0	NÃO	22/6/1981
6	5	2	0	NÃO	8/10/1984
6	5	2	0	NÃO	17/2/1986
6	3	2	2	NÃO	28/7/1983
4	5	2	0	NÃO	28/7/1970
4	5	2	0	NÃO	6/11/1977
4	5	2	0	NÃO	23/8/1980
4	5	2	0	NÃO	6/12/1981
4	5	1	3	NÃO	22/2/1989
4	5	1	1	NÃO	31/10/1980
0	5	2	4	NÃO	16/10/1982
6	5	1	0	NÃO	10/3/1965
6	5	1	0	NÃO	23/11/1969
6	5	1	0	NÃO	20/8/1973
6	5	1	0	NÃO	26/5/1974
6	2	2	0	NÃO	16/7/1980
4	5	0	3	NÃO	20/4/1965
4	5	0	3	NÃO	24/7/1974
4	3	1	4	NÃO	17/3/1981
4	1	1	4	NÃO	4/4/1973
4	0	2	4	NÃO	9/12/1974
6	3	2	0	NÃO	17/5/1974
6	3	2	0	NÃO	19/10/1976
4	2	2	3	NÃO	9/2/1982
4	5	1	0	NÃO	25/5/1963
4	5	1	0	NÃO	8/10/1967
4	2	2	0	NÃO	7/8/1975
0	5	3	0	NÃO	24/8/1965
0	5	1	4	NÃO	19/7/1985
0	3	1	4	NÃO	21/4/1965
0	1	3	4	NÃO	6/8/1983
6	0	3	0	NÃO	17/4/1978
4	5	0	0	NÃO	30/6/1976
4	5	0	0	NÃO	7/11/1988
4	5	0	0	NÃO	26/3/1989

134	547	CARLA TATIANE MARTINS	9
135	150	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE	9
136	18	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	9
137	509	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	9
138	83	LUCIA MAINARD DE OLIVEIRA	9
139	49	ROSANGELA DORNELLES	9
140	500	PATRICIA FRAGOSO POSSA	9
141	95	JACIRA KERVALD REZZADORI	8
142	244	IRIA LEONI BEAL	8
143	323	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	8
144	302	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	8
145	303	ANA TIARA DORNELLES	8
146	518	JANICE DOS SANTOS MARCONDES	8
147	437	KARINA FEITOSA DE SOUSA	7
148	576	ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES	7
149	104	LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO	7
150	120	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	6
151	229	DEJANIRA MOREIRA	6
152	25	MARLI APARECIDA DA ROSA	5
153	605	MARLENE PEREIRA CORDEIRO	5
154	231	RENICE PRATES	5
155	81	GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO	5
156	341	DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA	5
157	483	GISLAINE APARECIDA BORTOLINI	5
158	501	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5
159	316	MARIELLE BIFFI MATIAS	5
160	236	MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO	5
161	618	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	5
162	589	ROSALINA MUNIZ VIEIRA	4
163	209	DAVI AMARAL DE OLIVEIRA	4
164	621	DARLENE APARECIDA FERREIRA	3
165	503	ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI	3
166	421	NEIVA VARELA	2
167	434	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2
168	36	EDIANE MOLIM	2
169	537	ARICLER DOMINGUES PEPES	2
170	239	NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO	1

4	2	3	0	NÃO	8/1/1978
4	1	0	4	NÃO	14/11/1978
0	5	2	0	NÃO	15/2/1973
0	5	2	0	NÃO	20/7/1973
0	5	1	3	NÃO	9/9/1971
0	5	0	4	NÃO	26/9/1981
0	5	0	4	NÃO	4/4/1988
4	2	2	0	NÃO	22/1/1964
4	0	2	0	NÃO	6/4/1958
4	0	2	0	NÃO	9/4/1965
0	5	0	3	NÃO	7/2/1971
0	4	0	4	NÃO	1/4/1989
0	3	1	4	NÃO	14/2/1977
6	0	1	0	NÃO	27/8/1981
0	5	2	0	NÃO	15/6/1975
0	5	0	2	NÃO	21/6/1985
4	2	0	0	NÃO	17/4/1984
0	5	1	0	NÃO	8/9/1984
0	5	0	0	NÃO	2/7/1970
0	5	0	0	NÃO	21/3/1971
0	5	0	0	NÃO	10/8/1979
0	5	0	0	NÃO	13/11/1979
0	5	0	0	NÃO	25/1/1981
0	5	0	0	NÃO	28/9/1983
0	5	0	0	NÃO	5/11/1984
0	5	0	0	NÃO	27/12/1987
0	2	1	0	NÃO	23/1/1964
0	1	2	0	NÃO	14/10/1983
4	0	0	0	NÃO	31/10/1965
4	0	0	0	NÃO	11/9/1971
0	1	2	0	NÃO	24/2/1984
0	1	2	0	NÃO	9/1/1987
0	2	0	0	NÃO	16/5/1972
0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
0	1	1	0	NÃO	15/2/1980
0	1	0	0	NÃO	22/5/1975

171	162	MÁRCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	1
172	66	TACIANA BOGO	1
173	315	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	0
174	230	ANGELA APARECIDA FUSSIGER	0
175	522	ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER	0
176	22	RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA	0

0	1	0	0	NÃO	21/1/1981
0	1	0	0	NÃO	20/3/1990
0	0	0	0	NÃO	14/11/1974
0	0	0	0	NÃO	24/11/1982
0	0	0	0	NÃO	31/3/1986
0	0	0	0	NÃO	13/1/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

Critérios de Desempate

Disciplina:

Matemática

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	460	ALINE WEBER	17
2	101	JULIANA CARLA SCHENA TRIBECK	16
3	110	SAMANDA GOMES FROZZA	15
4	389	LUCI APARECIDA GEMO	13
5	448	MARITANA LUCIMÉIA PASQUALIN GHELLER	13
6	71	FERNANDA DE LIMA	9
7	98	CLEUSA ALVES DE LIMA	8
8	331	NARCISO PRATES	7
9	226	VANESSA DA CRUZ SURDI	5
10	488	JULIANA RODRIGUES DA VEIGA	4

1°	2°	3°	4°	5°	6°
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	2	4	NÃO	31/5/1984
6	5	2	3	NÃO	6/12/1983
4	5	2	4	NÃO	25/10/1985
6	5	2	0	NÃO	5/2/1986
4	5	2	0	NÃO	7/5/1975
0	5	0	4	NÃO	15/8/1989
0	5	0	3	NÃO	15/11/1983
0	5	2	0	NÃO	18/5/1985
0	1	0	4	NÃO	9/11/1981
0	0	0	4	NÃO	23/2/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0035 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR** Quadro: **VI - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	CrITÉrios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento				
6	5	4	4	NÃO	24/10/1967				
6	5	4	4	NÃO	28/3/1980				
6	5	5	2	NÃO	17/10/1963				
6	5	4	3	NÃO	28/8/1963				
6	5	4	3	NÃO	31/1/1971				
6	5	3	4	NÃO	25/8/1981				
6	5	3	4	NÃO	2/11/1984				
4	5	5	4	NÃO	23/11/1965				
6	5	5	1	NÃO	20/8/1958				
6	5	5	1	NÃO	3/1/1965				
6	5	4	2	NÃO	31/5/1975				
6	5	4	2	NÃO	18/8/1978				
6	5	3	3	NÃO	11/1/1976				
6	5	3	3	NÃO	5/1/1978				
6	5	3	3	NÃO	13/8/1979				
6	4	3	4	NÃO	20/5/1983				
6	5	5	0	NÃO	19/1/1966				
6	5	3	2	NÃO	21/6/1975				
6	5	3	2	NÃO	18/12/1977				
6	5	3	2	NÃO	16/2/1983				
6	3	5	2	NÃO	3/10/1973				
6	3	4	3	NÃO	10/5/1974				

23	479	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	18
24	582	ELAINE ZAGGO DALAGNOL	18
25	505	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	17
26	398	HELENA SILVA FRIGOTTO	17
27	338	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	17
28	96	MARIA SALETE ALMEIDA LIMA	17
29	527	TERESINHA FORTES MELLO	17
30	249	ALMERI APARECIDA KADES MORSOLETO	17
31	41	DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS	17
32	308	ANA CLAUDIA RIBEIRO	17
33	512	FRANCIELE FÁTIMA WEBER	17
34	188	ANA SCHEILA BUENO	17
35	171	MARICLEIA PIROLA	17
36	566	ROZENI DE FATIMA GAIO	17
37	406	MARCIA EULINA LUCIANO	17
38	267	MARILSE PRIGOL	16
39	480	DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI	16
40	73	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	16
41	363	SILVANE CORSO	16
42	563	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	16
43	382	CRISTIANE TEREZINHA PEREIRA GUEDES	16
44	544	ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA	16
45	388	MARINEZ DA ROSA DE OLIVEIRA	16
46	201	ALINE DE FREITAS	16
47	489	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	15
48	262	MARIZETE FÁTIMA GAIO	15
49	390	ADRIANA JUSTIMIANO TÓFFOLI	15
50	225	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	15
51	356	EVA SIMONE THOMAZ DA SILVA	15
52	64	VANESSA BRANDT	15
53	1	DENILCE CONSTANTINO	15
54	23	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE	15
55	156	ROSANE APARECIDA SILVA	15
56	59	MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER	15
57	367	HERCILIA MARIA CORREA FRAGOSO GEMO	14
58	45	ENIZA COSTA MOREIRA	14
59	124	NANDINE DE FATIMA GUEDES	14

6	2	4	4	NÃO	21/11/1957
4	5	3	4	NÃO	5/9/1982
6	5	4	0	NÃO	16/3/1966
6	5	4	0	NÃO	14/8/1972
6	5	3	1	NÃO	22/6/1966
6	5	3	1	NÃO	31/1/1969
6	5	2	4	NÃO	25/3/1960
6	5	2	4	NÃO	1/3/1967
6	5	2	4	NÃO	9/7/1967
6	5	2	4	NÃO	10/2/1982
4	5	2	4	NÃO	18/6/1982
4	5	2	4	NÃO	3/10/1983
4	5	2	4	NÃO	11/4/1984
4	4	3	4	NÃO	4/11/1968
4	3	4	4	NÃO	5/1/1970
6	5	3	0	NÃO	18/5/1970
6	5	3	0	NÃO	2/3/1971
6	5	2	3	NÃO	1/9/1959
6	5	2	3	NÃO	1/4/1980
6	5	2	3	NÃO	23/7/1983
6	5	2	1	NÃO	8/9/1983
4	5	3	2	NÃO	6/4/1978
4	5	2	3	NÃO	14/7/1975
4	4	2	4	NÃO	12/1/1983
6	5	2	2	NÃO	5/8/1977
6	5	2	0	NÃO	15/3/1975
6	5	2	0	NÃO	4/10/1976
6	5	2	0	NÃO	29/1/1980
6	5	0	4	NÃO	25/8/1977
6	5	0	4	NÃO	7/5/1982
6	2	5	0	NÃO	8/4/1968
6	2	2	3	NÃO	30/7/1981
4	4	4	1	NÃO	4/1/1978
4	3	3	3	NÃO	8/9/1978
6	5	3	0	NÃO	26/4/1970
6	5	2	1	NÃO	19/6/1982
6	5	1	2	NÃO	19/7/1976

60	362	JACINTA PEREIRA	14
61	108	GISELE CORDEIRO	14
62	443	QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES	14
63	330	JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA	14
64	280	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	14
65	359	IARA APARECIDA ANDRADE	14
66	568	ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA	14
67	94	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	14
68	99	ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE	14
69	346	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	14
70	217	MARINEZ DO AMARAL	14
71	409	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	14
72	573	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	14
73	613	GERUSA KRUGER ZANON	14
74	282	CLARISSE DE OLIVEIRA	13
75	541	HELENA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA	13
76	418	LUCIANE DA ROSA	13
77	248	KARINA MACHADO DE SOUZA	13
78	91	JUCENI MELLO CAREGNATO	13
79	133	FABIANA DE FREITAS	13
80	169	VALÉRIA MATHIAS	13
81	601	JUSSARA BRIDI	13
82	465	LUCILDES DALAGNOLI GAREIS	13
83	521	EVANILDE MARIA MONTANO CONTE	12
84	555	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	12
85	335	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	12
86	378	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA	12
87	207	SILVIA MARIA MOREIRA GATTI	12
88	181	LUCI DOS SANTOS	12
89	473	MARIA DA GLÓRIA PALHANO	11
90	196	TEREZINHA RICHTER	10
91	430	SIRLEI MILANI MULLER	10
92	212	GLENDA ROSA ZANCHETT	10
93	454	MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN	10
94	464	FRANCIELI ZAGO	9
95	370	ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO	9
96	476	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	9

6	5	1	2	NÃO	21/7/1983
6	5	1	2	NÃO	8/5/1987
6	3	2	3	NÃO	5/8/1981
6	2	4	0	NÃO	15/3/1973
6	2	2	4	NÃO	12/8/1961
4	5	3	0	NÃO	22/8/1969
4	5	3	0	NÃO	24/7/1978
4	5	3	0	NÃO	27/6/1979
4	5	2	3	NÃO	26/4/1969
4	5	2	3	NÃO	30/7/1973
4	5	1	4	NÃO	12/5/1988
4	5	1	2	NÃO	30/10/1979
4	4	4	0	NÃO	3/7/1977
4	4	2	4	NÃO	15/1/1987
6	5	2	0	NÃO	4/7/1977
6	5	2	0	NÃO	8/10/1984
6	5	2	0	NÃO	17/2/1986
6	3	2	2	NÃO	28/7/1983
4	5	2	0	NÃO	28/7/1970
4	5	2	0	NÃO	23/8/1980
4	5	1	3	NÃO	22/2/1989
4	5	1	1	NÃO	31/10/1980
0	5	2	4	NÃO	16/10/1982
6	5	1	0	NÃO	10/3/1965
6	5	1	0	NÃO	20/8/1973
6	5	1	0	NÃO	26/5/1974
4	5	0	3	NÃO	24/7/1974
4	3	1	4	NÃO	17/3/1981
4	0	2	4	NÃO	9/12/1974
6	3	2	0	NÃO	17/5/1974
4	5	1	0	NÃO	8/10/1967
4	5	1	0	NÃO	2/11/1988
4	0	4	0	NÃO	21/5/1977
0	5	3	0	NÃO	24/8/1965
6	1	2	0	NÃO	15/6/1986
6	0	3	0	NÃO	17/4/1978
4	5	0	0	NÃO	30/6/1976

97	536	GRAZIETE BOGO	9
98	47	KATIA FRANCIELLE FELTRIN	9
99	548	CARLA TATIANE MARTINS	9
100	332	TATIANA ALVES DA SILVA	9
101	348	ANDRÉA RUBIA FERREIRA MORANDO	9
102	19	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	9
103	510	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	9
104	287	JACIRA KERVALD REZZADORI	8
105	243	IRIA LEONI BEAL	8
106	325	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	8
107	629	KARINA FEITOSA DE SOUSA	7
108	106	ARLETE MELO RIBEIRO	7
109	192	ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES	7
110	177	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	6
111	597	JOSIANE GHELLER	6
112	517	EDILVANA CRUZ DA SILVA	6
113	375	EVA MARISTELA TELES REZENDES	5
114	255	NEIVA DÓRIS BARTEL	5
115	112	MARLI APARECIDA DA ROSA	5
116	607	MARLENE PEREIRA CORDEIRO	5
117	322	RITA PRATES RIBEIRO	5
118	342	DANIELA DE BAIROS CERON DE MERA	5
119	502	TATIANE GONÇALVES MATEUCCI	5
120	288	MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO	5
121	619	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	5
122	590	ROSALINA MUNIZ VIEIRA	4
123	211	DAVI AMARAL DE OLIVEIRA	4
124	622	DARLENE APARECIDA FERREIRA	3
125	504	ADRIANA PERAZZOLI MOTTER SCHIZZI	3
126	235	IVONETE DE FATIMA MOLIN	3
127	420	NEIVA VARELA	2
128	435	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	2
129	38	EDIANE MOLIM	2
130	534	ARICLER DOMINGUES PEPES	2
131	240	NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO	1
132	160	MÁRCIA APARECIDA TIBES DOS SANTOS	1
133	67	TACIANA BOGO	1

4	5	0	0	NÃO	7/11/1988
4	5	0	0	NÃO	26/3/1989
4	2	3	0	NÃO	8/1/1978
4	1	2	0	NÃO	5/3/1984
4	0	3	0	NÃO	24/3/1981
0	5	2	0	NÃO	15/2/1973
0	5	2	0	NÃO	20/7/1973
4	2	2	0	NÃO	22/1/1964
4	0	2	0	NÃO	6/4/1958
4	0	2	0	NÃO	9/4/1965
6	0	1	0	NÃO	27/8/1981
4	1	0	0	NÃO	19/9/1969
0	5	2	0	NÃO	15/6/1975
4	2	0	0	NÃO	17/4/1984
4	1	1	0	NÃO	3/3/1987
4	0	2	0	NÃO	14/4/1974
4	1	0	0	NÃO	9/10/1973
0	5	0	0	NÃO	23/5/1967
0	5	0	0	NÃO	2/7/1970
0	5	0	0	NÃO	21/3/1971
0	5	0	0	NÃO	7/7/1978
0	5	0	0	NÃO	25/1/1981
0	5	0	0	NÃO	5/11/1984
0	2	1	0	NÃO	23/1/1964
0	1	2	0	NÃO	14/10/1983
4	0	0	0	NÃO	31/10/1965
4	0	0	0	NÃO	11/9/1971
0	1	2	0	NÃO	24/2/1984
0	1	2	0	NÃO	9/1/1987
0	0	1	0	NÃO	10/1/1965
0	2	0	0	NÃO	16/5/1972
0	2	0	0	NÃO	19/3/1988
0	2	0	0	NÃO	19/11/1989
0	1	1	0	NÃO	15/2/1980
0	1	0	0	NÃO	22/5/1975
0	1	0	0	NÃO	21/1/1981
0	1	0	0	NÃO	20/3/1990

134	318	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	0
135	494	ANGELA APARECIDA FUSSIGER	0
136	523	ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER	0

0	0	0	0	NÃO	14/11/1974
0	0	0	0	NÃO	24/11/1982
0	0	0	0	NÃO	31/3/1986

Portaria Nº 2273/2011

PORTARIA Nº 2.273, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor RODRIGO GONÇALVES DA ROCHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 006.547.820-75, nomeado no cargo de provimento efetivo de BIBLIOTECÁRIO, por 40 horas semanais, a partir de 26 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2274/2011

PORTARIA N.º 2.274 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de NEIVA DÓRIS BARTEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 595.926.999-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2275/2011

PORTARIA N.º 2.275 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0024 de 24 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAINA PITT, brasileira, solteira,

inscrita no CPF sob o n.º 067.916.759-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 01 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2276/2011

PORTARIA N.º 2.276 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ZÉLIA APARECIDA MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 018.588.569-14, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0037/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0262/2011 - PMF
TOMADA DE PREÇOS Nº 0037/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ na rua Fuji, Loteamento Maciera, Bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 6.218,00 m2 de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 10:15 horas do dia 16/01/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 10:30 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0168/2011-PMF RP 0081

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0168/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0081/2011**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratação futura de uma Escavadeira Hidráulica, Nova, Fabricação Nacional, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 12/01/2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0169/2011-PMF RP
0082**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0169/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0082/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de materiais de expediente e outros materiais, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de janeiro a maio 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 13/01/2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de dezembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

**Aviso do Edital de Credenciamento Nº 0001/2012-
FMS**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0001/2012 - FMS
O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.496.741/0001-69, representado neste ato pela Secretária de Saúde, a Sra. Nilce Pinz, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e com o Prejulgado nº 680 emanado do egrégio TCE/SC, comunica que está procedendo ao chamamento público para fins de CREDENCIAMENTO nos seguintes termos: Objeto: Credenciamento de empresas do ramo interessadas na prestação de serviços de consultas médicas especializadas, exames de Raio-X, Ultrassonografia e procedimentos ortopédicos ambulatoriais, em conformidade com a Resolução 009/2011 do Conselho Municipal de Saúde, com base na tabela de valores praticada pelo CIS-AMARP - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de janeiro a dezembro de 2012. Período de Credenciamento: Da data de sua publicação a 31/12/2012, podendo ser prorrogado desde que conveniente à Administração. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de dezembro de 2011.

NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Decisão Santander

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3577/2011
IMPUGNANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face do Banco Santander (Brasil) S/A para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing e arrendamento mercantil.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 018/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado informou que as operações de leasing e arrendamento mercantil são realizadas pelo Santander Leasing S/A, empresa do mesmo grupo econômico e que o ISSQN é recolhido junto ao Município de Barueri/SP.

Não veio aos Autos qualquer informação ou documento comprobatório do recolhimento do tributo devido (ISSQN).

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve os documentos necessários à apuração do tributo, como se denota dos documentos de fls. 011/012, cuja vista foi propiciada ao Autuado (fl. 14v), o qual não se manifestou a respeito.

Nas fls. 016/021 repousa o Auto de Infração nº 018/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 28/10/2011, tendo apresentado impugnação em 24/11/2011 (fls. 023/122).

Nas fls. 123/126 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face do Banco Santander (Brasil) S/A, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado não apresentou os documentos solicitados.

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve a cópia dos documentos dos financiamentos realizados pelo Autuado no âmbito do Município de Fraiburgo,

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o Banco Santander (Brasil) S/A tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, obstaculizando a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, o Autuado quedou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 011/012, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante a ilegitimidade, local onde se deu a prestação do serviço e a alegada ilegalidade da base de cálculo e cobrança de multa e juros de mora.

I - ILEGITIMIDADE PASSIVA

A preliminar de ilegitimidade passiva confunde-se com o mérito, pois enfatiza a inexistência de operações realizadas no território do Município de Fraiburgo, portanto, será analisada oportunamente quando do enfrentamento do item "local da prestação do serviço e estabelecimento prestador".

II - ILEGITIMIDADE DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Alega o Impugnante que nem ao menos de forma solidária é responsável pelo recolhimento do tributo.

A matéria aqui invocada destoa do discutido junto ao presente P.A., tendo em vista que a responsabilidade pelo recolhimento do tributo é direta do Autuado, sendo que em nenhum momento o mesmo está sendo autuado de forma solidária com o tomador do serviço.

A autuação se restringe ao prestador do serviço.

Portanto, rejeito a preliminar arguida.

III - ISSQN DEVIDO AO MUNICÍPIO DE ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Alega o Autuado que a sede da empresa é no Município de São Paulo/SP, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município. Muito embora se veja no ofício de fl. 008 a informação de que os recolhimentos se dão em Barueri/SP, há referência de que se tratam de recolhimentos efetuados pelo Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de fls. 011/012 no território do Município de Fraiburgo, pois não há qualquer notícia no P.A. de que tenha o Autuado levado a parte para firmá-lo junto a Comarca de São Paulo ou de Barueri.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da

própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
[]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. "De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu" (Roque Antonio Carrazza, in "Curso de Direito Constitucional Tributário", 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido" (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, não há que se considerar que pudesse o revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 estabelecer competência diversa, bem como, em relação a Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de São Paulo/SP. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

IV - ILEGALIDADE DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor do efetivo serviço.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECDO.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento.

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN.

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada foi tributado o valor do bem, quando na verdade foi

tributado o serviço de financiamento. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de desconstituir a prova dos Autos.

V - ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA MULTA, JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Sustenta o Autuado que o Município deixou, por longo tempo, de tributar as operações sobre as quais diz incidir o ISSQN e, portanto, não poderia, diante dessa inércia, cobrar multa, juros e atualização monetária sobre a base de cálculo.

Para fundamentar sua pretensão, cita o disposto no inciso III do artigo 100 do CTN. Contudo, sem razão o Autuado, pois o artigo 100 do CTN apenas elenca o rol de normas que complementam os dispositivos legais "práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas". Em outras palavras, assim como o "costume" é uma das fontes do direito, as práticas reiteradas (costumeiras) também devem ser observadas na aplicação da lei, servindo como complemento das normas.

Assim, não vejo como utilizar tal dispositivo em prol do contribuinte, pois o Município de Fraiburgo realizou o ato de fiscalização, sendo que só neste momento detectou que o Autuado era contribuinte do tributo e que não havia efetuado o recolhimento. Portanto, não se configura uma prática reiterada de não exigir o tributo como que fazer crer o Autuado.

No tocante à legalidade da cobrança da multa, juros e correção monetária, basta uma leitura atenta ao contido no Termo de Verificação Fiscal de fl. 071, anexo do Auto de Infração:

Legislação Pertinente:

[]

Correção Monetária - Artigo 541, inciso III, da Lei Complementar n.º 053/2003;

Juros de Mora - Artigo 545, inciso I, da Lei Complementar n.º 053/2003;

Multa Moratória - Artigo 545, inciso II, letra (a), Lei Complementar n.º 053/2003;

[]

Assim, não pode afirmar o Autuado que é ilegal a cobrança dos consectários, pois há previsão legal expressa, como citado anteriormente.

VI - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Banco Santander (Brasil) S/A, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2011.

ADÉLIA A. PIERDONÁ BALESTRIN

Autoridade Fiscal

Matrícula 875

Leilão Nº 0004/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 0004/2011 - PMF

Objeto: Alienação de uma Escavadeira Hidráulica, Fiat Allis, sobre esteiras, modelo FH 200, chassi nº 00234, ano 1996, frota nº 131, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Municipal nº 2121 de 10 de novembro de 2011. Tipo: Maior Lance ou Oferta. Data, horário e local: Dia 12.01.2012 às 14:00, horas junto a Secretaria de Infra Estrutura Urbana do Município, com sede na Rua Adalberto Burda, no bairro São José. Informações complementares: Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. ou pelo Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 21 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 27/2011**

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DE FRAIBURGO - FEAF.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DE FRAIBURGO - FEAF, firmado em 05.12.2011, para auxiliar no custeio de suas despesas operacionais (taxas de luz, água, telefone), despesas de manutenção e ainda no pagamento de parcelamentos existentes junto à Previdência Social e Receita Federal, mediante a concessão no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em dezembro/2011; e a segunda parcela no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no mês de Janeiro/2012.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 05-00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade 05-01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Funcional 04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Dotação 19

Recurso 1.200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 20 de dezembro de 2011.

PAULO SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba**PREFEITURA****Decreto N.º 196/2011**

DECRETO N.º 196, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	10.000,00
013112.001 - Func. e Manut. da Camara Municipal	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Fica revogado o Decreto n.º 193, de 16/12/2011

Garopaba, 20 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Garuva**PREFEITURA****Extrato de Contato FMS Nº 035/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 035/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial FMS nº 013/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: Duraline Informática Ltda-Epp

OBJETO: Aquisição de 05 (cinco) computadores portáteis "Notebooks", para as unidades de saúde da família do Baraharas, Urubuquara, Giórgia Paula e Centro.

VIGÊNCIA: 19/12/2011 à 18/01/2012.

PRAZO: 30 (trinta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos Reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/12/2011.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.397, de 20 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.397, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

INSTITUI O CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei, fundamentada no interesse local, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, fiscalização, controle, melhoria e recuperação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, tornando-o ecologicamente equilibrado para as presentes e as futuras gerações de nosso Município.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º A Política Municipal de Meio Ambiente é orientada pelos seguintes princípios:

- I - a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- II - a proteção de áreas de interesse ameaçadas de degradação;
- III - o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- IV - a educação ambiental em todos os níveis de ensino;
- V - a obrigação de recuperar áreas degradadas e indenizar pelos danos causados ao meio ambiente;
- VI - garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente; e
- VII - a gradativa e contínua melhoria da qualidade ambiental do Município.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal no que refere-se à política do meio ambiente, considera-se como interesse local:

- I - incentivo à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente;
- II - articular e integralizar as ações e atividades ambientais

desenvolvidas pelas diversas organizações e entidades do Município, com aquelas dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;

III - articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios, convênios e outros instrumentos de cooperação;

IV - identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;

V - participar do Comitê de Bacia da Hidrográfica do Rio Itajaí;

VI - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental, com a qualidade de vida e o uso racional e sustentável dos recursos naturais;

VII - controlar a produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que provoquem riscos para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;

VIII - estabelecer e adotar normas, em conjunto com órgãos federais e estaduais, sobre quais os critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como o do uso e manejo racional dos recursos naturais, adequando-os permanentemente à legislação vigente e às novas tecnologias;

IX - normatizar em conjunto com órgãos federais e estaduais, o controle da poluição atmosférica, para propiciar a redução dos seus níveis;

X - conservar as áreas protegidas do município;

XI - estimular o desenvolvimento de pesquisa e uso adequado dos recursos ambientais, naturais;

XII - promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino municipal;

XIII - promover o zoneamento ambiental;

XIV - disciplinar o manejo dos recursos hídricos;

XV - estabelecer normas para a busca da qualidade visual e sonora adequada; e

XVI - estabelecer normas para a coleta de resíduos urbanos.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 4º A aplicação da política municipal de meio ambiente rege-se pelos seguintes instrumentos:

- I - o Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- II - o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Reconstituição dos Bens Lesados;
- III - o Sistema Municipal de Informações Ambientais;
- IV - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- V - a fiscalização, o controle e o monitoramento de qualidade ambiental e urbanística;
- VI - a aplicação de notificações, multas, embargos e interdições,

de acordo com os diversos níveis e formas de agressão ambiental;

VII - a concessão de licenças, autorizações e fixação de limites para uso e alteração de recursos naturais;

VIII - a educação ambiental;

IX - a criação, implantação e gestão de unidades de conservação;

X - a criação e implantação de projetos e programas que visem à melhoria da qualidade ambiental;

XI - Auditoria e Certificação Ambiental;

XII - Licenciamento Ambiental;

XIII - Avaliação de Impactos Ambientais; e

XIV - Plano integrado de resíduos sólidos urbanos.

CAPÍTULO IV DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Art. 5º A Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Gaspar - GEMADS é o órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas nesta Lei.

Art. 6º São atribuições da GEMADS, entre outras:

I - participar do planejamento das políticas públicas do Município;

II - elaborar o Plano de Ação de Meio Ambiente e a respectiva proposta orçamentária;

III - exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do Município;

IV - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;

V - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município;

VI - implementar através do Plano de Ação, as diretrizes da política ambiental municipal;

VII - promover a educação ambiental;

VIII - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais;

IX - coordenar a gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros;

X - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

XI - propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo, podendo facultar o gerenciamento a uma OSCIP;

XII instituir normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do Município;

XIII - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;

XIV - fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;

XV - coordenar a implantação de áreas verdes e promover sua avaliação e adequação;

XVI - elaborar projetos ambientais;

XVII - atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados; e

XVIII - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.

TÍTULO II DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I NORMAS GERAIS

Art. 7º Os instrumentos da política municipal de meio ambiente, elencados no Capítulo III do Título I, deste Código, serão definidos e regulados neste Capítulo.

Art. 8º Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da política municipal de meio ambiente para a perfeita consecução dos objetivos definidos no Capítulo II do Título I deste Código.

CAPÍTULO II DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 9º O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividades, bem como definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Parágrafo único. O Zoneamento Ambiental encontra-se definido no art. 25 e seguintes da Lei Municipal nº 2.803/2006.

Art. 10. As Áreas de Preservação Permanente, para os fins desta Lei, são aquelas definidas no art. 50 e seguintes da Lei Municipal nº 2.803/2006.

CAPÍTULO III DO ESTABELECIMENTO E MONITORAMENTO DE PARÂMETROS E PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 11. O órgão ambiental municipal estabelecerá, respeitada sua competência, normas, critérios e padrões destinados ao controle, à manutenção e à recuperação do meio ambiente, válidos para todo o Município, bem como a definição das atividades potencialmente causadoras de poluição ou degradação ambiental.

Art. 12. Para garantir o disposto no artigo anterior, o órgão ambiental municipal poderá exigir de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de poluição ou degradação ambiental:

I - a instalação e manutenção de equipamentos ou a utilização de métodos para o tratamento e redução de efluentes poluidores;

II - a alteração dos processos de produção ou dos insumos e matérias-primas utilizados;

III - a instalação, manutenção e utilização de equipamentos e métodos para o monitoramento de efluentes; e

IV - fixação de prazos para adequação às exigências de qualidade ambiental.

Art. 13. Em caso de situações críticas de poluição ou degradação do meio ambiente, o órgão competente municipal poderá adotar medidas de emergência, na forma de:

I - redução temporária de atividades causadoras de poluição ou degradação do meio ambiente;

II - suspensão temporária do funcionamento de atividades causadoras de poluição ou degradação do meio ambiente; e

III - relocação espacial de atividades, visando a sua adequação, de acordo com o Plano Diretor do Município.

§ 1º Para a adoção das medidas de emergência, deverá o órgão ambiental municipal basear-se em demonstração técnica, que indique a ultrapassagem dos padrões estabelecidos para o parâmetro analisado.

§ 2º A redução ou suspensão temporária das atividades durarão o tempo necessário para que retorne à normalidade do parâmetro analisado.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 14. O órgão ambiental municipal, para fins de controle da poluição ambiental e conservação dos recursos naturais, através de sua fiscalização, terá livre acesso às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o meio ambiente.

Art. 15. Os agentes fiscalizadores poderão:

I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - efetuar medições e coletar amostras;

III - elaborar relatório técnico de inspeção;

IV - requisitar força policial, quando obstados; e

V - lavrar termo de interdição ou de embargo na execução da penalidade.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E RESPECTIVAS SANÇÕES

Art. 16. As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, pelo órgão ambiental municipal, as quais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 17. São sanções administrativas:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, empreendimento ou atividade;

III - interdição permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade;

IV - notificação preliminar; e

V - pena de multa.

§ 1º Por proposição do infrator a pena de multa poderá ser substituída por prestação voluntária e gratuita de serviços à comunidade ou à entidade ambiental, bem como a atribuição ao infrator de tarefas voluntárias e gratuitas junto ao órgão ambiental municipal, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente, e, no caso de coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

§ 2º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais, relativas à proteção ambiental.

§ 3º A interdição será aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

CAPÍTULO VI DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR E DA APLICAÇÃO DE PENA DE MULTA

Art. 18. Verificando-se condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, o agente fiscal deverá, inicialmente, expedir contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

Parágrafo único. O agente fiscal arbitrará o prazo para regularização, no ato da notificação, respeitando o prazo limite fixado no "caput" deste artigo.

Art. 19. A notificação preliminar, bem como a aplicação de multa, será feita em formulário destacado do talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

Parágrafo único. Recusando-se o notificado a dar "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar ou na multa pela autoridade que a lavrar, com o testemunho de uma pessoa.

Art. 20. No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente (não ter licenças ou atomizações ambientais pertinentes à atividade), não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

Art. 21. Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar sem que o infrator tenha regularizado a situação perante o órgão ambiental municipal, lavrar-se-á multa.

Art. 22. Para a aplicação da pena de multa, expedida pela GEMA-DS, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - leves: as eventuais ou as que não venham a causar risco ou dano à saúde, à flora, à fauna, nem provoquem alterações sensíveis ao meio ambiente, não ter licenças ambientais ou autorização pertinente ao meio ambiente após notificação;

II - graves: as que venham a prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais; e

III - gravíssimas: as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais, despejos de material contaminante ou poluente ao ar, solo, água, fauna e flora.

Art. 23. O valor das multas será aplicado em UFM e de acordo com a gravidade da infração, sendo:

I - leves: multa de 10 (dez) a 100 (cem) UFM;

II - graves: multa de 101 (cento e um) a 301 (trezentos e um) UFM; e

III - gravíssima: multa de 302 (trezentos e dois) a 5.000 (cinco mil) UFM.

§1º Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará, primeiro, a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.

§ 2º Poderão ser estipuladas multas com valores diários, enquanto persistirem os problemas.

Art. 24. São circunstâncias atenuantes:

I - ser primário;

II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;

III - ter bons antecedentes em matéria ambiental;

IV - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pela GEMADS;

V - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;

VI - colaboração com os agentes e técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental; e

VII - o infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.

Art. 25. São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente em matéria ambiental ou cometer infração continuada;

II - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

III - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

IV - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente;

V - ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

VI - coagir outrem para a execução material da infração;

VII - ter a infração consequência grave ao meio ambiente;

VIII - ter o infrator agido com dolo; e

IX - atingir a infração áreas sob proteção legal.

Parágrafo único. No caso de infração continuada, a pena de multa poderá ser aplicada diariamente até a cessação da infração.

Art. 26. Havendo concurso de circunstância atenuante e agravante, a pena será aplicada levando-as em consideração, bem como o conteúdo da vontade do autor.

Art. 27. O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade até a

data do vencimento.

Art. 28. Os valores constantes dos autos de infração serão encaminhados ao Departamento de Tributação para inscrição de dívida ativa não tributária, conforme dispõe o art. 90 e seguintes da Lei Municipal nº 1.330/91.

Parágrafo único. A forma de parcelamento seguirá o que determina a Lei Complementar nº 46/2010.

Art. 29. No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

CAPÍTULO VII DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 30. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ou poluição ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental municipal, no âmbito de sua competência, sem prejuízos de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental serão regulamentadas por decreto, respeitadas as competências do Estado e da União, sendo licenciados sempre em um único nível de competência.

§ 2º Cabe ao órgão ambiental municipal definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e as informações necessárias ao licenciamento, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§ 3º O início das atividades dependerá da apresentação de outras licenças exigíveis pelo órgão ambiental municipal.

Art. 31. O licenciamento de empreendimentos e atividades consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição ambiental dependerá de estudo simplificado ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EAS/RIA), ao qual se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com sua regulamentação específica.

Art. 32. O órgão ambiental municipal, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Municipal Simplificada (LAS): concedida em processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e estabelecendo as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas de baixo impacto ambiental;

II - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação;

III - Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes da qual constituem motivo determinante; e

IV - Licença de Operação (LO): autoriza a operação de atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento

do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

§ 1º As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

§ 2º Os procedimentos para obtenção de licenciamento ambiental dar-se-ão através de pedido por escrito, formulados ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Gaspar.

§ 3º O órgão ambiental municipal estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-o no respectivo documento, respeitando o cronograma de execução da atividade ou empreendimento e nunca sendo superior a 02 (dois) anos.

§ 4º Poderão ser aprovados procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos de baixo potencial de impacto ambiental, corte seletivo de palmitos e madeiras, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 33. Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais realizadas pelo órgão ambiental municipal, bem como a manutenção da estrutura física do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, a serem fixadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

CAPÍTULO VIII DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 34. A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

Art. 35. O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não-formal;

II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

III - fornecer suporte técnico/conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;

IV - articular-se com entidades jurídicas e não-governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos; e

V - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município.

TÍTULO III DO CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 36. A qualidade ambiental será determinada nos termos dos artigos 11, 12 e 13 desta Lei.

Art. 37. É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar

ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, ou acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Art. 38. Sujeitam-se ao disposto nesta Lei todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

Art. 39. O Poder Executivo, através da GEMADS, tem o dever de determinar ou solicitar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observada a legislação vigente.

Art. 40. Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de atividades econômicas em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

Seção I Da Exploração de Recursos Minerais

Art. 41. A extração mineral de saibro, areia, argilas e terra vegetal é regulada por esta seção e pela norma ambiental pertinente.

Art. 42. A exploração de jazidas das substâncias minerais dependerá sempre de EIA/RIMA para a liberação da autorização do município para solicitação no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Parágrafo único. Quando do licenciamento, será obrigatória a apresentação de projeto de recuperação da área degradada pelas atividades de lavra.

Art. 43. O requerimento de licença municipal para a realização de obras, instalação, operação e ampliação de extração de substâncias minerais será instruído pelas autorizações estaduais e federais.

CAPÍTULO II DO AR

Art. 44. Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização municipal;

V - integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

VI - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados; e

VII - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

Art. 45. Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I - na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:

a) disposição das pilhas feita de modo a tornar mínimo o arraste eólico;

b) umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovadas que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico; e

c) a arborização das áreas circunvizinhas compatível com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre as mesmas;

II - as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécies e manejos adequados;

IV - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados ou outras técnicas comprovadas; e

V - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

Art. 46. Ficam vedadas:

I - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;

II - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;

III - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

IV - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica; e

VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões

de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

Parágrafo único. O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II poderá ser ampliado até o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

Art. 47. As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado da GEMADS, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalos não superiores a 1 (um) ano, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

Parágrafo único. Deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise estabelecidas pela ABNT ou pela Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Gaspar.

Art. 48. São vedadas a instalação e ampliação de atividades que não atendam às normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta Lei.

§ 1º Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto nesta Lei, nos prazos estabelecidos pela GEMADS, não podendo exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta Lei.

§ 2º A GEMADS poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

§ 3º A GEMADS poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interessados desde que devidamente justificado.

Art. 49. A GEMADS, baseada em parecer técnico, procederá a elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos nesta Lei, sujeito a apreciação do CMMA, de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.

Seção I

Do Controle e Inspeção de Veículos em Uso

Art. 50. A emissão de fumaça preta não poderá superar o padrão de emissão estabelecido por regulamento específico.

Art. 51. Os responsáveis pelo lançamento de fumaça, além do estabelecido nesta Lei, ficarão sujeitos às penalidades previstas nas legislações vigentes.

Art. 52. O Município de Gaspar apoiará a administração federal, estadual ou privada para a implantação de Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, de caráter regional.

Parágrafo único. Independentemente do trabalho disciplinado acima, a GEMADS junto com o DITRAN e a Polícia Civil realizará trabalho de fiscalização e orientação à população no que concerne à emissão de fumaça preta e outros poluentes dos veículos automotores.

Art. 53. A GEMADS credenciará os serviços de assistência técnica e oficinas mecânicas que estiverem capacitadas a oferecer serviços especiais de diagnóstico, regulagem e reparo de veículos e motores, objetivando o controle da emissão de poluentes.

Parágrafo único. O credenciamento definido no "caput" será revisito no máximo a cada 02 (dois) anos e seguirá as determinações definidas na regulamentação desta Lei.

Art. 54. Os órgãos e empresas municipais deverão dar preferência ao uso de veículos movidos por insumos energéticos limpos.

CAPÍTULO III DA ÁGUA

Art. 55. A Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos objetiva:

I - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

II - proteger, conservar e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

III - reduzir, progressivamente, a toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água;

IV - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

V - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;

VI - assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais e subterrâneas, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica; e

VII - o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

Art. 56. Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

Art. 57. As diretrizes desta Lei aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras instaladas no Município de Gaspar, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Art. 58. Os critérios e padrões estabelecidos nas legislações vigentes deverão ser atendidos, também, por etapas ou áreas específicas do processo de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

Art. 59. Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água em vigor, ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias, exceto na zona de mistura.

Art. 60. Serão consideradas, de acordo com o corpo receptor, com critérios estabelecidos pelo GEMADS, as áreas de mistura conforme os padrões de qualidade.

Art. 61. A captação de água, superficial ou subterrânea, deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo às demais exigências legais, a critério técnico da GEMADS.

Art. 62. As atividades efetivas, ou potencialmente poluidoras ou degradadoras, e de captação de água implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pela

GEMADS.

§ 1º A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseadas em metodologias aprovadas pela GEMADS.

§ 2º Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, sempre incluída a previsão de margens de segurança.

§ 3º Os técnicos da GEMADS terão acesso a todas as fases do monitoramento a que se refere o caput deste artigo, incluindo procedimentos laboratoriais.

Art. 63. A critério da GEMADS, as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras deverão implantar bacias de acumulação ou outro sistema com capacidade para as águas de drenagem, de forma a assegurar o seu tratamento adequado.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se às águas de drenagem correspondentes à precipitação de um período inicial de chuvas a ser definido em função das concentrações e das cargas de poluentes.

CAPÍTULO IV DO SOLO

Art. 64. A proteção do solo no Município visa:

I - garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

II - garantir a utilização do solo cultivável, através de adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

III - priorizar o controle da erosão e o reflorestamento das áreas degradadas; e

IV - priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

Art. 65. O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

Art. 66. A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam estes líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de auto depurar-se, levando-se em conta os seguintes aspectos:

I - capacidade de percolação;

II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;

III - limitação e controle da área afetada; e

IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

CAPÍTULO V DO CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS

Art. 67. O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 68. Para os efeitos deste Código consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I - poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;

II - som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência passível de excitar o aparelho auditivo humano;

III - ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos; e

IV - zona sensível a ruídos: são as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental.

Art. 69. Compete à GEMADS:

I - estabelecer um programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente, após laudo e identificação de dano;

III - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

V - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos; e

VI - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

Art. 70. A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído, respeitando-se as disposições fixadas na norma competente.

CAPÍTULO VI

DO CONTROLE DAS ATIVIDADES PERIGOSAS

Art. 71. É dever do Poder Público controlar e fiscalizar a produção a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.

Art. 72. São vedados no Município, entre outros que proibir esta Lei:

I - o lançamento de esgoto em corpos d'água;

II - a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;

III - a fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e utilização de armas químicas e biológicas;

IV - a instalação de depósitos de explosivos, para uso civil;

V - a utilização de metais pesados em quaisquer processos de extração, produção e beneficiamento que possam resultar na contaminação do meio ambiente natural;

VI - a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;

VII - a produção ou o uso, o depósito, a comercialização e o transporte de materiais e equipamentos ou artefatos que façam uso de substâncias radioativas, observadas as outorgas emitidas pelos órgãos competentes e devidamente licenciados e cadastrados pelo Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMMA; e

VIII - a disposição de resíduos perigosos sem os tratamentos adequados a sua especificidade.

Seção I

Do Transporte de Cargas Perigosas

Art. 73. As operações de transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, serão reguladas pelas disposições desta Lei e da norma ambiental competente.

Art. 74. São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas à população, aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT, e outras que a GEMADS considerar.

Art. 75. Os veículos, as embalagens e os procedimentos de transporte de cargas perigosas devem seguir as normas pertinentes da ABNT e a legislação em vigor, e encontrar-se em perfeito estado de conservação, manutenção e regularidade e sempre devidamente sinalizados.

Art. 76. É vedado o transporte de cargas perigosas dentro do Município de Gaspar.

Parágrafo único. Quando inevitável, o transporte de carga perigosa no Município, será precedido de autorização expressa do Corpo de Bombeiros e da GEMADS, que estabelecerão os critérios especiais de identificação e as medidas de segurança que se fizerem necessárias em função da periculosidade.

CAPÍTULO VII

DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 77. A GEMADS, conjuntamente com o SAMAE, participará dos programas públicos de educação ambiental voltados à Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos, assim como em todas as ações que envolvam esta atividade, desde a elaboração do edital de licitação, contratação da empresa vencedora até a fiscalização na coleta e destinação final.

Art. 78. É proibida a Coleta de Resíduos Urbanos por particulares, salvo se conveniada com o SAMAE ou por ele autorizada.

Art. 79. Os programas de Coleta Seletiva de Resíduos Urbanos compartilhados com outras entidades deverão destinar parte do arrecadado com a comercialização destes resíduos aos programas ambientais.

Art. 80. A coleta e destinação final dos demais resíduos deverão obedecer às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

TÍTULO IV DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL

CAPÍTULO I DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 81. A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será realizada pelos servidores públicos para tal fim designados e pelas entidades não governamentais, nos limites da Lei.

Art. 82. Consideram-se para os fins deste capítulo os seguintes conceitos:

I - advertência: é a intimação do infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - apreensão: ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre;

III - auto: instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia;

IV - auto de constatação: registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento preterido ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis;

V - auto de infração: registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível;

VI - demolição: destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental;

VII - embargo: é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento;

VIII - fiscalização: toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, neste regulamento e nas normas deles decorrentes;

IX - infração: é o ato ou omissão contrário à legislação ambiental, a esta Lei e às normas delas decorrentes;

X - infrator: é a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental;

XI - interdição: é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento;

XII - intimação: é a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciada no próprio auto ou em edital;

XIII - multa: é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida;

XIV - poder de polícia: é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento,

regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção ou controle do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município de Gaspar; e

XV - reincidência: é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente condenado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica e no segundo de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 5 (cinco) anos entre uma condenação e outra subsequente.

Art. 83. No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais credenciados o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

Art. 84. Mediante requisição do órgão fiscalizador, o agente credenciado poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

Art. 85. Aos fiscais designados para atuar na área ambiental, além da competência funcional estabelecida em lei própria, compete:

I - efetuar visitas e vistorias;

II - verificar a ocorrência da infração;

III - lavrar o auto correspondente, fornecendo cópia ao autuado;

IV - elaborar relatório de vistoria;

V - exercer atividade orientadora visando à proteção ambiental

Art. 86. A fiscalização e a aplicação de penalidades de que trata esta Lei dar-se-ão por meio de:

I - auto de constatação;

II - auto de infração;

III - auto de apreensão;

IV - auto de embargo;

V - auto de interdição; e

VI - auto de demolição.

Parágrafo único. Os autos serão lavrados em três vias destinadas:

I - a primeira, ao autuado;

II - a segunda, ao processo administrativo; e

III - a terceira, ao arquivo.

Art. 87. Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, dele constando:

I - a qualificação da pessoa física ou jurídica autuada, com respectivo endereço;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III - o fundamento legal da autuação;

IV - a penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade;

V - nome, função e assinatura do autuante; e

VI - prazo para apresentação da defesa.

Art. 88. Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

Art. 89. A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

Art. 90. Do auto será intimado o infrator:

I - pelo autuante, mediante assinatura do infrator, ou seu representante;

II - por via postal, fax ou telex, com prova de recebimento; e

III - por edital, nas demais circunstâncias.

Parágrafo único. O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial, ou em jornal de grande circulação.

Art. 91. São critérios a serem considerados no julgamento da infração:

I - a maior ou menor gravidade;

II - as circunstâncias atenuantes e as agravantes; e

III - os antecedentes do infrator.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Art. 92. Os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:

I - advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

II - multa simples, diária ou cumulativa, sendo os seus valores fixados no regulamento desta Lei e corrigidos periodicamente, sendo o mínimo de 10 (dez) UFM e o máximo de 5.000 (cinco mil) UFM.

III - apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

IV - embargo ou interdição temporária de atividade até correção da irregularidade;

V - cassação de alvarás e licenças, e a consequente interdição definitiva do estabelecimento autuado, a serem efetuadas pelos órgãos competentes do Executivo Municipal;

VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até três anos.

VIII - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pelo órgão municipal competente; e

IX - demolição.

§ 1º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diversa, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas cominadas.

§ 2º A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 3º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, o infrator é obrigado a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 93. As penalidades poderão incidir sobre:

I - o autor material;

II - o mandante; e

III - quem de qualquer modo concorra à prática ou dela se beneficie.

Art. 94. As penalidades previstas neste Capítulo serão objeto de regulamentação por meio de ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 95. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta Lei e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 96. O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa ao órgão ambiental municipal contra a ação dos agentes fiscais, contados da lavratura do auto de infração, formulada por escrito ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, facultada a juntada de documentos.

Art. 97. A impugnação da sanção ou da ação fiscal instaura o processo de contencioso administrativo.

Parágrafo único. A impugnação mencionará:

I - autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar; e

IV - os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 98. Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

Art. 99. O órgão ambiental municipal proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Caberá, se for o caso, recurso ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, no prazo de 10 (dez) dias, o qual terá 60 (sessenta) dias para proferir decisão final.

§ 2º Sempre que o processo depender de diligência, este prazo passará a ser contado a partir da conclusão daquela.

Art. 100. O órgão municipal de fiscalização ambiental enviará

semestralmente relação dos procedimentos de infrações ambientais e respectivas decisões ao setor com atribuições em meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal e do Estado da Comarca de Gaspar.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 101. O Poder Executivo providenciará as regulamentações necessárias à presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 102. Subsidiariamente a esta legislação, poderão ser aplicadas as normas estaduais ou federais pertinentes ao tema.

Art. 103. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar, 20 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.398, de 20 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.398, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELA GERÊNCIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - GEMADS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

Art. 2º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e será devida para:

I - análise prévia para concessão de licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - averbação de reserva legal;

VI - licença ambiental para terraplenagem urbana e rural; e

VII - certidão e autorização ambiental.

§ 1º Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do

interessado.

§ 4º A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º A análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior deverá observar:

I - a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabelas 01 e 02 do Anexo Único da presente lei;

II - as licenças ambientais de operação terão prazo de validade de 02 (dois) anos, e as licenças simplificadas terão validade de 01 (um) ano, desde que permaneçam as condições iniciais que autorizaram sua concessão; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Parágrafo único. O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da Administração Direta do Município.

Art. 5º A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto na Lei 1.330, de 13 de dezembro de 1991, e suas alterações.

Art. 7º Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Fiscal do Município - UFM e serão atualizados anualmente conforme dispõe a Lei 1.330/1991 e suas alterações.

Art. 9º As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar, 20 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.399, de 20 de Dezembro de 2011.

LEI Nº. 3.399, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

CRIA E REDUZ QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o

sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a criar a vaga do cargo de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal do Gabinete do Prefeito, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Fiscal	ATM	44	40	--	01	01	Portador de diploma do Ensino Médio

Art. 2º Fica reduzido o número de vagas do cargo de provimento efetivo abaixo, junto ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, conforme segue:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS EXISTENTES	VAGAS REDUZIDAS	TOTAL DE VAGAS	HABILITAÇÃO
Fiscal	ATM	44	40	10	01	9	Portador de diploma do Ensino Médio

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar, 20 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.653, de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 4.653, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS ABAIXO MENCIONADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação dos candidatos, conforme quadro abaixo, em virtude de não terem tomado posse dentro do prazo legal:

CANDIDATO	CARGO	DECRETO DE NOMEAÇÃO
Mariane Luize de Oliveira	Assistente Social	DECRETO Nº 4.579/11
Fernando Cela Neto	Motorista	DECRETO Nº 4.564/11
Evandro Marcondes Vedelago	Motorista de Caminhão	DECRETO Nº 4.564/11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.654, de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.654, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA A SERVIDORA DANIELA ODETE DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 31 de dezembro de 2011, a servidora DANIELA ODETE DE OLIVEIRA, do cargo de Diretora Adjunta de Escola, Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 72/2011

RESOLUÇÃO Nº 72/2011

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO E DO PPRA.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, inciso V, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa para elaboração e execução de serviços especializados, referentes implantação e execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e NR-9 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), além de outros,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Edilidade firmar contrato com a SERVIMED-CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.511.812/0001-51, com sede na Alameda Rio Branco, nº 238, 8º andar, município de Blumenau-SC, para elaboração e execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (NR-9), elaboração e execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO (NR-7), elaboração do relatório anual do programa de controle médico de saúde ocupacional, emissão dos PPP's - Perfis Profissiográficos Previdenciários - itens técnicos: item 14 Profissiografia, itens da Seção II de Registro Ambientais, e itens 16 e 18, para a Câmara Municipal, por funções, e somente para os funcionários expostos a agentes nocivos (conforme determina o Anexo IV da Instrução Normativa nº 99 do INSS).

Art. 2º O valor a ser pago pelos serviços será de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), em parcela única.

Art. 3º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da Atividade: 2.20004 - Materiais e Serviços de Terceiros em Geral - Modalidade: 3.3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Elemento: 3.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 4º O contrato vigorará por doze meses, podendo ser renovado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI
1º Secretário

RAUL SCHILLER
2º Secretário

SAMAE

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 2/2009 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 2/2009 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 2/2009 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ do contratado: 00.000.000/0996-27

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMUSA - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor acrescido: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Gaspar (SC), em 21 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 5/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2011

Número do contrato: 5/2011 - Número do Aditivo: 1 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 5/2011 - Modalidade: Convite

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: XK INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - CNPJ do contratado: 04.545.833/0001-99

Objeto: Instalação, locação, manutenção, atualização e suporte técnico de software aplicativo de gestão comercial para o Departamento de Faturamento do SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 18.600,00 (dezoito mil, seiscentos reais).

Gaspar (SC), em 21 de dezembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 144/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 144/2011

Tipo : Menor Preço - Por item

Objeto : AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES TRUCK E 02 TANQUES PARA TRANSPORTE DE ÁGUA

Entrega dos Envelopes: 05/01/2012 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 05/01/2012 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM-SC, 15/12/2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato registro de preço 122/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada: FRAMAKAR OFICINA AUTOMOTIVA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANTERNAGEM E PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 88.250,00 (OITENTA E OITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Vigência: INÍCIO: 21/11/2011 TÉRMINO: 21/11/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 122/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Francisco Lipinski

Guaramirim, 24 de Novembro, 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeitura Municipal De Guaramirim

Extrato Termo Aditivo 37/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

PROCESSO 37/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratada: BRADEMEC INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO GRADES BOCA DE LOBO

Valor: R\$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 31/12/2011

Licitação: Pregão Presencial nº. 37/2011

Signatários: pela Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada, ERICH BRANDT NETO

Guaramirim-SC, 01 de dezembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 290/2011.

LEI COMPLEMENTAR N.º 290/2011.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE HERVAL D'OESTE, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXAM OBJETIVOS E DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica Instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento habitacional, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Herval d'Oeste, que obedecerá aos objetivos e diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Herval d'Oeste, visa instituir a política habitacional do município com o objetivo de promover o acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento e anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Herval d'Oeste abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política de desenvolvimento, com a Lei Federal N.º 10257/2001 - Estatuto da Cidade e a Lei Federal Nº 11124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, definindo.

I - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;

II - os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;

III - as regras para promover acesso à moradia digna e redução de déficit habitacional.

Parágrafo único. A interpretação da presente Lei e seus anexos serão realizados de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Visando Orientar a articulação dos meios e o equacionamento dos programas habitacionais que integram o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Herval d'Oeste, os objetivos foram construídos segundo os aspectos: Habitação, Serviço Público e Infraestrutura Social, Infraestrutura e Socioeconômico e Ambiental.

A - São objetivos do Aspecto de Habitação, Serviço Público e

Infraestrutura Social:

I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e sua posse, aos serviços públicos essenciais e equipamentos sociais básicos;

II - garantir a sustentabilidade dos programas habitacionais de interesse social, associando-os ao desenvolvimento econômico, social e ambiental;

III - promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da Política de Habitação de Interesse Social, Plano Municipal Habitação de Interesse Social, de acordo com as características diferenciadas da demanda, estimulando o associativismo e a auto-gestão na implementação de projetos;

IV - aproveitar os investimentos na habitação já realizados pela população de baixa renda, promovendo a urbanização e recuperação física e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes;

V - garantir no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, preferencialmente na mesma região ou, na impossibilidade, em outro local, com a participação das famílias no processo de decisão;

VI - coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade, em especial áreas de preservação ambiental e de proteção aos mananciais, áreas de risco, áreas contaminadas e bens de uso comum do povo;

VII - priorizar ações nas áreas de risco;

VIII - organizar e manter programas de aquisição de Imóveis e terras para Habitação de Interesse Social;

IX - oferecer condições para o funcionamento dos canais instituídos e outros instrumentos de participação da sociedade nas definições e no controle social da política habitacional;

X - incentivar a produção pelo mercado de moradias de padrão acessível aos grupos de renda média e baixa, simplificando, agilizando e dando transparência aos processos de aprovação de novos empreendimentos habitacionais;

XI - desenvolver mecanismos de negociação de conflitos relacionados com o uso e a posse de imóveis, visando evitar despejos e ações reintegratórias;

XII - manter informação atualizada sobre a situação habitacional do Município, especialmente em relação ao déficit e às necessidades habitacionais, através da criação de um Observatório Habitacional e Urbano;

XIII - fortalecer a relação com os demais municípios da região estabelecendo parcerias na formulação de planos e programas habitacionais, e desenvolvendo ações integradas em áreas de interesse regional, como as de proteção ambiental e de mananciais;

XIV - propiciar a participação da população moradora e dos movimentos que lutam por moradia, bem como das universidades, ONGs e entidades empresariais, na definição das ações e prioridades e no controle social da política habitacional;

XV - instituir o Conselho Municipal de Habitação e demais instância de participação;

XVI - fornecer gratuitamente assessoria jurídica, bem como de engenharia e arquitetura, a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social;

XVII - reservar parcela das unidades habitacionais de interesse social para o atendimento aos idosos e aos portadores de deficiências, físicas ou mentais;

XVIII - articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis;

XIX - garantir na legislação do Plano Diretor áreas relativa a ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social;

XX - viabilizar, através dos instrumentos do estatuto da cidade, recursos para investimentos em programas Habitacionais de Interesse Social;

XXI - estimular a diversidade de soluções e a adequação dos

projetos as condicionantes do meio físico, visando melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais de interesse social;

XXII - considerar as características diferenciadas da demanda, desenvolvendo programas e projetos habitacionais coerentes com suas necessidades;

XXIII - adotar tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para os princípios do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos e valorização das áreas e de lazer, dentre outros.

B - São objetivos do Aspecto de Infraestrutura:

I - integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o fornecimento de meios de transporte coletivo de qualidade, o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem;

II - garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a atual tendência de expulsão da população de baixa renda para as periferias não dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

C - São objetivos do Aspecto Socioeconômico:

I - articular a melhoria das condições de habitação com políticas de inclusão social e projetos complementares que visem o desenvolvimento humano;

II - preocupar-se com a sustentabilidade econômica de suas intervenções, articulando-se à política socioeconômica e a programas de capacitação profissional, geração e trabalho e renda voltados para as comunidades beneficiadas;

III - criar incentivos fiscais e urbanísticos para implantação de atividades econômicas, pequenos centros de negócios e serviços, e investimentos em projetos estruturantes e de fortalecimento da comunidade;

IV - vincular a inclusão em Programas Habitacionais de Interesse Social à contrapartida de participação em cursos de qualificação profissional e alfabetização nas famílias que possuam desempregados e analfabetos.

D - São objetivos do Aspecto Ambiental:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades do município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;

III - aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;

IV - conscientizar sobre a importância da proteção de fontes e nascentes.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º. Para que se atinja o objetivo básico do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Herval d'Oeste, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizada ou subutilizada, inseridas na malha urbana;

III - utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder

público para implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social;

IV - sustentabilidade econômica, financeira e social os programas e projetos elencados;

V - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia, previstos no Estatuto da Cidade;

VI - adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

VII - observar mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como de menor renda;

VIII - desenvolvimento Institucional para que a atuação local tenha cada vez mais institucionalidade para que possa contar com os meios administrativos, técnicos e financeiros necessários para o desenvolvimento de ações que reduzam a problemática habitacional;

IX - implantar no município os eixos estratégicos de desenvolvimento elencados e definidos com a participação popular, definidos como programas prioritários para o programa de PMHIS - Herval d'Oeste:

1 - Habitação, Serviço Público e Infra-estrutura Social;

2 - Programa de Infra-Estrutura;

3 - Programa Sócio-Econômico;

4 - Programa Ambiental.

TÍTULO II

PROGRAMA DE HABITAÇÃO, SERVIÇO PÚBLICO E INFRAESTRUTURA SOCIAL

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 5º. O Programa tem por definição promover o direito à moradia. Como direito social básico, incorporando o direito ao serviço público e infraestrutura e serviços. Como direito social através da política habitacional induzir o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de Habitação de Interesse Social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 6º. O Programa tem por objetivos:

I - mobilizar recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda; reduzindo o déficit habitacional do município;

II - facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a população, na compra de imóveis;

III - combater os fenômenos da segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 7º. O Programa de Habitação, Serviço Público e Infraestrutura social têm como medidas prioritárias:

I - implantação de programas de construção de unidades habitacionais isoladas ou em conjunto para redução do déficit habitacional na área urbana e rural;

II - implantação de programa de reforma e ampliação das unidades habitacionais na área urbana e rural, para redução do déficit habitacional;

III - implantação de programa de regularização fundiária;

IV - reurbanização e realocação das habitações em áreas de risco;

V - incentivo a criação de novos loteamentos;

VI - criação de novas ZEIS - Zona Especial de Interesse Social;

VII - criação de um observatório habitacional;

VIII - melhoria e ampliação dos centros comunitários na área rural - praças com equipamentos;

IX - implantação de áreas de lazer na área urbana (praças com

equipamentos);
X - construção de centro de eventos de múltiplo uso - área urbana;
XI - implantação de novas creches;
XII - implantação do período integral na pré-escola;
XIII - captação de recursos para reformas/ampliações nas escolas municipais;
XIV - ampliação dos programas voltados a alfabetização de adultos;
XV - ampliação e manutenção dos programas voltados a população idosa;
XVI - ampliação de programas e ações da saúde preventiva;
XVII - melhoria e ampliação do atendimento da saúde;
XVIII - reestruturação/reforma administrativa;
XIX - incentivo a qualificação dos funcionários;
XX - ampliação do quadro de funcionários da prefeitura.

CAPITULO III

DO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS

SEÇÃO I

DAS AÇÕES E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE PARA O ATENDIMENTO

Art. 8º. No âmbito do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, o atendimento das necessidades habitacionais compreende as seguintes ações:

- I - produção de unidades habitacionais;
- II - urbanização das áreas ocupadas precariamente;
- III - regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente;
- IV - melhoria das condições de habitabilidade.

Parágrafo único. A atuação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social abrange situações de legislação, substituição, inadequação, reposição e superação de deficiências da unidade e do espaço coletivo, podendo atuar no âmbito da casa, do parcelamento, do assentamento, do bairro ou mesmo cidade.

Art. 9º. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social estabelecerá os seguintes critérios para a priorização do atendimento:

- I - predominância de população com renda familiar mensal até três salários mínimos em situação de risco social, com alta incidência de criminalidade;
- II - incidência de problemas ambientais graves, como insalubridade, degradação natural, poluição atmosférica ou por despejos industriais e domésticos;
- III - alto risco para a segurança da população residente, com probabilidade de inundações, deslizamentos de encostas e desmoronamento de edificações precárias;
- IV - estar residindo no município a mais de 3 anos;
- V - famílias com pessoas desempregadas e/ou analfabetas deverão participar de programas de qualificação e/ou alfabetização.
- VI - famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais, doenças crônicas e/ou idosos;
- VII - famílias em situação de coabitação;
- VIII - não ter sido beneficiado por programa habitacional;
- IX - não ser proprietário de imóvel residencial em qualquer município;
- X - morar em área de risco, situação irregular e/ou invasão;
- XI - famílias com maior número de filhos;
- XII - preferência a mulheres chefes de famílias;
- XIII - ter terreno legalizado para ser beneficiado por programa de reforma e ampliação.

SEÇÃO II

DA PRODUÇÃO DA MORADIA

Art. 10. O atendimento às necessidades habitacionais requer a construção de novas unidades atendendo as seguintes diretrizes:

I - construção de habitação de Interesse Social - HIS diretamente pelo poder público ou por entidades a ele conveniadas, abrangendo:

- a) desenvolvimento de padrões tipológicos urbanísticos e habitacionais adequados às condições morfológicas do sítio, climáticas;
- b) exigência de que pelo menos 20% das unidades construídas satisfaçam aos critérios de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com ação de métodos construtivos mais eficientes, com melhores índices de produtividade e qualidade;
- d) criação de mutirão.

II - incentivo à autoprodução de moradias;

III - estímulo à ação do setor privado na produção de habitação ao alcance das faixas de renda mais baixas;

IV - implantação de programas de assistência técnica, voltados para a elaboração e implantação de projetos de construção.

§ 1º. A produção de unidades habitacionais de que trata o inciso I deve assegurar a:

- I - redução do preço final das unidades imobiliárias;
- II - a destinação exclusiva a quem não seja proprietário de outro imóvel residencial.

§ 2º. Visando a orientação e o apoio aos casos de que tratam os incisos II, III e IV, o Executivo municipal estruturará um banco de projetos de casa populares, projeto padrão quando da criação do observatório municipal habitacional.

SEÇÃO III

DA URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS PRECARIAMENTE

Art. 11. A urbanização de áreas ocupadas precariamente envolve a adequação de infraestrutura e serviços urbanos, sistema viário e acessibilidade, redefinições do parcelamento, criação e recuperação de áreas públicas, inserção de áreas verdes e de arborização de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - a urbanização de áreas ocupadas precariamente deve garantir a permanência da comunidade em seu local de moradia;
- II - as obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número de remoções e remanejamentos, desde que seja possível garantir condições mínimas e adequadas de mobilidade, salubridade e saneamento;
- III - a intervenção deve preservar espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades.

SEÇÃO IV

DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS OCUPADAS

Art.12. O Executivo municipal deverá promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos precários, loteamentos irregulares e clandestinos de interesse social, por meio dos seguintes instrumentos:

- I - Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
- II - concessão de direito real de uso, de acordo com o Plano Diretor do Município;
- III - assistência técnica, urbanística, jurídica e social.

SEÇÃO V

DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE MORADIAS

Art. 13. Visando a melhoria das condições de habitabilidade do Poder Público Municipal promoverá gestões junto aos agentes financeiros, para que, em conjunto com o Município, possam ser

ampliadas as possibilidades de acesso ao crédito destinado à melhoria e à ampliação da moradia.

Parágrafo único. No oferecimento de crédito será priorizado o atendimento ao direito à moradia, flexibilizando-se as condições de empréstimos e subsídios que considerem:

- I - a capacidade de endividamento da clientela;
- II - a instabilidade socioeconômica das famílias devido à instabilidade e informalidade dos postos de trabalho;
- III - a necessidade de dilatação dos prazos e do estabelecimento de acordos nos casos de inadimplência.

SEÇÃO VI

DA ATUAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. O atendimento às necessidades habitacionais prevê intervenções pontuais ou conjugadas, em áreas de risco à vida humana e ao meio ambiente, tais como encostas, córregos, áreas alagadiças e outras situações inapropriadas, promovendo readequações de uso e tratamento das áreas remanescentes, restringindo o reassentamento de famílias ao indispensável.

Parágrafo único. O Executivo municipal elaborará um plano de atuação em áreas de risco, incluindo os seguintes aspectos:

- I - oferecimento de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco;
- II - realização de obras de contenção de risco;
- III - prevenção da reocupação das áreas de risco que foram atendidas por programas habitacionais, mediante a destinação para outros usos imediatamente após o término da desocupação;
- IV - prevenção da ocupação de novas áreas de risco e de proteção ambiental.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO

Art.15. A gestão da questão Habitacional de Interesse Social no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na produção da moradia, abrangendo os órgãos públicos, os segmentos do mercado imobiliário, os sindicatos patronais e de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida nos programas habitacionais, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão da moradia, visando, prioritariamente, a redução do déficit habitacional situado nos segmentos de menor renda, compreendendo, entre outras, as seguintes medidas:

a) implantação e regulamentação do Fundo Municipal de Habitação e do Conselho Municipal de Habitação, instituídos pela Lei nº 1.610/1995 e alterada pela Lei nº 1.968/2001, para o qual serão dirigidos os recursos destinados à Habitação de Interesse Social;

b) formação, treinamento e capacitação de agentes promotores e financeiros não-estatais, tais como as cooperativas e associações comunitárias autogestionárias e, pequenas e microempresas de construção para implementação de projetos habitacionais de interesse social.

II - desburocratização do setor financeiro-imobiliário, dos procedimentos cartoriais e dos aprobatórios da administração municipal, especialmente no que tange ao licenciamento de construções e emissão de alvará e habite-se, de modo a tornar mais ágil a análise e aprovação dos processos e diminuir custos de legalização, sem prejuízo das precauções legais quanto à legitimidade da propriedade e do respeito às normas instituídas para o uso e ocupação do solo;

III - estímulo à adoção dos processos de autogestão e co-gestão de equipamentos coletivos, serviços sociais, infra-estrutura urbana e habitações coletivas, tanto na implementação dos programas e execução das obras, como na preservação e manutenção das áreas urbanizadas;

IV - promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de habitação, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

V - estruturação de um sistema de informações habitacionais, articulado ao sistema de informação municipal, bem como, estruturação de um banco de projetos de casas populares - Projeto Padrão.

Art.16. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão habitacional deve permear cada etapa da implementação e avaliação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, com as seguintes diretrizes:

I - institucionalização de canais de participação e controle social por meio de:

- a) Conferência Municipal de Habitação;
- b) Conselho Municipal de Habitação;
- c) Audiências Públicas;
- d) a gestão orçamentária participativa.

II - criação de mecanismos de controle social que incorporem representantes dos vários agentes públicos e privados e dos grupos sociais envolvidos, organizando moradores e grupos carentes de moradia para elaboração de propostas habitacionais subsidiadas e em parceria com o Poder Público;

III - garantia de participação da comunidade envolvida na regularização e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, bem como no processo de elaboração de planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;

IV - apoio à criação e fortalecimento de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, para a potencialização de fundos próprios ou outros elementos de geração de recursos financeiros.

SEÇÃO I

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 17. São objetivos da conferência municipal de habitação:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da Política Pública Habitacional do Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da Política Habitacional do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar a atividade do Conselho Municipal de Habitação visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI - avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como medidas prioritárias.

Art. 18. A Conferência Municipal de Habitação deverá, dentre outras atribuições:

I - avaliar a implementação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e programas da Política Habitacional de Interesse Social deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - debater os relatórios bianuais de gestão da política habitacional, apresentando críticas e sugestões;

III - sugerir ao Executivo municipal adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes,

planos, programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração desta Lei, no que se refere à questão habitacional, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Parágrafo único. A conferência Municipal de Habitação ocorrerá ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Habitação.

Art. 19. A conferência Municipal de habitação terá regimento próprio elaborado pelo Conselho Municipal de Habitação, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I - as competências e matérias de deliberação;

II - a forma de organização e funcionamento da Conferência;

III - a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

SEÇÃO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 20. O Fundo Municipal de Habitação - FMH - criado pela Lei nº 1.610/1995, e alterado pela Lei nº 1.968/2001, institui o Conselho Municipal de Habitação com atribuição de gestor do FMH definida no art. 1º da nova Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Habitação de Herval d'Oeste será órgão integrante do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Herval d'Oeste e terá como atribuições:

I - promover estudos e divulgações de conhecimento relativo às ações no que se refere a Habitação de Interesse Social;

II - colaborar com a equipe técnica municipal encarregada da área habitacional do município, encaminhando sugestões, crítica e reivindicações e emitir pareceres sobre os mesmos;

III - zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Municipal de Habitação;

IV - realizar bianualmente a Conferência Municipal de Habitação para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social revendo as diretrizes e os rumos da política para:

1 - redução do déficit habitacional;

2 - redução do desemprego;

3 - garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;

4 - integrar as diferentes políticas sociais.

V- participar e acompanhar a implantação do novo Plano Diretor do Município;

VI - aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa;

VII - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

VIII - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

IX - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

X - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XI - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, para que os mesmos estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XII - zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º O Conselho Municipal de Habitação de Herval d'Oeste integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho Municipal de Habitação de Herval d'Oeste será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso IX deste artigo.

Art. 22. O Conselho será formado pela totalidade dos titulares do Conselho Municipal de Habitação de Herval d'Oeste e por membros representativos da sociedade e poder público, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação a cada dois anos.

Art. 23. O Poder Executivo apresentará cada dois anos à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Habitação relatório das ações realizadas contidas na Tabela de Propostas do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

SEÇÃO III

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e tem por objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais Poder Executivo e o Poder Legislativo de Herval d'Oeste;

II - promover debates sobre temas de interesse da Política Habitacional com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

1 - organizações e movimentos populares;

2 - associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

3 - associações de classe;

4 - fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais .

Art. 25. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social como no processo de sua implantação.

Parágrafo único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 26. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande

circulação e leitura do Município.

Art. 27. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

SEÇÃO IV DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 28. No âmbito do Município de Herval d'Oeste, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;
II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 29. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO V DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Art. 30. Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, são aquelas destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e à produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social, HIS.

Art. 31. As Zonas Especiais de Interesse Social tem como objetivos:

I - promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas, garantindo a permanência da população;
II - assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos informais ao conjunto da cidade;
III - incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas Habitacionais de Interesse Social;
IV - permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;
V - promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;
VI - proteger os assentamentos ocupados pela população de baixa renda da pressão do mercado imobiliário.

Art. 32. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas discutidas e definidas com a participação popular definidas no Plano Diretor do Município de Herval d'Oeste.

Art. 33. Atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, novas Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS, poderão ser criadas mediante indicação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Planos Específicos, ou de Programas Habitacionais.

Parágrafo único: A criação e a delimitação de novas ZEIS, por constituir em alteração do Zoneamento do Município, serão feitos obrigatoriamente por Lei Municipal.

Art. 34. Poderão ser criadas ZEIS na área rural, especialmente na ocorrência de formação de vilas e de situações já consolidadas.

Art. 35. Com a criação das ZEIS rurais, poderá ocorrer o desmembramento de lotes rurais a ser definido na lei de criação da ZEIS.

TÍTULO III PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 36. O Programa tem por definição promover a melhoria da Infraestrutura Urbana e Rural visando a melhoria da qualidade de vida da População, buscando a integração da Área Urbana com a Área Rural.

Art. 37. O Programa tem por Objetivos:

I - promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infra-estrutura na área rural;
II - garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
III - implantar sistema adequado de saneamento básico.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 38. O programa de Infraestrutura tem como medidas prioritárias:

I - melhoria e alargamento das estradas municipais;
II - ampliação da pavimentação das ruas;
III - implantação de passeios públicos e adequação dos espaços públicos de acordo com a Lei de Acessibilidade;
IV - implantação de novos pontos de ônibus;
V - articulação para melhoria da telefonia móvel no interior;
VI - articulação para ampliação dos serviços de internet;
VII - melhoria e manutenção da iluminação pública;
VIII - melhoria e ampliação da rede de água nas comunidades do interior;
IX - implantação de programas de instalação de fossas, filtros e sumidouros individuais nas residências, principalmente na área rural;
X - construção de novas lixeiras na área urbana;
XI - ampliação da drenagem urbana;
XII - viabilização do aumento do efetivo policial;
XIII - criação do Conselho Municipal de Segurança - Conseg;
XIV - captação de recursos para construção aquisição de nova área para cemitério.

TÍTULO IV PROGRAMA SÓCIOECONÔMICO CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 39. O Programa tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da indústria e comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão-de-obra priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 40. O Programa tem por objetivos:

I - qualificar a mão-de-obra;
II - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
III - apoiar o fortalecimento das empresas instaladas.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art. 41. O programa sócio-econômico tem como medidas prioritárias:

- I - diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas indústrias para geração de emprego e renda;
- II - distrito industrial com infraestrutura;
- III - fortalecimento do comércio;
- IV - ampliação e melhoria da assistência técnica ao produtor;
- V - implantação de programas de incentivo à agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;
- VI - ampliação dos incentivos a produção agrícola;
- VII - programas e ações voltadas à fixação da população na área rural;
- VIII - viabilização para parcerias para implantação de cursos de qualificação profissionais.

TÍTULO V

PROGRAMA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art.42. O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais urbanas;

Art.43. O programa tem por objetivo:

- I - preservar os mananciais superficiais e subterrâneos valorizando os corpos d'água, bem como a flora e a fauna ribeirinha;
- II - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio-ambiente e dos ecossistemas;
- III - ampliar a rede de atendimento de tratamento do esgoto;
- IV - implantar programas de reciclagem e adequada destinação dos resíduos urbanos.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Art.44. O programa ambiental tem como medidas prioritárias:

- I - recuperação dos rios com o reforço da mata ciliar;
- II - implantação de programas preventivos (uso do solo);
- III - programa de proteção de fontes e nascentes;
- IV - implantação de coleta de lixo na área rural.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. Fica definido o tempo de quatro anos para as ações de curto prazo, sete anos para as ações de médio prazo e dez anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - Anexo 1, parte integrante desta lei.

Art. 46. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

- I - de cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promover reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como os instrumentos de indução à redução do déficit habitacional e de gestão democrática.
- II - de cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;
- III - de cento e oitenta dias, para que se propiciem as condições para instalação do Conselho Municipal de Habitação de Herval

d'Oeste, com as atribuições previstas no Art. 21º da presente Lei.

Parágrafo único. As medidas previstas nos incisos I, II e III não prejudicarão os dispositivos auto-aplicáveis deste Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 47. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Herval d'Oeste deverá ser revisado após dez anos de sua entrada em vigor.

Parágrafo único. Qualquer alteração no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

Art. 48. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei, integra o anexo:

Anexo I - Tabela do Plano de Ação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Herval d'Oeste.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.50. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ANEXO

ANEXO I - TABELA DO PLANO DE AÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Lei Complementar Nº 291/2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 291/2011.

Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Municipal, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º As funções de magistério, exercidas por professores e supervisor escolar, no desempenho de suas atividades, nas unidades educacionais da rede pública Municipal de Herval d'Oeste, em seus diversos níveis e modalidades, serão exercidas, no que exceder à capacidade dos servidores efetivos, por pessoal admitido em caráter temporário, submetido a regime administrativo especial, disciplinado pelas disposições desta Lei Complementar.

Art. 2º A admissão de pessoal em caráter temporário, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes dar-se-á para o desempenho de funções de magistério, por prazo determinado, não podendo exceder ao término do ano letivo, nos seguintes casos:

Em substituição aos afastamentos legais dos titulares (vaga vinculada);

Em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos;

Em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante;

Para atuarem em ações e programas operacionalizados pela Secretaria Municipal de Educação, reconhecidos pelo Conselho Municipal de Educação;

Para atuarem nas Escolinhas de Esporte (tênis de mesa, judô, xadrez e outros).

Art. 3º A admissão será precedida de processo seletivo, composto por prova escrita e prova de títulos, conforme o disposto no edital.

§ 1º A prova escrita versará sobre conhecimentos gerais e àqueles relativos à disciplina específica para a qual o candidato está inscrito.

§ 2º Será atribuída nota de 0 a 5 à prova escrita de conhecimentos gerais e de 0 a 5 à prova de conhecimentos específicos, cuja soma dos pontos terá peso 06 (seis) para efeito de classificação geral.

§ 3º A elaboração das provas será de responsabilidade de empresa contratada para tal, habilitada mediante processo licitatório.

§ 4º Excetuam-se do processo seletivo os casos previstos nos incisos IV e V do art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 4º A classificação, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área;

b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente;

c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

d) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, cujo período de realização encontrar-se-á regulamentado pelo edital;

e) tempo de serviço no magistério;

f) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase;

cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação ou na área da educação, cujo período de realização encontrar-se-á regulamentado pelo edital;

tempo de serviço no magistério;

somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

§ 1º Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos.

§ 2º A classificação do candidato no processo seletivo terá validade por 02 (dois) anos e será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura de Herval d'Oeste – www.hervaldoeste.sc.gov.br

§ 3º Somente poderão ser admitidos professores e supervisor escolar, em caráter temporário, sem participar do processo seletivo, nos casos em que:

I - o número de vagas for superior ao de candidatos;

II - a vaga não for escolhida pelos candidatos classificados; ou

III - a vaga for aberta no decorrer do ano letivo e não tenha candidato aprovado pelo processo seletivo.

§ 4º Para suprir as vagas descritas no item I, II e III do § 3º realizar-se-á Chamada Pública.

§ 5º Ficará impedido de participar do processo seletivo o candidato que tenha sofrido sanção em processo disciplinar nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à inscrição.

Art. 5º São condições para admissão:

I - ser brasileiro;

II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

III - estar em dia com o serviço militar e eleitoral;

IV - ter capacidade física;

V - estar legalmente habilitado para o exercício da função na qual está sendo admitido;

VI - estar em conformidade com as disposições contidas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal; e

VII - apresentar certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Poder Judiciário.

Parágrafo único. Na hipótese de não haver candidato que preencha a condição prevista no inciso V deste artigo, admitir-se-á pessoal não habilitado.

Art. 6º O regime de trabalho semanal do professor admitido em caráter temporário será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme o disposto no edital do processo seletivo.

Parágrafo único. O regime de trabalho semanal de supervisor escolar admitido em caráter temporário será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 7º A área de ensino, as habilitações e os respectivos vencimentos relativos à contratação de professor e supervisor escolar, admitidos em caráter temporário estão estabelecidos no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 8º O valor da retribuição pecuniária mensal poderá ser acrescido de:

I - auxílio-alimentação;

II - diárias;

III - salário-família;

IV - gratificação natalina;

V - Adicional de Incentivo ao Magistério;

VI - férias proporcionais.

Parágrafo único. O valor da gratificação natalina será calculado proporcionalmente à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, com base na remuneração correspondente ao último mês trabalhado.

Art. 9º É assegurado ao professor e ao supervisor escolar admitido em caráter temporário o direito à licença remunerada, mediante comprovação médica oficial, para:

I – licença a gestante ou adotante; e

II - tratamento de saúde.

Art. 10 A falta ao serviço por motivo de doença será justificada desde que a impossibilidade do comparecimento seja atestada por médico, no limite de 15 (quinze) dias, ou em período superior o servidor deverá encaminhar-se a junta médica oficial do INSS.

Parágrafo único. O Atestado Médico deverá ser entregue no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro horas) de ausência ao trabalho, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste.

Art. 11 Durante a licença para tratamento de saúde, o servidor admitido em caráter temporário não poderá exercer qualquer outra atividade remunerada, sob pena de cancelamento do benefício, com perda de salário e rescisão do contrato, sem percepção dos valores indenizatórios.

Art. 12 À servidora gestante admitida em caráter temporário é assegurada licença para repouso remunerado pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir da data de nascimento da criança, mediante apresentação da certidão de nascimento.

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir de 28 (vinte e oito) dias anteriores à data do parto, mediante perícia médica, podendo ocorrer, no caso de parto antecipado, a partir da 23ª (vigésima terceira) semana de gestação.

§ 2º No caso de natimorto ou aborto, será devida licença para tratar de saúde, mediante atestado médico.

§ 3º A licença para repouso à gestante será suspensão quando da ocorrência do falecimento da criança nos 60 (sessenta) dias anteriores ao seu término.

§ 4º A licença para tratamento de saúde será suspensão quando da concessão de licença para repouso à gestante.

§ 5º Nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do usufruto da licença, a gestante não poderá exercer atividade remunerada e a criança não poderá estar matriculada em creche ou organização similar, sob pena de perda do direito de usufruto do período restante e restituição da remuneração do período de ocorrência dos fatos aos cofres públicos, após devidamente comprovado em processo administrativo disciplinar.

Art. 13 À lactante é assegurado, sem qualquer prejuízo, o direito de ausentar-se do serviço por até 02 (duas) horas diárias ou da escala de trabalho para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o filho completar 06 (seis) meses de idade.

§ 1º Para carga horária inferior ao disposto no caput deste artigo aplicar-se-á a proporcionalidade.

§ 2º A concessão do benefício está condicionada à solicitação pela lactante, acompanhada da certidão de nascimento da criança.

§ 3º O horário de lactação ficará a critério da requerente, podendo ser desdobrado em frações quando a lactante estiver sujeita a dois turnos ou períodos de trabalho.

Art. 14 É assegurado ao servidor admitido em caráter temporário licença de 120 (cento e vinte) dias em caso de adoção de criança de até 01 (um) ano incompleto, ou quando obtiver judicialmente a sua adoção ou guarda para fins de adoção.

§ 1º Em caso de adoção por cônjuge ou companheiro, ambos servidores públicos, a licença de que trata o caput deste artigo será concedida da seguinte forma:

I - 120 (cento e vinte) dias ao servidor adotante que assim requerer; e

II - 05 (cinco) dias ao servidor, cônjuge ou companheiro adotante que assim requerer.

§ 2º O servidor deverá requerer a licença de que trata o caput deste artigo à autoridade competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da expedição, conforme o caso, do termo de adoção ou do termo de guarda para fins de adoção.

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º deste artigo deverá estar instruído com as provas necessárias à verificação dos requisitos para a concessão da licença.

§ 4º A não observância do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo implicará em indeferimento do pedido de licença.

Art. 15 É devido o salário-maternidade à segurada gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, consistindo numa renda mensal igual à última remuneração da segurada.

§ 1º À segurada que adotar ou obtiver a guarda judicial para adoção de criança de até 01 (um) ano de idade, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada para adaptação do adotado ao novo lar.

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 01 (um) e até 06 (seis) anos, a licença remunerada será de 30 (trinta) dias.

§ 3º Nos casos de guarda judicial de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo, a licença será acompanhada por Assistente Social.

Art. 16 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;
b) falecimento do cônjuge ou companheiro, dos pais, madrasta ou padrasto, dos filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

II - por 01 (um) dia em razão do falecimento de sogra(o), avó(ô), cunhado(a) e tio(a), comprovando-se através da apresentação do atestado de óbito, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

III - durante 01 (uma) hora por turno trabalhado, à servidora

lactante, até o 6º (sexto) mês de vida do filho.

IV - por 05 (cinco) dias, para a adoção ou consecução de guarda de criança de até 06 (seis) anos incompletos ao servidor do sexo masculino.

Art. 17 Ao servidor admitido em caráter temporário poderá ser concedida dispensa nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do servidor admitido em caráter temporário;

II - a qualquer tempo, quando a vaga excedente ou vinculada for ocupada por retorno de professor efetivo;

III - quando ocorrer extinção de escola ou alteração de matrícula proveniente da reenturmação que importe em diminuição do número de aulas em unidade escolar;

IV - a título de penalidade, resultante de processo disciplinar; e

V - por abandono ao serviço sem justificção, quando decorridos mais de 3 (três) dias consecutivos ou 5 (cinco) dias intercalados de ausência.

§ 1º A dispensa a pedido deverá ser apresentada pelo interessado à chefia imediata, com 5 (cinco) dias de antecedência para contrato com prazo de até 30 (trinta) dias, e 10 (dez) dias de antecedência para contrato com prazo superior.

§ 2º Caso a dispensa ocorra nos termos do inciso IV deste artigo, será resguardado ao servidor admitido em caráter temporário o direito à ampla defesa.

Art. 18 Quando o servidor admitido em caráter temporário desistir do contrato antes do 15º (décimo quinto) dia de sua contratação, sua portaria será tornada sem efeito, não fazendo jus a qualquer indenização pecuniária.

Art. 19 A Secretaria Municipal Educação providenciará o levantamento das vagas a serem oferecidas para admissão em caráter temporário, bem como a sua divulgação e publicação no site da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste – www.hervaldoeste.sc.gov.br, no prazo de 3 (três) dias antes da data estabelecida para a escolha de vagas.

Art. 20 O servidor admitido em caráter temporário deverá entregar toda documentação exigida para as suas funções no prazo de 03 (três dias), a contar da data da escolha, considerando-se somente os dias úteis.

Parágrafo único. O candidato que deixar de assumir as suas funções no prazo de que trata o caput perderá automaticamente o direito à vaga, ficando excluído automaticamente da listagem do processo seletivo.

Art. 21 O servidor admitido em caráter temporário não poderá se inscrever em novo processo seletivo para vaga temporária, pelo período de 3 (três) anos, quando dispensado com fundamento nos incisos IV e V do art. 17 desta Lei Complementar.

Art. 22 O servidor admitido em caráter temporário fica obrigado a avisar à chefia imediata sobre o não-comparecimento ao serviço, por doença ou força maior, no mesmo dia da ocorrência.

Art. 23 Subsidiariamente e no que couber, estendem-se ao servidor admitido em caráter temporário as disposições disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 24 As admissões em caráter temporário serão efetuadas mediante contrato de trabalho firmado pelo contratado na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Setor de Recursos Humanos, e convalidada por portaria do Prefeito, não podendo o prazo de vigência ser inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 25 O servidor admitido em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente aos níveis de

vencimento, e habilitações, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, especificados no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º A retribuição pecuniária mensal de que trata este artigo é proporcional à carga horária semanal de trabalho.

§ 2º Ao valor da retribuição pecuniária mensal deve ser acrescido o Adicional de Incentivo ao Magistério, auxílio-alimentação e salário-família, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º Ao término do Contrato o servidor contratado em caráter temporário fará jus a gratificação natalina e férias proporcionais.

Art. 26 O Chefe do Poder Executivo expedirá as normas complementares necessárias à plena execução da presente Lei Complementar.

Art. 27 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Geral do Município

Art. 28 Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012, exceto para o art. 8º desta Lei Complementar que tem efeito imediato.

Herval d'Oeste, 19 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Tabela RELATIVA À área de ensino, A habilitações e ao vencimento PARA SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

ÁREA DE ENSINO	HABILITAÇÃO	Vencimento Referência 40hs
Área I	Portador de diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais.	1.529,79
	Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de Diploma.	1.263,73
	Não habilitado. Frequentando a partir da 5ª fase de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais.	997,70
Área II	Portador de diploma de curso superior de licenciatura plena, na disciplina específica.	1.529,79
	Não habilitado. Frequentando a partir da 5ª fase curso superior de licenciatura plena, na área específica.	997,70
Área III	Portador de diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	1.529,79
	Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de Diploma.	1.263,73
	Não habilitado. Frequentando a partir da 5ª fase curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	997,70

Área I Área II Área III	Supervisor Escolar	Portador de diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar.	1.529,79
-------------------------------	-----------------------	---	----------

Lei Nº 2.903/2011

LEI Nº. 2.903/2011.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE CELEBRAR PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A FUNDAÇÃO POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) autorizada a celebrar o PROTOCOLO DE INTENÇÕES com a FUNDAÇÃO POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE, considerando a necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável por meio da inovação, da consolidação de novas tecnologias nas organizações, e da geração de empreendimentos inovadores.

Art. 2º. O presente Protocolo tem por objetivo o estabelecimento de compromissos a serem assumidos pela Prefeitura e pela Fundação Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe, visando à implantação do plano de desenvolvimento do Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe, com fulcro nos seguintes objetivos:

- Disseminar a cultura empreendedora, da liderança e da inovação nas pessoas e organizações.
- Contribuir para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores.
- Incentivar e orientar a implementação da inovação em empresas estabelecidas.
- Propiciar um ambiente favorável para a atração e fixação de empresas na região.
- Promover a articulação entre os atores, parceiros e organizações para a integração de ações de desenvolvimento do Polo.

Art. 3º. As atividades serão desenvolvidas de comum acordo entre as partes, para a consecução do objeto do Acordo, devendo a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) repassar à Fundação Polo de Inovação Vale do Rio do Peixe o valor mensal de R\$ 900,00 (Novecentos reais), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de janeiro de 2012.

Art. 4º. O presente Protocolo de Intenções terá vigência de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, podendo suas disposições ser alteradas, a qualquer tempo, por mútua concordância das partes convenientes, bem como ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso escrito com 60 (sessenta) dias de antecedência, ou unilateralmente por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente dos exercícios de 2012 e 2013.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 2.904/2011.

LEI Nº 2.904/2011.

"RECONHECE E APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº 16.917/2011-0 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE".

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Termo de Convênio nº 16.917/2011-0 celebrado entre ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA, doravante denominada CONCEDENTE, e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, doravante denominado CONVENENTE.

Art. 2º. O presente Convênio nº 16.917/2011-0 tem como objetivo a cooperação financeira para a implantação e revitalização de passeios públicos e obras complementares no município, conforme plano de trabalho e projeto de engenharia anexos ao processo.

Art. 3º. Para a execução do presente Convênio o ESTADO DE SANTA CATARINA - CONCEDENTE transferirá ao MUNICÍPIO - CONVENENTE, a importância de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), sendo: uma parcela de R\$ 152.571,99 (Cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos) a ser empenhada e repassada no exercício de 2011 e R\$ 547.428,01 (Quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte e oito reais e um centavo) a ser repassado no exercício de 2012. Parágrafo único. O MUNICÍPIO - CONVENENTE aplicará a título de contrapartida o valor de R\$ 268.729,63 (Duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos).

Art. 4º. O presente Convênio terá vigência até 30 de dezembro de 2012, contados a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

Art. 5º. As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes para o exercício de 2011 e 2012.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 2.905/2011.

LEI Nº 2.905/2011.

"RECONHECE E APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº 14.967/2011-5 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE".

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo

Municipal o Termo de Convênio nº 14.967/2011-5 celebrado entre ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA, doravante denominada CONCEDENTE, e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, doravante denominado CONVENENTE.

Art. 2º. O presente Convênio nº 14.967/2011-5 tem como objetivo a transferência de recursos para a recuperação das estradas rurais e vias urbanas do município.

Art. 3º. Para a execução do presente Convênio o ESTADO DE SANTA CATARINA - CONCEDENTE transferirá ao MUNICÍPIO - CONVENENTE, a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Parágrafo único. O MUNICÍPIO - CONVENENTE aplicará a título de contrapartida o valor de R\$ 33.334,00 (Trinta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Art. 4º. As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes para o exercício de 2011 e 2012.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 2.906/2011.

LEI Nº 2.906/2011.

"RECONHECE E APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº 15.068/2011-1 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE".

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Termo de Convênio nº 15.068/2011-1 celebrado entre ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA, doravante denominada CONCEDENTE, e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, doravante denominado CONVENENTE.

Art. 2º. O presente Convênio nº 15.068/2011-1 tem como objetivo a transferência de recursos para Implementar Programa de telefonia rural no Município.

Art. 3º. Para a execução do presente Convênio o ESTADO DE SANTA CATARINA - CONCEDENTE transferirá ao MUNICÍPIO - CONVENENTE, a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Parágrafo único. O MUNICÍPIO - CONVENENTE aplicará a título de contrapartida o valor de R\$ 33.334,00 (Trinta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Art. 4º. O presente Convênio terá vigência até 10 de novembro de 2012, contados a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

Art. 5º. As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes para o exercício de 2011 e 2012.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 2.907/2011.

LEI Nº 2.907/2011.

"AUTORIZA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE - IPREVI A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO E PROCEDER A DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste - IPREVI autorizado a dar baixa no patrimônio, os equipamentos inservíveis para o Instituto, abaixo especificados:

I - 02 (dois) Micro Computadores Intel Pentium IV 3.00 GHZ, Placas Mãe ASUS, placas de vídeo GForce 128 MB, Memórias 1 GB DDR, HD 80 GB, Gravadoras de CD, FD 1.44 MB, Rede 10/100, Teclados, Mouses Ópticos, Caixas de Som, Gabinetes Torres 4 Baías, Windows XP; cadastrados sob os nºs 07267 e 07281;

II - 02 (dois) Monitores 17" Planos, marca AOC, cadastrados sob os nºs 07268 e 07280.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, os equipamentos descritos no caput do artigo 1º desta Lei, devendo estes bens serem incorporados no Patrimônio Público Municipal e serem utilizados na sede administrativa da Prefeitura de Herval d'Oeste (SC) pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 2.908/2011.

LEI Nº 2.908/2011.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Guindani, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município, que a Câmara de Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa à presente Lei (Anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais feito pela empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda, da Cidade de Xanxerê (SC).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL
RELATÓRIO DE BENS INSERVÍVEIS

BENS INSERVÍVEIS POR UNIDADE RESPONSÁVEL

UNIDADE: E.R.M. PROF. ALCINO FERNANDES

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	MICROCOMPUTADOR
01	MONITOR

UNIDADE: E.B.M. ESTAÇÃO LUZERNA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
05	CARTEIRA ESCOLAR
02	CADEIRA ESCOLAR
01	CADEIRA PRE ESCOLAR
01	FOGAO INDUSTRIAL
01	MICROCOMPUTADOR

UNIDADE: GRUPO ESC. MUN. N. S. DE FATIMA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
02	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL
05	MONITOR
01	AQUECEDOR DE AR
01	MESA P/ESCRITORIO
01	MAQUINA DE ESCREVER
02	MICROCOMPUTADOR
02	NOBREAK

UNIDADE: CMEI VALDETE SOUZA NODARI

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	BATEDEIRA

UNIDADE: GRUPO ESC. MUN. PROF. ADOLFO BECKER

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	QUADRO NEGRO
01	LIQUIDIFICADOR
01	CILINDRO ELETRICO
01	BATEDEIRA INDUSTRIAL
01	ARMARIO
02	VIDEO CASSETTE
01	CAIXA DE SOM
07	MONITOR
02	RECEPTOR DE PARABOLICA
01	APARELHO DE DVD
02	SCANNER

UNIDADE: E.B.M. CRUZ E SOUZA

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
07	ESTABILIZADOR
01	RECEPTOR DE PARABOLICA
01	VIDEO CASSETTE

01	ENCERADEIRA
01	FOTOCOPIADORA
02	TELEVISOR
12	MONITOR
16	MICROCOMPUTADOR
15	NOBREAK
05	CADEIRA ESCOLAR
03	CARTEIRA ESCOLAR
02	LAVA JATO
UNIDADE: CMEI TIO ZEZINHO	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	LIQUIDIFICADOR
01	MONITOR
01	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL
01	APARELHO DE DVD
04	VENTILADOR DE TETO
01	CARRINHO DE BEBE
UNIDADE: DPTO. MUN. DE CULTURA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	IMPRESSORA
UNIDADE: BIBLIOTECA PUB. MUNICIPAL	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	FOGAO
UNIDADE: CMEI CRIANÇA FELIZ	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	LAVA JATO
UNIDADE: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	MICROCOMPUTADOR
01	CADEIRA GIRATORIA
01	NOBREAK MARCA FORCE LINE - Nº 6904
01	NOBREAK MARCA SAVE - Nº 6906
UNIDADE: CHEFE DE GABINETE	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	MICROCOMPUTADOR
01	MONITOR
UNIDADE: PLANEJAMENTO	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	IMPRESSORA
UNIDADE: CONTABILIDADE	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
02	MICROCOMPUTADOR
01	MAQUINA DE ESCREVER
UNIDADE: SEC. ADMINISTRAÇÃO	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
02	IMPRESSORA
07	MONITOR
03	MICROCOMPUTADOR
UNIDADE: E.S.F. N. S. DE FATIMA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO

01	ELETROCARDIOGRAMA
UNIDADE: E.S.F. VILA RICA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	BEBEDOURO
UNIDADE: SEC. MUNICIPAL DE SAUDE	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
04	FOCO AUXILIAR
05	VENTILADOR
02	AQUECEDOR DE AR
06	MONITOR
01	ENCERADEIRA
06	IMPRESSORA
02	CADEIRA GIRATORIA
01	VIDEO CASSETE
04	ESTABILIZADOR
01	ARMARIO
02	ARQUIVO
03	MICROCOMPUTADOR
04	NOBREAK
01	ESTUFA
01	AMPLIFICADOR DE SOM
01	AQUECEDOR DE AR
01	AMALGAMADOR
01	MAQUINA DE ESCREVER
01	AR CONDICIONADO
UNIDADE: CAPS	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	MICROCOMPUTADOR
01	MONITOR
UNIDADE: GINASIO DE ESPORTES DESATIVADO	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	SOVADEIRA ELETTRICA
02	VENTILADOR DE TETO
01	MESA P/ESCRITORIO
11	CARTEIRA ESCOLAR
01	FOGAO A GAS
01	LAVADORA DE ROUPAS
01	ENCERADEIRA
06	CADEIRA ESCOLAR
10	CADEIRA PRE ESCOLAR
03	QUADRO NEGRO
07	MESA PRE ESCOLAR
13	CARTEIRA PRE ESCOLAR
01	FORNO MICROONDAS
01	CIRCULADOR DE AR
UNIDADE: CONSELHO TUTELAR	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	IMPRESSORA
01	BALCAO PIA
01	ARMARIO
01	MESA P/ESCRITORIO
01	BALCAO
01	VENTILADOR
UNIDADE: CRAS	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	BEBEDOURO

04	MONITOR
05	MICROCOMPUTADOR
02	ESTABILIZADOR
UNIDADE: SEC. MUN. DE AGRICULTURA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
02	DISTRIBUIDOR DE ADUBO
01	PLANTADEIRA
01	ENCILADEIRA
01	MONITOR
UNIDADE: SALA DA CULTURA JUNTO AO ESPORTE	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	MICROCOMPUTADOR
01	NOBREAK
UNIDADE: DEPARTAMENTO DE PESSOAL	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	CALCULADORA OLIVETTI LOGOS 49 - Nº 7177
01	MONITOR 14" MARCA PORVIEW- Nº 7174

BENS INSERVÍVEIS, LEVANTAMENTO PATRIMONIAL 2011.

Lei Nº 2.909/2011.

LEI Nº 2.909/2011.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º DA LEI Nº 2.314/2005, QUE CRIA O CONSELHO DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº 2.314/2005, que Cria o Conselho de Controle Social do Programa Bolsa Família de Herval d'Oeste (SC), passa a vigorar com a seguinte redação:

()

Art. 3º. O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA será composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, respeitada a composição paritária entre Poder Público e sociedade civil, a seguir discriminados:

- I - 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;
- II - 01(um) representante da Secretaria de Saúde;
- III - 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- IV -01 (um) representante da Procuradoria Municipal;
- V - 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Coordenação;
- VI - 01(um) representante da Secretaria de Administração e Finanças;
- VII - 01(um) representante da União das Associações de Moradores;
- VIII - 01(um) representante do Conselho Tutelar;
- IX - 01(um) representante das APP's das Escolas Municipais;

X - 01(um) representante das APP's das Escolas Estaduais;
 XI - 01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 XII - 01(um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Herval d'Oeste.

()

Art. 2o. Os demais artigos, parágrafos e incisos da Lei nº. 2.314/2005 permanecem inalterados.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
 NELSON GUINDANI
 Prefeito

Lei Nº 2.910/2011.

LEI Nº 2.910/2011.

"RECONHECE E APROVA CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. E A PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal:

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI,

Art. 1º. Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o Convênio de Cooperação celebrado pela CELESC Distribuição S.A. e a Prefeitura de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. O presente Convênio de Cooperação celebrado entre a CELESC Distribuição S.A. e a Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), tem por objeto a Cooperação Institucional, por meio da cessão gratuita de espaço físico nas dependências da Prefeitura Municipal, visando ao Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC Distribuição S.A..

Art. 3º. A CELESC Distribuição S.A. realizará o atendimento com empregados de seu quadro funcional nas datas e horários previamente fixados e acordados entre as partes, em cumprimento ao disposto no capítulo XV da Resolução n. 414/2010/ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Art. 4º. A CELESC Distribuição S.A. providenciará a instalação do mobiliário, equipamentos e link de comunicação de voz e dados, sem custos a Prefeitura de Herval d'Oeste.

Art. 5º. O Município arcará com as despesas mensais de água, energia elétrica, limpeza, conservação e demais taxas e impostos incidentes sobre o imóvel.

Art. 6º. O Convênio terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 57, cumulado com o artigo 116.

Art. 7º. As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente do município e exercícios financeiros seguintes.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste(SC), 19 de dezembro de 2011.
 NELSON GUINDANI
 Prefeito

Lei Nº 2.911/2011.

LEI Nº. 2.911/2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, BEM COMO REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas, Conselheiros Tutelares e ao auxílio pecuniário educacional, bem como ao Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nº 2.766/2009, no percentual de 6,97% (seis ponto noventa e sete por cento), de acordo com o período acumulado de 12 meses (janeiro/2011 a dezembro 2011) do IPCA - INDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a conceder Reajuste a remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e cargos de confiança, no percentual de 7,29% (sete ponto vinte e nove por cento) sendo que este índice deverá ser aplicado sobre os vencimentos a partir de janeiro de 2012.

Parágrafo Único: A revisão geral a ser concedida consiste apenas na reposição do poder aquisitivo da moeda em decorrência das perdas inflacionárias.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2012.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei Nº 2.912/2011.

LEI Nº. 2912/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS VEREADORES E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, BEM COMO REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas lotados na Câmara Municipal de Vereadores, bem como aos Vereadores da

Câmara Municipal de Vereadores com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nº 2.766/2009, no percentual de 6,97% (seis ponto noventa e sete por cento), de acordo com o período acumulado de 12 meses (janeiro/2011 a dezembro 2011) do IPCA - INDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a conceder Reajuste a remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e cargos de confiança lotados na Câmara Municipal de Vereadores, no percentual de 7,29% (sete ponto vinte e nove por cento) sendo que este índice deverá ser aplicado sobre os vencimentos a partir de janeiro de 2012.

Parágrafo Único - A revisão geral a ser concedida consiste apenas na reposição do poder aquisitivo da moeda em decorrência das perdas inflacionárias.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2012.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 1169/2011

PORTARIA Nº 1169/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar o Servidor ADAO CEZAR DE OLIVEIRA (Matr. 3359), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor De Cultura, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 19 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste - (SC), em 19 de Dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1170/2011

PORTARIA Nº 1170/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ELISETTE MARISA PERUZZO (Matr. 1277), nascida aos 14/03/1969, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional,

Nível/Referência - 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/D, anexo XI, a partir de 20 de dezembro de 2011, de conformidade com os artigos 22 a 29 da Lei Complementar Nº 286 de 27 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1171/2011

PORTARIA Nº 1171/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 20 de dezembro de 2011, da Servidora IONE MARIA BELOTTO CORREA (Matr. 3229), ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - PSF, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Instrução Normativa CCI Nº 02/2011

Instrução Normativa CCI nº 02/2011

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna do Sistema de Controle Interno do Município de Herval d'Oeste para o exercício de 2012.

Considerando o cumprimento ao disposto no artigo 61, incisos I e II da Lei Complementar nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina);
Considerando as atribuições que lhe confere o artigo 16, § 3º da Lei Complementar nº 0281/2011, de 17 de agosto de 2011;
Considerando o Decreto nº 2982/2011, que regulamenta a Lei Complementar nº 00280/2011, a Controladoria Municipal resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna do município de Herval d'Oeste que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Parágrafo Único - A auditoria interna será executada pelo responsável pelo Controle Interno e servidores requisitados de outros órgãos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 2º – O Plano Anual de Auditoria Interna, em 2012, será realizado nos períodos de 16 a 20 de abril e de 10 a 14 de setembro de 2012, de acordo com a programação constante do anexo I desta instrução normativa.

Art. 3º - Neste plano devem constar os órgãos ou setores que serão auditados, a finalidade, o tipo de auditoria, o período estimado, a quantidade de auditores e as demais informações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - O Plano Anual de Auditoria poderá sofrer alterações, por conveniência administrativa, previamente discutida com a Coordenadoria de Controle Interno.

Art. 5º - A Auditoria Interna poderá utilizar-se da técnica de amostragem ou por análise integral do objeto auditado.

Art. 6º – A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 19 de dezembro de 2011.
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ
Coordenador de Controle Interno

JANAINA FERRANDIN
Assessora Jurídica – OAB nº 22.793

De acordo, homologo em: 19 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito

ANEXO I PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Unidade	Procedimentos	Período de realização	Equipe
Secretaria de Educação Transporte Escolar	O que e como será realizado o trabalho, documentos que serão examinados. 1. Inspeção veicular 2. Inspeção da documentação dos veículos 3. Inspeção da documentação dos condutores.	De 16 a 20/04/2012.	Controladoria/Servidores

Secretaria de Saúde Controle de Medicamentos	O que e como será realizado o trabalho, documentos que serão examinados. 1. Verificação das solicitações de compras; 2. Inspeção das notas fiscais; 3. Inspeção das liquidações das compras; 4. Inspeção do armazenamento dos medicamentos; 5. Inspeção do controle de estoque.	De 10 a 14/09/2012.	Controladoria/Servidores
---	--	---------------------	--------------------------

ANEXO II

PROGRAMA DE AUDITORIA Nº 01/2012
Identificação

Órgão/Entidade	Secretaria de Educação – Transporte Escolar
Auditor	Paulo César Dolejal Berté

Caracterização

Tipo de Auditoria						
1 – Auditoria Ordinária		de Gestão			2 - Auditoria Especial	
		de Programas				
		Operacional	X			
		Contábil				
		de Sistemas				
Objetivo da Auditoria		Verificação do cumprimento das normas e legislações pertinentes.				
Período de Exame		Exercício de 2.012				
Documentos Fontes						
	Relatórios do Sistema de Compras e Licitações.					
Legislação						
	Lei nº 8.666/93, Código Brasileiro de Trânsito e alterações posteriores e demais legislações pertinentes à matéria.					
Procedimentos de Auditoria						
	Verificação dos roteiros/itinerários e quilometragens;					
	Verificação dos documentos dos veículos utilizados no transporte escolar;					
	Verificação da documentação junto ao DETER dos veículos de transporte de passageiros;					
	Verificação da documentação junto ao DETRAN dos veículos de transporte escolar.					
	Verificação dos passageiros transportados.					
Cronograma						
	Início	16/04/2012				

Fim	20/04/2012	Herval d'Oeste, 19 de dezembro de 2011.
De acordo.		De acordo.
Nelson Guindani		Paulo César Dolejal Berté
Prefeito		Coordenador de Controle Interno

ANEXO II

PROGRAMA DE AUDITORIA Nº 02/2012
Identificação

Órgão/Entidade	Secretaria de Saúde – Controle de Medicamentos
Auditor	Paulo César Dolejal Berté

Caracterização

Tipo de Auditoria					
1 – Auditoria Ordinária		de Gestão			2 - Auditoria Especial
		de Programas			
		Operacional	X		
		Contábil			
		de Sistemas			
Objetivo da Auditoria		Verificação do cumprimento das normas e legislações pertinentes.			
Período de Exame		Exercício de 2012.			
Documentos Fontes					
	Processos Licitatórios, Ordens de Compras, Notas Fiscais, Relatórios de Estoque, Documentos de Entradas e Saídas				
Legislação					
	Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes à matéria.				
Procedimentos de Auditoria					
	Verificação dos itens cadastrados;				
	Conferência da localização dos produtos;				
	Identificação dos responsáveis;				
	Verificação do controle de estoque, entradas, saídas e saldo em estoque.				
	Verificação do recebimento dos produtos, atestação e liquidação da despesa.				
Cronograma					
	Início	10/09/2012			
	Fim	14/09/2012		Herval d'Oeste, 19 de dezembro de 2011.	

De acordo.		De acordo.
Nelson Guindani		Paulo César Dolejal Berté

Prefeito		Coordenador de Controle Interno
----------	--	---------------------------------

ANEXO III RELATÓRIO DE AUDITORIA

Processo:	
Órgão Auditado:	
Síntese do Objetivo:	
Período analisado:	
Identificação das pessoas envolvidas no objeto da auditoria	
Ordenadores de Despesas, à época (se for o caso):	

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº xxxx/2012

1 - INTRODUÇÃO

2 - OBJETIVO

3 - RESULTADOS DOS EXAMES ESPECÍFICOS

3.1 –

3.1.1 -

4 - CONCLUSÃO

Este é o Relatório.

Herval d'Oeste (SC), dd de mm de 2012.

PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ
Coordenador de Controle Interno

1 - INTRODUÇÃO

2 - OBJETIVO

3 - RESULTADOS DOS EXAMES ESPECÍFICOS

4 – CONCLUSÃO

Parecer sem ressalva

Parecer com ressalvas

Parecer de irregularidade

Parecer com abstenção de opinião

Este é o Relatório.

Herval d'Oeste (SC), dd de mm de 2012.

PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ
Coordenador de Controle Interno

ANEXO VI

MATRIZ DE PLANEJAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	MATRIZ DE PLANEJAMENTO
---	------------------------

Objetivo Geral da Auditoria:

Área de Interesse da Auditoria:

Problema de Auditoria:

Questão de Auditoria	Informações Requeridas	Fonte das Informações	Técnicas de Coleta de Informações	Limitações	O que a análise vai permitir dizer

ANEXO V

MATRIZ DE PROCEDIMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MATRIZ DE PROCEDIMENTOS

Questão de Auditoria	Procedimentos	Detalhamento do Procedimento	Técnicas	Membro Responsável	Período	Achados

CÂMARA MUNICIPAL**Lei Nº 2902/2011**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
L E I Nº 2902/2011

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e conforme dispõe o § 6º do Art. 36º da Lei Orgânica de Herval d'Oeste, promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o "Programa Salva Vidas" com a finalidade de orientação aos banhistas que se utilizam dos rios e lagos existentes no Município de Herval d'Oeste.

Parágrafo Único - Na execução deste programa, o Município deverá contar com a colaboração do Corpo de Bombeiros e será realizado entre os dias 01 de setembro a 30 de março e se estender caso a Prefeitura julgue necessário.

Art. 2º O Município, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, deverá promover nas escolas do município bem como ao público em geral, palestras de conscientização, orientação e prevenção dos riscos de afogamentos nos rios e lagoas do município.

Art. 4º O Município poderá firmar convênio com os meios de comunicação, objetivando realizar campanha de divulgação do "Programa Salva Vidas".

Art. 5º O Município deverá colocar placas de advertência e indicativas nas margens dos rios e lagos existentes no município.

Parágrafo Único - Nas placas deverão as seguintes informações:

- I - qualidade e condições da água para o banho;
- II - histórico das peculiaridades de cada um dos rios ou lagoas;
- III - condições para pesca;
- IV - profundidade do local e riscos de afogamento; e
- V - menores de 18 anos deverão estar acompanhados dos pais ou de responsável legal.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei, promoverá as medidas necessárias para o funcionamento do programa.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução ocorrerão por conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, em 19 de dezembro de 2011.

MAURO SERGIO MARTINI
Presidente Câmara Municipal de Vereadores
Herval d'Oeste - SC

Decreto Legislativo Nº CM 040/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 040/2011
"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO FESTEJOS DE NATAL E FINAL DO ANO DE 2011"

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), do dia 26 (vinte e seis) ao dia 30 (trinta) de dezembro de 2011, no período integral, por ocasião dos festejos de Natal e Final de Ano de 2011.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 054/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 054/2011

"Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Temporária para emissão de parecer a EMENDA Nº 006/2011 À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC) e dá outras providências"

MAURO SERGIO MARTINI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA para emissão de parecer À EMENDA Nº 006/2011 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC).

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Temporária, os seguintes vereadores:

- a) JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - Presidente
- b) JUNIOR ADELAR ARENHART- Vice Presidente
- c) JONER MIGUELÃO - Relator

Art.3º A referida comissão deverá emitir parecer fundamentado dentro dos prazos determinados no Regimento Interno desta Casa.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 19 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 063/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 063/2011

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

MAURO SERGIO MARTINI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado a partir de 30 de dezembro de 2011, o servidor público municipal: JEAN CARLOS SIMIANCO, portador da CI nº 11/R- 3.154.512 - SSP-SC, CPF 026.562.429-08 e Inscrição junto a OAB/SC sob nº 20.001, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 064/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 064/2011

"Exonera Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

MAURO SERGIO MARTINI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a partir de 30 de dezembro de 2011, a servidora pública municipal: JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R - 1.515.438 - SSP-SC, CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 065/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 065/2011

"Concede férias à Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, à servidora ANGELA MICHELON DA SILVA, CPF 824.988.309-87 ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica Administrativa, Nível - 6, Referência "B", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, no período de 02 (dois) de janeiro de 2012 a 31 (Trinta e Um) de janeiro de 2012, referente ao período aquisitivo de 1º (primeiro) de junho de 2010 a 31 (trinta e um) de maio de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 066/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 066/2011

"Concede férias à Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, à servidora VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível - 1, Referência "B", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, no período de 02 (dois) de janeiro de 2012 a 31 (Trinta e Um) de janeiro de 2012, referente ao período aquisitivo de 1º (primeiro) de junho de 2010 a 31 (trinta e um) de maio de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Resolução Nº CM 067/2011

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 067/2011

"Concede férias à Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

MAURO SERGIO MARTINI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Regulamentares, ao servidor PAULO FERRANDIN, CPF nº. 596.399.469-15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Legislativo, Nível - 8, Referência "E", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal no período de 02 (dois) de janeiro de 2012 a 31 (Trinta e Um) de janeiro de 2012, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de Outubro de 2010 a 30 (Trinta) de Setembro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 20 de dezembro de 2011.
MAURO SERGIO MARTINI
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 4.012.2011

Lei Complementar nº 4.012, de 21 de dezembro de 2011.

Cria vagas de emprego público no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar,

Art. 1º Ficam criadas no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal, vagas para emprego público, descritas abaixo, que passam a integrar aos Anexos correspondentes da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991:

- I - 13(treze) vagas de Auxiliar de Serviços;
- II - 07(sete) vagas de Motorista;
- III - 06(seis) vagas de Agente Administrativo;
- IV - 02(duas) vagas de Pedreiro;
- V - 02(duas) vagas de Analista de Informática;
- VI - 02(duas) vagas de Assistente Social;
- VII - 01(uma) vaga de Técnico em Edificações; e
- VIII - 01(uma) vaga de Técnico em Eletrotécnica.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.013.2011

Lei nº 4.013, de 21 de dezembro de 2011.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficiária Ebenzezer de Imbituba - ABEI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Beneficiária Ebenzezer de Imbituba - ABEI, inscrita no CNPJ sob o nº 79.680.336/0001-00, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 09 da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.014.2011

Lei nº 4.014, de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Habitação de Imbituba, Fundo Municipal de Meio Ambiente de Imbituba e Fundo Municipal de Prevenção de Drogas de Imbituba, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.679.022,59 (um milhão seiscentos e setenta e nove mil e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
GABINETE DO PREFEITO
Manutenção do Gabinete do Prefeito
04.122.0002-2.002
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA
Apoio Administrativo da SEAGP
04.122.0003-2.003
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0008) Aplicações Diretas100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Manutenção da Secretaria da Fazenda
04.123.0004-2.004
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0013) Aplicações Diretas50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Manutenção da Educação Infantil
12.365.0009-2.008
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0037) Aplicações Diretas155.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Manutenção da Procuradoria Geral
02.062.0005-2.039
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0132) Aplicações Diretas70.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Manutenção da SEINFRA
04.122.0007-2.017
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0089) Aplicações Diretas267.522,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
Manutenção da Secretaria de Agricultura
20.122.0006-2.021
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0098) Aplicações Diretas32.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL
Manutenção da SEDURB
15.122.0007-2.031
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0125) Aplicações Diretas60.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR NORTE
Manutenção da SDR/NORTE
04.122.0007-2.041

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0138) Aplicações Diretas 56.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
 Manutenção do Fundo de Assistência Social
 08.411.0013-2.078
 3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0010) Aplicações Diretas 145.500,00
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA
 Manutenção da Atenção Básica
 10.301.0014-2.121
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0030) Aplicações Diretas 720.000,00
 TOTAL 1.679.022,59

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA
 Apoio Administrativo SEAGP
 04.122.0003-2.003
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0010) Aplicações Diretas 35.000,00
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 Manutenção do Ensino Fundamental
 12.361.0009-2.006
 3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0028) Aplicações Diretas 69.000,00
 Manutenção do Departamento de Esportes
 27.122.0010-2.088
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0062) Aplicações Diretas 48.000,00
 Reequipamento da Biblioteca Municipal
 13.392.0011-2.094
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0071) Aplicações Diretas 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) Aplicações Diretas 5.000,00
 Cultura Itinerante
 13.392.0011-2.095
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0073) Aplicações Diretas 17.995,99
 Manutenção do Departamento de Cultura
 13.122.0011-2.097
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0075) Aplicações Diretas 5.000,00
 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 Construção do Centro de Multiuso
 27.813.0007-1.011
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0080) Aplicações Diretas 160.000,00

Humanização de Praças e Vias Públicas
 23.695.0007-1.014
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0082) Aplicações Diretas 38.463,00
 Sinalização para o Trânsito Turístico
 23.695.0007-1.014
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0083) Aplicações Diretas 12.000,00
 Sinalização para o Trânsito Turístico
 23.695.0007-1.014
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0084) Aplicações Diretas 80.000,00
 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
 Construção do Mercado Público
 20.601.0006-1.016
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0095) Aplicações Diretas 100.000,00
 Horto Florestal
 20.601.0006-2.019
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0096) Aplicações Diretas 10.000,00
 Manutenção da Secretaria de Agricultura
 20.122.0006-2.021
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0100) Aplicações Diretas 3.000,00
 Correção de Solo para Agricultura
 20.601.0006-2.022
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0101) Aplicações Diretas 3.000,00
 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO
 Construção do Santuário de Santa Paulina
 23.695.0008-1.017

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0106) Aplicações Diretas 100.000,00
 Condomínio Industrial
 22.661.0008-1.018
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0108) Aplicações Diretas 62.763,60
 Construção de Pórticos
 23.695.0008-1.019
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0109) Aplicações Diretas 40.000,00
 Calendário Anual de Eventos
 23.695.0008-2.024
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0114) Aplicações Diretas 127.700,00
 Campeonatos Esportivos
 23.695.0008-2.025
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas 50.000,00
 Manutenção da SEDTUR
 23.122.0008-2.026
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0116) Aplicações Diretas 9.000,00
 Manutenção da SEDTUR
 23.122.0008-2.026
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas 35.000,00
 Promoção e Divulgação de Imbituba
 23.695.0008-2.027
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0119) Aplicações Diretas 15.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL
 Cadastramento Imobiliário Georreferenciado
 15.452.0007-2.028
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0121) Aplicações Diretas 120.000,00
 Modernização de Gestão Urbana e Ambiental
 15.451.0007-2.030
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0124) Aplicações Diretas 50.000,00
 Lazer, Direito de Todos
 27.813.0007-2.033
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0128) Aplicações Diretas 30.000,00
 CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO
 Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento
 04.124.0003-2.040
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0135) Aplicações Diretas 20.000,00
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR NORTE
 Manutenção da SDR/NORTE
 04.122.0007-2.041
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0139) Aplicações Diretas 45.000,00
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR SUL
 Manutenção da SDR/ SUL
 04.122.0007-2.042
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0144) Aplicações Diretas 85.000,00
 Manutenção da SDR/ SUL
 04.122.0007-2.042
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0146) Aplicações Diretas 7.000,00
 Manutenção das Estradas - SDR/SUL
 15.451.0007-2.108
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0147) Aplicações Diretas 120.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
 Manutenção do C.R.A.S.
 08.244.0013-2.067
 3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 70.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA
 Viver Bem
 16.482.0020-2.043
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 8.600,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 30.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA
 Consciência Verde
 18.542.0007-2.032
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00
 Calendário Atividades Educação Ambiental
 18.541.0007-2.036
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 20.000,00

Manutenção do Fundo Meio Ambiente
18.542.0018-2.049

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas 1.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA
Manutenção do FUNPRED

08.243.0019-2.048

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 14.000,00

TOTAL 1.679.022,59

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.015.2011

Lei nº 4.015, de 21 de dezembro de 2011.

Altera a redação do Art. 2º da Lei nº 3.739, de 10 de agosto de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 3.739, de 10 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação - SEDESTH, via Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS a Casa Lar Irmã Carmen a importância de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), para subsidiar o custeio dos três meses restantes que completará os doze meses do ano, totalizando um montante de R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil seiscentos reais) ano, divididos em 12 parcelas no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) mensais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.016.2011

Lei nº 4.016, de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.032,70 (dezesete mil e trinta e dois reais e setenta centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa: 13 - Gestão e Controle Social
Projeto (Ação): 2.109 - Família Acolhedora

Funcional programática: 08.243.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018) Aplicações Diretas 17.032,70

Total 17.032,70

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa: 13 - Gestão e Controle Social
Projeto (Ação): 2.067 - Manutenção do C.R.A.S.

Funcional programática: 08.244.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 17.032,70

Total 17.032,70

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.017.2011

Lei nº 4.017, de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Especial no valor de R\$ 53.866,61 (cinquenta e três mil e oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), para novo item orçamentário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Manutenção da Educação Infantil
12.361.0009-1.006
4.4.90.00.00.00.00.00.00080 Aplicações Diretas 53.866,61

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 162.2011

DECRETO PMI Nº 162, de 16 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

GABINETE DO PREFEITO

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Manutenção das Atividades do FUNREBOM

06.182.0012-2.086

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas34.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Convênio Polícia Civil

06.182.0017-2.046

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0005) Aplicações Diretas25.000,00

Convênio Rádio Patrulha

06.181.0017-2.047

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0007) Aplicações Diretas8.000,00

TOTAL 167.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 163.2011

DECRETO PMI Nº 163, de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de

Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Habitação de Imbituba, Fundo Municipal de Meio Ambiente de Imbituba e Fundo Municipal de Prevenção de Drogas de Imbituba, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, nos termos da Lei nº 4.014, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.679.022,59 (um milhão seiscentos e setenta e nove mil e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

GABINETE DO PREFEITO

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas23.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0008) Aplicações Diretas100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0013) Aplicações Diretas50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Manutenção da Educação Infantil

12.365.0009-2.008

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0037) Aplicações Diretas155.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Manutenção da Procuradoria Geral

02.062.0005-2.039

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0132) Aplicações Diretas70.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Manutenção da SEINFRA

04.122.0007-2.017

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0089) Aplicações Diretas267.522,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Manutenção da Secretaria de Agricultura

20.122.0006-2.021

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0098) Aplicações Diretas32.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0125) Aplicações Diretas60.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR NORTE

Manutenção da SDR/NORTE

04.122.0007-2.041

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0138) Aplicações Diretas56.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do Fundo de Assistência Social

08.411.0013-2.078

3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0010) Aplicações Diretas145.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0030) Aplicações Diretas720.000,00
TOTAL 1.679.022,59

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo SEAGP

04.122.0003-2.003

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0010) Aplicações Diretas35.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Manutenção do Ensino Fundamental

12.361.0009-2.006

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 (0028) Aplicações Diretas69.000,00

Manutenção do Departamento de Esportes

27.122.0010-2.088

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0062) Aplicações Diretas48.000,00

Reequipamento da Biblioteca Municipal

13.392.0011-2.094

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0071) Aplicações Diretas10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) Aplicações Diretas5.000,00

Cultura Itinerante

13.392.0011-2.095

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0073) Aplicações Diretas17.995,99

Manutenção do Departamento de Cultura

13.122.0011-2.097

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0075) Aplicações Diretas5.000,00

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Construção do Centro de Multiuso

27.813.0007-1.011

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0080) Aplicações Diretas160.000,00

Humanização de Praças e Vias Públicas

23.695.0007-1.014

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0082) Aplicações Diretas38.463,00

Sinalização para o Trânsito Turístico

23.695.0007-1.014

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0083) Aplicações Diretas12.000,00

Sinalização para o Trânsito Turístico

23.695.0007-1.014

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0084) Aplicações Diretas80.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Construção do Mercado Público

20.601.0006-1.016

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0095) Aplicações Diretas100.000,00

Horto Florestal

20.601.0006-2.019

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0096) Aplicações Diretas10.000,00

Manutenção da Secretaria de Agricultura

20.122.0006-2.021

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0100) Aplicações Diretas3.000,00

Correção de Solo para Agricultura

20.601.0006-2.022

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0101) Aplicações Diretas3.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÔMICO

Construção do Santuário de Santa Paulina

23.695.0008-1.017

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0106) Aplicações Diretas100.000,00

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.018

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0108) Aplicações Diretas62.763,60

Construção de Pórticos

23.695.0008-1.019

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0109) Aplicações Diretas40.000,00

Calendário Anual de Eventos

23.695.0008-2.024

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0114) Aplicações Diretas127.700,00

Campeonatos Esportivos

23.695.0008-2.025

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas50.000,00

Manutenção da SEDTUR

23.122.0008-2.026

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0116) Aplicações Diretas9.000,00

Manutenção da SEDTUR

23.122.0008-2.026

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas35.000,00

Promoção e Divulgação de Imbituba

23.695.0008-2.027

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0119) Aplicações Diretas15.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Cadastramento Imobiliário Georreferenciado

15.452.0007-2.028

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0121) Aplicações Diretas120.000,00

Modernização de Gestão Urbana e Ambiental

15.451.0007-2.030

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0124) Aplicações Diretas50.000,00

Lazer, Direito de Todos

27.813.0007-2.033

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0128) Aplicações Diretas30.000,00

CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO

Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento

04.124.0003-2.040

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0135) Aplicações Diretas20.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR NORTE

Manutenção da SDR/NORTE

04.122.0007-2.041

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0139) Aplicações Diretas45.000,00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR SUL

Manutenção da SDR/ SUL

04.122.0007-2.042

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0144) Aplicações Diretas85.000,00

Manutenção da SDR/ SUL

04.122.0007-2.042

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0146) Aplicações Diretas7.000,00

Manutenção das Estradas - SDR/SUL

15.451.0007-2.108

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0147) Aplicações Diretas120.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do C.R.A.S.

08.244.0013-2.067

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas70.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA

Viver Bem

16.482.0020-2.043

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas8.600,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas30.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA

Consciência Verde

18.542.0007-2.032

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas20.000,00

Calendário Atividades Educação Ambiental

18.541.0007-2.036

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas20.000,00

Manutenção do Fundo Meio Ambiente

18.542.0018-2.049

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas1.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE DROGAS DE IMBITUBA

Manutenção do FUNPRED

08.243.0019-2.048

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas14.000,00

TOTAL 1.679.022,59

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício



Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 164.2011

DECRETO PMI Nº 164, de 21 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, nos termos da Lei nº 4.016, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.032,70 (dezesete mil e trinta e dois reais e setenta centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa: 13 - Gestão e Controle Social
Projeto (Ação): 2.109 - Família Acolhedora

Funcional programática: 08.243.0013
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018) Aplicações Diretas 17.032,70
Total 17.032,70

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Programa: 13 - Gestão e Controle Social
Projeto (Ação): 2.067 - Manutenção do C.R.A.S.

Funcional programática: 08.244.0013
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 17.032,70
Total 17.032,70

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 165.2011

DECRETO PMI Nº 165, de 21 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, nos termos da Lei nº 4.017, de 21 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito Adicional Especial no valor de R\$ 53.866,61 (cinquenta e três mil e oitocentos e

sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), para novo item orçamentário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Manutenção da Educação Infantil
12.361.0009-1.006
4.4.90.00.00.00.00.00.00080 Aplicações Diretas 53.866,61

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria Nº 012.2011 saúde

PORTARIA PMI/SMS/GAB N.º 12, de 12 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre instauração de sindicância, designação de servidores e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Portaria PMI nº 108 de 15 de junho de 2011, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo PMI nº 9214/2011;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a suposta irregularidades administrativas destacadas nos autos de Sindicância da Polícia Militar de Santa Catarina nº 545/PMSC/2011 instaurada para apurar o atendimento de uma ocorrência policial que culminou na remoção de uma motocicleta de propriedade da Prefeitura Municipal de Imbituba, conduzida pelo Servidor Rafael Mello da Silva.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Renildes Lima, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.679-87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Telefonista Central, Matrícula PMI nº 0785, como presidenta.

II - Marília Mendonça, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.919-34, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Assistente Social, Matrícula PMI nº 0370.

III - Janne Ramos de Souza, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 784.792.079-49, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Técnica em Contabilidade, Matrícula PMI nº 0206.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PMI/SMS/GAB N.º 09, de 16 de novembro de 2011.

Imbituba, 12 de novembro de 2011.

Maria Madalena Domingos Nunes
Secretária Municipal de Saúde
Portaria PMI nº 108/2011

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011

PORTARIA PMI/SMS/GAB N.º 12, de 12 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre instauração de sindicância, designação de servidores e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Portaria PMI nº 108 de 15 de junho de 2011, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo PMI nº 9214/2011;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a suposta irregularidades administrativas destacadas nos autos de Sindicância da Polícia Militar de Santa Catarina nº 545/PMSC/2011 instaurada para apurar o atendimento de uma ocorrência policial que culminou na remoção de uma motocicleta de propriedade da Prefeitura Municipal de Imbituba, conduzida pelo Servidor Rafael Mello da Silva.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Renildes Lima, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.679-87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Telefonista Central, Matrícula PMI nº 0785, como presidenta.

II - Marília Mendonça, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.919-34, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Assistente Social, Matrícula PMI nº 0370.

III - Janne Ramos de Souza, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 784.792.079-49, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Técnica em Contabilidade, Matrícula PMI nº 0206.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PMI/SMS/GAB N.º 09, de 16 de novembro de 2011.

Imbituba, 12 de novembro de 2011.
MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES
Secretária Municipal de Saúde

Portaria PMI nº 108/2011

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011

Portaria Nº 013.2011 saúde

PORTARIA PMI/SMS/GAB N.º 13, de 12 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre instauração de sindicância, designação de servidores e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Portaria PMI nº 108 de 15 de junho de 2011, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo PMI nº 10213/2011;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a supostas irregularidades administrativas na conduta do Servidor Evaldi Porto Filho, Fisioterapeuta, Matrícula 4911.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Marília Mendonça, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.919-34, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Assistente Social, Matrícula PMI nº 0370, como presidenta.

II - Renildes Lima, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 343.242.679-87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Telefonista Central, Matrícula PMI nº 0785.

III - Janne Ramos de Souza, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 784.792.079-49, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Técnica em Contabilidade, Matrícula PMI nº 0206.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PMI/SMS/GAB N.º 10, de 16 de novembro de 2011.

Imbituba, 12 de dezembro de 2011.
MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Portaria PMI nº 108/2011

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011

Portaria Nº 014.2011 SAÚDE

PORTARIA PMI/SMS/GAB N.º 14, de 12 de dezembro de 2011.
Dispõe sobre instauração de sindicância, designação de servidores e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições

legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Portaria PMI nº 108 de 15 de junho de 2011, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo PMI nº 11807/2011;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados a supostas irregularidades administrativas na conduta do Servidor Daniel da Silveira Valério, Matrícula PMI nº 5912, Motorista Socorrista - SAMU e do Servidor Élder dos Reis Martins, Matrícula 5849, Técnico em Enfermagem - SAMU.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de 2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Janne Ramos de Souza, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 784.792.079-49, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Técnica em Contabilidade, Matrícula PMI nº 0206, como presidenta.

II - Marília Mendonça, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 343.242.919-34, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Assistente Social, Matrícula PMI nº 0370.

III - Renildes Lima, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 343.242.679-87, lotada na Secretaria Municipal de Saúde como Telefonista Central, Matrícula PMI nº 0785.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PMI/SMS/GAB N.º 06, de 24 de outubro de 2011.

Imbituba, 12 de dezembro de 2011.
MARIA MADALENA DOMINGOS NUNES
Secretária Municipal de Saúde
Portaria PMI nº 108/2011

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios em 12 de dezembro de 2011.

Extrato: DEMUTRAN 2011/11 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DEMUTRAN 2011/11 - A/00
Contratada: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 10.353.776/0001-49
Objeto: Abrigo de passageiros
Valor: R\$ 5.500,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 09/2011 Dispensa 03/2011

Imbituba, 01 de dezembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Apoio Serviços de Manutenção Ltda ME

Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 07/2011 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 07/2011 A01
Contratada: CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA
C.N.P.J: 03.241.947/0001-82
Objeto: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato original.
Valor: R\$ 6.035,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 08/2011 Pregão Presencial 05/2011

Imbituba, 15 de setembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/65 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2011/65 A00
Contratada: VILA NOVA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: REFORMA DO PRÉDIO ADQUIRIDO PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ROÇA GRANDE.
Valor: R\$ 35.493,57 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 56/2011 Carta Convite 02/2011

Imbituba, 09 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Vila Nova Comércio de materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEAGP 58/2011/ - A/03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 58/2011/ - A/03
Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46
Objeto: Acréscimo de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 170.852,57 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 22/2011 Concorrência 01/2010

Imbituba, 25 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Construtora Formigoni Ltda
Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDETUR 2011/181 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDETUR 2011/181 - A/01
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ
C.N.P.J: 09.008659/0001-69
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato original até 06 de janeiro de 2012
Prazo: 06/01/2012
Fundamento: Processo nº. 2011/219 Dispensa 62/2011

Imbituba, 03 de outubro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Eletro Comercial Energiluz
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 112/2011 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 112/2011 - A/01
Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES
C.N.P.J: 10.202.167/0001-99
Objeto: Acréscimo de 17,61% (dezessete vírgula sessenta e um por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 24.599,87 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 31/2011 Dispensa de Licitação 04/2011

Imbituba, 10 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 2011/91 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2011/91 - A/01
Contratada: VANIO VIEIRA ME
C.N.P.J: 76.613.445/0001-34
Objeto: Acréscimo de 3,13% (três vírgula treze por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 1.722,62 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão Presencial 22/2011

Imbituba, 10 de novembro de 2011.
LEDA S. S. G. PAMATO DE SOUZA
Secretária Municipal
Contratante

VANIO VIEIRA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 92/2011 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 92/2011 - A/01
Contratada: KAC LTDA
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73
Objeto: Acréscimo de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 1.944,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão Presencial 22/2011

Imbituba, 10 de novembro de 2011.
LEDA S. S. G. PAMATO DE SOUZA
Secretária Municipal
Contratante

KAC Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 93/2011 - A/00ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 93/2011 - A/00
Contratada: LUCIANE COSNTANTINO DA SILVA ME
C.N.P.J: 08.897.022/0001-08
Objeto: Acréscimo de 6,90% (seis vírgula noventa por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 4.695,60 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão Presencial 22/2011
Imbituba, 10 de novembro de 2011.

Leda S. S. G. Pamato de Souza
Secretária Municipal
Contratante

Luciane Constatino da Silva ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 94/2011 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 94/2011 - A/01
Contratada: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA
C.N.P.J: 07.605.075/0001-45
Objeto: Acréscimo de 1,62% (hum vírgula sessenta e dois por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 914,40 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão Presencial 22/2011
Imbituba, 10 de novembro de 2011.

Leda S. S. G. Pamato de Souza
Secretária Municipal
Contratante

Super Líder Alimentos Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 95/2011 - A/01ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 95/2011 - A/01
Contratada: GENEVAL NUNES ME
C.N.P.J: 83.816.124/0001-77
Objeto: Acréscimo de 3,61% (três vírgula sessenta e um por cento) sobre o valor do contrato original
Valor: R\$ 7.320,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 28/2011 Pregão Presencial 22/2011
Imbituba, 10 de novembro de 2011.

Leda S. S. G. Pamato de Souza
Secretária Municipal
Contratante

Genival Nunes ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: SANEAMENTO 2011/09 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SANEAMENTO 2011/09 - A/01
Contratada: VILA NOVA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato original.
Valor: R\$ 16.292,00 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 10/2011 Carta Convite 03/2011

Imbituba, 24 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Crivitta Diagnostica Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEFAZ 2010/170 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2010/170 - A/01
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
C.N.P.J: 00.456.865/0001-67
Objeto: Acréscimo de 8,35% (oito vírgula trinta e cinco por cento) sobre o valor do contrato original.
Valor: R\$ 3.142,51 Prazo: 31/12/2011
Fundamento: Processo nº. 151/2010 Pregão 74/2010

Imbituba, 05 de agosto de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Betha Sistemas Ltda
Representante Legal
Contratada

PMI SEDUCE 2011/219 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2011/219 - A/00

Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA
C.N.P.J: 01.375.841/0001-46
Objeto: Recuperação de telhado e instalação elétrica, com fornecimento de materiais e mão-de-obra na Escola Básica Municipal Basileu José da Silva situada no Campo da Aviação.
Valor: R\$ 7.895,81 Prazo: 20 dias
Fundamento: Processo nº. 2011/219 Dispensa 62/2011

Imbituba, 23 de novembro de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

Construtora Formigoni Ltda
Representante Legal
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 47 /11**

Ato da Presidência nº 47 /11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 44ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2011 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
112	PLC nº 247/2011	21/11/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui a gratificação de produtividade aos auditores fiscais tributários do município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
154	PLC nº 249/2011	19/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre a compensação de dívida da Fazenda Pública decorrente de precatório pendente de pagamento com crédito tributário e outros créditos e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
159	PL nº 4.206/2011	19/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Associação dos Veteranos Amigos de Imbituba- ASSOVEAI.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
162	PL nº 4.208/2011	19/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar repasse de recursos financeiro ao Imbituba Atlético Clube – IAC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
163	PLC nº 251/2011	19/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Município, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a firmar termo de convênio com a Cooperativa Educacional de Imbituba - COOPEIMB e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.211/2011	19/12/11	Poder Legislativo	Luís Antônio Dutra	Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
165	PL nº 4.209/2011	19/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 252/2011	19/12/11	Poder Legislativo	Luís Antônio Dutra	Altera o Plano Regulador e do Uso do Solo configurado no Mapa 11 da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, cria inciso XVII no art. 72 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
161	PL nº 4.212/2011	20/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos técnicos e auxiliares de enfermagem, que atuam na área de imunização, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
164	PL nº 4.213/2011	20/12/11	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera a redação do Anexo I, da Lei nº 2.842, de 24 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre os valores de diárias.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).



Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2011.

ELÍSIO SGROTT Presidente Interino	
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	THIAGO MACHADO Segundo-Secretário

Iomerê

PREFEITURA

Edital de PP 0020/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê
Edital de Pregão Presencial 0020/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 020/2011 para Registro de Preços para eventuais contratações futuras de serviços de motoniveladora com operador para o ano de 2012. A abertura das propostas se dará no dia 10/01/2012 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 20 de dezembro de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto N.º 2177/2011 de 20/12/2011.

DECRETO N.º 2177/2011 de 20/12/2011.
"DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e artigo 105, inciso I da Lei Complementar 07/2001 de 15/10/2001;

DECRETA:

Art 1º - Fica decretado Luto Oficial por três dias, no âmbito da Administração Direta, em virtude do falecimento da Vereadora Municipal, Senhora CILA TEREZINHA FRIEDRICH BOESING, ocorrido neste dia 20/12/2011.

Art 2º - A homenagem póstuma fundamenta-se nos relevantes serviços prestados a comunidade e ao Município, em todo o período em que esteve em atividade junto à Câmara Municipal de Irineópolis.

Art 3º - Durante o período de Luto Oficial, instaurado conforme o artigo 1º desde Decreto, os órgãos da Administração Direta desenvolverão apenas expediente interno.

Art 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 20 de dezembro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Homologação Processo Licitatório N.º 08/2011 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Auto Posto Valões Ltda, Ipê Comércio de Combustíveis Ltda.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2011.
NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo N.º 80/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
TERMO ADITIVO Nº 80/2011
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 01/2011
(1º alteração).

CONTRATANTE: Município de Itapoá-SC;
CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA -ME, CNPJ/MF: 04.072.953/0001-16, com sede à Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro: Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89203-500.
LICITAÇÃO: de INEXIGIBILIDADE N.º 01/2011 - PROCESSO Nº 02/2011.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços visando a manutenção de software "Escola Via Net - Sistema de Gestão Escolar", instalado nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino nas modalidades da Educação infantil, Ensino fundamental, Educação de jovens e adultos, e na Secretaria Municipal de Educação.

Valor R\$: 23.136,00 (vinte e três mil cento e trinta e seis reais).
PRAZO: O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 01/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 20 de dezembro de 2011.
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Comunicado Concurso Público

Comunicado do Concurso Público

A Prefeitura de Itapoá, através do Instituto Qualicon, comunica que as provas objetivas do Concurso Público serão reaplicadas no dia 05 de fevereiro de 2012. Conforme a reunião realizada no dia 16 de dezembro, a decisão foi tomada devido os problemas ocorridos no momento da aplicação das provas, e tem o objetivo de manter a lisura e segurança dos procedimentos conducentes a realização do concurso, evitando-se assim qualquer prejuízo aos candidatos inscritos. O local e horário para a realização da prova serão divulgados no dia 26 de janeiro de 2012.

A Prefeitura agradece a colaboração de todos.

Informações: Instituto Qualicon - empresa responsável pela aplicação do Concurso.

Novo cronograma do Concurso Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
CONCURSO PÚBLICO

DATAS	EVENTOS
21/12/2011	Comunicado da reaplicação das provas
26/01/2012	Divulgação no site dos locais de prova
26/01/2012	Envio das listas de inscritos e do Edital de Convocação para realização das Provas Objetivas à PREFEITURA, para afixar e publicar.
07/02/2012	Afixação das listas na PREFEITURA contendo local de prova, para consulta por parte dos candidatos e divulgação no site do INSTITUTO QUALICON.
08/02/2012	Publicação do Edital de Convocação no jornal oficial para realização das Provas Objetivas.
05/02/2012	Aplicação das Provas Objetivas e de Títulos.
07/02/2012	Envio do gabarito das provas aplicadas à PREFEITURA, para divulgação no Paço Municipal.
07/02/2012	Divulgação dos gabaritos na PREFEITURA e no site do INSTITUTO QUALICON.
05/02 e 07/2 a 09/02/2012	Entrega dos títulos via sedex ou ar.
07/02 e 08/02/2012	Prazo para interposição de recurso referente aos gabaritos e aplicação das provas objetivas através de Sedex ou AR.
08/02 a 17/02/2012	Período de análise de recursos dos gabaritos e aplicação das Provas Objetivas e de títulos. Correção das provas objetivas e análise dos títulos pelo INSTITUTO QUALICON.
22/02/2012	Divulgação do resultado provisório das Provas Objetivas e Títulos no Paço Municipal, em jornal oficial e no site do INSTITUTO QUALICON.
23 e 24/02/2012	Prazo para interposição de recurso referente à divulgação do resultado provisório das Provas Objetivas e de Títulos via Site.
27/02 a 01/03/2012	Período de análise dos recursos pelo INSTITUTO QUALICON.
02/03/2012	Envio das respostas dos recursos do Resultado Provisório das Provas Objetivas e Títulos à PREFEITURA.
02/03/2012	Envio do Resultado Final dos cargos que não realizarão prova prática à PREFEITURA para homologação e do Edital de Convocação para as Provas Práticas de Motorista D e Operador de Máquinas Pesadas para publicação.
11/03/2012	Aplicação das Provas Práticas para os cargos de Motorista D e Operador de Máquinas Pesadas.
12 e 13/03/2012	Prazo para interposição de recurso referente as Provas Práticas de Motorista D e Operador de Máquinas Pesadas, através do site.
14 a 20/03/2012	Período de análise de recurso pelo INSTITUTO QUALICON.
21/03/2012	Envio do resultado provisório das Provas Práticas e resposta dos recursos à Prefeitura.
21/03/2012	Divulgação do resultado provisório das Provas Práticas no Paço Municipal, em jornal oficial e no site do INSTITUTO QUALICON.
22 e 23/03/2012	Prazo para interposição de recurso referente à divulgação do resultado provisório das Provas Práticas via site.
26 a 29/03/2012	Período de análise de recursos das Provas Práticas pelo INSTITUTO QUALICON.
30/03/2012	Envio das respostas dos recursos das Provas Práticas e do resultado final à PREFEITURA dos cargos de Motorista D e Operador de Máquinas Pesadas para publicação.

30/03/2012	Homologação do resultado final dos cargos de Motorista D e Operador de Máquinas Pesadas.
30/03/2012	Prefeitura envia ao INSTITUTO QUALICON o Atestado de Capacitação dos Concursos Homologados, com reconhecimento de firma.

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 3.974 de 16 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.974 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 3.476/2009 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º Fica incluído o parágrafo único ao art. 20 do Decreto nº 3.476/2009, que regulamenta o Sistema de Controle Interno, com a seguinte redação:

Art. 20. ()

Parágrafo único - Em caso de afastamento do titular em decorrência de concessão de licença para tratamento de saúde ou licença maternidade poderá ser nomeado substituto para o cargo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2011.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 3.975 de 16 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.975 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata a Lei nº 3.574, de 13 de março de 2007 e alterações, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Leila Novello - Titular

Marilde Bittencourt - Suplente

Roberto Minatti - Titular

Daniela Galvão - Suplente

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Maria Elisa Martins da Silva - Titular



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Danusa de Britto -Suplente

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Maria Rodrigues Figueiredo de Oliveira - Titular
Débora Maria Crestani Tonet - Suplente

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Márcio Luis Rodrigues Kemer- Titular
Vânia Maria Alves - Suplente

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Valdirene Fernandes da Silva - Titular
Arnildo Kremer- Suplente

João Carlos Toledo Sampaio - Titular

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL

Zélia Aparecida Martins - Titular
Fátima Prando - Suplente

Rosane Fátima Alves - Titular
Zenilda Fiza Katchor - Suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marisete Machado Zagonel- Titular
Rosana Heberle- Suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Genuir Giacomelli - Titular
Clarice Moreira Elias - Suplente

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 836/2011/PMJ - TA 01/2011
CONTRATO Nº 836/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47, estabelecida na RUA TIROLESA, 600, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SIGMUNDO E. REGENSBURGER, portador da Carteira de Identidade nº 1.122.749 e CPF nº 139.433.329-34, residente e domiciliado na RUA TIROLEZA, 240, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 836/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, bem como às obras de pavimentação e conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), correspondente a 24,977% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
15 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE
Prefeito

PEDREIRA JOAÇABA LTDA
SIGMUNDO REGENSBURGER

Extrato do Contrato Nº 837/2011/PMJ - TA 01/2011
CONTRATO Nº 837/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA CALDART LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.850/0001-20, estabelecida na BR 282 KM 382-LINHA PACÍFICO, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ALIRIO ANTONIO CALDART, portador da Carteira de Identidade nº 1002093399 e CPF nº 238.832.860/87, residente e domiciliado na RUA FREDERICO MEYER, 57, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 837/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 14.620,00 (quatorze mil seiscentos e vinte reais), correspondente a 25% do valor

inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
16 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PEDREIRA CALDART LTDA
ALIRIO A. CALDART

Extrato do Contrato Nº 838/2011/PMJ - TA 01/2011 CONTRATO Nº 838/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONCRETOS CRUZEIROIND E COM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83, estabelecida na RUA TIROLEZA, 240, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO REGENSBURGER, portador da Carteira de Identidade nº 340.034 e CPF nº 196.410.609-53, residente e domiciliado na RUA TIROLEZA, 240, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 836/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), correspondente a 24,45% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
19 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

CONCRETOS CRUZEIRO IND E COM LTDA
FERNANDO REGENSBURGER

Extrato do Contrato Nº 839/2011/PMJ - TA 01/2011 CONTRATO Nº 839/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.238.271/0001-01, estabelecida na RUA DORIVAL DE BRITO, 360, no Município de HERVAL D'ESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CLAUDIANE M. FRIES DE ANDRADE, portador da Carteira de Identidade nº 1.333.243 e CPF nº 479.912.759/49, residente e domiciliado na PEDRO KUNS, 20, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 839/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), correspondente a 24,97% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
210 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CLAUDIANE M. FRIES DE ANDRADE

Extrato do Contrato Nº 840/2011/PMJ - TA 01/2011 CONTRATO Nº 840/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.627.841/0001-7201, estabelecida na AV. CAETANO NATAL BRANCO, 3800, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SERGIO FRANCISCO BUCCO, portador da Carteira de Identidade nº 1.072.457 e CPF nº 422.780.749-20, residente e domiciliado na TRAV. CESÁRIO SILVA, 195, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 840/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 615,50 (seiscientos e quinze reais e cinquenta centavos), correspondente a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
210 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA
SERGIO FCO BUCCO

Extrato do Contrato Nº 843/2011/PMJ - TA 01/2011 CONTRATO Nº 843/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.138/0001-52, estabelecida na RUA GETULIO VARGAS, 540, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS GHIGGI, portador da Carteira de Identidade nº 545.810 e CPF nº 294.775.229-53, residente e domiciliado na RUA OSVINO LOTTERMANN, 321 APTO 302, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 843/2011/PMJ, firmado em 03 de agosto de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 69/2011-PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 33/2011, homologado no dia 03/08/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), correspondente a 24,76% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas provenientes da execução deste Aditivo correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
19 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
LUIZ CARLOS GHIGGI

SIMAE**Homologação CV 008/2011 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

CONVITE**Nr.: 8/2011 - CV**

Processo Administrativo: 58/2011
 Processo de Licitação: 58/2011
 Data do Processo: 04/11/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2011
 b) Licitação Nr.: 8/2011-CV
 c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
 d) Data Homologação: 21/12/2011
 e) Data da Adjudicação: 21/12/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação: SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM CONCHA PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATAÇÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EXECUTARÁ REDES DE ÁGUA E ESGOTO NO EXERCÍCIO 2012.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007149 - SECCHI SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	2	0,0000	38.150,00
	2		38.150,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (15), 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (16)

Joaçaba, 21 de Dezembro de 2011.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação Pregão 0046/2011 - SIMAE**ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 46/2011 - PR**

Processo Administrativo: 65/2011
 Processo de Licitação: 65/2011
 Data do Processo: 23/11/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 65/2011
 b) Licitação Nr.: 46/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 20/12/2011
 e) Data da Adjudicação: 20/12/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GINÁSTICA LABORAL PARA OS SERVIDORES DA ÁREA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008009 - T & A ACADEMIA DINÂMICA LTDA - ME	2	0,0000	11.760,00
	2		11.760,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Joaçaba, 20 de Dezembro de 2011.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0099/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0099/2011
TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0034/2009.
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0015/2009
PROCESSO JHL Nº 0732/2009

Data: 20/12/2011

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALORES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES DE ÁGUA BRUTA E TRATADA PELO SIMAE, PARA ATENDER PORTARIA 0518/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Contratado: Laboratório Beckhauser e Barros Ltda - ME.

Valor total do contrato: R\$ 27.795,13 (Vinte e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.51.000000

Prazo de vigência: 01/01/2012 a 31/12/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Resultado CV 49-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONVITE Nº 49/2011 - PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE 8.400 M² DE FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: CCL CONSTRUTORA LTDA.
VALOR: R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais).

Lages, 20 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 08-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011 - FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CRÁS III.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDORES: DIVERSOS
VALOR: R\$ 19.122,00 (dezenove mil, cento e vinte e dois reais).

Lages, 20 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 09-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011 - FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UNTENSÍLIOS PARA DIVERSAS ENTIDADES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDORES: DIVERSOS
VALOR: R\$ 13.645,35 (treze mil, seissentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Lages, 20 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Resultado PP 64-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011 - FMAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:
VENCEDOR: GRANDO PNEUS LTDA.
VALOR: R\$ 55.990,00 (cinquenta e cinco mil, novessentos e noventa reais).

Lages, 20 de dezembro de 2011.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Convocação Prova Prática Concurso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE APTIDÃO FÍSICA E PSICOTÉCNICA DOS CANDIDATOS AO CARGO DE APM AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Nos termos do Sub-item 5.1. Prova de Aptidão Física, do Item 5 do Edital do Concurso Público nº 01/2011, a Prefeitura Municipal de Lages/SC convoca para prova de Aptidão Física e Psicotécnica os candidatos ao cargo de APM Agente da Autoridade de Trânsito, que foram aprovados na prova escrita realizada no dia 20 de novembro de 2011, conforme relação e regras descritas a seguir:

1. GRUPO 01

UNIPLAC: AVENIDA CASTELO BRANCO, 170 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO - LAGES/SC

Data: 22 de janeiro de 2012

Horário da prova de Aptidão Física: 9:00 horas.

Horário da prova de Aptidão Psicotécnica: 14:00 horas.

CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	DATA NASCIMEN-TO	PONT. PROVA ESCRITA
ABEL NUNES DE OLIVEIRA	18726-7	26/05/1983	240.00

ADALBERTO SIQUEIRA	20216-9	18/06/1968	260.00
ADEMIR AGUIAR ARSENO	12451-6	12/03/1974	220.00
ADENILDO LOPES PEREIRA	14111-9	16/01/1973	220.00
ADRIANO CON-CER	15624-8	27/02/1978	250.00
AIRISON GUEDES ANTUNES DOS SANTOS	16596-4	01/01/1979	210.00
ALDORI PHILIPPE GONCALVES PESSOA	13718-9	07/07/1993	220.00
ALESSANDRO GOMES BIALLY	25179-8	15/12/1985	300.00
ALEXANDER BREHM DE OLIVEIRA	14998-5	22/05/1989	220.00
ALEXSANDRO DE SOUZA	13343-4	01/06/1987	230.00
ALINE DE OLIVEIRA MARAFIGO	24823-1	26/05/1988	270.00
ALINE PICININI MEURER DABOIT ARRUDA	22997-0	21/10/1982	280.00
ALINE SOUZA PIRES	18026-2	07/10/1980	260.00
ALISSON BRANCO PEREIRA	16530-1	29/08/1991	240.00
ALYSON FRANCISCO DA SILVA	22820-6	05/10/1976	220.00
ANA PAULA FREITAS	23254-8	20/03/1992	240.00
ANDERSON DA SILVA	21062-5	12/03/1987	260.00
ANDRE LEONARDO DA SILVA	20746-2	10/07/1990	240.00
ANDRE LUIZ DE SOUZA	17816-0	02/01/1982	240.00
ANDRE MORAES	20307-6	10/12/1984	210.00
ANDREY LUIS HOFFMANN	24263-2	11/03/1992	240.00
ANGELICA CRISTIANI SCHEFFER MORAES	22058-2	11/09/1966	220.00
ANGELITA MOTTA	13812-6	04/06/1978	200.00
BERGSON ROGERIO PADILHA	14231-0	24/08/1976	240.00
BRUNA ANTUNES DE SOUZA	14942-0	07/12/1987	200.00
BRUNO ANTUNES PEREIRA	23467-2	20/02/1989	220.00
BRUNO MUNIZ RIBEIRO	21574-0	15/08/1992	230.00
CAMILA MACHADO PIETRO DOS SANTOS	13045-1	20/08/1992	210.00
CAMILA MORAES CORREA	17887-0	02/05/1991	230.00
FABIO GISLON	15701-5	21/08/1978	240.00
FELIPE CAMARGO	23388-9	20/01/1990	240.00
FELIPE PINTO SOUZA	22761-7	12/08/1992	220.00

FELIPPE CIRILO DOS SANTOS	24926-2	07/03/1979	240.00
FERNANDO ANANIAS MAGNER	21181-8	14/09/1979	210.00
FERNANDO DE SOUZA	23239-4	21/02/1991	230.00
FERNANDO MARCELINO	19640-1	06/08/1979	260.00
FERNANDO ROCKEMBACH MAZUIM	14430-4	06/02/1986	220.00
FERNANDO ROSA DE MATOS	23331-5	13/02/1991	220.00
FLAVIO BATISTA PEREIRA	19834-0	28/09/1979	200.00
GETERSON INACIO DA SILVA GODOI	14108-9	01/02/1967	230.00
GHIOVANA OCHNER DE SOUZA	13714-6	09/03/1991	240.00
GILSON FRANCISCO BOEIRA	21271-7	04/09/1979	230.00
GIOVANI SA	15992-1	30/11/1976	220.00
GIOVANI SANTOS RIBEIRO	24641-7	28/11/1983	200.00
GISELE APARECIDA PARIZOTO FERREIRA	18282-6	20/07/1985	250.00
GIULIANO GATTINO FURTADO	13596-8	14/12/1977	220.00
GLEDSON BITENCOURT DE OLIVEIRA	18206-0	18/05/1988	270.00
GUILHERME DE LIZ MAFEI	18593-0	06/05/1993	240.00
GUILHERME JOSE DOS SANTOS	21872-3	03/01/1992	230.00
GUILHERME RIBEIRO DE ARRUDA	20283-5	04/12/1992	210.00
HELINTON DE AVILA NUNES	25105-4	17/05/1989	240.00
HIAGO DE SOUSA FERNANDES	12662-4	29/04/1992	210.00
HIAGO ZANGELINI DE OLIVEIRA	24898-3	04/05/1992	240.00
IDESIO SEIFERT PEREIRA	24344-2	26/09/1958	300.00
IRIDELCIO VIEIRA DE LEMOS	19964-8	01/10/1975	250.00
ISMAEL PINHEIRO ARAUJO	15388-5	15/03/1974	250.00
ISRAEL RODRIGUES SANTOS	23230-0	07/03/1989	220.00
JAIR MELO NUNES	18351-2	16/02/1981	210.00
JAMES SOARES	23952-6	22/01/1988	240.00
JANAINA DOS PASSOS	19273-2	29/11/1986	250.00
JEAN EMERSON CORREA	14472-0	30/03/1975	230.00
JEAN WALTRICK TIGRE	13100-8	02/01/1978	240.00

2. GRUPO 02

UNIPLAC: AVENIDA CASTELO BRANCO, 170 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO – LAGES/SC

Data: 22 de janeiro de 2012

Horário da prova de Aptidão Psicotécnica: 9:00 horas.

Horário da prova de Aptidão Física: 14:00 horas.

CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO	DATA NASCIMENTO	PONT. PROVA ESCRITA
JEANE CLEAR SILVA HAMANN	22498-7	21/11/1982	260.00
JEANE DE SOUSA SILVA	23837-6	13/04/1975	230.00
JEFFERSON CECATTO	16718-5	14/01/1976	220.00
JEFFERSON GEVIESKI OURIQUE	24888-6	15/10/1980	210.00

JHON LENON DE OLIVEIRA	19742-4	14/02/1990	280.00
JHONATAN THEODORO BERNARDINO	19003-9	22/09/1986	240.00
JOANA VIANA GARCIA	13588-7	22/08/1987	240.00
JOANAN AMARANTE PEREIRA	16908-0	28/10/1979	260.00
JONATA ROBERTO SANTOS	16390-2	23/03/1987	220.00
JOSE LEONARDO LEMOS	23710-8	03/04/1992	220.00
JOSEMAR ROGERIO DE OLIVEIRA	13528-3	18/02/1986	260.00
JOSUE DA CUNHA SIQUEIRA	14197-6	24/03/1978	230.00
JOSUE DA SILVA GODOI	19395-0	14/01/1983	230.00
JULIANA DE SOUZA CANANI	14007-4	15/11/1986	240.00
JULIANO GRANTZOTTO	13960-2	04/06/1992	240.00
JULIANO MUNIZ NETO	18914-6	28/03/1984	210.00
JULIANO SPIEKER	23096-0	07/04/1988	240.00
JULIO GUERREIRO	19192-2	29/06/1977	220.00
KARIANE PEREIRA DA SILVA	20384-0	07/02/1991	210.00
KARYNE PINTO NUNES	16656-1	02/10/1981	210.00
LEANDRO LOPES CORREA	23366-8	10/09/1990	250.00
LEDA MARA ZAGO	19447-6	27/02/1978	210.00
LEOCIR PEREIRA DE SA	21762-0	20/08/1986	200.00
LEONARDO BRANCO GRAUPNER	15960-3	10/10/1989	250.00
LEONEL XAVIER LEITE DOS SANTOS	23099-5	14/08/1979	280.00
LETICIA AMARANTE RODRIGUES	14140-2	08/09/1990	230.00
LINDOMAR MEURER	14537-8	01/08/1970	220.00

LUCAS MATHEUS ALBUQUERQUE	15576-4	22/06/1991	220.00
LUCAS OLIVEIRA MATOS	24093-1	24/08/1992	260.00
LUCIANA SANTOS DE ALENCAR	15280-3	11/03/1988	210.00
LUCIANO MOMM	13190-3	26/08/1977	250.00
LUCILENE DA COSTA MUNIZ RIBEIRO DE MATOS	18547-7	12/04/1977	220.00
LUCILENE OLIVEIRA SIQUEIRA	19430-1	02/12/1985	250.00
LUIGHI GIOVANELLA PUCCI	14724-9	16/03/1993	220.00
LUIS RICARDO FRANCESCATO	13501-1	10/03/1986	220.00
LUIS RICARDO LEHMKUHL	18393-8	25/11/1986	240.00
LUIS RICARDO VELHO	12460-5	18/11/1984	220.00
LUIZ FRANZOI NETO	20430-7	18/06/1991	270.00
LUIZ HENRIQUE MEIRA	12802-3	22/11/1984	240.00
MAICKON SAMUEL GOULART	13981-5	09/06/1988	210.00
MANOEL ANTONIO SOUZA	15210-2	05/04/1961	230.00
MARCELO COELHO DE OLIVEIRA	17066-6	21/09/1987	210.00
MARCELO MUNIZ DA SILVA	14645-5	19/04/1980	280.00
MARCELO SMAGA	13953-0	09/10/1981	220.00
MARCIO LUIS DE OLIVEIRA	14914-4	01/11/1983	220.00
MARCIO TADEU BRANCO	14138-0	12/11/1983	240.00
MARCOS GUILHERME RAMOS	21322-5	31/05/1993	210.00
MARIANE BEATRIZ BRANCO	17325-8	04/05/1989	230.00
MARINA BIANCHINI CORDOVA	17646-0	16/03/1987	240.00
MARIO SERGIO BARROSO DA SILVA	21064-1	08/01/1961	200.00
MARLON ALEXANDRE SCHEMES	17912-4	01/11/1982	240.00
MATHEUS CLAUDINO ARAUJO	13881-9	22/02/1992	230.00

MAURICIO ARAUJO CAMARGO	23664-0	08/11/1992	240.00
MAURICIO CAMPOS LINS	18417-9	24/01/1976	230.00
MAURICIO CARLOS DE ANDRADE	12430-3	12/07/1956	230.00
MAURICIO VIEIRA DA SILVA	21453-1	20/11/1975	200.00
MAX ARTHUR BLANCKENBURG	25110-0	24/05/1986	230.00
MICHEL FRANCIS DA SILVA	16517-4	09/11/1983	260.00
MICHELE CORREA	14207-7	07/08/1988	260.00

MICHELE CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS	23168-1	25/12/1977	230.00
MICHELL ROSA	12630-6	12/03/1979	280.00
NADYA ROBERTA DE OLIVEIRA	18369-5	02/09/1983	250.00
NILSON CANDIDO LEMOS	14420-7	06/02/1983	230.00
OSNI PEREIRA BRANCO JUNIOR	16945-5	07/09/1981	210.00
PABLINI FLORES PEREIRA	17196-4	01/03/1988	210.00
PABLO SEBASTIAN KUSTER	12913-5	25/09/1978	250.00
PATRICK VENTURA DE LIZ	16249-3	12/05/1988	280.00
PAULO BORGES COELHO	14063-5	17/07/1964	220.00
PAULO DE TARSO PEREIRA LINS	21781-6	03/02/1992	230.00
PAULO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA	20010-7	04/04/1993	200.00
PHILIPPI BET	24525-9	10/11/1981	230.00
POTYRA ALVES DA GAMA	21694-1	13/05/1980	250.00
RAFAEL CARLOS DE ALMEIDA	19991-5	09/07/1982	230.00
RENATO DE OLIVEIRA	18117-0	05/01/1984	220.00
REYNALDO TONOLLI	17604-4	09/10/1970	240.00
RICARDO AMARANTE DE MELO	20407-2	23/12/1979	260.00
RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA	24226-8	19/07/1987	200.00
RICARDO TADEU DE MORAES	23369-2	16/08/1980	280.00
ROBERTA CRISTINA LEMOS	21010-2	17/08/1993	240.00
ROBSON DE JESUS MONTEIRO	12948-8	01/06/1987	220.00
RODRIGO VIECINSKI ANTUNES	15900-0	25/03/1984	230.00
ROMILDO RIBEIRO	20001-8	22/01/1972	220.00
RONALDO MENDES CAZUNI BRESOLIN	17837-3	12/08/1982	240.00
RUBIA CARVALHO	17996-5	22/02/1982	210.00
SABRINA RIBEIRO CORREA	22874-5	11/05/1987	230.00
SAMANTHA JONNI FARIA	20798-5	16/12/1989	220.00
SANDRO DE OLIVEIRA	22132-5	21/05/1972	210.00
SILVIA SCHUMACKER DA SILVA SOARES	21573-2	23/09/1978	220.00
SIMONE KOCH MACHADO	20367-0	16/05/1984	230.00
SIMONI SCHLICHTING BRANCO LOPES	23507-5	11/05/1976	210.00
SUELYM CRISTINA CABRAL	16586-7	17/03/1984	220.00

SUZANA FATIMA DE SOUZA	21238-5	22/09/1979	240.00
TATYANE KRISTINA SANTOS	22578-9	27/04/1993	260.00
THIAGO LUCAS CHAVES	19143-4	09/04/1992	220.00
TIAGO KUSTER LOPES	16735-5	20/01/1987	220.00
TIAGO OLIVO	14151-8	22/08/1993	240.00
TOBIAS LOPES DAMASCENO	20552-4	11/03/1986	210.00
UESLEI JOSE MACHADO	15050-9	19/03/1985	280.00
VALDEMIR LUIS DOS SANTOS HOFFMANN	21286-5	02/08/1975	250.00
VALMIR PEREIRA VELHO FILHO	23639-0	28/12/1977	230.00

VANIO ANTUNES FARIAS	13347-7	29/04/1976	240.00
VANUSA SOUZA BORGES	14195-0	09/06/1968	220.00
VERALICE CUNHA ANDREATTA	15403-2	03/02/1988	250.00
VILSON CESAR ORTIZ SASSO	21511-2	18/05/1976	240.00
VINICIUS CARVALHO BEBER	12497-4	21/06/1990	210.00
VINICIUS VELHO DE CASTRO	18256-7	28/10/1988	240.00
VITOR DAL BO DE PIERI	15372-9	21/04/1987	290.00
VIVIANE MARIA LUZ DE CHAVES NIKOLAICO CO	19592-8	30/09/1985	220.00
WILSON MARCHESI DE PAULA	21321-7	15/06/1992	200.00
WILLIAMS FRANKLIN SCHNAID	12697-7	12/06/1973	240.00
WILSON ALEXANDRE PADILHA DA SILVA	21797-2	01/08/1972	220.00

3. PROCEDIMENTOS

Os candidatos ao cargo de APM Agente da Autoridade de Trânsito deverão comparecer ao local de prova no dia 22/01/2011 no horário estabelecido, portando o documento original de identidade e atestado médico de, no máximo, 15 (quinze) dias de antecedência à data da prova de aptidão física e que certifique estar APTO PARA ESFORÇO FÍSICO, mais especificamente, realizar testes de caminhada e flexão de braços.

1.3. Nenhum candidato fará as provas sem os originais dos documentos exigidos.

1.3.1. Para a prova de aptidão psicotécnica, o candidato deverá trazer, além do documento de identificação, uma caneta azul ou preta.

1.4. Os candidatos deverão usar vestes e calçados apropriados para a realização da prova de aptidão física, não sendo permitido o uso de chinelos e similares.

1.5. Nenhum candidato fará a prova de aptidão física ou psicotécnica fora do dia, horário e local estabelecidos neste Edital.

1.6. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

1.7. Aplicam-se a esta etapa do concurso, no que couber, as regras dispostas no Edital nº 01/2011.

2. DOS TESTES FÍSICOS

Os testes abaixo relacionados têm como objetivo final determinar: Resistência Muscular Localizada de membros Superiores, Resistência Abdominal, Flexibilidade de Musculatura posterior e Capacidade Aeróbica. Serão considerados como linha de corte os valores mínimos considerados como "bom" pela tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

2.1. Não será permitido ao candidato:

- I – receber qualquer tipo de ajuda física;
- II – qualquer material ou equipamento que o beneficie na prova;
- III – realizar os testes em jejum;
- IV – comparecer inadequadamente trajado para o teste;
- V – praticar qualquer ato de deslealdade com candidato concorrente.

2.2. Circuito de Aptidão Física.

2.2.1 A metodologia para a preparação e execução do Circuito de Capacidades Físicas, obedecerá aos seguintes aspectos:

2.2.2 O Circuito de Capacidades Físicas consiste em executar com melhor qualidade um conjunto de 4 (quatro) testes práticos, determinados de Estações, a seguir especificadas:

2.3. Estação 1 - Teste de caminhada de 1 milha

O testado deverá caminhar (somente caminhar) uma milha ou mil seiscientos e nove metros, no menor tempo possível, sendo monitorado através de frequência cardíaca e tempo de realização de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Capacidade Aeróbica
(ml/kg x min⁻¹ - Teste de VO₂ – Capacidade aeróbica)
Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	³ 42	31 - 41	24 - 30	17 - 23	£17

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	³ 43	34 -42	25-33	18 - 24	£18

Fonte: American Heart Association 1980

2.4. Estação 2 – Flexão de Braços (Apoio de Frente no Solo)

O testado deverá se posicionar em quatro apoios (as duas mãos e os dois pés) corpo em extensão e cotovelos estendidos, deverá realizar a flexão dos braços até que os cotovelos fiquem no nível dos ombros, voltando à posição inicial, realizando a extensão dos braços.

Variação para mulheres, apoio feito com os joelhos e não com os pés.

2.4.1. A avaliação consiste na contagem de repetições realizadas em tempo determinado e classificada de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	³ 24	15 - 23	11 - 14	05 - 10	£ 04

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	³ 21	13 - 20	10 - 12	07 - 09	£ 06

Fonte: Pollock M.L.& Willmore.J.H. 1993

2.5. Estação 3 – Teste de Sentar e Alcançar

O testado deverá se posicionar sentado, pernas estendidas apoiadas na parte inferior do banco de WELLS, e em 3 (três) tentativas buscar com uma flexão do tronco à frente, alcançar o mais longe possível na escala aplicada ao aparelho de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Flexibilidade
Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	³ 35	30-34	25-29	20 -24	< 19

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 -59	³ 32	28-32	23-27	15-22	< 15

Fonte: Marins & Giannich 1998 (ACMS)

2.6. Estação 4 - Flexão Abdominal

O testado deverá se posicionar em decúbito dorsal, pernas flexionadas, joelhos formando ângulo de 45°, planta dos pés no solo, pés fixados pelo avaliador e mãos na nuca. Realizar a flexão da coluna até encostar os cotovelos nos joelhos, voltando à posição inicial até que as omoplatas toquem o solo.

2.6.1. A avaliação consiste na contagem de repetições realizadas em tempo determinado e classificada de acordo com a tabela da Organização Mundial de Saúde, tendo como referência a idade do candidato mais velho.

Tabela de avaliação para Flexão Abdominal
Mulheres:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
40 -49	³ 25	20-24	15-19	07-14	£ 06

Homens:

IDADE	EXCELENTE	BOM	MÉDIO	REGULAR	FRACO
50 - 59	³ 26	22-25	18-21	13-17	£ 12

Fonte: Pollock M.L.& Willmore.J.H. 1993

2.7 Da seqüência dos testes.

2.7.1. Para garantir a agilidade e o bom andamento dos trabalhos, a equipe técnica, responsável pela aplicação dos testes, poderá optar pela alteração na seqüência das estações.

2.8. O tempo para execução das estações 2, 3 e 4 será de 01 minuto.

2.9. Será considerado APTO o candidato que obtiver avaliação "bom" em todas as estações do circuito.

3. DA PROVA PSICOTÉCNICA

3.1. O objetivo da avaliação psicotécnica é avaliar a capacidade/habilidade do candidato quanto a percepção/raciocínio espacial, atenção focada e difusa, e atitudes comportamentais. A avaliação será realizada através de procedimento sistemático com aplicação de escalas numéricas e/ou categorias fixas.

3.2. Os testes serão:

IFP: Inventário Fatorial de Personalidade;

RE: Raciocínio Espacial e;

TADIM: Atenção Difusa.

3.3. O tempo estimado para realização do conjunto de testes é de 02 horas.

Lages, 15 de dezembro de 2011.

ANTONIO CÉSAR ALVES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Administração de Lages/SC

Lindóia do Sul

PREFEITURA

decreto comissão

DECRETO N.º 2.209/2011, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º Em razão das férias do servidor Leonardo Júnior Cavallier, fica nomeado como presidente da Comissão Permanente de Licitações o servidor Marcelo Diogo Colossi.

Art. 2º O servidor nomeado exercerá as funções desta data até o dia 25/12/2011.

Art. 3º Escoado o prazo do artigo anterior, a composição da Comissão Permanente de Licitações retornará, automaticamente, ao que está disposto no Decreto 2090/2011 de 31 de janeiro de 2011.

Art. 4º As demais disposições seguem o Decreto nº 2090/2011 de 31 de janeiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Em 20 de dezembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Auxiliar de Técnico

Extrato retificação de edital

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Retificação de editais

Tendo em vista o recesso do Poder Judiciário e a necessidade de dar maior amplitude e participação de interessados com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa fica dispensada a apresentação da certidão negativa de falência ou concordata para habilitação no processo licitatório referente aos editais do: Pregão Presencial 09/2011 FMS. Maiores informações, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 20 de dezembro de 2011.

GENIR LOLI -

Secretario de Saúde e Ação Social

Extrato Retificação de Edital - PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal
Retificação de editais

Tendo em vista o recesso do Poder Judiciário e a necessidade de dar maior amplitude e participação de interessados com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa fica dispensada a apresentação da certidão negativa de falência ou concordata para habilitação nos processos licitatórios referente aos editais do: Pregão Presencial 50/2011; Pregão Presencial 51/2011; Pregão Presencial 52/2011; Pregão Presencial 53/2011; Pregão Presencial 54/2011; Pregão Presencial 55/2011; Tomada de Preços 12/2011; Concorrência 05/2011; Carta Convite 08/2011. Maiores informações, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 20 de dezembro de 2011.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em exercício

Edital Convocação

EDITAL Nº 2/2011

Convoca Sessão Extraordinária

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E

Art. 1º. Fazer saber a todos os habitantes do Município que, por convocação do Exmo. Sr. Prefeito de Lindóia do Sul, fica convocada Sessão Extraordinária a se realizar na data de 21/12/2011, às 18h:00min, na Sala de Sessões da Câmara, para discussão sobre os Projetos de Lei Ordinária Nº 78/2011, de 20 de dezembro de 2011 - Altera a Lei Nº 1061/2011, de 12 de dezembro de 2011 e dá Outras Providências, Projeto de Lei Ordinária Nº 79/2011 de 20 de dezembro de 2011 - Altera a Lei Nº 1063/2011 de 12 de dezembro de 2011 e dá outras providências e Projeto de Lei Ordinária Nº 80/2011 de 20 de dezembro de 2011 - Remaneja Recursos do exercício Vigente e dá outras providências.

Publique-se.

Registre-se.

Lindóia do Sul, 15 de dezembro de 2011.

PEDRO BRINGHENTI

Presidente

Luzerna

PREFEITURA

Extrato do Contrato pml.053.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.053.11

MODALIDADE: Concorrência p/Compras e Serviços nº 0005/2011
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
COMPROMISSÁRIO COMPRADOR: MANSUR SEGUNDO MARIANI
OBJETO: alienação de um terreno urbano denominado área "3 - AA", localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna(SC), com a área de 2.173,70m2 (dois mil, cento e setenta e três metros e setenta centímetros quadrados), sem benfeitorias
VALOR: R\$ 60.010,00 (sessenta mil e dez reais)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses a contar da data da assinatura do contrato

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR

MANSUR SEGUNDO MARIANI
COMPROMISSÁRIO COMPRADOR

Extrato do Contrato pml.054.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.054.11

MODALIDADE: Concorrência p/Compras e Serviços nº 0005/2011
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
COMPROMISSÁRIA COMPRADORA: CELSO LUIZ MITTERER EPP
OBJETO: alienação de um terreno urbano denominado área "3 - AC", localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna(SC), com a área de 1.332,86m² (um mil trezentos e trinta e dois metros e oitenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias
VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses a contar da data da assinatura do contrato

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR

CELSO LUIZ MITTERER
CELSO LUIZ MITTERER EPP
COMPROMISSÁRIA COMPRADORA

Extrato do Contrato pml.055.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.055.11

MODALIDADE: Concorrência p/Compras e Serviços nº 0005/2011
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)
COMPROMISSÁRIA COMPRADORA: FIORIN USINAGEM LTDA ME
OBJETO: alienação de um terreno urbano denominado área "1", localizado no Condomínio Empresarial, na cidade de Luzerna(SC), com a área de 966,92m² (novecentos e sessenta e seis metros e noventa e dois centímetros quadrados), sem benfeitorias
VALOR: R\$ 30.200,00 (trinta mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: 30 (trinta) meses a contar da data da assinatura do contrato

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
COMPROMISSÁRIO VENDEDOR

ADILSON FIORIN
FIORIN USINAGEM LTDA ME
COMPROMISSÁRIA COMPRADORA

Macieira

PREFEITURA

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato de aditamento nº 0030/2011. Contrato Administrativo nº. 0036/2010. Processo

licitatório nº 0023/2010. Tomada de Preço nº 0002/2010. Objeto: Prorrogação de prazo para serviços de engenharia sanitária para coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos e rurais do município de Macieira - SC, durante o exercício de 2012, conforme especificações contidas no anexo I do Edital. Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Prazo: 31/12/2012. Valor total do contrato para o exercício de 2012: R\$ 93.045,36.

Macieira, 20 de dezembro de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão

Compras diretas prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	2269	2,000	1,9500	3,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	2269	4,000	1,5000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	abraçadeira	2269	1,000	17,5000	17,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Abraçadeira cinta	2269	1,000	8,5000	8,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cadeado 45mm	2269	2,000	19,5000	39,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cal hidrat	2269	1,000	8,5000	8,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cano de pvc	2269	1,000	33,5000	33,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cano de pvc	2269	2,000	3,9000	7,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cola 3 m	2269	2,000	17,5000	35,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	ESCOVA DE AÇO	2269	1,000	3,0000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Ferro	2269	1,000	27,9000	27,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Lona preta 5/5	2245	6,000	3,4500	20,70
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luva 50mm	2269	2,000	1,5000	3,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Marreta	2269	1,000	11,5000	11,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Prego 25x72	2245	9,000	7,9500	71,55
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Saco de cimento	2224	3,000	21,0000	63,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Silicone	2269	2,000	8,9000	17,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Super bond	2269	2,000	5,9500	11,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Tomada	2269	1,000	7,5000	7,50
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	VASSOURA	2218	2,000	12,0000	24,00
ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA ME	CABO DE VELOCÍMETRO	2167	1,000	18,0000	18,00
AUTO POSTO FARENZENA LTDA	filtro de diesel	2217	1,000	93,5000	93,50
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	2166	1,000	31,0000	31,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	2216	1,000	105,0000	105,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	2221	1,000	48,0000	48,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Camara de ar	2264	1,000	48,0000	48,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO DE AR	2214	1,000	98,0000	98,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de combustível	2231	1,000	49,0000	49,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	2214	1,000	73,0000	73,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	2264	2,000	15,0000	30,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	2214	1,000	73,0000	73,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Stopa de pano	2215	15,000	3,1500	47,25
AUTO POSTO GIUL LTDA	Tampa	2221	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	TIP TOP	2216	1,000	10,0000	10,00
BIG ZITOS INDUSTRIA E COMERCIO DE SALGADINHOS	Cestas de Natal	2334	600,000	2,0900	1.254,00
BRESSAN AUTO PECAS LTDA	Mangueira	2228	1,000	64,0000	64,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Anel de Seguranaça	2314	1,000	3,0000	3,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Arruela	2314	1,000	7,0000	7,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Cabo de Aço	2170	12,000	21,8000	261,60
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Carcaça de engrenagem	2314	1,000	100,5000	100,50
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Cinto duplo p/ ombro	2314	1,000	102,0000	102,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	CLIPS	2170	12,000	5,0000	60,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Eixo de acionamento	2314	1,000	87,0000	87,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Fio	2170	312,000	0,5000	156,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Jogo de pinhão	2314	1,000	156,0000	156,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	MÃO DE OBRA	2316	1,000	25,0000	25,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	ROLAMENTO	2314	1,000	27,0000	27,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	ROLAMENTO	2314	1,000	33,0000	33,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	ROLAMENTO	2314	2,000	37,0000	74,00
CASA DAS BATERIAS CAÇADOR LTDA ME	Bateria	2267	1,000	390,0000	390,00
CASA DO COMPUTADOR COM. DE EQUIP. DE INFOR	cartuchos n. 21 original para impressora hp	2333	3,000	49,0000	147,00
CASA DO COMPUTADOR COM. DE EQUIP. DE INFOR	cartuchos n. 22 original para impressora hp	2333	5,000	63,0000	315,00
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	PARAFUSO	2222	4,000	16,2900	65,16
CASA DOS PARAFUSOS CACADOR LTDA	Polcas	2222	4,000	1,6300	6,52
CASA PREDILETA	Argolas	2164	400,000	0,4000	160,00
CASA PREDILETA	Gancho	2164	400,000	0,2500	100,00
DRESCH & CIA LTDA	Palheta	2268	4,000	39,0000	156,00
E C T	Aerograma noite de Natal	2223	350,000	1,6000	560,00
E C T	Aerograma Presépio	2223	350,000	1,6000	560,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Película de controle solar G20	2332	3,950	86,0800	340,02
IRRIGASOLO SIST. IRRIG LTDA	MANGOTE AZUL	2165	7,000	18,0000	126,00
IRRIGASOLO SIST. IRRIG LTDA	Nips	2165	1,000	14,0000	14,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Livro de protocolo de correspondencia	2244	1,000	7,2000	7,20
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Livro de registro	2244	1,000	10,9000	10,90
JOÃO JAIME SONEGO	MÃO DE OBRA	2168	1,000	50,0000	50,00
LEANDRO LUIZ CONSONI - ME	Conserto de chassis e eixo	2286	1,000	542,0000	542,00
MANENTI & CIA LTDA	Vidros 18x26 3mm	2331	12,000	2,9167	35,00
MANENTI & CIA LTDA	Vidros 23x20 3mm	2331	24,000	2,1250	51,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Amortecedor	2254	2,000	235,0000	470,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	Bucha	2254	2,000	14,0000	28,00
MECANICA AUTO PECAS TRENTIN LTDA	COXIM	2254	2,000	9,0000	18,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Abraçadeira plastica media	2284	5,000	0,5000	2,50
MECANICA FARENZENA LTDA	Braçadeira	2229	2,000	0,5000	1,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Fusivel	2284	5,000	1,0000	5,00
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	2284	3,000	3,0000	9,00
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	2284	1,000	15,0000	15,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	2230	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	2285	1,000	140,0000	140,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Rele	2229	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Seta do volante	2284	1,000	3,0000	3,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal	2284	3,000	0,5000	1,50
MECANICA ZAGO	Cruzeta	2220	1,000	52,9800	52,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO	PARAFUSOS	2220	2,000	1,3000	2,60
MECANICA ZAGO	Pastilha de freio	2169	2,000	47,8000	95,60
MECANICA ZAGO	Posca lisa 12mm	2220	4,000	0,4200	1,68
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	CABO DE ACELERADOR	2302	1,000	240,0000	240,00
Total Geral do Mês ---->					8.327,06

Relação de compras mensais saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 1/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALCINEU VAGNER RIBEIRO ME	Carimbo 4926	844	1,000	55,0000	55,00
AUTO ELITE LTDA	Anéis 2018	891	1,000	4,0000	4,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro de combustível	891	1,000	33,0000	33,00
AUTO ELITE LTDA	Filtro de óleo	891	1,000	22,5000	22,50
AUTO ELITE LTDA	Limpeza de peças	892	1,000	90,0000	90,00
AUTO ELITE LTDA	MÃO DE OBRA	892	1,000	80,0000	80,00
AUTO ELITE LTDA	Óleo	891	1,000	126,0000	126,00
HIDRAL QUIMICA IND E COM LTDA	Cestas de Natal	873	5,000	7,2900	36,45
HIDRAL QUIMICA IND E COM LTDA	Vidros 18x26 3mm	873	20,000	22,7900	455,80
HIDRAL QUIMICA IND E COM LTDA	Vidros 23x20 3mm	873	20,000	14,6300	292,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	870	3,000	10,0000	30,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante embalagem de 2 litros	870	1,000	2,7400	2,74
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Balde	870	3,000	9,8000	29,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	870	2,000	4,4900	8,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	ESCOVA DE CHÃO	870	3,000	1,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo	870	2,000	1,2500	2,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	SBP	870	1,000	6,5000	6,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de nylon	870	4,000	5,5000	22,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Borrachas	889	3,000	0,5000	1,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Caixa de papel ofício	889	2,000	120,0000	240,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Caneta Bic	889	1,000	37,5000	37,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	CLIPS	889	1,000	9,9000	9,90
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	GRAMPEADOR	889	1,000	10,5000	10,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	GRAMPO	889	1,000	5,0000	5,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Lápis	889	6,000	0,4500	2,70
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Pilhas	889	4,000	1,0000	4,00
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Placa INTERDITADA DESVIO (flecha indicativa a esquerda)	889	10,000	0,3500	3,50
J K PAPELARIA E PANIFICADORA LTDA	Tesoura grande	889	2,000	6,5000	13,00
MECANICA ZAGO	contra pino	858	1,000	1,5600	1,56
MECANICA ZAGO	Disco de freio	858	1,000	180,5200	180,52
MECANICA ZAGO	MÃO DE OBRA	859	1,000	38,0000	38,00
MECANICA ZAGO	Mão de obra colocação de peças	859	0,500	38,0000	19,00
MECANICA ZAGO	Pastilha de freio	858	1,000	136,5000	136,50
METROMED COM. MAT. MED. HOSPITAL LTDA.	eletro normal	890	16,000	49,0000	784,00
METROMED COM. MAT. MED. HOSPITAL LTDA.	ELETRODO	890	6,000	34,0000	204,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio	871	15,000	1,9800	29,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	DETERGENTE	871	5,000	0,8900	4,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	871	3,000	3,4800	10,44
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova para vaso sanitário	871	8,000	2,3900	19,12
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova pequena	871	5,000	1,9900	9,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de aço Tipo Bombril	871	4,000	1,2900	5,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Página: 2/2

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Novembro/2011**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espanja verde amarela	871	8,000	0,4400	3,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	filtro café	871	1,000	1,9800	1,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Filtro de café 103	871	2,000	1,9800	3,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de limpeza	871	6,000	8,9800	53,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em pó - caixa de 1 kg	871	2,000	3,7900	7,58
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 litros pacote com 10	871	10,000	1,2900	12,90
TECNICARD LTDA ME	Recuperação de veículo gol G5, placas MHJ 5635		1,000	7.068,1600	7.068,16
VITAL TREINAMENTOS GERENCIAIS E PROFISSIONA	Realização de curso de capacitação		1,000	7.300,0000	7.300,00
Total Geral do Mês ---->					17.523,95

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 045/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2011

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/SC

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Esta Lei Complementar disciplina a atividade tributária no Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina e estabelece normas complementares de direito tributário a ela relativas.

Parágrafo único. Esta Lei Complementar tem a denominação de "Código Tributário do Município de Massaranduba."

A presente Lei é constituída de 02 (dois) livros, com a matéria assim distribuída:

I - LIVRO I - Dispõe sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela Legislação Federal, aplicáveis aos Municípios, e as de interesse do Município para aplicação de sua Lei Tributária.

II - LIVRO II - Regula a matéria tributária no que compete ao Município, as limitações constitucionais e toda matéria relativa à receita do Município, constituída de tributos.

LIVRO I

PARTE GERAL

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

A legislação tributária municipal obrigará em todo o território do Município de Massaranduba, ou, fora dele, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade as leis complementares a que se refere o artigo 146, da Constituição Federal, e os convênios de que participe o Município.

A "Legislação Tributária" compreende a Constituição Federal, a Constituição Estadual, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos e Normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Somente a Lei Complementar pode estabelecer:

I – A instituição de tributos ou a sua extinção;

II – A majoração de tributos ou a sua redução;

III – A definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – A fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;

V – A instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – As hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários ou de dispensa ou de redução de penalidades.

Não constitui majoração de tributos, para os efeitos do inciso II do artigo anterior, a atualização do valor monetário de bases de cálculo.

O Prefeito regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

I – As normas constitucionais vigentes;

II – As normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e Legislação Federal posterior;

III – As disposições deste Código e das Leis Municipais a ele subseqüentes.

Parágrafo único – O Conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão aos das Leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo em especial:

I – Dispor sobre matéria não tratada em Lei;

II – Acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – Suprimir ou limitar disposições legais;

IV – Interpretar a Lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

São normas complementares das Leis e Decretos:

I – Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – As decisões proferidas pelas autoridades administrativas de primeiras e segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código;

III – As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV – Os convênios celebrados entre o Município e os governos Federal ou Estadual.

Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro, sem que a Lei que o houver instituído ou aumentado, esteja em vigor antes do início desse exercício.

Parágrafo Único – Entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorrer a sua publicação, a Lei ou dispositivo de Lei que:

I – Defina novas hipóteses de incidência;

II – Defina novas alíquotas ou bases de cálculo;

III – Extinga ou reduza isenções, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao deste Código.

CAPÍTULO II**DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Todas as funções referentes a lançamento, cobrança, recolhimentos e fiscalização de tributos municipais, a aplicação de sanções por infração de disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a ele subordinados, segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e dos respectivos regimentos.

Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência técnica aos órgãos competentes.

§ 2º As consultas por escrito deverão ser formuladas com objetividade e clareza e somente poderão focalizar dúvidas ou circunstâncias atinentes à situação do contribuinte ou responsável decorrentes do exercício de lançamento ou fato gerador.

§ 3º As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente lesarem ou tentarem lesar o fisco.

A Secretária competente ou Servidor responsável (designado pelo Secretário) dará solução à consulta, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação.

§ 1º A solução dada à consulta traduz, unicamente, a orientação dos órgãos, sendo que a resposta desfavorável ao contribuinte ou responsável, obriga-o, desde logo, ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária, se for o caso, independentemente do recurso que couber.

§ 2º A formulação da consulta não terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos e penalidades pecuniárias.

§ 3º Ao contribuinte ou responsável que procedeu de conformidade com a solução dada à sua consulta, não poderão ser aplicadas penalidades que decorram de decisão divergente proferida pela instância superior, mas ficará, um ou outro, obrigado a agir de acordo com essa decisão, tão logo ele lhe seja comunicada.

Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e documentos que devem ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

São autoridades fiscais, para efeito deste Código, às que tem jurisdição e competência definidas em Leis.

CAPÍTULO III**DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA****SEÇÃO I
DAS MODALIDADES**

A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I – Obrigação tributária principal;

II – Obrigação tributária acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objetivo o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

**SEÇÃO II
DO FATO GERADOR**

Fato gerador da obrigação principal é a materialização da hipótese de incidência, prévia e genericamente, definida em lei.

Fato gerador da obrigação acessória é qualquer fato que caracterize o descumprimento, por ação ou omissão, de hipótese de incidência, prévia e genericamente definida na legislação tributária e que não configure obrigação principal.

Salvo disposição de lei em contrário, considera-se materializado o fato gerador, e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

**SEÇÃO III
DO SUJEITO ATIVO**

Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Massaranduba é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas Leis a ele subseqüentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável sobre a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar Leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

§ 2º Não constitui delegação de competência, o cometimento à pessoas de direito privado, do encargo ou função de arrecadar tributos.

SEÇÃO IV DO SUJEITO PASSIVO

SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código ao pagamento de tributos de competência do Município.

Parágrafo Único – O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I – Contribuinte, quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

II – Responsável, quando, sem revestir condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas deste Código.

Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou a abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

Salvo os casos expressamente previstos em Lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostos à Fazenda Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

SUBSEÇÃO II DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRIBUINTES OU RESPONSÁVEIS

Os contribuintes ou responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal ficando especialmente obrigados a:

I – Apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II – Comunicar a Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária.

Mesmo no caso de isenção os beneficiários ficam sujeitos ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

SUBSEÇÃO III SOLIDARIEDADE

São solidariamente obrigados:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei.

Parágrafo Único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Salvo disposição de lei em contrário os efeitos da solidariedade são:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

SEÇÃO III CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar à pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO IV DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, ou na eleição inadequada, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem

assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

São pessoalmente responsáveis:

I – O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação;

II – o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III – o espólio pelos tributos devidos pelos “de Cujus” até a data da abertura da sucessão.

A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas de direito privado, fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único. O disposto deste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outro, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos até a data do ato, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido:

I – Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II – Subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da sua alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas quais forem responsáveis:

I – Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II – Os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III – Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV – O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V – O síndico e comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI – Os tabeliões, escrivãos e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, em razão de seu ofício.

VII – os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoa, exceto se for sob firma individual.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo só se aplica em matéria de penalidade às de caráter moratório.

São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos com excesso de poderes, ou infração da lei, contrato social ou estatuto:

I – As pessoas referidas no artigo anterior;

II – Os mandatários, prepostos e empregados;

III – Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO III RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 37, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

CAPÍTULO V

O CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão,

seus efeitos, as garantias, ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

O crédito tributário regularmente constituído, somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código, obedecidos os preceitos básicos fixados no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da Lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

SEÇÃO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I DO LANÇAMENTO

Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – Verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – Determinar a matéria tributável;

III – Calcular o montante do tributo devido;

IV – Identificar o sujeito passivo;

V – Propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento, a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgados ao crédito, maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

SEÇÃO II MODALIDADES DE LANÇAMENTO

O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

X - quando a autoridade competente verificar a ocorrência de erro no lançamento anterior.

XI - quando a autoridade competente declare a irregularidades de sua constituição;

XII - erro de lançamento que originou o fato de constituição do crédito tributário;

Parágrafo Único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo

ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Os lançamentos e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – Por notificação direta;

II – Por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – Por publicação em órgão da imprensa local;

IV – Por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, com aviso de recebimento (AR) ou via e-mail com assinatura digital padrão ICP BRASIL emitida pela autoridade certificadora oficial, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – Mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos indicados pela ordem de preferência:

No órgão oficial do Município;

Em qualquer órgão da imprensa local, ou de comprovada circulação no território do Município;

No órgão oficial do Estado

No portal eletrônico da Prefeitura

Na internet, nos portais de divulgação oficiais dos atos públicos.

II – Mediante afixação de Edital na Prefeitura.

A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica na dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposições de recursos.

É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributáveis, quando o montante do tributo não for conhecido oficialmente.

SEÇÃO III DA FISCALIZAÇÃO

Compete privativamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelas suas unidades especializadas, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias municipais, inclusive aquelas relativas à Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, as Taxas, a Contribuição de Melhoria e às transferências constitucionais.

§ 1º A Fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou isenção de caráter pessoal.

§ 2º A ação dos Agentes Fiscais poderá estender-se além dos limites do Município.

§ 3º O Fiscal de Tributos concursado, é a autoridade responsável pelo lançamento e respectiva revisão do crédito tributário e pela fiscalização dos tributos e rendas municipais, cabendo-lhe, também, ministrar aos contribuintes em geral esclarecimentos sobre a inteligência e fiel observância deste Código, leis e regulamentos fiscais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensável ao desempenho de suas atividades.

Para os efeitos da legislação tributária municipal, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo Único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e, na forma da legislação aplicável, fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º São dispensados os termos de início e de encerramento de fiscalizações quando se tratarem motivadas por pedidos de baixa.

§ 3º O termo será lavrado onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência.

§ 4º - O termo deve ser digitado, impresso ou manuscrito, inutilizando-se os espaços em branco.

§ 5º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados em um dos livros fiscais exibidos; ou em separado quando se entregará, à pessoa sujeita a fiscalização, cópia do mesmo.

§ 6º Se o fiscalizado se recusar a recebê-lo ou a exarar o recibo, o fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo por via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 7º Tornando-se impossível a intimação nos moldes do parágrafo anterior em decorrência do contribuinte estar em local incerto e não sabido, far-se-á a intimação por edital na forma desta lei.

§ 8º O termo de início de fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, e após a autorização do Secretário de Administração, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

Os termos mencionados no artigo anterior expressará, claramente, a data do início da fiscalização, não podendo o prazo entre essa e a da sua conclusão ser superior a 60 (trinta) dias corridos.

Parágrafo Único - O prazo referido neste artigo poderá ser dilatado por mais 60 (sessenta) dias, desde que o agente fiscal faça prova, perante a Chefia, de necessidade da dilatação.

Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação aos

bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§ 1º A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§ 2º São obrigados ainda, mediante intimação escrita, todos os contribuintes estabelecidos no Município de Massaranduba, a apresentar informações relativas ao Movimento Econômico (Livros Contábeis Diário e Razão ou Livro Caixa), para que o Município possa verificar o retorno da quota-parte do ICMS (de acordo com a Lei Federal nº 63/90).

§ 3º Pode o município no exercício de suas funções fiscalizadoras em atos de fiscalização relativo à sua cota-parte no retorno do ICMS verificar e averiguar a circulação de mercadorias no território municipal, firmar convênios com o estado e parcerias com as associações de município.

Além da competência para notificar, representar, autuar e apreender bens, livros e documentos, poderá a Fazenda Municipal, por seus Fiscais Fazendários, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários:

I-exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes das operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributária;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fazendárias;

V - requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal, quando forem os agentes vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

VI - lacrar móveis ou depósitos que, presumivelmente, guardem o material cuja exibição se solicitou, da ocorrência se lavrar termo.

VII - São obrigados a auxiliar a fiscalização, prestando informações que lhe forem solicitados, cumprindo ou fazendo cumprir as disposições desta Lei e permitindo aos Agentes fiscais colher quaisquer elementos julgados necessários à fiscalização, todos os órgãos da Administração Pública Municipal, bem como as entidades

autarquias, paraestatais e de economia mista.

Parágrafo 1º. – o disposto neste artigo aplica-se, às pessoas naturais e jurídicas que gozem de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

Parágrafo 2º. – Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer dispositivos legais ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou na obrigação destes de exibí-los.

Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as seguintes hipóteses:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo que se refere à informação, por prática de infração administrativa.

III – requisição da Controladoria Municipal para fins de Controle Interno e Auditoria.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratórias.

A Fazenda Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Públicas da União e as dos Estados, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou, independente deste ato, sempre que solicitada.

SEÇÃO IV

DA INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO

Sempre que, a critério do Setor de Fiscalização de Tributos e/ou Vigilância Sanitária e depois de garantida ao contribuinte a mais ampla oportunidade de contestação das faltas argüidas em representação, for considerada ineficaz a aplicação das demais penalidades previstas na legislação tributária, poderá ser interditado o estabelecimento do infrator:

I – De qualquer estabelecimento que execute atividade econômica no município, com ou sem alvará.

II – Que esteja em discordância das normas tributárias, posturas, ambiental e sanitárias.

III – Poderá até ser suspensa ou cancelada a inscrição municipal de Cadastro Municipal de Contribuintes se constatado a falta da regularidade fiscal e de vigilância sanitária.

Parágrafo Único. O regulamento disporá sobre os critérios, possibilidades e impossibilidades em fazê-lo, respeitando as garantias constitucionais.

A interdição será por prazo indeterminado e comunicada ao infrator até que sejam sanadas as irregularidades apontadas, para o cumprimento da obrigação.

A aplicação da interdição prevista no artigo anterior não exclui o infrator do cumprimento das demais obrigações acessórias previstas nesta lei.

SEÇÃO V DA COBRANÇA E RECOLHIMENTO

A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Aos créditos tributários do Município, aplicam-se as normas de quanto a correção monetária estabelecidas pelo artigo 165 desta lei.

Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado, sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova de recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Havendo erro por parte do Servidor, devidamente instituído em Processo Administrativo o lançamento do Tributo será atualizado e lançado de forma complementar e o Sujeito Passivo deverá recolher, e quitar o mesmo.

O Prefeito poderá firmar convênios com os estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com sede, agência ou escritório no território do Município, visando o recebimento de tributos e penalidades pecuniárias, vedada a atribuição de qualquer parcela da arrecadação a título de remuneração, bem como, o recebimento de juros desses depósitos.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre o sistema de arrecadação de tributos através da rede bancária, podendo autorizar, em casos especiais, a inclusão no convênio, de estabelecimentos bancários com sede agência ou escritórios em locais fora do Município, quando o número de contribuintes neles domiciliados justificar tal medida.

SEÇÃO VII DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I DAS MODALIDADES DE SUSPENSÃO

Suspendem a exigibilidade de crédito tributário:

I – A moratória;

II – O depósito de seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na parte processual;

IV – A concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI – Parcelamento na forma da lei;

Parágrafo Único. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito esteja suspenso ou deles consequentes.

SUBSEÇÃO II DA MORATÓRIA

A moratória somente pode ser concedida:

I - em caráter geral, por lei expressa;

II - Em caráter individual, por despacho do Secretário de Administração e Finanças, devidamente fundamentado.

Parágrafo Único - A moratória prevista no inciso II deste artigo não excederá a 12 (doze) meses.

A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo Único - A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo Único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SUBSEÇÃO III DO PARCELAMENTO

Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser

parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste capítulo.

Os créditos tributários decorrentes de lançamento de ofício ou denunciados espontaneamente e depois de consolidados poderão ser objeto de parcelamento na forma em que a legislação dispuser.

O parcelamento em caráter geral de créditos consolidados, tributários ou não tributários, poderão ser parcelados e, até 36 (trinta e seis) meses, observando os seguintes critérios:

I - Para contribuinte pessoa jurídica, o número de prestações não excederá a 36 (trinta e seis) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante de o parcelamento ser inferior a 1,50 (uma e meia) UFM.

II - Para contribuinte pessoa física, o número de prestações não excederá 36 (sessenta) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante de o parcelamento ser inferior a 1,00 (uma e meia) UFM.

III - Para as empresas enquadradas como microempresa, cuja receita bruta seja igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda ou pela DASN (Declaração Anual do Simples Nacional) o número de prestações não excederá 36 (trinta e seis) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante de o parcelamento ser inferior a 1,00 (uma) UFM.

IV - Para as empresas enquadradas como de pequeno porte, com receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), comprovada tal situação através da declaração do imposto de renda ou pela DASN (Declaração Anual do Simples Nacional), o número de prestações não excederá 36 (trinta e seis) parcelas e o seu vencimento será mensal e consecutivo, incidindo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data do parcelamento, este indexado pela UFM (Unidade Fiscal Municipal), não podendo a parcela resultante de o parcelamento ser inferior a 1,50 (uma e meia) UFM.

A falta de pagamento de 03 (três) prestações consecutivas implicará no romovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para cobrança executiva, vedado novo parcelamento administrativo, salvo se proveniente de acordo judicial;

Para os casos previstos, o parcelamento deverá ser requerido à secretária municipal de administração e finanças ou em sistema fornecido pelo município através da rede mundial de computadores. (internet)

Nos casos de parcelamento de tributos vencidos ou inscritos em dívida ativa a multa e juros de mora será reduzida:

I - em 90% (noventa por cento) para pagamento a vista;

II - em 80% (oitenta por cento) para pagamento em até 03 (três) parcelas;

III - em 70% (setenta por cento) para pagamento em até 06 (seis) parcelas;

IV - em 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 09 (nove) parcelas;

V - em 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

VI - em 30% (trinta por cento) para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

VII - em 20% (vinte por cento) para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

VIII - em 10% (dez por cento) para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

O parcelamento dos débitos para com a Fazenda Municipal, depois de ajuizada a competente execução, somente poderá ser realizado nos autos da respectiva ação e a critério do município, com garantia do juízo, pelo mesmo prazo e condições estabelecidos no art. 78.

Parágrafo Único. O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora previstos nesta lei.

SUBSEÇÃO IV PARCELAMENTO ANTES DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

Os débitos fiscais referentes aos tributos municipais e taxas municipais, devidos por pessoas jurídicas e físicas, antes de sua inscrição em Dívida Ativa, poderão ser parcelados nos termos previstos nos arts. 78 à 81.

É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor das parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros, a partir da última vincenda.

Parágrafo Único: Para o benefício previsto neste artigo o contribuinte deverá apresentar-se no setor de tributos do município para emissão da guia de recolhimento ou através de aplicativo acessado pela rede mundial de computadores (internet).

SUBSEÇÃO V PARCELAMENTO APÓS A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal, após a inscrição em dívida ativa, poderá ser concedido em até 36 (trinta e seis) meses, aplicando-se o disposto nos arts. 78 à 81.

O parcelamento dos débitos em fase de execução judicial obedecerá ao disposto no art. 81.

Parágrafo Único. O não cumprimento da parte do sujeito passivo do acordo judicial referente aos créditos tributários ocasionará o encaminhamento por parte do fisco municipal à execução fiscal.

SUBSEÇÃO VI DO DEPÓSITO

O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária.

I – Quando preferir o depósito à consignação judicial,

II – Para atribuir o efeito suspensivo:

à consulta formulada na forma do artigo 220 deste código;
à reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;
à qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando a modificação, extinção ou exclusão, total ou parcial da obrigação tributária.

A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I – Para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

II – Como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo nos casos de compensação;

III – Como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – Em quaisquer outras circunstâncias em que se fizer necessário resguardar o interesse do fisco.

A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – Pelo Fisco, nos casos de:

Lançamento direto;
Lançamento por declaração;
Alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
Aplicação de penalidades pecuniárias.

II – Pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

Lançamento por homologação;
Retificação da declaração nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
Confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III – Na decisão administrativa desfavorável no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – Mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco sempre que não puder ser determinado o montante do crédito tributário.

Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito apresentando o comprovante do banco, observando o disposto no artigo seguinte

O depósito deverá ser efetuado em moeda corrente nacional.

Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único . A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário

I – Quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – Quando total, de outros créditos referentes aos mesmos ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO VIII DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I DA MODALIDADE DE EXTINÇÃO

Extingue o crédito tributário:

I – O pagamento;

II – A compensação;

III – A transação;

IV – A remissão;

V – A prescrição e a decadência;

VI – A conversão de depósito em renda;

VII – O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos no disposto na legislação tributária do Município;

VIII – A consignação em pagamentos, quando julgado procedente, nos termos da disposição na legislação tributária do Município;

IX – A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X – A decisão judicial passada em julgado.

XI – A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo Único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos artigos 46 e 49.

SUBSEÇÃO II DO PAGAMENTO

A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo Único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

O crédito não integralmente pago no vencimento será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

I - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento.

II - Os créditos vencidos para com a Fazenda Municipal, inscritos em dívida ativa ou não, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa e correção monetária conforme previsto neste código.

III - O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito se da consulta resultar benefício do sujeito passivo.

IV - Será aplicada redução de 90% (noventa por cento) sobre juros e 90% (noventa por cento) sobre a multa moratória, aos contribuintes que quitarem seus débitos com a Fazenda Municipal, em uma única parcela.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto no inciso IV as multas de ofício, advindas da lavratura de Auto de Infração por descumprimento de obrigação principal ou acessória.

O pagamento é efetuado via DAM (Documento Arrecadação Municipal).

Os créditos tributários do Município, quando vencidos em dias não úteis, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por outro Município, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

É lícito ao Poder Executivo contratar estabelecimentos bancários para receberem tributos municipais.

SUBSEÇÃO III PAGAMENTO INDEVIDO

O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Parágrafo Único. A qualquer tempo, constatado e reconhecido o pagamento indevido, poderá a Autoridade Fiscal autorizar a compensação com débito de tributo da mesma espécie, após

autorização do Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O sujeito passivo solicitará via protocolo o pedido de restituição do crédito tributário instituído, fundamentado, o qual será apreciado pela secretaria que originou o seu lançamento que dará o parecer e encaminhamento ao Secretário de Administração e Finanças as devidas providências.

Parágrafo Único. Na restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, aplicar-se-á somente a correção monetária.

A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

A restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, na mesma proporção, juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais a ela relativos previstos na legislação municipal.

O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 103, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo 103, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

§ 1º O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, a partir da data da citação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

§ 2º Aos pedidos de restituição indeferidos pelo Secretário Municipal da Fazenda, aplicar-se-ão, no que couber, as regras disciplinadoras do Contencioso Tributário previsto neste Código.

SUBSEÇÃO IV DA COMPENSAÇÃO

A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir ao Secretário da Fazenda, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

§ 1º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a lei determinará, para os efeitos deste artigo, a apuração do seu montante, não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 2º A regra do caput deste artigo não se aplica para os casos de pagamento indevido previstos na seção anterior, onde a compensação poderá ser autorizada pelo Secretário Municipal da Fazenda, mediante despacho fundamentado, exarado em expediente instruído com o requerimento do interessado e após a ação fiscal competente que verificará a exatidão dos argumentos do requerente.

§ 3º Pode o Município disponibilizar através da rede mundial de computadores mecanismo de solicitação automática de compensação, para as competências posteriores, ficando a cargo do

sujeito passivo a comprovação material do recolhimento a maior ou indevido.

SUBSEÇÃO V DA TRANSAÇÃO

Fica o Secretário de Administração e Finanças autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou remediar litígios e, conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Parágrafo único. O regulamento estipulará as condições e garantias sob as quais se dará a Transação.

SUBSEÇÃO VI DA REMISSÃO

Pode o Secretário Municipal de Administração e Finanças conceder ou Pelo Gerente de Tributação por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo, desde que seja comprovado com documentos;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário, que seja superior ao respectivo custo de sua cobrança;

IV - as considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V - as condições peculiares a determinada região do Município

VI - ao erro de lançamento que originou o fato de constituição do crédito tributário;

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, pode ser revogado ou revisto a qualquer tempo.

SUBSEÇÃO VII DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo Único - A prescrição se interrompe:

I - pela citação pessoal feita ao devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo Único. O direito a que se refere este artigo

extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

SUBSEÇÃO VIII DA HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO

Extingue o crédito tributário, a homologação do lançamento quando o pagamento do tributo for pago antecipadamente.

SUBSEÇÃO IX DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I - De recusa de recebimento ou subordinação deste pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III - De exigência, por outro Município, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º Somente se aceitará o pagamento na forma prevista por este artigo, se a consignação versar, exclusivamente, sobre o crédito que o contribuinte se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a ação de consignação, o pagamento se reputa efetuado, e a importância consignada será convertida em renda; julgada improcedente, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido dos juros de mora e das penalidades cabíveis.

SUBSEÇÃO X DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Extingue o crédito tributário, a decisão administrativa ou judicial que, expressamente:

I - Declare a irregularidades de sua constituição;

II - Reconheça a inexatidão da obrigação que lhe deu origem;

III - Exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV - Declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

VI - Erro de lançamento que originou o fato de constituição do crédito tributário;

VI - Quando ocorrer que o contribuinte não for encontrado para citação, não reside no local, rumo incerto, não sabido ou falecido, sem herdeiros ou responsáveis de direito.

§ 1º Somente extingue o crédito tributário, a decisão administrativa ou pelo funcionário responsável do setor que originou o lançamento, onde o mesmo fará o registro por escrito o motivo do cancelamento que originou o lançamento, irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como, a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da Legislação Tributária, ressalvadas as

hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito previstas neste Código.

SEÇÃO IX DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SUBSEÇÃO I DAS MODALIDADES DE EXCLUSÃO

Excluem o crédito tributário:

I – A isenção

II – A anistia

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído ou dela consequentes.

SUBSEÇÃO II DA ISENÇÃO

A isenção é sempre decorrente de lei, que deverá especificar as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo Único - A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no Parágrafo único, inciso III do artigo 9 deste Código.

A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal da Fazenda, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 1º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 78 e 81 deste Código.

§ 3º A concessão não traduzirá direito adquirido, podendo ser cassada a qualquer tempo, na forma da legislação vigente.

SUBSEÇÃO III DA ANISTIA

A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

- a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c) a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;
- d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.

A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário de Administração e Finanças, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo Único - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 78 e 81 deste Código.

CAPÍTULO VI

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo Único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

SEÇÃO II PREFERÊNCIAS

O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

A cobrança judicial do

crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- I - União;
- II - Estados, Distrito Federal, conjuntamente e pro rata;
- III - Municípios, conjuntamente e pro rata.

São créditos extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso de processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acréscidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo Único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do artigo anterior.

São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhuma repartição municipal, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

CAPÍTULO VII

DÍVIDA ATIVA

Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º Constitui também dívida ativa municipal, a proveniente de multa de qualquer natureza e de preços públicos regularmente inscritos, depois de esgotado o prazo de pagamento, fixado por lei ou decisão proferida em processo regular.

§ 2º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Para todos os efeitos legais, considera-se como inscrita a dívida registrada em livros, ou fichas especiais ou lançadas nos bancos

de dados do sistema de informação da Prefeitura, na repartição competente, inclusive aqueles declarados com assinatura digital em sistema autorizado pelo município.

Sempre que os débitos fiscais não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança judicial, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a seu respeito, cumprindo-lhe, entretanto, prestar informações solicitadas pelo órgão encarregado de sua cobrança ou pelas autoridades judiciárias.

O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo Único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição ou fará referência ao banco de dados.

A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Serão cancelados por despacho do Secretário de Administração e Finanças/Gerência de Tributação ou Servidor do Departamento de Tributos os créditos fiscais inscritos em dívida ativa:

I - quando legalmente prescritos;

II - referentes a contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que expressem valor;

III - valores de execução até 01 (uma) UFM;

IV - erro de lançamento quando for constatado a que este deu origem;

V – declare irregularidade de sua constituição;

VI – Quando ocorrer que o contribuinte não for encontrado para citação, não reside no local, rumo incerto, não sabido ou falecido, sem herdeiros ou responsáveis de direito.

§ 1º Para apurar os valores até 01 (uma) UFM, serão consolidadas todas as dívidas fiscais relativas ao contribuinte em um só processo administrativo, inadimplentes nos últimos 05 (cinco) anos.

§ 2º O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento da pessoa interessada, desde que fique comprovada, em processo regular, a prescrição ou a morte do devedor e a inexistência de bens a inventariar.

§ 3º O cancelamento será determinado de ofício e o servidor que efetuar, deverá informar a fundamentação e o fato gerador, deixar registrado em processo administrativo para arquivamento.

CAPÍTULO VIII

CERTIDÕES NEGATIVAS

SEÇÃO I

CERTIDÃO NEGATIVA E POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

É assegurado ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, o direito de obter certidão negativa de débitos municipais, como prova da quitação de tributos, contribuições, penalidades e outras dívidas municipais, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade.

Parágrafo único. A certidão negativa de débitos municipais será sempre expedida no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional e terá validade expressa de 90 (noventa) dias.

Será emitida certidão positiva de débitos municipais, com efeitos de negativa, quando, em relação ao contribuinte requerente, constar a existência de débito de tributo, contribuição, penalidade e/ou outra dívida:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa em virtude de:

- moratória;
- depósito de seu montante integral;
- reclamação ou recurso, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo;
- concessão de medida liminar em qualquer ação judicial;

II - que tenha sido objeto de parcelamento;

III - em relação ao qual o contribuinte houver solicitado compensação com créditos decorrentes de pedido de restituição ou de ressarcimento, pendente de decisão por parte da autoridade competente, depois de transcorridos trinta dias da protocolização do pedido de compensação na Secretaria Municipal da Fazenda;

IV - não vencido;

V - em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.

Parágrafo único. A certidão positiva de débitos municipais com efeitos de negativa, será sempre expedida no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento na repartição,

sob pena de responsabilidade funcional e terá validade expressa de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sua emissão.

A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensiva a quantos colaborarem por ação ou omissão no erro contra a Fazenda Municipal.

A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou produtor, não poderá efetuar-se sem que conste do título, a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais a que estiverem sujeitos estes estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, concessionário ou quem que os tenha recebido em transferência.

Sem prova, por Certidão Negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a qualquer outros ônus relativos ao imóvel, até o ano da operação, inclusive os escritvães, tabeliães, oficiais de registro, não podem lavrar, inscrever, transcrever, ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Parágrafo Único. A certidão será obrigatoriamente referida nos atos e contratos de que trata este artigo.

A expedição da Certidão Negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa:

I – Quando emitidas pela rede mundial de computadores, internet, no site oficial do município;

II – empresas inativas ou inaptas no cadastro municipal econômico;

III – contribuintes autônomos ou inscritos na categoria do MEI (Micro Empreendedor Individual);

CAPÍTULO IX

INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I INFRAÇÕES

Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

As infrações serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º Sendo a lei omissa, a multa pelo descumprimento de obrigação tributária principal será de 50%

(cinquenta por cento) do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º Sendo a lei omissa, a multa pelo descumprimento de obrigação tributária acessória será de 4 (quatro) UFM's (Unidade Fiscal Municipal), sem prejuízo da exigência do tributo e de outras penalidades cabíveis.

As infrações serão punidas com as seguintes multas:

I – Quando ocorrer atrasos no pagamento de impostos, taxas e contribuição de melhoria, de lançamento direto ou indireto, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10%(dez por cento), calculada sobre o montante do débito corrigido monetariamente.

II – Quando ocorrer falta de pagamento ou recolhimento à menor do imposto devido, lançado por homologação e apurado mediante ação fiscal:

Tratando-se de simples atraso no recolhimento, estando devidamente escriturada a alteração e o montante do tributo devido, apurada a infração mediante ação fiscal: multa de 50% (cinquenta por cento) do tributo devido;

Em casos de sonegação fiscal e independentemente da ação criminal que couber: multa de ofício de 100% (cem por cento) do tributo devido.

Parágrafo Único. Qualquer serviço prestado pela municipalidade a contribuintes e que se traduzam em valor monetário, não recolhidos nas datas estipuladas, ficam sujeitas ao que preceitua o inciso I do presente artigo.

Para efeitos deste código, entende-se como sonegação fiscal, a prática, pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele, de qualquer dos atos definidos como crimes de sonegação fiscal, a saber:

I - Prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por Lei;

II - Inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos a Fazenda Municipal;

III- Alterar faturas e quaisquer documentos relativos as operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV - Fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as com o objetivo de obter dedução de tributos devidos a Fazenda Municipal.

As multas serão cumulativas quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

Serão punidos com multa de 01 (um) até 20 (vinte) vezes o valor da Unidade Fiscal Municipal:

I – O síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação do tributo, no todo ou em parte;

II – O árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal, por negligência ou má fé nas avaliações;

III – As tipografias e estabelecimentos congêneres que :

Aceitem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização da Fazenda Municipal;

Não mantiverem registros atualizados de encomenda, execução e entrega de livros e documentos fiscais, na forma do regulamento;

IV – As autoridades, funcionários administrativos e quaisquer outras pessoas, independentemente do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, que embarquem, ilidirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

V – Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

VI – Pessoas ou Empresas que pratiquem atividade econômica; comercial, industrial ou prestação de serviços no município e sem estar inscrito no CMC (Cadastro Municipal de Contribuintes Econômicos), sem alvará de licença e funcionamento, seja de ordem eventual, ambulante ou fixo.

Parágrafo Único – O lançamento da multa será de ofício ou ex-officio, fica a cargo de a autoridade fiscal estimar o valor da multa, bem como apurar a infração, o prejuízo econômico e outros dados que se necessitar julgar.

O valor da multa será reduzido em 50% (cinquenta) por cento e o respectivo processo arquivado, se o infrator, no prazo previsto para interposição de recursos voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido da decisão de primeira instância.

Somente será cobrada a multa do art. 153 – inciso I – quando o sujeito procurar espontaneamente a repartição competente para sanar infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

As multas não pagas no prazo assinalado, serão inscritas na dívida ativa para cobrança executiva, sem prejuízo da fluência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e correção monetária.

O sistema especial de fiscalização será aplicado, a critério das autoridades fazendárias:

I – Quando o sujeito passivo reincidir em infração à legislação tributária;

II – Quando houver dúvida quanto a veracidade ou autenticidade dos registros referentes à operações realizadas e aos tributos devidos;

III – Em quaisquer outros casos, hipóteses ou circunstâncias que justifiquem a sua aplicação.

Parágrafo único. O sistema especial a que se refere este artigo será disciplinado em regulamento e poderá consistir, no acompanhamento temporário das operações sujeitas ao tributo por agentes da Fazenda Municipal.

Os contribuintes que estiverem em débito com relação a tributos ou penalidades devidas ao Município, não poderão:

I – Participar de licitações, qualquer que seja a modalidade, promovidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Município.

II – Celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com os órgãos da administração direta ou indireta do Município, com exceção:

Da formalidade dos termos e garantias necessárias à concessão da moratória;

Da compensação e da transação na forma prevista nesta lei.

Parágrafo Único. Será obrigatória para a prática dos atos previstos nos incisos I e II deste artigo a apresentação da Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito de Negativa na forma estabelecida nesta lei.

SEÇÃO II

DOS PRAZOS

Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. A legislação tributária poderá fixar ao invés de concessão do prazo em dias, data certa para o vencimento de tributos ou pagamento de multas.

Os prazos só iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deve ser praticado o ato.

§ 1º Não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia útil de expediente normal imediatamente seguinte ao anteriormente estabelecido.

§ 2º Poderá o contribuinte pleitear a reemissão do novo prazo de vencimentos de taxas, impostos e contribuição de melhoria no setor responsável sem nenhum ônus, desde que comprove que houve alguma não conformidade no seu lançamento;

I – erro na base de cálculo do valor lançado;

II – erro no nome do contribuinte;

III - de prazo de vencimento;

IV – outras não-conformidades que possam surgir pertinentes a sua emissão e legitimidade;

CAPÍTULO X

DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS

Sobre o valor dos tributos não pagos na data do vencimento, estando estes inscritos ou não em dívida ativa, incidirão os seguintes acréscimos legais:

I – Correção Monetária;

II – Juros de mora incidente sobre o valor do tributo atualizado;

III – Multa de mora incidente sobre o valor do tributo atualizado.

SEÇÃO I

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os débitos decorrentes do não recolhimento, na data prevista, de tributos, adicionais ou penalidades, que não forem efetivamente liquidados na data em deveriam ter sido pagos, terão seu valor atualizado monetariamente conforme a variação anual IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) estabelecido pela Fundação

Getúlio Vargas.

Parágrafo Único. Os tributos municipais e a Unidade Fiscal do Municipal serão atualizados conforme este artigo e sua atualização será anual, somando-se os índices dos últimos 12 meses.

A correção monetária prevista no artigo anterior aplicar-se-á inclusive, quanto aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte tiver depositado em moeda corrente a importância questionada.

SEÇÃO II

DOS JUROS DE MORA

O crédito não integralmente pago no vencimento, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo:

I – Da imposição das penalidades cabíveis;

II – Da correção monetária do débito, na forma estabelecida neste Código;

III – Da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na Legislação Tributária do Município.

DA MULTA DE MORA

As multas de mora previstas na legislação tributária como percentagens de débito fiscal, serão calculadas sobre o respectivo montante, corrigidos monetariamente em 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento).

Parágrafo Único. A multa de mora será substituída pela multa de ofício no caso de infração verificada em Procedimento Fiscal devidamente instaurado pela autoridade competente

TÍTULO II

DAS MEDIDAS PRELIMINARES

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTO FISCAL

SEÇÃO I

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NO PROCEDIMENTO

O Procedimento Fiscal Administrativo em matéria tributária obedecerá estritamente os princípios tributários a ele inerentes, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O Procedimento Fiscal Administrativo devidamente instaurado será efetuado por servidor de carreira do município na área tributária ou pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O servidor responsável pelo Procedimento Fiscal deve lavrar os termos necessários no decorrer do procedimento fiscal para que se documente todos os atos transcorridos durante o período de fiscalização, especialmente:

I – O Termo de Início de Ação Fiscal, termo este que pode estar integrado com intimação para petição de documentos;

II – Planilhas e demonstrativos de cálculo dos tributos lançados;

III – Documentos de autuação por descumprimento de obrigação tributária principal ou acessória se for o caso;

IV – Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal.

§ 1º Deve o município registrar em meio mecânico ou manual todos os atos e procedimentos administrativos ocorridos durante o decurso do Procedimento Fiscal.

§ 2º Todo o procedimento fiscal instaurado será organizado e devidamente numerado pelo servidor responsável devendo mantê-lo arquivado e sob sua guarda até que o processo seja extinto conforme as regras desta lei.

O prazo para conclusão de Procedimento Fiscal instaurado será de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período em casos de extrema necessidade, devidamente justificado pelo servidor responsável.

Toda e qualquer petição de informação ou de documentos fiscais e extra-fiscais deverá ser entregue pelo sujeito passivo em prazo não superior a 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado pelo servidor responsável em casos de comprovada dificuldade na obtenção da informação ou dos documentos.

Pode o município estabelecer em regulamento regras gerais e específicas para o Procedimento Tributário Administrativo, devendo tal norma obedecer as regras estabelecidas nesta lei.

SEÇÃO II DOCUMENTOS DE AUTUAÇÃO

SUBSEÇÃO I NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Constatada omissão de pagamento ou sonegação de tributos, proceder-se-á o lançamento, contra o sujeito passivo, através de Notificação Fiscal de Tributos Municipais, em decurso de Procedimento Fiscal Tributário.

§ 1º O prazo para pagamento do crédito tributário lançado e Notificado é de 30 (trinta) dias, contados da data do ciente.

§ 2º As omissões ou incorreções da notificação não acarretam sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para determinação do lançamento e do sujeito passivo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica no caso de imposto lançado por homologação, caso em que o próprio contribuinte efetua a apuração e o cálculo do imposto.

A notificação do contribuinte se processará através de documento, estabelecido pela Secretaria de Administração e Finanças, emitido em 2 (duas) vias no mínimo, e conterá, além de outros julgados necessários, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição;
- II - local e data da expedição;
- III - descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal infringido;
- IV - identificação do tributo, e seu montante;
- V - montante das multas cabíveis e dos dispositivos que as cominem;
- VI - prazo para cumprimento da exigência

fiscal e repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

VII - assinatura do notificado e do notificante.

VIII – A notificação poderá ser recebida por terceiros desde que seja cônjuge, parente em linha reta ou colateral até o segundo grau.

Parágrafo Único. A recusa da assinatura no documento de Notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica, devendo o notificante atestar a recusa.

As duas vias do documento de notificação terão os seguintes destinos:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento; para o relatório do notificante;

Sempre que por qualquer motivo, não assinado o documento de notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal alternativamente:

I – por edital fixado no passo municipal;

II - através de remessa pelo correio com aviso de recebimento (AR);

III - publicação do edital no diário oficial ou jornal de boa circulação no município;

IV - ou notificação entregue ao notificado, com assinatura de 2 (duas) testemunhas.

É competência da Secretaria de Administração e Finanças ou de servidor devidamente concursado emitir às Notificações Fiscais.

Vencido o prazo fixado no documento de notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ele tenha interposto reclamação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os fins devidos.

SUBSEÇÃO II AUTO DE INFRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Verificada a infração a dispositivos regulamentares da legislação tributária, que não impliquem, diretamente, em evasão de tributos devidos ao Município, será lavrado, contra o infrator, auto de infração.

O auto de infração, será lavrado em 2 (duas) vias, no mínimo, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

- I - local, dia e hora da lavratura;
- II - nome do infrator e seu número de inscrição;
- III - nome das testemunhas, se houver;
- IV - descrição do fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;
- V - indicação do dispositivo violado;
- VI - indicação do dispositivo que comine penalidades;

VII - assinaturas do autuante e do autuado, bem como das testemunhas, quando houver.

São válidas quanto ao auto de infração, as disposições aplicadas à Notificação.

A multa aplicada por descumprimento de obrigação tributária acessória terá desconto de 20% (vinte por cento) se paga dentro do prazo de 30 dias.

CAPÍTULO II

DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Este capítulo disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário, bem como o processo de consulta, embora não lhe atribua o caráter contencioso, institui a Unidade de Julgamento Singular e Junta de Recursos de Segunda Instância.

§ 1º O processo contencioso se constituirá, obrigatoriamente, na repartição do domicílio tributário do seu autor.

§ 2º Formam o processo contencioso:

- | | | | |
|-----|---|----|---------------|
| I | - | as | contestações; |
| II | - | as | reclamações; |
| III | - | as | defesas; |
| IV | - | os | recursos; |
| V | - | as | consultas; |

VI - os pedidos de reconsideração

§ 3º - Serão canceladas do processo, por qualquer funcionário que participar de sua instrução, as expressões por ele consideradas descortesias injuriosas.

A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo.

SEÇÃO I DO JULGAMENTO DO PROCESSO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

São competentes para julgar:

- I - em primeira instância, Unidade de Julgamento Singular;
- II - em segunda instância, Junta de Recursos.

A Unidade de Julgamento Singular, em primeira instância, e a Junta de Recursos, em segunda instância, sempre que necessário, para facilitar a instrução e julgamento dos processos sob sua responsabilidade, poderão solicitar parecer jurídico à Procuradoria Geral do Município.

Os Julgadores de Processos Fiscais são impedidos de atuar em processos:

- I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins, inclusive até o terceiro grau;
- II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

III - que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição, a qualquer título, salvo na condição de julgadores ou representando a Fazenda Pública.

Não compete a autoridade julgadora declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou portaria.

Parágrafo Único. A autoridade julgadora poderá apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, ou do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

São nulos:

- I - os atos e termos praticados por pessoas não competentes;
- II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;
- III - os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º A falta de intimação ou a intimação nula, fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente.

§ 3º A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora, nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.

§ 4º Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

- I - expressamente, por pedido do sujeito passivo;
- II - tacitamente:

- a) pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;
- b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo Único. Os órgãos próprios da Secretaria de Administração e Finanças ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato a autoridade julgadora que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

SEÇÃO II DA UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR DA JUNTA DE RECURSOS DE SEGUNDA INSTÂNCIA

SUBSEÇÃO I DA UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR

A Unidade de Julgamento Singular, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, é integrada por 02 (dois) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados através de Decreto.

§ 1º Os julgadores serão nomeados na seguinte proporção;

I - 01 (um) dos servidores da gerência de Tributação;

II - 01 (um) dos servidores de qualquer repartição da Prefeitura;

§ 2º A critério do Prefeito Municipal poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos justifique ou haja impossibilidade administrativa.

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR

Compete a Unidade de Julgamento Singular:

I - dar pareceres e/ou emitir orientações sobre requerimentos e processos que versem sobre aplicação da legislação tributária;

II - julgar os processos contenciosos em primeira instância, com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra auto de infração ou notificação fiscal;

III - organizar o processo na forma dos autos forenses;

IV - Julgar os processos de pedido de isenções referente aos tributos municipais.

SUBSEÇÃO III DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação pelo sujeito passivo.

§ 1º A reclamação, que terá efeito suspensivo, deverá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da cientificação do ato fiscal impugnado.

§ 2º Mesmo perempta, a reclamação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

§ 3º A reclamação será apresentada por petição escrita à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que dará o recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua.

§ 4º A reclamação feita à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem compete.

§ 5º A petição assinada por procurador somente produzirá efeito se estiver acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

§ 6º É vedado ao reclamante reunir, numa única petição, reclamações contra mais de uma notificação fiscal ou auto de infração, exceto se decorrentes de infrações idênticas ou quando contiverem provas de fatos conexos.

Os processos apresentados a Unidade de Julgamento Singular serão julgados na ordem cronológica de sua interposição, assegurada preferência aos processos com nota de urgência.

Na instrução do processo serão obedecidas as seguintes normas:

I - O número atribuído ao processo pela Unidade de Julgamento Singular deverá ser mantido em toda a sua tramitação;

II - as folhas do processo devem ser devidamente

numeradas e rubricadas a tinta, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres dispostos em ordem cronológica;

III - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

IV - qualquer novo documento juntado ao processo deve ser numerado e rubricado, continuando a numeração do processo, pelo julgador que os juntar;

V - os despachos, informações e quaisquer atos processuais deverão:

- a) ser escritos em linguagem clara, correta e concisa, isenta de parcialidade;
- b) sem emendas ou rasuras;
- c) ser fundamentados;
- d) conter a identificação do julgador, do órgão em que tem seu exercício, data e assinatura.
- e) todas as questões levantadas na reclamação deverão ser analisadas;
- f) deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da reclamação;
- g) deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

SUBSEÇÃO V DA JUNTA DE RECURSOS DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Fica criada a Junta de Recursos para julgamento dos recursos administrativo-tributários em segunda instância, composta por representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Procuradoria Geral do Município, integrantes do quadro de provimento efetivo dos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. No caso de impedimento de qualquer dos membros da junta, deverá ser nomeado substituto.

A junta de recursos será nomeada pelo Prefeito Municipal através de decreto, designando seus membros.

§ 1º Para cada recurso interposto perante a Junta de Recursos será designado um relator, escolhido mediante distribuição feita através de sorteio, a quem competirá a elaboração do relatório do recurso bem como a apresentação de seu voto, por ocasião do julgamento.

§ 2º Na instrução dos processos será observado o disposto no art. 198.

SUBSEÇÃO VI DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

É facultado o recurso ordinário perante a junta de recursos.

Das decisões da unidade de julgamento singular caberá recurso à junta de recursos, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão ao sujeito passivo

§ 1º É vedado ao recorrente reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão de primeira instância, ainda que versem sobre assuntos conexos ou da mesma natureza.

§ 2º Mesmo perempto, o recurso será encaminhado a junta de recursos, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

SUBSEÇÃO VII

DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA JUNTA

Cabe aos membros da junta de recursos em segunda instância:

I - pedir vistas do processo, o qual não poderá ficar retido por mais de 8 (oito) dias;

II - propor a realização de diligências;

III - Julgar recursos voluntários contra decisões da Unidade de Julgamento Singular;

IV - Julgar recursos de ofício interposto pela Unidade de Julgamento Singular.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria de votos.

§ 2º O membro da junta cujo voto foi vencido terá o direito a apresentar voto em separado, por escrito, que será reproduzido no acórdão.

§ 3º O acórdão deverá conter ainda intimação para cumprimento da decisão e o prazo respectivo.

§ 4º A Junta de Recursos de Segunda Instância somente reconhecerá documentos ou provas apresentados a Unidade de Julgamento Singular.

Os processos apresentados a Junta de Recursos de Segunda Instância serão julgados na ordem cronológica de sua interposição, assegurada preferência aos processos com nota de urgência.

SUBSEÇÃO VIII**DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA JUNTA DE RECURSOS DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

São atribuições dos membros:

I - examinar os processos que lhes forem distribuídos, e sobre eles, apresentar relatório e parecer conclusivo, por escrito;

II - comparecer às sessões e participar dos debates para esclarecimento;

III - pedir esclarecimentos, vista ou diligência necessários e solicitar, quando conveniente, destaque de processo constante da pauta de julgamento;

IV - proferir voto, na ordem estabelecida;

V - redigir os Acórdãos de julgamento em processos que relatar, desde que vencedor o seu voto;

VI - prolatar, se desejar, voto escrito e fundamentado, quando divergir do Relator.

SEÇÃO III**DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS**

A autoridade julgadora poderá determinar realização de diligências ou perícia, quando entender necessárias à servidores qualificados do município.

O sujeito passivo, ao requerer diligência ou perícia, deve indicar:

I - os motivos que a justifiquem;

II - no caso de perícia:

a) o nome, endereço e qualificação profissional do seu perito;
b) os quesitos referentes aos exames desejados.

§ 1º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que não atenda ao disposto no parágrafo anterior.

§ 2º O custo da diligência ou da perícia correrá por conta do requerente.

Se deferido o pedido de perícia, a autoridade designará servidor para, como perito do Município, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame requerido.

§ 1º Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado; não havendo coincidência, será designado outro perito dentre outros servidores municipais para desempatar.

§ 2º Os relatórios ou laudos serão apresentados em prazo fixado pela autoridade julgadora, não superior a sessenta dias, que poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da mesma autoridade, mediante solicitação fundamentada.

Será indeferida a realização de diligência ou perícia quando:

I - o julgador considerar os elementos nos autos suficientes para a formação da sua convicção;

II - seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

III - a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV - a verificação for prescindível ou impraticável.

Parágrafo Único. O despacho que indeferir o pedido de diligência ou perícia deverá ser fundamentado, especificando as razões do indeferimento, e será apreciado como preliminar pela instância de recurso.

SEÇÃO IV**DA EFICÁCIA DAS DECISÕES**

São definitivas as decisões:

I - de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II - de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo Único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso voluntário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

O prazo para cumprimento das decisões proferidas em primeira e segunda instância será de vinte dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo Único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de quinze dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

SEÇÃO V**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Aos membros da Unidade e da Junta de Recursos não serão pagos nenhuma espécie de remuneração ou função gratificada.

A Unidade de Julgamento Singular e a Junta de Recursos de segunda Instância realizará uma sessão por semana, em dia e horário fixado no início de cada período anual de sessões, podendo ainda, realizar sessões extraordinárias, quando necessárias, desde que convocadas pelo Presidente.

É facultado formular consulta à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º Não se admitirá consulta que versar sobre objeto de ação fiscal já iniciada contra o consulente.

§ 2º A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas relativas à situação do consulente.

§ 3º Quando a consulta for formulada por sindicato, associação, federação ou confederação de categorias econômicas ou profissionais, poderá ter como objeto assunto de interesse dos seus integrantes, caso em que o processamento da petição não impedirá o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria consultada.

CAPÍTULO III

DA APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS

Os bens e documentos que constituem prova material da infração contra o sistema tributário do município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributárias ou em trânsito.

§ 2º Havendo suspeita fundada ou prova de que os bens se encontram em residência particular, a busca e apreensão serão promovidas judicialmente, sem o prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Da apreensão será lavrado auto em que conste:

- I - local, dia e hora da apreensão;
- II - infrator e testemunhas, se houver;
- III - descrição dos bens e documentos apreendidos;
- IV - indicação do local onde ficarão depositados;
- V - assinatura do Fiscal Fazendário responsável pela apreensão.

Parágrafo Único. O Fiscal Fazendário poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente o próprio infrator.

Cópia do auto de apreensão será entregue ao infrator, contra recibo no original.

Parágrafo Único. No caso da recusa do recebimento pelo infrator, a autoridade descreverá a recusa assistida por uma testemunha.

Os documentos apreendidos poderão, a requerimento da parte, ser-lhe devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento da parte, mediante depositário dos valores exigíveis, arbitrados pela

autoridade administrativa, ficando retidos até decisão final, exemplares necessários à prova.

A devolução dos valores depositados ou a liberação definitiva dos bens apreendidos só serão promovidas após o cumprimento, pelo autuado, de todas as suas obrigações tributárias.

Parágrafo Único. Tem o autuado prazo de 30 (trinta) dias para a regularização de sua situação perante a Fazenda Municipal.

Não cumpridas as obrigações e esgotado o prazo estabelecido, os bens serão levados a hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º Os bens de fácil deterioração poderão ser levados a hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º A juízo da autoridade administrativa bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Até 15 (quinze) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao infrator se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

LIVRO SEGUNDO

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

DA ESTRUTURA

Integram o Sistema Tributário do Município:

I – Impostos:

Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;
Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos;
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

II – Taxas:

Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização;
Taxa de Licença para Funcionamento em horário especial;
Taxa de Licença para Publicidade;
Taxa de Licença para Obras;
Taxa de Comércio Ambulante;
Taxa de Licença para Ocupação de solo nas vias e Logradouros Públicos;
Taxa de Vigilância Sanitária;
Taxa de Licença Ambiental.
Taxa de Coleta de Lixo e resíduos sólidos;
Taxa de Expediente;
Taxa de urbanização e conservação de vias e logradouros públicos;

III – Contribuições:

Contribuição de Melhoria;
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

TÍTULO II

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica instituído no elenco tributário municipal o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o disposto no art. 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, regulamentado com o Estatuto da Cidade, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

I - poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II - poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

SEÇÃO II DA INCIDÊNCIA

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei.

Para os efeitos deste imposto, entendem-se como zona urbana as áreas urbanas e de expansão urbana e os loteamentos para fins urbanos ou habitacionais, localizados na área rural, destinados à habitação, à indústria, ao comércio e ao recreio, conforme dispõe o Plano Diretor do Município e o Estatuto da Cidade, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º No caso do imóvel estar sendo parcialmente ocupado por indústria, comércio ou áreas de lazer, exploradas comercialmente, os proprietários deverão apresentar Projeto Planimétrico da Área efetivamente ocupada para tais finalidades.

§ 2º O imposto não incide sobre o imóvel, que embora localizado na zona urbana, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

Será considerado edificado o imóvel com construção, que possa servir à habitação, uso ou recreio, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, exceto quando:

I - a construção estiver em andamento ou paralisada;

II - a construção tiver sido condenada ou estiver em ruína, conforme definido em lei;

III - o terreno for ocupado por telheiro ou barracão rudimentar ou provisório, conforme definidos em lei.

SEÇÃO III CONTRIBUINTE

É contribuinte do imposto o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

§ 1º São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto devido portitular dodomínioútil ou pleno, otitular do direito de usufruto.

§ 2º Respondem pelo imposto os promitentes-compradores, os cessionários, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado isenta do imposto ou imune.

§ 3º São ainda responsável o espólio e a massa falida pelo pagamento do imposto incidente sobre os imóveis que pertenciam ao "de cujus" e ao falido, respectivamente.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

O lançamento do imposto, que é anual, será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, no início de cada exercício financeiro, com base na planta genérica de valores previamente aprovada e demais elementos que possuir.

§ 1º Poderão, a critério da administração pública, serem lançadas juntamente com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais e taxas, tais como:

I – taxa de coleta de lixo;

II – taxa de limpeza pública;

III – outras taxas que o poder público poderá lançar ante a prestação do serviço;

§ 2º Se verificada a falta de dados no Cadastro Imobiliário necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, ou nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

§ 3º O lançamento será feito em nome do proprietário, do possuidor, do titular do domínio útil, do espólio, da massa falida ou da massa liquidanda;

§ 4º Ficam autorizados os cancelamentos dos lançamentos dos créditos tributários municipais relativos ao IPTU cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, fixados a critério da Secretaria de Administração e Finanças.

§ 5º - Se verificada a falta de manutenção nos terrenos que ocasionarem danos ao meio ambiente, saúde pública (higiene, limpeza) poderá a Prefeitura tomar as devidas providências e lançara o ônus em nome do proprietário ou responsável.

§ 6º Os valores monetários serão expressos em indexador nacionalmente utilizado ou pela UFM (UNIDADE FISCAL MUNICIPAL), considerando-se o valor decretado no primeiro dia útil de cada exercício.

§ 7º Na hipótese de condomínio indiviso, o lançamento será feito em nome de um, de alguns ou de todos os condomínios, mas só se arrecadará o crédito fiscal globalmente.

§ 8º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos, considerada também a respectiva quota ideal do terreno.

§ 9º As unidades de utilização comercial (salas) terão o IPTU lançado separadamente da parte residencial.

§ 10. As unidades de utilização de uso comum em prédios ou condomínios (garagem, área de festas, corredor, área privativa, elevador e outros) será fracionado pelo números de proprietários daquele empreendimento.

SEÇÃO V DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Caso a utilização do imóvel não se adeque às determinações do Plano Diretor e demais normas de Direito Urbanístico, deixando de atender à Função Social da propriedade urbana, conforme apurado em regular processo administrativo, a Administração deverá aplicar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo.

O Município aplicará, na Zona Central assim delimitada no mapa de geo-referenciamento como prioritárias para o adensamento ou como imóveis abandonados que descumprirem as etapas e dos prazos estabelecidos, alíquotas majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos ou até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

Parágrafo Único: As demais áreas urbanas serão definidas em lei específica.

O IPTU Progressivo no Tempo é um instrumento que autoriza a majoração da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano aos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados e que venham a caracterizar um processo de especulação imobiliária.

§ 1º O IPTU Progressivo no Tempo será utilizado no caso de descumprimento das condições e prazos previstos na regulamentação da Utilização Compulsória mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco (5) anos consecutivos.

§ 2º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado através de decreto e não excederá a duas (2) vezes o valor referente ao ano anterior, respeitando a alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

§ 3º Baseada no § 1º do artigo 7º do Estatuto da Cidade, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e as áreas e/ou locais de sua abrangência bem como a aplicação deste instituto.

§ 4º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco (5) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

§ 5º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

SEÇÃO VI OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

O fato gerador do imposto ocorre no dia 1º (primeiro) de cada exercício financeiro e será lançado de ofício pela municipalidade.

SEÇÃO VII BASE DE CÁLCULO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal dos mesmos, no tempo em que se materializar o fato gerador.

§ 1º O valor venal a que se refere o artigo anterior é o constante

do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo serão considerados o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, levando-se em conta:

I – a área da propriedade territorial;

II – o valor básico do metro quadrado do terreno no Município, fixado na pauta de valores;

III – a área construída da edificação;

IV – o valor básico do metro quadrado de construção, segundo o tipo de edificação, conforme tabela a seguir:

V – Os coeficientes de valorização e/ou desvalorização do imóvel, de acordo com as tabelas e fatores de correção abaixo especificados;

VI – a forma, a situação topográfica, aproveitamento e outras características que possam contribuir para a diminuição do valor do imóvel;

VII – a exploração econômica agrícola e/ou pecuária.

§ 2º O terreno que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele em que a testada apresentar maior valor.

Para a apuração do valor venal da propriedade predial e territorial urbana a administração tributária o fará através de elementos e dados por ela conhecidos, inclusive, pelos dados existentes no cadastro imobiliário e os preços correntes das transações no mercado imobiliário, coletados por meio de pesquisas a imobiliárias e anúncios;

A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é alcançado através da soma do valor venal do imóvel e do valor venal da edificação, aplicando-se os fatores corretivos de ajuste em cada caso.

A pauta de valores e o custo do valor básico do metro quadrado de construção serão fixados anualmente, conforme resultado do trabalho de Comissão Municipal designada para este fim por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Para a elaboração dos laudos previstos no artigo anterior o Poder Executivo Municipal formará comissão, composta por profissionais do ramo da engenharia e/ou imobiliário que subscreverão conjunta ou individualmente os documentos, os quais gozam da presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário:

I – um representante da Secretaria de Administração e Finanças;

II – um representante da Gerência de Tributação;

III - um representante da Secretaria de Planejamento;

IV – dois representantes dos Corretores de imóveis de Massaranduba;

§ 2º Os membros da Comissão não perceberão qualquer remuneração por seu trabalho, que será considerado de relevante interesse para o Município.

§ 3º Os órgãos técnicos do Município fornecerão todas as informações solicitadas pela Comissão, para o fiel cumprimento de seus objetivos.

§ 4º Os laudos de que trata este artigo não serão utilizados para cobrança do tributo diverso do IPTU, mas sim para efetivação da valorização imobiliária ocorrida, e atualização da base, valor venal e predial constante da planta genérica de valores do Município, e de outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, abaixo elencados:

I - valor médio extraído das guias de recolhimento do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para as transações de imóveis na região;

II - os preços correntes das transações no mercado imobiliário, coletados por meio de pesquisas a imobiliárias e anúncios;

III - os valores das desapropriações realizadas na região onde se encontra o imóvel.

IV - a situação social que se encontra a região nos quesitos (saneamento, abastecimento de água, desenvolvimento econômico, categoria das ruas:pavimentas ou não) e outros fatores que são pertinentes a qualidade de vida das pessoas.

V - também levar-se-á em consideração e amparado sobre o que dispõe a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município sobre a divisão do Município em Zonas e estabelece critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade.

A base impositiva da propriedade territorial em que estiver sendo executada construção ou reconstrução, legalmente autorizada, permanecerá inalterada a partir do ano seguinte àquele em que for feita a comunicação do início da obra, até o término do exercício em que ocorrer a sua conclusão, desde que tenha duração normal e seja executada ininterruptamente.

Parágrafo Único. Todo imóvel, habitado ou em condições de o ser, poderá ser lançado.

Para a obtenção da base de cálculo serão utilizadas as fórmulas estabelecidas nesta lei.

SUBSEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL

O valor venal da propriedade predial será obtido pela multiplicação de sua área predial total da unidade (ATC) pelos seguintes elementos:

§1º Para a obtenção do valor venal da propriedade predial será aplicada a seguinte fórmula matemática:

Onde:

ATC = área total construída

ACU = área construída da unidade

fc1 = fato corretivo quanto a estrutura da edificação

fc2 = fator de correção quando ao estado de conservação

+pontos = somatório de pontos segundo os componentes da edificação

vlp = valor básico do metro quadrado segundo o tipo de edificação

1 - ATC = ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	Área total construída do no lote, informada no item 54 do BCI
2 - ACU = ÁREA CONSTRUÍDA DA UNIDADE	Área construída da unidade, informada, informada no item 52 BCI
3 - ATC = ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	Somatório das áreas informadas no item 54 do BCI das diversas unidades existentes no mesmo lote

4 - fc1 = FATO CORRETIVO QUANTO A ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO	Este dado é informado no item 62 do BCI. Segundo a legislação existente os fatores corretivos quanto à estrutura são:					
ESTRUTURA	ÍNDICE					
Madeira	0,9					
Metálica	1,0					
Alvenaria - Concreto	1,0					
Mista	0,8					
Fibrocimento	0,8					
5 - fc2 = FATOR DE CORREÇÃO QUANDO AO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Este dado é informado no item 67 do BCI, correspondendo aos seguintes fatores:					
ESTADO	ÍNDICE					
Nova - Ótima	1,2					
Normal	1,0					
Antiga (mau estado)	0,7					
6 - +pontos = SOMATÓRIO DE PONTOS SEGUNDO OS COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO						
Compo- nentes da edifi- cação	Somatório de pontos					
	Casa	Apto	Sala loja	galpão	Telhado	Especial
LOCALIZAÇÃO						
Isolada	20	20				
Conju- gada	13	13				
Gemina- da	08	08	20	00	00	20
COBERTURA						
Zinco - Metálica	05		05	20	10	
Cimento	15		15	10	25	
Telha de barro	18		18	20	25	
Laje	25		25	30	30	
Especial	25	25	25	30	30	25
PAREDE						
Sem	00	30	00	00		
Alvenaria	30	30	30	25		
Madeira	25	30	20	20		
Refugos	15	30	02	02		
Fibroci- mento	20	20	20	20		
Pintura	10	10	10	10	00	30
REVESTIMENTO						
Sem	00	00	00	00		
Reboco	10	10	10	10		
Material cerâmico	12	12	12	12		
Madeira	05	05	05	05		
Pedra natural	13	13	13	13	00	15
Especial	15	15	15	15		
Pintura	10	10	10	10		
ESQUADRIAS						
Sem	00	00	00			
Madeira	04	04	04			
Ferro	05	05	05	10	00	10

Alumínio	08	08	08			
Especial	10	10	10			
Pintura	10	10	10	10		
Limite máximo de pontos	100	100	100	80	30	100
7 – vlp = VALOR BÁSICO DO METRO QUADRADO SEGUNDO O TIPO DE EDIFICAÇÃO				Informação contida no item 58 do BCI. Segundo a legislação vigente os valores básicos são os seguintes:		
TIPO DE CONSTRUÇÃO				VALOR EM UFM/m2		
Sala, loja e especial				6,00		
Demais tipos				4,00		

§ 2º Aplica-se ao valor venal da propriedade fator depreciação, índice de desvalorização aplicado sobre o valor da construção.

§ 3º O valor venal da edificação sofrerá a redução determinada pelos seguintes índices de depreciação nas edificações e determinado em função do ano de conclusão da edificação.

§ 4º Havendo no mesmo terreno, construções ou reformas realizadas em anos diferentes, é apurada a média aritmética ponderada entre cada ano de conclusão e sua respectiva metragem para determinação do fator depreciação.

§ 5º O fator de depreciação de que trata o parágrafo segundo será apurado com base na idade das edificações existentes no imóvel, mediante enquadramento no cadastro imobiliário e na Tabela que segue.

§ 6º O ano-base da construção coincidirá com o ano de conclusão da construção e será determinado por documentos oficiais ou arbitrado pela administração tributária, conforme normas regulamentadoras.

§ 7º Nos casos de ampliação da área construída e nos casos de existência de mais de uma edificação no mesmo imóvel, com anos-base diferentes, o ano-base da construção será apurado pela média aritmética ponderada dos diversos anos-base das construções ou ampliações por suas respectivas áreas.

TABELA I DE APURAÇÃO

ÁREA CONSTRUÍDA	DATA DA CONCLUSÃO AMPLIAÇÃO – REFORMA	ORIGEM
Área 1	Ano 1	BCI – Alvará de construção
Área 2	Ano 2	VISTORIA – HABITE-SE
ÁREA TOTAL (m2)	ANO-BASE DE CONSTRUÇÃO	
Média aritmética ponderada dos anos de conclusão de cada obra pela respectiva área construída:		
Área1 = primeira construção		
Área2 = segunda construção		
Área total = soma das áreas construídas m2		
Ano1 = ano do primeiro lançamento		
Ano2 = ano do segundo lançamento		
Ano-base da construção = é média dos anos		
IDADE DE EDIFICAÇÃO = diferença entre a idade da construção e o ano do lançamento		

Fórmula para os casos de ampliação da área construída:

TABELA II - FATOR DE DEPRECIAÇÃO DO VALOR DAS EDIFICAÇÕES PELA IDADE

IDADE DA EDIFICAÇÃO (anos em relação ao exercício lançado)	DEPRECIAÇÃO	FATOR DE DEPRECIAÇÃO
até 05 anos	0,00%	1,000
de 06 até 10 anos	7,30%	0,927
de 11 até 15 anos	14,00%	0,860
de 16 até 20 anos	20,30%	0,797
de 21 até 25 anos	26,10%	0,739
de 26 até 30 anos	31,50%	0,685
de 31 até 35 anos	36,50%	0,635
de 36 até 40 anos	41,10%	0,589
de 41 até 45 anos	45,40%	0,546
de 46 até 50 anos	49,30%	0,507
de 51 até 55 anos	53,00%	0,470
de 56 até 60 anos	56,40%	0,436
acima de 60 anos	59,60%	0,404

SUBSEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL

O valor venal da propriedade territorial será obtido pela multiplicação de sua área total pelos seguintes elementos:

Onde:

ATRI = área tributável territorial

fc4 = fator corretivo segundo a situação do terreno na quadra

fc5 = fator de correção quanto a topografia

fc6 = fator corretivo quanto à pedologia

vlt = valor básico do metro quadrado do terreno

Área tributável territorial, que pode ser: A área total do lote, quando o coeficiente da divisão da área do lote (item 50 BCI) pela testada principal (item 39 do BCI) for menor ou igual a 40 (quarenta): A resultante da aplicação da fórmula abaixo demonstrada, quando o coeficiente resultante da divisão da área do lote (item 50 do BCI) pela testada principal (item 39 do BCI) for maior que 40 (quarenta):	
3 – ATRI = ÁREA TRIBUTAVÉL TERRITORIAL	
TP = DIMENSÃO MÉTRICA DA TESTADA PRINCIPAL	Item 48 do BCI
ATOT = ÁREA TOTAL DO LOTE	Em metros (m2) item 62 do BCI
A resultante da fórmula tratar de condomínio horizontal;	
4 - ACH = ÁREA DO CONDOMÍNIO HORIZONTAL	Item 50 do BCI = somatório das áreas dos lotes no condomínio horizontal (item 51 do BCI) em todos os BCIs do mesmo condomínio;
ALCH = ÁREA DO LOTE NO CONDOMÍNIO HORIZONTAL	Item 51 do BCI
5 – fc4 = FATOR CORRETIVO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO TERRENO NA QUADRA	

SITUAÇÃO	ÍNDICE
Esquina – mais uma frente	1,1
Meio de quadra	1,0
Aglomerado	1,0
Conjunto popular	0,8
Condomínio horizontal	1,2
Encravado	0,6

6 – fc5 = FATOR DE CORREÇÃO QUANTO A TOPOGRAFIA

TOPOGRAFIA	ÍNDICE
Plano	1,0
aclive	0,9
declive	0,7
irregular	0,8

7 – fc6 = FATOR CORRETIVO QUANTO À PEDOLOGIA

PEDOLOGIA	ÍNDICE
Inundável	0,8
Firme	1,0
Alagado	0,7
Rochoso	0,8
Arenoso	0,9

8 – vlt = VALOR BÁSICO DO METRO QUADRADO DO TERRENO

Valor básico do metro quadrado do terreno no trecho de logradouro onde estiver localizado, conforme especificado na pauta de valores.

Obs. Para cálculo do valor venal territorial dos terrenos de esquina, considerar sempre a testada de maior valor.

SEÇÃO VIII DAS ALÍQUOTAS

As alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana são as seguintes:

I – Imóvel edificado: 0,50 (meio por cento) do valor venal;

II – Imóvel não edificado:

Localizado em logradouro não pavimentado: 1,00 % (um por cento) do valor venal;

Localizado em logradouro pavimentado: 1,30 % (um vírgula trinta por cento) do valor venal.

SUBSEÇÃO I REDUÇÃO NA ALÍQUOTA

A alíquota do imposto será reduzida:

I – Em 5% (cinco por cento), quando o imóvel tiver muro ou passeio público, desde que exigidas as benfeitorias pelo Código de Posturas;

II – Em 10% (dez por cento), quando o imóvel tiver muro e passeio público, desde que exigidas as benfeitorias pelo Código de Posturas.

SUBSEÇÃO II ACRÉSCIMO NA ALÍQUOTA

A alíquota do imposto será acrescida em:

I - 0,50% meio por cento) quando a testada da propriedade estiver pavimentada (pavimentada, asfalto, cimento/concreto) em toda a sua extensão e esta não estiver murada.

II - 0,50% (meio por cento) quando a testada da propriedade estiver pavimentada (pavimentada, asfalto, cimento/concreto) em toda a sua extensão, e esta não estiver com calçada no passeio.

Parágrafo Único - Nas obras de pavimentação de logradouros públicos, será de 02 (dois) anos, após a conclusão da obra, o prazo para que os proprietários lindeiros, construam muro e calçada nos seus imóveis, sob pena de se aplicar o disposto nos incisos I e II deste artigo.

SEÇÃO IX DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto por meio de uma única publicação em jornal de circulação local ou no diário oficial dos municípios e na página oficial do Município na rede mundial de computadores, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista em regulamento municipal e conterà:

a) notificação de lançamento;

b) a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única ou do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

c) o prazo para o recebimento do carnê no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal;

d) a data a partir da qual o sujeito passivo deverá solicitar o carnê, no âmbito da Secretaria da Fazenda ou no local que indicar, caso o contribuinte não tenha recebido na forma do inciso anterior;

Para todos os efeitos de direito, considera-se regularmente notificado o lançamento ao sujeito passivo e constituído o crédito tributário correspondente, no primeiro dia após o término do prazo mencionado na alínea "d" do artigo anterior.

Pode o contribuinte desde que o município disponibilize ferramenta para este fim, efetuar a retirada do carne/documento de arrecadação do IPTU pela internet na página oficial da Prefeitura.

§ 1º O carne/documento de arrecadação retirado pela internet deverá ter os mesmos elementos do carne impresso, podendo o contribuinte identificar todos os elementos de cálculo do imposto referente o seu imóvel.

§ 2º Deve o município regulamentar a forma como se dará a retirada do IPTU pela internet, inclusive o acesso a ferramenta.

No caso da entrega ter sido efetuada conforme o artigo anterior considera-se notificado neste caso, a data da publicação na forma do artigo 246.

SEÇÃO X

PAGAMENTO, DESCONTOS, INADIMPLEMENTOS E PENALIDADES

SUBSEÇÃO I PAGAMENTO, INADIMPLEMENTO E PENALIDADES.

O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, poderá ser efetuado em cota única ou em parcelas mensais, com vencimento para o exercício definidas anualmente por Decreto do Executivo Municipal.

§ 1º O pagamento integral do Imposto Predial e Territorial Urbano, até a data do vencimento, prevista em Decreto Regulamentador, assegurará ao contribuinte o direito na Parcela zero ou parcela única (1º vencimento) com o valor de desconto de 20%; contribuintes adimplentes com a fazenda municipal até 31 de dezembro do último exercício; Parcela zero ou parcela única (2ºvencimento) desconto de 10% pagamento a vista; Parcela zero ou parcela única (3ºvencimento) desconto de 5% pagamento a vista; Parcelado poderá pagar em até 6 (seis vezes) mensais consecutivas sem desconto.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcelado, para a pessoa física, a parcela não poderá ser inferior a 0,5 (meia) UFM, e para a pessoa jurídica, a parcela não poderá ser inferior a 1 (uma) UFM.

§ 3º O não pagamento do imposto de que trata este Artigo, no prazo estipulado, além da perda do direito a eventual desconto concedido para o pagamento à vista, sujeitará o devedor à com aplicação de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) sem prejuízo da cobrança da atualização monetária e de juros moratórios previamente calculados.

§ 4º Nos casos de mora ou inadimplemento, para os contribuintes que optaram pelo pagamento parcelado, sujeita o devedor ao pagamento de uma multa nos percentuais previstos no parágrafo anterior, calculados sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo dos juros moratórios e atualização monetária, previamente calculados.

§ 5º O imposto não pago até a data do vencimento da última parcela será inscrito em dívida ativa, com aplicação de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, e multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) limite obre o valor do débito atualizado.

§ 6º O carnê conterá as seguintes informações:

Protocolo de entrega – Notificação;

Capa – com informações do proprietário/responsável e endereço;

Contra capa – informações técnicas do imóvel, cadastro imobiliário e resultante do valor total lançado;

Parcela zero ou parcela única (1º vencimento) com o valor de desconto de 20%; contribuintes adimplentes com a fazenda municipal até 31 de dezembro do último exercício;

Parcela zero ou parcela única (2ºvencimento) desconto de 10% pagamento a vista;

Parcela zero ou parcela única (3ºvencimento) desconto de 5% pagamento a vista;

Parcelado poderá pagar em até 6 (seis vezes) mensais consecutivas;

Capa final – informações ao contribuinte;

SUBSEÇÃO II DESCONTOS

O contribuinte que construir novos imóveis no município com o projeto devidamente aprovado pela Secretária de Planejamento, obtendo assim o Alvará de Construção e na conclusão a expedição do Habite-se poderá pleitear um desconto em até 90% (Noventa por cento) do Imposto Predial no primeiro ano de lançamento se apresentar Notas Fiscais da compra de Materiais utilizados na obra.

Para ter o benefício, o proprietário do imóvel necessita apresentar a Nota Fiscal em seu nome e informar o CPF ou CNPJ na discriminação da nota. O imóvel deverá estar em nome do Titular da Nota

e as mesmas deverão constar o endereço da obra onde foram aplicadas.

Serão validadas apenas as notas de compra de mercadorias de estabelecimentos situados no Município de Massaranduba e devidamente cadastrados no Cadastro Econômico Municipal bem como na Secretaria Estadual da Fazenda e somente terão validade as Notas Fiscais de Venda, Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) e Cupom Fiscal de Venda.

O valor do desconto será concedido conforme as seguintes proporções:

I – Se o 50% (cinquenta por cento) do total da obra for comprovado com aquisição de mercadorias adquiridas no município, desconto de 90% (noventa por cento) no valor do imposto;

II - Se o 40% (quarenta por cento) do total da obra for comprovado com aquisição de mercadorias adquiridas no município, desconto de 80% (oitenta por cento) no valor do imposto;

III – Se até 30% (trinta por cento) do total da obra for comprovado com aquisição de mercadorias adquiridas no município, desconto de 70% (setenta por cento) no valor do imposto;

O Setor de Planejamento ficará responsável pelo lançamento cadastral de acordo o com o projeto e Setor de Tributação ficará responsável pela análise das notas.

Parágrafo Único: . Para fins de apuração do cálculo será aplica a fórmula já definida no sistema de informática utilizado pela Prefeitura ou o valor do CUB regional para apuração do valor.

SEÇÃO XI

DA REVISÃO, RECLAMAÇÃO E RECURSO CONTRA O LANÇAMENTO

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, até a data de vencimento da última parcela ou parcela única do IPTU, pedido de revisão fundamentado à Secretaria de Administração e Finanças.

§ 1º O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 2º Continuando em desacordo com a revisão efetuada é facultado ao contribuinte encaminhar petição, na forma de reclamação à 1ª instância administrativa, impugnando os itens da notificação, expondo os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir.

§ 3º O prazo para interposição de reclamação contra o lançamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de ciência da revisão.

§ 4º Discordando da decisão de 1ª instância administrativa, o contribuinte poderá encaminhar petição, na forma de recurso à 2ª instância administrativa, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão.

O Trâmite recursal administrativo da reclamação contra o lançamento do IPTU obedecerá as normas descritas nesta lei.

SEÇÃO XII

CADASTRO MULTIFINALITÁRIO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

O município criará e manterá um cadastro multifinalitário.

O cadastro multifinalitário compreende:

I - o cadastro imobiliário;

II - cadastro mobiliário;

§ 1º O cadastro imobiliário é constituído:

I - pelos dados de todos os terrenos existentes nas áreas urbanas ou de expansão urbana do Município, com a descrição de todas as características consideradas importantes pela administração;

II - pelos dados das construções existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas ou urbanizáveis, com a descrição pormenorizada de todas as suas características consideradas importantes pela administração.

III - O Cadastro Imobiliário tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir, no Município de Massaranduba, independentemente da sua categoria de uso ou da tributação incidente, bem como dos sujeitos passivos das obrigações que as gravam, a dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação.

§ 2º O cadastro mobiliário é constituído de cadastro de atividades comerciais, industriais, prestadores de serviços, entidades filantrópicas, associações, agremiações desportivas ou culturais, clubes sociais e ou de campo, e sindicatos representativos de classe patronal, com a descrição de todas as informações cadastrais consideradas importantes pela administração.

SUBSEÇÃO II DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

A inscrição dos imóveis situados nas zonas urbanas ou destinadas à urbanização será processada de ofício, pela repartição competente.

Parágrafo Único. Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em petição, apresentar as seguintes informações:

I - nome do proprietário, possuidor ou com-promissário comprador da propriedade;

II - localização da propriedade;

III - serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;

IV - descrição e área da propriedade territorial;

V - área, características e tempo de vida da propriedade predial;

VI - valor venal da propriedade territorial, e de propriedade predial, quando existente;

VII - utilização dada à propriedade;

VIII - existência, ou não, de passeios e muro em toda a extensão da testada;

IX - valor da aquisição.

X - em se tratando de propriedade de entidade de direito público, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

Para manter o cadastro imobiliário atualizado os responsáveis serão obrigados a fornecer os elementos de atualização que a lei determina.

§ 1º São considerados responsáveis pelo fornecimento de informações:

I - o proprietário, o possuidor ou o titular do domínio útil;

II - qualquer dos condôminos, nos casos de condomínio;

III - o adquirente ou promitente comprador;

IV - os loteadores;

V - as imobiliárias e os corretores de imóveis;

VI - os tabeliães e os oficiais de registro de imóveis;

VII - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da nomeação, sob pena de multa.

§ 2º Os responsáveis previstos no inciso I e II deverão fornecer obrigatoriamente à municipalidade, qualquer informação destinada a alteração ou modificação no estado do imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias após a conclusão dos serviços, sob pena de multa anual;

§ 3º Os responsáveis mencionados no inciso III são obrigados a informar à Municipalidade a realização do contrato de compra e venda ou da promessa de compra e venda, a descrição correta do imóvel, o valor da transação, bem como, seus dados pessoais e endereço completo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da realização do contrato, sob pena de multa anual;

§ 4º Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 10 (dez) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior, tenham sido alienados, definitivamente ou mediante promessa de compra e venda, ou tenham sido cancelados, mencionando, o nome do comprador ou compromissário, seus dados pessoais, o endereço completo, o número da quadra e do lote e o valor do contrato, sob pena de multa mensal;

§ 5º As imobiliárias e corretores ficam obrigados a fornecer, até o dia 10 (dez) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação de todas as transações imobiliárias que no mês anterior, tenham sido feitas, definitivamente, mediante promessa de compra e venda, ou tenham sido cancelados, mencionando, a descrição correta dos imóveis, o nome do adquirente, seus dados pessoais, o endereço completo, sob pena de multa mensal;

§ 6º Os Tabeliães e os Oficiais de Registro de Imóveis ficam obrigados a fornecer, até o dia 10 (dez) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos imóveis que no mês anterior, tenham sido objeto de escritura pública e/ou de transferência no registro imobiliário, ressalvadas as escrituras e registros para constituição de garantia, descrevendo o nome do adquirente, seus dados pessoais, endereço completo e o valor do contrato, sob pena de multa mensal;

§ 7º Os inventariantes, os síndicos e os liquidantes ficam obrigados a fornecer, em até 90 (noventa) dias, contados da data da nomeação, ao órgão fazendário competente, relação dos imóveis que são objeto de inventário; do patrimônio da falida ou da sociedade liquidanda, descrevendo o nome do inventariante, síndico ou liquidante, seus dados pessoais, endereço completo e o valor do contrato, sob pena de multa anual;

A concessão do "habite-se" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e atualizado no cadastro imobiliário.

SUBSEÇÃO III DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

O cancelamento da inscrição cadastral da unidade imobiliária dar-se-á de ofício ou a requerimento do contribuinte, nas seguintes situações:

I - erro de lançamento que justifique o cancelamento;

II - alteração de unidades imobiliárias autônomas que justifique o cancelamento, após despachos do órgão competente;

III - alteração promovida na unidade imobiliária pela incorporação ou construção, de que resultem novas unidades imobiliárias autônomas.

Quando ocorrer demolição, incêndio ou qualquer causa que importe em desaparecimento da benfeitoria, sempre será mantido o mesmo número da inscrição, bem como nos casos de extinção de aforamento, arrendamento ou qualquer ato ou fato que tenha motivado o desmembramento do terreno.

Por ato do poder Executivo, poderá ser regulamentado procedimentos relativos ao cadastro imobiliário.

SEÇÃO XIII DAS ISENÇÕES

São passíveis de isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

I – o proprietário de 01 (um) só imóvel, que nele resida, cuja renda familiar dos residentes não ultrapasse a 02 (dos) salários mínimos e a metragem do terreno não ultrapasse a 1.500 m² (hum mil e quinhentos metros quadrados);

II – o imóvel pertencente à ex-combatente brasileiro da II Guerra Mundial ou a sua viúva, que lhe sirva exclusivamente de residência e desde que não possua outro imóvel no Município;

III – o imóvel de propriedade de pessoa física, localizado em área urbana, área de expansão urbana ou área urbanizável, e que esteja sendo utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária, aquicultura ou apicultura, ou para depósito de colheita, de animais e de equipamentos; desde que a área utilizada seja no mínimo 50% e não tenha imóvel construído, destinado ao comércio.

IV – a área de preservação permanente, acima da cota 26m (vinte e seis metros) em relação ao nível do mar, de acordo com a legislação federal a respeito;

V – o imóvel cedido gratuitamente para uso da União, do Estado de Santa Catarina, do Município ou quaisquer de suas entidades da Administração Indireta, bem como por eles locados, quando o contrato de locação lhes atribuir responsabilidade pelo pagamento do tributo;

VI – o imóvel relacionado com a finalidade essencial de entidade beneficente, social, educativa, cultural ou esportiva sem fins lucrativos que cedam o uso gratuitamente aos órgãos do Município quando houver interesse público e que atendam aos requisitos exigidos no art.14, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional;

VII – o imóvel qualificado na categoria “enxaimel” ou de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico pelo Órgão competente com base em parecer do Departamento responsável pelo Patrimônio Histórico do Município;

VIII – o imóvel pertencente a órfãos de pais, recebido por doação ou por herança, enquanto menores ou incapazes, e cujos rendimentos não ultrapassem a 03 (três) salários mínimos;

IX – imóvel de propriedade de Associação de Moradores, reconhecida de utilidade pública municipal, cujas atividades estejam de acordo com suas finalidades;

X – imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação à partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

XI – a área do lote reconhecida pelos órgãos competentes como não edificável e destinada à servidão de passagem de linha de transmissão de energia de alta tensão, de gasoduto e de oleoduto, desde que averbada junto à matrícula do imóvel.

XII - os imóveis localizados em áreas “non aedificandi”, e áreas de preservação permanente;

XIII - Os imóveis urbanos, com características e destinação rural, devidamente cadastrados junto ao INCRA e ITR/ou definidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Planejamento e Secretaria de Administração e Finanças.

XIV - Terrenos sem edificação, considerados área de preservação permanente, desde que comprovado com certidão fornecida pelo órgão competente;

XV - Os imóveis parcialmente considerados área de preservação permanente, sobre a parte alcançada desde que comprovado com certidão fornecida pelos órgãos competentes;

XVI - Os imóveis tombados no Município, comerciais ou residenciais, desde que comprovado com certidão fornecida pela entidade competente.

XVII – os imóveis pertencentes às entidades filantrópicas, associações e ou agremiações desportivas ou culturais, clubes sociais e ou de campo, e sindicatos representativos de classe patronal, desde que apresentem cópia da declaração de isenção do imposto de renda da pessoa jurídica do último exercício e sejam de uso exclusivo da entidade, e estejam cadastradas no cadastro mobiliário previsto no art. 258 desta Lei Complementar;

XVIII – os imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, à partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder expropriante;

XIX – Poderá ser isento ainda o Imposto Territorial dos contribuintes que possuam em seu imóvel área verde, a ser definida em lei, desde que não sejam beneficiados por outro tipo de isenção prevista nos incisos anteriores.

§ 1º O contribuinte que quiser se utilizar das faculdades previstas no inciso XIII deverá comprovar junto a Prefeitura que existe exploração agrícola, como fonte de renda econômica; estar inscrito no INCRA, efetuar o pagamento do ITR, apresentar nota de Produtor Rural com movimentação econômica desta propriedade como pessoa física.

§ 2º Os imóveis beneficiados pela isenção do inciso XIII são somente aqueles pertencentes a pessoas físicas, sendo que o Imposto Predial deve ser recolhido normalmente;

§ 3º O contribuinte isento na forma do inciso XIII perderá a isenção assim que a propriedade perder as características de atividade agrícola explorável, transferência para pessoa jurídica e outros empreendimentos que descaracterizem como zona rural; (loteamentos, parque industrial, etc);

§ 4º Para concessão do benefício de que trata o Inciso III, o contribuinte deverá comprovar que exerce no imóvel, pelo menos, uma das atividades nele relacionadas, como forma de rendimento ou subsistência familiar, por meio de documentos idôneos, tais como cadastro de produtor rural junto ao Departamento de Agricultura do Município e Nota de Produtor Rural;

§ 5º A isenção do inciso VII submete-se ao seguinte:

I - Poderá ser integral desde que o lote possua área máxima de 1.500,00 m2 (hum mil e quinhentos metros quadrados);

II - Se a área do lote exceder à metragem estabelecida no inciso anterior e se o lançamento original do imposto for de caráter predial, será lançado sobre o excedente a parcela correspondente do imposto, como se predial fosse, de acordo com a Planta de Valores;

III - Concedida a isenção, por requerimento ao Órgão Fazendário, o beneficiário fica proibido de proceder a modificação na construção, a não ser as necessárias para sua conservação, sujeitas à previa autorização do órgão competente, com base em parecer do Departamento responsável pelo Patrimônio Histórico do Município;

IV - Em caso de negligência na conservação do imóvel, o órgão competente, poderá revogar o benefício, comunicando sua decisão ao Órgão Fazendário.

§ 6º A isenção do inciso XII, XIII e XIX refere-se apenas a propriedade territorial do imóvel, ficando o proprietário obrigado a efetuar o recolhimento do imposto calculado sobre o valor venal predial de eventual edificação nele existente, com exceção dos galpões, depósitos, ranchos, estufas e telheiros, desde que comprove trabalhar no local, exercendo a profissão de agricultor.

§ 7º As isenções referente os incisos, I, II, IV, VII, X, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII não serão concedidas a proprietários de imóveis que pertençam ao quadro societário de pessoas jurídicas.

§ 8º As isenções referente os incisos do caput do artigo não serão concedidas a proprietários de imóveis que pertençam ao quadro societário de pessoas jurídicas, com exceção dos casos previstos nos incisos, III, XIII e XIX.

A isenção deverá ser precedida de requerimento entre os meses de outubro e dezembro do ano anterior ao lançamento e o interessado deve fazer prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos de cada caso de isenção previsto no artigo anterior.

A isenção será efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa competente após análise dos documentos apresentados a cada exercício fiscal, uma vez que deverá ser fiscalizada a permanência dos requisitos para a manutenção da isenção, contudo, constituirá obrigação do beneficiado comunicar por escrito a cessação de qualquer um dos requisitos ou condições que fundamentaram a isenção.

Paragrafo Único: Caso a propriedade não sofrer nenhuma alteração característica será facultado a Secretaria responsável estender a isenção por anos consecutivos, deste que preencha os requisitos estabelecidos, conforme os artigos anteriores.

O contribuinte que não requerer a isenção no prazo previsto no art. 267, poderá fazê-lo até a constituição do crédito tributário, condicionado ao pagamento de penalidade, no valor de 1 (uma) UFM - (Unidade Fiscal Municipal).

§ 1º Findo o prazo estipulado no caput do artigo sem que o

contribuinte tenha requerido a isenção e o crédito tributário já tenha sido constituído, é facultado a Secretaria de Administração e Finanças proceder mediante despacho fundamentado, a remissão, desde que o imóvel esteja enquadrado nas situações previstas no art.266, incisos I a XIX, desta Lei, condicionado ao pagamento de penalidade, no valor de 2 (duas) UFM - (Unidade Fiscal Municipal).

§ 2º No caso de pedido de isenção requerido pelo cônjuge ou filhos do contribuinte já falecido, cujo imóvel esteja em nome do mesmo, deverá ser comprovada a situação legal do espólio, observadas as disposições tributárias pertinentes à titularidade do imóvel e a responsabilidade tributária.

SEÇÃO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS

O Poder executivo poderá alterar anualmente, através de decreto, os valores básicos do metro quadrado, de construção e do terreno, mediante resultado do trabalho da comissão municipal designada para este fim, o qual deverá vigorar no exercício seguinte.

Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos previstos nesta Lei possa conduzir a tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado, a requerimento do interessado, processo de avaliação especial para possibilitar a revisão, definido em regulamento conforme o disposto no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A ACESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO

Fica instituído no elenco tributário municipal o imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos.

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

O Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou a cessão física, como definidos na lei civil;

II - a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

SEÇÃO II DA MATERIALIZAÇÃO DO FATO GERADOR

Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - na adjudicação e na arrematação, na data de assinatura do respectivo auto;

II - na adjudicação sujeita à licitação e na adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a decisão adjudicatória;

III - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

VI - na remição, na data do depósito em juízo;
VII - na data da formalização do ato ou negócio jurídico;

VIII - na compra e venda pura ou condicional;

IX - na dação em pagamento;

X - no mandato em causa própria e seus substabelecimentos;

XI - na permuta;

XII - na cessão e rescisão de contrato de promessa de compra e venda quitado;

XIII - na transmissão do domínio útil;

XIV - nas demais transmissões "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direitos à aquisição.

XV - na cessão de direitos hereditários, quando se formalizar nos autos do inventário, na data em que transitar em julgado a sentença homologatória da partilha.

XVI - Na dissolução da sociedade conjugal, excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% do total partilhável.

XVII - Na cessão de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, para fins de cálculo do imposto, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão.

Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto:

I - o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construções e a semente lançada à terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

O Imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

SEÇÃO III DO SUJEITO PASSIVO

Contribuinte do imposto é:

I - nas cessões de direito, o cedente;

II - na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquiridos;

III - nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

SEÇÃO IV DAS IMUNIDADES

São imunes ao Imposto:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos imóveis vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

II - templos de qualquer culto;

III - os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da Lei;

IV - a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 1º A imunidade prevista no inciso I não se aplica aos imóveis relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contra prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.

§ 2º A imunidade prevista nos incisos II e III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

§ 3º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no inciso IV:

a) se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer das transações mencionadas no inciso IV, e
b) se a preponderância ocorrer:

1 - nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à data do título hábil a operar a transmissão, considerando um só período de apuração de quatro anos; ou
2 - nos três primeiros anos seguintes ao da data da referida transmissão, caso a pessoa jurídica adquirente inicie suas atividades após a data do título hábil a operar a referida transmissão ou a menos de dois anos antes dela, considerando um só período de apuração de três anos.

§ 4º A pessoa jurídica adquirente de imóveis ou de direitos a eles relativos, nos termos do inciso IV deste artigo, deverá apresentar à Fiscalização da Receita Municipal, demonstrativo de sua receita operacional, no prazo de 60 dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao do término do período que serviu de base para a apuração da preponderância.

§ 5º Verificada a preponderância referida no inciso IV ou não apresentada a documentação prevista no § 4º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto, monetariamente corrigido desde a data da estimativa fiscal do imóvel.

§ 6º O disposto neste artigo não dispensa as entidades nele referidas da prática de atos assecuratórios do cumprimento, por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes desta Lei.

SEÇÃO V DA NÃO INCIDÊNCIA

O imposto não incide sobre a transmissão de bens e direitos quando:

I - Realizada para incorporação ao patrimônio de pessoas jurídica, em pagamento de capital nela subscrito.

II - Decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

III - na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

IV - na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

V - na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão de compra e venda com pacto de melhor comprador;

VI - no usucapião;

VII - na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

VIII - na promessa de compra e venda;

IX - transmissão de bens ou direitos decorrente de Programa de Crédito Fundiário Oficial, do Governo Federal ou Estadual, para aquisição de imóveis rurais.

§ 1º A preponderância de que trata o inciso II será demonstrada pelo interessado, na forma do regulamento.

§ 2º O Disposto no inciso II não se aplica, quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante à compra e venda, de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º O disposto no inciso III deste artigo somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

§ 4º É obrigatória a comprovação da exoneração tributária do ITBI, emitida pela Fazenda Municipal, para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente, nos casos das transmissões previstas nos incisos II, III, IV, V e VI, IX deste artigo.

§ 5º Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro meses anteriores e nos 24 (vinte e quatro meses posteriores à aquisição, de correr das transações mencionadas no parágrafo anterior).

§ 6º Se a pessoa jurídica adquirente, iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 24 (vinte e quatro) meses antes dela, apurar-se-á em conta os 36 (trinta e seis) primeiros meses seguintes à data da aquisição.

§ 7º Verificada a preponderância referida no inciso II, o imposto será devido nos termos da Lei vigente à data de aquisição, calculado sobre o valor do bem ou direito, naquela data, corrigida a expressão monetária da base de cálculo, para o dia do vencimento do prazo para o pagamento ou crédito tributário respectivo.

SEÇÃO VI DA ISENÇÃO

É isenta do imposto, a transmissão:

I - em que sejam contribuintes:

a) as autarquias e fundações instituídas por este Município;

b) os serviços sociais autônomos;

II - Na dissolução da sociedade conjugal, quando o único imóvel do casal, couber a qualquer dos cônjuges, destinado à moradia e guarda dos filhos e cuja estimativa fiscal, não seja superior a 600 UFM (Unidade Fiscal Municipal)

III - Fica também, isenta do imposto a primeira transmissão de habitação popular, construída através de projetos de iniciativa governamental da União, do Estado ou do Município, desde que, seja destinada à moradia do adquirente e este não possua outro imóvel no município.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto na alínea "b" do inciso I, consideram-se serviços sociais autônomos os instituídos por lei com personalidade jurídica de direito privado, para fins de prestar assistência social ou ministrar ensino profissionalizante a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias, e/ou contribuições para-fiscais ou privadas.

SEÇÃO VII RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE, DA NÃO-INCIDÊNCIA E DA ISENÇÃO

As exonerações tributárias por imunidade, não-incidência e isenção ficam condicionadas ao seu reconhecimento pela Secretaria de Administração e Finanças.

O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou falsa declaração ou, quando for o caso, deixou de utilizar o imóvel para os fins que lhe asseguraram o benefício.

SEÇÃO VIII DA BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, na data em que se considera ocorrido o fato gerador.

§ 1º O valor venal do imóvel será a soma do valor venal territorial e do valor venal predial total.

§ 2º O valor venal predial total será a soma do valor venal predial de todas as unidades do imóvel.

O imposto será declarado e antecipado o seu pagamento pelo próprio sujeito passivo, sujeitando-se este a prestar à Fazenda Pública informações econômico-fiscais, de acordo com o fixado em regulamento.

São, também, bases de cálculo do imposto:

I - o valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

II - o valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção de usufruto por ato oneroso;

III - o preço pago na arrematação e na adjudicação do imóvel.

Não se inclui na estimativa fiscal do imóvel o valor da construção nele executada pelo contribuinte, desde que comprovada mediante

a exibição, à Fazenda Municipal, dos seguintes elementos:

Nos casos de imóveis isolados, ou imóveis em condomínio não caracterizados como incorporações imobiliárias deverá o contribuinte apresentar documento que comprove a existência de promessa de transmissão antes do início da construção.

Parágrafo Único. Deverá, também, o contribuinte apresentar, quando solicitado:

projeto de construção aprovado e licenciado para construção;
notas fiscais referentes ao material e serviços relativos à construção;

outros elementos que se façam necessários para a comprovação mencionada no "caput" deste artigo.

Não serão deduzidos da base de cálculo do imposto os valores de quaisquer dívidas ou gravames, ainda que judiciais, que onerem o bem, nem os valores das dívidas do espólio.

Nas transmissões realizadas com financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, os agentes financeiros deverão informar, para fins de cálculo do imposto, o valor a ser efetivamente financiado em moeda corrente nacional.

O valor venal territorial dos imóveis localizados no perímetro urbano, utilizado para a base de cálculo do ITBI, não poderá ser inferior ao previsto na planta genérica de valores, conforme consta no cadastro mobiliário.

Parágrafo Único. O valor venal predial de eventual edificação existente nos imóveis mencionados no caput deste artigo terá como valor mínimo o previsto na base de cálculo utilizada para o Imposto Predial.

O valor venal territorial dos imóveis localizados no perímetro rural, utilizado para a base de cálculo do ITBI, não poderá ser inferior ao correspondente previsto na Planta de Valores Rurais do município, baixada anualmente através de Decreto do Poder Executivo.

O valor venal predial de eventual edificação existente nos imóveis mencionados no artigo anterior terá como valor mínimo (em Reais) a multiplicação da área da edificação pelo valor básico do metro quadrado do tipo de edificação correspondente previsto na tabela de valores por metro quadrado segundo o tipo da edificação baixada anualmente através de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O valor mínimo dos galpões e telheiros utilizados em atividades rurais terá redução de 40% (quarenta por cento) do obtido através da fórmula prevista no caput deste artigo.

Nos casos de imóveis singulares para os quais a aplicação dos procedimentos previstos neste Código possa conduzir à tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado, a requerimento do interessado, processo de avaliação especial para possibilitar a revisão conforme definido em regulamento.

SEÇÃO IX AVALIAÇÃO DE OFÍCIO DO IMÓVEL

Quando a Administração Tributária não concordar com o valor declarado pelo contribuinte promoverá a avaliação de ofício buscando o valor efetivo de mercado do bem ou direito, ressalvado ao contribuinte o direito de requerer avaliação contraditória administrativa.

§ 1º A Prefeitura poderá designar um servidor para fazer uma visita "in-loco" na propriedade do fato gerador para avaliação de veracidade das informações, seja ela situada na área urbana ou rural e

lavrará termo de visita onde será observado os seguintes fatores:

localização da área;
tipo de topografia/relevo;
tipo de vegetação;
tipo de exploração econômica, se é ativa ou inativa
tipo de cultivos
tipo de construções e Estado de conservação;
forma, dimensões e utilidade;
valores aferidos no mercado imobiliário;
custo unitário de construção;
outras informações de interesse para a devida aplicação e avaliação sobre o imóvel;

§ 2º Para a elaboração dos laudos previstos no artigo anterior o Poder Executivo Municipal formará comissão, composta por profissionais do ramo da engenharia e/ou imobiliário que subscreverão conjunta ou individualmente os documentos, os quais gozam da presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário:

I – um representante da Secretaria de Administração e Finanças;
II – um representante da Gerência de Tributação;
III - um representante da Secretaria de Planejamento;
IV – dois representantes dos Corretores de Imóveis;

§ 3º Os membros da Comissão não perceberão qualquer remuneração por seu trabalho, que será considerado de relevante interesse para o Município.

§ 4º Os órgãos técnicos do Município fornecerão todas as informações solicitadas pela Comissão, para o fiel cumprimento de seus objetivos.

§ 5º Os laudos de que trata este artigo não serão utilizados para cobrança de tributo diverso do ITBI mas sim para efetivação da valorização imobiliária ocorrida, tendo por base o valor venal constante da planta genérica de valores e elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente como descrito no inciso § 1º e suas letras.

SEÇÃO X DAS ALÍQUOTAS

A alíquota do imposto é:

I - Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação e financiamentos diretos feitos com empresas construtoras ou incorporadoras com prazo mínimo de 5 (cinco) anos:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 1,0% (um por cento);

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

II - nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

III - Nas transmissões de terrenos destinados à construção de conjuntos residenciais de interesse social em que os adquirentes sejam cooperativas habitacionais autogestionárias, a alíquota será de 1,0% (um por cento), atendidos os seguintes requisitos:

a) para que o adquirente seja beneficiário da alíquota reduzida deverá, cada associado, possuir renda média familiar de até cinco (05) salários mínimos;

b) as cooperativas habitacionais deverão ser credenciadas pelo Município;

c) a obra deverá ser concluída num prazo máximo de 60 (sessenta)

meses, contados da data do pagamento do imposto.

IV - de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), nas transmissões:

a) compreendidas nos programas da Companhia de Habitação de Santa Catarina - COHAB;

b) de imóveis objeto de parcelamento pelo Município ou coordenados pelo Conselho Municipal de Habitação, para atender famílias consideradas do grupo de baixa renda.

§ 1º A adjudicação do imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiros estão sujeitas a alíquotas de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido antes da adjudicação com financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação.

§ 2º Considera-se como parte financiada, para fins de aplicação da alíquota de 1,0% (um por cento), o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço liberado para aquisição do imóvel.

§ 3º Todos os valores estabelecidos em moeda corrente serão atualizados pela mesma forma e quantia que atualiza os tributos em geral.

§ 4º No caso de financiamento direto, deverá o comprador comprovar ser o único imóvel no Município e destinado à residência própria.

§ 5º Os valores de financiamento direto, previstos no inciso I, ficam restritos aos mesmos valores limites para financiamentos pelo Sistema Financeiro de Habitação.

§ 6º Não sendo cumprida a condição prevista no inciso III, deverá ser recolhida, em até 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para a conclusão da obra, diferença do imposto calculada através de alíquota complementar de 1,0% (um por cento) sobre o valor venal atualizado monetariamente.

SEÇÃO XI DO LANÇAMENTO

O lançamento do imposto é de caráter misto, podendo o sujeito ativo lançá-lo de ofício sempre que se apresente prova material suficiente e irrefutável do fato gerador.

Serão lançados de ofício:

I - o valor do imposto e dos acréscimos legais devidos, quando não houver recolhimento ou em caso de pagamento a menor;

II - o valor do imposto e dos acréscimos legais devidos será apurado pela Fiscalização Tributária Municipal, por meio de processo de arbitramento, nos termos da legislação tributária municipal, quando as declarações, os documentos ou esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado, forem omissos ou não merecerem fé amparado no Código Tributário Municipal.

III - a diferença entre o valor apurado e o pretendido pelo contribuinte, quando não houver concordância com o valor da base de cálculo revisada por meio de processo administrativo.

§ 1º Ocorrendo a hipótese dos incisos I e II deste artigo, o contribuinte será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o imposto ou apresentar reclamação.

§ 2º Na hipótese do inciso III, o valor lançado de ofício será imediatamente suspenso e o processo de revisão será convertido em reclamação, nos termos do Código Tributário Municipal.

SEÇÃO XII

DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO

Discordando do valor mínimo utilizado para a base de cálculo do imposto, previsto nesta Lei, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, pedido de revisão à Secretaria Municipal da Fazenda, no qual caberá ao sujeito passivo comprovar a exatidão da base de cálculo por ele utilizada.

Mantido o valor e/ou continuando a discordar do valor mínimo utilizado para a base de cálculo do imposto, previsto nesta Lei, é facultado ao contribuinte encaminhar reclamação, na forma disciplinada o Código Tributário Municipal.

Ao recurso, nas transmissões formalizadas mediante procedimento judicial, aplicam-se as disposições do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO XIII DO PAGAMENTO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

No pagamento do imposto não será admitido parcelamento, devendo o mesmo se efetuar nos prazos previstos no artigo 300, em qualquer agência autorizada da rede bancária situada neste Município, mediante apresentação da guia do imposto.

A Secretaria de Administração e Finanças instituirá os modelos da guia a que se refere o artigo anterior e expedirá as instruções relativas à sua impressão pelos estabelecimentos gráficos, ao seu preenchimento pelos contribuintes e destinação das suas vias.

A guia processada em estabelecimento bancário será quitada mediante aposição de carimbo identificador da agência e autenticação mecânica que informe a data, a importância paga, o número da operação e o da caixa recebedora.

O imposto não pago no vencimento será atualizado monetariamente, de acordo com a variação do índice oficial previsto nesta lei, inclusive a multa e os juros de mora da data em que é devido até a data em que for efetuado o pagamento.

SUSEÇÃO II DO PRAZO DO PAGAMENTO

O imposto será pago:

I - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura.

II - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos que se formalizar por instrumento particular a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei Federal nº 4830, de 21 de agosto de 1964, ou por escrito particular, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura dos respectivos instrumentos e antes de sua transcrição no ofício competente.

III - na arrematação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta;

IV - na adjudicação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do auto ou, havendo licitação, do trânsito em julgado da sentença de adjudicação e antes da expedição da respectiva carta;

V - na adjudicação compulsória, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data em que transitar em julgado a sentença de adjudicação e antes de sua transcrição no ofício competente;

VI - na extinção do usufruto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias,

contado do fato ou ato jurídico determinante da extinção e:

- a) antes da lavratura, se por escritura pública;
b) antes do cancelamento da averbação no ofício competente, nos demais casos;

VII - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao valor que exceder à meação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo;

VIII - na remição, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do depósito e antes da expedição da respectiva carta;

IX - nas cessões de direitos hereditários:

- a) antes de lavrada a escritura pública, se o contrato tiver por objeto bem imóvel certo e determinado;
b) no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo, nos casos em que somente com a partilha se puder constatar que a cessão implica a transmissão de imóvel;

X - nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência do fato gerador e antes do registro do ato no ofício competente.

Fica facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação do imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

Parágrafo Único - O pagamento antecipado nos moldes deste artigo elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

Fica prorrogado para o primeiro dia útil subsequente o término do prazo de pagamento do imposto que recair em dia que não seja de expediente normal da rede bancária autorizada e da Prefeitura Municipal.

SUBSEÇÃO III DA RESTITUIÇÃO

O valor pago a título de imposto somente poderá ser restituído:

I - quando não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

II - quando for declarada, por decisão judicial passada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento, com exceção de ficar comprovada a má-fé do adquirente;

III - quando for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo Único - A restituição será feita a quem prove ter pago o valor respectivo até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a solicitação da restituição protocolada na Secretaria de Administração e Finanças.

SEÇÃO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O imposto será acrescido de:

I - multa de 100% (cem por

cento), quando constatada omissão ou falsidade de informações visando reduzir ou suprimir o valor do imposto;

II - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) até o limite de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do débito corrigido monetariamente.

Parágrafo Único. Não será aplicada a multa prevista no inciso I quando ocorrer denúncia espontânea.

SEÇÃO XV DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS

Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.

§ 1º Os tabeliães ou escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem, a estimativa fiscal, o valor do imposto, a data do seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório da exoneração tributária.

§ 2º O descumprimento da obrigação prevista no parágrafo anterior que acarrete o não pagamento da obrigação tributária, torna o Tabelião e o Oficial de Registro de Imóveis, solidariamente responsáveis pelo pagamento do tributo.

§ 3º Respondem, também, solidariamente pelo pagamento do imposto:

I - o transmitente;

II - o cessionário.

SEÇÃO XVI DA ESTIMATIVA FISCAL E DA FISCALIZAÇÃO

A estimativa fiscal de bens imóveis e, a fiscalização do imposto compete, privativamente, aos Agentes Fiscais da Fazenda Municipal.

Parágrafo Único. Estão sujeitos à fiscalização os contribuintes e as pessoas físicas ou jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto, bem como aquelas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicial, pratiquem ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços da lista abaixo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

§ 1º A Lista de Serviços abaixo compreende os serviços passíveis de tributação pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, desmembrada em subitens, cada qual com a sua respectiva alíquota a ser aplicada sobre a receita dos serviços, bem como o valor em UFM (Unidade Fiscal Municipal) do imposto fixo incidente sobre o trabalho pessoal do próprio contribuinte e sobre as Sociedades de Profissionais Liberais conforme prevê o Art. 9º do Decreto-lei nº 406/68.

LISTA DE SERVIÇOS e ALÍQUOTAS

Itens	Serviços	% SOBRE RECEITA	Qtd Fixa UFM/Ano
-------	----------	--------------------	------------------

1	Serviços de informática e congêneres.		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%	6.0
1.02	Programação.	2%	6.0
1.03	Processamento de dados e congêneres.	2%	6.0
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%	6.0
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%	6.0
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	2%	6.0
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%	6.0
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%	6.0

2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%	6.0

3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01	(VETADO)		

3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2%	
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2%	
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	2%	
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	2%	

4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01	Medicina e biomedicina.	3%	10.0
4.02	Análises clínicas, patologia, eletrocardiografia, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%	
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%	
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3%	6.0
4.05	Acupuntura.	3%	6.0

4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%	6.0
4.07	Serviços farmacêuticos.	3%	8.0
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%	6.0
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%	6.0
4.10	Nutrição.	3%	8.0
4.11	Obstetrícia.	3%	8.0
4.12	Odontologia.	3%	8.0
4.13	Ortótica.	3%	6.0
4.14	Próteses sob encomenda.	3%	6.0
4.15	Psicanálise.	3%	8.0
4.16	Psicologia.	3%	8.0
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%	
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%	
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%	
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%	

5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3%	8.0
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3%	
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3%	
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%	6.0
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%	
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%	
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%	
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%	4.0
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%	

6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%	4.0
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%	4.0
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%	5.0
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%	4.0

6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%	5.0
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%	8.0
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	2.0
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%	
7.04	Demolição.	2%	

7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%	4.0
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%	4.0
7.08	Calafetação.	3%	4.0
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%	
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%	4.0
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%	4.0
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	3%	
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%	4.0

7.14	(VETADO)		
7.15	(VETADO)		
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	3%	
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%	
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%	
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	3%	8.0
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%	5.0
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilação, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%	
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%	

8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%	4.0

8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%	4.0
------	---	----	-----

9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service, condomínios, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	2%	
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	2%	6.0
9.03	Guias de turismo.	2%	5.0

10	Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%	6.0

10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	2%	6.0
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%	6.0
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%	6.0
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2%	6.0
10.06	Agenciamento marítimo.	2%	6.0
10.07	Agenciamento de notícias.	2%	6.0
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%	6.0
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2%	6.0
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	2%	6.0

11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%	5.0

11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%	
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%	
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%	5.0

12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01	Espetáculos teatrais.	3%	
12.02	Exibições cinematográficas.	3%	
12.03	Espetáculos circenses.	3%	
12.04	Programas de auditório.	3%	
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%	
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%	
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	
12.10	Corridas e competições de animais.	5%	
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%	
12.12	Execução de música.	3%	4.0

12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%	4.0
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%	
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%	
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%	
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%	4.0

13	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01	(VETADO)		
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%	4.0
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%	4.0
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2%	5.0
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	2%	5.0

14	Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	4.0
14.02	Assistência técnica.	3%	4.0
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%	4.0
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%	4.0
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%	
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%	5.0
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	3%	5.0
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%	

14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviação.	3%	5.0
14.10	Tinturaria e lavanderia.	3%	5.0
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%	
14.12	Funilaria e lanternagem.	3%	5.0
14.13	Carpintaria e serralheria.	3%	5.0

15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	

15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	

15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	

15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	

15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	

16	Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.	3%	5.0

17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
----	--	--	--

17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%	6.0
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%	5.0
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%	6.0
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%	
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%	
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%	4.0
17.07	(VETADO)		
17.08	Franquia (franchising).	3%	
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	3%	8.0

17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%	
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%	
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%	
17.13	Leilão e congêneres.	3%	
17.14	Advocacia.	3%	8.0
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%	
17.16	Auditoria.	3%	8.0
17.17	Análise de Organização e Métodos.	3%	8.0
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%	8.0
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	8.0
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2%	6.0
17.21	Estatística.	3%	8.0
17.22	Cobrança em geral.	3%	4.0
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	3%	6.0
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	8.0

18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguro inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	6.0

19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	

20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
----	--	--	--

20.01	Serviços portuários, ferropor- tuários, utilização de porto, movimen- tação de passa- geiros, reboque de embarcações, rebocador esco- teiro, atracação, desatracação, serviços de prati- cagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logís- tica e congêneres.	3%	
-------	---	----	--

20.02	Serviços aeropor- tuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natu- reza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeropor- tuários, serviços acessó- rios, movimenta- ção de mercado- rias, logística e congêneres.	3%	
-------	---	----	--

20.03	Serviços de ter- minais rodoviá- rios, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mer- cadorias, inclusive suas operações, logística e congê- neres.	3%	
-------	---	----	--

21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	

22	Serviços de explo- ração de rodovia.		
----	---	--	--

22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envol- vendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, opera- ção, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	3%	
-------	---	----	--

23	Serviços de pro- gramação e co- municação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01	Serviços de pro- gramação e co- municação visual, desenho industrial e congêneres.	3%	6.0

24	Serviços de cha- veiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congê- neres.		
24.01	Serviços de cha- veiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congê- neres.	3%	

25	Serviços funerá- rios.		
----	---------------------------	--	--

25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%	
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	
25.03	Planos ou convênio funerários.	3%	
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%	4.0

26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas courier e congêneres.		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas courier e congêneres.	3%	

27	Serviços de assistência social.		
27.01	Serviços de assistência social.	3%	8.0

28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%	6.0

29	Serviços de biblioteconomia.		
29.01	Serviços de biblioteconomia.	3%	6.0

30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%	8.0

31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%	5.0

32	Serviços de desenhos técnicos.		
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	3%	5.0

33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%	

34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
----	---	--	--

34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	5.0
-------	---	----	-----

35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%	5.0

36	Serviços de meteorologia.		
36.01	Serviços de meteorologia.	5%	5.0

37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%	5.0

38	Serviços de museologia.		
38.01	Serviços de museologia.	3%	5.0

39	Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%	6.0

40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01	Obras de arte sob encomenda.	3%	6.0

§ 2º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 3º Ressalvadas as exceções expressas na lista referida no

caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 4º O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 5º A incidência do imposto independe:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao prestador dos serviços;

IV - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

SEÇÃO II DA NÃO-INCIDÊNCIA

O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

IV - subitem 4.03 - quando prestados para o Sistema Único de Saúde, encaminhados pela Secretária Municipal da Saúde de Massaranduba, os Laboratórios de Análises Clínicas devidamente credenciados e estabelecidos no Município.

Parágrafo Único - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços aqui desenvolvidos e concluídos, ainda que o pagamento seja realizado por contratante residente no exterior.

SEÇÃO III DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses abaixo relacionadas, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese de serviço proveniente do exterior do país ou que lá tenha iniciado;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços;

IV - da demolição, no caso dos

serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços;

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

§ 4º Mediante Lei Complementar específica, como medida de política fiscal voltada ao desenvolvimento econômico e social do Município, será admitida a redução no preço dos serviços utilizado como cálculo do ISSQN, que considere os investimentos realizados e/ou o número de empregos mantidos ou gerados no Município.

SEÇÃO IV DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR

Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolve a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

SEÇÃO V DO CÁLCULO DO IMPOSTO

SUBSEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição.

§ 2º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

§ 3º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 4º Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços.

SUBSEÇÃO II DO ARBITRAMENTO

Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores ou a contribuintes que promovam prestações semelhantes.

Parágrafo Único - O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias à manutenção do estabelecimento ou à efetivação das prestações.

O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

I - a identificação do sujeito passivo;

II - o motivo do arbitramento;

III - a descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;

IV - as datas inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham sido desenvolvidas as atividades;

V - os critérios de arbitramento utilizados pela autoridade fazendária;

VI - o valor da base de cálculo arbitrada, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;

VII - o ciente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a apor o ciente.

§ 1º Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

§ 2º Se houver documentos, deverão acompanhar o Termo de Arbitramento as cópias daqueles que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificadas.

§ 3º Não se aplica o disposto nesta Seção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das prestações.

SUBSEÇÃO III DAS ALÍQUOTAS

As alíquotas aplicadas à receita dos serviços são aquelas previstas na Lista de Serviços desta lei.

SEÇÃO VI DO SERVIÇO PRESTADO SOB A FORMA DE TRABALHO PESSOAL

Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será fixo e anual, estabelecido em função da atividade exercida pelo contribuinte conforme previsto na Lista de Serviços.

§ 1º Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte, aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo, e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§ 2º Não descaracteriza o serviço pessoal o auxílio ou ajuda de quem não colabora para a produção do serviço.

§ 3º Nos casos de início e encerramento de atividades, o imposto devido na forma deste artigo será proporcional ao número de meses de efetivo exercício das atividades, computando-se como inteira a fração do mês.

Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, porém, realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma do artigo anterior, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

§ 2º Nos casos de início e encerramento de atividades, o imposto devido na forma deste artigo será proporcional ao número de meses de efetivo exercício das atividades, computando-se como inteira a fração do mês.

SEÇÃO VII DA APURAÇÃO DO IMPOSTO

SUBSEÇÃO I APURAÇÃO

O imposto a recolher será apurado pelo próprio sujeito passivo:

I - mensalmente, quando proporcional à receita bruta;

II - anualmente, quando fixo;

III - Mensalmente, quando devido por estimativa;

§ 1º Em substituição ao regime de apuração mencionado no inciso I, a apuração será feita por prestação de serviço, quando realizada por contribuinte não inscrito ou desobrigado de manter escrituração fiscal.

§ 2º O valor do imposto apurado na forma no inciso I e III será efetuado mensalmente, pelo próprio contribuinte na forma estabelecida em regulamento.

§ 3º O valor do imposto retido na fonte pelo substituto tributário será apurado mensalmente, pelo próprio substituto na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º Nos meses em que não houver movimento de prestação de serviços deve o contribuinte informar esta condição a Secretaria de Finanças do Município conforme dispuser o regulamento.

§ 5º O valor do imposto devido anualmente pelos contribuintes do ISSQN Fixo será lançado e apurado de ofício pela autoridade administrativa para todos os contribuintes devidamente licenciados na Prefeitura conforme previsto nesta lei.

§ 6º Caso o contribuinte necessite de Certidão Negativa de Débitos Municipais, pode o servidor público solicitar os blocos fiscais e/ou notas fiscais de prestação de serviços para respectiva conferência dos fatos geradores registrados.

§ 7º Pode o município nos termos definidos em regulamento estabelecer outro meio de apuração do imposto e declaração dos serviços prestados e tomados de terceiros, inclusive através da rede mundial de computadores em aplicativo específico a ser posto a disposição do contribuinte.

SUBSEÇÃO II ESTIMATIVA FISCAL

A critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;

II - quando se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;

III - quando o nível de atividade econômica recomendartalsistemática;

IV - quando se tratar de estabelecimento cuja

natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;

V - quando se tratar de estabelecimento constituído sobre a forma de sociedade simples.

§ 1º O contribuinte que optar pelo cálculo e pagamento do imposto na forma prevista neste artigo deverá apresentar, no prazo fixado em regulamento, declaração prévia manifestando o seu interesse.

§ 2º A declaração a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhada de dados extraídos dos registros contábeis do contribuinte, bem como de outras informações de interesse da autoridade administrativa, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º Na ausência de dados contábeis, o contribuinte poderá utilizar os dados informados à Receita Federal em cumprimento da legislação específica, relativos ao Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

§ 4º O contribuinte que estiver recolhendo o imposto na forma prevista neste artigo deverá recolher o imposto até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços e dia 20 (vinte) empresas enquadradas no Simples Nacional, recolhido juntamente com a PGDAS na forma estabelecida em regulamento.

I - se constatado que o valor recolhido foi inferior ao que seria efetivamente devido, recolher a importância apurada, no mesmo prazo de vencimento da última competência do exercício;

II - se constatado que o valor recolhido foi superior ao que seria efetivamente devido, compensar a importância com o montante a recolher no período seguinte.

§ 5º A estimativa será por período anual, exceto na hipótese do inciso I deste artigo em que corresponderá ao período previsto de funcionamento.

§ 6º No primeiro ano de atividade, a estimativa será efetuada com base em dados presumidos, informados pelo contribuinte, sujeitando-se ao ajuste anual e recolhimento das diferenças entre o efetivamente prestado e o estimado.

A autoridade fiscal que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de que trata esta Seção, levará em conta, além das informações declaradas na guia mensal de recolhimento, os seguintes critérios:

I - o volume das prestações tributadas obtidas por amostragem;

II - o total das despesas incorridas na manutenção do estabelecimento;

III - a aplicação de percentual de margem de lucro bruto, previsto em portaria do Secretário Municipal de Finanças;

IV - outros dados que possa colher junto ao contribuinte ou outras fontes como outros contribuintes da mesma atividade.

A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta Seção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

SEÇÃO VIII DA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO

SUBSEÇÃO I DA LIQUIDAÇÃO

A obrigação tributária considera-se vencida no último dia do período de apuração e será liquidada:

I - tratando-se de imposto proporcional à receita bruta, por compensação ou mediante pagamento em dinheiro, observando-se o seguinte:

- a) por compensação até o montante dos créditos fiscais apurados e escriturados na escrita fiscal;
- b) se o montante dos créditos for insuficiente para cobrir o imposto apurado no período, a diferença será liquidada através de guia de ajuste;
- c) se o montante dos créditos superar o imposto apurado no período, a diferença será transportada para o período seguinte.

II - tratando-se de imposto fixo, por dinheiro.

SUBSEÇÃO II DA FORMA E DO LOCAL DE PAGAMENTO

O imposto será recolhido em qualquer agência bancária da rede autorizada, através de Guia de Recolhimento de Tributos Municipais em modelo oficial, estabelecido em portaria do Secretário Municipal de Finanças.

SEÇÃO IX DO PAGAMENTO

O imposto será pago:

I - por ocasião do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;

II - Anualmente no caso dos contribuintes do ISS Fixo:

III - mensalmente nos demais casos, inclusive para o ISSQN Retido, até o dia 10 (dez) do mês posterior a prestação dos serviços e dia 20 (vinte) para empresas optantes do Simples nacional.

Parágrafo Único. Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças, que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais de Massaranduba, recolham o imposto devido no prazo e na forma definidos no respectivo despacho.

SEÇÃO X DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela autoridade administrativa:

I - quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo, em carne mensal de recolhimento ou arquivo eletrônico, não corresponder à realidade.

II - quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

Parágrafo Único - Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

SEÇÃO XI DO SUJEITO PASSIVO

SUBSEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

SUBSEÇÃO II SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

São responsáveis, por substituição tributária, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - as pessoas físicas e jurídicas, tomadoras ou intermediárias, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista quando contratarem serviços previstos na lista de serviços conforme as regras estabelecidas pelo Art. 3º da LC nº 116/03:

a) de serviço prestado por contribuinte que não esteja regularmente cadastrado como contribuinte do Município ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço;

b) de serviço prestado por contribuinte de outro município ou de outro estado da federação;

§ 1º O disposto nos incisos II não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou seja optante do MEI (Micro Empreendedor Individual) na forma da Lei Complementar nº 123/06, devidamente comprovada.

§ 2º O disposto no inciso II não se aplica:

I - quando o contratante ou intermediário não estiver estabelecido ou domiciliado no Município;

II - quando o contratante for o promitente comprador, em relação aos serviços prestados pelo incorporador-construtor;

§ 3º A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

I - quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;

II - na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

§ 4º A responsabilidade prevista no inciso II, caput, alcança todas as pessoas, ainda que isentas ou imunes.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Parágrafo Único. A responsabilidade prevista neste artigo não elide a exigência de juros moratórios e multas devidas em razão do inadimplemento da obrigação.

SUBSEÇÃO III DA RETENÇÃO DO IMPOSTO NA FONTE

Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações, mesmo que o prestador do serviço esteja domiciliado no município;

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos contribuintes prestadores de serviço sujeitos ao pagamento do imposto em base fixa, optante do MEI ou por estimativa quando

estabelecido no município, devendo esta condição ser comprovada;

§ 2º Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

As entidades mencionadas no artigo anterior deverão:

I - fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte - CRIF, em modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças;

II - recolher à Prefeitura Municipal de Massaranduba, no prazo fixado nesta lei, o valor do imposto retido.

Parágrafo Único. O comprovante a que se refere o inciso I deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

SEÇÃO XII

DO REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Fica instituído, no âmbito do município de Massaranduba, o regime tributário diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao Micro Empreendedor Individual, de acordo com as normas gerais veiculadas por meio da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Parágrafo Único. Para os efeitos deste artigo, ficam incorporadas a este Código Tributário as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativas:

I - à definição de microempresa, empresa de pequeno porte e micro empreendedor individual, abrangência, vedações ao regime, forma de opção e hipóteses de exclusões;

II - às alíquotas, base de cálculo, apuração, recolhimento do imposto e repasse ao erário do produto da arrecadação;

III - às obrigações fiscais acessórias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e processo judiciário pertinente;

IV - aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, previstos pela legislação federal do Imposto sobre a Renda, e imposição de penalidades;

V - à inscrição e baixa de microempresas, empresas de pequeno porte e de micro empreendedor individual.

As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados nesta lei e em regulamento.

Parágrafo Único. O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos.

Excluem-se do regime tributário previsto no artigo anterior a microempresa e a empresa de pequeno porte, que não optaram ou não preencheram os requisitos ou condições necessárias para o seu enquadramento no regime único de arrecadação de tributos - Simples Nacional - de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O regime tributário instituído por esta Lei e

disciplinado nesta Seção implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) e outros tributos relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

Parágrafo Único - O recolhimento na forma deste artigo não exclui da incidência do imposto as prestações de serviços sujeitas ao regime da substituição tributária ou retenção na fonte, bem como os serviços importados do exterior, que ficam sujeitos ao regime normal de tributação do imposto.

Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais previstos em regulamento.

Parágrafo Único - Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria Municipal de Finanças as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

Nos casos de serviços sujeitos a substituição tributária ou retenção na fonte, prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador dos serviços deverá, observado a alíquota do Simples Nacional do prestador, reter e pagar o imposto na forma da legislação municipal, hipótese em que este deverá ser deduzido do valor a ser recolhido na forma do art. 21 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, caberá ao tomador dos serviços observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável deverá ser informada no documento fiscal e será aquela prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123 de 2006, correspondente à respectiva faixa de receita bruta a que estiver sujeita a microempresa ou a empresa de pequeno porte no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de serviço prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, a alíquota aplicável será a menor prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123 de 2006;

III - na hipótese do inciso anterior, constatando-se diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, deverá a microempresa ou empresa de pequeno porte, prestadora dos serviços, recolher a eventual diferença de imposto, em guia própria do Município, no mês subsequente ao do início de suas atividades;

IV - na hipótese da microempresa e empresa de pequeno porte não informar a alíquota nos termos dos incisos I e II deste parágrafo, aplicar-se-á a maior alíquota constante dos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123 de 2006;

V - não estão sujeitos ao regime tributário de que trata este artigo a microempresa ou empresa de pequeno porte sujeita à tributação no Simples Nacional por meio de valores fixos mensais;

VI - não será elidida a responsabilidade do prestador dos serviços quando a alíquota informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento da diferença será realizado em guia própria do município.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior, a prestação de informações falsas sujeitará o responsável, o titular, os sócios ou administradores da microempresa ou da empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Caso haja a retenção do imposto, em razão do disposto no artigo

anterior, este será definitivo e deverá ser deduzido da parcela correspondente ao Simples Nacional, que será apurada tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção, na forma estabelecida pelos §§ 12 a 13, do art. 18, da Lei Complementar nº 123 de 2006.

O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte será determinado mediante aplicação das tabelas dos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, conforme o caso.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada, constantes das tabelas dos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, serão proporcionais ao número de meses de atividade no período.

§ 3º Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irretratável para todo ano calendário.

§ 4º O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fins de pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN), as receitas de prestação de serviços, na forma estabelecida em resolução do CGSN e aprovada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º As atividades de prestação de serviços previstas:

I - nos incisos I, II, III, IV, V, IX e XIII do § 5º - B do artigo 18 da Lei Complementar nº 123 de 2006 serão tributadas na forma do seu Anexo III;

II - nos incisos I e VI do § 5º - C do art. 18 da Lei Complementar nº 123 de 2006 serão tributadas na forma do seu Anexo IV;

III - nos incisos I, II, III, IV, V, VI, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do § 5º - D do art. 18 da Lei Complementar nº 123 de 2006 serão tributadas na forma do seu Anexo V; e

IV - no inciso XIV do § 5º - B do art. 18 da Lei Complementar nº 123 de 2006 recolherá o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) em valor fixo, conforme valor do ISSQN expresso em UFM/anual previsto na Lista de Serviços.

§ 6º As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 123 de 2006 serão tributadas na forma do seu Anexo III, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos seus Anexos IV ou V.

§ 7º As prestações de serviços com incidência simultânea de (ISSQN) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serão tributadas na forma do Anexo II da Lei Complementar nº 123 de 2006, deduzida da parcela correspondente ao ICMS e acrescida da parcela correspondente ao (ISSQN) prevista no Anexo III da Lei Complementar nº 123 de 2006.

§ 8º Nos casos em que o valor da receita bruta auferida durante o ano-calendário ultrapassar:

I - o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a receita que exceder referido montante estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de vinte por cento; e

II - na hipótese do inciso II do art. 19 da Lei Complementar nº 123 de 2006, o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a receita que exceder referido montante estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de vinte por cento;

III - na hipótese do inciso I do art. 19 da Lei Complementar nº 123 de 2006, o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a receita que exceder referido montante estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123 de 2006, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de vinte por cento;

§ 9º Independentemente do valor da receita bruta mensal da microempresa, esta poderá optar pelo recolhimento do imposto em valores fixos mensais, desde que, no ano-calendário anterior ao da opção, a sua receita bruta não tenha sido superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

§ 10 A opção de que trata o parágrafo anterior será irrevogável para todo o ano calendário e sujeitará o optante ao pagamento de um imposto mensal correspondente a cinquenta por cento do maior valor possível do tributo para a faixa de receita prevista na Tabela do Anexo III da lei geral.

O microempreendedor individual que optar pelo regime tributário instituído por esta Lei e disciplinado nesta Seção poderá recolher o imposto em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta auferida no mês.

§ 1º Na vigência da opção a que se refere este artigo, o micro empreendedor individual:

I - recolherá o imposto em valor fixo mensal, correspondente à R\$ 5,00 (cinco reais);

II - não poderá se beneficiar das regras estabelecidas nos §§ 9º e 10 do artigo anterior.

§ 2º Nos casos de desenquadramento do regime tributário a que se refere este artigo, o micro empreendedor individual passará, a partir da data fixada para o início dos seus efeitos, a recolher o imposto pela regra geral do Simples Nacional, exceto nas hipóteses previstas nas alíneas "a" dos incisos III e IV do § 7º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 2006, que deverá recolher a diferença de imposto, sem acréscimos, em parcela única, juntamente com a relativa ao mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do excesso, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

O imposto deverá ser pago:

I - por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;

II - até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta ou em outra data fixada em decreto do Chefe do Poder Executivo; e

III - em banco integrante da rede arrecadadora do Simples Nacional, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 1º Na hipótese da microempresa ou empresa de pequeno porte possuírem filiais, os recolhimentos do imposto dar-se-ão por intermédio da matriz.

§ 2º Após o vencimento, o imposto será exigido com os encargos

legais previstos na legislação do Imposto Sobre a Renda, de competência da União e administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

As microempresas e empresas de pequeno porte não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

As microempresas e empresas de pequeno porte ficam obrigadas:

I - apresentar, anualmente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverão ser disponibilizadas aos órgãos de fiscalização, no prazo e modelo aprovados pelo Comitê Gestor;

II - a emitir documento fiscal de prestação de serviço, em modelo aprovado por ato do Secretário Municipal da Receita, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

III - manter em boa ordem e guarda os livros e documentos fiscais, enquanto não decair o direito da fazenda pública de constituir eventuais créditos tributários; e

IV - a prestar informações relativas a terceiros.

§ 1º Os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano-calendário de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na forma estabelecida em ato do Comitê Gestor, farão a comprovação da receita bruta, mediante a apresentação de registro de venda ou de prestação de serviços, ficando dispensado da emissão da nota fiscal de prestação de serviços, exceto nos casos de serviços prestados para pessoas jurídicas.

§ 2º Além dos deveres instrumentais previstos nos incisos I, II, III e IV, deste artigo, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão, ainda, escriturar e manter o livro-caixa com os registros de todas as suas movimentações financeiras.

§ 3º Na hipótese do § 1º deste artigo:

I - deverão ser anexadas ao registro de prestação de serviços, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, os documentos fiscais comprobatórios dos serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos relativos às prestações realizadas eventualmente emitidos;

II - será obrigatória a emissão de documento fiscal nas prestações de serviços realizadas pelo empreendedor individual para destinatários cadastrados no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

§ 4º As microempresas e empresas de pequeno porte poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações e prestações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

§ 5º A declaração a que se refere o inciso I do caput deste artigo constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISQN que não tenha sido recolhido resultante das informações nela prestadas.

§ 6º A situação de inatividade deverá ser informada na declaração de que trata o inciso I do caput deste artigo, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 7º Para efeito do disposto no § 6º deste artigo, considera-se em situação de inatividade a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte as normas relativas aos juros e multas de mora e de ofício, bem como todas as presunções de omissão de receita constantes da legislação relativa às contribuições e impostos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A falta de comunicação, quando obrigatória:

I - da exclusão da pessoa jurídica do Simples Nacional, nos prazos determinados no § 1º, do art. 30, da Lei Complementar nº 123 de 2006, sujeitará o infrator a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total do imposto, de conformidade com o Simples Nacional, no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais), insuscetível de redução;

II - do desenquadramento do micro empreendedor individual, nos prazos determinados no § 7º do art. 18 - A da Lei Complementar nº 123 de 2006 sujeitará o infrator à multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), insuscetível de redução.

A microempresa ou empresa de pequeno porte, que deixar de apresentar a declaração simplificada a que se refere o inciso I do art. 339, no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimada a apresentar declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pelos Fiscais de Tributos Municipais (FTM), na forma do Comitê Gestor, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de dois por cento ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante do imposto informado na declaração simplificada, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a vinte por cento, observado o disposto no § 3º deste artigo; e

II - de R\$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de dez informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do caput deste artigo será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, da lavratura do auto de infração.

§ 2º Observado o disposto no § 3º, deste artigo, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração simplificada for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; e

II - a setenta e cinco por cento, se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 4º Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte será intimada a apresentar nova declaração, no prazo de dez dias, contados da ciência da intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do caput deste artigo, observado o disposto nos §§ 1º a 3º.

§ 6º A multa mínima de que trata o § 3º deste artigo a ser aplicada ao microempreendedor individual, na vigência da opção de que trata o art. 339, será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

As normas, infralegais, editadas pelo Comitê Gestor, quando

necessárias, serão incorporadas à legislação tributária do Município por meio de decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO XIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

SUBSEÇÃO I DO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

São obrigadas a se inscrever no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN) as pessoas naturais ou jurídicas que:

I - realizem prestações de serviços sujeitas à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN); e

II - sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I:

- a) responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários; e
- b) responsáveis pela retenção do imposto na fonte.

§ 1º A obrigatoriedade prevista neste artigo é extensiva, mesmo não possuindo personalidade jurídica:

I - aos condomínios em edifícios residenciais ou comerciais;

II - aos consórcios de sociedades;

III - aos clubes e fundos mútuos de investimentos;

IV - às repartições consulares de caráter permanente;

V - às representações permanentes de órgãos internacionais; e

VI - aos serviços notariais e de registros públicos.

§ 2º O dever estabelecido no parágrafo anterior só alcança aquelas entidades que estejam enquadradas em uma das situações previstas nos incisos I e II do caput deste artigo:

§ 3º No caso de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somente serão cadastradas as unidades gestoras de orçamento.

§ 4º Considera-se unidade gestora de orçamento aquela autorizada a executar parcela do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

§ 5º Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição para cada estabelecimento.

As pessoas naturais e jurídicas, contribuintes do imposto, somente poderão iniciar as suas atividades depois de inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN).

§ 1º Considera-se como data de início das atividades aquela em que se realizar a primeira prestação de serviço.

§ 2º O Secretário Municipal de Finanças e os Fiscais de Tributos, ou autoridade delegada, poderá autorizar o funcionamento de estabelecimentos de caráter temporário, obedecido ao disposto em regulamento.

As pessoas inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza (CPSQN) responderão, em qualquer caso, por danos causados ao Município pelo uso indevido de suas inscrições.

Parágrafo Único - As pessoas inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza (CPSQN) poderão receber

senhas que lhes permitirão o acesso aos seus registros cadastrais no endereço eletrônico da internet do município, responsabilizando-se pelo seu uso e guarda, bem como pela inviolabilidade das informações disponibilizadas.

SUBSEÇÃO II DO REGISTRO E DO LICENCIAMENTO DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

Fica criado o "Alvará Digital Provisório", caracterizado pela concessão por meio digital de "Alvará de Localização e Funcionamento Digital Provisório", com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

§ 1º. Fica disponibilizado no "sitio oficial" do município o formulário de pedido de "Alvará Digital Provisório", que será transmitido ao órgão competente,

§ 2º. O "Alvará Digital Provisório" estará a disposição do contribuinte em até 5 dias após a solicitação no "sítio" oficial do Município de Massaranduba para os estabelecimentos localizados em áreas econômicas de acordo com:

I - Classificação de zoneamento estabelecido pelo PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO.

II – Atividade econômica de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

§ 3º. No preenchimento do formulário, deverão ser informados:

I - Atividade principal e secundárias, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

II - nome da pessoa jurídica ou física;

III - endereço completo do estabelecimento;

IV - inscrição imobiliária;

V - número de inscrição no CNPJ;

IV - nome e qualificação do sócio ou administrador se for;

VII - nome do requerente;

VIII - nome do contabilista responsável pela escrita fiscal, quando for o caso.

§ 4º. A emissão do "Alvará Digital Provisório" fica condicionada ao pagamento da respectiva Taxa de expedição de alvará, nos termos desta lei;

§ 5º. Para a conversão do "Alvará Digital Provisório" em "Alvará por prazo indeterminado," deverá o contribuinte antes de expirado o prazo de validade do Alvará Digital Provisório, apresentar na repartição competente, cópias dos seguintes documentos:

I – Documentos de constituição, devidamente registrados no órgão competente;

II – Cartão do CNPJ;

III – CPF dos sócios;

IV – Alvará Sanitário;

V – Alvará Habite-se.

§ 6º. Somente será concedido alvará provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de acordo com regulamentação a ser definida em Decreto.

§ 7º. O alvará previsto no "caput" deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

§ 8º. O poder público municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com "Alvará Digital Provisório", no resguardo do interesse público.

§ 9º. Havendo justo motivo, o prazo referido no "caput" deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho do Secretário de Administração e Finanças do Município.

Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do "Alvará Digital Provisório", as vistorias necessárias no estabelecimento visando a expedição dos demais atos necessários à emissão do alvará definitivo.

O "Alvará Digital Provisório" será declarado nulo se:

I - No estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II - forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da coletividade;

III - ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV – for expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

V - ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, dolosamente, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências necessárias para integração ao Projeto Registro Mercantil Integrado - REGIN, a fim de desburocratizar os procedimentos para abertura, alteração e baixa de empresas.

Parágrafo único. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos em qualquer fase do processo de abertura e fechamento de empresas observarão a uniformidade no processo de registro e de legalização, ficando o Poder Executivo autorizado a baixar atos necessários para evitar a duplicidade de exigências e para agilizar os procedimentos de análise.

SUBSEÇÃO III DOS DOCUMENTOS FISCAIS

As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.

As notas fiscais de prestação de serviços devidamente autorizadas pelo município devem obedecer a uma sequência numérica ascendente, sem intervalos de emissão, exceto nos casos devidamente comprovados pela necessidade do prestador.

Caso haja extravio de documento fiscal devidamente autorizado pelo município pelo contribuinte, deve este registrar o ocorrido ao órgão de polícia local e entregar cópia devidamente autenticada ao setor de fiscalização do município.

As operações de prestação de serviço canceladas devem estar acompanhadas da inscrição "CANCELADA" no corpo da primeira via devidamente alocada em sua sequência numérica no bloco de notas de prestação de serviços.

Parágrafo Único. O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade deles.

SUBSEÇÃO IV

DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Fica desde já autorizado o Município, na forma estabelecida em regulamento instituir a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, NFs-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

§ 1º. Caberá ao regulamento:

I – disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;

II – definir os contribuintes que estarão autorizados a emití-la;

§ 2º. A partir da vigência do documento fiscal eletrônico a que se refere este artigo deve o município disciplinar e disponibilizar a ferramenta de controle e emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica.

SUBSEÇÃO V

DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA

Fica desde já autorizado o Município e os contribuintes com atividade mista, na forma estabelecida em convênio com o Estado ou através de sua entidade representante no estado de Santa Catarina estabeleceram regras para a emissão, gerenciamento e recepção de Nota Fiscal Eletrônica Conjugada, inclusive o compartilhamento de informações fiscais referente as operações mistas de prestação de serviços, venda e revenda de mercadorias.

SUBSEÇÃO VI

DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AVULSA

Pode o Município em situações específicas, especialmente na falta de documento fiscal autorizado ou na impossibilidade de emissão de documento fiscal eletrônico emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços Avulsa para cada operação.

§ 1º São situações que cabem a emissão da Nota fiscal Avulsa:

I – Serviços prestados por pessoas físicas, sem cadastro no município, de forma estritamente esporádica;

II – Serviços prestados por pessoas físicas, com cadastro no município, quando for exigência do tomador;

III – Na falta de notas fiscais autorizadas para pessoas jurídicas, desde que a nova AIDF já esteja emitida;

IV – Na impossibilidade de emissão de documento fiscal eletrônico por pessoa jurídica;

V – Em outros casos que o município autorizar.

§ 2º A nota fiscal de serviços avulsa deve ter o ISSQN retido na

fonte, no ato da emissão e o contribuinte deve quitar o valor do imposto retido para poder retirá-la junto ao órgão fazendário.

§ 3º A nota fiscal de prestação de serviços avulsa deve ser declarada na escrita fiscal mensal do contribuinte, inclusive pelo tomador do serviço.

SUBSEÇÃO VII

DA AIDF – AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Os Documentos fiscais próprios somente podem ser emitidos e impressos com a devida Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF emitida pela Prefeitura.

O número e a data da emissão da autorização a que se refere o artigo anterior devem estar grafados nas notas fiscais de serviços impressas pelas gráficas devidamente cadastradas no Município ficando para estas a inteira responsabilidade da obrigação.

SUBSEÇÃO VIII

DA ESCRITA FISCAL

Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais de serviços próprios e de serviços contratados de terceiros, inclusive para as operações que não houveram retenção na fonte do imposto.

Os livros fiscais a que se refere o artigo anterior devem ser entregues para a devida homologação até o dia 30 de janeiro de cada ano referente o exercício fiscal anterior junto ao setor de fiscalização do município.

O município regulamentará os modelos de livros do ISSQN.

Parágrafo Único - Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria Municipal de finanças as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

A escrituração fiscal poderá, a cargo da Secretaria Municipal de Finanças ser efetuada e transmitida em aplicativo a ser acessado pela rede mundial de computadores, inclusive a emissão do documento de arrecadação do ISSQN.

SUBSEÇÃO IX

EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS FISCAIS

O contribuinte poderá usar sistema próprio para a emissão e impressão de documentos fiscais, inclusive a impressão de documento fiscal em formulário contínuo devidamente autorizado pelo município.

SEÇÃO XIV

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Para caracterização das infrações previstas nesta seção é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.

As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as obrigações tributárias municipais, no que couber.

§ 1º A multa é inaplicável, pela denúncia espontânea da infração, com a sua regularização, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º quando a irregularidade no cumprimento da obrigação acessória for sanada antes de iniciado qualquer procedimento fiscal de iniciativa do sujeito ativo da obrigação tributária.

A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.

SUBSEÇÃO II DAS INFRAÇÕES À OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

Deixar de recolher total ou parcialmente o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal;

IV - devido pelos contribuintes com tributação fixa:

MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.

§ 1º Ao responsável tributário que deixar de efetuar a retenção ou efetuar irregularmente aplicar-se-á a multa prevista no caput.

§ 2º A multa prevista neste artigo aplica-se ao lançamento efetuado após o início de procedimento fiscal devidamente instaurado.

Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto por meio de artifício doloso ou fraudulento:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto atualizado.

A imposição das penalidades previstas nesta Seção não elide a aplicação das penalidades previstas na Seção XV deste Capítulo.

SEÇÃO XV DAS INFRAÇÕES ÀS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

SUBSEÇÃO I DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções, emendas ou rasuras, que dificultem ou impeçam a verificação pelo Fisco, ou registrar operação consignando declaração falsa:

MULTA de 01 (uma) UFM.

Parágrafo Único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso de comprovação do pagamento do imposto pelo valor realmente devido.

Utilizar para o registro de prestação de serviços equipamento emissor de cupom fiscal - ECF não autorizado pela autoridade municipal ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização:

MULTA de 1 (uma) UFM por equipamento.

§ 1º Sofrerá a mesma penalidade:

I - quem possuir ou utilizar qualquer outro equipamento que emita comprovante de venda de prestação de serviços que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;

II - quem utilizar "software" básico, ou versão, não autorizado, nos termos do regulamento.

§ 2º A multa prevista no caput será reduzida por metade se comprovar o infrator estar o equipamento autorizado por outro ente da Federação.

Possuir ou utilizar equipamento emissor de cupom fiscal - ECF:

I - com o lacre de segurança violado;

II - sem a etiqueta de identificação ou com ela rompida ou adulterada:

MULTA de 1 (uma) UFM por equipamento.

SUBSEÇÃO II DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO USO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA FINS FISCAIS

Utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação:

MULTA de 1 (uma) UFM por equipamento.

Usar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração dos livros fiscais, sem autorização do município.

MULTA de 1 (uma) UFM por equipamento.

SUBSEÇÃO III DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Possuir, guardar ou utilizar documentos fiscais:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

MULTA de 0,1 (zero vírgula uma) UFM por nota fiscal fraudulenta ou 2 (duas) UFM's por bloco de notas fiscais impresso sem autorização.

Parágrafo Único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que imprimir ou fornecer documentos fiscais fraudulentos com ou sem a devida autorização.

Escriturar os livros fiscais sem observar os requisitos previstos na legislação:

MULTA de 02 (duas) UFM's por livro fiscal que não preencha os requisitos previstos no regulamento do ISSQN.

SUBSEÇÃO IV

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO, INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES DE NATUREZA CADASTRAL, ECONÔMICA OU FISCAL

Iniciar atividade sem a prévia inscrição do profissional ou do estabelecimento no Cadastro Mobiliário:

MULTA de 04 (quatro) UFM's ao contribuinte que deixou de providenciar o registro.

Não efetuar a entrega das informações ou declarações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

MULTA de 01 (uma) UFM por informação ou declaração, inclusive declarações fiscais pela internet.

Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

MULTA de 02 (duas) UFM's por livro ou documento não entregue.

SUBSEÇÃO V

OUTRAS INFRAÇÕES

Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscalizadora:

MULTA de 08 (oito) UFM's ao contribuinte ou pessoa que praticou a ação.

TÍTULO III

DAS TAXAS

Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular, pelo Município, de seu poder de polícia, ou a utilização efetiva, ou potencial, de serviço municipal específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.

Parágrafo Único. Nenhuma taxa terá base tributária ou fato gerador idêntico aos que correspondam a qualquer imposto integrante do sistema tributário nacional.

Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito de atribuições do Município, aquelas que, pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica do Município e pela legislação com elas compatível,

a ele competem.

Integram o sistema tributário municipal:

I – As Taxas de Poder de Polícia:

Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização;
Taxa de Licença para Funcionamento em horário especial;
Taxa de Licença para Publicidade;
Taxa de Licença para Obras;
Taxa de Comércio Ambulante;
Taxa de Licença para Ocupação de solo nas vias e Logradouros Públicos;
Taxa de Vigilância Sanitária;
Taxa de Licença Ambiental.

II – As Taxas de Serviços Públicos específicos e divisíveis:

Taxa de Coleta de Lixo e resíduos sólidos;
Taxa de Expediente;
Taxa de urbanização e conservação de vias e logradouros públicos;

A incidência e o pagamento das taxas independem:

I - do pagamento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - da existência de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI - do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VII - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento das taxas:

I - o proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos;

II - o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, "stands" ou assemelhados.

O lançamento ou pagamento das taxas não importa no reconhecimento da regularidade da atividade.

CAPÍTULO I

DA TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF) é devida em decorrência da atividade da administração pública que, no exercício regular do poder de polícia do Município,

regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, às disciplinas das construções e do desenvolvimento urbanístico, à estética da cidade, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

A Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF) para verificação de cumprimento de normas municipais será exigida, anualmente, dos estabelecimentos industriais, comerciais, inclusive eventual e/ou ambulante, agropecuárias, agroindústrias, de prestação de serviços em geral, inclusive profissionais autônomos e ainda as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Parágrafo Único. No exercício da ação reguladora a que se refere este artigo, as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida, com o planejamento físico e o desenvolvimento sócio-econômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

I – o ramo de atividades a ser exercida;

II – a localização do estabelecimento, se for o caso;

III – os benefícios resultantes para a comunidade;

IV – fatores da vigilância sanitária;

V – lei do plano diretor do município de desenvolvimento econômico

VI – normas de ocupação do solo urbano e às posturas municipais;

VII – normas de proteção do meio ambiente;

VII – horário de funcionamento;

SEÇÃO I

DA CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA

Nenhuma pessoa física ou jurídica que exerça qualquer das atividades mencionadas no artigo anterior, sejam elas permanentes ou temporárias, poderá iniciar suas atividades no Município, sem prévia licença e respectivo alvará municipal de localização e funcionamento.

§ 1º O início de atividade sem a licença e alvará previstos no caput deste artigo, não obsta a cobrança dos preços públicos devidos, nem a presente taxa e as penalidades dela decorrentes e previstas na legislação municipal.

§ 2º A pessoa física ou jurídica que não efetuar o pagamento da taxa cobrada, em decorrência do poder de polícia previsto neste capítulo, por 2 (dois) anos consecutivos, terá sua inscrição automaticamente cancelada, sem prejuízo da cobrança da presente taxa;

§ 3º As licenças de localização e funcionamento concedidas pelo Município poderão ser suspensas:

I - pela ação ou omissão do contribuinte, em razão do interesse público concernente a segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, às normas de localização e funcionamento, pela prática de atos ilícitos, à disciplina das construções e do desenvolvimento urbanísticos, à estética da cidade, à tranquilidade pública ou o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos;

II - pela falta de pagamento do tributo devido;

III - pela recusa em fornecer ao fisco os esclarecimentos por ele solicitados;

IV - pela prática de ato, estado de fato, ou situação de direito que configure infração à legislação municipal em geral;

V - para estabelecimento gráfico que confeccionar blocos de notas fiscais sem a autorização da Secretaria da Fazenda do Município.

VI - pela inatividade operacional;

§ 4º A baixa do cadastro será solicitada pelo contribuinte até 30 dias após o encerramento das atividades ou transferência para outro município.

§ 5º Constatado pela administração pública, a existência de estabelecimento sem o devido cadastro, noticiará este fato ao Departamento de Fiscalização Tributária, que determinará o cadastramento compulsório e de ofício, independentemente:

I - do estabelecimento obedecer ou não o Plano Diretor e as Posturas Municipais;

II - de ser lícita ou não a atividade, em relação ao objeto ou ao local do estabelecimento.

§ 6º O contribuinte é obrigado a comunicar o término da atividade e qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária no prazo e na forma do regulamento.

§ 7º Será punido com multa de 01 (uma) a 20 (vinte) UFM o contribuinte que iniciar atividades do estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou outros, sem prévia inscrição no cadastro mobiliário municipal ou que altere a natureza do fator gerador da sua atividade.

§ 8º No caso da aplicação da multa que se refere o parágrafo anterior, o Fiscal de Tributos arbitrará a multa pela maior ou menor gravidade da atividade exercida tendo em vista os riscos da atividade explorada.

§ 9º - Tratando-se de contribuinte estabelecido, o ALVARÁ deverá ser afixado em local visível e de fácil acesso a Fiscalização Municipal para verificação das informações a cada exercício.

§ 10º - Os estabelecimentos sujeitos à Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, deverão promover sua inscrição como contribuinte, uma para cada local, com os dados, informações e esclarecimentos necessários a correta fiscalização, na forma regulamentar.

§ 11º - Para efeitos do inciso anterior, considera-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

Poderá a Fazenda Municipal estipular um prazo para regularização do ALVARÁ deste que o pedido seja feito via protocolo, no qual terá efeito suspensivo a multa, caso o contribuinte não regularizar será lançado a multa de ofício ou ex-ofício e o estabelecimento será interditado.

O Alvará de licença será concedido mediante requerimento, à

contribuinte que tenha atendido integralmente todas as normas urbanísticas, sanitárias, posturas, o plano diretor e demais normas Municipais, conforme legislação em vigor.

§ 1º - A inscrição será promovida mediante o preenchimento de formulário próprio, com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar;

I – Contribuintes pessoa física:

Fotocópia da cédula de identidade e CPF;
Comprovante de residência;
Formulário de Consulta de viabilidade;
Especificação da atividade a ser exercida, e sendo o caso de profissional de nível superior, fotocópia do diploma ou certificado
Declaração de endereço profissional;
Outros documentos;

II – Contribuintes pessoa jurídica:

Fotocópia do contrato social ou estatuto;
Fotocópia do cartão CNPJ;
Fotocópia de comprovante de pedido de inscrição no cadastro do Estado;
Formulário de Consulta de viabilidade;
Comprovante de residência dos sócios ou diretores;
Outros documentos;

SEÇÃO II

DO LANÇAMENTO E CÁLCULO

O valor da Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF) é obtido pelo resultado da divisão do custo anual e total dos serviços de polícia administrativa, dividido entre os contribuintes, levando-se em consideração a variação das normas verificadas e a natureza jurídica da pessoa, conforme fixado nas tabelas abaixo.

§ 1º - O seu lançamento é antes do início das atividades ou ocorrência do fato ou ato, é anual e se renova a cada início do exercício seu lançamento é de ofício ou ex-ofício.

§ 2º - O contribuinte que iniciar suas atividades de caráter permanente no Município no decorrer de cada exercício será facultado ao cálculo a partir do mês de inclusão no Cadastro Municipal de Contribuintes Econômicos.

§ 3º - Será cobrado de forma proporcional aos meses que restam para a conclusão do exercício, referente ao seu cadastramento, ou seja (1/12) (um dodecavo).

§ 4º - O Alvará de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF) ou ainda sua renovação, somente será concedido após a comprovação do pagamento da respectiva Taxa de Licença, ficando a inscrição no Cadastro Municipal condicionada ao pagamento.

Para o cálculo do valor da Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLF), será utilizada a seguinte fórmula:

TLL	Cuf	X	Gdf	X	Fp
-----	-----	---	-----	---	----

Ficando estabelecido que:

TABELA I – CÁLCULO PARA PESSOA JURÍDICA

Cuf	é o custo unitário de fiscalização, obtido pela divisão do valor total de despesas efetuadas por áreas afins de fiscalização, pelo número ideal de visitas a serem efetuadas no estabelecimento. Seu valor é igual a 0,40 UFM;
Gdf	é o grau de dificuldade de fiscalização, que permite ponderar o serviço que é executado em cada tarefa de fiscalização, conforme tabela abaixo:
Fp	é o fator de porte, que permite relacionar o trabalho de fiscalização ao tamanho do estabelecimento. O parâmetro utilizado para definir o porte do estabelecimento é a área construída à atividade para qual está autorizado a funcionar e sobre a qual recai a tarefa de fiscalização.

FATOR ATIVIDADE GRAU DE DIFICULDADE

1,0	Autônomos/Comércio/Serviços, Entidades Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual
1,5	Comércio e Serviços Médio, Indústrias de Pequeno Porte;(exceto instituições financeiras)
2,0	Indústrias Pequenas
2,5	Indústrias Médias
3,0	Indústrias Grandes
4,0	Factoring, E-commerce, Internet, Cooperativas de Crédito e Congêneres
10,0	(Complexos) Instituições Financeiras, Bancos, Bolsa de Valores e Semilares

PORTE DA ATIVIDADE ÁREA MÁXIMA (m2)

38	Micro Empresa
280	Pequena Empresa
1.600	Média Empresa
6000	Empresa Grande
Acima 6001	Empresa muito Grande

a) As faixas acima apresentam as seguintes subdivisões:(m2) = fator porte (Fp)

MICRO EMPRESAS (38m2)

ME1	0,5 – 5,0 = 1,0
ME2	5,1 – 8,0 = 1,05
ME3	8,1 – 12,0 = 1,50
ME4	12,1 – 17,0 = 2,10
ME5	17,1 – 23,0 = 2,55
ME6	23,1 – 30,0 = 3,00
ME7	30,1 38,0 = 3,90

b) As faixas acima apresentam as seguintes subdivisões: (m2) = fator porte (Fp)

EMPRESAS PEQUENAS (280m2)

PE1	38,1 – 47,0 = 5,1
PE2	47,1 – 58,0 = 6,0
PE3	58,1 – 75,0 = 7,8
PE4	75,1 – 100,0 = 9,0
PE5	100,1 – 140,0 = 10,2
PE6	140,1 – 200,0 = 12,0
PE7	200,1 – 280,0 = 13,8

c) As faixas acima apresentam as seguintes subdivisões:(m2)=fator porte (Fp)

EMPRESAS MÉDIAS (1.600m2)

MD1	280,1 – 400,0 = 15,0
-----	----------------------

MD2	400,1 – 550,0 = 18,0
MD3	550,1 – 750,0 = 21,0
MD4	750,1 – 1.000,0 = 24,0
MD5	1.000,1 – 1.300,0 = 30,0
MD6	1.300,1 – 1.600,0 = 39,0

d) As faixas acima apresentam as seguintes subdivisões:(m2)=fator porte (Fp)

EMPRESAS GRANDES (6.000m2)	
GR1	1.600,1 – 2.000,0 = 51,0
GR2	2.000,1 – 3.000,0 = 69,0
GR3	3.000,1 – 4.000,0 = 90,0
GR4	4.000,1 – 5.000,0 = 100,0
GR5	5.000,1 – 6.000,0 = 130,0

e) As faixas acima apresentam as seguintes subdivisões:(m2)=fator porte (Fp)

EMPRESAS MUITO GRANDES (10.000m2)	
MG1	6.000,1 – 10.000,0 = 170,0
MG2	ACIMA DE 10.000,1 = 220,0

Parágrafo Único - No caso de atividades múltiplas, mistas ou distintas exercidas no mesmo local ou estabelecimento, a taxa de licença será calculada e devida com relação a atividade de maior peso uma vez relacionadas ou a soma das atividades em itens distintos constantes da Tabela I que integra este Código.

A Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF) sob forma de trabalho pessoal é calculada conforme a seguinte Tabela II:

TABELA II – CÁLCULO PARA PESSOA FÍSICA	
AUTÔNOMOS EM GERAL	
1,0 UFM - Unidade Fiscal Municipal Por ano	Costureira, tricoteiras, bordadeiras, jardineiros, tintureiros, sapateiros, lavadeiras, faxineiras, passadeiras, carroceiros, cozinheiros, músicos, engraxates, Motoristas, tratoristas, operadores de máquinas e aparelhos de qualquer tipo, Pedreiros, carpinteiros, calceteiros, pintores, borracheiros, carpeteiros e vidraceiros e congêneres
PROFISSIONAIS LIBERAIS DE NÍVEL SUPERIOR	
2,5 UFM - Unidade Fiscal Municipal Por ano	Médicos, Dentistas, Engenheiros, Advogados, Agrônomos, Arquitetos, Agrimensor, Contabilista e demais atividades
PROFISSIONAIS LIBERAIS DE NÍVEL TÉCNICO	
2,0 UFM - Unidade Fiscal Municipal Por ano	Técnico em Edificações, Agrimensura, Enfermagem, Mecânico, Contabilidade, Tecnólogo e demais atividades;
PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO	
1,5 UFM - Unidade Fiscal Municipal Por ano	Todas as atividades

SEÇÃO III

DO PAGAMENTO

A cada ano, em data prevista em Edital, será realizado o lançamento, de ofício ou ex-ofício da Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Fiscalização (TLLFF), como forma de dividir entre os contribuintes da taxa, de forma justa e proporcional, o custo do serviço de fiscalização a ser realizado pelo Município no decorrer do exercício fiscal.

O pagamento da taxa será efetuado na data a ser fixada anualmente através de decreto regulamentar para os contribuintes permanentes ativos;

§ 1º O pagamento integral da Taxa, até a data do vencimento, prevista em Decreto Regulamentador, assegurará ao contribuinte o direito na Parcela zero ou parcela única (1º vencimento) com o valor de desconto de 20%; contribuintes adimplentes com a fazenda municipal até 31 de dezembro do último exercício; Parcela zero ou parcela única (2º vencimento) desconto de 10% pagamento a vista; Parcela zero ou parcela única (3º vencimento) desconto de 5% pagamento a vista; Parcelado poderá pagar em até 6 (seis vezes) mensais consecutivas sem desconto.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcelado, para a pessoa física, a parcela não poderá ser inferior a 0,5 (meia) UFM, e para a pessoa jurídica, a parcela não poderá ser inferior a 1 (uma) UFM.

§ 3º O não pagamento do imposto de que trata este Artigo, no prazo estipulado, além da perda do direito a eventual desconto concedido para o pagamento à vista, sujeitará o devedor à com aplicação de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) sem prejuízo da cobrança da atualização monetária e de juros moratórios previamente calculados.

§ 4º Nos casos de mora ou inadimplemento, para os contribuintes que optaram pelo pagamento parcelado, sujeita o devedor ao pagamento de uma multa nos percentuais previstos no parágrafo anterior, calculados sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo dos juros moratórios e atualização monetária, previamente calculados.

§ 5º O imposto não pago até a data do vencimento da última parcela será inscrito em dívida ativa, com aplicação de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, e), multa 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) sem prejuízo da cobrança da atualização monetária e de juros moratórios previamente calculados, sobre o valor do débito atualizado.

§ 6º O carnê conterá as seguintes informações:

Protocolo de entrega – Notificação;

Capa – com informações do proprietário/responsável e endereço;

Contra capa – informações técnicas cadastro econômico;

Parcela zero ou parcela única (1º vencimento) com o valor de desconto de 20%; contribuintes adimplentes com a fazenda municipal até 31 de dezembro do último exercício;

Parcela zero ou parcela única (2º vencimento) desconto de 10% pagamento a vista;

Parcela zero ou parcela única (3º vencimento) desconto de 5% pagamento a vista;

Parcelado poderá pagar em até 6 (seis vezes) mensais consecutivas;

Capa final – informações ao contribuinte;

A cassação, restrição ou qualquer outra modificação, nos

termos, prazos, locais ou quaisquer outros elementos da licença, não exoneram o contribuinte do pagamento da taxa respectiva nem dão direito à restituição do que houver sido pago.

SEÇÃO IV

DAS ISENÇÕES E NÃO-INCIDÊNCIA

Não estão sujeitos ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento:

I – Os órgãos da administração direta e as autarquias Federais (União), Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

II – O Microempreendedor Individual na forma da Lei do Simples Nacional no primeiro registro municipal e redução de 50% (cinquenta por cento) nos exercícios subsequentes;

III – Os cegos, Artesões e mutilados que exerçam atividades em escala ínfima e aposentados que exerçam atividade sob forma de trabalho pessoal;

IV – As entidades beneficentes de assistência social, as associações de moradores, creches, asilos, escolas públicas e centros de recuperação de dependentes, salões das comunidades religiosas e congêneres;

V – Os clubes Esportivos/Recreativos, As Associações Esportivas, Associações Culturais, Recreativas e Sociedades com o mesmo fim, Associações que representam o Comércio, as Indústrias, Prestadores de Serviço e os Clubes de Serviço, declaradas de utilidade pública municipal ou estadual ou federal, sem fins lucrativos, os Sindicatos de classes.

VI – Templos de qualquer culto;

VII – Os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores e patronal, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da Lei;

VIII – As autarquias e fundações instituídas por este Município;

IX – Todas as empresas enquadradas no Simples Nacional ou não (EPP, ME, LTDA, FIRMA INDIVIDUAL e S/A) no primeiro registro municipal (ano) terão um redução de 50% (cinquenta por cento) na base de cálculo do Alvará;

CAPÍTULO II

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

Todos os estabelecimentos de comércio, indústrias, prestação de serviços que quiserem funcionar fora do horário normal de abertura e fechamento, deverão solicitar licença à Prefeitura para funcionar além deste.

A licença para funcionamento em horário especial não ilide a obrigatoriedade da licença referida no Capítulo I, podendo a solicitação de ambas ser englobada em uma só petição.

A concessão da licença será declarada em alvará, exigido para cada estabelecimento que funcionar fora do horário normal de abertura e fechamento.

A taxa de Licença para funcionamento em horário especial será cobrada por estabelecimento, tendo como parâmetro a tabela com os valores da base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento e Posturas Municipais.

TABELA PARA HORÁRIOS ESPECIAIS

I - Antecipação de horário;

a- por mês 7%

b- por ano 70%

II – Prorrogação de horário = até as 22:00 horas

a- por mês 7%

b- por ano 70%

III – Além das 22:00 horas

a- por mês 15%

b- por ano 150%

Não se exigirá a solicitação da licença de que trata este capítulo, a posse, do alvará referido neste capítulo, nem o pagamento da taxa devida, quando a permissão, em caráter geral, for concedida de ofício pelo poder executivo, Departamento de Administração e Finanças, setor de Tributação.

A renovação da licença para funcionamento em horário especial implicará em nova petição, sujeitando-se o requerente a novo pagamento na forma prevista neste capítulo.

A taxa de licença para funcionamento em horário especial será paga, integralmente, no ato da concessão da licença.

CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgação ou comunicação, de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, fica sujeita à prévia licença da Administração e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

Parágrafo Único. Excetuam-se as levadas a efeito em jornais, revistas, emissoras de rádios e televisões.

A exploração ou utilização dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, dependerá de prévia licença da Prefeitura, exarada em petição formulada pelo interessado, e do pagamento da taxa referida neste capítulo, quando devido.

Parágrafo Único. O pagamento da taxa é válido para o exercício em que for requerida.

São responsáveis pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas que explorarem a publicidade.

Parágrafo Único. As pessoas a quem interesse a publicidade, bem como os que para sua efetivação concorram, tornam-se solidariamente responsáveis pelo pagamento referido neste artigo.

A taxa de que trata este capítulo será cobrada dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, profissionais liberais, autônomos não cadastrados no Cadastro Municipal Econômico de acordo com a seguinte tabela quando utilizada para fins lucrativos (comercial):

Item	Descrição da Publicidade	Valor UFM
1	Publicidade através de anúncios, letreiros, mini-outdoor, placas indicativas de profissão, arte ou ofício, distintivos, emblemas e assemelhados, colocados na parte interna ou externa de edificações ou estabelecimentos, por unidade, por semestre;	1,0

2	Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade e por dia;	0,35
3	Publicidade em prospecto, distribuída por milheiro e por dia;	0,05
4	Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros em locais de frequência pública; (merchandising)	
	Por quinzena e por unidade	0,50
	Por mês e por unidade	1,0
5	Publicidade feita através de outdoor, por exemplar e por quinzena;	0,35
6	Publicidade através de alto-falante em local fixo;	
6.1	Por dia e por pessoa	0,35
6.2	Por mês e por pessoa	1,5
7	Publicidade através de auto-falante, em veículos;	
7.1	Por dia e por veículo	0,35
7.2	Por mês e por veículo	1,5
8	Publicidade através de panfletos (por milheiro)	0,20
9	Anúncios luminosos e/ou iluminado ou não iluminados;	
9.1	até 4m2 por unidade	1,0
9.2	Acima de 4m2 por unidade	1,5
10	Publicidade em caçambas ou containers por unidade	
	Por mês e por unidade	0,50
	Por semestre e por unidade	1,0
11	Carretas publicitárias conduzidas por veículos ou não por unidade	1,0
	Por quinzena e por unidade	0,60
	Por mês e por unidade	1,20
12	Faixas e similares;	
12.1	Por quinzena e por faixa	0,20
12.2	Por mês e por faixa	1,0
13	Publicidade em orelhões, Mesa e Banco por unidade	0,02
14	Máquinas comerciais de refrigerantes e congêneres;	
14.1	Por dia e por unidade	0,25
14.2	Por mês e por unidade	1,0
14.3	Por ano e por unidade	10,0
15	Totens	
15.1	Totens pela publicidade semestral; por unidade	6,0
15.2	Totens pela publicidade quinzenal; por unidade	1,5
15.3	Totens pela publicidade mensal; por unidade	1,00
15.4	Totens pela publicidade anual; por unidade	12,00
16	Publicidade em Telefones públicos (orelhões) por unidade;	0,15
17	Publicidade em Postes de iluminação pública por unidade;	0,05
18	Publicidade através por cartazes por dezena	0,15
18.1	Publicidade através por cartazes por centena	1,00
19	Publicidade feita através de Painel de Front Light, por unidade, por semestre;	1,5
19.1	Publicidade feita através de Painel de Front Light, por unidade, anual;	3,0
20	Publicidade através de auto-falante, em motocicleta;	
20.1	Por dia e por motocicleta	0,35
20.2	Por mês e por motocicleta	1,5
21	Busdoor , taxidoor, vansdoor e assemelhados)	
21.1	Por mês e por unidade	0,35
21.2	Por semestre e por unidade	1,0
21.3	Por ano e por unidade	1,5
22	Balão publicitário (blimp promocional), Outro Tipo de Inflável e Assemelhados;	
22.1	Por dia e por unidade	0,35

22.2	Por quinzena e por unidade	0,50
22.3	Por mês e por unidade	1,00
23	Carros Alegóricos, Trios Elétricos e Assemelhados;	
23.1	Por dia e por unidade	1,00
23.2	Por quinzena e por unidade	1,50
23.3	Por mês e por unidade	3,00

§ 1º Outras publicidades não previstas nos itens acima, ficam sujeitas a estimativa fiscal ou arbitramento.

§ 2º Quando o tipo de publicidade enquadrar-se em mais de um item da tabela acima, tomar-se-á por base o de valor maior.

O pedido de licença deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único. Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento autorização do proprietário para uso da publicidade.

Para os contribuintes devidamente cadastrados no Município (comércio, indústria, prestação de serviços, profissionais liberais, autônomos, poderão ser cobradas quando utilizadas para fins comerciais (lucrativos) as seguintes taxas de publicidades:

Item	Descrição da Publicidade	Valor UFM
1	Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros em locais de frequência pública; (merchandising)	
	Por dia e por unidade	
1-1		0,20
	Por quinzena e por unidade	
1.2		0,50
	Por mês e por unidade	
1.3		1,00
2	Publicidade através de alto-falante em local fixo;	
	Por dia e por pessoa	
2.1		0,25
	Por mês e por pessoa	
2.2		1,0
3	Publicidade através de auto-falante, em veículos;	
	Por dia e por veículo	
3.1		0,30
	Por mês e por veículo	
3.2		1,0
4	Publicidade através de auto-falante, em motocicleta;	
	Por dia e por motocicleta	
4.1		0,25
	Por mês e por motocicleta	
4.2		1,50
5	Busdoor , taxidoor, vansdoor e assemelhados)	
	Por mês e por unidade	
5.1		0,30
5.2	Por semestre e por unidade	1,00
5.3	Por ano e por unidade	1,50
6	Balão publicitário (blimp promocional), Outro Tipo de Inflável e Assemelhados;	

6.1	Por dia e por unidade	0,20
6.2	Por quinzena e por unidade	0,50
6.3	Por mês e por unidade	1,00
7	Carros Alegóricos, Trios Elétricos e Assemelhados;	
7.1	Por dia e por unidade	0,30
7.2	Por quinzena e por unidade	0,60
7.2	Por mês e por unidade	1.00

§ 1º Outras publicidades não previstas nos itens acima, ficam sujeitos a estimativa fiscal ou arbitramento;

§ 2º Fica a critério da Secretaria de Administração/Finanças, setor de Tributação/Fiscalização a dispensa da taxa desde que seja requerida e fundamentada pelo contribuinte, nos casos sem fins lucrativos e para os contribuintes cadastrados com Micro Empreendedor Individual (MEI).

§ 3º

Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que:

I - fizer qualquer espécie de anúncio ou publicidade.

II - explorar ou utilizar a divulgação de anúncios ou publicidade de terceiros.

São solidariamente obrigados pelo pagamento da taxa:

I - aquele a quem o anúncio ou publicidade aproveitar, quando ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II - o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos;

III - a agência de publicidade.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo ficam excluídos de responsabilidade pelo recolhimento da taxa os motoristas autônomos de veículos de aluguel providos de táxi.

Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

A taxa será arrecadada por antecipação, considerando-se:

I - as iniciais, no ato da concessão da licença;

II - as posteriores:

a) quando anuais, até 28 de fevereiro de cada ano;
b) quando mensais, até o dia 15 de cada mês.

CAPÍTULO IV

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

A taxa de licença para execução de obras é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição.

A taxa de licença para a execução de obras será paga antes do início da obra e calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

I – Licença para construção:

$TLL = 20\% \text{ da UFM} + 1,5\% \text{ da UFM/Metro quadrado a ser}$

edificado.

II – Licença para reforma:

$TLL = 10\% \text{ da UFM} + 0,75\% \text{ da UFM/Metro quadrado a ser edificado.}$

Ficam isentos do pagamento da taxa de licença para execução obras:

I - A execução de obras em imóveis de propriedade de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto casos de imóveis em regime de enfiteuse ou aforamento, quando a taxa será devida pelo titular do domínio útil;

II - A execução de construção de casas de até 70,00m² (setenta metros quadrados), para residência própria, desde que sejam assalariados, comprovada a situação com a apresentação da carteira profissional ou documento equivalente, e que não sejam proprietários de outro imóvel localizado no Município;

III - As obras públicas de qualquer natureza;

IV - Os loteamentos e arruamentos promovidos pelo poder público, diretamente ou através de órgãos da administração indireta.

CAPÍTULO V

TAXA DE LICENÇA COMÉRCIO EVENTUAL E AMBULANTE

Comércio eventual é o exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados.

§ 1º Consideram-se também comércio eventual, o exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesa, tabuleiros e semelhantes.

§ 2º Comércio ambulante é o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização.

§ 3º O comércio eventual e ambulante obedecerão, ainda, os dispositivos contidos na legislação de posturas e, se for o caso, dependerá de autorização da vigilância sanitária para seu efetivo funcionamento.

§ 4º O Comércio eventual efetuado em logradouro público está sujeito também ao pagamento da respectiva taxa.

O Comércio Eventual e Ambulante depende, imprescindivelmente, caso a atividade requerida seja de comércio e/ou revenda de mercadoria, da comprovação da origem da mesma, devendo o requerente apresentar o devido documento fiscal de origem mesmo que a procedência seja de produtor rural.

O comércio eventual e Ambulante estão subordinados as regras estabelecidas no Plano Diretor do município, especialmente pelas regras de zoneamento/atividades.

A taxa de licença para exercício de comércio eventual ou ambulante será paga antes do exercício da atividade e seu cálculo obtido através de percentuais a serem aplicados sobre a UFM (Unidade Fiscal Municipal), de acordo com a seguinte tabela:

Cód.	ESPECIFICAÇÃO	UFM
1	Alimentos preparados, refrigerantes não engarrafados e produtos hortifrutigranjeiros;	
1.1	Por dia e por unidade	0,60
1.2	Por quinzena e por unidade	1,50

1.3	Por mês e por unidade	3,00
1.4	Por ano e por unidade	10,0
2	Aparelhos de uso doméstico, armarinhos, artefatos de couro, artigos de papelaria, artigos de toucador, brinquedos e presentes, artefatos de ferragens, plásticos, borracha, vassoura e semelhantes, frutas, estatuetas, sorvete, redes para descanso, produtos de limpeza e quadros;	
2.1	Por dia e por unidade	0,50
2.2	Por quinzena e por unidade	1,50
2.3	Por mês e por unidade	3,00
2.4	Por ano e por unidade	10,0
3	Tecidos e Roupas, Refrigerantes engarrafados, Cofres, outros	
3.1	Por dia e por unidade	0,60
3.2	Por quinzena e por unidade	1,50
3.3	Por mês e por unidade	3,0
3.4	Por ano e por unidade	10,0
4	Artigos para fumantes, artigos de jogos de azar, fotos de artifício, jóias, pedras preciosas, pele, relógios e confecção de luxo e bebidas alcoólicas;	
4.1	Por dia e por unidade	1,0
4.2	Por quinzena e por unidade	3,0
4.3	Por mês e por unidade	5,0
4.4	Por ano e por unidade	36
5	Amendoim, pamonha, milho, frutas, pipoca, algodão doce, torrões, rapaduras, balas, doces, picolés, sorvetes, peixes, salgadinhos, leite e congêneres;	
5.1	Por dia e por unidade	0,50
5.2	Por quinzena e por unidade	1,00
5.3	Por mês e por unidade	2,0
5.4	Por ano e por unidade	10,0
6	Miudezas e Artigos não especificados;	
6.1	Por dia e por unidade	0,50
6.2	Por mês e por unidade	2,00
6.3	Por ano e por unidade	10,0
7	Exposição e comércio de Veículos/Motocicletas/Caminhões e congêneres;	
7.1	Por dia e por unidade	0,50
7.2	Por quinzena e por unidade	1,00
7.2	Por mês e por unidade	2,00
7.3	Por ano e por unidade	10,0
8	Artigos para dia dos finados (flores, artigos religiosos, velas, e assemelhados) com/sem barraca, com/sem veículo;	
8.1	Por dia e por unidade	0,50
8.2	Por quinzena e por unidade	1,50
8.3	Por mês e por unidade	3,00
9	Artigos próprios de carnaval, páscoa, natal, juninos e outras festas folclóricas, culturais, religiosas e assemelhadas (artigos carnavalescos,	
9.1	Por dia e por unidade	0,50
9.2	Por quinzena e por unidade	1,50
9.3	Por mês e por unidade	3,00
10	Distribuição de gás (GLP)	
10.1	Por dia e por unidade	0,50
10.2	Por quinzena e por unidade	1,50
1.3	Por mês e por unidade	3,00
11	Vendedores de Revistas, Jornais, Assinaturas, Planos de Saúde, Consórcios, Assemelhados;	
11.1	Por dia e por unidade	0,50
11.2	Por quinzena e por unidade	1,50
11.3	Por mês e por unidade	2,50

12	Comércio de produtos de padaria, confeitaria e Assemelhados (bolos, tortas, pães, doces)	
12	Por dia e por unidade	0,50
12.1	Por quinzena e por unidade	1,50
12.2	Por mês e por unidade	3,00
12.3	Por ano e por unidade	10,00
13	Estacionamentos	
13.1	Por dia e por unidade	0,60
13.2	Por mês e por unidade	2,00
13.3	Por ano e por unidade	10,00
14	Caixa eletrônico por unidade – anual	30,00
15	Antenas (torres) e Serviços de Comunicação (rádio, televisão e telefonia)	35,0
16	Restaurantes/Lanchonetes/Choperia Dançantes e Semilares com música ao vivo;	
16.1	Por dia e por unidade	0,50
16.2	Por mês e por unidade	1,5
16.3	Por ano e por unidade	10,0
17	Boliches, boche, bilhares por número de pista e mesas;	
17.1	Por mesa por unidade ano	1,00
18	Rodeio;	
18.1	Por dia e por unidade	0,50
18.2	Por quinzena e por unidade	1,80
18.3	Por mês e por unidade	3,60
19	Circos;	
19.1	Por dia e por unidade	0,50
19.2	Por quinzena e por unidade	1,80
19.3	Por mês e por unidade	3,60
20	Parques de diversões;	
20.1	Por dia e por unidade	0,50
20.2	Por quinzena e por unidade	1,80
20.3	Por mês e por unidade	3,60
21	Exposição e comércio de Veículos/Motos/Diversos;	
21.1	Por dia e por unidade	0,25
21.2	Por quinzena e por unidade	1,50
21.3	Por mês e por unidade	2,50
22	Totens Publicitários ou de Lojas	
22.1	Por semestre e por unidade	0,50
22.2	Por anual e por unidade	1,00

São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

I - os vendedores de jornais, quando menores de 18 anos;

II - aqueles cuja renda familiar per capita não atinja o correspondente a 1/6 (um sexto) do salário mínimo vigente, mediante atestado expedido pela Administração;

III - os vendedores ambulantes de frutas nacionais, verduras, ovos, aves, leite, queijo, amendoim, pipocas, caldo de cana, cereais, e quaisquer outros produtos da pomicultura e horticultura, desde que tenham idade superior a 60 (sessenta) anos;

IV - os vendedores ambulantes de bilhete de loteria;

V - os engraxates ambulantes;

VI - as entidades que se dediquem exclusivamente a prática de esporte amador;

VII - as empregadas domésticas, lavadeiras, faxineiras, copeiras, cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras e demais atividades afins;

VIII - os aposentados que voltem a executar serviços de qualquer natureza, desde que percebam rendimentos inferiores a 1 (um) salários mínimos.

IX – os cegos deficientes e mutilados, que exerçam atividade em escala ínfima, as entidades beneficentes de assistência social (associação de moradores, creches, asilos, centros de recuperação de dependentes..., partidos políticos), templos de qualquer culto e órgãos do governo (estes são imunes de acordo com a Constituição Federal).

X – os vendedores de revistas ou periódicos educativos, desde que seja comprovado a sua utilidade.

Parágrafo Único. Os interessados na obtenção dos benefícios constantes deste artigo, além do preenchimento da documentação necessária ao cadastramento, deverão apresentar os documentos previstos no regulamento.

Serão apreendidos os objetos e mercadorias das pessoas que se encontrarem no exercício do comércio eventual ou ambulante, sem a respectiva licença.

§ 1º O mesmo procedimento previsto no caput será adotado em relação ao licenciado quando contrariar as condições da licença concedida.

§ 2º Os objetos e mercadorias apreendidos serão devidamente relacionados e, sempre que possível, na presença do infrator ou de duas testemunhas, encaminhados ao depósito municipal.

O infrator deverá, dentro de 03 (três) dias úteis, promover a retirada dos objetos e mercadorias apreendidos, mediante o pagamento dos tributos e demais cominações legais.

§ 1º Posteriormente ao prazo que se refere este artigo, os objetos e mercadorias serão avaliados por uma comissão constituída de 3 (três) funcionários e levados a leilão administrativo nos termos da legislação vigente.

§ 2º Não se incluem nas disposições do § 1º deste artigo os bens perecíveis, os quais serão doados a entidades filantrópicas do Município.

§ 3º Do produto do leilão a que se refere o § 1º serão deduzidos os valores correspondentes a tributos e demais ônus fiscais.

§ 4º Verificando-se saldo positivo no leilão, será o valor devolvido ao infrator mediante requerimento devidamente assinado e protocolado, cabendo a instrução do processo à Autoridade Administrativa.

§ 5º Os bens apreendidos e que apresentem início de decomposição deverão ser inutilizados, lavrando-se o respectivo termo.

§ 6º Quando os bens apreendidos indicarem ser objeto de contrafação ou houver fundada suspeita de que sejam decorrentes de ilícito, serão encaminhados à autoridade policial acompanhados da devida representação.

§ 7º O infrator não terá direito a qualquer indenização.

CAPÍTULO VI

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

A taxa de licença para utilização de logradouro público tem como fato gerador a fiscalização de ocupação e de permanência em áreas, em vias e em logradouros públicos, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, por ele exercida sobre a localização,

instalação e a permanência de bens móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade, à higiene, ao trânsito e a segurança pública.

O fato gerador da taxa considera-se ocorrido com a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos em áreas, em vias e em logradouros públicos.

A base de cálculo da taxa será o custo da ação estatal e será rateado em função da natureza, da atividade e da finalidade de utilização do bem móvel, equipamento, utensílio, veículo e ou qualquer outro objeto em áreas, em vias e em logradouros públicos.

A instalação de quaisquer bens móveis ou prestação de serviço nas vias e logradouros públicos depende de licença prévia da Administração, bem como do pagamento da respectiva taxa.

§ 1º A licença a que se refere o caput será requerida por qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda instalar, ainda que provisoriamente.

§ 2º Para os casos em que haja continuidade da ocupação do solo nas vias e logradouros públicos, os contribuintes a que se refere este artigo pagarão a taxa de renovação da respectiva licença nos exercícios subsequentes ao do início de suas atividades nos prazos regulamentares.

§ 3º A Administração apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixada em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos sem a competente licença.

§ 4º A apreensão e a remoção de que trata o § 3º deste artigo será efetuada sem prejuízo dos demais tributos e penalidades cabíveis.

Entendem-se por ocupação do solo, aquela feita mediante instalação provisória de balcão, mesa, tabuleiro, quiosque e qualquer outro móvel ou utensílio, depósito de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

A taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos será devida antes do início da atividade ou ocorrência do fato e seu cálculo obtido através de percentuais a serem aplicados sobre a UFM (Unidade Fiscal Municipal), de acordo com a seguinte tabela:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇO		
Cód.	Discriminação	UFM
1	Espaço ocupado nas vias e logradouros públicos por andaime ou tapume;	
1.1	Por mês	1,0
1.2	Por ano ou por obra	12,0
2	Espaço ocupado nas vias e logradouros públicos para depósito de materiais de construção;	
2.1	Por dia	0,30
	Por mês	2,0

3	Espaço ocupado nas vias e logradouros públicos, por balcão, mesas, mesas, tabuleiros, aparelhos diversos; (a critério da Fiscalização poderá enquadrar por m2 e unidade)	
3.1	Por dia e por unidade	0,20
3.2	Por mês e unidade	1,5
3.3	Por ano e por unidade	10,0
3.4	Por m2 unidade - por dia	0,10
3.5	Por m2 unidade – quinzena	0,11
3.6	Por m2 unidade – por mês	0,15
4	Espaço ocupado por barracas, quiosques, caminhões, ônibus, Kombi, "trailer", carrinhos de pipocas e similares, (a critério da Fiscalização poderá enquadrar por m2 e unidade)	
4.1	Por dia e por unidade	0,30
4.2	Por mês e por unidade	1,5
4.3	Por ano e por unidade	10,0
4.4	Por m2 unidade – por dia	0,10
4.5	Por m2 unidade – quinzena	0,11
4.6	Por m2 unidade – por mês	0,15
5	Totens por unidade e semestre	1,0
6	Caçambas de recolhimento de entulhos	
6.1	Por quinzena e por unidade	0,25
6.2	Por mês e por unidade	1,0
7	Utilização de passeios públicos para fins comerciais;	
7.1	Por dia e por unidade	0,25
7.2	Por mês e por unidade	1,0
8	Bancas de jornais, revistas e similares	
8.1	Por dia e por unidade	0,25
8.2	Por mês e por unidade	1,0
8.3	Por ano e por unidade	10,0
8.4	Diversões públicas;	
9	Apresentações artísticas, culturais e teatrais por dia por grupo;	0,25
9.1	Cultural/Beneficiente – por dia	0,25
9.2	Comercial – por dia	1,0
9.3	Publicitário – por dia	1,0
9.4	Apresentações Esportivas, Exposições e Feiras;	
9.5	Cultural/Beneficiente – por dia	0,25
9.6	Comercial – por dia	0,50

10	Publicitário, sem cobrança de ingresso	0,25
11	Outdoor por unidade e semestre	0,50
11.1	Outdoor por unidade e anual	1,00
12	Espaço ocupado nas vias e logradouros públicos para comércio de revistas, vasos, bijuterias, hortifrutigranjeiros, souvenirs, especiarias, secos/molhados e assemelhados	
12.1	Por dia e por unidade	0,30
12.2	Por quinzena e por unidade	0,60
12.3	Por mês e por unidade	1,50
13	Apresentações artísticas, comércio e prestação de serviços nas vias e logradouros públicos sob forma de trabalho pessoal;	
13.1	Por dia	0,15
13.2	Por quinzena	0,30
14	Balão publicitário (blimp promocional) e Outro Inflável Assemelhados;	
	Por dia e por unidade	0,20
14.1	Por quinzena e por unidade	0,40
14.2	Por mês e por unidade	0,60
15	Carros Alegóricos, Trios Elétricos e Assemelhados;	
15.1	Por dia e por unidade	0,20
15.2	Por quinzena e por unidade	0,40
15.3	Por mês e por unidade	0,60

O sujeito passivo responsável pelo pagamento da taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de bem móvel, equipamento, utensílio e quaisquer outros objetos em áreas, em vias ou em logradouros públicos.

O tributo de que trata este capítulo será pago antecipadamente à concessão da licença quando a atividade for eventual, em acontecimentos especiais ou festividades.

Nenhuma das atividades que dependa de utilização de logradouro público poderá ser iniciada sem a prévia licença e o pagamento antecipado do presente preço, sob pena de embargo da atividade e/ou fechamento do estabelecimento e apreensão de bens, sem prejuízo das penalidades de lei.

Parágrafo Único - Na hipótese de taxa anual, o pagamento, à critério da Secretaria de Administração e Finanças, poderá ser decomposto em parcelas mensais.

CAPÍTULO VII

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 445. A Taxa de Vigilância Sanitária, fundada no poder de

polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Parágrafo Único - A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá legislação específica.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS

Fica instituída a cobrança de taxas para cada licenciamento ou autorização ambiental, visando a cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais realizadas pelo órgão ambiental municipal, bem como a manutenção da estrutura física do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim.

Os custos públicos de licenciamento ambiental para corte e supressão de vegetação e sobre atividades de pequeno porte, potencialmente poluidoras é devido no momento do licenciamento e obedecerá aos valores da tabela abaixo.

TABELA DE SERVIÇOS		
Cód.	Descrição do Serviço	Valor/UFM
1	Corte de Vegetação;	
1.1	Zona Urbana em que AU ≤ 1,0 há;	1,0
1.2	Zona Rural em que AU ≤ 3,0 há;	1,5
2	Exploração de Produtos Florestais (palmito)	
2.1	Área até 50 há (hectare)	1,0
3	Autorização Ambiental de Terraplanagem;	
3.1	Área útil ≤ 10.000m ²	1,0
4	Corte Eventual de Árvores de até 20 unidades ou até 20 m ³ (cúbicos)	1,0
5	Taxa de averbação de reserva legal	1,0
6	Taxa de retificação de área	1,0
7	Taxa de Certidão de uso do Solo	1,0
8	Taxa de Declaração Ambiental	1,0

AM = área em metros quadrados a ser suprimida (m²)

AU = área útil em hectare (há)

Parágrafo Único. A critério do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, poderão ser estabelecidas, por regulamento, outras formas de cobrança, tais como compensações, para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ou poluição ambiental.

O órgão ambiental municipal, para fins de controle da poluição ambiental e conservação dos recursos naturais, através de sua fiscalização, terá livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestais ou outras particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de agredir o

meio ambiente.

Os agentes fiscalizadores poderão:

- I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;
- II - efetuar medições e coletar amostras;
- III - elaborar relatório técnico de inspeção;
- IV - requisitar força policial, quando obstados;
- V - lavrar termo de interdição ou de embargo na execução da penalidade.

As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente serão punidas com sanções administrativas, pelo órgão ambiental municipal, as quais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

São sanções administrativas:

- I - suspensão parcial ou total de atividades;
- II - interdição temporária de estabelecimento, empreendimento ou atividade;
- III - interdição permanente de estabelecimento, empreendimento ou atividade;
- IV - notificação preliminar;
- V - pena de multa.

§ 1º Por proposição do infrator a pena de multa para infrações leves poderá ser substituída por prestação voluntária e gratuita de serviços à comunidade ou à entidade ambiental, bem como a atribuição ao infrator de tarefas voluntárias e gratuitas junto ao órgão ambiental municipal, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente, e, no caso de coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

§ 2º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais, relativas à proteção ambiental.

§ 3º A interdição será aplicada quando o empreendimento ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização ou licença ambiental, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

Verificando-se condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, o Fiscal Fazendário deverá, inicialmente, expedir contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

Parágrafo Único. O Fiscal Fazendário arbitrará o prazo para regularização, no ato da notificação, respeitando o prazo limite fixado no caput deste artigo.

A notificação preliminar, bem como a aplicação de multa, será feita em formulário destacado do talonário próprio, no qual ficará cópia a carbonô com o ciente do notificado, sendo que, ao infrator, dar-se-á cópia.

Parágrafo Único. Recusando-se o notificado a dar ciência, será tal recusa declarada na notificação preliminar ou na multa pela autoridade que a lavrar, com o testemunho de uma pessoa.

No caso de flagrante de conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, não caberá notificação preliminar, devendo o infrator ser imediatamente multado.

Esgotado o prazo estipulado na notificação preliminar, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante o órgão ambiental municipal, lavrar-se-á multa.

Para a aplicação da pena de multa, expedida pelo órgão ambiental municipal, as infrações em matéria ambiental são classificadas em:

I - leves - as eventuais ou as que não venham a causar risco ou dano à saúde, à flora, à fauna, nem provoque alterações sensíveis ao meio ambiente;

II - graves - as que venham a prejudicar a saúde, à segurança e ao bem estar ou causar danos relevantes à fauna, à flora e a outros recursos naturais;

III - gravíssimas - as que provoquem iminente risco à vida humana, à flora, à fauna e a outros recursos naturais.

O valor das multas será aplicado em UFM e de acordo com a gravidade da infração, sendo:

I - leves - Multa de até 10 (dez) UFM`s;

II - graves - Multa de até 50 (cinquenta) UFM`s;

III - gravíssimas - Multa de 150 (cento e cinquenta) UFM`s;

Parágrafo Único. Poderão ser estipuladas multas com valores diários, enquanto persistirem os problemas.

São circunstâncias atenuantes:

I - ser primário;

II - ter procurado, de algum modo, evitar ou atenuar efetivamente as consequências do ato ou dano;

III - ter bons antecedentes em matéria ambiental.

São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente em matéria ambiental

II - prestar informações falsas ou alterar dados técnicos;

III - dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

IV - deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que ponham em risco o meio ambiente.

O valor da multa será reduzido em 30% (trinta por cento) se o pagamento da mesma for efetuado em sua totalidade, até a data do vencimento.

Os valores constantes dos autos de infração poderão ser parcelados conforme regulamento editado pelo executivo.

No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

No caso de infrações graves ou gravíssimas, ou reincidência em qualquer classificação, a infração será notificada ao Ministério Público.

O infrator terá prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar defesa ao órgão ambiental municipal, contra a ação dos agentes fiscais, contados da lavratura do auto de infração, formulada por escrito ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, facultada a juntada de documentos.

§ 1º O órgão ambiental municipal proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Caberá, se for o caso, recurso ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o qual terá prazo de 30 (trinta) dias úteis para proferir decisão final.

CAPÍTULO IX

TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

A taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares tem como fato gerador a utilização potencial dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares de fruição obrigatória prestados em regime público pelo Município, por concessionária ou por empresa especialmente contratada pelo Município.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considerar-se-á também como lixo domiciliar aquele produzido em escritórios, lojas, indústrias e em outros estabelecimentos e que sejam de composição similar ao domiciliar.

§ 2º O recolhimento e o tratamento dos demais tipos de lixo deverão ser executados pela própria empresa interessada, ou as suas custas, conforme dispõe a legislação municipal.

Será facultado ao Município o recolhimento dos demais tipos de lixo (industriais, comerciais, de serviços, entulhos de construção civil, sobras de serviços de jardinagem e outros), mediante a cobrança de preço público específico, cujo valor deverá cobrir o custo efetivo do recolhimento e do tratamento.

A utilização potencial dos serviços de que trata este capítulo ocorre no momento de sua colocação, à disposição dos usuários, para fruição.

Ato do poder executivo disciplinará sobre o acondicionamento dos resíduos domiciliares de forma seletiva, a fim de propiciar a sua reciclagem e reaproveitamento.

A taxa de coleta de Lixo terá sua abrangência na área urbana e na área rural.

Parágrafo Único. A abrangência na área rural será determinada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente onde se determinará as localidades, os dias de coleta bem como a apuração de custos.

SEÇÃO II DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

A taxa será lançada com base no Cadastro de Rendas Imobiliárias, incidirá sobre cada uma das propriedades prediais beneficiadas pelo serviço que impõe e será cobrado em nome do contribuinte, na forma e nos prazos regulamentados por ato do poder executivo.

§ 1º O tributo de que trata este artigo tem seu fato gerador fixado no dia 1º de cada exercício financeiro, poderá ser lançado em conjunto com o IPTU, com base no cadastro imobiliário ou em carnê (guias) separado e cobrado de cada economia autônoma atendida ou para a qual o serviço for colocado a disposição.

§ 2º Quando ocorrer o lançamento em carnê separado, poderá a

Administração Municipal parcelar o débito em até seis (6) parcelas consecutivas mensais, sendo que o valor mínimo da parcela não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco) da UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§ 3º Poderá ser efetuado o pagamento em cota única no qual o contribuinte terá um desconto de 10% (dez) ou em parcelas mensais sem desconto, com vencimento para o exercício definidas anualmente por Decreto do Executivo Municipal.

Paragrafo Único: Quando ocorrer o pagamento em atraso incidirá os acréscimos legais de juros e multa conforme disposto neste Código.

O pagamento da Taxa e das penalidades ou acréscimos legais não exclui o pagamento de:

I - preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, tais como remoção de entulhos de obras, aparas de jardins, bens móveis imprestáveis, resíduos extraordinários resultantes de atividades especiais, animais abandonados e/ou mortos, veículos abandonados capina de terrenos, limpeza de prédio e assemelhados;

II - penalidades decorrentes da infração à legislação municipal.

SEÇÃO III

BASE DE CÁLCULO, LANÇAMENTO E VALOR DA TAXA

O montante da obrigação principal referente à taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, será o produto da multiplicação entre a alíquota determinada de acordo com a Tabela de frequência de coleta abaixo, o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) do mês de lançamento.

CL =	FrS	X	UFM
------	-----	---	-----

Fc7 = TABELA FREQUENCIAL DE COLETA

Frequencia de coleta	% sobre a UFM	
Número de dias da semana	Imóveis Residências	Imóveis não Residências
1	1,20	4,00
2	2,20	6,00
3	2,70	8,00
4	3,50	10,00
5	4,10	12,00
6	4,50	15,00

SEÇÃO IV

DA INCIDÊNCIA DA TAXA

Ficam incluídas da incidência da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares as unidades imobiliárias destinadas ao funcionamento de:

I - Os imóveis rurais situados na área urbana isentos do IPTU conforme a legislação em vigor, desde que atendidos os requisitos para tal benefício.

II – Os imóveis situados no perímetro urbano do Município.

III – os demais contribuintes situados nas regiões do município onde ocorre o fato gerador, definidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

SEÇÃO V

DA NÃO INCIDÊNCIA DA TAXA

Ficam excluídas da incidência da taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares as unidades imobiliárias destinadas ao funcionamento de:

I - As escolas públicas administradas diretamente pela União, pelo Estado ou pelo Município e respectivas autarquias e fundações;

II - órgãos públicos, autarquias e fundações públicas em imóveis de propriedade da União, Estados e Município.

III - as pessoas consideradas carentes, atestadas pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CAPÍTULO X

TAXA DE EXPEDIENTE

A taxa de expediente é devida pelos atos emanados da administração municipal e pela apresentação de papeis e documentos apresentados às repartições do município.

É contribuinte da taxa, quem figurar no ato administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiver qualquer benefício, ou houver requerido.

A base de cálculo da taxa de expediente é o custo do serviço público de expediente praticado pelo município em cada ato solicitado.

Os serviços públicos de expediente cobrados em virtude de serviços diversos é devido pela apresentação de petição às repartições públicas municipais para aprovação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos, além da expedição pelo órgão público municipal de qualquer documento oficial.

Por cada ato solicitado será cobrado uma Taxa de Expediente no valor de 0,15 (zero vírgula quinze) UFM.

Caso o serviço de expediente solicitado pelo contribuinte estiver a disposição no site oficial do município em aplicativo fornecido pela prefeitura, a taxa não será cobrada.

Ficam isentos da taxa de expediente:

I - Os pedidos e requerimentos de qualquer natureza, apresentados pelos órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que atendam às seguintes condições:

a) Sejam apresentadas em papel timbrado e assinados pelas autoridades competentes;

b) Refiram-se a assuntos de interesse público ou à matéria oficial, não podendo versar sobre assuntos de ordem particular, ainda que atendido o requisito da alínea "a" deste inciso;

II - Os contratos e convênios de qualquer natureza e finalidade, lavrados com órgãos a que se refere o inciso I deste artigo, observadas as condições nele estabelecidas;

III - Os requerimentos e certidões de servidores municipais, ativos ou inativos, sobre assuntos de qualquer natureza, desde que tenham relação de propriedade ou funcional com o assunto solicitado.

IV - Os requerimentos e certidões relativos ao serviço de

alistamento militar ou para fins eleitorais.

Parágrafo Único. O disposto no inciso I deste artigo, observadas as suas alíneas, aplica-se aos pedidos e requerimentos apresentados pelos órgãos dos respectivos poderes Legislativos e Judiciário.

CAPÍTULO XI

TAXA DE URBANIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

A taxa de Urbanização e Conservação de Vias e Logradouros Públicos tem como fato gerador o custo de atividades exercidas pelo Poder Público na efetiva ação de polícia e na prestação de serviços de urbanização e conservação de vias e logradouros públicos.

O fato gerador da taxa é a prestação dos serviços de reparação, conservação de vias e logradouros públicos, arborização e fiscalização das vias públicas.

Parágrafo Único. Consideram-se logradouros as ruas, avenidas, parques, jardins e similares.

Os serviços de reparação e conservação de vias e logradouros públicos, arborização e fiscalização a que se refere o artigo anterior consideram-se utilizados pelo contribuinte:

I-efetivamente, quando usufruídos pelo contribuinte a qualquer título;

II - potencialmente, quando, sendo de utilização compulsório, sejam postos à sua disposição mediante atividades administrativas em efetivo funcionamento.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo é o valor do custeio e manutenção do serviço, proporcionalmente rateado entre os beneficiados pelo serviço e corresponderá ao levantamento do custo do serviço a ser efetuado pelos profissionais da Prefeitura, indexados em Unidade Fiscal Municipal.

A importância correspondente à Taxa será cobrada concomitantemente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, e poderá, a critério da administração pública, conceder os mesmos descontos concedidos no Imposto Predial e Territorial Urbano.

O lançamento e a arrecadação da taxa será feito anualmente, de uma só vez, ou nos prazos fixados em regulamento.

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO E DO CONTRIBUINTE

A Taxa será devida pelo proprietário, pelo titular do domínio útil, ou pelo possuidor a qualquer título, de imóvel localizado no Município e que utilize, de forma efetiva ou potencial, quaisquer dos serviços públicos a que se refere os artigos 475 e 476 desta Lei, isolada ou cumulativamente.

O lançamento da taxa far-se-á com base no Cadastro Imobiliário.

TÍTULO IV

DAS CONTRIBUIÇÕES

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A contribuição de melhoria, prevista na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Parágrafo Único: A cobrança da contribuição de que trata o caput obedecerá legislação específica.

CAPÍTULO II

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

Com base na Emenda Constitucional n.º 39, que acrescentou o artigo 149-A, na Constituição Federal, fica instituído o rateio para custeio das despesas do serviço de iluminação pública, denominado "COSIP", de caráter permanente, tendo como fato gerador o serviço de iluminação pública colocada à disposição do contribuinte, e sua base de cálculo a qualidade deste serviço.

Considera-se contribuinte da "COSIP", de forma individual, todo imóvel cadastrado na prefeitura e/ou todo medidor de energia elétrica instalado no município.

Parágrafo Único. Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, bem como, quaisquer outros bens públicos, assim como sistema de implantação de cobrança, gerenciamento, atividades acessórias de instalação, manutenção, melhoramento e expansão da respectiva rede de iluminação.

A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custo mensal do serviço de iluminação pública rateado entre os contribuintes de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica, de acordo com a classificação e Tabela Cosip a seguir:

FÓRMULA DA TAXA COSIP

COSIP =	Faixa consumo (Kw/h)=Valor da contribuição (VUI)
---------	--

VUI - O Valor Unitário de Iluminação será a partir de a R\$ 2,00 (dois reais) na faixa de consumo da Tabela e gradativa até R\$ 8,00 (oito reais) conforme a Tabela na data da publicação desta Lei.

Kw/h - Quilowatt-hora (kWh)= é a medida de energia usualmente utilizada em eletrotécnica. Um Wh é a quantidade de energia utilizada para alimentar uma carga com potência de 1 watt pelo período de uma hora.

1 – RESIDENCIAL – Pessoa Física e/ou Atividade Familiar de subsistência:

TABELA DE CONSUMO COSIP

Faixa de consumo	Valor da contribuição
0 a 30 Kw/h	isento
31 a 100 Kw/h	R\$ 2,60
101 a 200 Kw/h	R\$ 3,90
201 a 300 Kw/h	R\$ 5,20
301 a 400 Kw/h	R\$ 6,50
401 a 500 Kw/h	R\$ 7,80

501 a 600 Kw/h	R\$ 9,10
Acima de 601 Kw/h	R\$ 10,40

§ 1º São considerados consumidores residenciais todas as atividades familiares de subsistência e inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2 – NÃO-RESIDENCIAL – Pessoa Física e/ou Atividade Familiar de subsistência:

TABELA DE CONSUMO COSIP	
Faixa de consumo	Valor da contribuição
0 a 50 Kw/h	R\$ 7,80
51 a 100 Kw/h	R\$ 10,40
101 a 200 Kw/h	R\$ 13,00
201 a 300 Kw/h	R\$ 19,50
301 a 500 Kw/h	R\$ 26,00
501 a 800 Kw/h	R\$ 39,00
Acima de 801 Kw/h	R\$ 52,00

§ 2º São considerados consumidores não residenciais todas as empresas, indústrias, comércios e prestadores de Serviços inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

§ 3º O valor da contribuição de que trata esta Lei será reajustado, anualmente, por decreto do Poder Executivo, de acordo com a evolução do custo do serviço de iluminação pública ou pela variação nominal do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, publicado pela Fundação – IBGE.

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina, para operacionalizar a apuração e cobrança da Contribuição de que trata esta Lei, bem como a respectiva prestação de serviço da iluminação pública do interesse do Município.

§ 1º A Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, deverá contabilizar mensalmente, o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria e fornecerá a Secretária de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP, deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

Compete a a Secretária de Administração e Finanças a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei.

O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei será integralmente destinado para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública, sendo vedada a sua utilização para outras finalidades.

O recolhimento do referida contribuição será feito mensalmente, na seguinte forma:

I - Para os imóveis com benfeitoria de energia elétrica, através da nota fiscal fatura de energia elétrica, emitida pela concessionária de energia elétrica.

II - Para os imóveis sem benfeitoria ou sem medidores de energia elétrica instalados, através de carnê emitido pela prefeitura municipal.

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a(s) concessionária(s) de energia elétrica que atua(m) neste município, ou, nos termos da Lei, fazer a concessão, convênio ou contrato de parceria do presente serviço, para implantar sistema de cobrança, arrecadar os recursos necessários, administrar, efetuar a manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública.

Quando constatar-se a ocorrência de erro no lançamento e o pagamento de valores a maior, a autoridade competente determinará a compensação da diferença na fatura de energia elétrica subsequente.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica instituída a Unidade Fiscal do Município - UFM, com a finalidade de servir como base de cálculo e correção de todos os tributos e débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, bem como multas aplicadas no âmbito da administração municipal.

Parágrafo Único. Os débitos decorrentes do não recolhimento de tributo e penalidade, no prazo legal terão seu valor atualizado, em função da variação da Unidade Fiscal do Município - UFM.

A atualização do valor nominal da UFM será feita por Decreto do Executivo, sempre que houver o reajuste no índice oficial.

Os documentos de arrecadação municipal - DAM, poderão a critério do executivo municipal, serem expressos em Real.

Fica adotado o Índice Geral de Preços de Mercado, IGP-M, instituído e mantido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como índice oficial municipal para correção monetária dos tributos municipais.

Os serviços prestados pelo Município em caráter eventual e que não se constituem prioridades para o serviço público serão remunerados por Preço Público, em valor de mercado, definidos com base nos preços praticados pela praça do município de Massaranduba, sem prejudicar a livre iniciativa ou desestimular a concorrência.

Parágrafo Único. O valor dos preços públicos poderão ser fixados mensalmente pelo executivo através de Decreto.

Todas as normas regulamentares preexistentes a esta Lei, ficam nulas e aplicam-se no que couberem, supletivamente, às aqui disciplinadas do Código Tributário Municipal.

Parágrafo Único. As normas acessórias e disciplinas tributárias serão observadas no que dispõe o Código Tributário Municipal.

O valor da UFM para o exercício de 2011 fica estabelecida em R\$ 63,00 reais.

Revogam-se todas as disposições legais em contrário.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 20 DE DEZEMBRO DE 2011

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

ÍNDICE REMISSIVO

A

ACRÉSCIMOS LEGAIS, 50
 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 9
 AIDF, 137
 Alvará de licença, 146
 Alvará Digital Provisório, 133
 anistia, 39
 APREENSÃO DE BENS, 62
 Arbitramento, 117
 arrematação em hasta pública, 15
 auto de infração, 54
 autorização ambiental, 165

B

baixa do cadastro, 145

C

Cadastro de Prestadores de Serviços, 132
 cadastro imobiliário, 82
 cadastro mobiliário, 82
 cadastro multifinalitário, 82
 Cálculo do Alvará de Licença, 147
 capacidade tributária, 13
 CERTIDÃO NEGATIVA, 44
 Comércio ambulante, 158
 comércio eventual, 158, 160, 161
 Conceito de Serviço, 117
 conclusão de Procedimento Fiscal, 52
 consignação em pagamentos, 32
 consultas, 9
 CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 54
 convênios, 8, 9, 23, 26, 104, 172
 CORREÇÃO MONETÁRIA, 50
 COSIP, 174
 crédito tributário, 17
 custo unitário de fiscalização, 147

D

Data de pagamento do ISS, 122
 DECADÊNCIA, 36
 declaração simplificada, 131
 Decretos, 8
 definição legal do fato gerador, 11
 denúncia espontânea, 138
 diligências, 22, 59, 60
 DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS, 60
 dívida ativa, 42
 documento fiscal, 139
 documento único de arrecadação, 125
 domicílio tributário, 14, 54

E

ECF, 139
 ESCRITA FISCAL, 137
 escrituração fiscal on line, 137
 estimativa, 120
 estimativa fiscal, 102
 extinção de pessoas jurídicas, 15
 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 31

F

Fato gerador, 11
 fator corretivo quanto à pedologia, 76
 fator corretivo segundo a situação do terreno na quadra, 76
 fator de correção quanto a topografia, 76
 fator de porte, 147
 fiscalização, 21
 formulação da consulta, 10
 fraude, 138
 fusão, 15, 91, 92

I

IGP-M, 50
 incorporação, 15
 informação obtida em razão do ofício, 24
 infração, 46
 intercâmbio de informação sigilosa, 24
 INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO, 25
 intimação escrita, 22
 IPTU, 65
 IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO, 68
 isenção, 39
 Isenção da Taxa de comércio ambulante, 160
 Isenção da Taxa de Licença de Obras, 157
 Isenção da Taxa de Publicidade, 154
 Isenção do Alvará de Licença, 150
 isenção IPTU, 85
 Isenção ITBI, 93
 ISS - Simples Nacional, 124
 ISS fixo dos escritórios contábeis, 127
 ITBI, 89

J

Junta de Recursos, 55
 JUROS DE MORA, 50

L

lançamento, 18
 lançamento da TLLFF, 149
 lançamento por homologação, 20
 legislação tributária, 7, 9, 11, 12, 16, 18, 21, 24, 25, 30, 32, 33, 34, 46, 48, 49, 51, 54, 57, 62, 98, 122, 125, 131, 137, 141
 Legislação Tributária, 8, 38
 legislação tributária municipal, 7
 Lei Complementar, 7, 8, 86, 116, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130
 LISTA DE SERVIÇOS, 102
 local do estabelecimento prestador, 114

M

majoração, 8
 majoração de tributos, 8
 medidas repressivas, 10
 MEI, 128
 moratória, 27
 MULTA DE MORA, 50

N

Nota Fiscal de Prestação de Serviços Avulsa, 136
 Nota Fiscal Eletrônica Conjugada, 136
 Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços, 136

O

o grau de dificuldade de fiscalização, 147
 Obrigação tributária acessória, 10, 11
 Obrigação tributária principal, 10
 omissão de pagamento, 52
 órgão ambiental municipal, 165, 166, 167, 168

P

pagamento antecipado, 20, 32, 100, 152, 165
 PAGAMENTO INDEVIDO, 34
 parcelamento, 28
 prazos, 49
 Preço Público, 177
 PRESCRIÇÃO, 36
 Procedimento Fiscal Administrativo, 51
 programa para emissão ou impressão de documento fiscal, 140

R

reclamação, 57
 remissão, 36
 renovação da licença para funcionamento em horário especial, 151
 responsabilidade pelo crédito tributário, 14
 responsabilidade por infrações, 16
 retenção na fonte ISS, 124
 retificação da declaração, 18
 revisão do lançamento, 20

S
serviços passíveis de tributação, 102
solidariedade, 13
sonegação fiscal, 47
substituição tributária, 123
substituição tributária ISS, 123
sujeito ativo, 12
Sujeito passivo da obrigação tributária, 12
Suspensão de licenças de localização, 144
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 26
T
Taxa, 141
taxa de expediente, 172
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE, 151
Taxa de Vigilância Sanitária, 165
Termo de Arbitramento, 117
Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal, 51
termo de início de fiscalização, 22
termo de inscrição da dívida ativa, 43
trabalho pessoal do próprio contribuinte, 118
U
Unidade de Julgamento Singular, 55
V
valor venal da propriedade predial, 71

Lei Nº 1384/2011

LEI Nº 1384/2011

Fica o motociclista proibido de portar capacete em estabelecimentos públicos e privado deste Município e dá outras providências.
MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido a qualquer motociclista, condutor e ou garupa, dentro dos limites territoriais do Município de Massaranduba - SC, a utilização de capacete pelo condutor e pelo passageiro de motocicletas, quando:

I - adentrar em estabelecimentos públicos e privados

II - a motocicleta se encontrar estacionada.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais e os órgãos públicos deverão fixar em local visível, placa informativa contendo os seguintes dizeres: "PROIBIDO O USO DE CAPACETE PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NESTE LOCAL"

Art. 3º Os motociclistas que infringirem o disposto nesta Lei sujeitar-se-ão a multa no valor de uma UFM, estabelecido através de decreto pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º Caberá ao Executivo especificar mediante Decreto, quem irá fiscalizar o cumprimento da restrição imposta e aplicar a penalidade cabível.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada em 60 (sessenta) dias.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 20 DE DEZEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº 2363 de 20 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2363 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRAS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1.º Fica decretado de utilidade pública, para fins de desapropriação judicial ou amigável, o imóvel matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Guaramirim, sob Nº 8.051, na Rua Patrimonio, no município de Massaranduba, possuindo a dita parte as seguintes medidas e confrontações:

I - Terreno situado no lugar Patrimônio, no município de Massaranduba, desta Comarca, com as seguintes confrontações: fazendo frente na rua Patrimonio com 39,00 metros; fundos com o Rio Massaranduba com 29,00 metros; estrema do lado esquerdo com terras de Relli Jensen Dietrich com 98,00 metros e do lado direito com terras de Daniel Ramos com 142,00 metros, contendo a área de 4.980,00 m2 (Quatro Mil, Novecentos e Oitenta Metros Quadrados).

Paragrafo Único - integra ao presente decreto cópia atualizada da matrícula e respectiva avaliação imobiliária do imóvel, emitida pela Comisso designada através da Portaria Municipal nº 400/2010.

Art. 2.º A desapropriação da área de terras, descrita no artigo anterior, tem por finalidade a ampliação da escola de ensino Fundamental Nicolau Jensen.

Art. 3.º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA 20 DE DEZEMBRO DE 2011
MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa Nº004/2011

CAMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Estado de Santa Catarina

EDITAL Nº. 04/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETIVO: Locação de sistema de informática GEDOC; prestação de serviços técnicos especializados de implantação; hospedagem da base de dados da legislação e das proposições no servidor Web; hospedagem da Página de Internet no servidor Web.

FORNECEDOR: MARCIA M. DA SILVA & CIA. LTDA ME

VALOR: R\$ 4.164,00 (Quatro mil, cento e sessenta e quatro reais)

JUSTIFICATIVA: A Câmara de Vereadores utiliza-se deste sistema a mais de um ano, o qual dispensa novo treinamento do pessoal envolvido. Outro fator importante é que este sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos (Leis Municipais, Decretos Legislativos, Portarias, Correspondências, Contratos, Requerimentos, Pareceres Jurídicos, Editais, Indicações,

Moções, Pedidos de Informações, Resoluções, Lei Orgânica, Atas das Sessões e outros) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, de acordo com orçamento abaixo dos dez por cento do valor máximo de Carta Convite para esta modalidade de compra, dispensando assim a realização do processo licitatório, amparado no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

Massaranduba, 21 de Dezembro de 2011.

PIER GUSTAVO BERRI

Presidente do Legislativo Municipal

Dispensa Nº005/2011

CAMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Estado de Santa Catarina

EDITAL Nº. 05/2011 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETIVO: Locação e cessão de uso de software de gestão pública com os sistemas de contabilidade, folha de pagamento, compras e patrimônio.

FORNECEDOR: IPM - INFORMATICA PUBLICA MUNICIPAL LTDA

VALOR: R\$ 6.043,20 (Seis mil, quarenta e três reais e vinte centavos)

JUSTIFICATIVA: A Câmara de Vereadores utiliza-se deste sistema a mais de um ano, o qual dispensa novo treinamento do pessoal envolvido. Outro fator importante é que este sistema atende as necessidades diárias para a boa prestação de informações aos munícipes e também no que diz respeito ao Tribunal de Contas do Estado, o que reflete em um preço ajustado, vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba, 21 de Dezembro de 2011.

PIER GUSTAVO BERRI

Presidente do Legislativo Municipal

Meleiro

PREFEITURA

Aditivo n.º 001/2011 - Contrato Nº. 046/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato nº. 046/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COMERCIAL CARLESSI LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANter ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Valor: R\$ 13.119,25

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2011.

Aditivo n.º 001/2011 - Contrato Nº. 069/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato nº. 069/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 7.132,41.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2011.

Aditivo n.º 003/2011 - Contrato Nº. 026/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Aditivo n.º 003/2011 (Prorroga prazo de execução).

Contrato nº. 026/2010

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: O objeto do presente aditivo de Contrato a construção de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua Prefeito Luiz Canela no bairro centro, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo.

Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 29/02/2012.

Data da assinatura: 01 de dezembro de 2011.

Aditivo n.º 004/2011 - Contrato Nº. 026/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 004/2011

Contrato nº. 026/2010

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE NA RUA PREFEITO LUIZ CANELA, BAIRRO CENTRO/MELEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.

Valor: R\$ 26.086,01

Data da assinatura: 05 de dezembro de 2011.

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Contratação

PORTARIA N º 3450 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR temporariamente, através do Processo Seletivo 002/2011, o senhor MAURO WALTRICK ROSA para exercer a função de Vigia ACT no período de 1º/01/2012 a 30/06/2012.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/01/2012.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 14 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 1937 DE 23 DE MARÇO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FERNANDA DE OLIVEIRA VENZON, para exercer a função de Professora MAG-02 01, nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no C.E..Profª.Maria de Lourdes Couto Cabral. Na vaga vinculada do Professor, José Arno .

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de março de 2011 a 31 de julho 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 22 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 MARÇO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação . nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2011.

Portaria de contratação

PORTARIA Nº 1982 DE 30 DE MARÇO DE 2011.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRÍCIA OLGA RODRIGUES , para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 30 de março de 2011 a 31 de julho de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2010.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 30 de março de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Navegantes, 30 de março de 2011

Portaria de Contratação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3259 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - CONTRATAR, pelo processo seletivo 002/2010, a senhora SILVIANE COPATTI para exercer o cargo de Farmacêutica ACT do quadro de servidores da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, no período de 17/11/2011 a 31/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 17/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 3334 DE 1 º DE DEZEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora ANA LÚCIA MOREIRA para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 º DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 1 º de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3348 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora ANDRÉA LUCIANA VELOSO para exercer o cargo de Médica Pediatra, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 20 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/12/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE DEZEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3291 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora CAROLINE LAMPE KOWALSKI para exercer o cargo de Psicóloga, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/11/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 23/11/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE NOVEMBRO DE 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Portaria de Nomeação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500
PORTARIA N º 3384 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 003/2009, a senhora ROSANE FLORZINA DOS SANTOS DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Enfermeira, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/12/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 07/12/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 06 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA
Secretário De Administração E Logística

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 145/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2011PMN
RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) AUTORIZADAS(S) PELO FABRICANTE (MARCA FORD) NA MANUTENÇÃO, REVISÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS DE FABRICA (CAMINHOS FORD) QUE INTEGRAM A FROTA MUNICIPAL, SENDO ESTES REQUISITOS PARA ASSEGURAR A GARANTIA DE FABRICA. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 05/01/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 05/01/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br. Navegantes, 21 de dezembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 555/2011

Lei Complementar nº 555 / 2011

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento de despesa e abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme abaixo identificado:

Órgão: 04 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Unidade: 01 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 62 - Aquisição de Veículo - Educação
Projeto/Ativ.: 1.066 - Aquisição de Veículo
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058 - Salário Educação
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, são provenientes do Salário Educação e decorre

da anulação parcial, dentro do orçamento vigente, conforme identificação abaixo:

Órgão: 04 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Unidade: 01 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Projeto/Ativ.: 1001 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Elemento: (124) - 4.4.90.00.00.00.0.3.0058.0 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de dezembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Lei Complementar Nº 556/2011

Lei Complementar Nº 556 / 2.011

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2011.

O Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa: 62 - Aquisição de Veículo - Educação, fica acrescido da Ação: 1.066 - Aquisição de 01 (um) veículo (automóvel), para Secretaria Municipal da Educação, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2011, aprovado pela Lei Municipal nº 440 de 03/11/2010, referente ao Programa: 62 - Aquisição de Veículo - Educação, fica acrescido da Ação: 1.066 - Aquisição de 01 (um) veículo (automóvel), para a Secretaria Municipal da Educação, 62 - Aquisição de Veículo - Educação, fica acrescido da Ação: 1.066 - Aquisição de 01 (um) veículo (automóvel), no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.
no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2011, correrá por conta de recursos provenientes do Salário Educação, recebido no decorrer do presente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de dezembro de 2.011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial

dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto Nº 144/2011

DECRETO Nº 144 / 2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 555, de 16/12/2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme abaixo identificado:

Órgão: 04 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Unidade: 01 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 62 - Aquisição de Veículo - Educação
Projeto/Ativ.: 1.066 - Aquisição de Veículo
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0058 - Salário Educação
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, são provenientes do Salário Educação e decorre da anulação parcial, dentro do orçamento vigente, conforme identificação abaixo:

Órgão: 04 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Unidade: 01 - Secretaria M.da Educação e Esportes
Projeto/Ativ.: 1001 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
Elemento: (124) - 4.4.90.00.00.00.0.3.0058.0 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de dezembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Adm. e Finanças

Contrato Nº 167/2011

CONTRATO Nº 167/2011

Origem: Processo Licitatório nº 133/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 056/2011. Homologação: 20/12/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Alferes, n º 1501, Nova Trento/SC, CNPJ Nº 06.072.790/0001-05. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.736 m2 de lajotas, 496 ML de meio-fio e confecção e reforma de bocas de lobo a

ser executado na Rua Carlos Batista Dell'Antônia no Bairro Trinta Réis, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital. O valor total deste contrato é de R\$ 27.200,00 (Vinte e sete mil e duzentos reais).

Nova Trento, 20 de dezembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 168/2011

CONTRATO Nº 168/2011

Origem: Processo Licitatório nº 134/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 057/2011. Homologação: 20/12/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Alferes, n º 1501, Nova Trento/SC, CNPJ Nº 06.072.790/0001-05. Objeto do Contrato: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para colocação de 1.224 m2 de lajotas, 1996 ML de meio-fio e confecção e reforma de bocas de lobo a ser executado na Rua Teresa Gandim no Bairro Ribeirão da Velha, conforme especificações constantes do Anexo I, que ficam fazendo parte integrante deste edital. O valor total deste contrato é de R\$ 18.680,00 (Dezoito mil, seiscentos e oitenta reais).

Nova Trento, 20 de dezembro de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Edital Infracao172311232648866326968_091752

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 642/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJV7907	55928793C	5568/0	25/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
KOD3588	55929248C	5568/0	31/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
LYP5252	55929243C	5568/0	21/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBG2520	55929138C	5568/0	07/08/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MEO6817	55679728B	7455/0	23/06/2009	R\$ 85,12	218 * I
MER6735	55929134C	5568/0	10/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MER6735	55929135C	5525/0	10/07/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MER8794	54918606D	5568/0	31/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MFO0788	54918668D	5045/0	03/08/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHH6287	55929128C	5568/0	10/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais **Infracao**172311232648866326968_091830

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 153 641/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCS4163	54918791D	6599/2	29/09/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao172311232648866326968_091847

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 153 643/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV0746	54918869D	5185/1	04/10/2011	167
MFJ5489	54918759D	5568/0	04/09/2011	181 * XIX
MGK6854	54918613D	5045/0	19/10/2011	162 * V
MJA2784	54918674D	5045/0	03/09/2011	162 * V
MJQ6269	54918675D	5010/0	06/09/2011	162 * I
MJQ6269	54918676D	5118/0	06/09/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais Infracao172311232648866326968_091916

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 644/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DYD6505	55233936C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
IGB1848	55233943C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
LZO8218	55679945B	6610/2	24/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MAG8977	55929242C	5185/1	27/06/2011	R\$ 127,69	167
MBE9962	54918775D	5568/0	17/09/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBF7794	55929244C	5185/1	27/06/2011	R\$ 127,69	167
MBL7431	55929118C	5568/0	12/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MCQ9715	55929124C	5568/0	19/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MEL8089	54918651D	5010/0	25/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEL8089	54918652D	5118/0	25/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEL8089	54918653D	6599/2	25/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEX6596	55929130C	5568/0	10/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MFO0788	54918667D	6912/0	03/08/2011	R\$ 53,20	232
MFP2915	54918612D	5460/0	07/08/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MFZ9812	54918707D	6599/2	31/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHF8935	54918760D	5568/0	04/09/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MIQ5565	55929249C	5568/0	31/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MUS2638	54918852D	6920/0	19/09/2011	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_092035

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 153 645/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEQ0887	54918694D	6912/0	14/10/2011	232
MEQ0887	54918699D	6599/2	14/10/2011	230 * V
MER9464	54918700D	6912/0	20/10/2011	232
MIX8003	54918697D	5010/0	14/10/2011	162 * I
MIX8003	54918698D	5118/0	14/10/2011	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao172311232648866326968_092100

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 646/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWR9969	55929094C	5010/0	20/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
LWR9969	55929095C	6556/4	20/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MAL3071	55929407C	5568/0	27/02/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MAY0182	54918670D	5010/0	07/08/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAY0182	54918671D	6599/2	07/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFJ1554	55929091C	5010/0	14/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGW7921	54918790D	5568/0	25/09/2011	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLÍCIA

Editais Infracao172311232648866326968_092128

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 153 647/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALP8237	54918712D	5568/0	20/11/2011	181 * XIX
LZA7345	54918716D	5568/0	20/11/2011	181 * XIX
MHI2799	54918868D	5185/1	04/10/2011	167
MIG1447	55929169C	5568/0	20/11/2011	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_092159

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 648/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXI2839	55929235C	5568/0	12/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBI2052	55929131C	5568/0	10/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBV4622	54918776D	5185/2	17/09/2011	R\$ 127,69	167
MCZ3296	55929161C	5010/0	12/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MCZ3296	55929162C	6599/2	12/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCZ3296	55929163C	5118/0	12/09/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCZ3296	55929164C	6408/0	12/09/2011	R\$ 85,12	221
MEW5942	54918609D	5568/0	31/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MFN4195	55929114C	5568/0	12/06/2011	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital Infracao172311232648866326968_132758

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 153 639/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDC4553	54918864D	5568/0	25/09/2011	181 * XIX
DHU6542	54918782D	5568/0	25/09/2011	181 * XIX
JNZ8390	54918863D	5568/0	25/09/2011	181 * XIX
MAC2066	54918688D	5282/0	16/09/2011	176 * I
MAC2066	54918689D	6599/2	16/09/2011	230 * V
MAD9805	54918851D	6920/0	19/09/2011	233
MCO2242	55929167C	6912/0	27/09/2011	232
MCX4382	54918709D	5010/0	21/09/2011	162 * I
MDH5975	54918778D	5568/0	17/09/2011	181 * XIX
MDV8678	54918809D	5010/0	24/09/2011	162 * I
MDV8678	54918810D	6408/0	24/09/2011	221
MFO9016	54918784D	5568/0	25/09/2011	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Editais Infracao172311232648866326968_132827

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 640/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAX6942	55234295C	6599/2	15/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MBB1560	55929215C	5568/0	08/05/2011	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE NOVEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto Nº 1916/2011

DECRETO Nº 1.916, de 19 de Dezembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando o excesso de arrecadação no exercício corrente;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 456,12 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.
Projeto 2.003 - Manutenção da administração geral.
Elemento de Despesa 4.6.90-01.0000 Aplicações Diretas
R\$ 456,12

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 456,12

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 19 de Dezembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1917/2011

DECRETO Nº 1.917, de 19 de Dezembro de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando o excesso de arrecadação no exercício corrente;

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.466,60 (seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais com sessenta centavos), relativos a recursos vinculados, assim consignados:

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
Projeto/atividade 2.015 - Manutenção do Ensino Médio.
Elemento de Despesa 3.3.90-01.0069 Aplicações Diretas
R\$ 2.456,90

Projeto/atividade 2.012 - Manutenção do Transporte escolar do Ensino Fundamental.
Elemento de Despesa 3.3.90-01.0069 Aplicações Diretas

R\$ 4.009,70

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.466,60

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 19 de Dezembro de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Extrato de PUBLICACAO ao Pregão FMS Nº 007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS Nº 012/2011

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2011

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2012, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02/01/2012

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:00 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 22 de Dezembro de 2011. ROGERIO ACACIO MASCARELLO - Gestor FMS

Termo de CESSÃO de USO 001/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO DE SESSÃO DE USO Nº 001/2011

CEDENTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CESSIONARIO: CLODAIR SANDRINI

PRAZO: 03 anos contados da assinatura do termo.

Objeto: consiste na utilização de uma (01) caixa d'água de 20.000 litros, de propriedade da Cedente para ser utilizada pelo Cessionário, em sua propriedade.

FINALIDADE: A finalidade da presente Cessão de Uso é amenizar os efeitos da estiagem que constantemente assolam o Município. Novo Horizonte-SC, em 08/12/2011

Extrato do Processo Seletivo Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2011

EDITAL Nº 001

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas, no período de 26 de dezembro de 2011 a 9 de janeiro de 2012, as inscrições para o Processo Seletivo, destinado à Admissão em Caráter Temporário de Professores para o ano letivo de 2012. São ofertadas vagas para a Educação Infantil (Creche e pré-escola), Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Artes e Ensino Religioso. Inscrições, exclusivamente, on line, pela internet, no site www.sccursosetreinamentos.com.br. Informações e íntegra do Edital, na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, fone (49) 3362-0024 e na internet, nos sites www.cursosetreinamentos.com.br.

com.br e www.novohorizonte.sc.gov.br. Novo Horizonte/SC, em 19 de dezembro de 2011. SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 115, de 14 de dezembro de 2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº 115, de 14 de dezembro de 2011.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. Inclui a Superintendência do PROCON à Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam incluídos os §§ 1º e 2º ao art. 21 na SEÇÃO I – Do Gabinete do Prefeito, previsto no CAPÍTULO I – Da Administração Direta, na Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, com a seguinte redação:

“§ 1º Fica criada a Superintendência do PROCON, com o respectivo cargo de Superintendente, não codificado.

§ 2º A Superintendência do PROCON terá por competência, dentre outras:

I – assessorar o Prefeito Municipal na formulação da política do sistema municipal de proteção e defesa do consumidor

II – planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política do sistema municipal dos direitos e interesse dos consumidores;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas e pessoas jurídicas de direito público e privado.

IV – fiscalizar as denúncias efetuadas, encaminhamento à assistência judiciária ou ao Ministério Público as situações não resolvidas administrativamente, conforme prevê o Capítulo VII, do Art. 55 da Lei no 8.078/90.

V – desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas.

VI – manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o publicamente pelo menos uma vez por ano (Art. 44 Lei no 8.078/90.) registrando as soluções;

VII – expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre possíveis reclamações apresentada pelos consumidores.”

Art. 2º Fica acrescido no Anexo II da Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de 2011, o cargo de Superintendente do PROCON, vinculado ao Gabinete do Prefeito, passando a vigorar conforme redação do Anexo Único parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º O Anexo II da Lei Complementar nº 102, de 06 de abril de

2011, passa a ser subdividido com a respectiva denominação mediante letras, conforme a redação do Anexo Único parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, correrão por conta de dotação orçamentária específica do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 14 de dezembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

	ANEXO II DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
	“ESPÉCIE/GRUPO	CÓDIGO	QUANTIDADE
“A” GABINETE DO PREFEITO	Superintendente do PROCON	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	2
	Assessoria III	AD-ASS-3	1
	Assessoria IV	AD-ASS-4	2
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
	Assessoria VI	AD-ASS-6	2
	Assessoria VII	AD-ASS-7	1
“B” VICE-PREFEITO	Assessoria III	AD-ASS-3	1
	Assessoria VI	AD-ASS-6	1
“C” PROCURADORIA	Procurador Geral do Município	N/C	1
	Subprocurador Geral do Município	N/C	1
	Assessoria Jurídica	AD-ASS-5	5
	Assessoria I	AD-ASS-1	2
	Assessoria III	AD-ASS-3	1
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
“D” SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	Secretário de Gestão Governamental	N/C	1
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
“E” SECRETARIA DE GOVERNO	Secretário de Governo	N/C	1
	Assessoria V	AD-ASS-5	1

"F" SECRETARIA DE ADMINIST. E FINANÇAS	Secretário de Administração e Finanças	N/C	1
	Assessoria VIII	AD-ASS-8	1
	Superintendente de Administração	N/C	1
	Superintenden- te de Recursos Humanos	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	2
	Assessoria I	AD-ASS-1	7
	Assessoria III	AD-ASS-3	4
	Assessoria IV	AD-ASS-4	11
	Assessoria V	AD-ASS-5	8
"G" SECRETARIA DE RECEITA E REGULARIZA- ÇÃO FUNDIÁRIA	Secretário de Re- ceita e Regulariza- ção Fundiária	N/C	1
	Superintendente de Adm. Tributária e Regularização Fundiária	N/C	1
	Presidente do Conselho de Con- tribuintes	N/C	1
	Assessoria I	AD-ASS-1	8
	Assessoria II	AD-ASS-2	1
	Assessoria III	AD-ASS-3	2
	Assessoria IV	AD-ASS-4	8
	Assessoria V	AD-ASS-5	4
"H" SECRETARIA DE PLANEJAMENTO HABITAÇÃO E PROJETOS	Secretário de Planejamento	N/C	1
	Superintendente de Habitação	N/C	1
	Assessoria I	AD-ASS-1	1
	Assessoria II	AD-ASS-2	1
	Assessoria IV	AD-ASS-4	5
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
"I" SECRETARIA DE INFRAESTRU- TURA	Secretário de Infraestrutura, Transportes e Defesa Civil	N/C	1
	Superintendente de Trânsito	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	4
	Assessoria II	AD-ASS-2	5
	Assessoria III	AD-ASS-3	24
	Assessoria IV	AD-ASS-4	4
	Assessoria V	AD-ASS-5	10
"J" SECRETARIA DE DESENVOLVI- MENTO DA AGRICULTURA E DA PESCA	Secretário de Agricultura e Pesca	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	1
	Assessoria I	AD-ASS-1	4
	Assessoria IV	AD-ASS-4	6

"K" SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA	Secretário de Saúde e Medicina Preventiva	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	1
	Assessoria I	AD-ASS-1	13
	Assessoria III	AD-ASS-3	14
	Assessoria IV	AD-ASS-4	14
	Assessoria V	AD-ASS-5	7
	Chefia de Unidade Básica	AD-CH-8	19
"L" SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretário de As- sistência Social	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	2
	Assessoria I	AD-ASS-1	6
	Assessoria II	AD-ASS-2	1
	Assessoria III	AD-ASS-3	6
	Assessoria IV	AD-ASS-4	8
	Assessoria V	AD-ASS-5	6
	Conselheiro Tutelar	AD-CT-5	5
"M" SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Secretária de Edu- cação e Cultura	N/C	1
	Superintendência de Educação	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	4
	Assessoria I	AD-ASS-1	2
	Assessoria III	AD-ASS-3	6
	Assessoria IV	AD-ASS-4	5
	Assessoria V	AD-ASS-5	8
"N" SECRETARIA DE DESENVOLVI- MENTO DA REGIÃO SUL E TURISMO	Secretário da Re- gião Sul e Turismo	N/C	1
	Superintendência da Região Sul	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	2
	Assessoria I	AD-ASS-1	3
	Assessoria II	AD-ASS-2	15
	Assessoria III	AD-ASS-3	1
	Assessoria IV	AD-ASS-4	1
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
"O" SECRETARIA DE DESENVOLVI- MENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO TÉCNOLOGIA E INOVAÇÃO	Secretário de Desenv. Indústria, Comércio.	N/C	1
	Direção Geral	AD-DG	1
	Assessoria IV	AD-ASS-4	1
	Assessoria III	AD-ASS-3	1
	Assessoria V	AD-ASS-5	1
"P" SECRETARIA REGIONAL DA PONTE DE IMARUIM, ESPORTE E LAZER	Secretário Regio- nal da Ponte de Imaruim, esporte e lazer	N/C	1
	Assessoria I	AD-ASS-1	2
	Assessoria III	AD-ASS-3	3
	Assessoria IV	AD-ASS-4	3

"Q"	SECRETARIA REGIONAL DO MADRI e CAMINHOS NOVO	Secretário Regional do Madri	N/C	1
"R"	SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO E RENDA	Secretário do Trabalho, Emprego e Renda.	N/C	1

	DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
"S"	FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA	Diretor Executivo	N/C	1
		Assessoria I	AI-ASS-1	1
		Assessoria V	AI-ASS-5	2
"T"	FUNDAÇÃO CAMBIRELA DO MEIO AMBIENTE	Superintendente	N/C	1
		Assessoria I	AI-ASS-1	1
		Assessoria III	AI-ASS-3	1
		Assessoria IV	AI-ASS-4	4
"U"	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PALHOÇA	Diretor Executivo	N/C	1
		Assessoria IV	AI-ASS-4	1
		Assessoria V	AI-ASS-5	1
"V"	ÁGUAS DE PALHOÇA	Superintendente	N/C	1
		Assessoria I	AI-ASS-1	1
		Assessoria III	AI-ASS-3	2
		Assessoria IV	AI-ASS-4	1

CERTIDÃO DE SANÇÃO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

CERTIDÃO PARA SANÇÃO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SEM EMENDA

Certifico para os devidos fins que procedi a conferência minuciosa do Projeto de Lei Complementar n. 83/2011, publicado aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 2011, constatando que não houve emendas e procedendo a sanção nos termos idênticos a redação final do referido projeto, dando origem a Lei Complementar n. 115, de 14 de dezembro de 2011, de acordo com o Projeto de Lei Complementar publicado e encaminhado pelo Poder Legislativo Municipal.

Secretaria de Governo, 14 de dezembro de 2011.

Secretário de Governo

Assistente Administrativo

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 135/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº135/11 Modalidade: Pregão Presencial nº15/11. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2012. Entrega do Envelopes : 05/01/2012, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 05/01/2012 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610. Palmitos 01 de julho de 2011. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto 041-2011

DECRETO Nº 41/2011

Autoriza a suplementação de dotação no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 20.000,00
26.782.0031.2.029 - Manutenção da secretaria de Obras R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de dezembro de 2011.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 22 de dezembro de 2011.

Zenita Feliciano da Silva
Secretária Municipal de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.569, de 20 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.569, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0201 Secretaria de Administração e Planejamento
0201.04 Administração
0201.04.122 Administração Geral
0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento
31900000 Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0100

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação
0202.12.392 Difusão Cultural
0202.12.392.0014 Acervo Cultural
0202.12.392.0014.1046 Reforma do Museu Municipal
44900000 Aplicações Diretas .R\$ 59.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação
0202.12.306 Alimentação e Nutrição
0202.12.306.0013 Merenda Escolar
0202.12.306.0013.2043 Programa Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação
0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar
31910000 Aplicações Diretas .R\$ 16.000,00
Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
0202 Secretaria de Educação
0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental
0202.12.361.0008 Educação Básica
0202.12.361.0008.2026 Manutenção da Educação Básica
33900000 Aplicações Diretas .R\$ 43.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.572, de 20 de Dezembro de 2011.

LEI Nº 1.572, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

02 - Chefia Do Executivo
02.04 - Secretaria de Transportes e Urbanismo
02.04. 15 - Urbanismo
02.04.15.452 - Serviços Urbanos
02.04.15.452.0019 - Energia Elétrica
02.04.15.452.0019.2061 - Manutenção de Iluminação Pública
3371.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte: 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária Da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais):

02 - Chefia Do Executivo
02.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
02.01. 23 - Comercio e Serviços
02.01.23.695 - Turismo
02.01.23.695.0005 - Promoção ao Turismo
02.01.23.695.0005.2015 - Manutenção do Turismo
3390.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.500, de 19 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.500, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 16º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 29.676,36 (Vinte e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria da Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.361 Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008 Educação Básica
 0202.12.361.0008.2030 Aplicação Recursos do Fundeb
 31900000 Aplicações Diretas R\$ 29.676,36
 Fonte 0118.0

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 29.676,36 (Vinte e nove mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado até 19 de Dezembro de 2011 na fonte de recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.501, de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.501, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 396,00 (Trezentos e noventa e seis reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
 Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria de Educação
 Função: 12 - Educação
 Subfunção: 367 - Educação Especial
 Programa: 1012 - educação Especial
 Atividade: 2042- Contribuição e Manutenção da APAE
 Modalidade de Aplicação: 3350-0000
 Fonte: 0101 R\$ 396,00

Total Suplementado R\$ 396,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 396,00 (Trezentos e noventa e seis reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2010, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100 - Exercício de 2010.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 20 DE

DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.502, de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.502, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 17º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0201 Secretaria de Administração e Planejamento
 0201.04 Administração
 0201.04.122 Administração Geral
 0201.04.122.0002 Administração e Planejamento
 0201.04.122.0002.2003 Manutenção da Sec. de Administração e Planejamento
 31900000 Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0100

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.392 Difusão Cultural
 0202.12.392.0014 Acervo Cultural
 0202.12.392.0014.1046 Reforma do Museu Municipal
 44900000 Aplicações Diretas .R\$ 59.000,00
 Fonte de Recursos 0101

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.306 Alimentação e Nutrição
 0202.12.306.0013 Merenda Escolar
 0202.12.306.0013.2043 Programa Merenda Escolar
 33900000 Aplicações Diretas .R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.361 Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008 Educação Básica
 0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar
 31910000 Aplicações Diretas .R\$ 16.000,00
 Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202 Secretaria de Educação
 0202.12 Educação
 0202.12.361 Ensino Fundamental
 0202.12.361.0008 Educação Básica
 0202.12.361.0008.2026 Manutenção da Educação Básica

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 43.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.503, de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.503, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Municipal 1.572/2011 de 20 de dezembro de 2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

02 - Chefia Do Executivo
02.04 - Secretaria de Transportes e Urbanismo
02.04. 15 - Urbanismo
02.04.15.452 - Serviços Urbanos
02.04.15.452.0019 - Energia Elétrica
02.04.15.452.0019.2061 - Manutenção de Iluminação Pública
3371.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte: 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária Da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais):

02 - Chefia Do Executivo
02.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
02.01. 23 - Comercio e Serviços
02.01.23.695 - Turismo
02.01.23.695.0005 - Promoção ao Turismo
02.01.23.695.0005.2015 - Manutenção do Turismo
3390.0000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 255 , de 16 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº 255 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Processo Administrativo nº 060/2011, que tem por objeto concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º Determina abertura de processo administrativo para fins de

avaliar os seguintes bens imóveis:

I - UM TERRENO URBANO, medindo 1.500 m² (hum mil e quinhentos metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Vila Bressan, o qual faz parte da área maior medindo 63.860,50 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará - SC, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;
II - Aldir Rech, Secretário de Agricultura;
III - Ronaldo Regalin, engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 02 (dois) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 256 , de 16 de Novembro de 2011.

PORTARIA Nº 256 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Processo Administrativo nº 059/2011, que tem por objeto concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º Determina abertura de processo administrativo para fins de avaliar os seguintes bens imóveis:

I - UM TERRENO URBANO, medindo 1.000 m² (hum mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Vila Bressan, o qual faz parte da área maior medindo 63.860,50 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará - SC, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;
II - Aldir Rech, Secretário de Agricultura;
III - Ronaldo Regalin, engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 02 (três) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 268, de 06 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº 268, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Processo Administrativo nº 064/2011, que tem por objeto concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º Determina abertura de processo administrativo para fins de avaliar os seguintes bens imóveis:

I - UM TERRENO URBANO, medindo 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Vila Bressan, o qual faz parte da área maior medindo 63.860,50 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará - SC, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;
II - Valdemar Bogoni, Secretário de Obras e Transportes;
III - Ronaldo Regalin, engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 02 (dois) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de dezembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 269, de 06 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº 269, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Processo Administrativo nº 065/2011, que tem por objeto concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º Determina abertura de processo administrativo para fins de avaliar os seguintes bens imóveis:

I - UM TERRENO URBANO, medindo 6.000 m² (seis mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Vila Bressan, o qual faz parte da área maior medindo 63.860,50 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará - SC, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;
II - Valdemar Bogoni, Secretário de Obras e Transportes Agricultura;
III - Ronaldo Regalin, engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 02 (dois) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 16 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 270, de 06 de Dezembro de 2011.

PORTARIA Nº 270, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o Processo Administrativo nº 066/2011, que tem por objeto concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais,

RESOLVE:

Art. 1º Determina abertura de processo administrativo para fins de avaliar os seguintes bens imóveis:

I - UM TERRENO URBANO, medindo 3.000 m² (tres mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Vila Bressan, o qual faz parte da área maior medindo 63.860,50 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará - SC, matrícula nº 6.567.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Hadriel Dalmolin, Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;
II - Valdemar Bogoni, Secretário de Obras e Transportes;
III - Ronaldo Regalin, engenheiro da AMARP.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 02 (dois) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de dezembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 285, de 16 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 285, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 046/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 046/2011, modalidade pregão presencial, a contratação de serviços técnicos (mão-de-obra) para execução de serviços de pintura das instalações dos prédios escolares (partes internas e externas) do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, e adjudica o objeto licitado à empresa RAFA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PINTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.024.056/0001-50, pelo preço global de R\$ 16.320,00 (dezeses mil e trezentos e vinte reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 294, de 20 de Dezembro de 2011

PORTARIA Nº 294, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

HOMOLOGA O RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 011/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o item 6.4 do edital de processo seletivo n.º 011/2011, RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo para provimento em caráter temporário de assistente social, sob regime especial, edital de processo seletivo n.º 011/2011, na forma do quadro abaixo:

NOME	NOTA	CLASSIF.
Marlene Botega	6,8	1º
Ivonete Zanferrari	6,4	2º

Zeli Piva	5,6	3º
Fátima Dia das Neves	5,2	4º
Ilva Rosseto da Silva	4,8	5º
Andreia Cordeiro	4,4	6º

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 20 DE DEZEMBRO DE 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 957/2011

DECRETO Nº 957/2011

"Decreta ponto facultativo no Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 23 e 30 de dezembro do ano em curso, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial, especificamente a Secretaria de Saúde e Saneamento Básico, Secretaria de Educação e Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de dezembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 089/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 089/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 111/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2011 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 30.430,00 (trinta mil quatrocentos e trinta reais).

Data e assinatura do contrato: 13 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 090/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 090/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 112/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 31/12/2011 a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 17.456,00 (dezesete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Data e assinatura do contrato: 13 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 091/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 091/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 113/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Contratado: COMERCIAL STORINNY ME

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 10 dias a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 18.907,25 (dezoito mil novecentos e sete reais e vinte e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 14 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 092/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 092/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 029/2011.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 398/2011, 399/2011, 400/2011 e 401/2011.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 8.761,14 (oito mil setecentos e sessenta e um reais e quatorze centavos).

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 093/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 093/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 029/2011.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 402/2011, 403/2011 e 404/2011, DOCUMENTO ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

Contratado: CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 12.807,80 (doze mil oitocentos e sete reais e oitenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 094/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 094/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 029/2011.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 405/2011 e 406/2011, DOCUMENTO ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

Contratado: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 3.833,00 (três mil oitocentos e trinta e três reais).

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 095/2011 - SAÚDE

Extrato de Contrato Nº 095/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 029/2011.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO Nº 407/2011 e 408/2011, DOCUMENTO ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

Contratado: PRO-DIET FARMACEUTICA LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos medicamentos, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais).

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2011.

Albert Stadler

Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 1000/2011 - RH

PORTARIA Nº 1000, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliane Soares Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1002/2011 - RH

PORTARIA Nº 1002, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denize Drosdoski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1003/2011 - RH

PORTARIA Nº 1003, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Tandler dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1004/2011 - RH

PORTARIA Nº 1004, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daniele de Oliveira Slomp, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1005/2011 - RH

PORTARIA Nº 1005, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daniele Ângela Misau, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1006/2011 - RH

PORTARIA Nº 1006, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudia Brande Casagrande, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º

anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1007/2011 - RH

PORTARIA Nº 1007, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Claudete Rodrigues Vieira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1008/2011 - RH

PORTARIA Nº 1008, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cátia Carolina Muller, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1009/2011 - RH

PORTARIA Nº 1009, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Anisia Kozakiewicz, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1010/2011 - RH

PORTARIA Nº 1010, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Alice Aparecida Chaikoski Olbertz, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1011/2011 - RH

PORTARIA Nº 1011, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE GESTÃO de Diretor de Núcleo de Educação Infantil, sobre 40 (quarenta) horas semanais, à servidora Joseane Cristina Jung Bereza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil (20 horas semanais) e Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais (20 horas semanais), de acordo com o Art 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, alterada pela Lei Municipal nº 3.929 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º A servidora mencionada no Artigo anterior, exercerá suas atividades de Diretora no Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º Revoga a Portaria nº 945, de 01 de dezembro de 2011.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1012/2011 - RH

PORTARIA Nº 1012, de 19 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Luiza Aparecida de Assis Oliveira, das funções do cargo de Médico (Psiquiatra), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1013/2011 - RH

PORTARIA Nº 1013, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréa Aparecida Bueno da Silva, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1014/2011 - RH

PORTARIA Nº 1014, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ângela Maria Marcelo dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1015/2011 - RH

PORTARIA Nº 1015, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marili Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1016/2011 - RH

PORTARIA Nº 1016, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1017/2011 - RH

PORTARIA Nº 1017, de 20 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iria Vier Orth, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1018/2011 - RH

PORTARIA Nº 1018, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Cátia Aparecida Píala Moskvíak, do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1020/2011 - RH

PORTARIA Nº 1020, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Andréa Arlete Scheramp, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1021/2011 - RH

PORTARIA Nº 1021, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cibele Cristina Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1022/2011 - RH

PORTARIA Nº 1022, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Clenir Aparecida Rodrigues, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1023/2011 - RH

PORTARIA Nº 1023, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Denise Maria Soares dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1024/2011 - RH

PORTARIA Nº 1024, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Maria Lurdes Krik, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1025/2011 - RH

PORTARIA Nº 1025, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marli de Freitas, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1026/2011 - RH

PORTARIA Nº 1026, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marta Bezerra Klambunde, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1027/2011 - RH

PORTARIA Nº 1027, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Misleine Wolf, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1028/2011 - RH

PORTARIA Nº 1028, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Soely Terezinha de Freitas, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1029/2011 - RH

PORTARIA Nº 1029, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sueli Taiane Vicentim das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1030/2011 - RH

PORTARIA Nº 1030, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Tatiane Alves do Prado, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1031/2011 - RH

PORTARIA Nº 1031, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Nelci Schneider, das funções do cargo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1032/2011 - RH

PORTARIA Nº 1032, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iraneide Maria dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1033/2011 - RH

PORTARIA Nº 1033, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Ivete Aparecida Lopes, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 1034/2011 - RH

PORTARIA Nº 1034, de 21 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vera Grundmann Debacker, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 966/2011 - RH

PORTARIA Nº 966, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Luana Santos, das

funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 967/2011 - RH

PORTARIA Nº 967, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Leila de Paula Zulkiewicz, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 968/2011 - RH

PORTARIA Nº 968, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Keli Maria Boraski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 969/2011 - RH

PORTARIA Nº 969, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Josilde Tusset, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 970/2011 - RH

PORTARIA Nº 970, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Joelma Cristina Batista Nakalski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 971/2011 - RH

PORTARIA Nº 971, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jaqueline Maria Cardoso, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 972/2011 - RH

PORTARIA Nº 972, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jaqueline Cândida Balardini, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 973/2011 - RH

PORTARIA Nº 973, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Henriette Cristine Bonfleur, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 974/2011 - RH

PORTARIA Nº 974, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Franciane Flaresso Machado, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 975/2011 - RH

PORTARIA Nº 975, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Fabiane Karin de Souza Mirowski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Reforço Escolar), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 976/2011 - RH

PORTARIA Nº 976, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Erilde Kreuzberg Wilhelms, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação de Jovens e Adultos), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 977/2011 - RH

PORTARIA Nº 977, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elaine Mara Karpinski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 978/2011 - RH

PORTARIA Nº 978, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Dilmar Bloot, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 979/2011 - RH

PORTARIA Nº 979, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Yara Pinto Ferreira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 980/2011 - RH

PORTARIA Nº 980, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vilson Marschalk, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 981/2011 - RH

PORTARIA Nº 981, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Verônica Maina da Silva Homczinski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 982/2011 - RH

PORTARIA Nº 982, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Vanessa Aparecida Becker Jack, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 983/2011 - RH

PORTARIA Nº 983, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Tatiane Alves do

Prado, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 984/2011 - RH

PORTARIA Nº 984, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Sonia Aparecida Gonsalves Souza, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 985/2011 - RH

PORTARIA Nº 985, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rosemeri Aparecida Fediuk Bugenski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 986/2011 - RH

PORTARIA Nº 986, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II,

Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rosande de Moraes, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 987/2011 - RH

PORTARIA Nº 987, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Patrícia Glixinski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 988/2011 - RH

PORTARIA Nº 988, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Patrícia Dobler, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 989/2011 - RH

PORTARIA Nº 989, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Patrícia de Fátima Reisdorfer, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 990/2011 - RH

PORTARIA Nº 990, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Norma Parastchuk Gibinski, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 991/2011 - RH

PORTARIA Nº 991, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Mônica Fragoso de Almeida, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 992/2011 - RH

PORTARIA Nº 992, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Marta Bezerra Klambunde, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 993/2011 - RH

PORTARIA Nº 993, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Lusimari de Fátima Carraro Sedor, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 994/2011 - RH

PORTARIA Nº 994, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Lucia Paolyck, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 995/2011 - RH

PORTARIA Nº 995, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Juliana Santana, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 996/2011 - RH

PORTARIA Nº 996, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Isolete da Luz da Cunha, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 997/2011 - RH

PORTARIA Nº 997, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Gisella Arruda de Oliveira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 998/2011 - RH

PORTARIA Nº 998, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Erica Rogenski de Faria, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria N.º 999/2011 - RH

PORTARIA Nº 999, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Emanueli Cristina Weber StremLOW, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria Nº 1001/2011 - RH

PORTARIA Nº 1001, de 16 de dezembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Elenita Teixeira, das

funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de dezembro de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Processo Licitatório 101/2011 Revogação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 101/2011
Tomada de Preços 014/2011
Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art. 49 da lei 8.666/93. Porto União SC, 21 de Dezembro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar nº 232/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 232, de 08 de dezembro de 2011.

"ALTERA E ACRESCENTA ARTIGOS A LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2.006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cria no Título I, Capítulo V, a Seção I, altera o Art. 63 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2.006 com suas alterações posteriores, e acrescenta o Art. 63 A os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO I
DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SEÇÃO I
DA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

Art. 63 A Zona Especial de Interesse Social é um instrumento urbanístico que se constitui de áreas para a promoção de regularização fundiária e produção de habitação e loteamento popular, destinadas à população de baixa renda.

§ 1º Lei Municipal, com fulcro neste Plano Diretor, estabelecerá os critérios para delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social e do conteúdo mínimo dos Planos Urbanísticos.

§ 2º Deverá ser elaborado um Plano Urbanístico próprio para cada área caracterizada como ZEIS.”

“Art. 63 A A instituição de Zonas Especiais de Interesse Social dentro do Município de Rio do Sul será permitida, apenas, nos casos de cumprimento dos objetivos dispostos nesta Lei e desde que obedecidos os critérios estabelecidos em Lei Municipal Específica.

Art. 2º Renumerar para SEÇÃO II a atual SEÇÃO I, no TÍTULO I, CAPÍTULO V do Art. 64 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2.006, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**“TÍTULO I
DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**

**CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**SEÇÃO II
DO USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO**

Art. 64 ()

“

Art. 3º É acrescentado no Título IV, Capítulo III da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2.006, com suas alterações posteriores, a Seção VI Das Zonas de Interesse Social e os Arts. 512 A , 512 B, 512 C, 512 D, com a seguinte redação:

**SEÇÃO VI
Das Zonas de Interesse Social**

Art. 512 A - As Zonas Especiais Interesse Social - ZEIS, são áreas do território municipal destinadas prioritariamente à regularização fundiária, urbanização e à produção e manutenção de habitação de interesse social - HIS, bem como à implantação de loteamentos de interesse social, subdividindo-se em duas categorias:

a - ZEIS 1 - áreas ocupadas por assentamentos de população de baixa renda na zona urbana, caracterizadas pelo interesse público na regularização fundiária e recuperação urbanística; e
b - ZEIS 2 - imóveis não edificadas ou subutilizadas, localizadas na zona urbana, necessárias à implantação de programas habitacionais de interesse social ou equipamentos públicos urbanos ou comunitários, os quais poderão ser objeto de aplicação do instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

Art. 512 B - A criação das Zonas Especiais de Interesse Social impede a elaboração de Plano de Urbanização específica para intervenção em cada área, que deverá ser aprovado mediante Decreto do Poder Executivo e deverá conter no mínimo:

I - diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e instalação de infra-estrutura urbana, respeitadas as normas técnicas pertinentes;
II - diagnóstico da ZEIS que contenha análise físico-ambiental, análise urbanística com levantamento planialtimétrico e caracterização socioeconômica da população residente;
III - os projetos básicos e as intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física da área, incluindo, de acordo com as características locais, sistema de abastecimento de água e solução para o esgoto, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao habitacional;
IV - análise da condição jurídica das edificações, em face da legislação municipal, estadual e federal, e da regularidade da posse

dos habitantes da área;

V - levantamento da condição de segurança e da sustentabilidade ambiental das edificações, bem com avaliação da necessidade de relocação de ocupações irregulares;

VI - plano de Regularização Fundiária, incluindo projetos de loteamento, outorga de concessões de uso especial para fim de moradia e/ou assistência jurídica à população de baixa renda para a obtenção judicial de usucapião especial de imóvel urbano;

VII - previsão de fontes de recursos para execução dos projetos da ZEIS.

Parágrafo Único - Poderão ser previstos, na forma do inciso VII deste artigo, recursos financeiros oriundos do orçamento municipal, estadual ou federal ou da iniciativa privada para custeio da implantação de planos urbanísticos específicos.

Art. 512 C - Quando for necessária a implantação de novos loteamentos em ZEIS, o projeto de parcelamento, a constar do Plano de Urbanização Específica referido no artigo anterior, deverá observar os seguintes requisitos:

I - o parcelamento do solo nas ZEIS não será permitido nas áreas que apresentem risco à saúde ou à vida, em especial:

a) em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, salvo aqueles objeto de intervenção que assegure a drenagem e o escoamento das águas;
b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, salvo se previamente saneados;
c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo aqueles objeto de intervenção que assegure a contenção das encostas, atestando a viabilidade da urbanização;
d) em terrenos onde não é recomendada a construção devido às condições físicas ou em áreas em que a degradação ambiental impeça condições sanitárias adequadas à moradia digna;
e) nas áreas encravadas, sem acesso à via pública;

II - as dimensões das ruas projetadas deverão obedecer às determinações já constantes na legislação municipal, preservando, preferencialmente, as medidas das ruas dos loteamentos lindeiros, especialmente quando se tratar de sequência de ruas já existente;
III - tamanho do lote mínimo de 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrado);

IV - taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento);

V - índice de aproveitamento de 2,00(dois).

Art. 512 D - Quando a área atingida pela ZEIS demandar apenas a manutenção da população local nos loteamentos existentes, o Plano de Urbanização Específica poderá promover a regularização fundiária mediante a regulamentação de parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo próprios e específicos, distintos daqueles mencionados no artigo anterior, e dos constantes nas demais leis urbanísticas vigentes, desde que atendidas as normas da legislação ambiental estadual e federal pertinente.

Parágrafo Único - Os parâmetros urbanísticos e a regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são determinados e executados com a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, assessorados pelo Conselho do Plano Diretor e junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
08 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 233/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, de 20 de dezembro de 2011.

"ALTERA PISO MÍNIMO MUNICIPAL E TABELA SALARIAL PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2.010".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado para R\$ 675,84 (seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) o valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º Altera a tabela salarial de que trata a Lei Complementar nº 208 de setembro de 2.010, a qual passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 na conformidade com o disposto no Anexo X, parte integrante desta Lei Complementar, por decorrência da concessão aos servidores públicos municipais de 6,18 % (seis virgula dezoito por cento), a título de revisão geral anual,

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

20 de dezembro de 2.011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO X

TABELA SALARIAL

Anexo X da Lei Complementar n. 208/2010 alterado pela Lei Complementar 233, de 20 de dezembro de 2011.

Cargos Efetivos

Nível	Coeficiente	Vencimento
A	1,000	675,84
B	1,167	788,48
C	1,333	901,12
D	1,500	1013,76
E	2,000	1351,68
F	2,750	1858,56
G	3,375	2280,96
H	4,500	3041,28
I	5,250	3548,16
J	6,750	4561,92
K	13,500	9123,84

Cargos em Comissão

Nível	Coeficiente	Vencimento
C1	11,940	8069,62
C2	9,000	6082,56
C3	7,600	5136,38
C4	5,500	3717,12
C5	5,250	3548,16
C6	4,800	3244,03
C7	4,300	2906,11
C8	4,000	2703,36
C9	3,000	2027,52
C10	1,800	1216,51

Lei Complementar nº 234/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 234, de 20 de dezembro de 2011.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2.001, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga o inciso III e altera o parágrafo 2º do Art. 12-A da Lei Complementar nº 075 de 20 de novembro de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 159/2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art.12 A (..)

III - revogado

§ 2º A progressão funcional após observância e cumprimento dos itens I, e II, especificados no parágrafo 1º deste artigo, uma vez atingida a média aritmética correspondente a 7 (sete), será concedida ao titular de cargo da carreira que tenha cumprido o interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício na função.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

20 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 235/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, de 20 de dezembro de 2011.

"ALTERA A JORNADA DE TRABALHO DO CARGO EFETIVO DE ADVOGADO (EM EXTINÇÃO) DESCRITO NO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2010 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a jornada de trabalho do cargo efetivo de Advogado (em extinção), demonstrado no Anexo I da Lei Complementar nº 208 de 28 de Setembro de 2010, passando de 40 horas para 20 horas semanais.

Art. 2º - Os atuais ocupantes do cargo de Advogado (em extinção) devem, expressamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, optar pelo vencimento mensal de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) correspondente a carga horária de 40 horas, ou o vencimento mensal de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para a carga horária de 20h semanais, conforme Anexo X da Lei Complementar nº 208 de 28 de Setembro de 2010.

Parágrafo Único: Se do requerimento do servidor, o qual será dirigido ao Departamento de Recursos Humanos, resultar alteração de vencimentos, proceder-se-á, inclusive, a alteração de nível conforme determina a Lei Complementar nº 208 de 28 de Setembro de 2010, com efeitos financeiros no mês subsequente ao recebimento do requerimento.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 236/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 236, de 20 de dezembro de 2011.
"DEFINE A PAUTA DE VALORES DO IPTU E ITBI PARA O ANO DE 2.012"

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal utilizar para os lançamentos relativos ao exercício de 2012, do IPTU e ITBI, a mesma base de cálculo do ano de 2.011 expressos no Anexo I, Tabela I, a que se refere o inciso I do artigo 204, bem como da Tabela II, anexo IV, do artigo 235, ambos da Lei Complementar n. 110/2003.

Art. 2º - Para o cálculo final do Imposto será aplicada a correção da UFM para o exercício de 2.012, conforme Decreto n. 2.190/11.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2.011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.242/2011

LEI Nº 5.242, de 20 de dezembro de 2011.
"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO HOSPITAL E MATERNIDADE SAMÁRIA".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao HOSPITAL E MATERNIDADE SAMÁRIA DE RIO DO SUL, entidade declarada de utilidade pública através.

Parágrafo único - O valor total da subvenção é referida no artigo 1º, será de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I - R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da presente Lei.

Art.2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

40.01.2078.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde..

Art. 3º - A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao custeamento de despesas com manutenção e execução de programas sociais e manutenção da sede.

Art. 4º - A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na

forma da Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.243/2011

LEI Nº 5.243, de 20 de dezembro de 2011.
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), para pagamento da Ação de Execução de Sentença n. 054.04.008306-7, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.01	Procuradoria Jurídica	
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 105.000,00
Total	R\$	105.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
90.01	Reserva de Contingência - Prefeitura	
9.001	Reserva de Contingência - Prefeitura	
9.0.0.0.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9.0.0.00	Reserva de Contingência	
9.9.9.9.00	Reserva de Contingência	R\$ 105.000,00
TOTAL	R\$	105.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.244/2011

LEI Nº 5.244, de 20 de dezembro de 2011.
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL	
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul	
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins	
Lucrativos	R\$ 20.100,00	
Total	R\$ 20.100,00	

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam a-nuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.100,00 (vinte mil e cem reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural do Município de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL	
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul	
1.040	Projetos Culturais - Contrapartida Federal	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações DiretasR\$ 7.350,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	
4.4.90.00	Aplicações DiretasR\$ 3.150,00	
1.043	Projetos Culturais - Contrapartida Estadual	
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00	Aplicações DiretasR\$ 7.350,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00	INVESTIMENTOS	
4.4.90.00	Aplicações DiretasR\$ 3.150,00	
TOTAL	R\$ 20.100,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.245/2011

LEI Nº 5.245, de 20 de dezembro de 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROMOVER RESARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar à Adriano Alves dos Santos, referente a despesas de recuperação dos estragos de seu veículo, causados em razão de buraco na via pública, valor de R\$ 446,01 (quatrocentos e quarenta e seis reais e um centavo).

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.246/2011

LEI Nº 5.246, de 20 de dezembro de 2011.

"ALTERA O PARÁGRAFO 2º DO ART. 11 DA LEI Nº 3.699/2001,

ALTERADO PELA LEI Nº 4.376/2006, QUE DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA JARI MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o parágrafo 2º do Art. 11 da Lei nº 3.699/2001, alterado pela Lei nº 4.376/2006, e insere o Parágrafo 5º os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 (..)

§ 2º. Fica estipulado uma gratificação equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do piso mínimo municipal, por efetiva participação em cada reunião para os Membros que atuam na Jari municipal, vedado o recebimento quando forem servidores públicos federais, estaduais ou municipais e as reuniões realizadas no horário de trabalho dos mesmos.

§ 5º O valor da gratificação identificada no § 2º deste Artigo, quando o Membro for servidor efetivo do Poder Executivo Municipal não incorpora ao vencimento, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.247/2011

LEI Nº 5.247, de 20 de dezembro de 2011.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MU-NICIPAL A PARCELAR APOORTE FINAN-CEIRO DESTINADO AO REGIME PRÓ-PRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL , CUJA UNIDADE GESTORA É O FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES- FAP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar, nos termos desta Lei, o valor do aporte financeiro destinado ao Regime Próprio de Previdência Social, cuja Unidade Gestora é o Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, em razão do resultado da Avaliação Atuarial, apurado em 31 de julho de 2.011.

Parágrafo único. O aporte financeiro refere-se a insuficiência de cobertura das Provisões Matemáticas do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, relativo a data mencionada no caput deste artigo.

Art. 2º O valor nominal do aporte necessário apurado em 31.07.2011 é de R\$ 8.429.827,46 (Oito milhões quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos).

§1º O valor mencionado do caput será atualizado até 31 de dezembro de 2011, cujo montante será parcelado em 420 (quatrocentos e vinte) meses consecutivos, pelo Sistema Francês de Amortização, com atualização monetária pela variação do INPC -Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo IBGE.

§2º A taxa de juros utilizada no financiamento para apuração das parcelas de-vidas será de 6% ao ano ou a sua equivalente mensal.

Art. 3º As parcelas para pagamento da amortização e dos juros terão vencimento no último dia de cada mês, vencendo-se a primeira parcela em 31/01/2012 e a última em 31/01/2047.

Art. 4º No período que compreende 31/07/2011 a 31/12/2011, o valor do aporte será atualizado considerando a variação acumulada do INPC e juros de 0,4867551% ao mês.

Art. 5º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 6º Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substituto, compatível com as necessidades atuariais do Fundo de Aposentadoria e Pensões-FAP.

Art. 7º Se os critérios de parcelamento previstos nesta Lei resultarem em de-sequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 8º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao aporte financeiro parcelado nos termos da presente Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 9º Os recursos financeiros para a execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.248/2011

LEI Nº 5.248, de 20 de dezembro de 2011.

“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS AOS EM-PREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXE-CUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Em conformidade ao disposto no Art. 37, inciso X da Constituição Fede-ral, fica concedido revisão geral anual, no percentual de 6,18% (seis, vírgula dezoito por cento) a partir de 1º de janeiro de 2.012, incidente sobre os valores das tabelas de vencimento dos servidores públicos municipais e a dos empregados públicos, do Poder Executivo Municipal (Administração direta e indireta) e do Poder Legislativo.

§ 1º. Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto nesta Lei, aos subsídios dos Agentes Políticos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice- Prefeito, Secretários Municipais) e do Poder Legislativo (Vereadores)

§ 2º. As disposições da presente Lei são extensivas a todos os

proventos de aposentadoria e pensões dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem di-reito a paridade.

§ 3º. O percentual fixado no caput neste artigo, é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de dezembro de 2.010 à novembro de 2.011.

Art.2º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento em vigor, su-plementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.249/2011

LEI Nº 5.249, de 20 de dezembro de 2011.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL RECEBER POR DOAÇÃO DO SENHOR HELIO DANTES DE SOUZA, UMA ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVI-DÊNCIAS”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Autoriza o Município de Rio do Sul receber por doação do senhor HELIO DANTES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº: 009.184.589-00, residente e domiciliado à Rua Brusque nº: 281, Bairro Bremer, nesta cidade, uma área de terra, contendo 744,50m² (setecentos e quarenta e quatro metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), que faz parte de um todo maior de 6.140,00m² (seis mil, cento e quarenta metros quadrados), localizado no Beco Piçarras, Bairro Bremer, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº: 3.949, com as seguintes medidas e confrontações:

Frente em 13,30m (treze metros e trinta decímetros) com o Beco Piçarras ;

Fundos em 12,01m (doze metros e um decímetro) com o final da Rua Plásio Bilk Júnior ;

Lado Direito com três linhas retas quebradas, sendo a primeira linha em 14,12m (quatorze metros e doze decímetros), a segunda linha em 46,42m (quarenta e seis metros e quarenta e dois decímetros) e a terceira linha em 1,33m (um metro e trinta e três decímetros), todas com a área remanescente (2) de Helio Dantes de Souza e Erica Oderdenge de Souza ;

Lado Esquerdo com duas linhas retas quebradas, sendo a primeira linha em 18,68m (dezoito metros e sessenta e oito decímetros) e a segunda linha em 43,54m (quarenta e três metros e cinquenta e quatro decímetros), ambas com a área remanescente (1) de Helio Dantes de Souza e Erica Oderdenge de Souza.

Art. 2º - A área acima mencionada, objeto da presente doação, destina-se ex-clusivamente para o prolongamento do Beco Piçarras.

Art. 3º - A área em questão foi avaliada em R\$ 111.675,00 (cento e onze mil, seiscentos e setenta e cinco reais), conforme Laudo de

Avaliação emitido pela comissão nomeada pelo Decreto nº: 2.073, de 30 de agosto de 2011, cujos anexos integram esta Lei.

Art. 4º - As despesas necessárias para a concretização dos objetivos desta lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.250/2011

LEI Nº 5.250, de 20 de dezembro de 2011.

“CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DESAMPARADOS -APAD.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Protetora dos Animais Desamparados - APAD, entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 5.170, de 26 de julho de 2011.

Parágrafo único - O valor total do auxílio financeiro referido no artigo 1º, será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e será repassado à Entidade em parcela única após a publicação da Lei.

Art.2º Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas relacionadas a programas de proteção de animais domésticos e/ou domesticados e também das despesas com ações preventivas para a conscientização da sociedade sobre os direitos dos animais.

Art. 4º A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.251/2011

LEI Nº 5.251, de 20 de dezembro de 2011.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara

de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto São Paulo Apóstolo de Rio do Sul, com sede nesta cidade, na Estrada São Bento, n. 805, no bairro Progresso, fundado em 20 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal
20 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2253/11

DECRETO Nº 2.253, de 09 de dezembro de 2011.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 347/93

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto Nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula 700.5-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios e MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula 1828.7-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo. Como suplentes, BRUNA LIVRAMENTO, matrícula 3555.0-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RÚBIA CRISTINA MOHR, matrícula 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador e MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula 4480-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art.2º - A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2253/11

DECRETO Nº 2.253, de 09 de dezembro de 2011.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 347/93

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto Nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUITHARDT, matrícula 700.5-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios e

MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula 1828.7-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo. Como suplentes, BRUNA LIVRAMENTO, matrícula 3555.0-01, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RÚBIA CRISTINA MOHR, matrícula 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador e MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula 4480-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2011.

MLTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2254/11

DECRETO Nº 2.254, de 09 de dezembro de 2011.
"DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Decreto Nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado como Pregoeiro o Sr. JOSÉ DEOLA, matrícula 181.3-04, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras, como titular e o Sr. MARCON KLEINHEMPEL, matrícula 2455.4-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios, como suplente.

Art. 2º- Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os funcionários; DANTE FACHINI, matrícula 31216-01, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Compras; DIESON FERNANDO MARQUEZ, matrícula 3522.0-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e LUIZ FERNANDO DAMASCENO CHAVES, matrícula 3306.5-01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º- O mandato do Pregoeiro bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário
GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2255/11

DECRETO Nº 2.255 de 09 de dezembro de 2011
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.91.00 Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 30.000,00

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTO

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2256/11

DECRETO Nº 2.256, de 09 de dezembro de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 133/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado do Edital de Tomada de Preços nº 133/2011, de 18/11/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto,

ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante LZK CONSTRUTORA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.256/2011

Tomada de Preços nº 133/11 de 18.11.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para repavimentação asfáltica da Rua João Ledra, com extensão de 5.050m² e construção de ciclo-faixa com extensão de 8.750m² - Sec. de Obras.

Preço: global

Participantes: LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decreto Nº 2257/11

DECRETO Nº 2.257, de 09 de dezembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 134/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Carta Convite nº 134/2011, de 28/11/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
09 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.257/2011

Carta Convite nº 134/11 de 12.11.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para repavimentação asfáltica da Rua João Marchi, bairro Santa Rita, com extensão de 1.320m² - Sec. de Obras.

Preço: global

Participantes: LZK CONSTRUTORA LTDA e TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decreto Nº 2258/11

DECRETO Nº 2.258, de 12 de dezembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 131/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado do Edital de Tomada de Preços nº 131/2011, de 16/11/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
12 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.258/2011

Tomada de Preços nº 131/11 de 16.11.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para implantação de sinalização viária turística rural - Sec. De Desenv. e Empreendedorismo.

Preço: global

Participantes: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decreto Nº 2259/11

DECRETO Nº 2.259, de 12 de dezembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 154/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
12 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2260/11

DECRETO Nº 2.260, de 13 de dezembro de 2011.

“CONCEDE INCENTIVO A SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICA LTDA.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICA LTDA, conforme o Protocolo Geral nº 130872/2011, incentivo na forma que segue:

- 05 (cinco) horas máquina, a serem executadas no Beco Sematel, bairro Taboão
- 50m³ de aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

13 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto Nº 2261/11

DECRETO Nº 2.261, de 13 de dezembro de 2011.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA PERTENCENTES A JOSÉ LOPES.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea “i” com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de indenização por desapropriação por via amigável ou judicial, uma área de terra com 176,15m² e outra com 63,00m², parte de um todo maior com 585,00², que consta pertencer a JOSÉ LOPES, localizadas na Rua Padre Francisco Spaeth, bairro Santana, neste município, matriculadas junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob o nº 42982.

Art. 2º - As áreas declaradas de Utilidade Pública no artigo anterior, destinam-se a regularização de rua existente sobre o lote 25 A do Loteamento Jardim Clara Coninck II.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

13 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2262/11

DECRETO Nº 2.262, de 13 de dezembro de 2011.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158/2011.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 158/2011. ficando o licitante LPA-LIMA\’S PRODUTORES ARTISTICAS LTDA contratado para realização do Show Musical Família Lima e Banda para o Show de Natal no dia 17/12/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

13 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2263/11

DECRETO Nº 2.263 de 13 de dezembro de 2011

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por conta do excesso de arrecadação nas Receitas Próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

13 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2264/11

DECRETO Nº 2.264 de 13 de dezembro de 2011

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta de excesso de arrecadação nas Transferências Recebidas, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

20.01 FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

2.072 Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
13 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2265/11

DECRETO Nº 2.265 de 13 de dezembro de 2011

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
13 de dezembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2266/11

DECRETO Nº 2.266, de 13 de dezembro de 2011.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA MIR TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA-EPP.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.201/2005,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa MIR TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA-EPP, localizada na Rodovia BR-470, bairro Canoas, entre a Ferro Sul e a Curt Schroeder, cadastro imobiliário nº 30745, matriculado no Registro de Imóveis sob o nº 25550, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inseridos nos autos do protocolo nº 126648/2011, incentivo econômico na forma que segue:

- isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação do projeto com área de 4.000m².

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
13 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo
Vlrm

Decreto Nº 2267/11

DECRETO Nº 2.267 de 13 de dezembro de 2011

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 39.235,00 (trinta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0002 Recursos da Saúde R\$ 39.235,00

TOTAL R\$ 39.235,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 39.235,00 (trinta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0002 Recursos da Saúde R\$ 39.235,00

TOTAL R\$ 39.235,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

13 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2268/11

DECRETO Nº 2.268, de 14 de dezembro 2011.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.229, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 346.304,22 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.0058 Aplicações Diretas R\$ 170.304,22

2.066 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.0058 Aplicações Diretas R\$ 176.000,00

Total R\$ 346.304,22

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 346.304,22 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e quatro reais e vinte e dois centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

1.027 Construção Escola Modelo II

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00.0058 Aplicações Diretas R\$ 346.304,22

Total R\$ 346.304,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

14 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2269/11

DECRETO Nº 2.269, de 14 de dezembro 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.230, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em virtude do Termo de Cooperação para Arrecadação e Repasse de Doações para as Vítimas das Enchentes, firmado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e o Banco Santander (Brasil) S/A, para a restauração e ampliação da infraestrutura do Centro Educacional Infantil Ruth Schroeder Ofh que atenderá a demanda do Centro Educacional Infantil Cantinho do Amor II, atingido e notoriamente danificado pelas chuvas ocorridas

no mês de setembro de 2011, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.099	RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO CEI RUTH SCHORE- DER OHF		
3.0.00.00	DESPESAS COR- RENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPE- SAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01.0069	Recursos Educa- ção Doações	R\$	100.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01.0069	Recursos Educa- ção Doações	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2272/11

DECRETO Nº 2.272 de 14 de dezembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 194.635,37 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICI- PAL DE SAÚDE		
2.091	BLMAC – FAEC Extra Teto		
3.0.00.00	DESPESAS COR- RENTES		

3.3.00.00	OUTRAS DESPE- SAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	194.635,37
	TOTAL	R\$	194.635,37

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2273/11

DECRETO Nº 2.273 de 14 de dezembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 514.000,00 (quinhentos e catorze mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de transferências financeiras recebidas, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICI- PAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	DESPESAS COR- RENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E EN- CARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
00.01.0002	Recursos da Saúde	R\$	86.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas – Oper. Intra- Orçamentária		
00.01.0002	Recursos da Saúde	R\$	178.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
00.01.0002	Recursos da Saúde	R\$	250.000,00
	TOTAL	R\$	514.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2274/11

DECRETO Nº 2.274 de 14 de dezembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 111.533,70 (cento e onze mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.080	BLMAC – Manutenção da Gestão Plena – MAC		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	98.633,70
2.094	BLATB – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$	12.900,00
	TOTAL	R\$	111.533,70

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2275/11

DECRETO Nº 2.275, de 14 de dezembro de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2011-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 057/2011, de 29/11/2011, do Fundo Municipal

de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante EJC VEICULOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

14 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 2.275/2011

Pregão Presencial nº 057/2011 de 29/11/2011-FMS

Objeto da Licitação: Aquisição de uma Ambulância 0km para atender necessidade do Setor de Transporte da Sec. de Saúde.

Preço: global

Participantes: EJC VEICULOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante EJC VEICULOS LTDA.

Decreto Nº 2276/11

DECRETO Nº 2.276 de 15 de dezembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam suplementadas na importância de R\$ 34.318,30 (trinta e quatro mil, trezentos e dezoito reais e trinta centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Governo Estadual, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	PROGRAMAS ESTADUAIS		
2.103	PROGRAMA ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ESTADUAL		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	21.792,90
2.116	PROGRAMA ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE ESTADUAL		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	12.525,40
	TOTAL	R\$	34.318,30

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2277/11

DECRETO Nº 2.277 de 15 de dezembro de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
00.01.0002	Recursos da Saúde	R\$	600,00
	TOTAL	R\$	600,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
00.01.0002	Recursos da Saúde	R\$	600,00
	TOTAL	R\$	600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de dezembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2278/11

DECRETO Nº 2.278, de 15 de dezembro de 2012.

"ANULA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1.452 DE 13 DE OUTUBRO DE 2010 E HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas no inciso VI, do art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e

Considerando, que a Concorrência Pública nº 062/2010 de 28.05.2010, foi anulada sob o manto do interesse público, quando deveria ter sido revogada em razão da não realização do Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina;

Considerando, que o Convênio com o Estado de Santa Catarina foi devidamente assinado somente em 23.11.2011 para a realização do objeto da licitação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o Decreto nº 1.452, de 13 de outubro de 2010.

Art. 2º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/2009, o resultado da Concorrência Pública Nº 062, de 28/05/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante A. MENDES TERRAPLENAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MATERIAIS LTDA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

15 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria N. 0766/RH

PORTARIA N.º 0766 /RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano 2011, homologado através do Decreto n.º 2.236 de 02 de dezembro de 2011;

Considerando ainda o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER a partir de 08/02/2012, os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal:

Área: Educação Infantil

Servidor	Unidade Origem	Unidade Destino
Ligia Helena Naschen-veng Molinari	CEI Santa Galo	CEI Sebastião Back

Irene de Fátima Kowalski da Cruz	CEI Sebastião Back	CEI Favinho de Mel I
Beatriz Neckel	CE Shirley Dolores Sedrez	CEI Favinho de Mel I
Wilmara Adriana Stadnik Bublitz	CE Guilherme Butzke	CEI Navegantes
Elisete Bechtold Pampolina	CEI Dr. Romão Trauczynski	CEI Augusto Bosco
Roseli Strey	CEI Sebastião Back	CEI Raio de Luz
Fabiane Oliveira Gorges	CEI Aníbal de Barba	CEI Canta Galo
Ariana Ledra Gorges	CEI Aníbal de Barba	CEI Sebastião Back
Tânia Aparecida Sandi Szuta	CE Adelaide Ledra	CEI Déa Bornhausen
Mara Rubia Ernst	CEI Raio de Luz	CEI Favinho de Mel II

Área: Ensino Fundamental

Servidor	Unidade Origem	Unidade Destino
Marinei Aparecida Silva Costa	CE Shirley Dolores Sedrez	CE Ricardo Marchi

Área: Educação Física

Servidor	Unidade Origem	Unidade Destino
Roberto Mafli	CE Daniel Maschio	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
Ana Paula Rosa Gracioli	CE Guilherme Butzke	CE Willy Schleumer

Área: Pedagogo

Servidor	Unidade Origem	Unidade Destino
Lair Becker	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner	CEI Ilse Soldatelli

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
RIs

Portaria Nº. 0781/2011

PORTARIA Nº. 0781/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o (a) servidor (a) municipal FRANCINI BIANCA CIPRIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado, nível "I", para exercer as atribuições do cargo de Procurador Geral do Município, durante o impedimento do titular, por motivo de férias, pelo período de 23/12/2011 à 06/01/2012.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a diferença de vencimentos referente ao cargo em comissão, pelo período da designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Portaria Nº. 0782/2011

PORTARIA Nº. 0782/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Com fundamento no § 1º. do Art. 50 da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal EDIMAR ANTONIO LANCINI, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Econômico Nacional e Internacional, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 131279/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal de Rio do Sul
Jhc

Edital 003-CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Rocha Pombo , 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

Edital Nº _03_/2011

Edital de Abertura de Inscrição para Conselheiro Tutelar

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Sul/SC, Ivanir Schlemper Neves, nos termos da Lei nº 2.497, de 09 de dezembro de 1994, Municipal nº 2.947 de 09/12/94, alterada pela Lei nº 3.278, de 16/06/98, e da Resolução nº28/2009 por sua Comissão de Eleição vem por meio deste tornar -se público abertura das inscrições para concorrer ao pleito de Conselheiro Tutelar, com nova redação.

1 - DAS VAGAS, REMUNERAÇÃO, ATRIBUIÇÃO E MANDATO

- Uma (1) vaga de Conselheiro Tutelar Efetivo o primeiro mais votado será considerado eleito e os demais suplentes seguintes pelas respectivas ordem de votação.

O Conselheiro Tutelar efetivo que estiver no exercício da sua função receberá gratificação do cargo Agente Administrativo nível E, valor de R\$ 1.273,01 quadro de carreira da administração direta do Poder Executivo Municipal.

1.3 As atribuições inerentes a função de Conselheiro Tutelar encontram-se elencadas na Lei Federal n.º 8.069 de 13/07/90 com as modificações introduzidas pela Lei e 12010/09 e Lei Municipal n.º 2947 e Lei Municipal nº 3.278 de 16/06/98.

1.4 O Conselheiro Tutelar no exercício das funções deverá cumprir uma carga horária de 40 horas semanais, incluindo horários de plantões.

1.5 O mandato do Conselheiro Tutelar será até março de 2013 permitida uma recondução por um período de 3 anos.

DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

Da data, Hora e Local das inscrições

PERÍODO: 03 de janeiro à 03 de fevereiro de 2012.

HORÁRIO: 08:00 às 12:00h
LOCAL: - Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação/SMASH
Rua Rocha Pombo,95 - Bairro Eugênio Schneider- Rio do Sul.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

2.2 - A inscrição dos candidatos será feita mediante requerimento padronizado endereçado ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, acompanhado das provas do preenchimento dos requisitos estabelecidos.

3- DOS REQUISITOS A INSCRIÇÃO

3.1 Serão considerados aptos a concorrerem à eleição para Conselheiro Tutelar, aqueles que preencherem os requisitos que constam na Lei Municipal nº 2497, de 09 de dezembro de 1994 e Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

3.2- Reconhecida idoneidade moral (apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Rio do Sul).

3.3 -Idade superior a 21 (vinte e um) anos (apresentar documento de identidade).

3.4- Residir no município (comprovante de residência).

3.5 - Diploma de nível superior em área afim (Serviço Social, Sociologia, Direito, Psicologia, Pedagogia) ou reconhecida experiência no trato com crianças e adolescentes por no mínimo três anos (apresentar certidão ou atestado de entidade governamental ou não governamental que comprove a experiência).

3.6- Fotocópia, acompanhada do original, dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Título de eleitor (comprovante de votação) e Certificado de Reservista.

3.7 - Os candidatos eleitos (titular e suplente), obrigatoriamente deverão participar de um curso de capacitação a ser ministrado antes do início da função em data a ser definida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

4.0 - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

4.1 - Fica estabelecido o seguinte calendário para a realização do Pleito;

4.2- Publicação do Edital de convocação da eleição: 20/12/2011;

4.3- Publicação do Edital de abertura de inscrição dos candidatos a membros para Conselheiro Tutelar: 20/12/2011;

4.4 - Inscrição dos Candidatos: 03/01/2012 á 03/02/2012;

4.5- Publicação da relação dos candidatos inscritos, na imprensa local, para eventuais impugnações junto ao Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA: 10/02/2012;

4.6- Publicação dos candidatos aptos a participarem do Pleito Eleitoral: 05/03/2012;

4.7- Eleição do Conselho Tutelar, no dia 13 de março de 2012, no horário das 8h às 15h, na câmara municipal de vereadores;

4.8- Proclamação do resultado da eleição, e encaminhamento da publicação dos nomes dos candidatos e o número de votos recebidos:16/03/2012;

4.9 - Nomeação e posse do Conselho Tutelar: 20/03/2012.

4.10 - O processo eleitoral será operacionalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.

Sendo suas atribuições e competência a saber:

1 - Receber inscrições;

2 - Fornecer o material necessário para realização do pleito;

3 - Decidir sobre impugnações e regularização de candidaturas;

4 - Esclarecer e coordenar os demais procedimentos necessários à concretização

do processo eleitoral, nos termos da legislação em vigor.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

4.11 - Depois da publicação da lista contendo os nomes dos candidatos inscritos será oferecido prazo de cinco (05) dias, para impugnação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público, que terá o prazo de cinco (5) dias para manifestar-se, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA em igual prazo. Imediatamente após o julgamento definitivo de eventuais impugnações será publicada a relação dos candidatos aptos a concorrerem ao pleito eleitoral.

4.12 - A divulgação do nome do candidato a membro do Conselho Tutelar deverá obedecer os critérios da Lei eleitoral nº 9.504/97, bem como os da Lei Municipal nº 2947/97, que dispõe sobre a política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.0 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A organização e coordenação do evento é de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que comunicará os candidatos, no momento da inscrição sobre a data, horário, local e demais esclarecimentos necessários a participação no evento.

5.2- Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo processo de eleição, em sufrágio direto e secreto, do qual participará a comunidade, através de todo cidadão apto a votar em Rio do Sul.

5.2.1 Para os fins deste artigo, consideram-se aptos a votar os cidadãos riosulenses com título de eleitor ativo em Rio do Sul.

5.3 - A votação será através de cédulas que serão distribuídas exclusivamente por representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -

CMDCA, contendo o nome dos candidatos, local e data de realização do Pleito, sendo todas devidamente rubricadas pelo Presidente.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Rocha Pombo, 95 - 89 160 000 - RIO DO SUL - SC - Fone: 35254084

5.3.1 - A posição do nome dos candidatos na célula será determinada por sorteio, em reunião do Conselho.

5.4 - Fica vedada a presença de pessoas estranhas ao pleito, no recinto de sua realização, podendo permanecer somente os Conselheiros, representantes do Ministério Público, candidatos, um votante por vez e convidados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Rio do Sul, 20 de dezembro de 2011.

IVANIR SCHLEMPER NEVES

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1.233

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.233 DE 21 DE DEZEMBRO 2011

Homologa Termo de Convênio nº 701345/2011 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e o Município de Rio do Sul.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 701345/2011 que entre si celebram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e o Município de Rio do Sul, objetivando a aquisição de equipamentos e mobiliário para escolas de educação básica, em atendimento ao Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.446

LEI N. 1.446, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A COMPLEMENTAR O VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a complementar o benefício de "vale-alimentação", previsto na Lei Municipal n. 1.335/2009, de 30 de setembro de 2009, aos Servidores Públicos Municipais, em R\$ 50,00 (cinquenta reais), todos os meses de dezembro de cada exercício financeiro.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de recursos próprios do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, mantendo-se todas as demais condições previstas na Lei 1.339/2009, de 30 de setembro de 2009.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 21 de dezembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

Lei Nº 1.447

LEI N. 1.447, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro à Associação de Terceira Idade "Amigos para Sempre", com sede neste Município, no importe de R\$ 33.804,00 (trinta e três mil e oitocentos e quatro reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 2.817,00 (dois mil e oitocentos e dezessete reais), durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, na promoção de atividades voltadas à inclusão, entretenimento e lazer dos idosos do Município de Salto Veloso.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 21 de dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

Lei Nº 1.448

LEI N. 1.448, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.
AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro à Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Salto Veloso, no importe de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, para atendimento dos portadores de necessidade especial pelo Município.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 21 de dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

Lei Nº 1.449

LEI N. 1.449, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto Veloso, com sede neste Município, no importe de R\$ 8.880,00 (oito mil e oitocentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), durante o exercício de 2012.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades do Sindicato, em especial, para pagamento das despesas com a manutenção do gabinete odontológico da entidade.

Art. 2º. A Diretoria do Sindicato deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 21 de dezembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

LeiLÃO N. 002/2011

AVISO DE LEILÃO
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO nº 0018/2011
LEILÃO N. 002/2011

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação Pública na Modalidade de LEILÃO, tipo maior lance por item, com a finalidade de promover a alienação de bens inservíveis - veículo FIAT Doblo EX, ano modelo 2004/2004, Placa MCK 0134, conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal constante junto ao Processo Licitatório. O Edital poderá ser retirado

junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Salto Veloso, nas dependências do Paço Municipal, sito à Travessa das Flores, n. 58, Centro, em Salto Veloso, SC., de 2ª a 6ª feira, das 13:30h às 17:00h. O recebimento e credenciamento dos participantes, bem como a apresentação dos envelopes contendo documentos e propostas, dar-se-á no endereço supra, às 14:00h do dia 16 de Janeiro de 2012, tendo início pela abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO.

Salto Veloso, 20 de dezembro de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 361/2011

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 361/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material, mobiliário e mão de obra para infraestrutura urbanística junto às escadarias da Igreja Matriz com área total de 1.116,21 m², localizada na Rua Barão do Rio Branco s/nº, Centro, em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 323.288-92/2010/Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, e de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 377/2011.

DO VALOR: R\$ 75.242,12 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LOURIVAL NEGRELLI, pela Empresa Contratada.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Dispensa 05/11

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2011

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, através de seu Presidente torna pública a dispensa de licitação para contratação da empresa Ivonir Girardi MEI, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica, para instalação de decoração natalina.

DO VALOR: R\$ 2.500,00.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2011.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

IVONIR GIRARDI - pela Empresa Contratada

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade/dispensa de licitação.

I - OBJETO: Serviços de instalação de decoração natalina.

II - CONTRATADO: Ivonir Girardi MEI.

III - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE/DISPENSA: A dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços/materiais se funda no caput do art. 24 e do art. 26 da Lei 8.666/93(1) e se justifica pela empresa contratante

apresentar a proposta mais vantajosa para a administração, além de oferecer o menor valor global dos materiais e/ou serviços a serem adquiridos.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: Em consideração a proposta mais vantajosa, com base nos orçamentos apresentados, foi a empresa supra citada, por apresentar menor proposta, foi dispensada de licitação, sendo a declarada vencedora.

V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) é compatível com os preços praticados no mercado, comprovados através de pesquisa com outros fornecedores.

Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereadora Nilva Marli Larsen Holz, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

SIMONE TERESINHA ROBERTI BAUM - Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Portaria nº 003/2011

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Informativo Municipal em, no máximo, 5 dias.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Extrato Termo Aditivo 10/11

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 010/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2011 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Portal do Planalto S/A, em 03 de janeiro de 2011.

Considerando o término da vigência do contrato em 31 de dezembro de 2011, que tem como objeto ponto de recepção do sinal de TV a Cabo, se faz necessária a prorrogação do contrato por mais doze meses a contar de 02 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012, totalizando o valor de R\$ 606,00 (seiscentos e seis reais). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 03 de janeiro de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2011.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

JORGE RUBÉN PUENTES - pela Empresa Contratada

Extrato Termo Aditivo 11/11

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2011

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2009, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e a empresa Betha Sistemas Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 05 de janeiro de 2012, que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção do sistema de contabilidade, adita-se pelo período de 12 meses a contar de 06 de janeiro de 2012 a 05 de janeiro de 2013, totalizando a importância de R\$ 4.953,60 (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 06 de janeiro de 2009, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2011.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

ILSE CRISTINA DE SOUZA - pela Empresa Contratada

IPRESBS

Resolução Nº 003/2011 do Conselho Deliberativo do IPRESBS

RESOLUÇÃO Nº 003/2011 do Conselho Deliberativo do IPRESBS
 "Define Política de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, para o Exercício Financeiro de 2012"

Em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 3922, de 25 de novembro de 2010, o CONSELHO DELIBERATIVO DO IPRESBS, no uso das atribuições legais conferidas pelo art.125, inciso III, da Lei Municipal nº 1718/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aprovada a Política de Investimento para o exercício financeiro de 2012, de conformidade com o Anexo Único desta Resolução e os seguintes limites de alocação dos recursos financeiros:

ALOCÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos		
	Limite Resolução %	Limite Mínimo %	Limite Máximo%
Renda Fixa - Art. 7º	100		
Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a"	100	10	14
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	50	59
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80	15	19
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	0	0
Poupança - Art. 7º, V	20	0	0
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	15	0	0
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	0	0
FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5	4	5
Renda Variável - Art. 8º	30		
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30	0	0
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	0	0
FI em Ações - Art. 8º, III	15	1	3
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5	0	0
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5	0	0

FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5	0	0

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano 2012.

São Bento do Sul – SC, 13 de dezembro de 2011

EDERVAL JOSÉ NEIDERT
 RENILDA FURST DREVEK
 SÉRGIO PALOMA PINTO
 AMARILDO CABRAL DA SILVA
 LEOCY MARIA FENDRICH MACHADO
 PEDRO MACHADO DE BITENCOURT
 ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA
 CARLOS ESPEZIN LOPES FILHO
 MARCO RODRIGO REDLICH
 JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

SAMAE**Homologação PR 55/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

CNPJ: 86.050.978/0001-83
 Rua Marechal Floriano, 214
 C.E.P.: 89280-343 - São Bento do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 55/2011 - PR**

Processo Administrativo: 55/2011
 Processo de Licitação: 55/2011
 Data do Processo: 01/12/2011

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Presidente, GERALDO WEIHERMANN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2011
 b) Licitação Nr.: 55/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 20/12/2011
 e) Objeto da Licitação: IMPLANTAÇÃO DA OBRA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA SUB-BACIA 3 DO RIO SÃO BENTO.

				(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens	
Lote: 12 - 006016 - TIGRE S/A - TUBOS E CONEXOES	1	0,0000	35.800,00	
Lote: 13 - 006016 - TIGRE S/A - TUBOS E CONEXOES	1	0,0000	9.716,00	
Lote: 14 - 006016 - TIGRE S/A - TUBOS E CONEXOES	1	0,0000	8.820,00	
Lote: 15 - 006016 - TIGRE S/A - TUBOS E CONEXOES	1	0,0000	108.500,00	
Lote: 16 - 006016 - TIGRE S/A - TUBOS E CONEXOES	1	0,0000	7.725,00	
Total por Fornecedor:	5		170.561,00	
Lote: 1 - 006181 - CIMENTEC ART. DE CIMENTO LTDA.	2	0,0000	21.000,00	
Lote: 2 - 006181 - CIMENTEC ART. DE CIMENTO LTDA.	1	0,0000	63.000,00	
Total por Fornecedor:	3		84.000,00	
Lote: 7 - 006212 - SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.	2	0,0000	12.100,00	
Lote: 9 - 006212 - SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.	1	0,0000	500,00	
Total por Fornecedor:	3		12.600,00	
Lote: 10 - 006248 - ANGOLINI E ANGOLINI LTDA.	1	0,0000	4.300,00	
Total por Fornecedor:	1		4.300,00	
Lote: 4 - 007162 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO	2	0,0000	2.150,00	
Lote: 6 - 007162 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO	1	0,0000	3.490,00	
Total por Fornecedor:	3		5.640,00	
Lote: 3 - 007610 - COMERCIAL ATD LTDA.- EPP	1	0,0000	7.150,00	
Total por Fornecedor:	1		7.150,00	
Lote: 5 - 008404 - SANEAMENTO BRASIL IND E COM DE CONEXÕES	3	0,0000	5.980,00	
Total por Fornecedor:	3		5.980,00	

São Bento do Sul, 20 de Dezembro de 2011.

GERALDO WEIHERMANN



ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

CNPJ: 86.050.978/0001-83
 Rua Marechal Floriano, 214
 C.E.P.: 89280-343 - São Bento do Sul - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 55/2011 - PR

Processo Administrativo: 55/2011
 Processo de Licitação: 55/2011
 Data do Processo: 01/12/2011

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Lote: 11	- 008405 - PETROFISA DO BRASIL LTDA	1	0,0000	284.000,00
Total por Fornecedor:		1		284.000,00
Lote: 8	- 008407 - HIDROLUX COMERCIAL HIDROELÉTRICA LTDA	2	0,0000	61.526,40
Total por Fornecedor:		2		61.526,40
Total:		22		635.757,40

São Bento do Sul, 20 de Dezembro de 2011.

 GERALDO WEIHERMANN

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.339, de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.339, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento vigente do Instituto Cultural de São Lourenço, cria a modalidade de aplicação e adiciona pelo crédito suplementar o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

17.00 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
17.01 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO
17.01.13.392.4516.2.031.3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000
05 Aplicação Direta R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.340, de 21 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.340, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011.

Decreta desapropriação indireta, por utilidade pública, de imóveis de propriedade de Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do Decreto nº 3.778, de 28 de novembro de 2008, combinado com o artigo 5º, alínea "m" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978; mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estas da Lei nº 10.406, de 10.01.2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam considerados desapropriados, por utilidade pública, como desapropriados estão, por via amigável, os seguintes imóveis:

I - Lote urbano nº 2 (dois), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado na Rua Aldo Lemos, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote nº 01, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote

urbano nº 03, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com a Rua Aldo Lemos, na extensão de 17,00 metros e ao Oeste, com o lote urbano nº 19, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto;

II - Lote urbano nº 20 (vinte), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado na Gilio Rezzieri, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com a rua Gilio Rezzieri, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 19, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com o lote nº 01, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto;

III - Lote urbano nº 19 (dezenove), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote nº 20, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 18, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com o lote nº 02, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Em decorrência da desapropriação, o Município pagará à Expropriada, como indenização, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por imóvel, que somados perfazem o total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), conforme Termo de Acordo nº 009/2011 firmado entre as partes.

Art. 2º O imóvel objeto desta desapropriação será utilizado para fins de edificação do Centro de Educação Infantil Mundo Colorido, para atendimento de alunos da Educação Infantil do bairro Perpétuo Socorro.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Termo de Acordo, serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.340, de 21 de dezembro de 2011).

MATRÍCULA Nº 219, DO C.R.I. LOCAL

São Lourenço do Oeste, SC, 21 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 167/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO

SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/01/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA CRECHE MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 105

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 105/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 75/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, firmada em 24/08/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Eldorado Distribuidora de Ferro e Aço Ltda (CNPJ nº 11.630.939/0001-56) e Sandra Regina Friese ME (CNPJ nº 02.376.670/0001-32), de 31/12/2011 até 24/08/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 112

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 112/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 80/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, firmada em 22/09/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Francieli Dela Giustina ME (CNPJ nº

10.463.951/0001-50), de 31/12/2011 até 22/09/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 119

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 119/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 83/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PAVER PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS, DANIFICADOS PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE ÁGUA DA CASAN., firmada em 13/10/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Pavimenti Blocos e Pavers Ltda (CNPJ nº 03.921.455/0001-38), de 31/12/2011 até 13/10/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 122

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 122/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 84/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNIO SOLDA E CONserto de PNEUS PARA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAIS, firmada em 19/10/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Amadeu Merigo ME (CNPJ nº 07.515.203/0001-60) e Tornearia e Metalúrgica Dossa Ltda (CNPJ

nº 03.570.752/0001-86) de 31/12/2011 até 19/10/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 132

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 132/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 92/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), A SER UTILIZADO PARA REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO, firmada em 16/11/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Gaia Rodovias Ltda (CNPJ nº 03.257.777/0001-24) de 31/12/2011 até 16/11/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 136

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 136/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 88/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE 14.400 LITROS DE LEITE TIPO LONGA VIDA, PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL LEITE DAS CRIANÇAS, firmada em 22/11/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Clairto Ricardi ME (CNPJ nº 02.842.260/0001-30) de 31/12/2011 até 22/11/2012, conforme

o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 138

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 138/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 92/2011, objeto: AÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA REVITALIZAÇÃO DA MALHA ASFÁLTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, firmada em 25/11/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Siliprandi & Zancanaro Construtora Ltda (CNPJ nº 06.907.354/0001-09) de 31/12/2011 até 25/11/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 139

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 139/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 92/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E REDUNDANTE DE INTERNET COM WEBFILTER, PARA FILTRAGEM DE ACESSOS E CONTEÚDOS DE NAVEGAÇÃO, POR MEGABYTE, firmada em 28/11/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Ivandro Tochetto ME (CNPJ nº 02.512.731/0001-41) de 31/12/2011 até 28/11/2012, conforme o item 17.3 do edital de

abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 141

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 141/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 92/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESCOLARES, MOCHILAS E ESTOJOS, PARA ATENDER OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, firmada em 28/11/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Moda Ivana Ltda ME (CNPJ nº 07.984.775/0001-98) e Andrea C. Schuckes Bomm ME (CNPJ nº 11.593.690/0001-56) de 31/12/2011 até 28/11/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 142

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 142/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 93/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA EBM SANTA MARIA GORETTI, firmada em 02/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Madeireira Perazoli Ltda (CNPJ nº 83.422.600/0001-75) e Decorativa Tintas Ltda EPP (CNPJ nº 04.014.131/0001-89)

de 31/12/2011 até 02/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 143

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 143/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 93/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA EBM SANTA MARIA GORETTI, firmada em 02/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Eletrowatt Montagens Elétricas Ltda (CNPJ nº 03.070.234/0001-01), de 31/12/2011 até 02/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 16

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 16/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 15/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA PARA OS CANTEIROS CENTRAIS E OUTROS LOCAIS, firmada em 22/02/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Noimar Dall Agnol ME (CNPJ nº 10.855.624/0001-44), de 31/12/2011 até 22/02/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 32

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 32/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 23/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS, AQUISIÇÃO DE TACHAS E TACHÕES PARA SINALIZAÇÃO NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, firmada em 22/03/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Dioner da Silva Melo - EPP (CNPJ nº 12.270.664/0001-50), Eldorado Distribuidora de Ferro e Aço (CNPJ nº 11.630.939/0001-56), e Sandra Regina Friese ME (CNPJ nº 02.376.670/0001-32), de 31/12/2011 até 22/03/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 48

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 48/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 32/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK, PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO PERÍMETRO URBANO, firmada em 15/04/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa: Hobi & CIA LTDA (CNPJ nº 81.639.791/0008-72), de 31/12/2011 até 15/04/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 53

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 53/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 37/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO, firmada em 27/04/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Pandini Construções e Incorporações LTDA (CNPJ nº 03.210.836/0001-09), Empleterra Serviços de Terraplanagem (CNPJ nº 09.543.902/0001-49), Nutribase Comércio e Serviços Ltda (CNPJ nº 12.234.107/0001-83), Tatiane Comunello ME (CNPJ nº 13.424.471/0001-79) e Auto Elétrica Aurimar Ltda (CNPJ nº 00.073.961/0001-26) de 31/12/2011 até 27/04/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 54

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 54/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 38/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE BRITA, GRANILHA E MEIO-FIOS PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO, firmada em 28/04/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Saulo Pandini ME (CNPJ nº 06.536.780/0001-75),

Hobi & CIA LTDA (CNPJ nº 81.639.791/0008-72), e Empleiterra Serviços de Terraplenagem (CNPJ nº 09.543.902/0001-49) de 31/12/2011 até 28/04/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 55

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 55/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 39/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE CIMENTO, AREIA, TIJOLOS E TUBOS PARA UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO, firmada em 28/04/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Empleiterra Serviços de Terraplenagem (CNPJ nº 09.543.902/0001-49) e Visoli Pré-Moldados LTDA EPP (CNPJ nº 11.826.830/0001-99), de 31/12/2011 até 28/04/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 60

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 60/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 43/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES, MEIOS-FIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, firmada

em 04/05/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa: Empleiterra Serviços de Terraplenagem (CNPJ nº 09.543.902/0001-49), de 31/12/2011 até 04/05/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 67

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 67/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 48/2011, objeto: LOCAÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NA VERSÃO LISO E CORRUGADO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHAO CAÇAMBA, firmada em 16/05/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Fernando Zancanaro (CNPJ nº 05.461.328/0001-29) e Ranzan Terraplenagem Ltda (CNPJ nº 08.273.895/0001-40) de 31/12/2011 até 16/05/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 69

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 69/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 50/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA SERVIÇOS DE VEÍCULAÇÃO PUBLICITÁRIA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO

REGIONAL, firmada em 20/05/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Rede de Comunicações S/C Ltda (CNPJ nº 04.287.14/0001-99), de 31/12/2011 até 20/05/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 85

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 85/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 59/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA TÉCNICA, PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS PÚBLICOS, firmada em 13/07/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa: Projetel Materiais Elétricos Ltda EPP (CNPJ nº 82.095.456/0001-47), de 31/12/2011 até 13/07/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 92

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 92/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 66/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE METAL E POSTES DE CONCRETO PARA USO EM CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO, firmada em 12/08/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e

as empresas: J F Algayer ME (CNPJ nº 06.261.587/0001-79) e Empleterra Serviços de Terraplenagem (CNPJ nº 09.543.902/0001-49), de 31/12/2011 até 12/08/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 93

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 93/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 67/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS DE CONSUMO A SEREM UTILIZADOS PELO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, firmada em 12/08/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas: Alyson Xavier da Silva e Cia Ltda (CNPJ nº 11.990.606/0001-38) e AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda (CNPJ nº 05.919.156/0001-94), de 31/12/2011 até 12/08/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Edital de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 96

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 96/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 69/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PAVERS PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS, DANIFICADOS PELA SUBSTITUIÇÃO DOS CANOS DE AGUA DA CASAN, TRECHO DA RUA JOÃO BEUX SOBRINHO

COMPREENSÃO ENTRE AS RUAS DOM PEDRO II E AVENIDA BRASIL, firmada em 16/08/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Pavimenti Blocos e Pavers Ltda (CNPJ nº 03.921.455/0001-38), de 31/12/2011 até 16/08/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL 97

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, em São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 97/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 70/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO E TINTAS PARA UTILIZAÇÃO EM REPARO NAS VIAS URBANAS, firmada em 17/08/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e as empresas Decorativa Tintas Ltda EPP (CNPJ nº 04.014.131/0001-89), HD Distribuidora de Produtos Higiênicos Desc. Ltda (CNPJ nº 03.868.183/0003-11), e Multiação - Produtos e Equipamentos para Limpeza Ltda (CNPJ nº 73.244.337/0001-18), de 31/12/2011 até 17/08/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL FMS 13

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 13/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede na rua Rui Barbosa, nº 291, centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo seu Gestor, Srº Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório

nº 13/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 11/2011, objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS EM LINHA REGULAR PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES, PARA O TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, firmada em 05/09/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Reunidas Turismo S/A (CNPJ nº 04.176.082/0001-80), de 31/12/2011 até 05/09/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Prefeito Municipal

Editais de PRORROGAÇÃO - Ata de Registro de Preços PL FMS 14

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 14/2011
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede na rua Rui Barbosa, nº 291, centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo seu Gestor, Srº Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Fica prorrogada a Ata de Registro de Preços, do Processo Licitatório nº 14/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 12/2011, objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÕES DE IMPRESSOS EM GERAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, firmada em 08/12/2011, entre o Município de São Lourenço do Oeste - SC e a empresa Gráfica Barozzi Ltda (CNPJ nº 01.101.611/0001-99), de 31/12/2011 até 08/12/2012, conforme o item 17.3 do edital de abertura do Processo Licitatório em epígrafe.

Ficam ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços, que permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de ACORDO Nº 009-2011

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 009/2011 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 55, da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICA a DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS, por motivo de interesse público, constante do TERMO DE ACORDO Nº 009/2011, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, onde são partes o Município de São Lourenço do Oeste (CNPJ nº 83.021.873/0001-08) e a empresa Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda (CNPJ nº 83.675.918/0001-68). Objeto: Desapropriação dos lotes nºs 02, 19 e 20, sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²) cada um, ambos da quadra nº 9, série "A", situados em São Lourenço do Oeste - SC, de Matrícula nº 219, do Cartório de Registro de Imóveis Local, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda. Valor: R\$

200.000,00 (duzentos mil reais) por imóvel, que somados perfazem o total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para pagamento até a data de 30/12/2011. Recursos Orçamentários: Para fazer face às despesas decorrentes do Termo de Acordo, serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, próprios da Secretaria Municipal de Educação. Signatários: Tomé Francisco Etges - pelo Município; e Valentin Casagrande de Macedo e Artemio José Flach - pela Cooperativa.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato 0139

CONTRATO Nº 139/2011

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ernei José Stähelin, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado INGRID REGINA MULLER SCHULLE, com endereço na Rodovia SC 407, s/nº - Bairro Mariquita - São José - SC, inscrita no CPF nº 051.076.179-80, PIS nº 13492806.72/3, doravante denominado contratada sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO.

Este contrato tem como objeto serviço de corte no mármore para adaptação de telas de microcomputadores no balcão da recepção na Unidade Básica de Saúde do Centro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 130,00 (Cento e trinta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será 01 dia (09.12.2011). Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordados, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Pedro de Alcântara, 08 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

INGRID REGINA MULLER CHULLE
Contratada

Contrato 0140

CONTRATO Nº 140/2011

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e. Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. DANILO BARBOSA, residente na Rua Bons Amigos, 42, Flor di Nápoles - São José - SC, portador do RG: 837.874, inscrito no CPF sob nº. 499.634.909-30 PIS/PASEP nº 1.225.397.159-8, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de músico para o encerramento dos Grupos de Hipertensos/Diabéticos e grupos de Mães, a realizar-se no dia 21/12/2011 no Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de músico definido no objeto o valor total de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste Contrato será de apenas um dia, ou seja, 21/12/2011.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro 2011.

CONTRATANTE CONTRATADO

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº1.876/2011

LEI Nº1.876/2011

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS (NFS-e) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

SEÇÃO I Da Definição da NFS-E

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, cuja abreviação é NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente disponibilizado pela Prefeitura do Município de Schroeder, através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que será garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

SEÇÃO II Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º São obrigados a emitir NFS-e os prestadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, conforme o Cronograma de Implantação previsto no Anexo I desta Lei, a partir das datas nele previstas.

§1º Para fins de enquadramento na obrigação de que trata o caput, considerar-se-á a receita operacional bruta de todos os estabelecimentos da pessoa jurídica localizados no Município de Schroeder.

§2º Considera-se receita operacional bruta o produto da venda de bens e o preço dos serviços prestados, não incluídos:

I - as vendas canceladas;

II - os descontos incondicionais concedidos;

III - os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços sejam mero depositário.

SEÇÃO III Dos Contribuintes Não Obrigados

Art. 3º Não serão obrigados à emissão da NFS-e:

I - o prestador de serviços que se enquadrar no regime de tributação fixa;

II - o contribuinte eventual, quando não inscrito no Cadastro de Atividade, prestador dos serviços previstos no item 12 da Lista de Serviços da Lei Complementar 22/2003;

III - os microempreendedores individuais.

Art. 4º Os contribuintes desobrigados e não impedidos poderão optar pela emissão da NFS-e mediante requerimento disponível através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", a partir do mês de abril de 2012.

§1º A resposta ao requerimento mencionado no caput do art. 4º será encaminhada ao endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo contribuinte.

§2º A opção sendo deferida:

I - obriga o prestador a substituir os documentos fiscais convencionais emitidos no mês do deferimento da opção por NFS-e;

II - é irretratável, vedado o retorno ao sistema convencional de emissão de documentos fiscais.

§3º Os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN pelo regime de tributação fixa ou de estimativa e optarem pela emissão da NFS-e serão desenquadrados dos respectivos regimes, de ofício, a partir do deferimento da opção.

Art. 5º Os prestadores não inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal são impedidos de emitir NFS-e

Parágrafo único. Consideram-se inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal, aqueles com inscrição deferida ou efetuada de ofício.

CAPÍTULO II DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

SEÇÃO I Do acesso pelo Contribuinte

Art. 6º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 7º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico, através de link disponível no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br".

Art. 8º A senha de acesso representa a assinatura digital da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 9º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada prestador de serviço, levando-se em consideração o número de inscrição, em situação ativa, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, para prestadores pessoas Jurídicas, e o de inscrição, em situação ativo, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, para as pessoas físicas prestadoras de serviços.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "Solicitação de Acesso", disponível através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", e terá a função de habilitar ou desabilitar usuários do sistema NFS-e gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios e gerar guias de pagamento.

Art. 10. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

SEÇÃO II Do acesso pela Administração Fazendária

Art. 11. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 12. A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder ou a quem ele delegar por ato legal, a qual

conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 13. Aos servidores da Diretoria de Tributação da Prefeitura Municipal de Schroeder será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado, nos termos do art. 12 desta Lei, levando-se em consideração a função exercida.

CAPITULO III

DA EMISSÃO, CANCELAMENTO E CORREÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

SEÇÃO I

Da Emissão

Art. 14. O prestador de serviços que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Art. 15. Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço e será emitida após a validação das informações transmitidas pelo prestador de serviços por meio de aplicativo disponibilizado pelo Município de Schroeder na internet, disponível através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", mediante senha de acesso.

Parágrafo único. A Administração Tributária Municipal poderá autorizar, por regime especial, a impressão da NFS-e em modelo definido pelo prestador de serviços, tendo por base a integração de seu sistema de emissão de notas fiscais com o sistema do Município de Schroeder.

SUBSEÇÃO I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por Tabelionatos, Cartórios Notariais e de Registros Públicos

Art. 16. Aos prestadores cujos serviços estejam previstos nas hipóteses de incidência descritas no subitem 21.01, da lista anexa à Lei Complementar Municipal nº 22/2003, é facultada a geração de uma única NFS-e no final do expediente diário, contra clientes diversos.

Parágrafo único. A NFS-e deverá ser gerada com base nas informações contidas nos livros, papéis e documentos de sua serventia, fiscalizados e controlados pela Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

SUBSEÇÃO II

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por estabelecimentos hoteleiros e congêneres

Art. 17. Aos prestadores cujos serviços estejam previstos nas hipóteses de incidência descritas no subitem 9.01, da lista anexa à Lei Complementar Municipal nº 22/03, é facultada a emissão da NFS-e no final de cada expediente, contra clientes diversos (Consumidor), com base no montante das operações registradas no somatório total dos RPS's.

SUBSEÇÃO III

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E por Pessoa Física

Art. 18. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro

Mobiliário Municipal, como profissionais autônomos, solicitar a geração e a impressão da NFS-e Avulsa à Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, caso em que haverá a incidência da taxa de expediente prevista no art. 221, II da Lei Complementar 001/1995.

Parágrafo único. O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, pela Diretoria de Tributação, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no boleto de arrecadação do ISSQN.

Art. 19. A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica de servidor da Diretoria de Tributação destacado para este fim.

§1º A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do boleto de arrecadação do ISSQN.

§2º Aos contribuintes prestadores de serviços para a Prefeitura Municipal de Schroeder não será necessário à apresentação de boleto de arrecadação do ISSQN autenticado, pois o respectivo ISSQN será retido no momento do empenho relativo ao serviço prestado.

SUBSEÇÃO VI

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-E por estabelecimentos que não tenham acesso à rede mundial de computadores

Art. 20. Os contribuintes que não tiverem acesso à rede mundial de computadores, são obrigados a emitir NFS-e no final de cada semana, com base no montante das operações registradas no somatório total dos RPS's.

Parágrafo único. Tal situação deverá ser comunicada formalmente à Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, direcionada à Diretoria de Tributação via Protocolo.

Art. 21. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número seqüencial, a ser iniciado do número 1;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) endereço eletrônico (e-mail);
- d) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) número de inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal.

V - identificação do tomador de serviços, com:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) endereço eletrônico (e-mail);
- d) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação dos serviços prestados;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 3º da Lei Complementar nº 22/2003;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

- a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
- b) serviço não tributável pelo Município de Schroeder, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a Lei Complementar Federal 116/2003 e Municipal 22/2003.
- c) retenção de ISS na fonte;
- d) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
- e) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Schroeder", "Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 22. A NFS-e deve ser emitida on-line, por meio da Internet, através de link disponível no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Schroeder, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, sendo enviada automaticamente por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços no endereço eletrônico por este cadastrado.

Art. 23. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br".

SESSÃO II

Do cancelamento da NFS-E

Art. 24. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado (on-line), através de link disponível no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br", na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca

identificando a invalidade do mesmo.

Art. 25. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 22/2003.

SEÇÃO III

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 26. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção Eletrônica (CC-e)", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º Não será admitida à regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto ou código do serviço constante do Art. 3º da Lei Complementar 22/2003.

§3º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

SESSÃO I

Da definição de RPS e sua utilização

Art. 27. Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no Cadastro Mobiliário Municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no Cadastro Mobiliário Municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A operação constante neste documento, será convertida em nota fiscal eletrônica de serviços NFS-e no prazo de 05 (cinco) dias, nos

termos da legislação vigente”

VII - nome, endereço e número das inscrições do estabelecimento gráfico responsável pela impressão do Recibo Provisório de Serviço;

§2º Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

Art. 28. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

II - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e;

III - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e, para contribuintes com receita líquida mensal inferior a R\$ 5.000,00;

IV - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 29. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo do Anexo II desta Lei, devendo conter todos os dados previstos no § 1º do art. 27 desta Lei.

§1º O RPS deverá ser emitido em 3 (três) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, sendo a 2ª (segunda) encaminhada ao contador, ficando a 3ª (terceira) em poder do emitente.

§2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividade, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a seqüência numérica do último documento fiscal emitido.

§5º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças disponibilizará o modelo de adoção obrigatória no sistema da NFS-e, através de link disponível no endereço eletrônico “<http://www.schroeder.sc.gov.br>”.

SESSÃO II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 30. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§1º O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS.

§2º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 39 desta Lei.

§3º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§4º Todas as notas fiscais já impressas serão convertidas automaticamente para Recibo Provisório de Serviços, conforme cronograma do Anexo I da presente Lei.

Art. 31. Fica o prestador de serviço obrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças (on-line).

SEÇÃO III

Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 32. A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

§1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

CAPÍTULO V

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO RETIDO NA FONTE RELATIVO AO RPS NÃO CONVERTIDO - “DECLARAÇÃO DENÚNCIA DE NÃO CONVERSÃO DE RPS - DDNC”.

Art. 33. Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC”, de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 34. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 30 desta Lei.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso I do artigo 39 desta Lei.

Art. 35. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Art. 36. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I - CPF/CNPJ do prestador;

II - endereço do prestador e do tomador;

III - CPF/CNPJ do tomador;

IV - e-mail do tomador;

V - o valor dos serviços prestados;

VI - o enquadramento na lista de serviços; e

VII - número do RPS não convertido e a respectiva data de emissão.

Art. 37. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de

dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 38. Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I – 10 (dez) UFM para cada NFS-e não emitida;

II - 10 (dez) UFM para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III – 05 (cinco) UFM para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 39. Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 10 (dez) UFM para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II - 10 (dez) UFM para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados

Art. 40. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, considera-se uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 10 (dez) UFM.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41. Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado Processo Administrativo Tributário de Fiscalização.

Art. 42. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), será efetivada conforme Anexo I da presente Lei.

Art. 43. Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias, a partir de 01 de Fevereiro de 2012, para que os contribuintes utilizem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 44. A implantação da NFS-e não elimina a necessidade do preenchimento e conferência mensal do Livro Eletrônico, conforme disposto na Lei 1.704/2008.

Art. 45. As NFS-e poderão ser consultadas em sistema disponível através de link no endereço eletrônico "http:// www.schroeder.sc.gov.br" durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Art. 46. A Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças regulará a implantação do sistema, podendo eleger grupo de contribuintes para integrar projeto piloto.

Parágrafo único. Os documentos emitidos durante o projeto piloto referido no caput terão validade para todos os efeitos legais.

Art. 47. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 48. A Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças emitirá os manuais contendo os procedimentos de acesso e operação do sistema de emissão da NFS-e, que estarão disponíveis através de link no endereço eletrônico "http://www.schroeder.sc.gov.br".

Parágrafo único. Para a liberação da senha de acesso ao sistema, a Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças poderá exigir requerimento assinado pelo sujeito passivo, contrato social da empresa, cópia do CPF e RG dos sócios e da pessoa autorizada a emitir a Notas Fiscais de Serviços Eletrônica NFS-e.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

LEI Nº1.876/2011

ANEXO I

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA NFS-e

FAIXA DE RECEITA BRUTA ANUAL	PRAZO PARA ADESÃO
Acima de R\$ 2.400.000,00	01/02/2012
De R\$ 600.000,00 a R\$ 2.399.999,99	01/03/2012
De R\$ 100.000,00 a R\$ 599.999,99	01/04/2012
De R\$ 36.000,00 a R\$ 99.999,99	01/05/2012
Até R\$ 36.000,00	01/06/2012

LEI Nº1.876/2011

ANEXO II

MODELO DE RPS

Prestador 00000 SÉRIE U RPS

Razão Social do Prestador de Serviços	
Endereço do Prestador de Serviços	
Bairro do Prestador de Serviços	Schroeder – SC
CNPJ do Prestados de Serviços	Inscrição Municipal do Prestador
E-mail do prestador de Serviços	

Tomador

Razão Social:				
Endereço:				
Bairro:		Cidade:		
CNPJ / CPF:		Inscrição Municipal:		
E-mail:				

Serviços:

Código Atividade	Descrição Serviços	Código Serviço	Valor Serviço	Alíquota ISS	Valor ISS
Número da NFS-e emitida para este RPS:					

A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

AIDF xxxx/xxxx Prefeitura Municipal de Schroeder
Via Tomador / 2ª Via Contabilidade / 3ª Via Emitente

1ª

Dados do Impressor

Lei Nº1.877/2011

LEI Nº1.877/2011

CONVERTE BEM DE USO COMUM DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER EM BEM DE USO DOMINICAL, E AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEL COM A EMPRESA TINGICOLOR RESINAS SINTÉTICAS DO SUL LTDA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Converte-se em bem dominical imóvel da municipalidade com área urbana de 546,00m², proveniente da Matrícula n.º 5.371, com área global de 122.200,00m², sendo a área de 764,40m² reservada para a abertura de parte do leito da Rua 123 - Kurt Hans Claus, não possuindo nenhuma infra-estrutura, inclusive não estando aberta, sendo o mesmo pertencente à municipalidade e situado na transversal das Ruas 95 - Guilherme Bauer e 120 - Helmuth Kanzler.

Art. 2º Autoriza-se o Poder Público Municipal a efetuar a permuta do imóvel descrito no Art. 1º supra, com imóvel de propriedade da empresa Tingicolor Resinas Sintéticas do Sul Ltda., tendo o mesmo as seguintes características:

I - Matrícula n.º 25.817, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, terreno representado pela parcela 01, situado no perímetro urbano do Município de Schroeder-SC, desta Comarca, Bairro Centro Norte, localizado no lado ímpar da Rua 95 - Guilherme Bauer, distante 40,00 metros da Rua 123 - Kurt Hans Claus, contendo a área de 792,12m² (SETECENTOS E NOVENTA E DOIS METROS E DOZE DECÍMETROS QUADRADOS), sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: partindo do vértice V1 com azimute 52º00'10" e distância de 56,88 metros, sendo 28,44 metros confrontando com terras de Joaquim Teixeira de Souza e 28,44 metros confrontando com terras de Claudio Augusto Dias,

chega-se ao vértice V2; deste com azimute 142º00'15" e distância de 14,00 metros confrontando com a Rua 120 - Helmuth Kanzler, chega-se ao vértice V3; deste com azimute 220º05'13" e distância de 56,28 metros confrontando com área remanescente de Tingicolor Resinas Sintéticas do Sul Ltda. chega-se ao vértice V4; deste com azimute de 135º10'07" e distância de 14,00 metros confrontando com a Rua 95 - Guilherme Bauer, chega-se ao vértice V1 ponto de origem deste perímetro.

Art. 3º A permuta será realizada sem ônus para a municipalidade, sendo a regularização do objeto desta lei de responsabilidade do proprietário do imóvel descrito no Art. 2º desta Lei.

Art. 4º Concluída a permuta, ficam as partes autorizadas a tomar posse dos respectivos imóveis.

Art. 5º O imóvel da municipalidade objeto da presente permuta destina-se para fins de uso de exclusivo interesse da municipalidade.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Lei Nº1.878/2011

LEI Nº1.878/2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para formação de turmas de Bombeiro Mirim e Aspirante no Município de Schroeder.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade, R\$20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 3º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 4º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º Fica o Município de Schroeder autorizado a ceder administrativamente o Stand de Tiro, localizado nas dependências do Complexo Esportivo Municipal, para o desenvolvimento das atividades educativas da Associação, nos termos do instrumento de Convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2012, sob a seguinte rubrica: 06.02.2.038.3.3.60.41.00.00.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.879/2011

LEI Nº1.879/2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade, R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse será efetivado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, a contar do mês de fevereiro do ano de 2012, findando-se no mês de novembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2012, sob a seguinte rubrica: 05.05.04.2.019.3.3.50.41 - Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / Supervisão Escolar / Manutenção Educação

Especial / Contribuições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.880/2011

LEI Nº1.880/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO por dia trabalhado aos servidores e empregados públicos municipais da Administração Direta e Indireta.

§ 1º Para efeitos do caput, consideram-se servidores e empregados públicos municipais, além dos servidores efetivos e empregados públicos efetivos, também aqueles contratados em caráter temporário (ACT's), os funcionários comissionados e os Conselheiros Tutelares.

§ 2º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 3º O auxílio-alimentação não será:

a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão; b) configurado como rendimento e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano da Seguridade Social do Servidor Público; e c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial "in natura".

§ 4º O auxílio-alimentação não será cumulativo com outros de espécie semelhante.

§ 5º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias por mês.

§ 6º Para efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado, a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamento ou outros eventos similares.

Art. 2º O valor unitário do auxílio-alimentação corresponderá a R\$ 4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos) por dia útil.

§ 1º O valor de que trata o caput será proporcional à carga horária de cada servidor.

§ 2º O auxílio-alimentação não será pago nos seguintes afastamentos:

- a) licença para concorrer e/ou exercer mandato eletivo;
- b) licença para tratar de interesses particulares;
- c) licença para prestar serviço militar;
- d) servidor inativo; e
- e) nas férias.

Art. 3º O auxílio-alimentação será custeado com recursos próprios consignados no orçamento corrente do município e/ou abertos através de Crédito Suplementar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.881/2011

LEI Nº1.881/2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com o CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos idosos do Município.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade R\$12.000,00 (doze mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse será efetivado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, a contar do mês de janeiro do ano de 2012, findando-se no mês de dezembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2012, sob a seguinte rubrica: 04.04.01.2.055.3.3.50.43 - Secretaria de Saúde e Assistência Social / Diretoria de Assistência Social / Assistência - Pessoa Idosa / Subvenção Social.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.269/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.269/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Marilene Katia Mielke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.270/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.270/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Patricia Hasse Onofre, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.271/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.271/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Raquel Zachow Barcelos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.272/2011, de 20 de dezembro de 2011

PORTARIA Nº. 4.272/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Geny Ferreira do Nascimento, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.273/2011, de 20 de dezembro de 2011.

PORTARIA Nº. 4.273/2011, de 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Viviane Maria Soares Ricardo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

CANCELAMENTO Pregão Presencial Nº 21/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2011 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 42/2011
Data do Processo: 14/11/2011

Objeto: aquisição de material para Oficinas Socioeducativas do CRAS - Centro de Referência de Assistência da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 10 / 2011

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta, decide-se por cancelar o certame.

SCHROEDER , 21 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação e ADJUDICAÇÃO Tomada de Preço Nº. 11/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2011-PMS
O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preço nº. 11/2011 - PMS, Processo de licitação nº. 150/2011 - PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de projeto executivo e estrutura e mão de obra, materiais e equipamentos), da estrutura pré-moldada em concreto (canha de bocha), com área total de 600m², anexa ao Ginásio de esportes Alfredo Passold, na Avenida dos Imigrantes, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Empresa vencedora: EMMÉ PRÉ-FABRICADOS LTDA.
Valor da proposta vencedora: R\$ 128.429,00 (Cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais).

Schroeder, 22 de dezembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 221/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Extrato do Contrato nº. 221/2011-PMS
Processo Licitatório nº. 150/2011-PMS - Tomada de Preços nº. 11/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMMÉ PRÉ-FABRICADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.841.087/0001-17, estabelecida na Rua Tiradentes, nº. 408, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de projeto executivo e estrutura e mão de obra, materiais e equipamentos), da estrutura pré-moldada em concreto (canha de bocha), com área total de 600m², anexa ao Ginásio de esportes Alfredo Passold, na Avenida dos Imigrantes, no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Data da Assinatura: 22/12/2011 - Vigência: 31/12/2011.
Valor do contrato: R\$ 128.429,00 (Cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais).

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A85/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A85/2011 - PMS
9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 184/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 184/2010 - PMS, celebrado em 26 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 124/2010 - PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 07/2010 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbini, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 0303.164-83/2009, com o Ministério das Cidades, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57, § 1º, VI da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços, devido ao atraso no repasse de verbas pela Caixa Econômica referente o Contrato de Repasse nº. 0303.164-83/2009, devidamente comprovado em anexo no relatório de situação de obras expedido pela Caixa e solicitação de aditivo de vigência feito pelo senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, Gerente de contratos e convênios da Prefeitura de Schroeder.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta - da vigência no item 16.1 do contrato nº 184/2010-PMS, prorrogando-se até 30 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 184/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de dezembro de 2011.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A86/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A86/2011 - PMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
68/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o no 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 68/2011-PMS, celebrado em 12 de Abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 13/2011 - PMS, Modalidade Concorrência nº. 01/2011 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica na Rua 03 de Outubro, extensão de 2.760m, perfazendo uma área total de 28.207,50m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com Contratos de repasse nº 329.601-29-2010 e 333.533-71/2010, com o Ministério do Turismo e contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, com o Ministério das Cidades, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57,§ 1º, VI da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços, devido ao atraso no repasse de verbas pela Caixa Econômica referente os contratos de repasse nº 330.053-16/2010, 330.013-24-2010 e 329.051-72-2010, devidamente comprovado em anexo no relatório de situação de obras expedido pela Caixa e solicitação de aditivo de vigência feito pelo senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, Gerente de contratos e convênios da Prefeitura de Schroeder.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta - da vigência no item 16.1 do contrato nº 68/2011-PMS, prorrogando-se até 30 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 68/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de dezembro de 2011.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o no 638.924.309-00

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Termo Aditivo Nº. A87/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A87/2011 - PMS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
63/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o no 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 63/2011-PMS, celebrado em 04 de Abril de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 34/2011-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 04/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica da Rua Florianópolis, perfazendo a área total de 5.522,70m², localizada no Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de repasse nº. 330.094-00/2010, com o Ministério das Cidades, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57,§ 1º, VI da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação para conclusão dos serviços, devido ao atraso no repasse de verbas pela Caixa Econômica referente o Contrato de repasse nº. 330.094-00/2010, devidamente comprovado em anexo no relatório de situação de obras expedido pela Caixa e solicitação de aditivo de vigência feito pelo senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, Gerente de contratos e convênios da Prefeitura de Schroeder.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Sexta - da vigência no item 16.1 do contrato nº 63/2011-PMS, prorrogando-se até 30 de março de 2012.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 63/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 21 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº 638.924.309-00

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

Siderópolis

PREFEITURA

Lei 1.979

LEI Nº1.979, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Siderópolis para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 39.790.000,00 (trinta e nove milhões, setecentos e noventa mil

reais), da seguinte forma:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 31.315.000,00 (trinta e um milhões, trezentos e quinze mil reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 8.475.000,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais);

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Artigo 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 36.475.000,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal – Poder Executivo em R\$ 28.820.000,00 (vinte e oito milhões, oitocentos e vinte mil reais) e em R\$ 7.655.000,00 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para a Fundação Municipal de Cultura e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES	33.665.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.410.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	75.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.040.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	680.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	6.300.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	620.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	4.180.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.490.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(3.490.000,00)
	SOMA:	36.475.000,00
	TOTAL:	36.475.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02	GABINETE DO PREFEITO	850.000,00
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.700.000,00
03	SECRETARIA DE FINANÇAS	750.000,00
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	8.575.000,00
07	SECRETARIA DE OBRAS	12.220.000,00
	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.470.000,00
10	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.750.000,00
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	455.000,00
12	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
99	SOMA:	28.820.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde	4.835.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Assistência Social	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Interesse Social	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Cultura	850.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	870.000,00
SOMA:	7.655.000,00
TOTAL:	36.475.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

02	Judiciária	850.000,00
04	Administração	3.450.000,00
06	Segurança Pública	125.000,00
12	Educação	8.025.000,00
15	Urbanismo	1.298.000,00
17	Saneamento	300.000,00
18	Gestão Ambiental	590.000,00
20	Agricultura	880.000,00
23	Comércio e Serviços	175.000,00
26	Transporte	10.777.000,00
27	Desporto e Lazer	550.000,00
28	Encargos Especiais	1.750.000,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00
SOMA:		28.820.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde		4.835.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social		1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social		100.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura		850.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES		870.000,00
SOMA:		7.655.000,00
TOTAL:		36.475.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Encargos Gerais	1.750.000,00
002	Gestão Administrativa Superior	850.000,00
003	Administração Geral e Financeira	3.450.000,00
004	Aprendendo e Crescendo	8.025.000,00
005	Esporte e Lazer	550.000,00
006	Desenvolvimento Urbano e Habitação	455.000,00
007	Serviços de Utilidade Pública	7.585.000,00
008	Urbanização de Vias	4.635.000,00
009	Agricultura e Meio Ambiente	1.470.000,00
099	Reserva de Contingência	50.000,00
SOMA:		28.820.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/ o F.M.Saúde		4.835.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Assistência Social		1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Interesse Social		100.000,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/o F.M.Cultura	850.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentoário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES	870.000,00
SOMA:	7.655.000,00
TOTAL:	36.475.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	19.530.000,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.00.00.00.00		9.680.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	9.675.000,00
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
3.2.00.00.00.00		255.000,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	255.000,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00.00.00		9.595.000,00
	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
3.3.50.00.00.00		393.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	
3.3.71.00.00.00		3.500,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	9.198.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	9.240.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	
4.4.71.00.00.00		1.500,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	8.478.500,00
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	
4.6.00.00.00.00		760.000,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	760.000,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA	
9.9.99.99.00.00		50.000,00
	Reserva de Contingência	
9.9.99.99.00.00		50.000,00
SOMA:		28.820.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/ o F.M.Saúde		4.835.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Assistência Social		1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Interesse Social		100.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/o F.M.Cultura		850.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA VEREADORES		870.000,00
SOMA:		7.655.000,00
TOTAL:		36.475.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 2.465.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.835.000,00 (quatro milhões, oitocentos e trinta e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais).



§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	2.195.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	40.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.100.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	270.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	250.000,00
SOMA:		2.465.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		4.835.000,00
TOTAL:		7.300.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.300.000,00
SOMA:		7.300.000,00
TOTAL:		7.300.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	SAÚDE	7.300.000,00
SOMA:		7.300.000,00
TOTAL:		7.300.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

010	SAÚDE PARA TODOS	7.300.000,00
SOMA:		7.300.000,00
TOTAL:		7.300.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	6.750.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.580.000,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4.575.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.170.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	355.000,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	80.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.735.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	550.000,00

4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	550.000,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	548.000,00
SOMA:		7.300.000,00
TOTAL:		7.300.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.175.000,00 (um milhão, cento e setenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	155.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	3.500,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.500,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00
SOMA:		175.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário		1.000.000,00
TOTAL:		1.175.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

16	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.175.000,00
SOMA:		1.175.000,00
TOTAL:		1.175.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.175.000,00
SOMA:		1.175.000,00
TOTAL:		1.175.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

011	ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	1.175.000,00
SOMA:		1.175.000,00
TOTAL:		1.175.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.085.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	335.000,00

3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	335.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	750.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	330.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	420.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	90.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	90.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	90.000,00
SOMA:		1.175.000,00
TOTAL:		1.175.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Artigo 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	5.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	4.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00
SOMA:		25.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	100.000,00
TOTAL:		125.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14	FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	125.000,00
SOMA:		125.000,00
TOTAL:		125.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16	HABITAÇÃO	125.000,00
SOMA:		125.000,00
TOTAL:		125.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

006	DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	125.000,00
SOMA:		125.000,00
TOTAL:		125.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	40.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	85.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	85.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	85.000,00
SOMA:		125.000,00
TOTAL:		125.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Artigo 6º - O Orçamento da entidade DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1	RECEITAS CORRENTES	570.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	550.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.000,00
SOMA:		650.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	850.000,00
TOTAL:		1.500.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	1.500.000,00
SOMA:		1.500.000,00
TOTAL:		1.500.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13	CULTURA	1.500.000,00
SOMA:		1.500.000,00
TOTAL:		1.500.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA



012	CULTURA E TURISMO	1.500.000,00
SOMA:		1.500.000,00
TOTAL:		1.500.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.370.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.345.000,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	1.340.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	130.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00
SOMA:		1.500.000,00
TOTAL:		1.500.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE SIDERÓPOLIS

Artigo 7º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS para o exercício de 2012 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	870.000,00
SOMA:	870.000,00
TOTAL:	870.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma: I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01	CÂMARA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS	870.000,00
SOMA:		870.000,00
TOTAL:		870.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	LEGISLATIVO	870.000,00
SOMA:		870.000,00
TOTAL:		870.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001	PROCESSO LEGISLATIVO	870.000,00
SOMA:		870.000,00
TOTAL:		870.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	818.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	662.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	662.000,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	540.000,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	122.000,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	156.000,00
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	26.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	44.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	26.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	60.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	52.000,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	52.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	52.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	52.000,00
SOMA:		870.000,00
TOTAL:		870.000,00

Artigo 8º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo: Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99	Reserva de Contingência	50.000,00
	TOTAL:	50.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após apreciação e aprovação do Legislativo, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Artigo 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do Exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, somente após apreciação do Poder Legislativo.

Artigo 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14 - Durante o Exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Artigo 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município, devendo sempre, após, serem remetidos ao Poder Legislativo para homologação.

Artigo 17 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 18 – Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 19 – Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013 – Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 – Lei Municipal nº. 1.960/2011 de 03 de Novembro de 2011, que se

fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2012 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Artigo 20 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Dezembro de 2011
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei 1.980

LEI Nº1.980, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) NO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIDERÓPOLIS NO EXERCÍCIO DE 2011, PELA ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores, autorizada pela presente Lei a suplementar, mediante anulação e transposição de dotações, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em seu orçamento, através do seguinte elemento de despesa corrente, conforme abaixo discriminado:

01-	CÂMARA DE VEREADORES		
01.01	- CÂMARA DE VEREADORES		
3.1.90.11.00.00.00.00	- Vencimentos e Vantagens	R	\$
8.500,00			
3.1.90.13.00.00.00.00	- Obrigações Patrimoniais	R	\$
1.500,00			
Total:	10.000,00		

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

01 -	CÂMARA DE VEREADORES		
01.01 -	CÂMARA DE VEREADORES		
3.3.90.30.00.00.00.00	- Material de Consumo	R	\$
2.000,00			
4.4.90.52.00.00.00.00	- Equipamentos	R\$	4.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00	- Serviços de Terceiros Pessoa Juridica		
R\$ 4.000,00			
Total:	10.000,00		

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1.981

LEI Nº1.981, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza firmar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siderópolis

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio financeiro com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siderópolis - CNPJ nº83.706.242/0001-22, no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) para o exercício de 2012, e de cooperação técnica para disponibilização de servidores.

Art. 2º - O referido convênio visa a manutenção da entidade.

Art. 3º - As despesas correrão por conta do orçamento do exercício de 2012.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1.982

LEI Nº1.982, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza firmar convênio com o Centro de Recuperação Luz do Vale - CERLUZ

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o "Centro de Recuperação Luz no Vale" - CERLUZ, inscrito no CNPJ sob nº08.680.723/0001-90, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais, no exercício 2012.

Art.2º - O referido convênio visa a manutenção da entidade.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1.983

LEI Nº1.983, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público por força do art. 37, IX da Constituição Federal, o Município poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos na presente Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência à situações de calamidade pública e combate a surtos endêmicos;

II - assistência à situações emergenciais, de iminente risco da saúde pública;

III - nos dois primeiros anos de implantação de programa decorrente de convênio ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;

IV- substituição de servidor efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo;

V- suprimimento de pessoal efetivo afastado por mais 30 (trinta) dias, em razão de licença (tratamento de saúde, maternidade ou sem vencimento de caráter especial ou para tratar de interesses particulares);

VI- substituição de titular de cargo provido no Magistério Municipal, quando no desempenho de cargo em comissão ou função de confiança;

VII- atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo, no prazo máximo de 01(um) ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder;

VIII- suprir o aumento transitório e inesperado de serviços; e

IX- especificamente ao magistério público:

a) Em substituição aos afastamentos legais dos titulares,

b) Em virtude de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos; e

c) Em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

Art. 3º - O ato administrativo da contratação deverá indicar a data de término do contrato.

Art. 4º As contratações para atender necessidades de convênio ou termo de adesão do Município com outros entes públicos sujeitam-se às seguintes condições:

I - tem o tempo determinado pelos termos do convênio ou termo de adesão;

II - poderá ser renovado na renovação do convênio ou termo de adesão, desde que não ultrapasse 2(dois) anos, conforme estabelecido no inciso III, do artigo 2º.

Art. 5º O contratado tem direito ao salário inicial do respectivo cargo que ocorre a substituição, no Magistério ou em qualquer cargo provido e não provido, das hipóteses previstas nesta Lei.

Art. 6º Será firmado contrato administrativo especial, e os contratados ficam vinculados ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social, com direitos e deveres regulados no contrato.

Art.7º A contratação será realizada após processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O processo seletivo de provas ou de provas e títulos estabelecerá no mínimo 30(trinta) dias de prazo para inscrição, sujeito à ampla divulgação no órgão oficial do Município, bem como, em jornal de circulação local e estadual e no site www.sideropolis.sc.gov.br

§ 2º Devido ao exímio tempo, excetuam-se neste artigo, as contratações do Magistério Público Municipal, especificamente para o ano letivo de 2012, onde a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura selecionará o pessoal, tendo como critérios o tempo de serviço e a titulação dos profissionais na área; mediante processo seletivo simplificado.

Art. 8º A contratação para atender as necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificada expressamente.

Art. 9º Prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessados ou aprovados, devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de um ano depois da última seleção.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1.984

LEI Nº1.984, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Lei nº1.109/96 e dá outras providências

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Altera o art.1º da Lei 1109 de 29 de março de 1996, ficando o presente artigo com a seguinte redação:

"Art.1º: Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder sob forma de doação para a ASSOCIAÇÃO WHALTON'S, com sede

na Estrada Geral Siderópolis a Rio Jordão, inscrita no CNPJ, sob nº 80.167.729/0001-96, um terreno sito no Município de Siderópolis, próximo a área industrial, com área de 14.700m², com as seguintes confrontações ao Norte: 79,68m com terras de Vilmar Nola, Sul: 213,00m com terras de Associação Waltons, Leste: 40,00m com terras de Sebastião Otávio Goulart, Oeste: com Rio Fiorita".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

lei nº1.985

LEI Nº1.985, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011
CRIA CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DO MUNICÍPIO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados os cargos de Médico Plantonista, Médico Oftalmologista, Médico Psiquiatra, Médico Pediatra, Enfermeiro Plantonista e Técnico de Enfermagem Plantonista, no Quadro Permanente do Município, com salários, jornada, nº de vagas e atribuições constantes no Anexo Único da presente lei.

Art. 2º - Os cargos criados no Art. 1º da presente passam a integrar o Plano de Cargos e Salários - Lei nº1.892/2010.

Art. 3º - Os médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem que pertençam ao Quadro Permanente do Município, ou contratados para execução de programas de saúde, poderão, sem ocupação de vaga específica, prestar serviços por hora trabalhada, em regime plantonista, nos valores estipulados por esta lei desde que, em horário compatível com sua jornada normal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Anexo Único
CARGO: Médico Plantonista
SERVIÇO: Medicina
GRUPO: Cargo Efetivo Nº de VAGAS: 15

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de alta complexidade, no atendimento de paciente adulto e infantil, em situação de urgência, emergência e ambulatorial, envolvendo:

- Atendimento a qualquer alteração orgânica, psíquica ou de integridade física súbita e/ou fisiológica e o estado geral do paciente;
- Suporte às unidades de saúde quando solicitado para consultas de urgência/emergência.

- Registro todos os atos médicos em prontuário ou Boletim de Atendimento e outros documentos solicitados pela Administração Pública;

- Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Plantões preferencialmente, de 6, 12 ou 24 horas, diurnos ou noturnos, em dias úteis, finais de semana ou feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

b) Requisitos:

1- Portador do Certificado de Conclusão de Graduação em Medicina;

2- Registro no CRM.

3- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal

Salário: R\$51,51 (cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos) por hora trabalhada.

CARGO: Médico Especialista em Oftalmologia

SERVIÇO: Medicina

GRUPO: Cargo Efetivo **Nº de VAGAS:** 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de alta complexidade, envolvendo os serviços de:

- Realizar consultas, exames e atendimentos médicos, diagnóstico e tratamento de doenças;

- Fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença no prontuário;

- Implementar ações de acuidade visual como saúde educativa e preventiva;

- Disponibilização dos equipamentos ópticos básicos necessários para o desenvolvimento da função.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: 10h semanais;

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

b) Requisitos:

1- Portador do Certificado de Conclusão de Graduação em Medicina;

2- Registro no CRM e Especialização em Oftalmologia.

3- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal

Salário: R\$2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

CARGO: Médico Especialista em Psiquiatria

SERVIÇO: Medicina

GRUPO: Cargo Efetivo **Nº de VAGAS:** 01

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de alta complexidade, envolvendo os serviços de:

- realizar consultas ambulatoriais individuais, atendimentos em grupos com pacientes e familiares, visando uma atuação em conjunto com os demais profissionais da equipe, a fim de promover a saúde e integrar o usuário de forma adequada na comunidade em que está inserido;
- prescrever e acompanhar o tratamento médico especializado, bem como suspendê-lo quando necessário;
- determinar internações para usuários em surto psicótico agudo,

com risco próprio ou com terceiros;

- participar no planejamento e organização de atividades reabilitacionais e de integração dos pacientes;

- orientar as famílias quanto à conduta e quanto ao tratamento médico, buscando garantir sua adesão;

- avaliar pacientes com objetivo de inserir na modalidade intensiva, assim como dar alta em conjunto com a equipe, fazer diagnósticos e aplicar terapia em pacientes, determinar a dosagem dos medicamentos a serem ministrados aos pacientes e observar e analisar as reações apresentadas;

- aplicar psicoterapia através de entrevistas com o paciente;

- efetuar atendimento clínico a alunos de escolas especiais e dar orientação profissional, indicando as situações de trabalho mais condizentes com o biotipo e personalidade;

- atender aos familiares do doente informando-os sobre as condições do mesmo;

- participar do planejamento e execução de atividades de programas específicos e de reuniões da equipe de trabalho, contribuir para a análise e avaliação do trabalho, em equipe multiprofissional;

- apoiar estágios nas áreas específicas quando realizado convênio com universidade;

- participar de grupos de estudos visando o aprimoramento da equipe;

- promover e participar de ações educativas de programas voltados para a saúde pública;

- preencher os boletins de morbidade diária, em todos os campos, carimbar e assinar e preencher o condensado mensal;

- prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outros médicos e preencher o formulário de contra-referência;

- fazer registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença, no prontuário;

- solicitar e analisar exames complementares e diagnósticos, anotando resultado no prontuário;

- realizar orientações individuais aos usuários e familiares;

- estabelecer relacionamento confiável com os usuários, possibilitando a interação terapêutica;

- participar de juntas médicas quando solicitado.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

b) Geral: 10h semanais.

b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de Serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas em Títulos

b) Requisitos:

1 - Portador de Certificado de conclusão de 3º Grau, com habilitação específica em medicina e Registro no Conselho Regional ou Federal de Medicina.

2 - Especialização e qualificação com habilitação legal para o exercício da função de Médico Psiquiátrico.

3 - Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou Legislação Municipal.

Salário: R\$2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

CARGO: Médico Pediatra Plantonista

SERVIÇO: Medicina

GRUPO: Cargo Efetivo **Nº de VAGAS:** 03

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Atividades de alta complexidade, de nível superior, no atendimento de urgência/emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento pediátrico, realizando consultas, exames clínicos, emitindo diagnósticos, prescrevendo tratamento para recuperação da saúde do cidadão.

Encaminhar paciente de risco aos serviços de maior complexidade, contactar a Central de Regulação e colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Períodos noturnos ou diurnos, em dias úteis, finais de semana ou feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

b) Requisitos:

1- Portador do Certificado de Conclusão de Graduação em Medicina;

2- Registro no CRM e Especialização em Pediatria.

3- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal

Salário: R\$59,02 (cinquenta e nove reais e dois centavos) por hora trabalhada.

CARGO: Enfermeiro Plantonista

SERVIÇO: Enfermagem

GRUPO: Cargo Efetivo Nº de VAGAS: 04

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde - Plantão 24h

ATRIBUIÇÕES: Atividades de alta complexidade, de nível superior, envolvendo o cuidado ao paciente juntamente com o médico, o preparo e ministração de medicamentos, coleta de exames, instalação de sonda nasogástrica, nasoentera e vesicais em pacientes; troca de traqueostomia, punção venosa com cateter, curativos de maior complexidade, preparação de instrumentos para intubação, aspiração, monitoramento cardíaco e desfilibração, auxiliando a equipe medica; controle de sinais vitais, bem como atividades administrativas de liderança da equipe de enfermagem, controle de material e estatística de atendimentos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Plantões preferencialmente, de 6, 12 ou 24 horas, diurnos ou noturnos, em dias úteis, finais de semana ou feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

b) Requisitos:

1- Portador do Certificado de Conclusão de graduação em enfermagem;

2- Registro no COREN.

3- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal

Salário: R\$12,58 (doze reais e cinquenta e oito centavos) por hora trabalhada.

CARGO: Técnico de Enfermagem Plantonista

SERVIÇO: Enfermagem

GRUPO: Cargo Efetivo Nº de VAGAS: 04

LOTAÇÃO: Secretaria de Saúde - Plantão 24h

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível médio, de natureza técnica, auxiliando a equipe médica com supervisão de enfermeiro, prepara os pacientes para consultas e exames, coleta de exames de laboratório, verifica sinais vitais, realiza exames de eletrodiagnóstico e registro de eletrocardiogramas, prepara e administra medicações, realiza a movimentação e o transporte de pacientes de maneira segura, executa a limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, tudo sob a orientação e supervisão de enfermeiro, e prescrição médica.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Plantões de 6, 12 ou 24 horas, diurnos ou noturnos, em dias úteis, finais de semana ou feriados.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

b) Requisitos:

1- Portador do Certificado de Técnico de Enfermagem;

2- Registro no COREN;

3- Outros: Conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ ou Legislação Municipal.

Salário: R\$5,37 (cinco reais e trinta e sete centavos) por hora trabalhada.

Lei nº1.986

LEI Nº1.986, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

DA NOVA REDAÇÃO À LEI Nº1.805 DE 04 DE JUNHO DE 2009

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº1.805 de 04 de junho de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permutar a fração ideal de 270m², lote 10 - quadra 23, da matrícula 11.914, de propriedade do Município de Siderópolis pela área de 404,73m², matrícula 6.218, de propriedade da Srª. Maria Tereza Mariani, situada no Jardim Florida - Vila São Jorge - Siderópolis - SC."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI

Agente Administrativo

Lei nº1.987

LEI Nº1.987, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a doação de imóveis à empresas

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder sob forma de doação para a empresa:

I - NEREU DE SOUZA RESTAURANTE ME, inscrito no CNPJ nº85.351.153/0001-36, um terreno sito no Município de Siderópolis, medindo 10.026,03m² (dez mil, vinte e seis metros e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações Norte: 122,76 com Estrada Geral Mina Belluno, Sul:159,34m com Rod. Padre Herval Fontanella Oeste: 125,63m com terras da Prefeitura de Siderópolis.

Art. 2º - As despesas decorrentes da transferência e escrituração definitiva ao imóvel correrão por conta das Empresas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 20 de Dezembro de 2011

DOUGLAS GLEEN WARMLING

Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio

Feltrin”.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2547, de 22 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2547, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2010/2013.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos dos anexos respectivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 22 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação e 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 1 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0001- PROCESSO LEGISLATIVO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel locado, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e dois estagiários e serviços de limpeza terceirizado.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias conforme o Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias e solenes quando convocadas; realização de reuniões das Comissões; recebimento, discussões e votações de projetos de leis; apresentação de projetos de leis, resoluções, indicações e requerimentos; fiscalização dos atos da Administração Pública; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo Municipal; Realização das sessões da Câmara Mirim.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos; Construção da sede própria, para melhor execução dos seus trabalhos, garantindo a satisfação dos cidadãos timboenses; Executar as Atividades relacionadas da Câmara Mirim.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO	Unidade Gestora	UN	4,0000	600.000,00	0
1003	FROTA DE VEÍCULO DO PODER LEGISLATIVO	Veiculo	UN	2,0000	80.000,00	0
1005	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	Prédio	Etapa	3,0000	2.902.000,00	0
2000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.700.000,00	0
2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.848.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001					10.130.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 2 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0005- OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO LEGISLATIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	48,0000	2.000,00	0
2	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	144,0000	3.000.000,00	0
3	SENTENÇAS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO	Precatório/ RPV	UN	12,0000	2.099.500,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0005					5.101.500,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 3 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar a credibilidade do município em relação a outras esferas governamentais.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	UN	48,0000	2.306.000,00	0
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	48,0000	235.000,00	0
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	48,0000	30.000,00	0
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	48,0000	5.000,00	0
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	48,0000	5.000,00	0
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	39.000,00	0
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	48,0000	23.000,00	0
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	UN	48,0000	68.000,00	0
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	48,0000	90.000,00	0
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	UN	48,0000	270.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0007					3.071.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 4 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0010- GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Gabinete do Prefeito está estruturado com Assessorias Técnicas e Assessoria Especial respondendo, ainda, pelo assessoramento ao Vice-Prefeito e a manutenção de convênios, entre outros. A gestão da articulação das políticas públicas objetiva, entre outros, manterem diálogo constante com o Poder Legislativo e a comunidade.

DIRETRIZES:

Elaborar a articulação política e institucional necessária à gestão pública municipal; acompanhar o processo legislativo; publicar os atos da administração, coordenar a execução das políticas públicas diretamente na comunidade; defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal; acompanhar e avaliar os programas de governo.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1007	FROTA DE VEÍCULOS DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Veículo	UN	1,0000	65.280,00	0
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Unidade Gestora	UN	4,0000	3.200.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0010					3.265.280,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 5 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0011- ADMINISTRANDO NOS BAIRROS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Este projeto desenvolvido pelo Gabinete do Prefeito e com suporte técnico de todas as Secretárias Municipais, pretente envolver a Administração Pública com a população dos Bairros Timboenses. Visto que o município de Timbó esta dividido em 14 Bairros e que estão estruturados com as suas respectivas Associações e outras Entidades. Atualmente existe uma demanda crescente para efetuar parcerias com as Associações e Entidades.

DIRETRIZES:

Coordenar a execução das políticas públicas diretamente nas comunidades; efetuar parcerias nos eventos das associações e entidades, defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal para as Associações e demais Entidades dos Bairros; acompanhar e avaliar os programas de governo; realizar audiências públicas; levar a administração pública aos diversos Bairros para captar diretamente dos moradores as suas necessidades e promover eventos em conjunto com a comunidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Contribuir com a estrutura municipal e financeiramente com entidades privadas e públicas, pessoas, as quais venham firmar convênio de parceria com o Ente Público.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2006	MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	Bairro	UN	56,0000	150.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0011					150.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 6 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0012- GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Parte integrante do Gabinete do Prefeito está o Departamento de Comunicação e Relações Públicas do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a imprensa, e através do site institucional. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico e publicitário (no caso de campanhas como IPTU e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação, para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais pela comunidade, ongs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de Bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais, panfletos, informativos de cada secretaria, etc.) Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e planejamos as respostas necessárias para prefeito e secretários à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias.

DIRETRIZES:

Publicar os atos da administração, coordenar a comunicação entre as Secretarias e entre o Governo e a Comunidade timboense; acompanhar os acontecimentos do município e projetá-las em âmbito nacional. Precisamos estar sempre atentos no direcionamento das informações. Para tanto precisamos buscar apoio publicitário, pois é ele que faz este direcionamento na mídia de forma eficiente. Para melhorar a logística no trabalho interno de imprensa, devemos ter como apoio a relação social entre imprensa, público e servidores municipais. Também precisamos adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.706.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0012					2.706.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 7 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0013- DEFESA CIVIL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição à estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2010	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Unidade Gestora	UN	4,0000	760.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0013					760.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Página 8 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0015 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL.

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria da Fazenda e Administração Municipal tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades

públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo da comunidade. Administrar no setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, nove Fundos, duas Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município.

Manter e melhorar as atividades dos setores de Arrecadação, Suprimentos, Controle, Patrimônio, Recursos Humanos, CPD, Protocolo, Ouvidoria, Encargos do Município e dar suporte administrativo e financeiros a toda Administração Direta e Indireta. Adequar o quadro de funcionários para atender as necessidades de serviços da comunidade. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Atender os princípios constitucionais e os fundamentos da LRF. Adquirir equipamentos que satisfaçam as necessidades dos setores e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, Implantar programas de redução de despesas, aumento da arrecadação, controle dos atos públicos, integração das políticas públicas, diminuição de absenteísmo, entre outros.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade nas governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração

e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA	Veiculo	UN	15,0000	250.000,00	0
1011	OBRAS E CONSTRUÇÕES - SEMFA	Construção	M2	100,0000	150.000,00	0
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	7.200.000,00	0
2014	MANUTENÇÃO DOS SUPRIMENTOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	770.000,00	0
2016	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO	Unidade Gestora	UN	4,0000	660.000,00	0
2018	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Unidade Gestora	UN	4,0000	340.000,00	0
2020	MANUTENÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS	Conselho municipal	UN	60,0000	500.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0015					9.870.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 9 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0016 GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Desde a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF que a busca do equilíbrio das contas públicas é um dos principais focos do Administrador Público, talvez pelo fato de ser motivo de rejeição das suas contas como administrador. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. A fiscalização tributária e o setor de tributação trabalham em parceria para otimizar a arrecadação do Município. A tesouraria tem a função de operacionalizar o efetivo recolhimento dos recursos financeiros e efetuar os pagamentos das despesas e investimentos realizados. O setor de contabilidade integra todas as informações financeiras de entradas e saídas de recursos financeiros e deve adequar as informações conforme a legislação pertinente que se modifica anualmente. Atende-se a Administração Direta e Indireta, sendo onze unidades gestoras independentes. Nos últimos doze anos foram criadas novas Unidades Gestoras e continuou-se com o quadro original de funcionários. As informações gerenciais fornecidas pelo setor são intempestivas devido a problemas no fluxo de atividades em relação a outros setores relacionados como: RH, Tributação, Compras e Tesouraria. A contabilidade pública desde a criação da LRF vêm sofrendo alterações constantes e para os próximos quatro anos está previsto a adequação contábil com as Normas Internacionais de Contabilidade.

DIRETRIZES:

Ampliar o quadro de funcionários. Descentralizar a Administração Indireta. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, garantir a qualificação dos funcionários para atender as novas adequações das Normas Internacionais de Contabilidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração. Envolver a sociedade nas decisões administrativas através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Integrar o controle das Políticas Públicas de Finanças, com vistas à uniformização de procedimentos administrativos, redução de custos, aumento da produtividade funcional e da eficiência, atendimento da coletividade, aumento da capacidade de investimento, criação de fontes alternativas de custeio, implemento de ações estratégicas e preventivas, manutenção do superávit financeiro e orçamentário, correta execução orçamentária, etc. Criar controles e soluções que visem resguardar o erário público, buscando otimizar a aplicação dos recursos e maximizar resultados, garantindo, ainda, maior transparência nos gastos e aplicação dos recursos. Introduzir uma visão financeira gerencial. Adequar o sistema contábil com as alterações das Normas Técnicas Contábeis (nacionais e internacionais) e da Secretária do Tesouro Nacional.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2022	MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.210.000,00	0
2024	MANUTENÇÃO DA TESOURARIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	680.000,00	0
2026	MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.440.000,00	0
2028	MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.070.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0016					4.400.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 10 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0017- QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR PÚBLICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas, visto que, faz-se notaria a divisão da Prefeitura Municipal de Timbó em "mini" prefeituras. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união.

DIRETRIZES:

Melhorar o atendimento ao público interno da Administração Pública para que o resultado reflita no atendimento com qualidade aos munícipes. Investir em tecnologia moderna, técnicas e ferramentas que possam possibilitar a implantação e controle de novos processos na gestão e qualificação de pessoas.

Pesquisa de Clima é a percepção dos funcionários em relação às práticas e procedimentos organizacionais e o nível de satisfação existente. Permite a auto-análise da postura adotada na rotina de trabalho e conseqüentemente os prepara para mudanças de comportamento para que desempenhem suas funções com performance mais elevada. Os resultados apontam os aspectos em que se devem pautar as questões primordiais da empresa, alinhando as expectativas do público interno às diretrizes estratégicas da organização. A Pesquisa de Clima Organizacional visa reunir informações relacionadas ao ambiente organizacional, a percepção dos empregados em relação a esse ambiente, assim como suas reações e comportamentos a esta percepção. A pesquisa mensura a maneira como as pessoas interagem uma com as outras, com os clientes externos/internos/fornecedores e parceiros, bem como a satisfação dos empregados acerca de todo o contexto organizacional que as envolve.

OBJETIVOS:

Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e conseqüentemente um bom ambiente de trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2030	GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	95.000,00	0
2032	QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	165.000,00	0
2034	MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	700.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0017					960.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 11 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0018- GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Atualmente a comunicação interna, os processos de informação, o contato com a comunidade através de protocolo são deficitários, diga-se precários. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros. Hoje possuímos servidores de banco de dados que estão absolutamente defasados, uma rede interna com vários cascadeamentos ocasionando perda considerável de performance, e sem nenhum tipo de certificação de rede, não possuímos hoje nenhum software legalizado de anti vírus o que torna nossa estrutura de TI totalmente vulnerável. O parque de estações de trabalho instalados são compostos por micros, na maioria defasados tecnologicamente, que possuem unidades externas de entrada de dados (cd, disquete), permitindo que o usuário muitas vezes instale softwares piratas, o que requer um constante monitoramento por parte do pessoal técnico, dispensando com isso um tempo considerável. Hoje possuímos unidades administrativas totalmente independentes, o que não permite a integração dos diversos softwares instalados e um controle da parte de hardware software.

DIRETRIZES:

Implantar e implementar os setores de Ouvidoria do Município e o Protocolo Unificado. Adequar o quadro de funcionários, Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar o departamento a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas. Garantir a qualificação dos funcionários para atender novas necessidades. Reestruturação das tecnologias de TI, o que dentre outras atividade compreende: Atualização dos Servidores de banco de dados, dos servidores de aplicação e de arquivos, no que tange a Hardware e software. Aquisição de estações de trabalho atualizadas e respectivos softwares. Interligação dos equipamentos de informática seja por cabeamento certificado ou via comunicação sem fio da mesma forma certificada. Aquisição de softwares de Monitoramento, Antivírus e controle de acesso. Atualização e modernização dos processos de segurança incluindo neste item o backup das informações nos servidores de toda rede. Investimento em Meios de armazenamento das mídias de Backup bem como em prevenção e contingência no Data Center Municipal, atualização de softwares e equipamentos de informática, bem como a interligação entre os diversos setores internos e externos do poder Público Municipal, a implantação do arquivo digital, e do uso das tecnologias de comunicação via fibra ótica. Outra tarefa incumbida a este centro é a interligação de todas as unidades externas do poder público, quer sejam elas nas áreas de obras, saúde, educação, autarquias e fundações municipais e outras, permitindo uma forma gerencial ágil e rápida na tomada de decisões. A implantação do arquivo digital, vem ao encontro das necessidades atuais, permitindo a armazenagem das informações em meio magnético por tempo indeterminado e eliminando os documentos em papéis, facilitando o acesso as informações de uma maneira rápida e eficaz.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais através da disponibilização de tecnologia avançada em informações. Adequar a Administração Direta e Indireta com Gestão da Tecnologia de Informação. Proporcionar agilidade, segurança nos processos de informação.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	400.000,00	0
2036	MANUTENÇÃO DO CPD	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.300.000,00	0
2038	MANUTENÇÃO DO PROTOCOLO UNIFICADO	Unidade Gestora	UN	4,0000	295.000,00	0
2040	MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	50.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0018					2.045.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 12 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atende as crianças a partir de 04 meses até aos 04 anos de idade compreendendo atualmente 09 unidades, atendendo 1.000 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade da família, e pelas unidades Pré Escolares compreendendo atualmente 14 unidades Pré Escolares, atendendo 760 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos, com a permanência de 04 horas diárias. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, bem como profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária evitando assim custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizarem equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, transporte escolar, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 04 anos nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 06 anos nas Unidades pré-escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Firmar convênios contratos ou acordos com os governo Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	UN	1.228,0000	553.520,00	0
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	3.115,8200	4.258.696,00	0
1019	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA NEIS	Terreno	UN	2,0000	100.000,00	0
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	UN	388,0000	300.720,00	0
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	300,0000	400.000,00	0
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	UN	4,0000	19.600.000,00	0
2044	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	Aluno	UN	4.770,0000	970.000,00	0
2046	MANUTENÇÃO DAS UPES	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.600.000,00	0
2048	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	Aluno	UN	4.200,0000	750.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0020					37.532.936,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 13 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0022 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no Primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.268 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escola Integrada, Inclusão Digital, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, inclusão digital, desenvolver projetos que promovam a transformação social, Escola Aberta com acesso da comunidade aos laboratórios de informática, Redução do Lixo Escolar iniciar a implantação da Escola Integrada, biblioteca volante, a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de aquisição de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades, governo Estadual e Federal, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Iniciar o processo de implantação da Escola Integrada, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	UN	978,0000	583.020,00	0
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	4.850,0000	3.175.000,00	0
1029	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.	Terreno	UN	1,0000	100.000,00	0
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	UN	4,0000	25.884.500,00	0
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	11.100,0000	1.500.000,00	0
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	680,0000	790.000,00	0
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	194.000,00	0
2058	MANUTENÇÃO DO PDDE	Unidade Gestora	UN	4,0000	159.300,00	0
2060	INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0

TOTAL DO PROGRAMA 0022**32.485.820,00**

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento
15

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 14 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

--	--	--

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 15 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0025- GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e o Fundo de assistência à Saúde - FAS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.

DIRETRIZES:

Manter, com qualidade, os serviços de atendimento a Saúde dos servidores públicos municipais através da contratação de serviços terceirizados.

OBJETIVOS:

Gerir com eficiência o FAS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS.	Funcionário	UN	4.000,0000	4.704.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0025					4.704.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 16 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0027- GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Atualmente o FUNPREV possui um Conselho Gestor que delibera em conjunto com o Conselho Fiscal sobre a administração dos recursos financeiros e o gerenciamento de todo os processos de pensão e aposentadoria dos servidores públicos. Temos em nosso quadro 150 inativos e 26 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O FUNPREV paga atualmente 23 aposentadorias de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando uma despesa mensal em torno de 50 mil reais, totalizando aproximadamente 6 milhões pagos até a presente data.

DIRETRIZES:

Consolidar o modelo gerencial, através dos respectivos Conselhos Gestor com a fiscalização do conselho fiscal; oportunizar condições para uma competente Administração de Ativos Financeiros, controle rígido na concessão de benefícios. Implementar controles alternativos para redução de custos, implementação da compensação inter-regimes previdenciários, manutenção e pagamento dos benefícios, etc. Reconhecimento da dívida por parte do Poder Executivo dos inativos que não contribuíram com o Fundo e o repasse do mesmo. Pagamento mensal dos 24 inativos que não possuem contribuição junto ao Fundo, pelo Poder Executivo.

OBJETIVOS:

Gerir o FUNPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Efetivar a cobrança da dívida reconhecida pela Prefeitura e o aporte mensal do Executivo dos 24 inativos sem contribuição no Fundo. Criação do Instituto de previdência. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2122	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNPREV	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.130.000,00	0
2124	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO FUNPREV	Funcionário	UN	3.600,0000	2.000.000,00	0
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	Aposentado	UN	600,0000	10.060.000,00	0
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	Pensionista	UN	200,0000	1.550.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0027					14.740.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 17 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0030- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais.

DIRETRIZES:

Proporcionar apoio através de incentivos as empresas já estabelecidas e as que pretendem se estabelecer no município, tanto na Indústria, comércio e prestadores de serviço, dando plenas condições de melhorias e ampliação de suas atividades econômicas, oportunizando dessa forma novos empregos e melhoria de renda, criação de programas para inserção dos jovens Timboenses e da região no mercado de trabalho. Além de fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para juntar as parcerias entre o setor econômico, população e executivo.

OBJETIVOS:

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1031	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Equipamentos	UN	44,0000	150.000,00	0
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.500.000,00	0
2064	INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	200.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0030					4.850.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 18 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0032- PROFISSIONALIZANTE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. Mantém convênio com a 15 GEREI Secretaria da Educação e Inovação, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional. Está em fase de conclusão o Centro Empresarial de Timbó, onde deverá funcionar cursos de Ensino Profissionalizante. Timbó possui também a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci a FURB - Universidade Regional de Blumenau, que oferece cursos profissionalizantes na região.

DIRETRIZES:

Há necessidade de implantar mais cursos profissionalizantes para atender a procura da mão-de-obra especializada no município de Timbó, incentivar a oferta de cursos a nível superior, efetuar parcerias através de convênios/contratos com o SEBRAE, SINE/SC, SENAC, SENAI, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e demais entidades

OBJETIVOS:

Realizar e ampliar cursos profissionalizantes específicos, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, implantar o Pólo da Universidade Aberta, com cursos superiores a distância, através de parcerias com o MEC, criar cursos no setor têxtil através do Plano Setorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho, que precisa ser reativado através do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. Firmar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A implantação da Universidade Aberta do Brasil, o município cede o espaço físico e funcionários e ao MEC caberá fornecer os laboratórios necessários, bem como credenciar a Universidade pela parte pedagógica e pela certificação. Os cursos serão na modalidade 'a distância, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Equipamentos	UN	324,0000	100.000,00	0
1035	IMPLANTAÇÕES E REFORMAS DE INSTALAÇÕES AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Reforma	UN	1,0000	100.000,00	0
2066	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	170.000,00	0
2068	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL EM TIMBÓ	Unidade Gestora	UN	4,0000	235.000,00	0
2070	INCENTIVAR E FOMENTAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ENTIDADES	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0032					755.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 19 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e peixes. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a silagem, preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas, entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área pecuária e em inseminação. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos.

DIRETRIZES:

Apoiar os agricultores em atendimentos técnicos, juntamente com capacitação profissional, com parceria com a Epagri, Cidasc, Projeto Piava e Ensino Profissionalizante. Apoiar o associativismo. Organizar a produção com a comercialização. Ampliar a produção em mudas para distribuição e plantio em área de preservação permanente. Melhorar o assessoramento técnico na agroecologia. Buscar recursos para renovação e ampliação dos equipamentos e do pessoal, através da manutenção e requisição de equipamentos e material permanente e fortalecer o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

OBJETIVOS:

Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, com a permanência do homem no campo, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1037	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	Equipamentos	UN	30,0000	250.000,00	0
1039	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	Equipamentos	UN	58,0000	245.000,00	0
1041	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Área	M2	17.352,0000	100.000,00	0
2072	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.689.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0034					5.284.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 20 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0036 TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do Lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1201	REVITALIZAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO	Parques	UN	1,0000	200.000,00	0
1207	REVITALIZAÇÃO DOS PARQUES E PRAÇAS	Unidade Gestora	UN	4,0000	550.000,00	0
1209	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Equipamentos	UN	4,0000	100.000,00	0
1211	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.030.000,00	0
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	4,0000	533.200,00	0
2202	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS FESTAS E EVENTOS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	4,0000	450.000,00	0
2244	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÃ	Unidade Gestora	UN	4,0000	450.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0036					3.313.200,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 21 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0040- PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O planejamento de cidades é um desafio crescente. Poucas foram as cidades brasileiras que nasceram de um planejamento ordenado, e Timbó não foi exceção. Do início da colonização até a década de 70, a infra-estrutura da cidade se desenvolveu basicamente calcada em necessidades pontuais, que nem sempre se mostraram adequadas em longo prazo. Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor, um marco no planejamento urbano de Timbó. O mesmo foi revisto substancialmente apenas no ano de 2007-2008. É sabido que as cidades são organismos vivos, e que o processo de planejamento territorial deve ser dinâmico. Constatou-se, portanto, que foi justamente nesta lacuna temporal que o planejamento territorial do município foi mais prejudicado. Acarretando em ocupações do solo desordenadas, bem como outras conseqüências da falta de planejamento. Portanto, a tarefa de transformar a realidade resultante dessa herança, assegurando o direito à cidade, transformando-a num ambiente saudável e produtivo, é o maior desafio do setor de planejamento territorial.

DIRETRIZES:

Acompanhar os mecanismos de encaixe e desencaixe da cidade, através do monitoramento, aprimoramento e implementação do Plano Diretor e seus códigos complementares. Assegurar o crescimento ordenado do município e o desenvolvimento sustentável. Elaborar projetos de equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, unidades de saúde, praças, etc. Aplicar o Plano Diretor e seus códigos complementares. Integrar os instrumentos de desenvolvimento municipal; Compatibilizar os instrumentos de desenvolvimento municipal com suas políticas; Prevalência do interesse comunitário; Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano; Fortalecer o setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle. Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;

OBJETIVOS:

Regulamentar e implantar o cadastro técnico multifinalitário; Firmar convênios e parcerias com os governos Estadual e Federal e suas entidades e fundações, além de ONGs e entidades privadas. Promover o desenvolvimento sustentável, representado pelo direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, proporcionando ao munícipe melhor qualidade de vida. Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem territorial; Garantir a participação da população e de suas associações representativas na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano, assim como na gestão das cidades, construindo uma cultura política junto aos cidadãos; Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho da Cidade. Fornecer critérios técnicos para as decisões políticas. Informatizar o setor, com sistemas de tecnologia de informação; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1043	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade Gestora	UN	4,0000	330.000,00	0
1045	OBRAS E CONSTRUÇÕES	Obra	M2	590,0000	105.000,00	0
1047	FROTA DE VEÍCULOS	Veiculo	UN	7,0000	180.000,00	0
1049	IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	Terreno	M2	50,0000	1.500.000,00	0
2080	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TI	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	UN	4,0000	5.000.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0040					7.265.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 22 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos.

O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores - governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

DIRETRIZES:

Assegurar a preservação dos recursos naturais; Conscientizar a população da importância de preservação do meio ambiente. Executar convênios com Órgãos de meio ambiente Estadual ou Federal. Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; Desenvolver a cidade aliada a sustentabilidade, valorizando a paisagem existente e amortecendo o impacto produzido pela ação humana. Conservar ecossistemas existentes que possam ser afetados pela ocupação humana; Garantir o equilíbrio ambiental e a salubridade no município, preservando a água potável, evitando de todas as formas a incidência de poluição hídrica e a degradação ambiental que possa prejudicar as reservas naturais. Fomentar a criação de unidades de conservação no sentido de preservar o patrimônio socioambiental existente; Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural - RPPNs.

OBJETIVOS:

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Implementar o Fundo Municipal do meio Ambiente - FMMA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1051	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Unidade Gestora	UN	4,0000	180.000,00	0
1053	FROTA DE VEÍCULOS	Veiculo	UN	2,0000	85.000,00	0
1055	IMÓVEIS PARA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	Terreno	M2	200,0000	105.000,00	0
2084	MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Unidade Gestora	UN	4,0000	582.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0044					952.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 23 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0046 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento

e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	4,0000	300.000,00	0
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN	Veiculo	UN	4,0000	246.000,00	0
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	4,0000	1.380.000,00	0
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	30,0000	700.000,00	0
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veiculo	UN	3,0000	130.000,00	0
1271	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL	Unidade Gestora	UN	4,0000	150.000,00	0

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 24 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

1273	FROTA DE VEÍCULOS - POL. CIVIL	Veiculo	UN	1,0000	50.000,00	0
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.009.000,00	0
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	220.000,00	0
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	4,0000	250.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0046					7.535.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 25 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0048- GESTÃO DO FUNREBOMPOM**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar - FUMREBOMPOM visa manter as corporações com equipamentos modernos e em condições de uso. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros e constantemente se faz presente em inúmeros eventos os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade dos Bombeiros Militares e da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUMREBOMPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1213	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	4,0000	322.000,00	0
1215	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS	Veiculo	UN	2,0000	225.000,00	0
1217	OBRAS E CONSTRUÇÕES - BOMBEIROS	Área	M2	150,0000	100.000,00	0
1219	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - POL.	Unidade Gestora	UN	4,0000	250.000,00	0
1221	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	175.000,00	0
1223	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veiculo	UN	4,0000	175.000,00	0
1225	OBRAS E INSTALAÇÕES - POL. MILITAR	Área	M2	80,0000	90.000,00	0
2204	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	4,0000	510.000,00	0
2206	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	295.000,00	0
2208	MANUTENÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	145.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0048					2.287.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 26 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0050- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A situação predial da secretaria está comprometida devido sua antiguidade, com problemas sérios de segurança. A falta de infra-estrutura da secretaria causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange em melhores condições no ambiente de trabalho, na falta de material de segurança individual e coletivo, na uniformização específica para cada função, na informatização dos setores, e da necessidade de uma melhora considerável da frota, máquinas e equipamentos, entre outras. Redimensionar os serviços prestados, verificando a necessidade de pessoal direto ou sob a forma de terceirização. A falta de tais condições faz com que a secretaria deixe de fazer a prestação dos serviços com excelência à população. Através da Divisão de Serviços Urbanos, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente se executam serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrolamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, entre outros. Todos estes serviços são muito procurados pela população, só que alguns destes, como limpeza de rua, limpeza de boca de lobo, roçada, são de uma demanda muito alta, não sendo possível atender a contento, sendo assim conscientizar a população para a necessidade de que cada cidadão faça a sua parte, limpando principalmente sua frente de casa e seus terrenos, haja visto que estes já são de sua responsabilidade.

DIRETRIZES:

Construir uma nova sede, dentro da real necessidade da Secretaria. Adquirir e melhorar a frota, máquinas e equipamentos, e todas as outras necessidades. Contratação de pessoal, através de concurso público ou contrato individual de trabalho ou terceirização ou serviços. Divulgar a necessidade da colaboração da população, confeccionando material didático, implementando palestras, ministradas por funcionários da secretaria, nas unidades de ensino do município.

OBJETIVOS:

Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação e melhor qualidade na prestação dos serviços a comunidade. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos privados, na geração de renda, emprego e tributos, e principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes. Conscientizar os munícipes da importância e da necessidade da colaboração de todos, dando ênfase para a qualidade de vida, e redução dos custos de manutenção.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1063	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS SEOS	Veiculo	UN	4,0000	308.000,00	0
2090	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	3.783.000,00	0
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	Unidade Gestora	UN	4,0000	14.770.000,00	0
2094	CONSCIENTIZAÇÃO À POPULAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0050					18.871.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 27 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0052- OBRAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, varias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infra-estrutura, devido sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível.

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais..

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.

Programar obras de infra-estrutura e saneamento, assegurando a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	Pavimentação	ML	15,0000	19.300.000,00	0
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Obra	ML	3,0000	20.809.000,00	0
1069	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	Obra	UN	9,0000	650.000,00	0
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	Obra	M2	5,0000	2.150.000,00	0
1075	CAMPO UNIÃO	Obra	M2	7,0000	3.620.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0052					46.529.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 28 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0054 PASSEIO PÚBLICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A falta de calçadas causa transtorno a população que se obriga a transitar na via de rolamento, podendo ocorrer acidentes. Transtorno esse dificulta o direito de ir e vir das pessoas, principalmente as com necessidades especiais.

O acúmulo de entulhos e a falta de manutenção das calçadas causam incomodo a população e denigre a imagem da cidade.

DIRETRIZES:

Conscientizar os munícipes da necessidade do passeio público, e dar suporte ao projeto da parceria na construção de calçadas em todo o município, onde tiver rua pavimentada.

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e mobilidade do pedestre nas vias municipais. Embelezar e urbanizar as ruas do município, diminuindo principalmente os riscos de acidentes.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1081	OBRAS EM PASSEIOS PÚBLICOS	Obra	ML	3,0000	600.000,00	0
1083	OBRAS DE CICLOVIAS	Obra	ML	10,0000	321.500,00	0
2098	MANUTENÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	136.464,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0054					1.057.964,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 29 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0060- GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município e pela manutenção da legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta atualmente pelo Procurador Geral, um Diretor de Departamento Jurídico, dois Assessores Jurídicos, um Advogado (efetivo), e uma Atendente de Serviços Administrativos (efetiva). Estão vinculados ainda à Procuradoria Geral do Município os órgãos de defesa do consumidor (PROCON), e a Casa da Cidadania.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2100	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.256.000,00	0
2102	MANUTENÇÃO DO PROCON	Unidade Gestora	UN	4,0000	300.000,00	0
2104	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	300.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0060					2.856.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 30 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0062- ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município tem em funcionamento o fundo municipal de atendimento a criança e o adolescente (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. E conta com uma demanda de atendimento cada vez maior, até mesmo sendo feito um estudo para construção de um Centro de Atendimento.

DIRETRIZES:

Manter em funcionamento a estrutura, atual, existente e os programas: Recuperar, Lar das Crianças, Apoio Sócio Familiar, Judô, Karatê, Computação, Música, Dança, Capacitar, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, dentre outros.

Elaborar os planos de atendimento, além de atualizar e manter o cadastro de famílias atendidas pelos programas mantidos pelo Fundo de Atendimento a Criança e ao Adolescente FIA.

Disponibilizar recursos para a infância e adolescência e para treinamento do conselho tutelar e técnicos dos programas mantidos pelo FIA. Cadastrar e promover programas de atendimento a Criança e ao Adolescente. Buscar parcerias junto à sociedade civil e a órgãos governamentais.

OBJETIVOS:

Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, usuários do Programa de Atendimento a Criança e Adolescente PACA, Prestação de Serviço Comunitário PSC, Programa Sócio-familiar PSF e Liberdade Assistida LA, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1227	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	113.000,00	0
1229	FROTA DE VEICULOS - FIA	Veiculo	UN	1,0000	50.000,00	0
2210	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA	Entidades	UN	10,0000	50.000,00	0
2212	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	Pessoas	UN	11.200,0000	850.000,00	0
2266	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PAC				0,00	
2268	PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE - PAC	Unidade Gestora	UN	4,0000	132.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0062					1.195.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 31 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0066 HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social, Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar esta área e propiciar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).

DIRETRIZES:

Propiciar a construção de casas populares, conforme a Política de Interesse Social, previamente aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação - CMH. Propiciar o pagamento de profissionais específicos para desenvolver atividades de inclusão social com os mutuários, como assistente social, engenheiro e auxiliar administrativo.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a política de atenção a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1085	PROJETOS CASAS POPULARES	Construção	M2	500,0000	5.000,00	0
1087	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES	Terreno	M2	10,0000	5.000,00	0
2106	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	Pessoas	UN	50,0000	5.000,00	0
2108	MANUTENÇÃO DO FHT	Pessoas	UN	50,0000	91.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0066					106.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 32 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0070- GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo um sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Pronto Socorro e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem.

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou a possibilidade de criar um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

DIRETRIZES:

Reorganizar a estrutura da Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Ampliar a oferta de serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008. Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, implantar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar os 68 (sessenta e oito) agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Imigrantes, Fritz Lorenz e São Roque.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutar, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Implantar a Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEÍCULOS AB	Veiculo	UN	3,0000	110.000,00	0
1153	OBAS E INSTALAÇÕES AB	Área	M2	1.500,0000	1.210.000,00	0
1155	IMÓVEIS AB	Área	MO	800,0000	200.000,00	0
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	15.890.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento
34

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 33 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.630.000,00	0
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.550.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0070					24.590.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Página 34 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0072- GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Centros de Especialidades Odontológicas são unidades de saúde, participantes do Cadastro nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, Periodontia especializada, cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros, Endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readequação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº1.069/GM que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas, para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio, além de R\$ 40 mil em parcela única, correspondentes a custos com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos. Com a implantação do CEO, o município de Timbó referencia os municípios circunvizinhos. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Nosso município não possui instalações adequadas e próprias para os serviços de especialidade e SAMU. Temos como objetivo a construção das instalações de ambos os serviços. A situação exposta gera um alto custo de aluguel. Logo, reorganizaremos o funcionamento da estrutura existente em prestação de serviços, recursos humanos e físicos, ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complemente a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157	FROTA DE VEÍCULOS MAC	Veículo	UN	3,0000	300.000,00	0
1159	OBRAS E INSTALAÇÕES MAC	Área	M2	1.500,0000	4.150.000,00	0
2156	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO	Unidade Gestora	UN	4,0000	50.000,00	0
2158	MANUTENÇÃO POLICLÍNICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS.	Unidade Gestora	UN	4,0000	6.267.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento
36

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 35 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

2160	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.590.000,00	0
2162	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E EMERGENCIAIS	Unidade Gestora	UN	4,0000	100.000,00	0
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	UN	4,0000	11.883.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0072					27.340.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 36 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0074 GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS, Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue.

A secretaria Municipal de saúde e Assistência social do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva.

Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1161	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Veiculo	UN	4,0000	120.000,00	0
1163	OBRAS E INSTALAÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	50.000,00	0
1165	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Veiculo	UN	2,0000	100.000,00	0
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.350.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento
38

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 37 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.160.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0074					2.780.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 38 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0076 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 3 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu total processo empreendedor em seu local de trabalho e inserido na família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais; ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

Construção/ adaptação da farmácia básica, junto à Policlínica de Referencias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.979.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0076					1.979.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 39 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0078 GESTÃO DO SUS

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS.

Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde (definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde (baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência (Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais .Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1167	FROTA DE VEÍCULOS GESTÃO DO SUS	Veiculo	UN	1,0000	40.000,00	0
2172	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	Unidade Gestora	UN	4,0000	600.000,00	0
2174	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GESTÃO DO TRABALHO	Unidade Gestora	UN	4,0000	10.000,00	0
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.999.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0078					3.649.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 40 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0080- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó atende, em sua Diretoria de Serviço Social, munícipes de em vulnerabilidade, risco ou em exclusão social, segundo critérios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), atendidos individualmente e/ou através de programas sociais. A demanda que se direciona a esta prestação de serviços é expressiva e crescente, fazendo necessária a reordenação destes, através da criação da secretaria municipal de assistência social, embasando-se na NOB do SUAS. Auxilia-se entidades como a APAE e a Associação de Amparo à Terceira Idade.

DIRETRIZES:

Aquisição de 02 impressoras multifuncionais (fotocópia + fax), 01 televisor de 29", 01 aparelho de DVD, 01 data show, 01 aparelho de som com 02 caixas de som, 02 microfones, 02 aparelhos de celular, 05 computadores e 05 impressoras, mesas, armários, estantes, condicionadores de ar, 01 central telefônica, 05 aparelhos de telefone, 01 máquina fotográfica digital, 3 ventiladores de chão necessários para a manutenção e incremento das atividades em assistência social. Geladeira, fogão, mesa e 4 cadeiras para a cozinha.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Separar as secretarias de saúde e assistência social, pois diante da amplitude de ambas, não comporta mais serem gerenciadas dentro de uma única esfera.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1231	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - AÇÕES SOCIAIS	Unidade Gestora	UN	8,0000	25.000,00	0
1233	FROTA DE VEÍCULOS - AÇÕES SOCIAIS				0,00	
1235	OBRAS E CONSTRUÇÕES - AÇÕES SOCIAIS	Área	M2	1.300,0000	310.000,00	0
2214	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FMAS	Entidades	UN	4,0000	5.000,00	0
2216	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	Unidade Gestora	UN	8,0000	771.500,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0080					1.111.500,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 41 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0082- ASSISTÊNCIA AO IDOSO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó conta com 14 grupos da melhor idade, articulados em diversos bairros do município, e uma associação de Amparo a Terceira Idade; a demanda para estas ações é crescente em razão da proporção da longevidade estimada para população, onde são e serão necessárias atendimentos individuais e coletivos observados os critérios da LOAS e do SUAS, assim como reordenadas algumas ações em atenção a parcela da comunidade que não seja tão somente usuária deste sistema mas possua atenção ao seu estado social vulnerável em razão de seu fator etário.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao idoso (Ancionato Elze Benz)

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao idoso; manter a sociabilidade e a produtividade dos idosos do município; prevenir e controlar doenças que se manifestam

em idosos; proporcionar momentos de lazer, de atividades físicas e intelectuais; reduzir a situação de solidão do idosos, criando uma equipe multidisciplinar para atendimento ao idoso e sua família em todos os aspectos contemplados no Estatuto do Idoso, como maus tratos, negligência e outros; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao idoso.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2218	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - API	Entidades	UN	4,0000	37.000,00	0
2230	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO	Unidade Gestora	UN	56,0000	48.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0082					85.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 42 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0084 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As ações sociais desenvolvidas para os portadores de deficiência são baseadas no atendimento integral do indivíduo e da família, com o apoio à APAE, e outros cadastrados pelo serviço social, acompanhados por estes e inseridos nos programas sociais a que tem direito, observada a LOAS, bem como, quaisquer outros atendimentos que sejam necessários viabilizados através da articulação com os demais setores da sociedade civil organizada ou órgãos públicos, observadas as características de suas necessidades e limitações que as deficiências impõe ao indivíduo e a família, para que se oportunize melhor qualidade de vida e convívio em sociedade.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao deficiente(APAE), com vistas ao atendimento do Piso Básico de Transição de Média Complexidade do SUAS.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao portador de deficiência física ou mental; promover a integração do deficiente físico e mental na família e em sociedade; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pela LOAS; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao portador de deficiência física e mental.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2232	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - APD	Entidades	UN	4,0000	56.500,00	0
2234	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	Pessoas	UN	6.720,0000	3.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0084					59.500,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 43 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0086: APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programa e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (funcionários, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Aperfeiçoar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados. E através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação admissão contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Criar, instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Criar o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) e com a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1275	FROTA DE VEÍCULOS - GESTÃO SOCIAL	Veiculo	UN	3,0000	75.000,00	0
1277	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Obra	M2	1.500,0000	550.000,00	0
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	0,0000	1.453.700,00	0
2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	2.380,0000	47.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0086					2.125.700,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 44 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0087- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e /ou estão com seus vínculos afetivos, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (Programa de Atenção Integral à Família - PAIF; Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos; Benefícios eventuais (auxílio natalidade, auxílio funeral, Programas de geração de renda e de transferência de renda, vale cidadania, aluguel social e outros).

OBJETIVOS:

O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	2.600,0000	276.800,00	0
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	5.030,0000	136.000,00	0
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	1.140,0000	280.000,00	0
2280	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	Pessoas	UN	45,0000	127.000,00	0
2282	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E RENDA	Pessoas	UN	580,0000	68.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0087					887.800,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 45 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0088- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial ainda não está totalmente estruturada no Município. Atualmente na Proteção Social Especial de Média Complexidade, atende apenas a demanda da população infanto-juvenil. Porém, até meados de 2010, já contávamos com o registro da demanda reprimida de violência contra Idoso - 31 famílias e da violência doméstica contra Mulher - 49 famílias. Salientamos que para ampliar o serviço da média complexidade com a finalidade de absorver a demanda reprimida e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos e Casas lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos. Em relação ao idos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município).

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; Aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Serviço Especializado em Abordagem Social); Seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAPE e do Plano Nacional de Promoção, proteção e Defesa Do Direito de Crianças e Adolescentes a convivência familiar e comunitária -PNCFC. Implementar os Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar; Programa de Acolhimento Familiar; Albergue; Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica). Estruturar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.

OBJETIVOS:

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVICO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVIDUOS - PAEFI	Famílias	UN	585,0000	188.000,00	0
2286	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (LA E PSC)	Famílias	UN	180,0000	15.000,00	0
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	100,0000	191.000,00	0
2290	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Pessoas	UN	120,0000	31.000,00	0
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	36,0000	170.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0088					595.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 46 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo a prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção e participação de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 2 estádios municipais, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais.

Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover a integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME	Unidade Gestora	UN	4,0000	185.000,00	0
1239	FROTA DE VEÍCULOS - FME	Veiculo	UN	2,0000	365.000,00	0
1241	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	Obra	UN	4,0000	1.800.000,00	0
2236	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.600.000,00	0
2238	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.120.000,00	0
2240	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.620.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0090					6.690.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 47 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0091- APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas, ong's, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.

DIRETRIZES:

Apoiar as entidades e equipes que representam o município. Oportunizar a participação de Timbó em eventos e competições estaduais e nacionais. Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas.

Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2242	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.455.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0091					2.455.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Página 48 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0094 INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Mostra Estadual de Danças de Timbó, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Corais Adulto e Infanto da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Teatral "Seu Chico", Grupo Folclórico "Amici Italiani, Grupos Adulto e Infanto Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.

DIRETRIZES:

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a platéias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades. Participação do programa Prefeitura nos Bairros.

OBJETIVOS:

Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	Unidade Gestora	UN	16,0000	300.000,00	0
1245	FROTA DE VEÍCULOS - FCT	Veiculo	UN	1,0000	50.000,00	0
1247	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FCT	Obra	UN	20,0000	220.000,00	0
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Entidades	UN	60,0000	1.000.000,00	0
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.270.000,00	0
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Imóvel	UN	4,0000	2.200.000,00	0
2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.350.000,00	0
2254		Unidade Gestora	UN	80,0000	2.522.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento
50

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 49 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES					
TOTAL DO PROGRAMA 0094				8.912.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 50 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0096 PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1251	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CIC	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.720.000,00	0
1253	FROTA DE VEÍCULOS - CIC	Veículo	UN	2,0000	120.000,00	0
1255	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	24,0000	3.750.000,00	0
2256	MANUTENÇÃO DO CIC	Unidade Gestora	UN	4,0000	60.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0096					5.650.000,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Página 51 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:

0098- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural busca garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, ampliando a parceria entre o poder público municipal, estadual e federal, para os fins a que se destina, buscando tornar conhecido, reconhecido e valorizado o legado histórico dos imigrantes, como integrante do patrimônio cultural do Brasil - sob a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como Paisagens Culturais brasileiras - no tombamento conjunto, por parte do IPHAN, do Estado de Santa Catarina e do Município, de uma série de bens representativos do patrimônio de nossos imigrantes, estabelecendo legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de seus entornos e da paisagem ambiental das regiões selecionadas, em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura e o MinC/IPHAN - numa parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social, divulgando o patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito nacional, regional e local, entre outros.

DIRETRIZES:

O Fundo de Preservação se destina, prioritariamente, à conservação dos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, que configuram o patrimônio cultural dos imigrantes em Santa Catarina. Seus recursos devem ser usados, prioritariamente, em obras e ações de conservação e restauro; na realização e complementação dos inventários; ao fomento à produção, qualificação e comercialização de produtos tradicionais; à estruturação das rotas culturais e à divulgação dessas ações, entre outros.

OBJETIVOS:

Priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre órgãos e entidades com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; colaborar com órgãos federais, seus representantes e o Governo Estadual, na execução das ações; oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas; divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração; firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação planejada no Termo; facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade de Timbó; estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Planos de Preservação, para as áreas selecionadas pelo projeto; formalizar roteiros de visitação no interior do Município; complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do Município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN; realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse Termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município; responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito Municipal; executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas no Termo, interagindo com o governo federal, estadual e a comunidade local; participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas; estabelecer um regime de estreita cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município; tornando conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, formalizando, junto ao projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração a representação de uma chancela de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliando a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda e ainda, elaborando inventário cultural, buscando as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2258	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO	Unidade Gestora	UN	4,0000	170.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0098					170.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 52 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0100- ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento

DIRETRIZES:

Adquirir novos equipamentos de informática para substituição dos antigos e disponibilizar novos, que atendam a necessidade de mobília das novas instalações da sede administrativa. Adquirir equipamentos de comunicação como bens móveis, conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de água, através de sistema informatizado com comunicação via radio frequência, para maior precisão no tratamento e no abastecimento do sistema de águas. Aquisição e reforme de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes. Aquisição de equipamentos para modernização do laboratório.

OBJETIVOS:

Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 94% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	Unidade Gestora	UN	12,0000	925.000,00	0
1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	Veiculo	UN	5,0000	666.000,00	0
1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Metros	MIL	80,0000	4.086.000,00	0
1307	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Imóvel	UN	2,0000	50.000,00	0
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.220.000,00	0
2302	MANUTENÇÃO DA ETA	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.425.000,00	0
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.075.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0100					16.447.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

Página 53 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0102- ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.

DIRETRIZES:

Aquisição dos equipamentos de informática, comunicação e bens móveis. (Computadores, impressoras, coletores, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de esgoto, através de sistema informatizado com comunicação via radio frequência. Aquisição de Bombas para recalque e equipamentos sobressalentes, para melhor funcionamento das mesmas.

OBJETIVOS:

Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1309	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ESGOTO	Unidade Gestora	UN	12,0000	1.250.000,00	0
1311	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ESGOTO	Veiculo	UN	2,0000	295.000,00	0
1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Metros	MIL	180,0000	31.240.000,00	0
1315	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Imóvel	UN	1,0000	90.000,00	0
2306	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ESGOTO	Unidade Gestora	UN	4,0000	59.000,00	0
2308	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ETE	Unidade Gestora	UN	4,0000	12.000,00	0
2310	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Unidade Gestora	UN	4,0000	52.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0102					32.998.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

Página 54 de 55

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 9

PROGRAMA DE GOVERNO:**0104 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em

DIRETRIZES:

Continua substituição dos equipamentos de informática e comunicação como bens moveis conforme depreciação dos bens (Computadores, impressoras, mesas, cadeiras, calculadoras, central telefônica telefones, rádios amadores). Automação de todo sistema de tratamento de chorume. Mobiliário para cozinha. Aquisição de uma prensa para o lixo reciclado.

OBJETIVOS:

Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Córrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1317	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ATERRO	Unidade Gestora	UN	12,0000	390.000,00	0
1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	Veiculo	UN	7,0000	935.000,00	0
1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Área	M2	1.500,0000	570.000,00	0
1323	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Imóvel	UN	1,0000	10.000,00	0
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO	Unidade Gestora	UN	4,0000	630.000,00	0
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO	Unidade Gestora	UN	4,0000	2.855.000,00	0
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	Unidade Gestora	UN	4,0000	3.130.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0104					8.520.000,00	

Lei Nº 2549, de 22 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2549, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2010/2013.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, fica retificado, passando a vigorar com as alterações incluídas pela presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, 22 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação e 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício



MUNICÍPIO DE TIMBO
CAMARA DE VEREADORES DE TIMBO
Programas Detalhados
PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 10

2

PROGRAMA DE GOVERNO:**0001- PROCESSO LEGISLATIVO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel locado, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e dois estagiários e serviços de limpeza terceirizado.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias conforme o Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias e solenes quando convocadas; realização de reuniões das Comissões; recebimento, discussões e votações de projetos de leis; apresentação de projetos de leis, resoluções, indicações e requerimentos; fiscalização dos atos da Administração Pública; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo Municipal; Realização das sessões da Câmara Mirim.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos; Construção da sede própria, para melhor execução dos seus trabalhos, garantindo a satisfação dos cidadãos timboenses; Executar as Atividades relacionadas da Câmara Mirim.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO	Unidade Gestora	UN	4,0000	600.000,00	0
1003	FROTA DE VEÍCULO DO PODER LEGISLATIVO	Veiculo	UN	2,0000	80.000,00	0
1005	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	Prédio	Etapa	3,0000	2.982.720,00	0
2000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Unidade Gestora	UN	4,0000	1.700.000,00	0
2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Unidade Gestora	UN	4,0000	4.767.280,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0001					10.130.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0001

AÇÃO: 1001

Equipar a Câmara de Vereadores com computadores e softwares de informática, impressoras, livros para a biblioteca administrativa e legislativa, mobiliário e Equipamentos para a Sede e Equipamentos diversos.

AÇÃO: 1003

Equipar a Câmara de Vereadores com 2 (dois) veículos, de acordo com as necessidades.

AÇÃO: 1005

Construir a Sede com 1.806,00 m².

AÇÃO: 2000

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBO
CAMARA DE VEREADORES DE TIMBO
Programas Detalhados

3

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 10

Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades dos departamentos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Firmar convênios e contratos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Implementar atividades contábeis em conformidade com o Sistema de Controle Interno Municipal e legislação vigente. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÃO: 2002

Assessoria Legislativa da Câmara de Vereadores: manter as atividades do departamento, eventos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais e legais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação, treinamento, entre outros. Contratar serviços técnicos especializados, para o aperfeiçoamento e apoio dos trabalhos da secretaria e consultorias / assessorias específicas de acordo com as necessidades. Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões quanto às ações do Governo Municipal, através da realização de Audiências Públicas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Manter as atividades do Processo Legislativo, realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, remuneração dos Vereadores e servidores envolvidos no processo legislativo conforme legislação em vigor. Implantação e Execução Câmara Mirin.



MUNICÍPIO DE TIMBO
CAMARA DE VEREADORES DE TIMBO
Programas Detalhados

4

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 10

PROGRAMA DE GOVERNO:**0005- OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS**

GERENTE DO

PROGRAMA:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO LEGISLATIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	48,0000	2.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0005					2.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0005

AÇÃO: 1

Saldar mensalmente os parcelamentos da dívida com o INSS (Poder Legislativo).

**MUNICÍPIO DE TIMBO**

5

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2010 a 2013 Versão: 10

PROGRAMA DE GOVERNO:**0052- OBRAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, varias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infra-estrutura, devido sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível.

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais..

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.

Programar obras de infra-estrutura e saneamento, assegurando a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	Pavimentação	ML	15,0000	20.162.088,16	0
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Obra	ML	3,0000	20.809.000,00	0
1069	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	Obra	UN	9,0000	650.000,00	0
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	Obra	M2	5,0000	2.150.000,00	0
1075	CAMPO UNIÃO	Obra	M2	7,0000	3.620.000,00	0
TOTAL DO PROGRAMA 0052					47.391.088,16	

Lei Nº 2548, de 22 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2548, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Lei nº 2.481, de 22 de outubro de 2010, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2011.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações - Produto _ Unidade de Medida - Meta - Valor - Fonte de Recursos, da Lei nº 2.481, de 22 de outubro de 2010, fica retificado, passando a vigorar com as alterações dadas pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 1 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0001- PROCESSO LEGISLATIVO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel locado, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação Social e um Diretor Geral) e dois estagiários e serviços de limpeza terceirizado.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias conforme o Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias e solenes quando convocadas; realização de reuniões das Comissões; recebimento, discussões e votações de projetos de leis; apresentação de projetos de leis, resoluções, indicações e requerimentos; fiscalização dos atos da Administração Pública; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Poder Legislativo Municipal; Realização das Sessões da Câmara Mirim.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Aquisições de automóveis de acordo com a necessidade; adequação do quadro de pessoal; realização de concurso público e contratação de novos profissionais; atualização da biblioteca; aquisição de equipamentos e móveis; manutenção das secretarias. Praticar a transparência dos seus atos; Construção da sede própria, para melhor execução dos seus trabalhos, garantindo a satisfação dos cidadãos timboenses; Executar as Atividades relacionadas da Câmara Mirim.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO PODER LEGISLATIVO	Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
1003	FROTA DE VEÍCULO DO PODER LEGISLATIVO					
1005	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	Prédio	Etapa	1,0000	1.602.000,00	Recursos Fiscais
2000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	400.000,00	Recursos Fiscais
2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA	Unidade Gestora	UN	1,0000	898.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0001					2.940.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 2 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0005- OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó possui parcelamentos de dívidas com o INSS, BNDES (PMAT) e BADESC e tem programação de pagamento de sentenças judiciais através de precatórios ou requisição de pequeno valor - RPV.

DIRETRIZES:

Manter o cadastro sempre atualizado para que seja possível apresentar informações concretas e resguardar o patrimônio do município em relação a reclamações judiciais, entre outras.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente os parcelamentos das dívidas, cumprir com as obrigações dos precatórios/RPV.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO LEGISLATIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
2	DÍVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	Pagamento de Dívida	Parcela	36,0000	658.000,00	Recursos Fiscais
3	SENTENÇAS JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO	Precatório/ RPV	UN	0,0000	105.000,00 225.655,28	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0005					989.655,28	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 3 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0007- ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O município de Timbó contribui mensalmente para a formação do PASEP na proporção de 1% sobre a arrecadação da receita exceto convênios e operações de crédito.

DIRETRIZES:

Saldar mensalmente e contribuir com a formação do PASEP.

OBJETIVOS:

Saldar mensalmente a contribuição com a formação do PASEP.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
4	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP PMT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	670.000,00	Recursos Fiscais
5	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	35.000,00 7.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
6	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FMAS.	Parcela Mensal	UN	12,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
7	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FIA.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
8	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMTUR.	Parcela Mensal	UN	12,0000	1.000,00	Recursos Fiscais
9	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUNTRAM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	10.000,00 1.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
10	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FUMREBOMPOM.	Parcela Mensal	UN	12,0000	6.000,00	Recursos Fiscais
11	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FME.	Parcela Mensal	UN	12,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
12	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP FCT.	Parcela Mensal	UN	12,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
13	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP SAMAE.	Parcela Mensal	UN	12,0000	60.000,00 19.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0007					845.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 4 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0010- GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Gabinete do Prefeito está estruturado com Assessorias Técnicas e Assessoria Especial respondendo, ainda, pelo assessoramento ao Vice-Prefeito e a manutenção de convênios, entre outros. A gestão da articulação das políticas públicas objetiva, entre outros, manterem diálogo constante com o Poder Legislativo e a comunidade.

DIRETRIZES:

Elaborar a articulação política e institucional necessária à gestão pública municipal; acompanhar o processo legislativo; publicar os atos da administração, coordenar a execução das políticas públicas diretamente na comunidade; defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal; acompanhar e avaliar os programas de governo.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1007	FROTA DE VEÍCULOS DOS GABINETES E ASSESSORIAS					
2004	MANUTENÇÃO DOS GABINETES E ASSESSORIAS	Unidade Gestora	UN	1,0000	903.600,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0010					903.600,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 5 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0011- ADMINISTRANDO NOS BAIRROS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Este projeto desenvolvido pelo Gabinete do Prefeito e com suporte técnico de todas as Secretárias Municipais, pretente envolver a Administração Pública com a população dos Bairros Timboenses. Visto que o município de Timbó esta dividido em 14 Bairros e que estão estruturados com as suas respectivas Associações e outras Entidades. Atualmente existe uma demanda crescente para efetuar parcerias com as Associações e Entidades.

DIRETRIZES:

Coordenar a execução das políticas públicas diretamente nas comunidades; efetuar parcerias nos eventos das associações e entidades, defesa dos interesses do Município e dos cidadãos (agenda comunitária); planejar as ações da administração; promover ações visando à captação de recursos junto aos Governos Estadual e Federal para as Associações e demais Entidades dos Bairros; acompanhar e avaliar os programas de governo; realizar audiências públicas; levar a administração pública aos diversos Bairros para captar diretamente dos moradores as suas necessidades e promover eventos em conjunto com a comunidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Contribuir com a estrutura municipal e financeiramente com entidades privadas e públicas, pessoas, as quais venham firmar convênio de parceria com o Ente Público.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2006	MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	Bairro	UN	14,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0011					2.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 6 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0012- GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Parte integrante do Gabinete do Prefeito está o Departamento de Comunicação e Relações Públicas do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a imprensa, e através do site institucional. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico e publicitário (no caso de campanhas como IPTU e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação, para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais pela comunidade, ongs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de Bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais, panfletos, informativos de cada secretaria, etc.) Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e planejamos as respostas necessárias para prefeito e secretários à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias.

DIRETRIZES:

Publicar os atos da administração, coordenar a comunicação entre as Secretarias e entre o Governo e a Comunidade timboense; acompanhar os acontecimentos do município e projetá-las em âmbito nacional. Precisamos estar sempre atentos no direcionamento das informações. Para tanto precisamos buscar apoio publicitário, pois é ele que faz este direcionamento na mídia de forma eficiente. Para melhorar a logística no trabalho interno de imprensa, devemos ter como apoio a relação social entre imprensa, público e servidores municipais. Também precisamos adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Principal objetivo é de bem informar a população sobre os atos da administração pública. Cooperar com a democracia da informação de forma coerente e institucional, dentro dos parâmetros legais. Estarmos sempre bem preparados tecnicamente para dentro de nossa responsabilidade, sermos práticos e resolutivos em nossas ações.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2008	MANUTENÇÃO DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	761.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0012					761.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 7 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0013- DEFESA CIVIL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua História sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais. Em especial no mês de novembro de 2008 sofremos, além dos eventos normais, com desmoronamentos na área urbana e rural. O Conselho Municipal de Defesa Civil têm a prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência.

DIRETRIZES:

Manter sempre a disposição à estrutura da Administração Direta e Indireta para atender as solicitações da Defesa Civil. Bem como propiciar conforto as pessoas atingidas por catástrofes e garantir a dignidade dos atingidos.

OBJETIVOS:

Atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense. Bem como através da defesa civil coordenar serviços de apoio a cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas. Firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2010	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	510.200,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0013					510.200,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 8 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0015 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL.**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria da Fazenda e Administração Municipal tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A legislação pertinente a execução das atividades públicas se modifica constantemente sendo necessário capacitar os funcionários para que o município possa acompanhar as mudanças sem prejuízo da comunidade. Administrar no setor público, hoje em dia, é respeitar o novo código de ética do governo que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os pilares da LRF são planejamento, controle, transparência e responsabilidade. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, nove Fundos, duas Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimentos de todas as políticas públicas do município.

DIRETRIZES:

Manter e melhorar as atividades dos setores de Arrecadação, Suprimentos, Controle, Patrimônio, Recursos Humanos, CPD, Protocolo, Ouvidoria, Encargos do Município e dar suporte administrativo e financeiros a toda Administração Direta e Indireta. Adequar o quadro de funcionários para atender as necessidades de serviços da comunidade. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Atender os princípios constitucionais e os fundamentos da LRF. Adquirir equipamentos que satisfaçam as necessidades dos setores e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, Implantar programas de redução de despesas, aumento da arrecadação, controle dos atos públicos, integração das políticas públicas, diminuição de absenteísmo, entre outros.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais. Envolver a sociedade nas governamentais através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas com controle dos atos da administração

e uma gestão responsável. Dar suporte administrativo, financeiro e operacional a Unidade Central, Fundos, Fundações e Autarquia. Firmar convênios, acordos, contratos e outros instrumentos de parcerias com Entidades, Organizações e o Governo Federal e Estadual.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1009	FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA					
1011	OBRAS E CONSTRUÇÕES - SEMFA					
2012	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.038.850,00 22.150,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2014	MANUTENÇÃO DOS SUPRIMENTOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	162.000,00	Recursos Fiscais
2016	MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO	Unidade Gestora	UN	1,0000	103.000,00	Recursos Fiscais
2018	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	Unidade Gestora	UN	1,0000	70.000,00	Recursos Fiscais
2020	MANUTENÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS	Conselho municipal	UN	15,0000	117.270,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0015					2.513.270,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 9 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0016 GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Desde a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF que a busca do equilíbrio das contas públicas é um dos principais focos do Administrador Público, talvez pelo fato de ser motivo de rejeição das suas contas como administrador. A Secretaria da Fazenda e Administração Pública - SEMFA é responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras do município. Os setores responsáveis são: contabilidade, tesouraria, tributação e fiscalização tributária. A fiscalização tributária e o setor de tributação trabalham em parceria para otimizar a arrecadação do Município. A tesouraria tem a função de operacionalizar o efetivo recolhimento dos recursos financeiros e efetuar os pagamentos das despesas e investimentos realizados. O setor de contabilidade integra todas as informações financeiras de entradas e saídas de recursos financeiros e deve adequar as informações conforme a legislação pertinente que se modifica anualmente. Atende-se a Administração Direta e Indireta, sendo onze unidades gestoras independentes. Nos últimos doze anos foram criadas novas Unidades Gestoras e continuou-se com o quadro original de funcionários. As informações gerenciais fornecidas pelo setor são intempestivas devido a problemas no fluxo de atividades em relação a outros setores relacionados como: RH, Tributação, Compras e Tesouraria. A contabilidade pública desde a criação da LRF vêm sofrendo alterações constantes e para os próximos quatro anos está previsto a adequação contábil com as Normas Internacionais de Contabilidade.

DIRETRIZES:

Ampliar o quadro de funcionários. Descentralizar a Administração Indireta. Publicar os atos da administração, coordenar as atividades de planejamento, inclusive, as audiências públicas. Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar os departamentos a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas, garantir a qualificação dos funcionários para atender as novas adequações das Normas Internacionais de Contabilidade.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração. Envolver a sociedade nas decisões administrativas através de audiências públicas. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Integrar o controle das Políticas Públicas de Finanças, com vistas à uniformização de procedimentos administrativos, redução de custos, aumento da produtividade funcional e da eficiência, atendimento da coletividade, aumento da capacidade de investimento, criação de fontes alternativas de custeio, implemento de ações estratégicas e preventivas, manutenção do superávit financeiro e orçamentário, correta execução orçamentária, etc. Criar controles e soluções que visem resguardar o erário público, buscando otimizar a aplicação dos recursos e maximizar resultados, garantindo, ainda, maior transparência nos gastos e aplicação dos recursos. Introduzir uma visão financeira gerencial. Adequar o sistema contábil com as alterações das Normas Técnicas Contábeis (nacionais e internacionais) e da Secretária do Tesouro Nacional.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2022	MANUTENÇÃO DA CONTABILIDADE	Unidade Gestora	UN	1,0000	235.000,00	Recursos Fiscais
2024	MANUTENÇÃO DA TESOURARIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	115.000,00	Recursos Fiscais
2026	MANUTENÇÃO DA TRIBUTAÇÃO	Unidade Gestora	UN	1,0000	302.000,00	Recursos Fiscais
2028	MANUTENÇÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	224.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0016					876.000,00	

10

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 10 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0017- QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR PÚBLICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O quadro de funcionários da Administração Municipal é composto de funcionários Estatutários, Estáveis, Cargos em Comissão, Empregados Públicos e Contratados por Tempo Determinado. O fluxo relacionado aos procedimentos de gestão de pessoas é complexo e segundo levantamento realizado deficitário. Há necessidade de implantarmos um processo de Gestão visando o alinhamento entre as expectativas do público interno e as estratégias corporativas de gestão de pessoas, visto que, faz-se notaria a divisão da Prefeitura Municipal de Timbó em "mini" prefeituras. O Clima Organizacional bem trabalhado pode trazer alguns benefícios para a organização: retenção de talentos; treinamentos sintonizados com os objetivos da empresa, gerando resultado; melhoria na produtividade; melhoria na comunicação interna da empresa, gerando resultados; aumento no comprometimento dos funcionários com a empresa; credibilidade e integração - união.

DIRETRIZES:

Melhorar o atendimento ao público interno da Administração Pública para que o resultado reflita no atendimento com qualidade aos munícipes. Investir em tecnologia moderna, técnicas e ferramentas que possam possibilitar a implantação e controle de novos processos na gestão e qualificação de pessoas.

Pesquisa de Clima é a percepção dos funcionários em relação às práticas e procedimentos organizacionais e o nível de satisfação existente. Permite a auto-análise da postura adotada na rotina de trabalho e conseqüentemente os prepara para mudanças de comportamento para que desempenhem suas funções com performance mais elevada. Os resultados apontam os aspectos em que se devem pautar as questões primordiais da empresa, alinhando as expectativas do público interno às diretrizes estratégicas da organização. A Pesquisa de Clima Organizacional visa reunir informações relacionadas ao ambiente organizacional, a percepção dos empregados em relação a esse ambiente, assim como suas reações e comportamentos a esta percepção. A pesquisa mensura a maneira como as pessoas interagem uma com as outras, com os clientes externos/internos/fornecedores e parceiros, bem como a satisfação dos empregados acerca de todo o contexto organizacional que as envolve.

OBJETIVOS:

Proporcionar serviços públicos de qualidade como resultado da gestão de pessoas. Identificar os fatores que promovem ou interferem na motivação e qualidade de trabalho dos funcionários; Conhecer os pontos fortes e necessidades de intervenção nas estratégias e políticas adotadas pela empresa; Conhecer as impressões dos funcionários sobre a empresa e seu ambiente de trabalho. Incentivar trabalho em equipe, buscar aprimoramento de suas habilidades bem como seu potencial criativo. Aumentar a eficiência funcional e a eficiência. Identificar as próprias crenças sobre pessoas no trabalho. Definir competências necessárias por Servidor para cada "célula/área" de trabalho. Despertar o gerenciamento itinerante. Proporcionar ao Servidor organização física, mental, emocional, desenvolver trabalho em grupo e alinhamento pessoal com a organização. Melhorar hábitos de trabalho, sistema de trabalho e planejamento, além de implantar ações estratégicas visando o comprometimento de todos para um objetivo comum e conseqüentemente um bom ambiente de trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2030	GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL					
2032	QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	18.225,55	Recursos Fiscais
2034	MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	132.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0017					150.225,55	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 11 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0018- GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria da Fazenda e Administração Municipal. Atualmente a comunicação interna, os processos de informação, o contato com a comunidade através de protocolo são deficitários, diga-se precários. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos para que a comunidade seja beneficiada com os resultados. Um dos pontos fracos do setor é a segurança em relação a aspectos externos como vírus, hackers, entre outros. Hoje possuímos servidores de banco de dados que estão absolutamente defasados, uma rede interna com vários cascadeamentos ocasionando perda considerável de performance, e sem nenhum tipo de certificação de rede, não possuímos hoje nenhum software legalizado de anti vírus o que torna nossa estrutura de TI totalmente vulnerável. O parque de estações de trabalho instalados são compostos por micros, na maioria defasados tecnologicamente, que possuem unidades externas de entrada de dados (cd, disquete), permitindo que o usuário muitas vezes instale softwares piratas, o que requer um constante monitoramento por parte do pessoal técnico, dispensando com isso um tempo considerável. Hoje possuímos unidades administrativas totalmente independentes, o que não permite a integração dos diversos softwares instalados e um controle da parte de hardware software.

DIRETRIZES:

Implantar e implementar os setores de Ouvidoria do Município e o Protocolo Unificado. Adequar o quadro de funcionários, Adquirir equipamentos que satisfaçam a necessidade do setor e substituir os obsoletos. Modernizar o departamento a fim de servir de exemplo em relação a eficiência e eficácia. Realizar, controlar, orientar e fiscalizar os atos da gestão municipal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas. Garantir a qualificação dos funcionários para atender novas necessidades. Reestruturação das tecnologias de TI, o que dentre outras atividade compreende: Atualização dos Servidores de banco de dados, dos servidores de aplicação e de arquivos, no que tange a Hardware e software. Aquisição de estações de trabalho atualizadas e respectivos softwares. Interligação dos equipamentos de informática seja por cabeamento certificado ou via comunicação sem fio da mesma forma certificada. Aquisição de softwares de Monitoramento, Antivírus e controle de acesso. Atualização e modernização dos processos de segurança incluindo neste item o backup das informações nos servidores de toda rede. Investimento em Meios de armazenamento das mídias de Backup bem como em prevenção e contingência no Data Center Municipal, atualização de softwares e equipamentos de informática, bem como a interligação entre os diversos setores internos e externos do poder Público Municipal, a implantação do arquivo digital, e do uso das tecnologias de comunicação via fibra ótica. Outra tarefa incumbida a este centro é a interligação de todas as unidades externas do poder público, quer sejam elas nas áreas de obras, saúde, educação, autarquias e fundações municipais e outras, permitindo uma forma gerencial ágil e rápida na tomada de decisões. A implantação do arquivo digital, vem ao encontro das necessidades atuais, permitindo a armazenagem das informações em meio magnético por tempo indeterminado e eliminando os documentos em papéis, facilitando o acesso as informações de uma maneira rápida e eficaz.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais através da disponibilização de tecnologia avançada em informações. Adequar a Administração Direta e Indireta com Gestão da Tecnologia de Informação. Proporcionar agilidade, segurança nos processos de informação.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1013	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	34.000,00	Recursos Fiscais
2036	MANUTENÇÃO DO CPD	Unidade Gestora	UN	1,0000	220.000,00	Recursos Fiscais
2038	MANUTENÇÃO DO PROTOCOLO UNIFICADO	Unidade Gestora	UN	1,0000	45.000,00	Recursos Fiscais
2040	MANUTENÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL					
TOTAL DO PROGRAMA 0018					299.000,00	

12

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 12 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atende as crianças a partir de 04 meses até aos 04 anos de idade compreendendo atualmente 09 unidades, atendendo 1.000 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade da família, e pelas unidades Pré Escolares compreendendo atualmente 14 unidades Pré Escolares, atendendo 760 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos, com a permanência de 04 horas diárias. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, bem como profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária evitando assim custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizar equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, transporte escolar, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 04 anos nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 06 anos nas Unidades pré-escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Firmar convênios contratos ou acordos com os governo Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	UN	307,0000	8.300,00 50.000,00 20.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	778,9550	360.500,00 750.000,00 50.000,00 140.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1019	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA NEIS					
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	UN	128,0000	35.873,70	Recursos Fiscais
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	75,0000	170.000,00	Recursos Fiscais
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	UN	1,0000	397.897,55 1.507.600,00 3.956.502,45	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2044	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	Aluno	UN	1.192,5000	150.000,00 80.000,00 150.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 13 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas

2046	MANUTENÇÃO DAS UPES	Unidade Gestora	UN	1,0000	95.551,86 680.000,00 1.755.448,14	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2048	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	Aluno	UN	1.050,0000	35.000,00 40.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0020					10.442.673,70	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 14 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0022 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no Primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.268 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escola Integrada, Inclusão Digital, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, inclusão digital, desenvolver projetos que promovam a transformação social, Escola Aberta com acesso da comunidade aos laboratórios de informática, Redução do Lixo Escolar iniciar a implantação da Escola Integrada, biblioteca volante, a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de aquisição de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades, governo Estadual e Federal, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Iniciar o processo de implantação da Escola Integrada, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	UN	244,5000	5.652,00 40.000,00 50.000,00 40.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	1.212,5000	1.000.000,00 320.000,00 208.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1029	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.					
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	UN	1,0000	808.609,04 2.348.479,00 3.983.100,00 108.167,47	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	2.775,0000	59.000,00 130.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	UN	170,0000	10.004,00 216.996,00 13.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2056		Unidade Gestora	UN	1,0000	42.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 15 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas

	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS					
2058	MANUTENÇÃO DO PDDE	Unidade Gestora	UN	1,0000	77.053,30	Recursos Fiscais
2060	INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	8.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0022					9.468.060,81	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 16 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0025- GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município instituiu o Regime Municipal de Previdência Social e Assistência a Saúde dos Servidores em 1993, juntamente com a conversão do Regime Jurídico de Celetista para Estatutário. Este regime próprio abriga os servidores efetivos, inclusive os aposentados e pensionistas. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a administração municipal separou a previdência social dos serviços de assistência à saúde, criando, respectivamente, o Fundo de Previdência Social - FUNPREV e o Fundo de assistência à Saúde - FAS. Atualmente contamos com o fornecimento de serviços da Cooperativa UNIMED para atender o Poder Legislativo e Poder Executivo.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FAS, conforme as Leis Complementares nº 01/93 e nº 136/98, e alterações posteriores. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços e saúde. Praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver os funcionários nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

OBJETIVOS:

Gerir com eficiência o FAS, resguardar o direito a saúde dos servidores, pesquisar e implantar medidas para oferecermos serviços com qualidade e menor custo.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS.	Funcionário	UN	1.000,0000	1.024.000,00 185.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0025					1.209.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2011 Versão: 4**Página 17 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:37 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0027- GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da LF nº 9.717/98 e EC nº 20. Atualmente o FUNPREV possui um Conselho Gestor que delibera em conjunto com o Conselho Fiscal sobre a administração dos recursos financeiros e o gerenciamento de todo os processos de pensão e aposentadoria dos servidores públicos. Temos em nosso quadro 150 inativos e 26 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. O FUNPREV paga atualmente 23 aposentadorias de servidores que não contribuíram com o mesmo, o que vem acontecendo desde meados de 1998, gerando uma despesa mensal em torno de 50 mil reais, totalizando aproximadamente 6 milhões pagos até a presente data.

DIRETRIZES:

Manter as atividades do FUNPREV, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação em cursos, seminários e congressos, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Fundo. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas, melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Aluguel de Sala e aquisição de equipamentos e mobiliários para melhor atender os segurados, caso venha a ser criado o Instituto.

OBJETIVOS:

Gerir o FUNPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, cálculo atuarial, controle de concessão de benefícios, etc. Implementar e manter o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, possibilitando a manutenção e custeio do Plano de Benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle. Efetivar a Compensação Financeira entre os diversos regimes previdenciários. Efetivar a cobrança da dívida reconhecida pela Prefeitura e o aporte mensal do Executivo dos 24 inativos sem contribuição no Fundo. Criação do Instituto de previdência. Parceria com o Executivo na contratação de Médico do Trabalho.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2122	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNPREV	Unidade Gestora	UN	1,0000	370.000,00	Recursos Fiscais
2124	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO FUNPREV	Funcionário	UN	900,0000	540.000,00	Recursos Fiscais
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	Aposentado	UN	150,0000	3.050.000,00	Recursos Fiscais
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	Pensionista	UN	50,0000	420.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0027					4.380.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 18 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:37 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0030- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Nosso município possui grande potencial no desenvolvimento nos setores da indústria, comércio e prestação de serviços. Uma das principais metas nesta administração está voltada a Ação de Resultados, criando condições para aumentar a quantidade dos postos de emprego na cidade, gerando acréscimo no movimento econômico, através de parcerias junto a entidades privadas, governamentais e não governamentais.

DIRETRIZES:

Proporcionar apoio através de incentivos as empresas já estabelecidas e as que pretendem se estabelecer no município, tanto na Indústria, comércio e prestadores de serviço, dando plenas condições de melhorias e ampliação de suas atividades econômicas, oportunizando dessa forma novos empregos e melhoria de renda, criação de programas para inserção dos jovens Timboenses e da região no mercado de trabalho. Além de fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Econômico, para juntar as parcerias entre o setor econômico, população e executivo.

OBJETIVOS:

Fomentar o desenvolvimento Industrial, através de incentivos fiscais, apoiar o setor Comercial e de Serviços, ordenando e fortalecendo o crescimento econômico, melhorando desta forma a renda familiar. Necessidade de criar novos pólos industriais. Implementar e revisar a legislação de incentivos fiscais e econômicos destinados as empresas. Firmar parcerias, convênios, contratos, acordos ou ajustes, na forma da legislação aplicável, com o Governo Federal e Estadual, suas entidades e fundações, PPP-Parcerias Públicas Privadas, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Qualificação profissional com a oferta de mão - de - obra. Capacitar quando possível os novos empreendedores com conhecimentos para desenvolver as atividades para os pequenos e micro empresários. Criar mecanismos para atender com maior qualidade e presteza os empreendedores. Dinamizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1031	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
2062	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.235.000,00	Recursos Fiscais
2064	INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS					
TOTAL DO PROGRAMA 0030					1.235.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 19 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0032- PROFISSIONALIZANTE QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó tem como economia principal uma indústria bem diversificada, havendo em alguns segmentos carência de cursos profissionalizantes para atender a demanda de empregos qualificados nos vários ramos de atividades. Mantém convenio com a 15 GEREI Secretaria da Educação e Inovação, parceria com o CEDUP - Centro de Educação Profissional. Está em fase de conclusão o Centro Empresarial de Timbó, onde deverá funcionar cursos de Ensino Profissionalizante. Timbó possui também a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci a FURB - Universidade Regional de Blumenau, que oferece cursos profissionalizantes na região.

DIRETRIZES:

Há necessidade de implantar mais cursos profissionalizantes para atender a procura da mão-de-obra especializada no município de Timbó, incentivar a oferta de cursos a nível superior, efetuar parcerias através de convênios/contratos com o SEBRAE, SINE/SC, SENAC, SENAI, Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e demais entidades

OBJETIVOS:

Realizar e ampliar cursos profissionalizantes específicos, portanto qualificar cada vez mais a mão-de-obra timboense, implantar o Pólo da Universidade Aberta, com cursos superiores a distância, através de parcerias com o MEC, criar cursos no setor têxtil através do Plano Setorial de Qualificação Profissional - PLANTEQ, através da Comissão Estadual de Concertação via Ministério do trabalho, que precisa ser reativado através do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego. Firmar convênios, contratos, acordos ou ajustes, conforme legislação vigente, com o Governo Federal e Estadual, bem como com entidades não governamentais, entidades privadas, fundações etc. Apoiar e manter o Tele Centro Comunitário - Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com conexão a Internet, em alta velocidade para ajudar nas pesquisas e realização de cursos profissionalizantes entre outros. A implantação da Universidade Aberta do Brasil, o município cede o espaço físico e funcionários e ao MEC caberá fornecer os laboratórios necessários, bem como credenciar a Universidade pela parte pedagógica e pela certificação. Os cursos serão na modalidade 'a distancia, entre outros. Realizar eventos para incentivar empreendedores a se adequar a realidade técnico empresarial. Equipar salas de aulas ou laboratórios com móveis e equipamentos necessários para suas funções.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA ENSINO PROFISSIONALIZANTE					
1035	IMPLANTAÇÕES E REFORMAS DE INSTALAÇÕES AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE					
2066	MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	6.500,00	Recursos Fiscais
2068	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL EM TIMBÓ	Unidade Gestora	UN	1,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
2070	INCENTIVAR E FOMENTAR PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E ENTIDADES					
TOTAL DO PROGRAMA 0032					21.500,00	

20

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 20 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó na agricultura possui destaque na produção de arroz, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal temos: bovinocultura de leite e corte, suinocultura e peixes. A agricultura esta vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é formada pela patrulha mecanizada, para atendimento de aproximadamente 680 famílias de agricultores que possui uma demanda na prestação de serviços, como a silagem, preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas, entrega de materiais de incentivo ao agricultor, ainda presta serviços em área pecuária e em inseminação. Para o incentivo ao agricultor na plantação de mudas e sementes a Secretaria possui o horto florestal que esta em fase de ampliação e melhoramentos.

DIRETRIZES:

Apoiar os agricultores em atendimentos técnicos, juntamente com capacitação profissional, com parceria com a Epagri, Cidasc, Projeto Piava e Ensino Profissionalizante. Apoiar o associativismo. Organizar a produção com a comercialização. Ampliar a produção em mudas para distribuição e plantio em área de preservação permanente. Melhorar o assessoramento técnico na agroecologia. Buscar recursos para renovação e ampliação dos equipamentos e do pessoal, através da manutenção e requisição de equipamentos e material permanente e fortalecer o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural.

OBJETIVOS:

Aumentar o consumo dos produtos da agricultura familiar. Melhorar a qualidade de vida de todos. Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica ao homem do campo, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria de agricultura, com a permanência do homem no campo, sem prejuízos ao meio ambiente, com consciência e organização ao produtor.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1037	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA					
1039	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA					
1041	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA					
2072	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.223.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0034					1.223.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 21 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0036 TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para o desenvolvimento do turismo é necessário o fomento e a incentivo de parcerias para realizar programas e projetos na área de conscientização e sensibilização para tornar o setor em desenvolvimento de forma atuante e operante, pois o turismo deixou de ser embrionário na cidade e tornou-se uma expectativa da comunidade. O trade e envolvidos indiretamente necessitam de embasamento teórico através de conceitos, definições e planejamentos do setor. Através do planejamento estratégico do COMTUR levantou-se a necessidade de criar e manter eventos com o intuito de resgatar, conscientizar e sensibilizar a população sobre o turismo e lazer do timboense.

DIRETRIZES:

Inserir o turismo em projetos de conscientização e sensibilização demonstrando o quão é importante e necessário esse setor para a vida pública e privada, demonstrando que o aumento de renda e a agregação de valores estão nesse setor inclusive fomentando a população o aparecimento de novos empreendimentos e empresários do setor alavancando assim novos empregos no setor, e reunir o maior número de atrativos e recursos turísticos das mais diferentes áreas e modalidades do turismo. Promovendo o desenvolvimento com a geração de empregos e renda aos municípios de Timbó.

OBJETIVOS:

Informar a toda a população sobre turismo, potencialidade turística, atrativos e recursos turísticos, produtos turísticos utilizando ferramentas em diversas faixas etárias, organizações e setores. Consolidar os atrativos e produtos de timbó e utilizar a ferramentas população para ser a maior divulgadora desses produtos, Consolidar setores do Lazer e entretenimento a toda população, visitantes e turistas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1201	REVITALIZAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO					
1207	REVITALIZAÇÃO DOS PARQUES E PRAÇAS					
1209	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO					
1211	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ÁREAS DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	500.000,00	Recursos Fiscais
2200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	Unidade Gestora	UN	1,0000	177.500,00 16.605,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2202	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS FESTAS E EVENTOS DE TURISMO					
2244	FORTALECER A PARCERIA COM O INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ	Unidade Gestora	UN	1,0000	101.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0036					795.105,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2011 Versão: 4**

Página 22 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0040- PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O planejamento de cidades é um desafio crescente. Poucas foram as cidades brasileiras que nasceram de um planejamento ordenado, e Timbó não foi exceção. Do início da colonização até a década de 70, a infra-estrutura da cidade se desenvolveu basicamente calcada em necessidades pontuais, que nem sempre se mostraram adequadas em longo prazo. Em 1976 foi aprovado o primeiro Plano Diretor, um marco no planejamento urbano de Timbó. O mesmo foi revisto substancialmente apenas no ano de 2007-2008. É sabido que as cidades são organismos vivos, e que o processo de planejamento territorial deve ser dinâmico. Constatou-se, portanto, que foi justamente nesta lacuna temporal que o planejamento territorial do município foi mais prejudicado. Acarretando em ocupações do solo desordenadas, bem como outras conseqüências da falta de planejamento. Portanto, a tarefa de transformar a realidade resultante dessa herança, assegurando o direito à cidade, transformando-a num ambiente saudável e produtivo, é o maior desafio do setor de planejamento territorial.

DIRETRIZES:

Acompanhar os mecanismos de encaixe e desencaixe da cidade, através do monitoramento, aprimoramento e implementação do Plano Diretor e seus códigos complementares. Assegurar o crescimento ordenado do município e o desenvolvimento sustentável. Elaborar projetos de equipamentos urbanos e sociais, como escolas, creches, unidades de saúde, praças, etc. Aplicar o Plano Diretor e seus códigos complementares. Integrar os instrumentos de desenvolvimento municipal; Compatibilizar os instrumentos de desenvolvimento municipal com suas políticas; Prevalência do interesse comunitário; Gestão democrática por meio da participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento e gestão. Continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano; Fortalecer o setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle. Articulação entre os vários conselhos e políticas, com vistas à efetivação de processos de planejamento participativo, controle social, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais;

OBJETIVOS:

Regulamentar e implantar o cadastro técnico multifinalitário; Firmar convênios e parcerias com os governos Estadual e Federal e suas entidades e fundações, além de ONGs e entidades privadas. Promover o desenvolvimento sustentável, representado pelo direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, proporcionando ao munícipe melhor qualidade de vida. Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais, padronizando e racionalizando, para sua melhor identificação, com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem territorial; Garantir a participação da população e de suas associações representativas na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento urbano, assim como na gestão das cidades, construindo uma cultura política junto aos cidadãos; Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho da Cidade. Fornecer critérios técnicos para as decisões políticas. Informatizar o setor, com sistemas de tecnologia de informação; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1043	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
1045	OBRAS E CONSTRUÇÕES					
1047	FROTA DE VEÍCULOS	Veiculo	UN	2,0000	8.000,00	Recursos Fiscais
1049	IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE	Terreno	M2	50,0000	444.800,00	Recursos Fiscais
2080	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TI					
2082	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.200.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0040					1.652.800,00	

23

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2011 Versão: 4**

Página 23 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

É sabido que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. Partindo deste pressuposto, ordenar o crescimento de Timbó de forma sustentável é o desafio do planejamento ambiental. Este planejamento está embasado na estruturação da equipe técnica, já que o setor de meio ambiente municipal não conta com servidores efetivos, acarretando na falta de continuidade dos trabalhos e programas desenvolvidos.

O planejamento ambiental deve retratar a capacidade de enfrentar os desafios de uma cidade que se desenvolve sob novos paradigmas, dentre os quais aquele em que cidades inteligentes criam melhores condições para viver o presente, preservar o passado e se preparar para o futuro. O novo cenário exige trabalho, gestão democrática e articulação permanente entre diferentes atores - governo, universidades, iniciativa privada e sociedade - para responder ao desafio de crescer buscando sustentabilidade, qualidade e harmonia.

DIRETRIZES:

Assegurar a preservação dos recursos naturais; Conscientizar a população da importância de preservação do meio ambiente. Executar convênios com Órgãos de meio ambiente Estadual ou Federal. Efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, conservação e recuperação ambiental; Desenvolver a cidade aliada a sustentabilidade, valorizando a paisagem existente e amortecendo o impacto produzido pela ação humana. Conservar ecossistemas existentes que possam ser afetados pela ocupação humana; Garantir o equilíbrio ambiental e a salubridade no município, preservando a água potável, evitando de todas as formas a incidência de poluição hídrica e a degradação ambiental que possa prejudicar as reservas naturais. Fomentar a criação de unidades de conservação no sentido de preservar o patrimônio socioambiental existente; Incentivar a criação de Reservas Particulares de Proteção Natural - RPPNs.

OBJETIVOS:

Recuperar a mata ciliar ao longo dos rios e ribeirões do município, através de convênios e parcerias público-privadas.

Pactuar as tomadas de decisões com o Conselho de Defesa do Meio Ambiente. Envolver a comunidade nas decisões e incentivar a preservação do meio ambiente; Implementar a legislação ambiental municipal e códigos correlatos; Promover a educação ambiental; Prover o setor de meio ambiente municipal com servidores efetivos. Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Implementar o Fundo Municipal do meio Ambiente - FMMA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1051	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
1053	FROTA DE VEÍCULOS					
1055	IMÓVEIS PARA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE					
2084	MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Unidade Gestora	UN	1,0000	152.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0044					152.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 24 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0046 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento

e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
1261	FROTA DE VEÍCULOS - DEMUTRAN					
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	1,0000	100.000,00 200.000,00 30.000,00 5.631,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	20,0000	26.100,00 26.100,00 247.800,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1267		Unidade Gestora	UN	1,0000	18.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 25 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR				2.000,00	Recursos Fiscais
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veiculo	UN	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
1271	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais
1273	FROTA DE VEÍCULOS - POL. CIVIL					
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	611.819,00 54.330,00 44.330,00 395.550,00 20.000,00 20.000,00 101.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	35.000,00 40.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	70.000,00 6.200,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0046					2.173.860,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 26 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0048- GESTÃO DO FUNREBOMPOM**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar - FUMREBOMPOM visa manter as corporações com equipamentos modernos e em condições de uso. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros e constantemente se faz presente em inúmeros eventos os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. Para evitar o aumento da criminalidade e prevenção dos acidentes de trânsito a Polícia Militar realiza constante vigilância e cria formas de coibir delitos. Verificou-se a necessidade de criação de vigilância eletrônica para a cidade a qual haverá a necessidade de angariar fundos através de convênios.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Fundo, adaptando os recursos a programação do respectivo Conselho, em conformidade com a Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade dos Bombeiros Militares e da Polícia Militar da cidade de Timbó. Recursos esses que permitem o investimento em novos equipamentos e serviços, bem como propiciam a manutenção de serviços especializados e manutenção da frota e dos equipamentos. Angariar fundos através de convênios a serem criados com o FUMREBOMPOM, para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1213	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	1,0000	106.100,00	Recursos Fiscais
1215	FROTA DE VEÍCULOS - BOMBEIROS	Veiculo	UN	1,0000	37.900,00	Recursos Fiscais
1217	OBRAS E CONSTRUÇÕES - BOMBEIROS					
1219	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA INSTALAÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00 30.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1221	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	65.000,00	Recursos Fiscais
1223	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR					
1225	OBRAS E INSTALAÇÕES - POL. MILITAR	Área	M2	20,0000	25.000,00	Recursos Fiscais
2204	MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS	Unidade Gestora	UN	1,0000	116.000,00 50.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2206	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	75.000,00 10.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2208	MANUTENÇÃO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	5.000,00 20.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0048					550.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 27 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0050- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A situação predial da secretaria está comprometida devido sua antiguidade, com problemas sérios de segurança. A falta de infra-estrutura da secretaria causa diversos transtornos aos funcionários, no que tange em melhores condições no ambiente de trabalho, na falta de material de segurança individual e coletivo, na uniformização específica para cada função, na informatização dos setores, e da necessidade de uma melhora considerável da frota, máquinas e equipamentos, entre outras. Redimensionar os serviços prestados, verificando a necessidade de pessoal direto ou sob a forma de terceirização. A falta de tais condições faz com que a secretaria deixe de fazer a prestação dos serviços com excelência à população. Através da Divisão de Serviços Urbanos, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente se executam serviços de limpeza de rua, roçadas, irrigação, patrolamento, macadamização, aterro, compactação, coleta e transporte de entulhos, entre outros. Todos estes serviços são muito procurados pela população, só que alguns destes, como limpeza de rua, limpeza de boca de lobo, roçada, são de uma demanda muito alta, não sendo possível atender a contento, sendo assim conscientizar a população para a necessidade de que cada cidadão faça a sua parte, limpando principalmente sua frente de casa e seus terrenos, haja visto que estes já são de sua responsabilidade.

DIRETRIZES:

Construir uma nova sede, dentro da real necessidade da Secretaria. Adquirir e melhorar a frota, máquinas e equipamentos, e todas as outras necessidades. Contratação de pessoal, através de concurso público ou contrato individual de trabalho ou terceirização ou serviços. Divulgar a necessidade da colaboração da população, confeccionando material didático, implementando palestras, ministradas por funcionários da secretaria, nas unidades de ensino do município.

OBJETIVOS:

Melhorar as condições de trabalho para os funcionários, proporcionando satisfação e melhor qualidade na prestação dos serviços a comunidade. Dar suporte aos projetos do poder executivo, servindo de estímulo a investimentos privados, na geração de renda, emprego e tributos, e principalmente melhorando a qualidade de vida dos seus munícipes. Conscientizar os munícipes da importância e da necessidade da colaboração de todos, dando ênfase para a qualidade de vida, e redução dos custos de manutenção.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1063	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS SEOS					
2090	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00 1.060.000,00 8.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	3.991.811,30 106.000,00 100.000,00 1.730.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2094	CONSCIENTIZAÇÃO À POPULAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
TOTAL DO PROGRAMA 0050					7.005.811,30	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 28 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0052 OBRAS PÚBLICAS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, varias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infra-estrutura, devido sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível.

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Pavimentar as vias urbanas, atendendo as solicitações e necessidades da população, bem como prestar serviços de manutenção, conservação e implantação da infra-estrutura, principalmente no que diz respeito a drenagem de águas pluviais..

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e diminuir o custo de manutenção das vias públicas municipais, através das pavimentações, eliminando os serviços de irrigação, patrolamento e macadamização.

Programar obras de infra-estrutura e saneamento, assegurando a qualidade de vida das pessoas e estimulando o desenvolvimento econômico e social do município.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1065	PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	Pavimentação	ML	5,0000	750.000,00 5.950.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1067	PONTES E OBRAS DE ARTE	Obra	ML	1,0000	295.200,00 2.000.000,00 4.100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1069	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	Obra	UN	3,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
1071	ESPAÇOS PÚBLICOS	Obra	M2	2,0000	347.000,00 100.000,00 107.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1075	CAMPO UNIÃO	Obra	M2	2,0000	2.400.000,00 950.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0052					17.059.200,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 29 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:38 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0054 PASSEIO PÚBLICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A falta de calçadas causa transtorno a população que se obriga a transitar na via de rolamento, podendo ocorrer acidentes. Transtorno esse dificulta o direito de ir e vir das pessoas, principalmente as com necessidades especiais.

O acúmulo de entulhos e a falta de manutenção das calçadas causam incomodo a população e denigre a imagem da cidade.

DIRETRIZES:

Conscientizar os munícipes da necessidade do passeio público, e dar suporte ao projeto da parceria na construção de calçadas em todo o município, onde tiver rua pavimentada.

OBJETIVOS:

Melhorar a trafegabilidade e mobilidade do pedestre nas vias municipais. Embelezar e urbanizar as ruas do município, diminuindo principalmente os riscos de acidentes.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1081	OBRAS EM PASSEIOS PÚBLICOS					
1083	OBRAS DE CICLOVIAS					
2098	MANUTENÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS					
TOTAL DO PROGRAMA 0054					0,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 30 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0060- GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Procuradoria Geral do Município é o órgão do Poder Executivo responsável pela defesa extrajudicial e judicial do Município e pela manutenção da legalidade dos atos de todos os setores da administração municipal. Exerce funções de consultoria e assessoramento, e tem competência privativa para execução da dívida ativa municipal de natureza tributária (art. 59, da LOM). A Procuradoria é Órgão Superior de Assessoramento do Poder Executivo, conforme lei, sendo composta atualmente pelo Procurador Geral, um Diretor de Departamento Jurídico, dois Assessores Jurídicos, um Advogado (efetivo), e uma Atendente de Serviços Administrativos (efetiva). Estão vinculados ainda à Procuradoria Geral do Município os órgãos de defesa do consumidor (PROCON), e a Casa da Cidadania.

DIRETRIZES:

Desempenhar suas funções determinadas em lei, com excelência e respeito aos princípios do Direito Público, aos servidores municipais e aos cidadãos. Buscar a eficiência técnica e aprimoramento constante dos profissionais que compõem seus quadros funcionais, através do treinamento e atualização necessários. Zelar pela ética, responsabilidade e respeito ao ordenamento jurídico vigente.

OBJETIVOS:

Resguardar e dar efetividade às ações e atos da Administração Municipal, prevenindo ilegalidades, combatendo omissões, promovendo a defesa administrativa ou judicial e assegurando a prevalência e a indisponibilidade do Interesse Público. Prestar serviço com eficácia e qualidade técnica, assegurando a observância dos Princípios Constitucionais, a melhoria do serviço público, o alcance das metas e diretrizes da Administração Municipal e a satisfação dos usuários. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos com os Órgãos ou Entidades Estaduais e/ou Federais, organizações não governamentais e entidades privadas, para implantação, manutenção ou melhoria de serviços públicos e efetividade das suas competências.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2100	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	410.000,00	Recursos Fiscais
2102	MANUTENÇÃO DO PROCON	Unidade Gestora	UN	1,0000	69.000,00	Recursos Fiscais
2104	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	56.600,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0060					535.600,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 31 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0062- ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município tem em funcionamento o fundo municipal de atendimento a criança e o adolescente (FIA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT), além de vários programas de proteção e sócio-educativos. E conta com uma demanda de atendimento cada vez maior, até mesmo sendo feito um estudo para construção de um Centro de Atendimento.

DIRETRIZES:

Manter em funcionamento a estrutura, atual, existente e os programas: Recuperar, Lar das Crianças, Apoio Sócio Familiar, Judô, Karatê, Computação, Música, Dança, Capacitar, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, dentre outros.

Elaborar os planos de atendimento, além de atualizar e manter o cadastro de famílias atendidas pelos programas mantidos pelo Fundo de Atendimento a Criança e ao Adolescente FIA.

Disponibilizar recursos para a infância e adolescência e para treinamento do conselho tutelar e técnicos dos programas mantidos pelo FIA. Cadastrar e promover programas de atendimento a Criança e ao Adolescente. Buscar parcerias junto à sociedade civil e a órgãos governamentais.

OBJETIVOS:

Oportunizar e acompanhar o desenvolvimento bio-psico-social da criança e do adolescente com vistas à inclusão social e ênfase a instituição familiar. Manter a política de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, e os órgãos e programas institucionais correlatos. Otimizar e racionalizar os atendimentos nos diversos programas para atingir maior número possível de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Envolver toda a sociedade civil, caracterizada pela família, profissionais envolvidos, usuários do Programa de Atendimento a Criança e Adolescente PACA, Prestação de Serviço Comunitário PSC, Programa Sócio-familiar PSF e Liberdade Assistida LA, nas atividades do FIA, CMDCA e Conselho Tutelar. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1227	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00 5.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1229	FROTA DE VEICULOS - FIA					
2210	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FIA	Entidades	UN	3,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2212	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FIA	Pessoas	UN	2.800,0000	143.000,00 10.000,00 45.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2266	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PAC					
2268	PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE - PAC					
TOTAL DO PROGRAMA 0062					218.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 32 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0066 HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Em 2005 foi criada a lei nº 2278, que implementou o Programa Carta de Crédito FGTS-Individual-Operações Coletivas-Recursos do FGTS. O município de Timbó até 2006 investiu muito pouco em relação a intermediação para viabilizar a Política de Habitação de Interesse Social, Casa Própria para a população de baixa renda. Conforme os dados que constam no cadastro da Assistência social do Município de Timbó a demanda é crescente e eminente a intervenção da administração pública com o objetivo de fomentar esta área e propiciar a inclusão social. Está sendo elaborado o plano municipal de habitação, de acordo com pesquisa feita em todos os lares do município através da Empresa Logus, que visa diagnosticar o perfil habitacional existente e consequente planejamento para a construção de habitações populares, em parceria com Caixa Econômica Federal e/ou outras entidades, que serão destinadas à população de baixa renda e residente em áreas de risco (famílias com até 3 salários mínimos mensais de renda) e a outros beneficiários (com renda familiar de 03 a 06 salários mínimos).

DIRETRIZES:

Implantar o Fundo de Habitação de Timbó e manter o funcionamento das atividades, ampliarem a oferta de serviços; manter o apoio a entidades que desenvolvam ações na área da Casa Própria. Capacitar os profissionais que atuam junto a programas de inclusão social para instruir as famílias a construírem suas moradias com toda a infra-estrutura necessária. Estruturar ações para conhecimento da realidade vivenciada pelas pessoas de baixa renda e dar sustentabilidade ao sistema financiador das construções. Contratar uma equipe específica para o programa, incluindo engenheiro, assistente social e auxiliar administrativo; realizar parcerias com entidades financiadoras, como a CEF e outras.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de habitação popular; promover a integração dos mutuários; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pelas Instituições Financeiras. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleça a política de atenção a habitação popular no município de Timbó; realizar pesquisas indicativas das demandas no município e em que área estão localizados os déficits habitacionais. Trabalhar com projetos de inclusão social em espaço específico construído nos terrenos que abrigarão os conjuntos habitacionais.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1085	PROJETOS CASAS POPULARES					
1087	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES					
2106	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS					
2108	MANUTENÇÃO DO FHT	Pessoas	UN	12,5000	51.500,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0066					51.500,00	



MUNICÍPIO DE TIMBO

Programas Detalhados

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 33 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0070- GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA TIMBÓ

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família e uma unidade de Saúde da Família Avançada, que ofertam serviços em atenção básica, integrando o Programa de Saúde da Família, promovendo um sistema de saúde local, com demanda expressiva e crescente que desloca-se até estas unidades para atendimento e encaminhamento às referências municipais: Policlínica de referência, CAPS, Pronto Socorro e Serviço Social. O exercício da atividade profissional de Agente Comunitário de Saúde deve observar a Lei nº 10.507/2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, o Decreto nº 3.189/1999, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e a Portaria nº 1.886/1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agente Comunitário e do Programa Saúde da Família. Através de ações individuais ou coletivas, o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde sob supervisão do profissional de enfermagem.

A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou a possibilidade de criar um espaço de práticas e relações a serem construídas para a reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, o cuidado em saúde bucal passa a exigir a conformação de uma equipe de trabalho que se relacione com usuários e que participe da gestão dos serviços para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial.

DIRETRIZES:

Reorganizar a estrutura da Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família. Ampliar a oferta de serviços através dos NASF - Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme portaria nº 54 de 24 de Janeiro de 2008. Disponibilizar material de consumo e expediente, medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, readequar as estruturas acordadas com a necessidade, proporcionar cursos de capacitação aos colaboradores, implantar o sistema de gerenciamento em informação nas Unidades de Saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, conveniados e/ou contratados. Capacitar os 68 (sessenta e oito) agentes comunitários de saúde de nosso município, para o aprimoramento e desempenho profissional. Reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho. A equipes de saúde bucal são da Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD). Os dentistas e seus assistentes são vistos como profissionais que podem de fato desempenhar um papel decisivo nos bons resultados do Programa Saúde da Família. Implantar mais 03 (três) equipes de Estratégia Saúde da Família, nos bairros : Imigrantes, Fritz Lorenz e São Roque.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e atender a demanda do Sistema Único de Saúde em suas necessidades salutaras, através de serviços classificados de atenção básica, que abrangem a prevenção, promoção e reabilitação do indivíduo/família, inseridos e participantes de sua comunidade, na busca pela qualidade de vida. Conhecer o perfil epidemiológico e diagnóstico em saúde da população. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Implantar a Educação Permanente em Saúde, conforme Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 - Dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complementem a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, na promoção, prevenção e reabilitação dos indivíduos para a sociedade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1151	FROTA DE VEÍCULOS AB	Veiculo	UN	1,0000	36.000,00	Recursos Fiscais
1153	OBAS E INSTALAÇÕES AB					
1155	IMÓVEIS AB					
2150	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	602.500,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 34 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

					2.085.000,00	Recursos Fiscais
					2.902.000,00	Recursos Fiscais
					15.000,00	Recursos Fiscais
					7.000,00	Recursos Fiscais
2152	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	196.000,00	Recursos Fiscais
					224.000,00	Recursos Fiscais
					356.000,00	Recursos Fiscais
					44.000,00	Recursos Fiscais
2154	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Unidade Gestora	UN	1,0000	242.400,01	Recursos Fiscais
					825.000,01	Recursos Fiscais
					471.999,98	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0070					8.006.900,00	



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 35 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:

0072- GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Centros de Especialidades Odontológicas são unidades de saúde, participantes do Cadastro nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, os seguintes serviços: Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca, Periodontia especializada, cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros, Endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais. O município de Timbó possui 1 (um) Centro Municipal de Referências A Policlínica de Referências -, convênio/credenciamento com uma Unidade Hospitalar, 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, 1 clínica de fisioterapia, credenciados pelo Sistema Único de Saúde. Decorrente desta realidade faz-se necessária a ampliação da estrutura em valores humanos e estrutura física, possibilitando assim, a ampliação dos serviços ofertados, readequação dos ambientes das unidades, compra de serviços, aquisição de materiais, equipamentos e utensílios. A Policlínica de Referências está inserida no modelo de Atenção Especializada, na qual compõe um aspecto de serviços com diferentes graus de especialização e modalidades de atendimento. A Policlínica também atende os municípios circunvizinhos. Dentro do contexto da assistência hospitalar e ambulatorial, em nosso município inserimos também o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. O nosso município possui uma unidade hospitalar conveniada ao SUS, o Hospital e Maternidade OASE, no qual é referência para os municípios circunvizinhos.

DIRETRIZES:

Implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº1.069/GM que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas, para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio, além de R\$ 40 mil em parcela única, correspondentes a custos com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos. Com a implantação do CEO, o município de Timbó referencia os municípios circunvizinhos. Os profissionais da atenção básica são responsáveis pelo primeiro atendimento ao paciente e pelo encaminhamento aos centros especializados apenas casos mais complexos. Nosso município não possui instalações adequadas e próprias para os serviços de especialidade e SAMU. Temos como objetivo a construção das instalações de ambos os serviços. A situação exposta gera um alto custo de aluguel. Logo, reorganizaremos o funcionamento da estrutura existente em prestação de serviços, recursos humanos e físicos, ampliar a oferta de serviços, disponibilizar material de consumo, expediente e medicamentos para o desenvolvimento das atividades em saúde, proporcionar cursos de capacitação, oportunizar o acesso ao sistema de gerenciamento de informação em saúde, através do Sistema Único de Saúde, serviços próprios, contratados e/ou conveniados. O Hospital e Maternidade OASE, encontra-se em adaptação conforme as diretrizes da ANVISA.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos e prestar auxílio a instituições / entidades para manutenção de atividades que auxiliem e/ou complemente a prestação de serviços em saúde pública destinada a resolutividade da situação salutar dos usuários do SUS, que envolvam ações de média e alta complexidade para retorno dos indivíduos para convívio em sociedade, dentre eles hospital OASE.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1157	FROTA DE VEÍCULOS MAC					
1159	OBRAS E INSTALAÇÕES MAC					
2156	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO					
2158	MANUTENÇÃO POLICLÍNICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS.	Unidade Gestora	UN	1,0000	478.000,01 1.202.699,99	Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 36 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

					626.252,00	Recursos Fiscais
					70.000,00	Recursos Fiscais
					15.000,00	Recursos Fiscais
					6.000,00	Recursos Fiscais
2160	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	Unidade Gestora	UN	1,0000	841.700,01	Recursos Fiscais
					519.000,00	Recursos Fiscais
					94.545,09	Recursos Fiscais
					62.075,36	Recursos Fiscais
2162	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS E EMERGENCIAIS					
2164	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.134.315,00	Recursos Fiscais
					1.830.145,00	Recursos Fiscais
					148.800,00	Recursos Fiscais
					150.000,00	Recursos Fiscais
					296.000,00	Recursos Fiscais
					532.000,00	Recursos Fiscais
					30.000,00	Recursos Fiscais
					70.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0072					8.106.532,46	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 37 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0074 GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui, inserido em seu contexto de trabalho, a divisão responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação todos os usuários e serviços de saúde do município, independentemente dos graus de complexidade. Atividade de Promoção à Saúde, VIGISUS, Campanhas de Vacinação, Serviço de Assistência Especializada - SAE, Incentivo ao programa DST/AIDS, Combate ao transmissor da dengue.

A secretaria Municipal de saúde e Assistência social do município possui inserida em seu contexto a divisão de vigilância sanitária, que executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

DIRETRIZES:

A vigilância epidemiológica tem por finalidade avaliar, acompanhar e sugerir estratégias para ações voltadas para a proteção e promoção da saúde da comunidade, sendo sua aplicação baseada nas realidades locais e na análise da situação da saúde, levando em consideração o aspecto clínico das doenças e os fatores de risco; Para tanto, prioriza o treinamento dos profissionais, a manutenção dos programas (imunização, Tuberculose, DST/AIDS, etc), a inserção e disponibilização de todos os meios necessários para acesso a diagnóstico e tratamento de doenças de notificação compulsória, infecto-contagiosas e de forma ampliada as crônicas degenerativas e o desenvolvimento de ações conjuntas ou articuladas com outros entes do órgão público ou da sociedade civil organizada, para redução de danos e riscos a saúde individual e coletiva.

Temos como diretriz a implantação do CEREST, TAM - Termo de Ajuste e Metas, PAB VISA - Piso de atenção Básica em Vigilância Sanitária. Sendo que as diretrizes básicas, o controle de doenças veiculadas pela água e alimentos; efetuar ações de educação em saúde através de palestras, debates, campanhas, com a comunidade, relacionados ao meio ambiente, reciclagem de lixo, água, saneamento básico, alimentação, etc; investigação de surtos de toxinfecções alimentares; promoção do aperfeiçoamento na área de vigilância sanitária e ambiental, para equipe multiprofissional; execução de ações de combate e controle de zoonoses; desenvolvimento de ações conjuntas com as demais esferas de atuação e segmentos representativos da sociedade.

OBJETIVOS:

Manter as atividades do departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais. Alteração, criação, admissão, contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos legislativos, atos oficiais e publicidade institucional. Implantar o sistema de avaliação e controle. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Orientação, controle e fiscalização dos bens de consumo e prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde; controle de vetores e roedores; orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente e atividades afins; ordenamento e articulação das ações relacionadas a política municipal para vigilância sanitária, firmando, contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs, para a ratificação das atividades em vigilância sanitária.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1161	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
1163	OBRAS E INSTALAÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA					
1165	FROTA DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA					
2166	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	163.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 38 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

					157.300,00	Recursos Fiscais
					75.000,00	Recursos Fiscais
					23.300,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
2168	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	145.000,00	Recursos Fiscais
					57.500,00	Recursos Fiscais
					80.000,00	Recursos Fiscais
					9.600,00	Recursos Fiscais
					20.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0074					780.700,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 39 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0076 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do sistema único de saúde em 11 unidades de saúde básicas e 3 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos que compõe a farmácia básica e uma farmácia central, para a articulação de política de medicamentos especiais e excepcionais, originando uma demanda espontânea e referenciada, que, após o atendimento, necessita receber o suporte profilático e terapêutico para a resolução da situação de sua saúde/doença, fazendo-se necessária a disponibilização de medicamentos que compõe a farmácia básica e outros que a completem a disposição destes para o retorno ao seu total processo empreendedor em seu local de trabalho e inserido na família e sociedade.

DIRETRIZES:

Manter a política municipal de assistência farmacêutica municipal, articulada com as esferas estaduais e federais; ampliar a oferta de medicamentos para grupos específicos, visando a redução da morbi-mortalidade e aumento da expectativa de vida, além da redução de internações hospitalares por uso de medicamentos que se traduzam em mais eficientes e eficazes.

OBJETIVOS:

Construção/ adaptação da farmácia básica, junto à Policlínica de Referencias.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2170	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00 200.000,00 48.000,00 415.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0076					863.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 40 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0078 GESTÃO DO SUS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O sistema de saúde municipal tem a responsabilidade constitucional de acompanhar o desenvolvimento das ações dos serviços de saúde. Está auditoria deve ser física, financeira e qualitativa. Este é um atributo da administração pública previsto no direito administrativo. A não execução destas prerrogativas administrativas o município pode ter suas contas não aprovadas pelos órgãos de auditoria relacionados ao SUS. Ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do SUS, e tem como missão principal o fortalecimento da gestão e do controle social, objetivando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS. A Gestão do Trabalho em Saúde trata das relações de trabalho a partir de uma concepção na qual a participação do trabalhador é fundamental para a efetividade e eficiência do Sistema Único de Saúde Dessa forma, o trabalhador é percebido como sujeito e agente transformador de seu ambiente e não apenas um mero recurso humano realizador de tarefas previamente estabelecidas pela administração local.

DIRETRIZES:

Ter como apoio técnico de Denasus. - MS.

Os preceitos de financiamento/ orçamento do SUS será cumprido sob as questões legais, tais como: Gastos em saúde (definidos na Constituição Feral e nas Leis nº 8080/90 e nº 8142/90) , Recursos da saúde (baseado na Emenda Constitucional nº29/2000 e investimento de no mínimo 15% da receita), administração dos recursos (administrados através do fundo de saúde) e transparência (Através do Conselho Municipal de Saúde). A política de Gestão de trabalho, refere-se à: peso da folha de pagamento de pessoal, modos de remuneração, valorização do trabalhador com a instituição, do PCCS - SUS que possibilite a perspectiva de carreira, processos burocráticos longos para ingresso de profissionais na rede, tipos de vínculos com a instituição, política geral de previdência e assistência do trabalhador.

OBJETIVOS:

Adotar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e de regulação de acesso, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais, estaduais e regionais .Cumprir os preceitos do financiamento do SUS. Definir uma Política Municipal de Gestão do Trabalho, conduzidas de forma humanizada e preservando o respeito nas relações de trabalho. Construir dentro dessa perspectiva o PCCS - Plano de Cargo, Carreiras e Salários.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1167	FROTA DE VEÍCULOS GESTÃO DO SUS					
2172	REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA	Unidade Gestora	UN	1,0000	90.000,00 83.400,00 9.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2174	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GESTÃO DO TRABALHO					
2176	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Unidade Gestora	UN	1,0000	355.000,00 360.000,00 160.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0078					1.157.400,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 41 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0080- DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó atende, em sua Diretoria de Serviço Social, munícipes de em vulnerabilidade, risco ou em exclusão social, segundo critérios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), atendidos individualmente e/ou através de programas sociais. A demanda que se direciona a esta prestação de serviços é expressiva e crescente, fazendo necessária a reordenação destes, através da criação da secretaria municipal de assistência social, embasando-se na NOB do SUAS. Auxilia-se entidades como a APAE e a Associação de Amparo à Terceira Idade.

DIRETRIZES:

Aquisição de 02 impressoras multifuncionais (fotocópia + fax), 01 televisor de 29, 01 aparelho de DVD, 01 data show, 01 aparelho de som com 02 caixas de som, 02 microfones, 02 aparelhos de celular, 05 computadores e 05 impressoras, mesas, armários, estantes, condicionadores de ar, 01 central telefônica, 05 aparelhos de telefone, 01 máquina fotográfica digital, 3 ventiladores de chão necessários para a manutenção e incremento das atividades em assistência social. Geladeira, fogão, mesa e 4 cadeiras para a cozinha.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Separar as secretarias de saúde e assistência social, pois diante da amplitude de ambas, não comporta mais serem gerenciadas dentro de uma única esfera.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1231	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - AÇÕES SOCIAIS					
1233	FROTA DE VEÍCULOS - AÇÕES SOCIAIS					
1235	OBRAS E CONSTRUÇÕES - AÇÕES SOCIAIS					
2214	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FMAS					
2216	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS					
TOTAL DO PROGRAMA 0080					0,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 42 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:38 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0082- ASSISTÊNCIA AO IDOSO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O município de Timbó conta com 14 grupos da melhor idade, articulados em diversos bairros do município, e uma associação de Amparo a Terceira Idade; a demanda para estas ações é crescente em razão da proporção da longevidade estimada para população, onde são e serão necessárias atendimentos individuais e coletivos observados os critérios da LOAS e do SUAS, assim como reordenadas algumas ações em atenção a parcela da comunidade que não seja tão somente usuária deste sistema mas possua atenção ao seu estado social vulnerável em razão de seu fator etário.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao idoso (Ancionato Elze Benz)

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao idoso; manter a sociabilidade e a produtividade dos idosos do município; prevenir e controlar doenças que se manifestam

em idosos; proporcionar momentos de lazer, de atividades físicas e intelectuais; reduzir a situação de solidão do idosos, criando uma equipe multidisciplinar para atendimento ao idoso e sua família em todos os aspectos contemplados no Estatuto do Idoso, como maus tratos, negligência e outros; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao idoso.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2218	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - API					
2230	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO					
TOTAL DO PROGRAMA 0082					0,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 43 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0084 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As ações sociais desenvolvidas para os portadores de deficiência são baseadas no atendimento integral do indivíduo e da família, com o apoio à APAE, e outros cadastrados pelo serviço social, acompanhados por estes e inseridos nos programas sociais a que tem direito, observada a LOAS, bem como, quaisquer outros atendimentos que sejam necessários viabilizados através da articulação com os demais setores da sociedade civil organizada ou órgãos públicos, observadas as características de suas necessidades e limitações que as deficiências impõe ao indivíduo e a família, para que se oportunize melhor qualidade de vida e convívio em sociedade.

DIRETRIZES:

Transferir recursos a entidades de assistência ao deficiente(APAE), com vistas ao atendimento do Piso Básico de Transição de Média Complexidade do SUAS.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular ações relacionadas à política municipal de assistência ao portador de deficiência física ou mental; promover a integração do deficiente físico e mental na família e em sociedade; assegurar o recebimento dos auxílios instituídos pela LOAS; Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas, que viabilizem e fortaleçam a política de atenção ao portador de deficiência física e mental.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2232	TRANSFERENCIA DE RECURSOS - APD					
2234	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA					
TOTAL DO PROGRAMA 0084					0,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 44 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0086: APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Política Municipal de Assistência Social de Timbó tem como base o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um modelo de gestão descentralizado e participativo que regula e organiza, em todo território nacional, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O SUAS está sendo implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade dos sistemas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família. É finalmente, uma forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo território nacional. Outro dispositivo a ser observado é a NOB RH/SUAS.

DIRETRIZES:

Manter o funcionamento dos Serviços, Programa e Benefícios da Política Municipal de Assistência Social. Ampliar a oferta destes serviços, disponibilizando materiais de consumo, de expediente e recursos humanos; Buscar o aperfeiçoamento dos serviços realizados através de capacitação permanente dos agentes sociais (funcionários, conselheiros das políticas setoriais, famílias acolhedoras do programa de Acolhimento Familiar); Proporcionar o suporte técnico aos conselhos setoriais (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho municipal do Idoso, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal de Habitação), através de uma equipe de assessoramento; Aperfeiçoar os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial (através da manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro dos Estados. E através da implantação e manutenção do Centro de Convivência para a Terceira Idade, do Centro Integrado para criança/adolescente, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e do segundo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS). Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas. Alteração, criação admissão contratação de pessoal, extinção de cargos e empregos públicos, remuneração de pessoal, reestruturação administrativa, realização de concurso público.

OBJETIVOS:

Orientar, ordenar e articular as ações relacionadas à Política Municipal de Assistência Social com base no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação aplicável com os governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas. Criar, instrumentalizar e fortalecer a Secretaria Municipal de Assistência Social, com a estrutura administrativa e organizacional necessária, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência social - PNAS/2004. Criar o serviço de assessoria aos conselhos setoriais, através da disponibilização de uma equipe técnica. Ampliar os serviços da proteção social básica, através de novos investimentos no CRAS existente (Bairro dos estados) e com a implantação de um novo CRAS com abrangência dos bairros Pomeranos, Quintino e Vila Germer. Ampliar os serviços da proteção social especial, através de investimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1275	FROTA DE VEÍCULOS - GESTÃO SOCIAL					
1277	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Obra	M2	500,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
2270	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade Gestora	UN	0,0000	749.850,00 4.000,00 3.900,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2272	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONFERENCIAS, SEMINARIOS, FORUNS E OFICINAS DE DEBATES	Pessoas	UN	850,0000	5.000,00 3.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0086					965.750,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 45 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0087- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Para a prevenção de situações de risco, o nível de Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. São atendidos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social, com privação de renda, que apresentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e /ou estão com seus vínculos afetivos, relacionais e sociais fragilizados. Atualmente, no Município, contamos com um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, porém o objetivo é instalar novos equipamentos sociais (CRAS) para abranger os outros bairros que também tenham uma concentração maior de vulnerabilidade social.

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social. Aprimorar os Serviços da Proteção Social Básica (programa de atenção integral a família - PAIF); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; benefícios eventuais (auxílio natalidade, auxílio funeral, programas de geração de renda e de transferência de renda, vale cidadania, aluguel social e outros).

OBJETIVOS:

O nível de Proteção Social Básica segundo o Plano Nacional de Assistência Social - PNAS tem como objetivos a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2274	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	Pessoas	UN	700,0000	22.000,00 63.600,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2276	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO	Pessoas	UN	1.500,0000	30.000,00 12.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2278	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Pessoas	UN	380,0000	208.000,00	Recursos Fiscais
2280	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	Pessoas	UN	10,0000	7.000,00	Recursos Fiscais
2282	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO E RENDA	Pessoas	UN	180,0000	15.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0087					357.600,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2011 Versão: 4**

Página 46 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0088- SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Proteção Social Especial ainda não está totalmente estruturada no Município. Atualmente na Proteção Social Especial de Média Complexidade, atende apenas a demanda da população infanto-juvenil. Porém, até meados de 2010, já contávamos com o registro da demanda reprimida de violência contra Idoso - 31 famílias e da violência doméstica contra Mulher - 49 famílias. Salientamos que para ampliar o serviço da média complexidade com a finalidade de absorver a demanda reprimida e melhorar a qualidade dos serviços já ofertados, faz-se necessário o aumento do quadro de recursos humanos. O município não dispõe do Serviço de Alta Complexidade, porém mantém convênios com abrigos e Casas lar de outros municípios para a demanda infanto-juvenil e idosos. Em relação ao idos, o município de Timbó conta com uma instituição não governamental de longa permanência. Percebemos a real necessidade de cada município se organizar e planejar ações que visem atender as demandas sociais específicas dentro de seu limite territorial. Caso seja extremamente necessário a retirada da criança/adolescente ou do idoso da família, é fundamental preservar o direito a convivência familiar e comunitária. Neste sentido é importante que, quando possível, o indivíduo permaneça no seu próprio município e não seja encaminhado a uma instituição conveniada (fora do município).

DIRETRIZES:

Considerar a família como marco referencial do atual modelo da Política de Assistência Social; aprimorar os Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade fortalecendo os vínculos familiares fragilizados (Serviço de proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Sócio-educativa de LA e PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço especializado em abordagem social); seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINAPE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária - PNCFC. Implementar os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade resgatando os vínculos rompidos, quando possível (Casa Lar, programa de acolhimento familiar, albergue, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. Estruturar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com equipamentos e recursos humanos.

OBJETIVOS:

Oferecer atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2284	SERVICO DE PROTEÇÃO E ATEND. ESPECIALIZADO AS FAMILIAS E INDIVDUOS - PAEFI	Famílias	UN	185,0000	2.000,00 52.400,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2286	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (LA E PSC)	Famílias	UN	60,0000	5.000,00	Recursos Fiscais
2288	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMILIAS	Famílias	UN	30,0000	500,00 58.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2290	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	Pessoas	UN	40,0000	650,00	Recursos Fiscais
2292	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	Pessoas	UN	10,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0088					168.550,00	

47

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 47 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo a prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção e participação de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 2 estádios municipais, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais.

Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover à integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME					
1239	FROTA DE VEÍCULOS - FME					
1241	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	Obra	UN	1,0000	70.000,00 185.250,00 60.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2236	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	UN	1,0000	389.000,00	Recursos Fiscais
2238	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	164.000,00	Recursos Fiscais
2240	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	UN	1,0000	280.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0090					1.248.250,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 48 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:38 Horas**PROGRAMA DE GOVERNO:****0091- APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes atua em parceria com diversas entidades (clubes, associações, sociedades esportivas, ong's, etc.) ligadas ao esporte no município de Timbó, nesse contexto são desenvolvidas ações de esporte e lazer nos espaços cedidos pelas associações, como escolinhas, campeonatos, eventos e outras competições. Essas entidades também mantêm equipes em diversas modalidades esportivas, onde representam Timbó em competições estaduais e nacionais.

DIRETRIZES:

Auxiliar as entidades esportivas do município, através de subsídios financeiros, na manutenção de sua estrutura de atendimento e equipes esportivas. Apoiando nas despesas de custeio, viagens à competições, reformas e ampliações.

OBJETIVOS:

Auxílio na manutenção dos espaços de prática esportiva e lazer. Manter a estrutura de equipes de modalidades diversas.

Reformas e ampliações dos espaços de esporte comunitário.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2242	REPASSES DA FME PARA ENTIDADES, CLUBES E ASSOCIAÇÕES	Unidade Gestora	UN	1,0000	600.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0091					600.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 49 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:38 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0094 INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município) mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto Teatro nos Bairros, Projeto de Dança nos Bairros, Mostra Estadual de Danças de Timbó, ENTEATI - Encontro de Teatro em Timbó, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Festa do Imigrante, Natal, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara de Timbó, Corais Adulto e Infanto da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Teatral "Seu Chico", Grupo Folclórico "Amici Italiani, Grupos Adulto e Infanto Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.

DIRETRIZES:

Pela importância crescente da Cultura - através de ações de circulação - parte do processo de "Inclusão Social", é necessário viabilizar/facilitar/incentivar o acesso a platéias de diversos segmentos sociais, compostas por representantes de diversas classes sociais e faixas etárias, num processo de "Inclusão Social" cuja importância supera os benefícios para o mercado cultural - passando a tocar em questões como auto-estima e cidadania. A partir disso queremos desenvolver mais o mercado cultural, e isso equivale a falar de uma sociedade que cria, reconhece e cultua seus talentos. Passaremos a ter contato maior com nossa herança e identidade cultural - revisitada pelos expoentes da cultura local - bebendo nas fontes das tradições locais, mas recolocando-as no mundo contemporâneo, dando a cada indivíduo o sentido de pertencimento a uma coletividade, revelando sua identidade, valorizando suas singularidades. Participação do programa Prefeitura nos Bairros.

OBJETIVOS:

Apoiar projetos e atividades relacionadas com: formação artística e cultural de Timbó; atividades de ensino, desde que representem suplementação profissional em áreas específicas do conhecimento; Promover e apoiar: estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, a arquitetura, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município; Promover e incentivar a edição de livros e outras publicações que estudem, divulguem ou incentivem as tradições histórico-culturais do Município; Promover e patrocinar eventos e espetáculos de arte e atividades congêneres; Incentivar difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística; Criar e apoiar a organização e o desenvolvimento de museus, arquivos históricos, bibliotecas públicas, pinacotecas, discotecas, filmotecas, bem como outros espaços culturais, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural; Colaborar financeiramente na manutenção e desenvolvimento de coros, orquestras, bandas, grupos folclóricos e outros grupos culturais; Instituir e promover uma política de resgate e preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Artístico de Timbó. Firmar convênios, na forma da Lei nº 2.019/98, e ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação aplicável, com os Governos Federal e Estadual, suas entidades e fundações, bem como com organizações não governamentais e entidades privadas.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1243	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT					
1245	FROTA DE VEÍCULOS - FCT					
1247	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FCT					
2246	TRANSFERENCIA DE RECURSOS	Entidades	UN	15,0000	253.711,97 5.417,25	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2248	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	236.000,00 50.000,00 52.582,75	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2250	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO CULTURAL	Imóvel	UN	1,0000	623.000,00 108.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados****Ano LDO: 2011 Versão: 4**Página 50 de 56
Impresso em: 07/dez/2011
As 08:16:39 Horas

2252	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	Unidade Gestora	UN	1,0000	370.000,00 34.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2254	MANUTENÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E POPULARES	Unidade Gestora	UN	20,0000	711.288,03 155.000,00 100.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0094					2.699.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 51 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:39 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0096 PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DILVULGAÇÃO CULTURAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade.

DIRETRIZES:

Buscar a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço.

OBJETIVOS:

Implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1251	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CIC					
1253	FROTA DE VEÍCULOS - CIC					
1255	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CIC	Obra	UN	6,0000	170.000,00 400.000,00 4.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2256	MANUTENÇÃO DO CIC					
TOTAL DO PROGRAMA 0096					574.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 52 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:39 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0098- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Cultural busca garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, ampliando a parceria entre o poder público municipal, estadual e federal, para os fins a que se destina, buscando tornar conhecido, reconhecido e valorizado o legado histórico dos imigrantes, como integrante do patrimônio cultural do Brasil - sob a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como Paisagens Culturais brasileiras - no tombamento conjunto, por parte do IPHAN, do Estado de Santa Catarina e do Município, de uma série de bens representativos do patrimônio de nossos imigrantes, estabelecendo legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de seus entornos e da paisagem ambiental das regiões selecionadas, em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura e o MinC/IPHAN - numa parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social, divulgando o patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito nacional, regional e local, entre outros.

DIRETRIZES:

O Fundo de Preservação se destina, prioritariamente, à conservação dos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, que configuram o patrimônio cultural dos imigrantes em Santa Catarina. Seus recursos devem ser usados, prioritariamente, em obras e ações de conservação e restauro; na realização e complementação dos inventários; ao fomento à produção, qualificação e comercialização de produtos tradicionais; à estruturação das rotas culturais e à divulgação dessas ações, entre outros.

OBJETIVOS:

Priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre órgãos e entidades com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; colaborar com órgãos federais, seus representantes e o Governo Estadual, na execução das ações; oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas; divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração; firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação planejada no Termo; facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade de Timbó; estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Planos de Preservação, para as áreas selecionadas pelo projeto; formalizar roteiros de visitação no interior do Município; complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do Município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN; realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse Termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município; responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito Municipal; executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas no Termo, interagindo com o governo federal, estadual e a comunidade local; participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas; estabelecer um regime de estreita cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município; tornando conhecido, reconhecido e valorizado o patrimônio dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, formalizando, junto ao projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração a representação de uma chancela de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliando a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda e ainda, elaborando inventário cultural, buscando as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2258	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO					
TOTAL DO PROGRAMA 0098					0,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 53 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:39 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0100- ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento

DIRETRIZES:

Manutenção e ampliação dos serviços atuais. Contratação de estudo, com a diretriz de planejamento para 30 anos no município, abrangendo desde os mananciais até a rede coletora e de distribuição de água no município.

OBJETIVOS:

Assegurar, num período de 4 anos, o fornecimento de água tratada para 94% da população timboense residente na área urbana e iniciar a expansão da rede de abastecimento para a área rural, promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria na qualidade de vida. Formação do custo real da água para cobrança justa que permita o equilíbrio financeiro da Autarquia, possibilitando futuros investimentos.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	Unidade Gestora	UN	3,0000	105.000,00 50.000,00 180.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	Veiculo	UN	2,0000	36.000,00 100.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	Metros	MIL	20,0000	750.000,00 500.000,00 736.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1307	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ÁGUA					
2300	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ÁGUA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.160.000,00 620.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2302	MANUTENÇÃO DA ETA	Unidade Gestora	UN	1,0000	780.000,00 125.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2304	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	Unidade Gestora	UN	1,0000	1.050.000,00 625.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0100					6.817.000,00	

54

**MUNICÍPIO DE TIMBO****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 54 de 56
 Impresso em: 07/dez/2011
 As 08:16:39 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0102 ESGOTAMENTO SANITARIO - VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O Projeto de Sistema de Coleta, Transporte e Tratamento do Esgoto Doméstico está concluído. A elaboração do Projeto permite a imediata busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes. A execução completa do Projeto deverá ser feita em 4 etapas, devendo estar concluída em 2018. As fontes de recursos para os programas de saneamento básico deverão estar claramente definidos em conformidade com o definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico. O Município participa de Consórcio Intermunicipal cuja principal finalidade é colaborar na gestão dos problemas ambientais. O Plano de Saneamento Básico pode ser regionalizado, tendo como tema central a Universalização.

DIRETRIZES:

Realizar diagnósticos, estudos técnicos e captações financeiras que assegurem o início da implantação da 1ª Etapa do Projeto do esgoto tratado no município, estimulando a conscientização ambiental e promovendo a prevenção em saúde pública e melhoria da qualidade de vida.

OBJETIVOS:

Viabilizar, através de convênios e recursos próprios, o projeto de implantação da rede coletora e da estação de tratamento de esgoto domiciliar, bem como iniciar sua implantação e funcionamento.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1309	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ESGOTO	Unidade Gestora	UN	3,0000	450.000,00	Recursos Fiscais
1311	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ESGOTO	Veiculo	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
1313	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	Metros	MIL	45,0000	164.000,00 4.050.000,00 2.000.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1315	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO					
2306	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - DPTO. ESGOTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	4.000,00	Recursos Fiscais
2308	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ETE	Unidade Gestora	UN	1,0000	2.000,00	Recursos Fiscais
2310	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Unidade Gestora	UN	1,0000	4.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0102					6.824.000,00	

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2011 Versão: 4

Página 55 de 56

Impresso em: 07/dez/2011

As 08:16:39 Horas

PROGRAMA DE GOVERNO:**0104 GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O SAMAE realiza no município de Timbó a coleta de resíduos sólidos domiciliares que são levados ao Aterro Sanitário para tratamento e disposição final. Através de Convenio celebrado entre o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale e nove municípios do Médio Vale, os municípios são responsáveis pela ampliação da área física do aterro enquanto o Município de Timbó, através do SAMAE, é responsável pela administração do Aterro, sendo remunerado pela prestação do serviço de recebimento e compactação dos resíduos recebidos. Continua com sucesso o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, aumentando a conscientização da população e o investimento em educação ambiental. O Aterro Sanitário de Timbó é visto como um modelo a ser seguido pelos demais municípios. O investimento em

DIRETRIZES:

Investir na conscientização da população e na educação ambiental, fortalecendo o programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. Efetivar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Propor alternativas de financiamento, através de recursos próprios, convênios ou operações de crédito para recuperação das áreas utilizadas. Fazer parceria com ONG'S ou OCIP'S na busca de melhor destinação aos materiais recicláveis coletados. Melhorar os índices de qualidade em relação aos serviços prestados a comunidade. Investir no treinamento de funcionários bem como oferecer alimentação de qualidade e ambiente de trabalho com instalações adequadas de saúde e higiene pessoal.

OBJETIVOS:

Fortalecimento da atuação preventiva, através do desenvolvimento da educação ambiental e da manutenção e/ou expansão do programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, para diminuição de resíduos, destinados ao tratamento e disposição final no Aterro Sanitário, e do impacto ambiental decorrente. Aplicação e avaliação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Recuperação das áreas de tratamento e disposição final dos resíduos. Revitalização da área em torno das lagoas. Recuperação da mata ciliar do Córrego Araponguinhas. Melhoria da imagem e do serviço prestado a população de Timbó.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1317	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ATERRO	Unidade Gestora	UN	3,0000	30.000,00 200.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	Veiculo	UN	0,0000	400.000,00	Recursos Fiscais
1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	Área	M2	375,0000	100.000,00	Recursos Fiscais
1323	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ATERRO					
2312	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - ATERRO	Unidade Gestora	UN	1,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
2314	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ATERRO	Unidade Gestora	UN	1,0000	800.000,00 405.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2316	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	Unidade Gestora	UN	1,0000	970.000,00 190.000,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0104					3.295.000,00	

Lei Nº 2551, de 22 de Dezembro de 2011

LEI Nº 2551, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2011, da Administração Direta e Indireta.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder à anulação, no valor de R\$ 862.088,16 (Oitocentos e sessenta e dois mil, oitenta e oito reais e dezesseis centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.491 de 13/12/2010):

CÂMARA DE VEREADORES

01.01.001.031.0001.1005. CÂMARA DE VEREADORES	
01.01.001.031.0001.1005. ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
01.01.001.031.0001.1005. OBRAS E CONSTRUÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL
440000.00	INVESTIMENTOS
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS 862.088,16
TOTAL	862.088,16
TOTAL ANULAÇÃO	862.088,16

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 862.088,16 (Oitocentos e sessenta e dois mil, oitenta e oito reais e dezesseis centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.491 de 13/12/2010):

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

08.02.026.451.0052.1065. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065. OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065. PAVIMENTAÇÕES E DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL
440000.00	INVESTIMENTOS
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000	VINCULO LIVRE 862.088,16
TOTAL	862.088,16

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de Dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

Decreto Nº 2599, de 15 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº 2599, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais e suspende a contagem dos prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos administrativos, no período de 22 de dezembro de 2011 a 11 de janeiro de 2012.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e

CONSIDERANDO que compete à administração pública municipal, nos termos do artigo 85 da Lei Complementar nº 01/93, estatuir o período de férias de seus servidores, podendo, inclusive, fazê-lo de forma coletiva,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o período de Férias Coletivas aos Servidores da Administração Direta e Indireta, compreendido entre 22 de dezembro de 2011 a 10 de janeiro de 2012, inclusive.

Parágrafo único. Os Servidores em gozo de férias coletivas terão os dias deduzidos do respectivo período aquisitivo de férias.

Art. 2º Não estão sujeitos aos efeitos do presente decreto os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que deverá observar escala própria de férias coletivas.

Art. 3º No período de férias coletivas, os Secretários Municipais, bem como os Presidentes das Fundações Municipais de Esportes e Cultura, e SAMAE-Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, deverão organizar escalas de plantão nos setores considerados prioritários, de modo a garantir a prestação de serviços básicos à população, estando os respectivos servidores excetuados, integral ou parcialmente, do gozo das férias de que trata o presente Decreto.

Art. 4º Ficam suspensos o expediente e os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos em trâmite no Município de Timbó, que estejam embasados na Lei Complementar Municipal nº 01/93, bem como as atividades relacionadas ao fornecimento de cópias e certidões, durante o período de 22/12/2011 a 10/01/2012 inclusive.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos efeitos da suspensão apenas os prazos inerentes ao trâmite dos atos, procedimentos e processos, relativos à licitações e de trânsito, os quais fluirão regularmente durante o período de férias coletivas, cabendo as secretarias responsáveis pelos mesmos adotar as medidas necessárias a seu efetivo cumprimento, adotando-se o regime de plantão.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de dezembro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Comunicado Pregão Presencial 34-2011

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

COMUNICADO PREGÃO 34-2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, ELETRÔNICOS, INFORMÁTICA E OUTROS DESTINADOS A NOVA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIAS

Comunicamos que para autenticações em documentos por servidor desta Prefeitura, foi estabelecido no edital que as empresas devem apresentar seus documentos em até 30 minutos antes do horário estipulado para entrega dos envelopes. Considerando que no dia da

licitação a Prefeitura abrirá às 08:00 horas e o horário limite para entrega dos envelopes será 08:20 horas, os documentos deverão ser encaminhados para autenticação, quando for o caso, até a data anterior a data de entrega dos envelopes.

No dia 27/12/2011 a Prefeitura estará trabalhando em regime de plantão. Para chegar a sala de licitações deverão acessar alguma das portas laterais do prédio.

Timbó, 21/12/2011

Thomaz H. N. Campregher
Depto de Licitações

REVOGAÇÃO PARCIAL Pregão Presencial 34 2011 Móveis, Equipamentos hospitalares, eletrônicos, etc
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
SECRETARIA DE SAÚDE
TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL 34-2011

O Prefeito do Município de Timbó- SC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, Revogar os itens 71 e 77 da licitação de Pregão Presencial nº. 34/2011, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, ELETRÔNICOS, INFORMÁTICA E OUTROS DESTINADOS A NOVA POLICLÍNICA DE REFERÊNCIAS.
Motivo: Correção da descrição dos itens objetivando maior competitividade.

Timbó (SC), 21 de dezembro de 2011.
DARCÍSIO BONA
Prefeito de Timbó em Exercício

Ext. Terceiro Termo aditivo 2010_154

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/154
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Amarildo Dalpiaz
OBJETO: Locação de imóvel
PRAZO: Prorrogado por 12 meses.
DATA: 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Ext. terceiro termo aditivo 2010_268

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ - FCT
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO - Prorrogação de Prazo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/268
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó
CONTRATADO: Multi Construções Ltda
OBJETO: Revitalização do Cine Teatro Municipal
PRAZO: Prorrogado 150 dias corridos.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 03/2011,
TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Fundo Municipal de Saúde de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu Prefeito Sr.Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 03/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de janeiro/2012 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Órgão 10, Unid 01, Prot/ativ. 2.030, (dotação 10) Manutenção dos Serviços do Programa Saúde da Família.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.
CONTRATADA
BETHA SISTEMAS LTDA.
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 12/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 12/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E O SR. AUREI DELAZERI.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr.Enoi Scherer, e de outro lado o Sr. Aurei Delazeri pessoa física, veterinário, portador da Carteira de Identidade nº 4.257.837, inscrito no CPF sob o nº 038.580.519-50, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 12/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de janeiro/2012 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Órgão 05, Unidade 01, Prot/Ativ. 2.050 (dotação 122) Programa de Incentivo a Produção Vegetal.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

CONTRATADO ENOI SCHERER
AUREI DELAZERI Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 26/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 26/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr.Enoi Scherer, e de outro lado empresa Engler Terraplanagens Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 80.071.483/0001-54, estabelecida na Rua Padre Roque Gonzales,s/n, Centro, no Município de Tunápolis- SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 26/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - As despesas resultantes deste correrão a conta do empenho nº 655/2011 (restos a pagar)

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

CONTRATADO ENOI SCHERER
ENGLER TERRAPLANAGENS LTDA Prefeito Municipal
LUIS HENRIQUE ENGLER CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 27/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 27/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ROGÉRIO LUIS DELAVY-ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr.Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Rogério Luis Delavy-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.441.273/0001-95, estabelecida na Linha Sede Capela, Interior do Município de Itapiranga- SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 27/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DAS DESPESAS

As despesas resultantes deste correrão a conta dos empenhos nº 656/2011, 657/2011, 2494/2011 (restos a pagar ano de 2011).

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

CONTRATADO ENOI SCHERER
ROGÉRIO LUIS DELAVY Prefeito Municipal
TITULAR DA EMPRESA

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 49/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 49/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. EPAGRI

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr.Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Epagri, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.052.191/0001-62 representada pelo Sr. João Carlos Biasibetti, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 49/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de janeiro/2012 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Órgão 05,

Unidade 01, Prot/Ativ. 2.023 (dotação 117) Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal
Contratante

EPAGRI EMPRESA DE PESQ. AGROP. EXT. RURAL DE SC.
Contratada
João Carlos Biazabeti

TESTEMUNHAS

1 - _____ 2 - _____

1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 51/2011

TERMO ADITIVO Nº 01/2011.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 51/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua da Consolação, 317, Ed. Bossini, Bairro Matinho, no Município de Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.753.029/0001-93, neste ato representado pelo Sr. Leonardo Rodrigo Cassol, Procurador, inscrito no CPF: 892.226.289-34, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 51/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de maio/2012 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Órgão 03, Unidade 01, Prot/Ativ. 2.009 (dotação 09) Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada
Diego José Soccol

Testemunhas: _____

**1º Termo Aditivo ao Contrato de Nº 57/2011,
TERMO ADITIVO Nº 01/2011.**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 57/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca-1303D-sala 03- Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 10.954.970/0001-80 neste ato representado pelo Sr. Paulo André Testa, sócio administrador portador da cédula de identidade nº 3.127.894e inscrito(a) no CPF sob nº 870.781.989-72, em decorrência do processo de licitação na Modalidade Tomada de Preços 03/2011, homologado em 01/07/2011, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 57/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2012.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados no mês de julho/2012 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Órgão 08, Unidade 01, Prot/Ativ. 2.033 (dotação 170) Manutenção das atividades do CRAS.

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, 19 de dezembro de 2011.

Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda
Contratada
Paulo André Testa,

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
Contratante

Testemunhas: _____

**Contrato Nº 67/2011
CONTRATO Nº 67/2011**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito

público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Serviços de Máquinas Kupser Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 10.492.458/0001-69, estabelecida na Estrada Linha Santo Antonio, Interior, no Município de Itapiranga- SC, neste ato representado pelo Sr. Valdir Kupser, sócio administrador, considerado simplesmente doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 117/2011 e Pregão 83/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de 150 horas de serviços de Máquina Retroescavadeira tração 4X4, para recuperação de acessos e estradas municipais, com limpeza das sarjetas, bueiros e demais serviços atinentes desenvolvidos pela Secretaria de Transportes e Obras, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	150	horas	Contratação de 150 horas de serviços de Máquina Retroescavadeira tração 4X4, para recuperação de acessos e estradas municipais, com limpeza das sarjetas, bueiros e demais serviços atinentes.	75,00	11.250,00
					11.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ 11.250,00 (Onze mil duzentos e cinquenta reais) cotados na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA, será feito ATÉ O DIA 05 DO MÊS SUBSEQUENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS. O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhado de Relatório dos serviços prestados com anuência do Secretário de Transportes e Obras.

2.3 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 Os serviços a serem executados pela máquina Retroescavadeira para o Município deverão ser prestados nos locais determinados pelos responsáveis da Secretaria de Transportes e Obras, os quais serão controlados e coordenados por esta Secretaria. O contratado deverão apresentar notas fiscais do valor das horas executadas, bem como relatório das horas

laboradas com identificação e assinatura de um dos funcionários públicos da Secretaria que supervisionará os serviços executados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.2 A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento das máquinas, pessoal para operar, combustível e manutenção dos mesmos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

5.3 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.6 A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento dos equipamentos até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação à contratante. Será também de responsabilidade da CONTRATADA a estadia e alimentação dos operadores da máquina.

5.7 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

5.8 A CONTRATADA não poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;

6.4 Encaminhar semanalmente à CONTRATADA, a relação dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade DESCRIÇÃO
Órgão 06, Unid 01, Proj/Ativ 2.027 dot (128)

Órgão 05, Unid 01 Prot/Ativ. 2.023 dot (115)

3.3.90.00.00.00.00.0104. Manutenção dos serviços de Transporte

3.3.90.00.00.00.00.0104. Manutenção da Secretaria de Agricultura e meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 06 de dezembro de 2011.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Serviços de Máquinas Kupser Ltda ME
Contratado
Valdir Kupser
sócio administrador

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 68/2011. IAC

CONTRATO Nº 68/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Indústria Agrícola Chiumento Ltda, pessoa física de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 77.117.992/0001-66, estabelecida na Avenida Independência, 658 no Município de Palotina- PR, neste ato representada pelo Sr. Adeildo Batista Torres, inscrito no CPF sob o nº 945.651.399-87, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 124/2011 e Pregão Presencial nº 90/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição 07 (SETE) NOVOS DISTRIBUIDORES DE ADUBO, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, de acordo com o convênio nº 14.979/2011-9, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Qtde	Un	Preço Unit	Preço Total R\$
1	Distribuidor de Esterco Líquido Novo de 3000 Litros equipado com Bomba a Vácuo com no mínimo Vazão de 1 m³/min, Rodado Simples, Aro 16, com Pneus Novos, revestimento interno do tanque anticorrosivo (pintura a pó epóxi), e pintura externa a pó poliéster, tampa traseira para limpeza e inspeção de no mínimo 600 mm; com espessura de chapa de no mínimo 4,75mm, com agitador interno, cardan reforçado, macaco ajustável, com mangote de sucção de no mínimo 5m x 4"	IAC	02	un	10.550,00	21.100,00

	Distribuidor de Esterco Líquido Novo de 4000 Litros equipado com Bomba a Vácuo com no mínimo Vazão de 1 m³/min, Rodado Tandem, Aro 16, com Pneus Novos, revestimento interno do tanque anticorrosivo (pintura a pó epóxi), e pintura externa a pó poliéster, Tampa Traseira para limpeza e inspeção de no mínimo 600 mm; com espessura de chapa de no mínimo 4,75mm, com agitador interno, cardan reforçado, macaco ajustável, com mangote de sucção de no mínimo 5m x 4".	IAC	5	un	11.300,00	56.500,00
2	Total Geral					77.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 77.600,00 (Setenta e sete mil e seiscentos reais).

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos Bens, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento da empresa informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os Bens objeto deste edital deverão ser entregues na garagem da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho ,nº 111, centro, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, os Bens que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do Bem obrigando-se a repor aquele que apresentar

defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos Bens prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o bem contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 124/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ÀO CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os Bens no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os Bens, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir o Bens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.	4.4.90.00.00.00.00.0050 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários
Projeto/Atividade 1.017, (dot 125,187)	4.4.90.00.00.00.00.00301 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários
Recursos próprios	

8 - CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem os bem por ela fornecidos) dos itens constantes no Anexo "I" do edital, de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão da autorização de fornecimento. Durante o período de garantia, a Licitante Vencedora ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

8.3 Além da obrigação de prestação de garantia, a Licitante Vencedora também se obriga a respeitar o prazo máximo de 4 (quatro)

horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Tunápolis para a execução da assistência técnica. Para tanto, a contratada deverá apresentar unidade de assistência técnica de no máximo 180 Km de distância da sede do Município de Tunápolis, para agilizar a manutenção dos equipamentos.

8.4 Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Tunápolis impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

8.5 A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento prevista no item 8.3. Na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável pelo Bem.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- 10.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- 10.1.2 Por acordo entre as partes;
- 10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- 11.1.1. Advertência.
- 11.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- 11.1.3. Declaração de inidoneidade;
- 11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– FORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de Dezembro de 2011.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Indústria Agrícola Chiumento Ltda
Contratada
José Antônio Chiumento
Sócio Gerente
CPF: 407.457.759-34.

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34
Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 69/2011.

CONTRATO Nº 69/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por

seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Donal Dettenborn EPP, pessoa física de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 79.497.210/0001-97, estabelecida na Rua: Boa Vista, nº 31, no Município de Iporã do Oeste- SC, neste ato representado pelo Sr. Jucinei Bonato, inscrito no CPF sob o nº 032.969.949-04, Procurador, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 124/2011 e Pregão Presencial nº 90/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição 02 (DOIS) NOVOS DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, de acordo com o convênio nº 14.979/2011-9, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Qtde	Un	Preço Unit	Total R\$
3	Distribuidor de Adubo Orgânico e Calcário Novo, esteira de travessas de 0,60cm com total versatilidade de uso, capacidade mínima de 6.5 toneladas e 3,0 m³, acionado pela tomada de força do trator à 540 RPM, tampa de saída com abertura regulável de até 30 cm, e equipada com molas tensoras para que libere materiais estranhos, mancais com rolamentos auto compensadores, com mono disco, caixa de transmissão em banho de óleo, pneus novos 750 x 16, roda-do Tanden aro 16.	IPACOL	02	un	13.895,00	27.790,00
	Total Geral					27.790,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 27.790,00 (Vinte e sete mil e setecentos e noventa reais) declarados vencedor.

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos Bens, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção,

o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os Bens objeto deste edital deverão ser entregues na garagem da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho, nº 111, centro, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, os Bens que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do Bem obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos Bens prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o bem contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 124/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, ÀO CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os Bens no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os Bens, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir o Bens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
----------------------	-----------

Orgão 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo.	4.4.90.00.00.00.00.00.0050 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários
Projeto/Atividade 1.017, (dot 125,187)	4.4.90.00.00.00.00.00.0301 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários
Recursos próprios	

8 - CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem os bem por ela fornecidos) dos itens constantes no Anexo "I" do edital, de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão da autorização de fornecimento. Durante o período de garantia, a Licitante Vencedora ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

8.3 Além da obrigação de prestação de garantia, a Contratada também se obriga a respeitar o prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Tunápolis para a execução da assistência técnica. Para tanto, a contratada deverá apresentar unidade de assistência técnica de no máximo 180 Km de distância da sede do Município de Tunápolis, para agilizar a manutenção dos equipamentos.

8.4 Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Tunápolis impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

8.5 A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento prevista no item 8.3. Na hipótese de necessidade de prazo maior, o mesmo deverá ser solicitado ao secretário responsável pelo Bem.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

10.1.2 Por acordo entre as partes;

10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

11.1.3. Declaração de inidoneidade;

11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– FORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de Dezembro de 2011.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Donal Dettenborn EPP
Contratada
Donald Dettenborn
Sócio Administrador
CPF: 195.600.019-49.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 70/2011

CONTRATO Nº 70/2011

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Anselmo Renê Weber ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.506.993/0001-78, estabelecido na Avenida Cerro Largo, no Município de Tunápolis/ SC, neste ato representada pelo Sr. Fernando Gassen, Procurador Inscrição no CPF 010.512.859-76, considerado doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 125/2011 e Pregão Presencial nº 91/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição 02 (DOIS) NOVOS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, de acordo com o convênio nº 16.453/2011-4, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Qtde	Un	Preço Unit	Preço Total R\$
------	---------------	-------	------	----	------------	-----------------

2	Distribuidor de Esterco Líquido de 4000 Litros Novos equipado com Bomba lobular com no mínimo Vazão de 1 m³/min , Rodado Tandem, Aro 16, com Pneus Novos, revestimento interno do tanque anti-corrosivo (pintura a pó epóxi), e pintura externa a pó poliéster, Tampa Traseira para limpeza e inspeção de no mínimo 600 mm; com espessura de chapa de no mínimo 4,75mm, com agitador interno, cardan reforçado, macaco ajustável, com mangote de sucção de no mínimo 5m x 4”.	MEPEL	2	un	11.860,00	23.720,00
Total Geral						23.720,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 o Contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 23.720,00 (vinte três mil setecentos e vinte reais) declarados na proposta vencedora.

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos Bens, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os Bens objeto deste edital deverão ser entregues na garagem da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho ,nº 111, centro, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, os Bens que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do Bem obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a

entrega dos Bens prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o bem contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 125/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, AO CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os Bens no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os Bens, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir o Bens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 05 – Secretaria Municipal da Agricultura	4.4.90.00.00.00.00.00.00104 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura
Unidade 01	4.4.90.00.00.00.00.00.0301 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura
Projeto/Atividade 1.014, (dot 110,212)	
Recursos próprios	

8 - CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiverem os bem por ela fornecidos) dos itens constantes no Anexo "I" do edital, de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão da autorização de fornecimento. Durante o período de garantia, a Licitante Vencedora ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

8.3 Além da obrigação de prestação de garantia, a Licitante Vencedora também se obriga a respeitar o prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Tunápolis para a execução da assistência

técnica. Para tanto, a contratada deverá apresentar unidade de assistência técnica de no máximo 180 Km de distância da sede do Município de Tunápolis, para agilizar a manutenção dos equipamentos.

8.4 Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Tunápolis impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

8.5 A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento prevista no item 8.3.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

10.1.2 Por acordo entre as partes;

10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

11.1.3. Declaração de inidoneidade;

11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– FORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de Dezembro de 2011.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Anselmo Renê Weber ME
Contratada
Anselmo Renê Weber
Sócio Administrador
CPF: 681.958.509-87

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº 71/2011

CONTRATO Nº 71/2011

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Donal Dettenborn EPP, pessoa

física de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 79.497.210/0001-97, estabelecida na Rua: Boa Vista, nº 31, no Município de Iporã do Oeste- SC, neste ato representado pelo Sr. Jucinei Bonato, inscrito no CPF sob o nº 032.969.949-04, Procurador, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 125/2011 e Pregão Presencial nº 91/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição 02 (DOIS) NOVOS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, de acordo com o convênio nº 16.453/2011-4, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Qtde	Un	Preço Unit	Preço Total R\$
3	Distribuidor de Esterco Líquido de 6000 Litros Novos equipado com Bomba Lobular com no mínimo Vazão de 1 m³/min , Rodado Tandem, Aro 16, com Pneus Novos, revestimento interno do tanque anticorrosivo (pintura a pó epóxi), e pintura externa a pó poliéster, Tampa Traseira para limpeza e inspeção de no mínimo 500 mm; com espessura de chapa de no mínimo 4,25mm, com agitador interno, cardan reforçado, macaco ajustável, com mangote de sucção de no mínimo 5m x 4".	IPACOL	2	un	14.880,00	29.760,00
	Total Geral					29.760,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Contratante pagará a contratada o valor de R\$ 29.760,00 (vinte nove mil, setecentos e sessenta reais) declarados na proposta vencedora.

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos Bens, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado

nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os Bens objeto deste edital deverão ser entregues na garagem da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho ,nº 111, centro, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, os Bens que vierem a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do Bem obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos Bens prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o bem contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 125/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, AO CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os Bens no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os Bens, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir o Bens acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
Orgão 05 – Secretaria Municipal da Agricultura	4.4.90.00.00.00.00.00.00104 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura
Unidade 01	4.4.90.00.00.00.00.00.0301 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura
Projeto/Atividade 1.014, (dot 110,212)	
Recursos próprios	

8 - CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia on site (isto é, no

local onde estiverem os bem por ela fornecidos) dos itens constantes no Anexo "I" do edital, de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão da autorização de fornecimento. Durante o período de garantia, a Licitante Vencedora ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

8.3 Além da obrigação de prestação de garantia, a Licitante Vencedora também se obriga a respeitar o prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Tunápolis para a execução da assistência técnica. Para tanto, a contratada deverá apresentar unidade de assistência técnica de no máximo 180 Km de distância da sede do Município de Tunápolis, para agilizar a manutenção dos equipamentos.

8.4 Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Tunápolis impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

8.5 A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento prevista no item 8.3.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- 10.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- 10.1.2 Por acordo entre as partes;
- 10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- 11.1.1. Advertência.
- 11.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- 11.1.3. Declaração de inidoneidade;
- 11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– FORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de Dezembro de 2011.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Donal Dettenborn EPP

Contratada

Donald Dettenborn

Sócio Administrador

CPF: 195.600.019-49.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº 72/2011.

CONTRATO Nº 72/2011.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador do Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Shark Máquinas para Construção Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.224.121./0010-94, estabelecida na Rua Plínio Arlindo Nes, 2.241-D, Bairro Belvedere, na Cidade de Chapecó/SC, neste ato devidamente representado o Sr. Edgar Rodrigues Vieira, inscrito no CPF: 193.921.840-34, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 125/2011 e Pregão Presencial nº 91/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, destinada para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, destinados para a Secretaria Municipal da Agricultura desta Municipalidade, de acordo com o convênio nº 16.453/2011-4, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Especificação	Marca	Qtde	Un	Preço Unit R\$	Preço Total R\$
------	---------------	-------	------	----	-------------------	--------------------

1	Retroescavadeira de fabricação nacional, nova, ano e modelo 2011, tração 4x4, chassi integral monobloco tipo caixa soldada em peça única, com motor a diesel turboalimentada, com potência líquida mínima de 96 HP, transmissão de quatro velocidades à frente e à ré. Cabine fechada com ar condicionado, direção hidrostática, freios multidisco em banho de óleo, caçamba da retroescavadeira com dentes e capacidade mínima de 0,24 m³, caçamba da carregadeira com capacidade de no mínimo 0,88 m³, com dentes parafusados, sistema hidráulico com capacidade vazão de bomba de no mínimo 151 lpm(litros por minuto) e peso operacional mínimo de 7.200kg.	NEW HOLLAND	01	un	209.900,00	209.900,00
	Total Geral					209.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O Contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 209.900,00 (duzentos e nove mil e novecentos reais) declarados na proposta vencedora.

2.2 O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, em até 10 (dez) dias após a data do recebimento dos Bens, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.3 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento da empresa informando a Agência Bancária e o

numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.5 A critério da contratante, poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

2.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 O Bem objeto deste contrato deverá ser entregue na garagem da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Castilho ,nº 111, centro, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

4.2 A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, Bem que vier a ser recusados sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

4.3 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade do Bem obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

4.4 A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega do Bem prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive na entrega anexar a Nota Fiscal, para o recebimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o bem contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 125/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, AO CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar o Bem no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer o Bem, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos neste Edital e do presente contrato.

5.6 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal para efetuar a entrega; bem como as despesas com frete, seguro, impostos, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto ora licitado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município obriga-se adquirir o Bem acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011 da Prefeitura Municipal de Tunápolis:

Unidade Orçamentária	Descrição
----------------------	-----------

Orgão 05 – Secretaria Municipal da Agricultura Unidade 01 Projeto/Atividade 1.014, (dot 110,212) Recursos próprios	4.4.90.00.00.00.00.00.00104 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura 4.4.90.00.00.00.00.00.0301 – Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos para Agricultura
---	---

8 - CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA:

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiver o bem por ela fornecido) do item constante na cláusula 01 deste contrato, de no mínimo 12 (doze) meses consecutivos sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão da autorização de fornecimento. Durante o período de garantia, a Licitante Vencedora ficará obrigada a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

8.2 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

8.3 Além da obrigação de prestação de garantia, a Licitante Vencedora também se obriga a respeitar o prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento ao Município de Tunápolis para a execução da assistência técnica. Para tanto, a contratada deverá apresentar unidade de assistência técnica de no máximo 180 Km de distância da sede do Município de Tunápolis, para agilizar a manutenção dos equipamentos.

8.4 Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Tunápolis impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

8.5 A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento prevista no item 8.3.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO.

9.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2011, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL.

10.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

10.1.2 Por acordo entre as partes;

10.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

11.1.3. Declaração de inidoneidade;

11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– FORO COMPETENTE.

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 15 de Dezembro de 2011.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Shark Máquinas para Construção Ltda
Contratada

Edgar Rodrigues Vieira,

CPF: 193.921.840-34

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 73/2011

CONTRATO Nº 73/2011

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa CTT CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.049.030/0001-09, estabelecida na Rua: Duque de Caxias, 626, sala 109, Centro, no Município de Maravilha/SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 127/2011 e Convite p/ Obras e Serv. Engenharia nº 09/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para execução de lombadas e recuperação de vias públicas no perímetro urbano do Município de Tunápolis, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos e especificações técnicas constantes na Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 O pagamento pela obra contratada será efetuado com base no preço R\$ 24.302,95 (Vinte quatro mil, trezentos e dois reais e noventa e cinco centavos) cotados pela licitante, sendo que a CONTRATANTE terá o prazo para efetuar o pagamento de até 8 (oito) dias, depois da apresentação da respectiva Nota Fiscal que deverá estar acompanhada do laudo de medição, emitido pelo engenheiro da empresa e homologado pelo engenheiro da Prefeitura Municipal, bem como o fornecimento de cópia do Diário de Obra à Municipalidade, da realização da medição, facilitando, ainda, todas as atividades de fiscalização da obra que será feita por engenheiro desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

2.2 Na nota fiscal deverão ser discriminados os valores relativos aos materiais e à mão-de-obra, inclusive a retenção para a seguridade social de 11% sobre o valor da mão-de-obra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 O Município obriga-se a receber a obra nos termos e condições estabelecidas no edital convite 127/2011 que originou este contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O Contratado obriga-se ao fiel e bom cumprimento por seus sócios, a fornecer ao Município os serviços de boa qualidade, com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 127/2011 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato, oportunizando fiscalização constante do Engenheiro do Município.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados ao contratante ou a terceiros por culpa ou dolo, em decorrência a execução do objeto contratado.

4.3 Comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços e materiais que fornecer, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor e todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

4.4 Manter diário de obra e fornecer uma cópia à municipalidade, quando da realização das medições, bem como, facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que será feita por técnico desta municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

4.5 Colocar a placa indicativa da obra antes do início da sua execução, conforme modelo a ser fornecido pela Prefeitura Municipal de Tunápolis - SC.

4.6 Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários, formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas.

4.7 O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar no serviço.

4.8 É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados.

CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1 As obras deverão iniciar no prazo de 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato.

5.2 A execução das obras contratadas deverá ser efetuada com estrita observância dos quantitativos e especificações e prazos de acordo com o cronograma físico financeiro, sendo que qualquer alteração em relação aos prazos ou valores deverá ser devidamente justificado pelo CONTRATADA com a anuência da Municipalidade.

5.3 A empresa vencedora deverá antes do início da obra apresentar a ART de execução da obra.

5.4 A proponente vencedora deverá manter diário de obra e fornecer uma cópia à municipalidade, quando da realização das medições, bem como, facilitar todas as

atividades de fiscalização da obra que será feita por engenheiro desta municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.5 Executando o objeto do contrato, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

5.6 A proponente declarada vencedora deverá comparecer na sede da Prefeitura para assinatura de contrato no prazo de 5 (dias) contados do recebimento do ato de homologação, sob pena de perda do direito de contratar com o município de Tunápolis

5.7 Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Unid. Orç. / Projeto / Atividade	DESCRIÇÃO
Órgão 06 - Unidade 001 - Proj/Ativ (1019) Dot (136)	3.390.00.00.00.00.0104 Pavimentação de Vias Públicas, Passagens, Abrigos Passagheiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência de até 60 (sessenta) dias após a assinatura, conforme cronograma físico anexo ao Edital, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;
II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;
III - declaração de inidoneidade;
IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 20 de dezembro de 2011.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

CTT CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP
Contratada
Cristian Ticiani
Sócio Administrador

CPF : 681.156.870-49

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Vargeão

PREFEITURA

ExtratoS de TermoS Aditivos EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
OBJETO: Suprime parte da obra e acresce outra, conforme especificado nas planilhas que integram o presente Aditivo.

VALOR: Em razão da supressão de parte da obra, fica reduzido o valor contratual em R\$ 26.192,42 (vinte e seis mil cento e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos); e em razão do acréscimo de obra, fica aumentado o valor contratual em R\$ 28.969,68 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Assim, considerando a redução e o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 302.168,76 (trezentos e dois mil cento e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 162/2010.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2011.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
OBJETO: Suprime parte da obra e acresce outra, conforme especificado nas planilhas que integram o presente Aditivo.

VALOR: Em razão da supressão de parte da obra, fica reduzido o valor contratual em R\$ 19.884,55 (dezenove mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos); e em razão do acréscimo de obra, fica aumentado o valor contratual em R\$ 39.151,91 (trinta e nove mil cento e cinquenta e um reais e noventa e um centavos). Assim, considerando a redução e o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 241.851,97 (duzentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 163/2010.

Vargeão SC, 16 de dezembro de 2011.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.683/11

LEI N.º 2.683/11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a conceder Remissão de Créditos Tributários, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, mediante despacho fundamentado, remissão total dos créditos tributários abaixo relacionados, compreendendo o principal e seus acréscimos, nos termos do art. 172, I, do Código Tributário Nacional e art. 110, I, do Código Tributário Municipal, em face da situação econômica dos sujeitos passivos, conforme consta dos respectivos Processos Administrativos:

CONTRIBUINTE	TRIBUTOS	VALOR (R\$)	FULCRO: CTN LEI Nº 5.172/66 c/c CTM LEI Nº 69/85	PROCESSO Nº
Goldbach Intermediação Comercial Ltda-ME	TLL de 1993 e TLL de 2002 a 2005, ISS de 2003 a 2004 e IMC de 1998	15.721,45	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.140/2011
Raimundo Moriggi	Receitas Agropecuárias de 2002 a 2004	1.799,92	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8.477/2011
Noemi da Silva	IPTU/TSP de 2005 a 2011	849,72	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8.289/2011
Írineu Toniazzi, representado por Rosene Fátima Silva Toniazzi	IPTU/ TSP de 2008 a 2011	972,26	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	9.237/2011
Fidelsina Muniz	IPTU/TSP de 2002 a 2011	6.073,44	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8.553/2011
Rosângela Verônica Longo	IPTU/TSP de 2011	494,44	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.886/2011
Vitório Pasqualin	IPTU/TSP de 2009 a 2011	479,89	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.498/2011
Tereza Marques e José Bonifácio	IPTU/TSP de 1993 a 2011	2.080,28	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	10.462/2011
Custódio Gonçalves da Silva, representado por José Marcos Pierdoná	IPTU/TSP de 2010 a 2011	151,14	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	9.930/2011
Dercilio Magaldi, representado por Vanderlei Magaldi	IPTU/TSP de 2007 a 2011	1.419,64	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	9.890/2011
Wilson Lenser, representado por Adriana Resmini	IPTU/TSP de 2011	471,29	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	9.021/2011
Daiane da Silva	IPTU/TSP de 2006 a 2011	606,29	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	8.275/2011
Andrea de Souza	IPTU/TSP de 2002 a 2011	2.858,39	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	5.269/2011

Antonia Cor-deiro de Avila	IPTU/TSP de 2010 a 2011	198,93	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	6.672/2011
Edelgarth Irma Molde-nhauer	IPTU/TSP de 2006 a 2011 e CM de 2008 a 2010	4.265,10	Art. 172, I do CTN c/c Art. 110, I do CTM	4.849/2011

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.684/11

LEI Nº 2.684/11, DE 16 DEZEMBRO DE 2011
DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Reinaldo Evaldo Schneider a Rua Projetada nº 01, do Loteamento Forlin VI, conforme memorial descritivo, e, mapa em anexo, que inicia na travessa São Vicente e segue no sentido Sul/Norte em linha reta, em seguida em arco por uma extensão aproximada de 329m até a área institucional, onde se encontra o reservatório de água da CASAN.

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua Projetada nº 01	Forlin VI	Reinaldo Evaldo Schneider

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.685/11

LEI Nº 2.685/11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a Proibição do Trânsito de Veículos Pesados, Graneleiros e Transporte de Cargas Vivas na Área Central da Cidade, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o trânsito de veículos para transporte de carga viva, o trânsito de veículo graneleiro e o trânsito de caminhão trator articulado, carregado ou vazio, compreendendo as seguintes vias públicas:

VIA/ LOGRADOURO	TRECHO
Rua Saul Brandalise	Toda a Extensão
Av. D. Pedro II	Entre a Rua Brasil e Benjamim Grazziotin
Rua Pedro Andreazza	Toda a Extensão
Rua Cel. Alberto Schmidt	Toda a Extensão
Rua XV de Novembro	Toda a Extensão
Rua Nicolau Cavan	Toda a Extensão
Rua Brasil	Entre a Av. D. Pedro II e Rua Coronel Fagundes
Rua Bulcão Vianna	Toda a Extensão
Rua Luiz Ferlin Senior	Toda a Extensão
Rua Coronel Fagundes	Até a Rua Arlindo de Matos
Rua Lauro Muller	Toda a Extensão
Rua Alberto Zoller	Até a Rua Manoel Roque
Rua Benjamim Grazziotin	Toda a Extensão
Rua Antonio Ferlin	Toda a Extensão
Av. Manoel Roque	Toda a Extensão
Rua Veneriano dos Passos	Toda a Extensão
Rua Santa Catarina	Toda a Extensão
Rua 07 de Setembro	Toda a Extensão
Rua Duque de Caxias	Toda a Extensão

Art. 2º Fica permitido o trânsito de veículos com o máximo de 03 (três) eixos na área central da Cidade, no horário das 19:15 às 09:00 horas.

Art. 3º Não se aplicam as restrições previstas nos arts. 1º e 2º nos seguintes casos:

- I - serviços de coleta de lixo;
- II - serviços de manutenção e obras de interesse público;
- III - serviços de socorro.

Art. 4º Em casos excepcionais poderá ser autorizado o trânsito de veículos descritos no art. 1º da presente Lei, devendo para tanto, ser requisitada a correspondente autorização junto ao órgão de trânsito local.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita às penalidades constantes no art. 187 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

"Art. 187. Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação estabelecida pela autoridade competente:

I - para todos os tipos de veículos:

Infração - média;

Penalidade - multa".

Art. 6º O Executivo deverá, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Lei:

I - promover ampla campanha educativa, visando à conscientização dos usuários sobre as restrições e as penalidades para infrações aos dispositivos desta Lei;

II - implementar a sinalização apropriada.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.686/11

LEI N.º 2.686/11, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Altera a Lei nº 2.672/11, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder brinde de Natal aos servidores municipais, no exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.672/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos servidores do Município, como brinde de Natal, 1 (uma) bolsa térmica com capacidade de até 14 (quatorze) Litros e 1 (uma) Ave tipo Chester ou assemelhado.

Parágrafo Único - A aquisição dos produtos será feita mediante processo de dispensa de licitação, conforme art. 24, V, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.899/11

DECRETO Nº 9899/11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Infraestrutura, Volnei Granetto, estará em gozo de férias de 02 de janeiro até 31 de janeiro de 2012,

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor DINILSO ANTONIO GAIO, ocupante do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2012.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.901/11

DECRETO Nº 9901/11, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Celso Brancher, estará em gozo de férias de 02 de janeiro até 31 de janeiro de 2012,

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor GILMAR PAULO RISSARDI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2012.

Videira, 19 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.902/11

DECRETO Nº 9.902/11, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

Designa servidor para exercer as funções de Pregoeiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora KALYNE DANIELEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Pregoeira, em substituição a servidora PATRICIA MARQUES, que se encontra em férias, durante o período

de 19 de dezembro de 2011 a 08 de janeiro de 2012.

Art. 2º Fica designado o servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, admitido para exercer as funções de Técnico de Nível Superior, para ser membro da Equipe de Apoio, em substituição a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, que se encontra em férias, durante o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de janeiro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de dezembro de 2011.

Videira, 20 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0905/11
PORTARIA nº 0905/11

Torna sem efeito a Portaria nº 0124/11, que designou servidor para exercer Função Gratificada

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e suas alterações, e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 2012, a Portaria nº 0124/11, que designou a servidora GRAZIELA GOETTEMES, para exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar II, símbolo FG-4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Videira, 15 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0906/11
PORTARIA nº 0906/11

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16.389/11,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, NILSON MARCELO SCHNEIDER, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, nível E-PE-OPE-I-A, admitido pela Portaria nº 1002/03.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de dezembro de 2011.

Videira, 15 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0907/11
PORTARIA nº 0907/11

Admite Miguel Alberto Viecele para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria de Nomeação nº 0871/11, de 30 de novembro de 2011 e o Termo de Posse nº 026/2011,

RESOLVE

Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, MIGUEL ALBERTO VIECELE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0908/11
PORTARIA nº 0908/11

Torna sem efeito Nomeação de Servidor

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11342/2011,

RESOLVE

Tornar, sem efeito, a Portaria nº 0299/11, que nomeou RAFAEL LUIZ MICHELUSI TAIETTI, tendo em vista sua aprovação no

Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0909/11

PORTARIA nº 0909/11

Nomeia Comissão Especial para a Realização do Processo Seletivo nº 008/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar VALMOR LUIZ DALL'AGNOL, CELSO BRANCHER, VOLNEI GRANETTO, GILMAR PAULO RISSARDI, KAROLINA BORSATTI E DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, para comporem a Comissão Especial para a realização de todos os atos inerentes ao Processo Seletivo nº 008/11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0910/11

PORTARIA nº 0910/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16092/2011,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a EDNISE XAVIER DA SILVA, Professora, de 02 de fevereiro de 2012 até 02 de maio de 2012, referente ao quinquênio de 1º de março de 2006 até 28 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2012.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0911/11

PORTARIA nº 0911/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16290/2011,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DIANÊS TEREZINHA ARGENTON, Professora, de 1º de fevereiro de 2012 até 1º de maio de 2012, referente ao quinquênio de 14 de fevereiro de 1995 até 20 de maio de 2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Videira, 16 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0912/11

PORTARIA nº 0912/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16144/2011,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOANICE MUNARO SETTI, Professora Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, de 1º de fevereiro de 2012 até 1º de maio de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2003 até 02 de fevereiro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2012.

Videira, 19 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0916/11
PORTARIA nº 916/11

Designa Servidor para exercer as funções de Chefe da Comissão de Licitações durante o afastamento, em razão de férias, da servidora Raimunda Aparecida Zago Borba

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar a servidora KALYNE DANIELEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Chefe da Comissão de Licitações, durante as férias da atual titular, Raimunda Aparecida Zago Borba, no período correspondente a 1º de janeiro de 2012 a 30 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 20 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de dezembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 01/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012 - FMS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2012 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DIVULGADA PELA ABCFARMA, PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO DISPONÍVEIS NO ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA. 2. TIPO: MAIOR DESCONTO TABELA. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 10 de Janeiro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5.

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 20 de Dezembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0608/2011

Extrato do Contrato n. 0608/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANTONIO DA CRUZ
CPF: 665.342.409-04
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0609/2011

Extrato do Contrato n. 0609/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VALDOMIRO ALVES DA VEIGA
CPF: 590.962.769-49
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0610/2011

Extrato do Contrato n. 0610/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: VALDOMIRO KELVER DA SILVA
CPF: 076.168.919-26
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0611/2011

Extrato do Contrato n. 0611/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE
CPF: 933.502.799-53
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0613/2011

Extrato do Contrato n. 0613/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDRÉ FERNANDES

CPF: 053.480.019-02

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 12 de setembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL ESPECIALIZADO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.225,43 (Um mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos)

Extrato do Contrato n. 0639/2011

Extrato do Contrato n. 0639/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: OSCAR PADILHA DOS SANTOS

CPF: 707.528.939-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0651/2011

Extrato do Contrato n. 0651/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ITAMAR PADILHA DOS SANTOS

CPF: 949.601.439-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR GEFERSON TIAGO DE MATTOS

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0653/2011

Extrato do Contrato n. 0653/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE

CPF: 933.502.799-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0654/2011

Extrato do Contrato n. 0654/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DORCELI ADELAR DE OLIVEIRA

CPF: 304.859.919-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2011 a 30 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0662/2011

Extrato do Contrato n. 0662/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE ARACI DE ANDRADE FIDÊNCIO

CPF: 018.638.379-73

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0676/2011

Extrato do Contrato n. 0676/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA ELENA DALACOSTA LENHANI

CPF: 522.044.219-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 735,46 (Setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0678/2011

Extrato do Contrato n. 0678/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE ANTUNES MOREIRA

CPF: 059.483.899-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANGELA MARIA PRETO MACHADO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0679/2011

Extrato do Contrato n. 0679/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MISLEINE APARECIDA POLEZO WEISS

CPF: 005.338.009-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANA MARIA PADILHA

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0680/2011

Extrato do Contrato n. 0680/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA

CPF: 478.346.769-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARINÊS LUCAS DALLAGNOL

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0682/2011

Extrato do Contrato n. 0682/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINEZ TEREZINHA GARBOSA

CPF: 837.762.149-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 23 de novembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0683/2011

Extrato do Contrato n. 0683/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA COSTA

CPF: 004.314.749-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0684/2011

Extrato do Contrato n. 0684/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS SILVA

CPF: 707.532.379-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TELMA CLAUDETE MOTTA

VIGÊNCIA: de 04 de novembro de 2011 a 30 de novembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0686/2011

Extrato do Contrato n. 0686/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: INDIANARA MARTINS ARMENIO

CPF: 063.674.009-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLENE CARMEM CAREGNATO MEZZAROBA

VIGÊNCIA: de 08 de novembro de 2011 a 13 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0687/2011

Extrato do Contrato n. 0687/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MOISÉS PERIN

CPF: 892.164.079-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0688/2011

Extrato do Contrato n. 0688/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALMIR ALVES DA SILVA

CPF: 384.822.079-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0689/2011

Extrato do Contrato n. 0689/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRÍCIA FAÉ MENDONÇA BENNEMANN

CPF: 628.886.170-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIZETE APARECIDA FERLIN

VIGÊNCIA: de 21 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 735,46 (Setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Extrato do Contrato n. 0690/2011

Extrato do Contrato n. 0690/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDIVANDRO JOSÉ DAMIÃO GALDINO

CPF: 071.732.689-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 16 de novembro de 2011 a 23 de novembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Extrato do Contrato n. 0691/2011

Extrato do Contrato n. 0691/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ADRIEL FRANÇA LEITE
CPF: 075.657.699-75
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 21 de novembro de 2011 a 23 de dezembro de 2011
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 622,28 (Seiscentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto N° 098/2011

DECRETO 098/2011

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo	
33000000.00 - Outras Despesas Correntes	
33900000.00 - Aplicações Diretas	
0.1.0000 - Recursos Livres R\$	20.610,32

0101 - CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo	
44000000.00 - Investimento	
44900000.00 - Aplicações Diretas	
0.1.0000 - Recursos Livres R\$	1.135,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0101 - CAMARA DE VEREADORES	
01.031.001.2001 - Manutenção do Poder Legislativo	
31000000.00 - Pessoal e Encargos Social	
31900000.00 - Aplicações Diretas	
0.1.0000 - Recursos Livres R\$	21.745,32

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 21 de dezembro de

2011.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Associações

CIS/AMUNESC

Resolução CIS/AMUNESC N.º 136/2011

RESOLUÇÃO CIS/AMUNESC N.º 136/2011, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a estimativa de Receitas e a Fixação das Despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC, para o exercício de 2012.

A Assembléia Geral de Prefeitos do CIS/AMUNESC, no uso das atribuições que lhe confere os art. 11 e art. 18, inciso III do Estatuto, em conformidade com as deliberações da Ata da 2ª Assembléia Extraordinária de Prefeitos do CIS/AMUNESC realizada em 14/12/2011, considerando o previsto no § 1.º do art. 24 do Estatuto do CIS/AMUNESC,

RESOLVE.

Art. 1º Aprovar o orçamento anual do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CIS/AMUNESC para o exercício de 2012, com Receitas estimadas e Despesas fixadas na ordem de R\$ 6.852.861,84 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º A Receita efetivar-se-á dentro das categorias econômicas e fonte de recursos, com o seguinte desdobramento:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados

Código / Descrição	Valor
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas R\$ 6.852.861,84
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes R\$ 6.852.861,84
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial R\$ 60.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários R\$ 60.000,00
4.1.3.2.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários R\$ 60.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes R\$ 6.792.861,84
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais R\$ 6.792.861,84
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios R\$ 6.792.861,84
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 6.792.861,84
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00	Prefeitura Municipal de Araquari R\$ 148.860,00
4.1.7.2.3.37.01.01.00.00	Prefeitura Municipal de Araquari - Saúde R\$ 133.974,00
4.1.7.2.3.37.01.02.00.00	Prefeitura Municipal de Araquari - administração R\$ 14.886,00
4.1.7.2.3.37.02.00.00.00	Prefeitura Municipal de Barra do Sul R\$ 101.160,00
4.1.7.2.3.37.02.01.00.00	Prefeitura Municipal de Barra do Sul - Saúde R\$ 91.044,00

4.1.7.2.3.37.02.02.00.00 Prefeitura Municipal de Barra do Sul - Administração R\$ 10.116,00
 4.1.7.2.3.37.03.00.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha R\$ 268.632,00
 4.1.7.2.3.37.03.01.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha - Saúde R\$ 241.768,80
 4.1.7.2.3.37.03.02.00.00 Prefeitura Municipal de Barra Velha - Administração R\$ 26.863,20
 4.1.7.2.3.37.04.00.00.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre R\$ 140.976,00
 4.1.7.2.3.37.04.01.00.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre - Saúde R\$ 126.878,40
 4.1.7.2.3.37.04.02.00.00 Prefeitura Municipal de Campo Alegre - Administração R\$ 14.097,60
 4.1.7.2.3.37.05.00.00.00 Prefeitura Municipal de Corupá R\$ 118.019,04
 4.1.7.2.3.37.05.01.00.00 Prefeitura Municipal de Corupá - Saúde R\$ 106.217,14
 4.1.7.2.3.37.05.02.00.00 Prefeitura Municipal de Corupá - Administração R\$ 11.801,90
 4.1.7.2.3.37.06.00.00.00 Prefeitura Municipal de Garuva R\$ 88.566,00
 4.1.7.2.3.37.06.01.00.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Saúde R\$ 79.709,40
 4.1.7.2.3.37.06.02.00.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Administração R\$ 8.856,60
 4.1.7.2.3.37.07.00.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim R\$ 422.064,00
 4.1.7.2.3.37.07.01.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Saúde R\$ 379.857,60
 4.1.7.2.3.37.07.02.00.00 Prefeitura Municipal de Guaramirim - Administração R\$ 42.206,40
 4.1.7.2.3.37.08.00.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá R\$ 141.724,80
 4.1.7.2.3.37.08.01.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Saúde R\$ 127.552,32
 4.1.7.2.3.37.08.02.00.00 Prefeitura Municipal de Itapoá - Administração R\$ 14.172,48
 4.1.7.2.3.37.09.00.00.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul R\$ 858.738,00
 4.1.7.2.3.37.09.01.00.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - Saúde R\$ 772.864,20
 4.1.7.2.3.37.09.02.00.00 Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - Administração R\$ 85.873,80
 4.1.7.2.3.37.10.00.00.00 Prefeitura Municipal de Joinville R\$ 3.091.728,00
 4.1.7.2.3.37.10.01.00.00 Prefeitura Municipal de Joinville - Saúde R\$ 2.782.555,20
 4.1.7.2.3.37.10.02.00.00 Prefeitura Municipal de Joinville - Administração R\$ 309.172,80
 4.1.7.2.3.37.11.00.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba R\$ 105.652,80
 4.1.7.2.3.37.11.01.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Saúde R\$ 95.087,52
 4.1.7.2.3.37.11.02.00.00 Prefeitura Municipal de Massaranduba - Administração R\$ 10.565,28
 4.1.7.2.3.37.12.00.00.00 Prefeitura Municipal de Piên R\$ 67.416,00
 4.1.7.2.3.37.12.01.00.00 Prefeitura Municipal de Piên - Saúde R\$ 60.674,40
 4.1.7.2.3.37.12.02.00.00 Prefeitura Municipal de Piên - Administração R\$ 6.741,60
 4.1.7.2.3.37.13.00.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho R\$ 239.076,00
 4.1.7.2.3.37.13.01.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Saúde R\$ 215.168,40
 4.1.7.2.3.37.13.02.00.00 Prefeitura Municipal de Rio Negrinho - Administração R\$ 23.907,60
 4.1.7.2.3.37.14.00.00.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

R\$ 448.806,00

4.1.7.2.3.37.14.01.00.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - Saúde R\$ 403.925,40

4.1.7.2.3.37.14.02.00.00 Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - Administração R\$ 44.880,60

4.1.7.2.3.37.15.00.00.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul R\$ 408.192,00

4.1.7.2.3.37.15.01.00.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Saúde R\$ 367.372,80

4.1.7.2.3.37.15.02.00.00 Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul - Administração R\$ 40.819,20

4.1.7.2.3.37.16.00.00.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú R\$ 32.976,00

4.1.7.2.3.37.16.01.00.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Saúde R\$ 29.678,40

4.1.7.2.3.37.16.02.00.00 Prefeitura Municipal de São João do Itaperiú - Administração R\$ 3.297,60

4.1.7.2.3.37.17.00.00.00 Prefeitura Municipal de Schroeder R\$ 110.275,20

4.1.7.2.3.37.17.01.00.00 Prefeitura Municipal de Schroeder - Saúde R\$ 99.247,68

4.1.7.2.3.37.17.02.00.00 Prefeitura Municipal de Schroeder - Administração R\$ 11.027,52

Total da fonte de recursos: R\$ 6.852.861,84

TOTAL DE RECEITAS R\$6.852.861,84

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a classificação funcional programática, categorias econômicas e fonte de recursos abaixo discriminadas:

Órgão: 01 CIS/AMUNESC

Unidade: 01 COORDENAÇÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0001 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: CD FONTE FIXADO R\$

2.000.001 CIS/AMUNESC, Manutenção das Atividades do Consórcio 3.3.1.9.0 102 R\$ 323.760,29

3.3.3.9.0 102 R\$ 385.525,89

3.4.4.9.0 102 R\$ 30.000,00

Total da Atividade R\$ 739.286,18

Função: 10 SAÚDE

SubFunção: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0002 SERVIÇOS DE SAÚDE

Atividade: CD FONTE FIXADO R\$

2.000.002 Manutenção do Município de Araquari 3.3.3.9.0 102 R\$ 133.974,00

2.000.003 Manutenção do Município de Barra do Sul 3.3.3.9.0 102 R\$ 91.044,00

2.000.004 Manutenção do Município de Barra Velha 3.3.3.9.0 102 R\$ 241.768,80

2.000.005 Manutenção do Município de Campo Alegre 3.3.3.9.0 102 R\$ 126.878,40

2.000.006 Manutenção do Município de Corupá 3.3.3.9.0 102 R\$ 106.217,14

2.000.007 Manutenção do Município de Garuva 3.3.3.9.0 102 R\$ 79.709,40

2.000.008 Manutenção do Município de Guaramirim 3.3.3.9.0 102 R\$ 379.857,60

2.000.009 Manutenção do Município de Itapoá 3.3.3.9.0 102 R\$ 127.552,32

2.000.010 Manutenção do Município de Jaraguá do Sul 3.3.3.9.0 102 R\$ 772.864,20

2.000.011 Manutenção do Município de Joinville 3.3.3.9.0 102 R\$ 2.782.555,20

2.000.012 Manutenção do Município de Massaranduba 3.3.3.9.0 102 R\$ 95.087,52
 2.000.013 Manutenção do Município de Piên 3.3.3.9.0 102 R\$ 60.674,40
 2.000.014 Manutenção do Município de Rio Negrinho 3.3.3.9.0 102 R\$ 215.168,40
 2.000.015 Manutenção do Município de São Bento do Sul 3.3.3.9.0 102 R\$ 403.925,40
 2.000.016 Manutenção do Município de São Francisco do Sul 3.3.3.9.0 102 R\$ 367.372,80
 2.000.017 Manutenção do Município de São João do Itape-
 riú 3.3.3.9.0 102 R\$ 29.678,40
 2.000.018 Manutenção do Município de Schroeder 3.3.3.9.0 102 R\$ 99.247,68
 Total da Atividade R\$ 6.113.575,66

TOTAL DE DESPESAS R\$ 6.852.861,84

Art. 4º O Presidente do CIS/AMUNESC fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro, contratos ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do CIS/AMUNESC fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Joinville/SC, 14 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito de Campo Alegre

Presidente do CIS/AMUNESC

Consórcios

ARIS

Portaria Diretor Geral Nº 15/2011

PORTARIA/Diretor Geral nº 15/2011

Delega competência do Diretor-Geral à Coordenadora de Contabilidade, Sra. Clarice Terezinha Lenz, para o exercício de atos bancários em nome da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fey Probst, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40 e seus incisos do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, RESOLVE:

Art. 1º É delegada competência à Coordenadora de Contabilidade, Sra. Clarice Terezinha Lenz (Matrícula/ARIS n. 6-0/1), para praticar os seguintes atos relativos à conta corrente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS: emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talões de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar transferências "por meio eletrônico", efetuar pagamentos "por meio eletrônico", efetuar transferências, "exceto por meio eletrônico (demais)", efetuar pagamentos "exceto por meio eletrônico (demais)", liberar

arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp, efetuar transferência p/ mesma titularidade- meio eletrônico, consultar obrigações do debito direto autorizado - dda.

Art. 2º Sempre que julgar necessário o Diretor Geral poderá praticar os atos previstos nesta Portaria, sem prejuízo da delegação de competência.

Art. 3º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2011.

DIRETOR-GERAL

Presidente da ARIS

CIMVI

Resolução Nº 057, de 13 de dezembro de 2011

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estabelece os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 167 da Constituição Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00, e na Lei nº 11.107/05, e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer os Contratos de Rateio dos Recursos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI para o exercício de 2012, na forma dos Contratos de Rateio nos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2011 anexos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

LAURINO DALKE

Presidente

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 01/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE APIÚNA, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu

Prefeito Municipal, JAMIR MARCELO SCHMIDT, brasileiro, casado, portador do CPF nº 834.515.019-53, domiciliado e residente na Rua Camboriú, nº 93, na cidade de Apiúna, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$3.696,00 (três mil, seiscentos e noventa e seis reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$5.580,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$15.492,00 (quinze mil, quatrocentos e noventa e dois reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$6.792,00 (seis mil, setecentos e noventa e dois reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$8.952,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$21.288,00 (vinte e um mil, duzentos e oitenta e oito reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	3.696,00	3190	14,00	308,00
		3390	285,00	
		4490	9,00	
Inspeção Sanitária	5.580,00	3190	307,00	465,00
		3390	50,00	
		4490	108,00	
Manutenção Atividades	15.492,00	3190	1.058,00	1.291,00
		3390	199,00	
		4490	34,00	

Recursos Naturais	6.792,00	3190	358,00	566,00
		3390	207,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	8.952,00	3190	71,00	746,00
		3390	99,00	
		4490	576,00	
Turismo	21.288,00	3190	403,00	1.774,00
		3390	1.335,00	
		4490	36,00	
TOTAL	61.800,00	5.150,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos

estipulados na cláusula terceira;

- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

▪ fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
JAMIR MARCELO SCHMIDT
Município de Apiúna

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades
693.125.329-87

Valter Conrado de Araújo
379.549.389-72

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 02/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 002/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE ASCURRA, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO de ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR POLIDORO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente na Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$2.844,00 (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$4.260,00 (quatro mil, duzentos e sessenta reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$11.988,00 (onze mil, novecentos e oitenta e oito reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$5.244,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$9.636,00 (nove mil, seiscentos e trinta e seis reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$16.464,00 (dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	2.844,00	3190	11,00	237,00
		3390	219,00	
		4490	7,00	
Inspeção Sanitária	4.260,00	3190	234,00	355,00
		3390	38,00	
		4490	53,00	
Manutenção Atividades	11.988,00	3190	818,00	999,00
		3390	154,00	
		4490	27,00	
Recursos Naturais	5.244,00	3190	263,00	437,00
		3390	173,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	9.636,00	3190	77,00	803,00
		3390	106,00	
		4490	620,00	
Turismo	16.464,00	3190	312,00	1.372,00
		3390	1.032,00	
		4490	28,00	
TOTAL	50.436,00	4.203,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

MOACIR POLIDORO
Município de Ascurra

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 03/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 003/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LAURINO DALKE, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$3.984,00 (três mil, novecentos e oitenta e quatro reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$16.656,00 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$7.296,00 (sete mil, duzentos e noventa e seis reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$7.044,00 (sete mil, quarenta e quatro reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$22.884,00 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	3.984,00	3190	15,00	332,00
		3390	308,00	
		4490	9,00	
Inspeção Sanitária	6.000,00	3190	330,00	500,00
		3390	54,00	
		4490	116,00	
Manutenção Atividades	16.656,00	3190	1.138,00	1.388,00
		3390	214,00	
		4490	36,00	
Recursos Naturais	7.296,00	3190	367,00	608,00
		3390	240,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	7.044,00	3190	56,00	587,00
		3390	78,00	
		4490	453,00	
Turismo	22.884,00	3190	433,00	1.907,00
		3390	1.434,00	
		4490	40,00	

TOTAL	63.864,00	5.322,00
-------	-----------	----------

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembleia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

LAURINO DALKE

Município de Benedito Novo

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 04/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 004/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente na Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$2.088,00 (dois mil, e oitenta e oito reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$5.808,00 (cinco mil, oitocentos e oito reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$2.544,00 (dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$1.824,00 (um mil, oitocentos e vinte e quatro reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total

Cultura	1.392,00	3190	5,00	116,00
		3390	108,00	
		4490	3,00	
Inspeção Sanitária	2.088,00	3190	115,00	174,00
		3390	19,00	
		4490	40,00	
Manutenção Atividades	5.808,00	3190	397,00	484,00
		3390	74,00	
		4490	13,00	
Recursos Naturais	2.544,00	3190	128,00	212,00
		3390	83,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	1.824,00	3190	14,00	152,00
		3390	21,00	
		4490	117,00	
Turismo	7.980,00	3190	151,00	665,00
		3390	500,00	
		4490	14,00	
TOTAL	21.636,00	1.803,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes

deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;

- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
 - facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
 - fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir

quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
Hartwig Persuhn
Município de Doutor Pedrinho

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 05/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 005/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE INDIAIAL, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO de INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, SERGIO ALMIR DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente na Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas “Cotas Mensais”, que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$21.096,00 (vinte e um mil, e noventa e seis reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$31.788,00 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$88.380,00 (oitenta e oito mil, trezentos e oitenta reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$38.712,00 (trinta e oito mil, setecentos e doze reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$82.680,00 (oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$121.428,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	21.096,00	3190	82,00	1.758,00
		3390	1.628,00	
		4490	48,00	
Inspeção Sanitária	31.788,00	3190	1.746,00	2.649,00
		3390	287,00	
		4490	616,00	
Manutenção Atividades	88.380,00	3190	6.036,00	7.365,00
		3390	1.137,00	
		4490	192,00	
Recursos Naturais	38.712,00	3190	1.945,00	3.226,00
		3390	1.280,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	82.680,00	3190	660,00	6.890,00
		3390	916,00	
		4490	5.314,00	
Turismo	121.428,00	3190	2.300,00	10.119,00
		3390	7.612,00	
		4490	207,00	
TOTAL	384.084,00	32.007,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de

2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Município de Indaial

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 06/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 006/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE POMERODE, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 381.988.869-15, domiciliado e residente na Rua Boavista, nº 222, na cidade de Pomerode, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO,

considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$10.692,00 (dez mil, e seiscentos e noventa e dois reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$16.104,00 (dezesesseis mil, cento e quatro reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$44.796,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e seis reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$19.620,00 (dezenove mil, seiscentos e vinte reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$28.920,00 (vinte e oito mil, novecentos e vinte reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$61.548,00 (sessenta um mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	10.692,00	3190	42,00	891,00
		3390	825,00	
		4490	24,00	
Inspeção Sanitária	16.104,00	3190	885,00	1.342,00
		3390	145,00	
		4490	312,00	
Manutenção Atividades	44.796,00	3190	3.060,00	3.733,00
		3390	576,00	
		4490	97,00	



Recursos Naturais	19.620,00	3190	986,00	1.635,00
		3390	648,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	28.920,00	3190	231,00	2.410,00
		3390	321,00	
		4490	1.858,00	
Turismo	61.548,00	3190	1.165,00	5.129,00
		3390	3.858,00	
		4490	106,00	
TOTAL	181.680,00	15.140,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos

estipulados na cláusula terceira;

- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembleia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
PAULO MAURÍCIO PIZZOLATTI
Município de Pomerode

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 07/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 007/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO de RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, FERNANDO TOMASELLI, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$3.960,00 (três mil, novecentos e sessenta reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$5.964,00 (cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$10.608,00 (dez mil, seiscentos oito reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$7.272,00 (sete mil, duzentos e setenta e dois reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de

R\$11.076,00 (onze mil, e setenta e seis reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$22.812,00 (vinte e dois mil, oitocentos e doze reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	3.960,00	3190	15,00	330,00
		3390	305,00	
		4490	10,00	
Inspeção Sanitária	5.964,00	3190	328,00	497,00
		3390	54,00	
		4490	115,00	
Manutenção Atividades	10.608,00	3190	1.134,00	1.384,00
		3390	214,00	
		4490	36,00	
Recursos Naturais	7.272,00	3190	365,00	606,00
		3390	240,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	11.076,00	3190	88,00	923,00
		3390	123,00	
		4490	712,00	
Turismo	22.812,00	3190	432,00	1.901,00
		3390	1.430,00	
		4490	39,00	
TOTAL	67.692,00	5.641,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
FERNANDO TOMASELLI
Município de Rio dos Cedros

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 08/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 008/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS ALBERTO PEGORETTI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 419.729.969, domiciliado e residente na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.356, na cidade de Rodeio, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$4.212,00 (quatro mil, duzentos e doze reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$6.348,00 (seis mil, trezentos e quarenta e oito reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$17.604,00 (dezesete mil, seiscentos e quatro reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$7.704,00 (sete mil, setecentos e quatro reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$13.092,00 (treze mil, e noventa e dois reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$24.180,00 (vinte e quatro mil, cento e oitenta reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total
Cultura	4.212,00	3190	16,00	351,00
		3390	325,00	
		4490	10,00	
Inspeção Sanitária	6.348,00	3190	349,00	529,00
		3390	57,00	
		4490	123,00	
Manutenção Atividades	17.604,00	3190	1.202,00	1.467,00
		3390	227,00	
		4490	38,00	
Recursos Naturais	7.704,00	3190	387,00	642,00
		3390	254,00	
		4490	1,00	
Saneamento Básico	13.092,00	3190	105,00	1.091,00
		3390	145,00	
		4490	841,00	
Turismo	24.180,00	3190	458,00	2.015,00
		3390	1.515,00	
		4490	42,00	

TOTAL	73.140,00	6.095,00
-------	-----------	----------

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembléia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembléia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
0Município de Rodeio

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 057/2011 - Anexos - Contrato de Rateio Nº 09/2011

CONTRATO DE RATEIO Nº 009/2011

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA AS ATIVIDADES DO CIMVI NO EXERCÍCIO DE 2012.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Laurino Dalke, brasileiro, casado, portador do CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 3.000, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela 9ª Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de julho de 2011, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados à gestão associada nas áreas de cultura, inspeção sanitária, recursos naturais, saneamento básico e turismo do CONSÓRCIO no exercício de 2012, além da manutenção de suas atividades, aprovados na 9ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O valor correspondente ao CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, resultando nas "Cotas Mensais", que serão repassadas mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para a execução do objeto deste contrato serão considerados para o exercício de 2012 os seguintes valores anuais:

Na gestão associada da área de Cultura o valor de R\$14.184,00 (quatorze mil, cento e oitenta e quatro reais);

Na gestão associada da área de Inspeção Sanitária o valor de R\$21.372,00 (vinte e um mil, trezentos e setenta e dois reais);

Na Manutenção das Atividades o valor de R\$59.388,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais);

Na gestão associada da área de Recursos Naturais o valor de R\$26.016,00 (vinte e seis mil, e dezesseis reais);

Na gestão associada da área de Saneamento Básico o valor de R\$62.376,00 (sessenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais); e

Na gestão associada da área de Turismo o valor de R\$81.576,00 (oitenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais).

Os valores anuais, observados os critérios de rateio definidos pela 9ª Assembléia Geral Ordinária, resultam nos seguintes valores mensais:

Finalidade	Valor Anual (R\$)	Cota Mensal (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Total

		3190	55,00	
		3390	1.094,00	
Cultura	14.184,00	4490	33,00	1.182,00
		3190	1.174,00	
		3390	193,00	
Inspeção Sanitária	21.372,00	4490	414,00	1.781,00
		3190	4.056,00	
		3390	764,00	
Manutenção Atividades	59.388,00	4490	129,00	4.949,00
		3190	1.307,00	
		3390	860,00	
Recursos Naturais	26.016,00	4490	1,00	2.168,00
		3190	498,00	
		3390	692,00	
Saneamento Básico	62.376,00	4490	4.008,00	5.198,00
		3190	1.545,00	
		3390	5.113,00	
Turismo	81.576,00	4490	140,00	6.798,00
TOTAL	264.912,00	22.076,00		

Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2012.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia Geral, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio terá início em 01 de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2012.

Os repasses mensais feitos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2012.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo CONSORCIADO este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;

- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo CONSORCIADO;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades ou nas áreas específicas;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, fica o CONSORCIADO desde já responsável por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros definidos em Assembleia Geral, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá nas penalidades estabelecidas em lei ou no Estatuto do CIMVI, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 13 de dezembro de 2011.
 Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí
 Laércio Demerval Schuster Júnior
 Município de Timbó

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

Resolução Nº 058, de 15 de dezembro de 2011

RESOLUÇÃO Nº 058, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$22.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Manutenção do Saneamento Básico	
33390000000000 – Aplicações Diretas.....	R\$22.000,00
Total	R\$22.000,00

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2011.

Manutenção do Saneamento Básico	
33190000000000 – Aplicações Diretas.....	R\$22.000,00
Total	R\$22.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 15 de dezembro de 2011.
 LAURINO DALKE
 Presidente

10 Assembléia Geral Ordinária

Ata da 10ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil onze, na Prefeitura do Município de Rio dos Cedros, sita à Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Município de Rio dos Cedros, às dez horas, conforme

Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 10ª Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Tratamento de Resíduos Sólidos; 3) Contratos de Rateio - Exercício de 2012; e 4) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Laurino Dalke, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembléia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes - a) Recursos do Consórcio - apresentadas planilhas de controle das obrigações financeiras dos municípios, de controle de repasses e inadimplência, e os saldos em contas correntes e aplicações; b) Aterro sanitário - apresentado planilha de controle mensal e anual de disposição de resíduos no aterro sanitário; apresentado planilha de horas-máquina trabalhadas na disposição de resíduos; c) Mineração - solicitado aos Prefeitos definição das minas que devem continuar ativas para regularização das licenças mineral e ambiental; d) Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - protocolado através do SICONV proposta de nº 064477/2011 solicitando recursos na ordem de R\$573.300,00 ao Ministério do Meio Ambiente para elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos; e) Transferência do imóvel do aterro ao CIMVI - o Secretário Executivo esteve na Câmara de Vereadores para esclarecimentos à Comissão de Constituição e Justiça; informou também que o Projeto de Lei para transferência deverá ter sua aprovação concretizada na sessão a ser realizada no dia de hoje; dando sequência à pauta, item 2) Tratamento de Resíduos Sólidos - a apresentação de processo de tratamento de resíduos proposta por Rio dos Cedros não foi possível em razão do preposto da empresa interessada não ter conseguido deslocamento aéreo; aproveitando o assunto, o Secretário Executivo fez relato sobre a viagem técnica à Europa, onde visitou sistemas de tratamento de resíduos com aproveitamento energético na Espanha, Alemanha e Suécia; informou ainda da proposta de empresa alemã para elaboração de projeto executivo de unidade de biometanização, e de proposta da Universidade de Borås, na Suécia, para capacitação de técnicos em gestão de resíduos sólidos, biometanização e tratamento térmico de resíduos para obtenção de energia, ambas envolvendo os quatorze municípios associados à AMMVI; dando continuidade à pauta item 3) Contratos de Rateio - Exercício de 2012 - em decorrência do orçamento para o exercício de 2012 aprovado na 9ª Assembléia Geral Ordinária em 28 de julho de 2011, totalizando R\$1.647.780,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta reais), o Secretário Executivo apresentou o Contrato de Rateio nº 01/2011 - Município de Apiúna no valor de R\$61.800,00 (sessenta e um mil, e oitocentos reais), o Contrato de Rateio nº 02/2011 - Município de Acurra no valor de R\$50.436,00 (cinquenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais), o Contrato de Rateio nº 03/2011 - Município de Benedito Novo no valor de R\$63.864,00 (sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), o Contrato de Rateio nº 04/2011 - Município de Doutor Pedrinho no valor de R\$21.636,00 (vinte e um mil, seiscentos e trinta e seis reais), o Contrato de Rateio nº 05/2011 - Município de Indaial no valor de R\$384.084,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, e oitenta e quatro reais), o Contrato de Rateio nº 06/2011 - Município de Pomerode no valor de R\$181.680,00 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta reais), o Contrato de Rateio nº 07/2011 - Município de Rio dos Cedros no valor de R\$67.692,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais), o Contrato de Rateio nº 08/2011 - Município de Rodeio no valor de R\$73.140,00 (setenta e três mil, cento e quarenta reais), e o Contrato de Rateio nº 09/2011 - Município de Timbó no valor de R\$264.912,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e doze reais); para os R\$478.536,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais) restantes serão celebrados convênios com os municípios de Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar e Guabiruba que atuarão conveniados ao Consórcio nas áreas de Cultura e Inspeção Sanitária; deliberado por unanimidade por sua aprovação; na sequência, por último, item 4) Assuntos Gerais - a) Alterações no Protocolo de Intenções e Estatuto do Consórcio -apresentado e texto básico para alterações do Protocolo de Intenções e do

Estatuto; ato contínuo foi deliberado por unanimidade aprovar Resolução estabelecendo o texto básico apresentado como texto do projeto de alterações do Protocolo de Intenções e do estatuto do CIMVI, e aberto prazo até 31 de janeiro de 2012 para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado; Ficam os Srs. Prefeitos desde já convocados para a Assembléia Geral Extraordinária com vistas as alterações do Protocolo de Intenções e Estatuto do Consórcio Público; b) Contrato de Rateio - Inspeção Sanitária - exercício 2011 - como não foi implantada a estrutura para a inspeção sanitária de produtos de origem animal e não foram solicitados o repasse dos recursos previstos nos contratos de rateio, fica suspensa a obrigação firmada; o CIMVI estornará os recursos que porventura tenham sido repassados; c) Ônus salarial e encargos do funcionário cedido por Timbó - apresentada de planilha com o ônus salarial e encargos do funcionário cedido por Timbó; em decorrência de dificuldades encontradas para discernimento dos valores, deliberou-se por solicitar ao Município de Timbó cópia das folhas de pagamento do funcionário, no período constante da planilha apresentada, para possibilitar detalhamento pormenorizado, e apresentação de proposta para composição ao Município de Timbó; fica desde já designado o Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Sr. Hartwig Persuhn, para apresentação da proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Laurino Dalke, deu por encerrada a Assembléia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

LAURINO DALKE
Presidente

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
Secretário Executivo

